Departamento de Sociologia

Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género

Sandra Palma Saleiro

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Orientador:
Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Associado com Agregação,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2013

Departamento de Sociologia

Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género

Sandra Palma Saleiro

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Presidente:
Doutor Pedro Vasconcelos e Coito, Professor Auxiliar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Vogais:
Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes, Professor Catedrático, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Doutora Anália Maria Cardoso Torres, Professora Catedrática, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa
Doutora Maria Gabriela Martins de Nóbrega Moita, Professora Auxiliar, Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Doutora Maria das Dores Horta Guerreiro, Professora Auxilar, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Orientador:
Doutor Miguel Vale de Almeida, Professor Associado com Agregação, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2013

Agradecimentos

O trabalho que agora se apresenta é fruto de um longo caminho percorrido que, pese embora a natureza solitária de que sempre se reveste a realização de uma tese de doutoramento, foi sendo partilhado, havendo por isso contributos a reconhecer e agradecimentos a fazer.

Agradeço, em primeiro lugar, às pessoas que aceitaram partilhar comigo a sua vida, em aspectos tão íntimos e por vezes dolorosos. Sem elas este estudo não teria sido possível. Espero ter sido merecedora dessas confidências e da confiança em mim depositada. Para além de "sujeitos empíricos", algumas destas pessoas constituíram verdadeiros informantes privilegiados, tanto a nível do "conhecimento vivido" da temática como mesmo a nível teórico. São também amigos que espero guardar muito para além deste trabalho. Agradeço a todos e especialmente à Eduarda, ao Filipe, à Gabriela, à Jó, à Júlia, à Lara, à Laetitia, à Rafaela, ao Ricardo.

Aos responsáveis das associações e aos clínicos que informaram sobre a existência do projecto e que aceitaram ser entrevistados para a pesquisa, deixo igualmente o meu agradecimento.

Agradeço ainda ao CIES o acolhimento institucional e o apoio sempre prestado. À Carla Salema agradeço a ajuda nas questões relacionadas com a gestão burocrática do projecto. Agradeço ao seu presidente, Fernando Luís Machado, as condições de acolhimento e o incentivo.

Esta tese foi sustentada pelo projecto "Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género" (2007-2010). Agradeço à FCT o financiamento da primeira investigação sobre esta temática no âmbito das Ciências Sociais em Portugal. Agradeço igualmente a bolsa de doutoramento que me foi atribuída. Agradeço ainda o inestimável contributo da equipa do projecto.

Ao coordenador, e meu orientador, Miguel Vale de Almeida, agradeço a confiança em mim depositada e o respeito pelas opções durante todo o processo, tanto o correspondente ao projecto como à tese. Agradeço ainda a leitura atenta e atempada de todo o material e os respectivos comentários. Foi um privilégio poder contar com o seu contributo neste projecto pioneiro sobre o T, dado o seu percurso e a sua importância – académica, política, cívica –, no que concerne ao LGBT.

Ao Dr. Francisco Allen Gomes, consultor do projecto, pioneiro da sexologia em Portugal, e um entusiasta da temática e do seu estudo por parte das Ciências Sociais, agradeço a generosidade na partilha do conhecimento adquirido pela experiência clínica e humana, dos conhecimentos teóricos, contactos, livros indicados e emprestados e o prazer das deslocações a Coimbra. É um exemplo, não apenas do interesse e do empenho profissionais, como da abertura a outras áreas disciplinares e do modo como podem combinar-se em benefício das próprias pessoas.

A Sally Hines, cuja admiração pelo trabalho realizado e a similitude de perspectivas justificou o convite para consultora, agradeço desde logo ter aceitado. Muito mais vezes do que imaginou cumpriu o seu papel de consultora, nem que fosse através do recurso à sua pesquisa, em fases de encruzilhada, numa altura em que não havia nenhuma similar no contexto nacional. Agradeço também

o prazer que foi partilhar directamente experiências sobre um processo de pesquisa que não tinha tradição sociológica no nosso país.

À Joana Santos, bolseira do projecto, agradeço o trabalho inerente às funções, mas para além disso, a amizade e a partilha de descobertas e estupefacções. Agradeço também ter constituído um par de olhos adicionais nas madrugadas do "Conde".

Essas descobertas, perplexidades, vivências foram também partilhadas com colegas e amigos sociólogos que muito respeito. Ao Vítor Sérgio Ferreira e à Elsa Pegado, colegas, e sobretudo amigos, dos caminhos da sociologia, e não só, agradeço as sempre avalizadas opiniões. À Elsa Pegado que, até pela proximidade devida à partilha de gabinete, mais vezes se constituiu como primeira interlocutora das descobertas ou de exposição de dúvidas, agradeço ainda a revisão e sugestões na leitura final do texto. Agradeço também à Rosário Mauritti o incentivo e o trabalho atento de leitura, sugestões e revisão do texto final. Agradeço ainda à Sandra Mateus, a companhia nos eventos. Às também colegas do CIES – Susana Martins, Cristina Palma Conceição, Patrícia Amaral – agradeço o companheirismo, o incentivo e a amizade.

Dedico este trabalho ao Fernando Baião e à Bárbara, que estão tão felizes como eu por esta etapa estar finalizada.

Resumo

Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género

Esta tese organiza-se em torno da resposta a dois grandes "vazios" identificados no contexto nacional: um "vazio social", relativo à escassez de informação sobre transexualidade e transgénero; e um "vazio sociológico", da desatenção da disciplina a estes fenómenos, cuja cobertura a pesquisa que sustenta este trabalho inaugurou. Os objectivos passaram por compreender e interpretar sociologicamente o sentimento de descoincidência entre sexo e género apresentado por alguns indivíduos, "resgatando-os" para a esfera do social; e colmatar a escassez de informação acerca do fenómeno e das pessoas com expressões de género fora da cissexualidade. Delineou-se uma estratégia metodológica múltipla, que envolveu análises documentais; entrevistas a representantes de estruturas LGBT; inquéritos por questionário e entrevistas em profundidade a pessoas trans; e incursões etnográficas em espaços por elas frequentados. Produziu-se uma análise contextual, reconstruindo o panorama da transexualidade e transgénero em Portugal nos planos político-jurídico, médico e associativo. A componente central passou por identificar a diversidade de modos de (trans)género fora do tradicional sistema dicotómico. Primeiro, mapeou-se o conjunto das auto-identificações de género dentro da população auscultada, que revelou as categorias de trans-género que vigoram nos espaços trans (*emic*). Partindo dessas auto-identificações e dos sentidos que lhes são investidos, definiu-se um conjunto de dimensões centrais para a caracterização dos diferentes modos de identificação e expressão de género, que resultou na constituição de uma tipologia de categorias de trans-género (*etic*). Finalmente, explorou-se cada um desses diferentes modos – transexualidade, *cross-dressing*, travesti, *drag*, androginia e outros – evidenciando tanto aquilo que os define, quanto a sua diversidade interna.

Palavras-chave: Género; Identidade de género; Diversidade de género; Transgénero; Transexualidade

Abstract

Trans Gender: A sociological approach to gender diversity

This thesis aims to provide a response to two major "voids" identified in the national context: a "social void", related to the lack of information about transsexualism and transgender; and a "sociological void", corresponding to the inattention of the discipline to these phenomena, whose coverage this work inaugurated. The objectives were to understand and interpret, in a sociological perspective, the feeling of incongruence between sex and gender presented by some individuals, "rescuing" them to the social sphere; and to fill the lack of information about the phenomenon and about people with gender expressions outside the cissexuality. We used a mixed methods approach, involving document analysis; interviews with members of LGBT structures; a survey and in-depth interviews with trans people; and ethnographic incursions in trans places. We produced a contextual analysis about transsexuality and transgender in Portugal, in the legal-political, medical and associative movement domains. The core component consisted on the identification of the diversity of modes of (trans)gender outside the traditional dichotomous gender system. First, we mapped all of the gender self-identifications within the population approached, which revealed the trans-gender categories inhabiting trans spaces (*emic*). Then, based on those self-identifications and the meanings attached to them, we outlined a set of dimensions aimed to characterize the different modes of identification and gender expressions, which resulted in a typology of trans-gender categories (*etic*). Finally, we explored each one of these different modes – transsexuality, cross-dressing, travesti, drag, androgyny and others – highlighting both what defines them and their internal diversity.

Keywords: Gender; Gender identity; Gender diversity; Transgender; Transsexuality.

Índice

Introdução 1

1. A teorização da transexualidade e do transgénero: de categorias médicas a identidades sociais 19

1.1. A perspectiva médico-psicológica da diversidade de género: a construção da "narrativa clássica da transexualidade" 22

1.2 A abordagem etnometodológica do (trans)género: a produção e apresentação social do género 37

1.3. As primeiras abordagens feministas da transexualidade e do transgénero: hostilidade e aliança 45

1.4. As abordagens pós-estruturalistas e pós-modernistas do (trans)género e a teoria *queer*: o género como construção discursiva e performativa 57

1.5. Os estudos transgénero "vindos de dentro": a constituição de uma teoria em discurso directo 67

1.6. As propostas contemporâneas da sociologia acerca da diversidade de género: a combinação das análises "pós" e estrutural 79

2. Transexualidade e transgénero na perspectiva das ciências sociais: (re)construção de um percurso de pesquisa 105

2.1. Desafios colocados na inquirição por questionário da população trans 107

2.2. Narrações e outras exposições de si 114

2.3. Incursões, (in)decisões, implicações no terreno 124

3. Transexualidade e transgénero em Portugal: Uma abordagem contextual 131

3.1. Quadro jurídico e político 132

3.1.1. Orientações internacionais e europeias 132

3.1.2. "Lei de identidade de género": A mudança legal de nome e de menção ao sexo 137

3.1.3. A identidade de género na legislação anti-discriminação 150

3.2. Cuidados de saúde 154

3.2.1. Documentos de referência internacional 154

3.2.2. Panorama da prestação de cuidados de saúde 156

3.2.3. A despatologização das identidades trans 162

3.3. Movimento associativo 169

3.3.1. O movimento associativo T internacional e europeu 170

3.3.2. O movimento T em Portugal: da primeira associação à primeira conquista 172

3.3.3. O futuro do movimento: as organizações e as lutas 182

4. Géneros Trans: mapeando a diversidade de género na sociedade portuguesa 187
4.1. Mapeando auto-identificações de género 189
4.2. Das auto-identificações de género às categorias de (trans)género 202

5. A diversidade (dentro) da diversidade de género 219
5.1. Transexualidades: Narrativa clássica e outras histórias de género 219
5.2. Cross-dressing: Entre "sapos" e "princesas" 261
5.3. Travestilidades: "Um outro feminino" 288
5.4. Outros modos de (trans)género 302

Considerações finais: (Re)pensar o (trans)género 319

Bibliografia 335

Anexo A. Cronologia da transexualidade e do transgénero em Portugal (1984-2012) III
Anexo B. Guião de Entrevista a responsáveis de associações LGBT XV
Anexo C. Inquérito por questionário a pessoas transexuais e transgénero XVII
Anexo D. Grelhas de Observação e Guião de Entrevista a pessoas transexuais e transgénero ... XXXVII
Anexo E. Caracterização dos entrevistados XLVII
Anexo F. Reivindicações T nas Marchas do Orgulho LGBT de Lisboa e Porto, 2006-2012 XLIX

Introdução

Percurso da investigação

A tese que agora se apresenta é fruto de um já longo trabalho. Começa a germinar como possibilidade para o doutoramento em meados da primeira década do presente século quando, uma vez tendo a investigação como profissão, se tinha afortunadamente como uma das actividades ir seguindo e produzindo conhecimento sobre a área em que se trabalhava (nomeadamente, avaliação de programas e projectos de desenvolvimento social e políticas públicas; bem como na área da pobreza e exclusão social)[1]. Apetecia-nos assim um novo desafio, ao invés de optar pela comum, sensata e económica decisão de extensão da linha de pesquisa em que vínhamos trabalhando. Começamos então a explorar, ainda mais ou menos timidamente, uma temática que, a nível pessoal, sempre nos tinha colocado perplexidades e que o ingresso pela sociologia vinha aguçando – a da descoincidência entre sexo (biológico) e género (social), que o estudo pioneiro de Garfinkel (1967), com o famoso caso de Agnes, tinha demonstrado repleto de potencialidades para a teoria sociológica e para o entendimento da vida social.

Fora do âmbito da ciência, a impressão que nos deixava o tratamento do tema das raras vezes em que era merecedor de atenção, e em que tínhamos algum contacto com as próprias pessoas, nomeadamente através da comunicação social[2], era que algo faltava, os enquadramentos e as questões colocadas não pareciam os certos. Aquilo que era "dito" não parecia ser "ouvido". Mais tarde, Plummer (1995) ajudar-nos-ia a compreender este desencontro entre o que se dizia ou o que se tentava dizer e aquilo que (não) era percebido, ou seja, mesmo já entrados no século XXI não era ainda o "tempo" destas "histórias de género" em Portugal. O "desencontro" que era relatado ao nível daquilo que mais estrutura a personalidade de uma pessoa – o modo de experienciar e de expressar o que se é em termos de género e o que supostamente se deveria ser, tendo em conta o sexo biológico e legal, era de tal modo "estranhado", que provocava um outro "desencontro" entre o que era dito e o que era ouvido ou entendido, prejudicando a inteligibilidade do fenómeno e das próprias pessoas, inviabilizando um lugar possível de habitar em termos de género. O único lugar viável para essa estranheza, ou para parte dela, seria então o da "doença", tendo acolhimento formal na medicina nacional desde 1995, quando a Ordem dos Médicos retira do seu código deontológico a proibição de realização de cirurgias de reatribuição de sexo e se estruturam as consultas de acompanhamento da transexualidade no Serviço Nacional de Saúde.

[1] Agradeço ao Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), que viabilizou este "desvio" à linha de investigação. Durante esse tempo tive o prazer de trabalhar com uma equipa, a maioria das vezes coordenada por Luís Capucha, com quem muito aprendi.

[2] Vem-nos à memória um programa de televisão supostamente dedicado à transexualidade que terminou, para a ilustrar, com um *show* erótico lésbico. Noutros (raros), programas mais "sérios" e menos sensacionalistas, confinava-se o fenómeno à abordagem psico-médica, recorrendo mais ao discurso dos clínicos do que às próprias pessoas.

A investigação sociológica desenvolvida centra-se na relação socialmente incomum entre sexo (biológico) e género (social) expressada por alguns indivíduos, fenómeno que nas ciências psico-médicas é conhecido como "disforia de género" ou "perturbação de identidade de género". Referimo-nos à transexualidade e ao transgénero que até bem recentemente têm sido perspectivados como categorias médicas e não como "outros" modos ou modos diversos de experienciar e expressar o género, ou seja, identidades e expressões de género minoritárias em termos sociais.

Começando a investir no estudo do fenómeno deparámo-nos com o que descreveríamos como um "duplo vazio" acerca da transexualidade e do transgénero em Portugal (Saleiro, 2009a). Um *"vazio social"*, acerca da temática em meados da primeira década deste século, parecendo invisível na sociedade portuguesa, à parte da medicina e da excepção que representou a constituição de uma associação especificamente dirigida à identidade de género[3]. Podemos consubstanciar este vazio social na inexistência de dados oficiais, seja sobre estas pessoas[4] ou sobre o próprio fenómeno; na ausência da legislação ou de qualquer de regulamentação fora da contida no Código Deontológico da Ordem dos Médicos; na ausência do T no movimento associativo LGBT – Lésbicas, Gay, Bissexual e Transgénero; na presença rara ou incompreendida na comunicação social. E um *"vazio sociológico"*, que poderia mesmo ser estendido à produção académica nacional[5] fora, uma vez mais, das áreas psico-médicas. Aí foi possível colectar, através da análise da Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa, oito autores das ciências médicas com produção sobre o tema, para além do pioneiro Júlio Silveira Nunes (1987, 2003), indiciando estarem a transexualidade e o transgénero no nosso país numa fase em que ainda não eram legitimamente reconhecidos como fenómenos sociais. Esta situação contrastava com o *boom* na literatura acerca da temática fora das ciências médicas, que, descobriríamos então, ocorreu a partir da década de 1990, sobretudo nos EUA, no Reino Unido e também no Brasil, embora não tendo tido imediato reflexo na sociologia, que assume plenamente este "objecto" já no início deste século. Claro que esta ausência prolongada da transexualidade e transgénero na produção científica

[3] A ªt – Associação para o Estudo e Defesa do Direito à Identidade de Género (2002-2007) que, juntamente com a sua presidente e, durante parte deste período, a sua livraria dedicada à temática LGBT, que servia de ponto de encontro e de convívio de pessoas trans, marcaram a excepção no panorama trans do início deste século em Portugal. Retomaremos esta questão no capítulo 3.

[4] Relativamente às características sociais destas pessoas, houve uma primeira meritória tentativa de caracterização desta população em 1998, através do lançamento de um inquérito da responsabilidade da ILGA Portugal e da Associação Abraço, financiado pela então Comissão Nacional de Luta contra a Sida, com uma amostra de 50 indivíduos, que continha um conjunto limitado de indicadores e mais centrados na área da saúde. Os seus resultados podem ainda ser consultados em http://a-trans.planetaclix.pt/documentacao/documentacao.htm. Alguns dados conseguidos através das parcas caracterizações sociais realizados nos artigos das ciências médicas estariam também longe da representatividade (nomeadamente em Pechorro e Vieira, 2004).

[5] A única abordagem existente, no âmbito das ciências sociais, especificamente sobre transexualidade e transgénero em Portugal, quando iniciámos a pesquisa era a da antropóloga brasileira Juliana Jayme (2001) que, na sua tese de doutoramento, toma Lisboa como referência comparativa em relação a Belo Horizonte. Em 2006, na apresentação de um número temático sobre "estudos *queer*", escrevia a sociológa Ana Cristina Santos, "assinale-se a grande ausência de estudos sobre identidades bissexuais e transgéneros em Portugal (…) Estes constituem espaços que urge colmatar com investigação adequada às especificidades em causa, à semelhança do que tem sido feito noutros lugares." (Santos, 2006a: 11).

das ciências sociais, e especificamente da sociologia, não é independente da própria invisibilidade social do fenómeno na sociedade portuguesa, remetendo para a velha questão das ligações entre "problema social" e "problema sociológico".

Uma das razões para a (e simultaneamente consequência da) invisibilidade destes fenómenos na nossa sociedade (como noutras) é a sistemática confusão em termos de senso comum entre a transexualidade e/ou o transgénero e a homossexualidade. Trata-se efectivamente de realidades diferentes e, como tal, de problemáticas diferentes: enquanto a primeira se refere à orientação sexual, relacionando-se com a sexualidade, e respeitando ao sentido da atracção sexual; os fenómenos que aqui nos ocupam remetem conceptualmente para as *identidades de género*, ou seja, ao *modo como as pessoas se sentem e se expressam em termos de género*. A homossexualidade designa a atracção sexual por indivíduos do mesmo sexo/género, não implicando a experienciação de descoincidência entre sexo biológico e género social. Já as pessoas transexuais e transgénero podem ser, tal como as pessoas cissexuais ou cisgénero – ou seja, aquelas em que há coincidência entre sexo e género (Stryker, 2008: 22; Sanger, 2010)[6] –, hetero, homo, bi ou pansexuais. O acrescento deste último valor às possibilidade de orientação sexual a somar aos seus três posicionamentos "clássicos", está directamente relacionado com a consideração da existência de pessoas cuja identidade de género recai fora do binarismo do sistema tradicional de sexo/género, ao qual as primeiras se referenciam. Pansexual refere-se assim à atracção sexual por indivíduos de diferentes (trans)géneros (Nataf, 1996; Rice, 2010).

Um dos resultados (e simultaneamente indicador) desta invisibilidade é o desconhecimento generalizado acerca da definição e dos significados de que se revestem os termos centrais da pesquisa, o que levou à necessidade de iniciar esta tese com um ponto prévio acerca das definições, que constitui a última parte desta introdução. Esta foi uma constatação que se foi evidenciando em cada ocasião em que apresentámos comunicações no âmbito deste projecto, fosse o público constituído por pessoas das ciências sociais, das ciências médicas (aqui nem que fosse pelas diferentes perspectivas) ou fora do universo das ciências. Assim, parte considerável do tempo (por vezes escasso) que nos era concedido teve sempre que ser dedicado à descodificação dos próprios termos e uma ou outra vez aconteceu que não conseguíamos mesmo ir mais além[7].

Foram estas ausências e estas necessidades de preenchimento dos "vazios" a nível social e a nível sociológico as principais motivações para a realização desta pesquisa. O investimento necessário para preencher os "vazios" de que se partia no estudo do fenómeno em Portugal justificou a

[6] Tal como aconteceu relativamente aos valores da orientação sexual, em que a familiaridade com o termo "homossexualidade", necessário para assinalar a "diferença" ou mesmo o "problema", antecedeu a de "heterossexualidade" (quase que desnecessária, uma vez que como que inscrita na própria definição de ser humano), também a "transexualidade" e/ou o "transgénero", mesmo quando os seus significados possam não ser muito precisos, se anteciparam no léxico comum à entrada dos termos "cissexualidade" ou "cisgénero", ainda mais "estranhados".

[7] Como dissemos, esta foi uma das razões que nos levou a dar prioridade à visibilização e compreensão do fenómeno, através, num primeiro momento, da identificação dos traços que o definem e num segundo, no aprofundamento dos mesmos, dando a "voz" aos próprios actores.

candidatura a um projecto de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que nos permitisse adquirir bibliografia (inexistente nas bibliotecas nacionais); participar em congressos internacionais sobre o tema; alargar geograficamente a possibilidade de auscultação de pessoas; e, não menos importante, constituir uma equipa[8] multidisciplinar para a abordagem do fenómeno. Desta candidatura resultaria o primeiro projecto de investigação sobre a temática da "identidade de género" no âmbito das ciências sociais em Portugal. O projecto de investigação "Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género" (PTDC/SDE/68912/2006), desenvolvido entre 2007 e 2010, no CIES-IUL e que sustenta a tese que agora se apresenta.

A investigação delineou-se no sentido de conciliar dois objectivos: compreender e interpretar sociologicamente os sentimentos de descoincidência entre sexo e género apresentados por alguns indivíduos e "resgatá-los" para a esfera do social; e colmatar a escassez de informação acerca das pessoas com expressão de género fora da cissexualidade. Se as identidades de género não são formadas independentemente dos contextos históricos, espaciais e sócio-culturais determinados, qual o enquadramento a nível macro, ou seja, qual a situação nos planos político-jurídico, médico e associativo? Qual a diversidade existente dentro do universo das identidades e expressões de género trans? Quais as proximidades e distâncias entre essas identidades e expressões de género? Como podem ser definidas em termos e com as referências das ciências sociais? Em que espaços e tempos se vivenciam? Em que contextos e com que referências se constroem identidades de género minoritárias? Quais os sentidos atribuídos a esse sentimento de descoincidência (em graus variados) entre sexo e género e como se expressa? De que modo esses sentidos e práticas, a eles associados, poderão contribuir para a transformação da realidade social? De que forma e em que medida a transexualidade e/ou o transgénero poderão ser vistos como uma tentativa de transgressão do sistema dos dois sexos/géneros únicos e dicotómicos ou, pelo contrário, um reforço desse mesmo sistema? Em que medida contribuem para problematizar, tanto em termos teóricos, como políticos e de cidadania o sistema dominante e regulador do género?

Para dar resposta às questões enunciadas delineou-se uma estratégia metodológica múltipla, que envolveu análise de documentos na área jurídica, da saúde e do movimento associativo, nacionais e internacionais; consulta e análise de *sites* institucionais e blogues pessoais; observação participante e não participante num conjunto diversificado de iniciativas públicas dirigidas a e/ou frequentadas por pessoas trans (debates, colóquios, manifestações associativas, eventos culturais); encontros privados com pessoas trans (saídas organizados por grupos de determinada expressão de género, encontros individuais); incursões etnográficas em locais frequentados por trabalhadoras do sexo de expressão trans, nomeadamente a Rua do Conde de Redondo e suas imediações; entrevistas semi-directivas a representantes de estruturas LGBT; inquéritos por questionário; bem como entrevistas em profundidade a pessoas transexuais e transgénero. As últimas constituíram o procedimento

[8] A equipa do projecto de investigação foi constituída, para além da autora, por Miguel Vale de Almeida (coordenador), Joana Santos (bolseira de investigação) e Francisco Allen Gomes e Sally Hines (consultores).

metodológico central. Foram realizados 49 inquéritos por questionário e 37 entrevistas a pessoas transexuais e transgénero. Tendo sido 53 as pessoas formalmente auscultadas (inquérito e/ou entrevista), as que contribuíram para este estudo extravasaram largamente esse número, e são impossíveis de contabilizar com precisão, pois contam-se aquelas com quem se trocaram telefonemas, sms's e e-mails, os autores dos blogues que foram consultados, aquelas com quem conversámos informalmente ou que simplesmente observámos em ocasiões públicas.

Um dos pontos críticos, neste momento, na discussão dos "estudos transgénero" é a necessidade de finalmente "dar voz aos próprios sujeitos". Esta é uma reivindicação, por parte dos próprios *insiders*, que, frequentemente, não se revêm nas teorizações acerca das suas identidade e do seu "sentido de género" (Lim e Browne, 2009) que tem tido acolhimento na sociologia, constituindo o recurso à "experiência vivida contextualizada" (Monro, 2010: 248) um dos pilares consensuais das novas formas de abordagem destes fenómenos propostas pela sociologia (Ekins e King, 1999; Hird, 2002a; Hines, 2007a; Monro, 2010; Davy 2011), e que se têm sucedido nos anos mais recentes. Esta estará especialmente bem posicionada para, com as ferramentas de que dispõe – leia-se os seus patrimónios teóricos, metodológicos e técnicos –, contribuir para a compreensão da transexualidade e do transgénero como fenómenos sociais, o que implicará, necessariamente, uma deslocação do modo como têm vindo a ser tradicionalmente perspectivados, ou seja, como categorias médicas. Mas essa deslocação é dupla, pois aplicar-se-á igualmente às abordagens pós-estruturalistas e pós-modernistas que, pese embora os inestimáveis contributos, desde logo o de colocar as expressões trans no centro do debate sobre o género (sobretudo Butler, 1990), tomam as pessoas que "transgridem" o modelo binário dos dois sexos/géneros como ícones ou símbolos das identidades contemporâneas, des-subjectivizando-os e desencarnando-os, como acontece na teoria *queer*. Esta discussão será central no primeiro capítulo deste trabalho, bastando por agora esclarecer que é aqui que esta investigação se posiciona.

Havia naturalmente alguma expectativa acerca das dificuldades que poderíamos vir a enfrentar no acesso e adesão das pessoas trans a contar as suas histórias, nem que fosse pela ausência de precedentes. Aliás, nos diversos momentos em que fomos apresentando o projecto, ainda na sua fase inicial, essa era uma questão que nos era invariavelmente colocada. Apesar de nunca termos partilhado as posições mais pessimistas, nomeadamente aquelas que chegavam a questionar a viabilidade da componente empírica da pesquisa (talvez porque nunca tivéssemos tomado aqueles que constituíam os sujeitos empíricos deste estudo como "gentes remotas e estranhas"[9]), era porém realista antecipar algumas dificuldades, no sentido em que a "proposta" que tínhamos para lhes fazer passaria por falar daquilo que de mais íntimo e pessoal existe na vida, e quando sabíamos que a "ocultação" de uma identidade trans estaria bem presente, pelo menos em parte das pessoas que pretendíamos abarcar.

[9] Para utilizarmos a expressão do primeiro-ministro espanhol no simbólico discurso proferido no plenário do Congresso, no dia da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a 30 de Junho de 2005, e retomada por Miguel Vale de Almeida, 2006.

Pese embora algumas dificuldades encontradas, nomeadamente em chegar a certas expressões de género, sobretudo aquelas que menos existência têm na esfera pública e se remetem quase exclusivamente à privada (como, por exemplo, o *cross-dressing*) ou as que "passando" socialmente por cissexuais estarão menos predispostas a contar a sua experiência de género (como algumas pessoas transexuais), atingimos, pelo menos na parte qualitativa, um número equivalente àquele a que nos tínhamos proposto (desenvolveremos esta questão no cap. 2). Na realidade houve mesmo pessoas que, sem qualquer iniciativa directa da nossa parte, tendo tomado conhecimento do projecto, se disponibilizaram a participar. Esta adesão, talvez superior à que se poderia esperar, leva-nos a reflectir sobre o que as terá levado a disporem-se a colaborar.

Ken Plummer (1995) discute o "*story telling*" como um processo político, e ilustra como o "contar histórias" pode ser usado por comunidades desprivilegiadas para afirmar a sua crescente força, ou seja, perspectivando o conhecimento como um veículo para a mudança social[10]. Mas isso terá que acontecer no contexto de dinâmicas sociais e políticas que o tornem minimamente viável. E é, de facto, significativo que o tempo de recolha de dados para a pesquisa tenha sido próximo de um "momento crítico" para a questão trans em Portugal, que foi o assassinato da transexual Gisberta Salce Júnior[11], em Fevereiro de 2006. Este, como teremos oportunidade de explorar mais detalhadamente no capítulo contextual (cap. 3), marcou um antes e um depois no panorama da transexualidade e transgénero no nosso país, pela visibilidade que deu aos sujeitos trans, muito devido à brutalidade do incidente e à consequente cobertura por parte dos meios de comunicação social[12], colocando na agenda pública a temática da identidade de género e interpelando o próprio movimento associativo a tomar uma posição[13]. A este incidente marcante na história da transexualidade e do transgénero em Portugal,

[10] Algumas mensagens que nos foram enviadas para a caixa de e-mail do projecto em resposta à solicitação de participação na entrevista são reveladoras deste sentido de "dever" e de reconhecimento da utilidade da participação. Reproduzimos aqui algumas: "Estou disponível para ajudar neste estudo, quero que as pessoas tenham boas informações, e que a tenham quando precisam, foi o que eu não tive!"; "Faço questão de participar e ajudar em tudo o que seja sobre transexualidade uma vez que esta problemática fez parte da minha vida até há um ano atrás de uma forma directa. Neste momento é passado mas quero contribuir para que quem está a passar tudo no presente seja mais ajudado e compreendido pelos profissionais de saúde e pela sociedade em geral (…)"; "Desde já estou disponível para qualquer questão que possa melhorar, informar, e ajudar no seu projecto (…) Será sempre uma mais-valia para informação à sociedade e abertura de mentes e para tal tenho total disponibilidade para que isso aconteça, não só por mim mas em prol daqueles que estão na mesma situação e para que haja conhecimento a nível legal para que não passemos pela discordância de identidade com o nosso género."; "Queria começar por agradecer o seu trabalho pois só dessa forma podemos começar a mudar mentalidades.".

[11] Este episódio de contornos macabros teve ingredientes susceptíveis de incrementar a visibilidade do caso e o impacto da discussão: além de ter sido cometido lenta e premeditadamente sobre uma mulher transexual, imigrante e à altura passando por fortes restrições que a levariam mesmo à situação de sem-abrigo, foi protagonizado por jovens que estavam sobre a tutela do Estado e à responsabilidade de uma instituição religiosa.

[12] O próprio tratamento mediático do caso foi bem revelador do nível de desconhecimento da sociedade portuguesa em relação à "identidade de género", desde logo na dificuldade em classificarem a pessoa em causa: para além da identificação como transexual, surgiram outras como a de homossexual e travesti ou, quando não era referido o traço identificativo do género, e se referiam outras características como a de sem-abrigo ou de toxicodependente, o género gramatical utilizado era o masculino.

[13] As posições públicas iniciais das associações LGBT, expostas nos comunicados de imprensa surgidos imediatamente após o conhecimento do sucedido, são bem ilustrativas do desconhecimento ou, pelo menos, da pouca importância e atenção conferidas no seu seio ao "T", existindo comunicados onde Gisberta é classificada

podem juntar-se outros desenvolvimentos como a mobilização, que culminaria no sucesso, de medidas legislativas para a comunidade LGBT, nomeadamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo (aprovado na Assembleia da República em Janeiro de 2010) que, não sendo dirigido ao T da sigla, acaba por ter consequências na visibilidade e na força do movimento; e ainda o sucesso das reivindicações de direitos para esta população específica numa sociedade considerada em termos de valores próxima da nossa, como é a espanhola (referimo-nos à *Ley de Identidad de Género*, aprovada em 2007). Estes acontecimentos terão aberto o campo de possibilidades para o interesse e a mobilização em torno de uma lei de reconhecimento legal de género em Portugal, o que viria a ser conseguido, representando a primeira conquista do movimento em matéria de direitos humanos das pessoas trans e a introdução da temática na legislação nacional, em Março de 2011, já após a auscultação das pessoas para a pesquisa.

O modelo concebido por Plummer para a compreensão da construção social do "*story telling*" incorpora e chama a atenção para o momento histórico específico no qual a história é contada e ouvida. Plummer nota que "muitas histórias permanecem em silêncio – dormentes, esperando o seu momento histórico" (1995: 35). Será que podemos questionar, tal como Hines (2007b: 2.3), se a adesão a esta pesquisa pode ser vista, então, como uma indicação de que o "momento histórico" chegou, pelo menos para parte das expressões de género trans? Acrescentamos esta última ressalva de delimitação, já que no nosso caso não nos parece que a positividade da resposta possa ser generalizável ao conjunto das expressões incluídas no trans-género, mas que se aplicará muito mais a umas (nomeadamente a transexualidade) do que a outras.

Na verdade, embora consideremos não ser (infelizmente) um exagero continuar a referir a invisibilidade deste fenómeno e destas pessoas na sociedade portuguesa, facto que seria incontestável quando iniciámos esta pesquisa, pudemos assistir durante o período do seu desenvolvimento (desde a fase de concepção do projecto até ao presente, ou seja, 2005-2013) a alterações bastante significativas[14], o que faz com que esteja já (felizmente) desactualizada em alguns aspectos (nomeadamente o que terá que ver com o reconhecimento legal de género). No entanto, consideramos que o tempo de realização deste projecto foi de certo modo "feliz". Apesar de tardio no contexto das ciências sociais, e especificamente da sociologia, e da própria "responsabilidade social" dessa ciência e dos seus protagonistas, permitiu captar e deixar documentado o "antes", nomeadamente, do marco que constituiu a introdução da especificidade destes cidadãos na lei, que acontece já em momento posterior ao da recolha de dados. Aconteceu num período de mudanças, onde assistimos, a nível internacional, à subida de patamar no reconhecimento dos direitos das pessoas transexuais e transgénero (embora ainda sobretudo transexuais), com a aprovação e a entrada em vigor do *Gender*

como "homossexual", "travesti", "homem travesti" e o género gramatical utilizado é o masculino (todos os comunicados podem ser consultados em http://portugalgay.pt/politica/portugalgay71a.asp).

[14] No capítulo contextual (cap. 3) estas alterações serão objecto de análise. Os acontecimentos relativos a esta temática, e que considerámos com algum significado, foram sistematizados cronologicamente e constam em anexo (cf. anexo A).

Recognition Act (2004), no Reino Unido, e a *Ley de Identidad de Género* (2007), em Espanha, a um cada vez maior empenho do Parlamento Europeu na sensibilização aos estados membros da necessidade de reconhecimento dos direitos destas pessoas e da luta contra a discriminação de que são alvo, e ainda à constituição de um organismo de representação de estruturas trans a nível europeu, o Transgender Europe (TGEU), bem como de um internacional pelos direitos das pessoas trans, o Global Action for Trans* Equality (GATE), ao cada vez maior consenso acerca da despatologização das identidades trans. A nível nacional assistimos, por exemplo, à vigência e à extinção da primeira associação especificamente dedicada às questões da identidade de género – a ªt, à crescente assunção do T pelo movimento associativo LGBT, à produção de várias propostas de leis de identidade de género por parte de associações e de activistas independentes, ao aumento do interesse dos media acerca desta questão e a um tratamento cada vez mais sério (embora muitas vezes traído pela falta de informação) e mais afastado do sensacionalismo, a uma maior consciência político-partidária para as questões de identidade de género, traduzida nas propostas de lei apresentadas no sentido da regulamentação do nome e da menção ao sexo no assento de nascimento e, finalmente, na sua aprovação através da Lei 7/2011, de 15 de Março. Mas assistimos, igualmente, como já referido, ao brutal assassínio da transexual Gisberta Salce Júnior, acontecimento que terá sido a "pedra de toque" para o despertar destas questões, um ano depois ao de Luna, ao mesmo tempo que tomamos conhecimento, quase quotidianamente, de mais uma notícia de algum outro assassinato de uma pessoa de expressão de género trans nalguma parte do mundo[15], que não pode (ou não deve) deixar ninguém indiferente. Apesar dos progressos, um recente estudo nacional sobre a discriminação de pessoas LGBT demonstrou que as pessoas transexuais são percebidas como as mais discriminadas em Portugal de entre uma listagem de mais de vinte grupos sociais vulneráveis à discriminação (Costa e outros, 2010: 109-110). Ainda mais recentemente, no âmbito do Eurobarómetro 2012, os portugueses consideravam que a situação geradora de maior desconforto, também de entre um conjunto de categorias discriminadas, era ter como presidente da república uma pessoa transexual (http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_393_fact_pt_pt.pdf).

No momento presente podemos também já afirmar que a investigação que sustentou esta tese foi a primeira de muitas (ou, pelo menos de algumas) na área das ciências sociais em Portugal, numa temática em que, para além do interesse em si, e do reconhecimento de que merece ser estudada, é tão

[15] Veja-se o website "Remembering Our Dead" em http://www.gender.org/remember/about/core.html. Segundo dados do "Observatório das Pessoas Trans Assassinadas", desenvolvido no âmbito do projecto "Trans Respect versus Transphobia Worlwide", da responsabilidade da TGEU – Transgender Europe, só entre Novembro de 2012 e Novembro de 2013 foram assassinadas 238 pessoas trans (www.transrespeto-transfobia.org). Como bem lembrava Gordene Olga MacKenzie (1994) é no mínimo irónico que as pessoas trans sejam com alguma frequência retratadas, nomeadamente no cinema - lembremos *Psico* (1960) de Alfred Hitchcock e *Vestida para Matar* (1980) de Brian de Palma -, como pessoas desequilibradas, perigosas e até assassinas, quando são, na realidade, um dos grupos mais sujeitos à discriminação, a qual chega como mostram os números anteriores, a assumir a sua forma mais extremada. Ainda assim, também no cinema é notória uma mudança de abordagem destes fenómenos, por exemplo, para mencionar apenas os de maior sucesso comercial, *Boys Don't Cry* (1999), de Kimberly Peirce, baseado na história verídica de Brandon Teena ou, já no campo da ficção, *Transamerica* (2005) de Duncan Tucker.

frutífera nas ilações a retirar, não apenas acerca da transexualidade e do transgénero, das vivências e experiências destas pessoas, mas também, e mais genericamente, para o "género", o "sexo", a "sexualidade", o "corpo", e até para as políticas públicas e os direitos de cidadania. O acréscimo de interesse por parte das ciências sociais, e especificamente da sociologia, acerca destes fenómenos, permitirá a breve prazo constituir, também para a realidade portuguesa, um património acumulado de conhecimento acerca destes fenómenos e ir preenchendo, ainda que sempre provisoriamente, as alastradíssimas "zonas de disponibilidade heurística" (Almeida e Pinto, 1986) de que partimos nesta pesquisa.

Percurso da tese

Esta tese não constitui um produto isolado, antes se insere num conjunto de produtos originados pelo desenvolvimento do projecto de investigação "Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género", não esgotando a totalidade de resultados que gerou e foram sendo parcialmente apresentados em diferentes sedes e formatos ao longo deste período[16]. Tendo sido elaborada em simultâneo, ou já posteriormente, ao de apresentação de parte dos seus resultados – em comunicações em eventos científicos, nacionais e internacionais, na área das ciências sociais ou outras (nomeadamente as psico-médicas) ou em determinadas temáticas específicas (saúde, educação, discriminação); através da publicação de artigos; participação em encontros e debates do movimento associativo, etc. – beneficia já, para além dos contributos acumulados pela partilha, das impressões sobre o que seria porventura mais útil e fundamental abordar, quais os principais aspectos a focar e "vazios" a preencher. Decidimo-nos assim, para esta tese, pelo investimento mais genérico de contribuir para a "literacia trans": para a inteligibilidade teórica e a legibilidade social das identidades e corpos trans e, nesse sentido, para a sua "humanidade".

Começamos, já na última parte desta introdução, por incidir nos próprios significados dos termos e conceitos fundamentais desta pesquisa – transexualidade, transgénero, trans. Ao nível teórico, privilegiaremos as abordagens específicas sobre o trans nas diversas correntes da teoria social – embora iniciando pela teoria médica, a primeira a interessar-se sobre o fenómeno e a partir da qual se constituiu a "epistemologia dominante do transgénero", e em relação à qual todas as outras se posicionam –, passando pelos próprios "estudos transgénero vindos de dentro", culminando nas "proposta contemporâneas da sociologia", que não terão ainda porventura grande divulgação na academia nacional (cap. 1). Metodologicamente, aprofundaremos os objectivos e as estratégias metodológicas da abordagem da transexualidade e do transgénero enquanto fenómenos sociais, e, dado o também pioneirismo no contexto nacional da pesquisa empírica a partir deste tipo de população, reflectiremos, igualmente, sobre os desafios específicos colocados à sua "observação" (em sentido

[16] No capítulo 2 daremos conta mais detalhadamente dos resultados alcançados e do modo como foram divididos pelos diferentes produtos do projecto de investigação, sobretudo entre os dois mais extensos – o seu Relatório Final (Saleiro, 2010) e a presente tese. Ao longo do texto remeteremos também, sempre que se justifique, para as referências onde as matérias afloradas foram desenvolvidas.

amplo) (cap. 2). No plano contextual, retomaremos o exercício iniciado no relatório final do projecto de investigação de reconstituição do panorama da transexualidade e do transgénero em Portugal, nos seus três eixos estruturantes – o jurídico, o dos cuidados de saúde e o associativo, enquadrando a análise no contexto internacional e sobretudo europeu, o que permite traçar as condições macro onde se constituem as identidades de género e, simultaneamente, contribuir para preencher as lacunas detectadas ao nível da informação disponível sobre a temática (cap. 3). Finalmente, traduzindo aquilo que foi uma evidência da imersão no terreno, do contacto com os espaços e os protagonistas trans e os seus discursos – a diversidade de identidades e expressões de género que povoam o universo do trans-género, que o alargado desconhecimento reduz a um "todo" ou a um "outro" uniforme (ainda que disforme) – pretende-se dar visibilidade e contribuir para a legibilidade do trans-género através do mapeamento dos diferentes modos de experienciar e expressar o (trans)género encontrados na sociedade portuguesa, organizando-os em torno de categorias de (trans)género por referência a um conjunto de dimensões centrais para a sua caracterização (cap. 4) e, depois, explorar mais aprofundadamente, com recurso intensivo ao discurso dos sujeitos, esses diferentes modos ou essa "diversidade" existente dentro da "diversidade de género" (cap. 5).

Transexualidade, Transgénero, Trans: À volta dos termos

Como sabemos, as designações não são neutras e nos fenómenos de que nos ocupamos isso é bem visível, desde logo nas diferenças que podem ser encontradas entre as utilizadas nas ciências sociais e as mais tradicionalmente utilizadas nas ciências médicas (por exemplo, *uma* "*mulher* transexual" ser denominada como *um* "transexual *masculino*"). No campo onde nos movemos, dada a recente visibilidade dos fenómenos, tais designações estão ainda em acesa disputa, colocando em jogo definições conceptuais, não só com origem nas ciências, mas também no próprio movimento associativo e político. Esta tese centra-se na transexualidade e no transgénero e convém determo-nos no(s) seu(s) significado(s), tendo em conta o reconhecimento comum à maioria dos autores que se dedicam a esta matéria, de que as definições que avançam são provisórias e sujeitas a revisão, precisamente porque os conteúdos dos termos permanecem ainda em negociação (Valentine, 2007: 38; Monro, 2005: 5). Além disso, como nota Valentine, no seu exercício etnográfico sobre a (própria) categoria de "transgénero", há que ter devidamente em consideração as assumpções e os significados que o termo (bem como outros, acrescentaríamos) transporta, o que nem sempre tem acontecido quando se introduz na literatura antropológica, médica, sociológica e outras (2007: 150).

Tradicionalmente, o termo "transexual", com origem nas ciências médicas, é utilizado para se referir às pessoas que realizam intervenções médicas, incluindo as cirúrgicas, para se tornarem "biologicamente" do sexo "oposto"[17] àquele que lhes foi previamente atribuído (Kessler e McKenna,

[17] Colocamos entre aspas "oposto" quando referido ao sexo, pois essa qualificação pressupõe a concepção do sexo como dicotómico, o que tem vindo cada vez mais a ser problematizado ou mesmo contestado, quer pelas ciências sociais, quer pelas naturais, como daremos conta no primeiro capítulo deste trabalho. Por outro lado,

2000; Stryker, 2006a). Por sua vez, o termo "transgénero" é utilizado para se referir às pessoas que assumem papéis de género convencionalmente associados aos desempenhados pelas pessoas do sexo "oposto" ao que lhes foi atribuído, mas que não tencionam submeter-se a intervenções cirúrgicas ou passar por uma transição física (Kessler e McKenna, 2000; Stryker, 2006a). Esta distinção (tendo até um certo paralelismo com a distinção que na língua portuguesa se faz entre "transexual" e "travesti"[18]) é ainda de algum modo devedora do significado original do termo "*transgender*" que, embora haja indícios de que possa ter surgido noutros contextos (Valentine, 2007: 32), ficou associado a Virginia Prince, no decurso dos anos 1970, que assim se terá intitulado para distinguir a sua situação de não desejo de realização de cirurgia de reatribuição de sexo, da situação dos já cunhados na medicina como "transexuais", cuja realização da cirurgia genital era considerada como constitutiva da sua identidade de género[19].

A distinção entre transexual e transgénero baseada na extensão e "encarnação" (no sentido de inscritas no corpo) das intervenções corporais ou, mais precisamente, na cirurgia genital, realizadas (ou desejadas) parece-nos contudo simplista e redutora, sobretudo se medida pela perspectiva das auto-identidades, como pudemos comprovar pelo acesso ao discurso dos sujeitos ao longo da presente pesquisa. Se as transformações corporais são um eixo estrutural e estruturante das identidades *transexuais*, as modalidades e a extensão em que são desejadas e/ou realizadas é de geometria variável, sendo o factor comum que as trespassa o *perceber-se e o desejo de se ser percebido* permanentemente *pelos outros* (em público e em privado) *como membro legítimo do sexo/género*[20] *"oposto" ao que lhe foi atribuído à nascença*. Trata-se pois de processos de "migração" de género (Ekins e King 2001b, 2006). A transexualidade contém duas categorias: "homem transexual" e "mulher transexual". Em sintonia com a definição reivindicada pelos próprios sujeitos e pelos seus representantes, e no sentido contrário àquilo que é mais usual nas ciências médicas, as ciências sociais tomam como ponto de referência o modo como os indivíduos se apresentam em termos de género,

---

podemos questionar a própria qualificação de "oposto" quando aplicada ao sexo biológico ou cromossomático, como bem notou Sedgwick (2008 [1990]: 29), pois em que sentido pode o xx ser o "oposto" de xy, ou, se quisermos acrescentar aquele que é tomado correntemente como "o" marcador do "sexo" – a genitália –, em que sentido a vagina é o oposto do pénis? Estamos pois a referir-nos ao modo como o sexo é correntemente perspectivado.

[18] Esta distinção é claríssima no contexto brasileiro, onde o próprio movimento associativo T tem estas duas "ramificações". E parece-nos estar também presente, em Portugal, ao nível do discurso e das práticas psico-médicas, onde o acompanhamento psicológico realizado no início do processo clínico tendo em vista a produção do diagnóstico, de que dependerá o tipo de cuidados a que a pessoa em causa terá direito a aceder, tem como um dos objectivos fundamentais proceder a essa distinção. Encontrámos igualmente a distinção colocada nesses termos no discurso de alguns dos nossos sujeitos empíricos (cf. cap. 5).

[19] Esta matéria será retomada já de seguida (cap. 1.1).

[20] Atendendo a que no sistema de género prevalecente o "género" é uma decorrência natural e fixa do "sexo", optamos pela sua referência conjunta nestes casos. Embora seja o "sexo" que está a ser escrutinado à nascença (ou ainda antes), uma vez que é aferido pela inspecção dos genitais e é essa a categoria legal presente no assento de nascimento (é logo na relação da categoria com os seus valores que vamos encontrar a (con)fusão, sendo a categoria "sexo" e os valores possíveis "feminino" ou "masculino"), é uma apresentação e um papel de género que estão a ser atribuídos nesse exercício; sendo o "género" a categoria mais relevante em termos sociais.

correspondendo os homens transexuais às transições FtM[21], ou seja, de feminino para masculino (as ciências médicas designam-nos de "transexuais femininos", partindo da matriz biológica) e as mulheres transexuais às transições MtF, ou seja, de masculino para feminino (designados nas ciências médicas como "transexuais masculinos").

Estamos aqui próximos dos termos em que é colocada a definição de transexual contida no recente glossário da ILGA Europe (Julho de 2011), que parte primordialmente da auto-identificação de género, posicionando as transformações corporais como uma decorrência dessa auto-identificação:

> "Transexual: refere-se às pessoas que se identificam inteiramente com o papel de género oposto ao sexo que lhes foi atribuído à nascença e procuram viver permanentemente no papel de género preferido. É frequentemente acompanhado de uma forte rejeição das suas características físicas sexuais primárias e secundárias e do desejo de ajustar o seu corpo ao seu género preferido. As pessoas transexuais podem tencionar passar, ter passado ou estar a passar por um tratamento de reatribuição de género (que pode ou não envolver terapia hormonal e cirurgia)." (http://www.ilga-europe.org/home/publications/ reports_and_other_materials/ilga_Europe_ glossary).

As estéticas e arranjos corporais das pessoas transexuais podem ser variadas, desde uma conformidade o mais aproximada possível à tradicionalmente associada ao género desejado, até à assunção de alguns "desvios", por exemplo uma intervenção genital com resultado não totalmente convergente com o padrão biológico do género ou ainda a ausência de alteração genital. É preciso não esquecer que o alcance das alterações corporais não decorre apenas do desejo, mas está obviamente dependente das condições objectivas para a sua realização. Neste processo podem entrar em jogo factores como o estado de saúde dos indivíduos, as possibilidades técnicas e tecnológicas oferecidas pela medicina[22], a sua disponibilização num dado contexto sócio-temporal[23] ou ainda a capacidade de cada indivíduo a elas aceder (onde entram em acção os vários capitais, desde os culturais aos económicos).

Acresce que algumas identidades de género trans não enquadradas na transexual e cobertas pelo transgénero, podem recorrer a transformações corporais encarnadas, que chegam mesmo a incluir as cirúrgicas, ainda que não geralmente as genitais, por exemplo as de feminização facial. Em sentido oposto, apesar de ainda sem visibilidade em Portugal, tivemos oportunidade de contactar com mulheres biológicas que tinham realizado mastectomias e que não se auto-identificavam como homem transexual. Encontramos no contexto nacional, com alguma frequência, fora da transexualidade, pessoas com transformações corporais encarnadas, nomeadamente de origem endocrinológica, mediante a toma autogerida de hormonas.

Um outro aspecto problemático é o de que a distinção colocada nesses termos parece reproduzir a distinção entre "sexo" e "género" nos moldes tradicionais, no sentido em que o cerne da transexualidade seria o sexo biológico e o do transgénero o modo como se expressa, ou dito de outro

[21] Optámos pela utilização das abreviaturas de língua inglesa FtM para *Female to Male* e de MtF para *Male to Female*, por serem universalmente utilizadas para descrever o sentido das transição de género.

[22] Por exemplo, dada a complexidade da (re)construção cirúrgica do pénis, alguns homens transexuais optam pela metoidioplastia, intervenção cirúrgica que consiste em "soltar" o clitóris que, já ampliado pela toma de substâncias hormonais, adquire o aspecto de um "micro-pénis".

[23] Recordamos, por exemplo, que em Portugal, até 1995, as cirurgias de reatribuição de sexo não eram realizadas e estavam mesmo formalmente proibidas pela Ordem dos Médicos.

modo, a performatividade. Isso remete para uma outra dicotomia, também algo simplista, entre "essencialismo" e "construtivismo" na construção das identidades. Esta era uma das nossas hipóteses de partida, mas o decorrer da investigação - quer o aprofundamento da literatura, quer sobretudo o contacto com os sujeitos -, haveria de nos mostrar uma realidade bem mais complexa e nuanceada, apesar de, em nosso entender, se manter a pertinência de distinguir transexualidade e transgénero.

Mais afastada desta visão mais tradicional, a versão anos 1990[24] utiliza o termo "transgénero" num sentido aglutinador que, diferentemente de "transexual", pode englobar uma diversidade de identidades, expressões de género e estéticas corporais (Ekins e King, 2006; Stryker, 2006a; Hines, 2007a, 2007b; Whittle, Turner e Al-Alami, 2007). Neste seu segundo sentido, mais político e politizado, de união e de criação de uma "comunidade", o termo "transgénero"[25] reúne todas as expressões de género fora do sistema dicotómico dos dois sexos/géneros em prol de uma luta em comum, como está bem patente no manifesto de Leslie Feinberg (1992), a primeira utilizadora do "transgénero" neste sentido. Whittle avança com uma definição de "transgénero", que ilustra os seus múltiplos significados:

> "[Transgénero é] um termo chapéu-de-chuva usado para definir uma comunidade política e social, o qual é inclusivo para as pessoas transexuais, as pessoas transgénero, *cross-dressers* (*transvestites*), e outros grupos de pessoas 'variantes de género', tal como *drag queens* e *kings*, lésbicas sapatonas (*butch lesbians*, no original), e mulheres 'masculinizadas' ou '*passing*'. 'Transgénero' tem também sido usado para referir todas as pessoas que expressam o género de modos tradicionalmente não associados ao seu sexo. Similarmente, também tem sido usado para referir pessoas que expressam o género de formas não tradicionais, mas que continuam a identificar-se com o sexo atribuído à nascença." (Whittle, 2000: 65)

No entanto, este sentido foi contestado por alguns autores (sobretudo *insiders*) que consideram que uma visão "compacta" e "indiferenciada", contendo uma multiplicidade de expressões de género, é susceptível de retirar visibilidade e particularidade a cada uma delas, quer ao nível identitário, quer ao nível político (Namaste, 1996a; Prosser, 1998; More, 1999; Rubin, 1999). Os autores que mais se têm manifestado neste sentido são os que se identificam como transexuais, que chegam a defender a exclusão da categoria de "transexual" da alçada do "transgénero" (O'Hartigan, 1993)[26]. Esta contestação é justificada, ao nível das (auto) identidades, porque algumas pessoas transexuais não se posicionam em termos de género fora do sistema dos dois sexos/géneros, mas desejam precisamente incluí-lo e habitar um dos seus constituintes (estando pois aqui mais próximos do cisgénero). Ao nível político, das identidades colectivas, porque as reivindicações podem, não só não ser comuns, como ser mesmo contraditórias (de que é exemplo o movimento a favor da "desmedicalização das identidades trans", de que se demarcam algumas pessoas transexuais, sendo uma das suas principais batalhas algo que pode ser tomado como o seu contrário, que é a disponibilização e o acesso aos cuidados

[24] Analisaremos mais detalhadamente o contexto de surgimento do "transgénero" neste sentido, no capítulo 1.5.
[25] Para um maior desenvolvimento da evolução e crítica do "transgénero" veja-se Valentine (2007) que procede à "etnografia da (própria) categoria".
[26] Nas palavras peremptórias e sentidas da autora, "Nomear é poder… O princípio e o fim da liberdade reside no poder de nos nomearmos a nós próprios – ou a outros. (…) Cada aplicação, a mim, do termo *transgénero* é uma tentativa de mascarar o que fiz e deste modo coopta a minha vida, nega a minha experiência, viola a minha alma. Eu mudei o meu sexo. (…) Eu não sou transgénero." (O'Hartigan, 1993: 20).

clínicos[27]). Há como que o receio de que a identidade transexual se dilua nas teorizações fluidas do transgénero, frequentemente associado ao *queer* aos níveis teórico e político (Prosser, 1998; Rubin, 1999; Namaste, 2005). E efectivamente, as pesquisas com recurso ao discurso dos sujeitos (por exemplo a de Hines, 2007a), mostram que podem existir diferenças substanciais e significativas entre as experiências daqueles que se auto-denominam de transexuais e as dos que se auto-denominam de transgénero. Na presente pesquisa, remetida ao contexto nacional, embora o "transgénero" não fizesse (ainda?) parte do vocabulário da maioria das pessoas auscultadas[28] e por isso não houvesse propriamente uma auto-identificação com o termo (com excepção das pessoas mais politizadas), foram notórias as distinções entre uma identidade transexual – aquela que parece ser a mais estabelecida e que se constitui como uma referência à qual se cola ou descola em termos identitários – e as "outras". Houve também casos de pessoas transexuais que não avaliavam como adequada a utilização do "transgénero" para designar a sua condição de género, nomeadamente por considerarem que o género não muda, o que muda é o corpo (ou o sexo) para, precisamente, se adequar ao género.

Patricia Elliot (2009), reflectindo sobre a tensão transexual/transgénero nos estudos trans actuais[29], a partir de uma tripla condição – a de mulher, cisgénero e feminista –, propõe que as feministas "não-trans" adoptem uma orientação que reconheça as necessidades e os objectivos de ambos (transexuais e transgénero), bem como identifique onde e porquê eles entram em conflito (2009: 7). Esta posição é contrária à de autores como Bernice Hausman, que proclama que o posicionamento feminista deve ser não apoiar nenhum dos lados (2001: 486).

Na presente pesquisa, situamo-nos na primeira proposta: não privilegiamos nem uns nem outros, reconhecendo a pertinência de uma análise da discussão. E é também por isso que decidimos manter a distinção entre transexualidade e transgénero, quando ela é necessária, porque só aplicável a uns ou a outros, sem subsumirmos uns nos outros. Tal posição não deriva apenas de um princípio teórico, mas, como dissemos, é uma decorrência do trabalho empírico, do acesso às narrativas e experiências de vida das pessoas. A utilização da distinção afigurou-se-nos mais heurística do que a versão compacta. Sendo este um trabalho académico, não sobrepusemos também a questão política – a necessidade de união de uma "comunidade" e de não fomentar "cisões" – àquela que consideramos primordial: contribuir para a compreensão destes fenómenos. Isto, pese embora as articulações e as semelhanças e proximidades entre a transexualidade e o transgénero, dado partilharem o cerne de se afastarem, de algum modo, em maior ou menor grau, assumidamente ou não, do modelo estruturante de sexo/género em vigor: o modelo dicotómico, essencialista e rígido que nos divide a todos desde o nascimento (ou ainda antes, com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias) entre meninos e meninas, homens e mulheres, e não prevê "transferências" entre as partes. Quer isto dizer que

[27] Esta questão da aparente contradição entre a desmedicalização ou despatologização das identidades trans e o acesso aos cuidados de saúde trans-específicos tem vindo contudo a ser ultrapassada no sentido da compatibilização, se não mesmo complementaridade de ambas, como se abordará sobretudo no capítulo 3.2.
[28] Voltaremos a este assunto no capítulo 4.1.
[29] Retomaremos esta matéria no cap. 1.5.

considerar pertinente, em termos conceptuais e heurísticos, tal distinção, não significa não reconhecer o sentido, a utilidade e as possibilidades de uma coligação ao nível político.[30] Finalmente, e no contexto concreto deste estudo, pareceu-nos ainda que se justificaria manter a distinção, uma vez que a larga maioria dos participantes se posiciona na transexualidade e por isso consideramos justo e legítimo que tal seja destacado.

Uma opção que tem sido cada vez mais adoptada, quer na academia, quer no seio do movimento associativo, para traduzir todos estes sentidos e esta amplitude, mas sem haver uma conotação a um dos termos, é a do termo abreviado, e prefixo dos dois anteriores –"trans[31]"–, tal como o começaram a fazer, por exemplo, os seguintes autores: Feinberg (1996[32], 1998), Cromwell (1999a), Rubin (1999), Monro (2000), Whittle (2000), Hill e Willoughby (2005), Whittle, Turner e Al-Alami (2007), Whittle e outros (2008), Lim e Browne (2009), Turner, Whittle e Combs (2009), Sanger (2008 e 2010), Ekins e King (2010), Fee (2010), Hines (2010a, b, c), Rooke (2010a, b), Rundall e Vecchietti (2010), Westbrook (2010).

Adoptaremos na presente pesquisa uma concepção de "*trans*" próxima da avançada por Sanger, que parte das auto-identificações de género, ou seja, *uma pessoa trans será qualquer indivíduo que se identifique com um género que não (exclusivamente) aquele que lhe foi atribuído à nascença.* Isto pode significar alguém reconhecido como género masculino à nascença, mas que se identifica com o feminino ou vice-versa, ou identifica-se com as duas ou com nenhuma das categorias binárias de género comummente aceites (cf. Sanger, 2008: 42, 2010: 272). É pois um termo aglutinador e inclusivo de todas as identidades e expressões de género fora das tradicionais, tal como o transgénero, mas desejavelmente mais neutro do que aquele, quer teórica, quer politicamente.

Neste trabalho, que parte das auto-identificações, não contemplamos sob alçada do "trans" as pessoas que, pelo menos pontualmente, não se identifiquem com um género fora do que lhe foi atribuído à nascença (que estão frequentemente incluídos na utilização mais ampla do "transgénero",

[30] Aliás, a luta pela despatologização das identidades trans é um bom exemplo de como essa compatibilização é possível. Sendo apresentada, numa primeira fase, com a tónica fortemente colocada na retirada do "transexualismo" ou "perturbação da identidade de género" dos catálogos das doenças mentais, contou com a resistência de parte da comunidade transexual, que temeu que essa ausência viesse a ter consequências na disponibilização de cuidados de saúde que lhes eram prestados (ainda mais, em casos como o de Portugal, em que estes estão integrados no Serviço Nacional de Saúde). Com o passar do tempo, o movimento pela despatologização, sensível a esse "perigo", viria a colocar a par da reivindicação da exclusão das "identidades trans" como doenças mentais, a luta pela garantia da disponibilização de serviços de saúde adequados, quando desejados, e juntando ainda à lista das reivindicações a autonomia das pessoas trans e a capacidade de decisão e de gestão no contexto desses cuidados. Ou seja, investindo paralelamente numa mudança estrutural e histórica na relação profissionais de saúde/indivíduos trans, de fazer destes últimos o agente da decisão.

[31] Mais num sentido político, de agregação de todas as expressões de género fora das expectáveis face ao sexo/género atribuído à nascença, começa agora a ser comum a utilização da formulação "trans*", sendo que "o asterisco visa tornar explícito o seu carácter aberto." (GATE, 2011: 7).

[32] Em 1996, no prefácio do seu *TRANSgender Warriors*, Feinberg, que fica na história por ser percursora da utilização de "transgénero" como termo agregador, confessa que "(…) a palavra *trans* tem vindo a ser crescentemente utilizada pela comunidade de género como um termo que une toda a coligação. Se o termo gozasse já de reconhecimento popular, eu teria intitulado este livro de *Trans Warriors*." (1996: xi, itálicos no original), intenção concretizada dois anos depois com a publicação de *Trans Libertation* (1998).

tal como desde logo proposto por Feinberg, 1992, e reproduzido em definições posteriores, como por exemplo a de Whittle, 2000, que vimos anteriormente), embora podendo apresentar expressões de género associadas ao sexo "oposto" ao que lhe foi atribuído. Referimo-nos, por exemplo, a *gays* "efeminados" e a lésbicas "masculinizadas".

Embora o próprio "trans" não seja destituído de polémica e de contestação (como provavelmente qualquer que fosse o escolhido), nomeadamente da parte de alguns dos sujeitos que assim serão identificados, não o estamos a utilizar de modo "ligeiro" ou com "ligeireza". Tal crítica é frequentemente feita, como se a sua utilização subentendesse um modo desproblematizado ou mesmo desproblematizador e pouco reflectido de referir as pessoas percebidas como ocupando um espaço fora da cissexualidade ou do cisgénero. Evitaremos a sua utilização como substantivo – como fazemos com a transexualidade e o transgénero –, e privilegiamos o seu uso como adjectivo, ou seja, pessoa trans, expressão de género trans, comunidade trans, etc. É que, em termos práticos, ele é necessário, porque quando estamos posicionados na problemática da identidade de género, temos que ter um termo que designe todos aqueles que não se enquadram no sistema dos dois sexos/géneros únicos e convergentes ou, dito de outro modo, fora do cisgénero. Além disso, é útil também no plano teórico, porque atravessa a divisão transexual/transgénero, respectivamente associadas ao sexo e ao género (Lim e Browne, 2009); e, no plano político, porque pretende aumentar a inclusão de identidades e expressões de género (Whittle, Turner e Al-Alami, 2007; Lim e Browne, 2009).

Como referimos, evitaremos a utilização de "trans" como substantivo, pelas razões já mencionadas e também porque muitas vezes a inteligibilidade e precisão exigem que se esclareça que estamos localizados na problemática do "género" – dado que o prefixo trans pode ser utilizado em muitos outros contextos e sentidos – e por isso no *"trans-género"***,** que utilizaremos como *substantivo para designar, de uma vez, as pessoas transexuais e transgénero*.

De qualquer modo, utilizaremos "*transgénero*" (sem o hífen) *no seu sentido amplo*, como *termo aglutinador das várias identidades e expressões de género, para nos referirmos ao movimento político surgido na década de 1990, no sentido do T da sigla LGBT, ou quando contextualizado na lógica de cada autor/instituição a que estamos a reportar*. Efectivamente, a nível político e institucional – tanto no activismo como nas conquistas na esfera dos direitos humanos (cf. cap. 3), ou seja, em termos das identidades colectivas, aquele é o termo genérico privilegiadamente utilizado para abarcar toda a população trans. Aliás, sobretudo no contexto linguístico anglo-saxónico é até frequentemente utilizado mesmo para referir exclusivamente a população transexual, numa espécie de termo mais "politicamente correcto".

Fora da sua utilização nesse sentido mais político-institucional,[33] utilizaremos o termo *transgénero* para nos referirmos a *todas as identidades e expressões de género trans, excepto as*

[33] É da emergência, estabilização e generalização do termo a nível político-institucional que dá precisamente conta a obra de Valentine (2007), comparando essa hegemonia institucional do termo e da categoria na sociedade norte-americana com a diversidade das designações auto-identitárias das pessoas que o mesmo pretende abarcar.

transexuais. Incluem-se aqui expressões como *cross-dressing*, travesti, *drag*, andrógino, etc. Ou seja, referenciando com a sua utilização todos aqueles que se identificam com as duas ou nenhuma das categorias de género comummente aceites, tratando-se de processos já não de "migração", mas de "oscilação", "apagamento" ou "transgressão" de género (Ekins e King, 2001b, 2006). Fazemo-lo na lógica de uma primeira grande distinção entre a população trans, pois, como teremos ocasião de ver ao longo deste trabalho, existem outras que podem ser feitas. Não ignoramos, aliás, que as restantes expressões de género cobertas pelo transgénero, caso tivessem voz, poderiam esgrimir argumentos semelhantes aos das pessoas transexuais e reivindicarem uma categoria própria, distinta e distintiva da sua identidade e expressão de género. Neste trabalho pretendemos igualmente contribuir para a caracterização, visibilização e compreensão desses "outros" modos de vivência de (trans)género (cf. caps. 4 e 5).

Quanto ao termo "transexual", embora cientes da sua origem medicalizada – ao contrário do "transgénero" e do "trans", que partiram das próprias comunidades –, cremos que não seria muito produtivo e eficaz declarar a sua inutilidade ou propor uma alteração que fizesse conceptualmente mais sentido em termos das ciências sociais. Estando já situados numa área em que é generalizada a não familiaridade com o fenómeno e as respectivas designações, consideramos que propor termos alternativos para o fenómeno na perspectiva das ciências sociais, como, por exemplo, o de "migrantes de género" (Ekins e King, 2006) poderia constituir um acrescento a essa confusão, logo potenciando a invisibilidade e ininteligibilidade social. Gostamos de pensar que trabalhos académicos podem e devem contribuir para o reconhecimento e a compreensão social da realidade, por isso aderimos plenamente à pertinência de discutir a medicalização de uma identidade de género, mas parece-nos mais produtivo contribuir para uma desfocagem dessa abordagem médica do termo e para a sua abertura a outros sentidos e significados, tornando-o portanto mais plástico, do que propriamente declarar o seu óbito ou a sua inutilidade na análise social. Na realidade, mesmo os autores que questionam o termo, acabam por utilizá-lo para se fazerem entender, ou seja, para garantir um certo tipo de reconhecimento da realidade a que se reportam. O uso que fazemos de "transexual", ao contrário de outros autores que sendo altamente críticos do "transexual", da "transexualidade" ou do "transexualismo" acabam por replicar acriticamente o seu sentido tradicional, na análise que produzem sobre o fenómeno (por exemplo, Hausman, 1995), expande o termo a pessoas que podem não ter uma relação formal com o sistema e as tecnologias médicas, logo que nunca foram oficialmente reconhecidas como tal. Não é pois sinónimo da sua definição nas ciências psico-médicas. Aliás, são as próprias pessoas transexuais que estão a contribuir para essa ampliação e reformulação de "transexual", aceitando essa designação de género para si ao mesmo tempo que "se contam" em moldes significativamente diferentes dos tradicionais (por exemplo, More, 1999; Whittle, 1999b; Califia, 2003 [1997]; Rubin, 2003). Para nos referirmos ao entendimento de transexualidade mais

próximo do construído e veiculado através do discurso e das práticas psico-médicas mais tradicionais, teremos o cuidado de acrescentar tratar-se da sua concepção "clássica"[34].

Referir-nos-emos ainda, à semelhança de outros autores que trabalham sobre o tema, à "diversidade de género" (Monro, 2010, que propõe mesmo uma "sociologia da diversidade de género"; Hines e Sanger, 2010), termo especialmente feliz porque mais neutro e inclusivo deste tipo de população, não a posicionando como "à parte", mas reposicionando-a como "uma parte".

[34] A "narrativa clássica da transexualidade" é desenvolvida no ponto com a mesma designação (cf. cap. 1.1).

1. A teorização da transexualidade e do transgénero: de categorias médicas a identidades sociais

Se nos detivermos especificamente na produção sociológica relativa ao estudo da transexualidade e/ou transgénero verificamos que, após um começo auspicioso representado pelo famoso caso de Agnes estudado por Harold Garfinkel e incluído nos seus *Estudos em Etnometodologia* (1967), ainda nos anos sessenta do século passado, em que parecia que a disciplina iria acompanhar o interesse pelo tema demonstrado pelas ciências médicas e pela psicologia, se seguiu um interregno de uma década até que a própria etnometodologia se voltasse a interessar pelo tema, com Kessler e McKenna (1985 [1978]), e se iniciassem as primeiras investigações dos britânicos Richard Ekins e Dave King sobre o fenómeno, que contudo viriam a ser publicadas e a ter circulação alargada bem mais tarde[35]. Podemos pois considerar que é já neste século que a temática entra plenamente na disciplina, assim interpelada, sobretudo desde a derradeira década do século XX, pelo desenvolvimento da chamada teoria *queer* e da visibilidade do fenómeno, quer a nível do movimento associativo, quer da própria academia, com os *"Transgender Studies"*.

Até recentemente a produção sociológica sobre esta temática não era pois abundante, se comparada, por exemplo, com a relacionada com a orientação sexual e as identidades sexuais, o que nos levava a questionar se não teria ainda sucedido com a transexualidade e o transgénero o que já sucedera com a outra problemática referida, ou seja, enquanto era já generalizada a aceitação da homossexualidade como um domínio do social, o fenómeno da transexualidade e do transgénero continuava confinado ao campo das ciências médicas e da psicologia, não lhe sendo reconhecida a sua natureza social. E, no entanto, podemos supor o interesse que a temática coloca à sociologia não só no sentido de conhecer uma realidade integrante da sociedade como qualquer outra, mas também com elevadas potencialidades de contribuir para a própria compreensão e definição do conceito de género, tantas vezes, até mesmo no âmbito desta disciplina, sujeito à tentação de uma associação automática e desproblematizada ao conceito de sexo. Aliás, o surgimento do termo e a distinção entre "sexo" e "género" emergiu, precisamente, da constatação e da necessidade de compreender fenómenos incluídos naquilo que actualmente podemos abarcar no trans-género. O termo foi introduzido em meados dos anos cinquenta do século passado no âmbito de estudos sobre intersexualidade na Johns Hopkins University, em substituição da antiga designação de "sexo psicológico" e acabaria por entrar definitivamente no léxico da ciência a partir de 1968, com a publicação de "*Sex and Gender"* (1968), obra do psicanalista Robert J. Stoller, que resultou do *Gender Identity Research Project*, iniciado uma década antes, na *Gender Identity Research Clinic* da Universidade da Califórnia, sobre o

[35] No início do primeiro capítulo do seu *The Transgender Phenomenon* (2006), os autores procedem a uma incursão auto-biográfica, relatando as circunstâncias que proporcionaram o seu interesse (solitário) sobre o fenómeno, realçando precisamente o carácter de excepção do seu trabalho inicial por comparação ao que acontece na época em que escrevem. Exactamente quarenta anos afastam o *The Transgender Phenomenon* (2006), que compila o trabalho de décadas dos autores e constitui a primeira obra oriunda da sociologia inteiramente dedicada ao estudo do fenómeno, do *The Transsexual Phenomenon* (1966) de Harry Benjamin considerada a obra fundadora na medicina.

hermafroditismo e a transexualidade. Seria, aliás, no âmbito deste projecto que seria produzido o já referido primeiro estudo sociológico sobre transexualidade (Garfinkel, 1967).

Se traçarmos a genealogia dos estudos que se centram na transexualidade e/ou no transgénero no campo social, e exceptuando as incursões de Garfinkel, descobrimos a sua génese nos estudos sobre mulheres que introduziram a questão do género nas ciências sociais, mais especificamente os de influência da teoria feminista (é aqui que também se situam Kessler e McKenna). Partindo do pressuposto e consequente contestação do sistema patriarcal dominante nas sociedades onde recai a análise, a teoria feminista vai partilhar com os autores que se centram nas minorias sexuais modelos analíticos e conceptuais sobre as identidades de género. Avança-se, num segundo passo, para os "estudos *gay* e lésbicos", que dão visibilidade à questão das identidades sexuais fora da heterossexualidade e, num terceiro, para a teoria *queer*, que trata a totalidade das categorias representadas na sigla LGBT – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgénero (cf. Cascais, 2004b; Vale de Almeida, 2004a).

O património entretanto acumulado, sobretudo a partir da última década do século passado, deu origem a um novo e cada vez mais reconhecido campo de estudos, precisamente os "estudos transgénero" (Ekins e King 1997; Stryker, 2006a). Na definição de Stryker,

> "No seu sentido mais amplo, o campo dos estudos transgénero debruça-se sobre tudo aquilo que corrompa, desnaturalize, rearticule e torne visível as relações normativas que geralmente assumimos que existem entre a especificidade biológica do corpo humano sexualmente diferenciado, os papéis sociais e os estatutos que uma forma particular do corpo é susceptível de ocupar, a relação subjectivamente experienciada entre um sentido de *self* genderado e as expectativas sociais de uma performance de papel de género, e os mecanismos culturais que funcionam para sustentar ou frustrar as configurações específicas da personalidade genderada." (Stryker, 2006a: 3)

Os "estudos transgénero" são diversos, tanto do ponto de vista das áreas disciplinares – incluindo as humanidades, as artes, a sociologia, a antropologia, a psicologia, a lei, a política social, os estudos literários, a história, a política –, como do tipo de análises e conteúdos – frequentemente misturando textos académicos, com autobiografia e comentário de natureza política. Na sua versão *insider*, incluem autores trans que reflectem uma subjectividade *queer* ao posicionarem-se fora do sistema dois sexos/géneros (por exemplo, Stone, 1991; Bornstein, 1994; MacKenzie, 1994), bem como académicos trans que criticam a teoria *queer* pela ausência de análise remetida ao material – seja social ou corporal (por exemplo, Namaste, 1996a, 2000; Prosser, 1998, 1999; Rubin, 1999, 2003; Whittle, 2006).

Foi indubitavelmente a teoria *queer* a principal responsável por colocar a transexualidade e o transgénero no centro do debate teórico sobre o género, como o demonstra a própria definição do termo que designa este campo de estudos: "*queer* descreve os gestos ou modelos analíticos que dramatizam as incoerências nas relações supostamente estáveis entre sexo cromossomático, género e desejo sexual" (Jagose, 1996: 3). Fazendo bandeira, a nível social, da diferença e da multiplicidade, e do descentramento das identidades a nível teórico, os autores filiados na teoria *queer* revêem-se numa atitude pós-estruturalista e pós-modernista com influência sobretudo de Michel Foucault, e as suas análises posicionam-se epistemologicamente no polo relativista/construtivista. A teoria *queer* tem

contributos inestimáveis para a problemática que aqui nos ocupa, ao descolar e desvincular o "género" do "sexo" e, além disso, explorar os modos pelos quais o próprio "sexo" é uma formação social e cultural (Butler, 1990). Ao ver todas as identidades de género ou sexuais como socialmente construídas, a teoria *queer* desafiou a visão patologizadora das identidades minoritárias, dando seguimento a algumas abordagens sociológicas e feministas que já antes tinham problematizado a correlação entre sexo e género (por exemplo, Kessler e McKenna, 1985 [1978] e West e Zimmerman, 1987).

Trata-se, em geral, de uma literatura de cariz filosófico e desancorada da pesquisa empírica, o que lhe tem valido críticas, tanto da parte de autores trans que não se revêem nas suas abordagens, como da sociologia. Como tal, os contributos para o presente trabalho, situado epistemologicamente no polo realista/racionalista, surgem mais pelas questões levantadas com algum "despudor", muitas das quais consideramos pertinentes e que os posicionamentos teóricos mais *mainstream* se têm abstido de colocar – por exemplo, em que medida o modelo dos dois sexos/géneros únicos e dicotómicos é uma construção social e em que medida se mostra adequado para traduzir (sobretudo) a realidade actual em termos de género; representarão a transexualidade e o transgénero uma transgressão do modelo dos dois sexos/géneros e em que medida contribuem para a sua transformação; nas sociedades pós-modernas serão os indivíduos livres de escolher até o próprio sexo e/ou o género; ou até em que medida as ciências (onde se inclui naturalmente a sociologia) contribuem para a perpetuação do sistema tradicional de sexo/género, e consequentemente para a invisibilidade e inviabilidade social dos sujeitos que se situam fora dele, ao ignorá-los ou tomá-los unicamente no estatuto menor de excepção que justifica a regra – do que propriamente pelas respostas avançadas, carecendo de modelos de análise que tenham em conta as estruturas sociais em que os indivíduos se movem e fazem as suas escolhas.

Na sequência do reconhecimento, simultaneamente, das lacunas e potencialidades dos posicionamentos teóricos *queer*, começam a surgir trabalhos que recentram esse património teórico na sociologia, seja mesmo na forma de uma "*queer sociology*" (Seidman, 1996b; Roseneil, 2000a; Hines, 2006a, 2007a), seja noutras (por exemplo, Hird, 2002a; Monro, 2010; Davis, 2009; Davy, 2011). A propósito da abordagem às identidades transexuais e transgénero, estas propostas apontam para a necessidade quer do recurso ao discurso dos sujeitos (o que remete para a imprescindibilidade da pesquisa empírica), quer da sua colocação à luz das estruturas sociais (enraizando-a e contextualizando-a espacial e temporalmente). Cabe à sociologia no estudo deste fenómeno analisar a diversidade de identidades e expressões de género que podemos encontrar nas sociedades actuais, a sua remissão e compreensão à luz dos contextos e estruturas sociais, e consequente diversidade, e inclusivamente contrariedade, no sentido de transgressão da visão social naturalizada do sexo e do modelo dos dois sexos/géneros que este representa (Hird, 2002a).

No tempo de realização da investigação que agora se apresenta, assistiu-se a um crescendo de estudos especificamente sobre a temática, contando presentemente a sociologia com um património

acumulado e diversificado nesta matéria que se encontra em franca expansão, onde este trabalho simultaneamente se inclui e pretende revisitar.

1.1. A perspectiva médico-psicológica da diversidade de género: a construção da "narrativa clássica da transexualidade"

As teorizações sobre a transexualidade e algumas das expressões contidas no transgénero (como o *cross-dressing*) provenientes da medicina são centrais, na medida em que foi com base nelas que se constituiu sobretudo a identidade transexual, como uma categoria (inicialmente, médica) independente. Embora diversas formas de descoincidência entre sexo e género tenham existido desde sempre, sendo transhistóricas e transculturais[36] – ou, fazendo um paralelo com a constatação de Weeks (2003 [1996]: 42) a propósito do comportamento homossexual, as expressões de género trans sempre tenham existido numa variedade de culturas e sejam erradicáveis das possibilidades de expressão de género humanas –, a atenção da comunidade científica aos fenómenos transexual e transgénero foi iniciada nas ciências psico-médicas há cerca de um século.

As conceptualizações médicas sobre a diversidade de género ocupam ainda hoje uma posição dominante, estabelecendo o modo como o fenómeno é visto e experienciado nas sociedades ocidentais contemporâneas (Hines, 2007a: 9), e cada vez mais também em outras geografias[37]. Como notam os historiadores do "fenómeno transgénero" Richard Ekins e Dave King, que se dedicam ao seu estudo, já desde os anos 1970, "(…) as perspectivas médicas estabeleceram-se como as principais lentes culturais através das quais o *gender blending*[38] pode ser visto na nossa sociedade. Outras perspectivas devem levar as médicas em conta, quer, em última análise, as ampliem, alarguem ou rejeitem" (1996: 75-76). Os estudos médicos e psicológicos construíram formas particulares de pensar acerca da

[36] A reconstituição dessas formas em diversas culturas e em diferentes períodos históricos está para além dos objectivos deste trabalho. Em *TRANSgender Warriors. Making History from Joan of Arc to Dennis Roadman* (1996), Leslie Feinberg mostra a existência de práticas transgénero desde pelo menos a Idade Média. Vern L. Bullough (1975) compila referências de possíveis casos de transexualidade na Europa e América nos últimos 200 anos. Já Serena Nanda (2000) dá conta da diversidade de género existente em diversas regiões do mundo – na Índia, na Tailândia, nas Filipinas, na Polinésia, na Albânia, nas culturas euro-americanas e nas nativas norte-americanas – e das suas variações culturais.

[37] De tal forma que se pode considerar haver uma globalização ou mesmo uma "colonização" com sede nas sociedades ocidentais no modo como identidades e expressões de género fora da cissexualidade são interpretadas em significativas regiões do mundo. A existência de manuais de diagnóstico, como é o caso da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS), que tendo um alcance internacional, partilha os quadros de referência acerca das consideradas "perturbações de identidade de género" com o Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria (APA), será porventura o melhor exemplo dessa extensão geográfica e cultural da visão ocidental sobre o género e os seus "desviantes".

[38] Ekins e King privilegiam e optam pela utilização deste conceito em relação a outros que correspondem a categorias médicas – como transvestismo, transexualismo ou disforia de género –, os quais, segundo defendem, apresentam limitações aos cientistas sociais por presumirem patologia. Já o "*gender blending*", consideram os autores, é um conceito eminentemente sociológico, uma vez que é concebido como um processo, que implica tanto as próprias pessoas que "misturam" as componentes culturalmente estabelecidas do género (ou seja, as pessoas transexuais e transgénero) como os "outros" (por exemplo, a medicina ou os meios de comunicação social) (Ekins e King, 1997: 1). Tal como os autores o concebem, o termo "*blending*" contém dois significados básicos – por um lado, misturar ou combinar, e, por outro, harmonizar (1996: 2).

diversidade de género, as quais continuam a informar os entendimentos culturais e até legais destes fenómenos (Hines, 2007b, 5.1). Aliás, até muito recentemente, o discurso médico-psicológico sobre as identidades trans bem podia caracterizar-se como uma metanarração (no sentido de Lyotard, 1989 [1979]), na medida em que se constitui como um discurso totalizante que presume a abordagem de todo o conhecimento científico, histórico e social, sem deixar lugar a outras compreensões (Martínez-Guzmán e Montenegro, 2010: 232).

Se, como o demonstraram os autores que se dedicaram à temática (por exemplo, Weeks, 2003 [1996]: 51), a existência de um modelo médico contribuiu profundamente para moldar a individualização da homossexualidade, e, por essa via, para a construção da noção de uma "pessoa homossexual distinta", no caso sobretudo da transexualidade, tal influência será comparativamente mais vincada e mais duradoura, dado que ainda hoje nas sociedades ocidentais (e não apenas nestas) a transexualidade (sobre a forma de "perturbação de identidade de género" ou de "transsexualismo"), bem como outras formas de transgénero (como o *cross-dressing*[39], sobre a forma de "transvestismo fetichista"[40]), não só são culturalmente percebidas, como estão formalmente instituídas, como categorias médicas (inscritas nos catálogos de doenças, ao contrário do que acontece, desde 1973, com a homossexualidade, com a sua retirada do DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais da APA – Associação Americana de Psiquiatria), sendo muito recentes (já do presente século) as movimentações (contudo, ainda não conseguidas nem sequer a curto prazo garantidas) para a alteração de tal situação[41].

Num trabalho, como o que agora se apresenta, focado nas identidades transexuais e transgénero, terá que se ter presente que, antes de se constituírem como identidades sociais de pleno direito (processo ainda hoje em curso), aquelas, sobretudo mais uma vez a transexualidade, constituíram-se como entidades nosológicas. Mas também no campo da medicina houve que percorrer um caminho para que as expressões e as identidades transexuais e transgénero fossem percebidas e reconhecidas como algo específico, tendo havido no seio das ciências médicas e psicológicas uma luta pela criação de um espaço de afirmação e de um espaço de intervenção, que foi seguido em Portugal com algumas décadas de atraso por relação aos países ocidentais pioneiros da "construção da

[39] Tal como noutros casos em que não existe na língua portuguesa um termo exactamente com o mesmo sentido, optámos por manter a designação em inglês. A hipótese de opção pela sua tradução à letra, que resultaria em algo como "cruzamento de vestuário" parece-nos não transportar todo o significado do termo. E a tradução não à letra mas do sentido, que resultaria em algo como "apresentação no género 'oposto' ao sexo atribuído", afigura-se pouco prática e pouco versátil.

[40] "*Transvestite fetishism*" no original. A dificuldade com a tradução dos termos em língua portuguesa, e a inexistência de consenso (ou, pelo menos, de conformidade), está bem patente mesmo no seio das ciências médicas. Na única tradução portuguesa do DSM que encontrámos, este surge como "fetichismo transvéstico" (APA, 2002, tradução de José Nunes de Almeida). Já o psiquiatra Afonso de Albuquerque (2006: 127-128) traduz como "transvestismo fetichista". Optámos por uma tradução mais literal de "transvestista", tendo em conta a origem e o contexto de produção da designação e a intenção de se referir especificamente à utilização de vestuário atribuído ao "outro" sexo.

[41] Referimo-nos ao movimento da despatologização das identidades trans, de que daremos conta mais detalhadamente no capítulo 3.

transexualidade moderna ocidental"[42]. Como teremos ocasião de retomar ao longo deste trabalho, terá sido este investimento na "construção" e "consolidação" médica da transexualidade que permite compreender a circunstância de ser esta uma das primeiras a constituir-se colectivamente como uma identidade, porque a primeira a encontrar referências para aquilo que se é, mesmo que seja para contestar o modo como tal é colocado.

Os fenómenos de descoincidência entre sexo e género começaram a ser incorporados na ciência por via da *sexualidade* (e não do *género*, conceito que se viria a desenvolver concomitantemente com a sua necessidade de compreender e explicar este tipo de fenómenos) e essa génese condicionaria todo o seu percurso até aos nossos dias.

Durante o século XIX a medicina começa a destacar-se como área dominante para a compreensão dos fenómenos da sexualidade (Foucault, 1984 [1976]; Weeks, 1977) e na segunda metade desse século a "medicalização do sexualmente peculiar" (Foucault, 1984 [1976]), com o seu interesse pelo "mundo de perversão", viria a proporcionar a atenção e a identificação dos fenómenos trans. As práticas aí inscritas foram então identificadas e classificadas como categorias "particulares" e "peculiares" do comportamento sexual. Como nota King (1996: 80), anteriormente, apresentar-se no género "oposto" ao sexo atribuído, e/ou assim viver, foi interpretado como prática fetichista e descrito como "inversão sexual" ou "sentimento sexual contrário", termos usados para descrever a homossexualidade. Não cabendo traçar aqui pormenorizadamente a história e o percurso da conceptualização da transexualidade e do transgénero na medicina[43], o papel fundador e central que ainda hoje desempenha justifica que lhe dediquemos alguma atenção.

Foi já durante os primeiros anos do séc. XX que surgiram as primeiras tentativas de classificar e conceptualizar as práticas trans, embora existam relatos clínicos de casos assinalados anteriormente (King, 1996: 79-80). O estudo moderno daquilo a que hoje podemos chamar trans-género inicia-se em 1910, com a publicação de *Die Transvestiten* (1910), da autoria do sexólogo alemão Magnus Hirschfeld (Bullough, 2000). Para além de cunhar o termo "*transvestite*"[44] foi também ele que pela primeira vez utilizou o termo "transexualismo", em 1923, ao referir-se ao "*seelischer transsexualismus*" (transexualismo psíquico) (Ekins e King, 2001a). O estudo de Hirschfeld foi pioneiro no estabelecimento de um lugar próprio para o trans-género, separado da homossexualidade. Com base nas investigações que realizou a partir dos casos que acompanhava, Hirschfeld viria a

[42] No capítulo 3 daremos conta do percurso da medicina nacional na assunção dos cuidados trans-específicos.

[43] Para um aprofundamento desta matéria veja-se, por exemplo, Billings e Urban, 1996 [1982]; King, 1996; Bullogh, 2000; Meyerowitz, 2002, especialmente 98-129; Ekins, 2005.

[44] Traduzimos "*transvestite*" por "transvestismo", e não por "travestismo". Embora travestismo seja o termo na língua portuguesa mais correntemente utilizado para referir as situações de descoincidência percebida entre sexo e género, a expressão de género "travesti", uma das que mapearemos na sociedade portuguesa (à semelhança do que acontece na américa do sul) representa apenas uma das formas possíveis de transvestismo, ou seja, uma das expressões de género em que existe a prática de adopção de vestuário e comportamentos socialmente atribuídos ao sexo "oposto" ao da pessoa em causa. Transvestismo terá assim paralelo, ora com o sentido lato, ora com o mais restrito do moderno transgénero, mas em ambos os casos mais alargado do que o de "travestismo" quando remetido especificamente ao travesti.

criticar Krafft-Ebing e outros estudiosos dos comportamentos sexuais por, a seu ver, não conseguirem compreender a verdadeira natureza do fenómeno:

> "Ele [Krafft-Ebing] viu nisso, como a maioria dos autores antes e depois dele, nada mais do que uma variante da homossexualidade, enquanto hoje nos encontramos numa posição de poder dizer que o transvestismo é uma condição que ocorre independentemente e que deve ser considerada separadamente de qualquer outra anomalia sexual." (Hirschfeld, 1938 em King, 1996: 83)

Também o sexólogo britânico Havelock Ellis (1928), que escrevia sobre o assunto desde 1913, contestou a existência de uma relação de implicação entre desejo por pessoas do mesmo sexo e práticas de *cross-dressing* e avançou para a classificação distintiva destas últimas. Ellis defendia a existência de dois tipos de "eonismo" (assim denominado por referência ao Cavaleiro de Eon[45], seguindo a tradição de Krafft-Ebing de descrever tipos de comportamento com nomes de pessoas que os praticavam, casos do sadismo e do masoquismo):

> "Um, o tipo mais comum, é aquele em que a inversão é sobretudo confinada à esfera do vestuário; e o outro, menos comum mas mais completo, é aquele em que o *cross-dressing* é visto comparativamente com indiferença, mas em que o sujeito se identifica ele próprio com os traços físicos e psíquicos que se referem ao sexo oposto, ao qual ele sente realmente pertencer, embora não haja ilusão no que concerne à conformação anatómica." (Ellis, 1928 em King, 1996: 82)

Em suma, os trabalhos pioneiros de Hirschfeld e Ellis produziram duas distinções conceptuais essenciais para a compreensão e estudo futuros destes fenómenos. Em primeiro lugar, o trans-género foi separado da homossexualidade, inaugurando assim a distinção entre *orientação sexual* e *identidade de género*. Em segundo, a "transexualidade" foi identificada como uma categoria distinta dentro do "transvestismo" (termo preferido de Hirschfeld) ou "eonismo" (o cunhado por Ellis), inaugurando também as *distinções internas à própria diversidade de género*.

Estes autores foram seguidos de outros trabalhos, sobretudo na área da psiquiatria, com destaque para a psicanálise. As teorias freudianas dominavam as tentativas de situar a etiologia (com a "ansiedade da castração"[46]), e a consequente "reparação" dos sentimentos e comportamentos de género trans, até ao surgimento e notoriedade do caso de Christine Jorgensen[47], que veio dar um novo impulso ao estudo destes indivíduos (Bullough, 2000; Meyerowitz, 2002; Ekins, 2005). Jorgensen foi a primeira pessoa a ficar (re)conhecida na história por ter realizado uma cirurgia de "mudança de

[45] Cavaleiro da corte do rei Luís XIV de França, que ficou notado na história pelo uso de vestimentas femininas.
[46] Genericamente as explicações freudianas para o comportamento trans assumem que os homens que utilizam vestuário associado ao feminino o fazem por terem constatado, numa fase inicial da sua vida, a ausência de pénis nos genitais das suas mães. Essa constatação criou-lhes uma forte ansiedade pelo medo de perderem o seu próprio pénis, que poderia resultar não só em práticas de *cross-dressing* mas também "noutras" patologias sexuais (Bullogh, 2000).
[47] Para uma análise aprofundada da história de Christine Jorgensen, e do papel por ela desempenhado na história da transexualidade, veja-se o capítulo 2 "*Ex-GI becomes blonde beauty*" da "História da Transexualidade nos Estados Unidos" de Joanne Meyerowitz (2002: 51-97), que lhe é inteiramente dedicado. Pode também ser consultado o *website* oficial em http://www.christinejorgensen.org. A narrativa é popularizada na primeira das muitas auto-biografias de mulheres transexuais em *Christine Jorgensen. A Personal Autobiography* (2000 [1967]), San Francisco, Cleis Press.

sexo"[48], nos anos 1950, tendo realizado as intervenções cirúrgicas (castração, remoção do pénis e transformação do escroto em lábios vaginais) na Dinamarca, país onde a castração cirúrgica era permitida e praticada em casos de crimes sexuais, com a permissão das autoridades nacionais. Entra então em cena a "cirurgia de mudança de sexo" e o seu principal defensor, o clínico norte-americano e apoiante das reformas sexuais, Harry Benjamin. O interesse deste autor sobre o assunto é anterior à publicitação à volta do caso de Christine Jorgensen, mas o conhecimento do caso e a interação que se estabeleceu entre ambos incrementou o processo de constituição da transexualidade como uma entidade clínica distinta – um diagnóstico com um programa de tratamento (Ekins, 2005: 309).

Benjamin publicou, em 1953, o seu primeiro artigo sobre a matéria, no qual distingue "transvestismo" de "transexualismo", propondo uma etiologia biológica e reclamando a conversão cirúrgica nos casos apropriados. Durante os anos 1950, defendeu de forma controversa a aceitação da cirurgia de "mudança de sexo" com base na referida distinção, retomando as pistas dos autores pioneiros, mas com uma conceptualização e classificação da diversidade de género mais próxima da que viria a torna-se dominante. Melhor ainda, seria a sua conceptualização que viria a constituir-se no paradigma epistemológico de referência, tendo como uma das dimensões principais o estabelecimento da relação, ou até implicação, entre "transexualidade" e "cirurgia de mudança de sexo".

> "Transvestismo (…) é o desejo por parte de um certo grupo de homens se vestirem como mulheres ou de mulheres se vestirem como homens. Pode ser tão poderoso e esmagador ao ponto de se querer pertencer ao outro sexo e corrigir o 'erro' anatómico da natureza. Para esses casos o termo transexualismo parece apropriado." (Benjamin, 1953 em King, 1996: 86)

O termo "transexual" tornou-se então de aplicação restrita (mesmo restritiva) a indivíduos que passassem pela cirurgia, enquanto o de "transvestismo" era associado a práticas de *cross-dressing*. Ou seja, "transexualismo" corresponde ao acto de "mudar de sexo", literalmente, através dos procedimentos cirúrgicos e "transvestismo", mais "ligeiro", ao de adoptar vestuário atribuível ao género "oposto" ao seu sexo.

A classificação da transexualidade, e a consequente exploração da categoria, acabaria por reposicionar as outras modalidades de diversidade de género como menos importantes, enquanto o transexual – mais ainda o "verdadeiro transexual" – se tornou o "desviante de género por excelência" ou o "desviante adequado" (Hines, 2007a: 11). Certamente não será aqui alheio o facto de ser a transexualidade, tal como estava a ser conceptualizada, a modalidade de diversidade de género que menos se afastava, logo menos desafiava, o sistema dos dois sexos/géneros únicos e dicotómicos. Nesses desenvolvimentos a influência de Benjamin era proeminente, em particular após a publicação do seu *The Transsexual Phenomenon*, em 1966, considerado o "primeiro trabalho sério sobre o assunto" (Ekins, 2005: 310) e aquele que viria a sistematizar e a estabelecer muitas das compreensões

[48] Embora não a primeira a realizá-la. Ira B. Pauly (1965) cita relatórios de 28 casos de transexualidade publicados anteriormente ao caso de Jorgensen. Desses 28 casos, 16 implicaram alguma forma de cirurgia, nomeadamente a castração; sete tiveram penectomias (remoção do pénis); e em seis foram criadas vaginas (os primeiros dois casos ainda em 1931) (em King, 1996: 85).

ainda hoje existentes sobre o fenómeno[49]. Os termos "transexualismo" e "transexual" começam então a inscrever-se definitivamente na história da medicina e, por essa via, na história da humanidade.

As décadas de 1950 e 1960 foram também as da "descoberta" e "reconhecimento" do "género", enquanto uma propriedade dos seres humanos (e não apenas enquanto uma classificação gramatical). O próprio desenvolvimento do conceito de género é bastante devedor da necessidade de compreender e explicar cientificamente os fenómenos trans e intersexo. Dada a constatação de que a terminologia disponível no discurso sexual não era suficiente para descrever aquilo que observava, o psicólogo John Money trabalhava na designação desde 1955, no âmbito da sua pesquisa sobre intersexo (hermafroditismo à altura). O termo foi então utilizado para servir como conceito que distinguisse a *propriedade das mulheres e dos homens*, ou a *feminilidade* e a *masculinidade*, do sexo biológico (macho e fêmea) (Bullogh, 2000). Mas foi, definitivamente, na década seguinte que o termo foi mais incisivamente explorado e conceptualizado, entrando no léxico da ciência e tornando-se central para a compreensão da transexualidade, substituindo outros como "sexo psicológico", adoptados durante os anos 1940. O psiquiatra Robert Stoller, em 1964, sofisticava as teorias sobre "género" com outro termo crucial para o entendimento da transexualidade e do transgénero – a "identidade de género", para se referir ao "sentimento de uma pessoa de ser membro de um dado sexo". A introdução da "identidade de género", distinta do "papel de género" contribuiu para uma diferenciação mais clara entre o *sentimento subjectivo do self* e os *comportamentos associados à masculinidade e feminilidade* (Meyerowitz, 2002: 115).

O *The Transsexual Phenomenon* (1966) de Harry Benjamin, o *Sex and Gender* (1968) de Robert Stoller e o *Transsexualism and Sex Reassignment* (1969) de Richard Green e John Money introduzem a noção de "género" nos discursos da transexualidade e este começa a ser reconhecido como separado do "sexo". Para além disso, começa a fazer caminho a ideia de que o "género" é imutável, pelo que, em caso de incongruência, era o sexo, ou o corpo sexuado, que teria que ser modificado. Estas teorizações vão ser cruciais para o desenvolvimento da concepção de transexualidade e para o modo de com ela lidar em termos médicos, pois, "Por conseguinte não é mais necessário reclamar uma causa biológica para a transexualidade para legitimar a mudança de sexo. Se o 'género' é imutável, ainda que psicologicamente produzido, e se a harmonia entre o sexo e o género é a pré-condição para o conforto psíquico e a aceitação social, 'faz sentido' conseguir a harmonia através da alteração do corpo." (King, 1996: 94). A abertura da primeira clínica de "identidade de

[49] Veja-se, no discurso e práticas nacionais, a reacção do Dr. João Décio Ferreira, cirurgião plástico que realizou a maioria das cirurgias de reatribuição de sexo no nosso país, às campanhas a favor da desmedicalização das identidades trans: "Como é possível alguém dizer-se transexual e ir contra Harry Benjamin que dedicou a sua vida a estudar esta discrepância entre corpo e cérebro, entre sexo e género, a que depois foi dado o nome de Síndrome de Harry Benjamin. Coitado do Harry Benjamin !!! ... não merece que meia dúzia de "malucos" e "malucas" façam isso à sua memória." (http://www.joaodecioferreira.com/cirurgia-dos-transexuais/a-transexualidade/79-desmedicalizacao-da-transexualidade.html). Nestas declarações é não só evidente o papel de referência de Benjamin como a indisponibilidade para alterar a "epistemologia da transexualidade" de que o mesmo foi um dos principais construtores.

género" em Baltimore, nos EUA, na Universidade Johns Hopkins, em meados dos anos 1960, a que se seguiriam outras, tornaria este processo irreversível.

O "conforto psíquico" conseguido pela harmonia entre sexo e género, supostamente dependente da conformidade corporal, é o outro lado da "disforia de género", termo que começa a dominar a literatura médica a partir dos anos 1970. A "disforia de género" tem por detrás a imagem do nascer no "corpo errado", localizando aí o "mal-estar sentido". Alguns clínicos (de onde se destaca Norman Fisk, 1974) defendem que a "disforia de género" é um termo com maior amplitude e abrangência do que o de transexualidade, porque pode também ser aplicado a indivíduos que experienciam sentimentos fora do que tinha vindo a ser cada vez mais fixado (diríamos mesmo fechado) como caracterizando a transexualidade.

Desde a sua introdução, nos anos 1970, o conceito de "disforia de género" guiou as compreensões e as práticas relativas ao trans-género e as perspectivas médicas contemporâneas continuam, em grande parte, na mesma linha das explicações originais de Benjamin (Hines, 2007a: 13)[50]. Não é assim surpreendente que o princípio central do conceito – a dissonância entre o "sexo" (o corpo) e a "(auto)identidade de género" (a mente) – esteja vincadamente presente em muitas narrativas trans, sobretudo transexuais, que este estudo vem agora evidenciar também para a realidade portuguesa (cf. cap. 5.1). Se subjacente à noção de "disforia de género" está a ideia do "corpo errado", ao "encaixar" o corpo sexuado e a mente genderada, a cirurgia foi (e ainda é, em larga medida) entendida como a condição para a harmonia de género. Os procedimentos cirúrgicos tornam-se assim, por esta altura, o método ortodoxo de "tratamento", funcionando a que geralmente é realizada no final do processo de transição física – a genital –, como uma espécie de "ritual de passagem" da condição ou estatuto de trans para não-trans, que havia que estabelecer e manter.

O lugar central ocupado pela "disforia de género" no discurso e prática da medicina está bem evidenciado no momento actual, em que o termo está a ser re-afirmado, constando como proposta de designação na próxima versão do DSM (a quinta), para substituir a muito contestada "perturbação de identidade de género". Aliás, na sua justificação é precisamente convocado o trabalho fundador de Fisk (cf. http://www.dsm5.org/ProposedRevision /Pages/GenderDysphoria.aspx.).

A entrada do "transexualismo" na terceira versão do DSM, em 1980 (posteriormente também na CID – Classificação Internacional de Doenças, da OMS – Organização Mundial de Saúde), inscrevendo-o formalmente como uma "doença mental" – a possibilidade viável dada a ausência de "marcadores" biológicos –, pode ser vista como uma estratégia e uma ferramenta de legitimação da intervenção médica para estes casos, que nunca foi absolutamente pacífica, mesmo no campo da medicina (como pode ser constatado pelo caso português, que a formaliza já a meio dos anos 1990). Aliás, é ainda hoje este o principal argumento dos defensores da manutenção da transexualidade

[50] As mudanças a este nível, provocadas sobretudo pelo fortalecimento do movimento associativo T, os estudos transgénero produzidos por *insiders*, e a "disputa" da abordagem e compreensão da diversidade de género por parte de ciências fora da medicina e da psicologia, são ainda recentes.

(qualquer que seja a sua designação) nos catálogos das doenças mentais, mesmo daqueles (as próprias pessoas transexuais e seus representantes, cuidadores e legisladores) que não concordam, em teoria, com essa classificação.

Sobressai assim o poder da medicina – e sobretudo da psiquiatria – enquanto *gatekeeper*, não só no plano individual, de quem seria merecedor das cirurgias, ou seja, os "verdadeiros transexuais"; mas igualmente, como defendia Money, aos níveis político e legislativo acerca da transexualidade, que deveriam ser orientados pela opinião médica (Califia, 2003 [1997]: 76; Hines, 2007a: 12). E na verdade, em Portugal e noutros países europeus em que a mudança legal de sexo está regulamentada, a existência de legislação não veio colocar em causa a centralidade da medicina no reconhecimento das identidades transexuais oficiais, pois a "autenticidade legal" das pessoas transexuais é estabelecida através da competência dos *experts* clínicos (psiquiatras e psicólogos) a quem cabe determinar se uma pessoa "sofre", ou não, de "perturbação de identidade de género" (Sanger, 2008 e Davy, 2011, fazem esta leitura para o caso do Reino Unido).

A "narrativa clássica da transexualidade"

Como nota o historiador do "fenómeno transgénero", Richard Ekins (2005), num artigo que relaciona ciência, política e intervenção clínica, ao contrário do que aconteceu quando se começou a interessar sobre o tema, no trabalho mais tardio de Benjamin a conceptualização e construção da transexualidade é privilegiada sobre outras formas de trans-género[51]. A estratégia de promover a aceitação da "migração" transexual foi transmitir a imagem do transexual, até aí desconhecido e não-aceite, como uma pessoa "presa no corpo errado", mas convencional nos outros aspectos. Se esta terá sido, indubitavelmente, a estratégia que levou ao seu sucesso político (Ekins, 2005: 321), o seu centramento no sistema binário de género, que acabaria por vincular e permanecer nas abordagens médico-psicológicas sobre o trans, viria a prejudicar sobretudo as pessoas cujas identidades e expressões de género se afastam em alguma medida desse binarismo (tanto dentro, como sobretudo fora, da "migração" de género).

Terá sido igualmente esta "formatação", em consonância com aquilo que se esperava ser mais bem aceite a nível médico, político e social que explicará, pelo menos em parte – outra terá sido a própria capacidade para intervir com sucesso na "cura" – que tenha sido esta a "epistemologia do transgénero" que vigorou sobre outras que lhe eram contemporaneamente concorrentes, como, por

[51] Vale a pena ver este interessante artigo de Ekins (2005) para um aprofundamento sobre a mudança de postura e pensamento deste que é considerado o "pai fundador da transexualidade contemporânea ocidental", desde a altura em que começou a trabalhar na diversidade de género, onde revelava alguma abertura, até à sua produção mais tardia, enquadrada num modelo heteronormativo (por isso mais bem posicionado para ser aceite na medicina e na sociedade). Nele Ekins sugere ser tempo de reclamar os fundamentos da obra inicial de Benjamin e um retorno à abertura à diversidade original.

exemplo, a do sexólogo David O. Cauldwell (1897-1959)[52]. Em 1950, este autor definia transexual incluindo a variedade das orientações sexuais: "Trans-sexuais são indivíduos de um sexo e em termos psicológicos, aparentemente, do sexo oposto. Os trans-sexuais incluem heterossexuais, homossexuais, bissexuais e outros. Uma grande parte dos transvestistas tem inclinações trans-sexuais." (Cauldwell, 2001 [1950]). A "sexologia popular" de David O. Cauldwell, que publicava em boletins de grande circulação, defendia que a "cura" passasse pela psicanálise, tendo sido um forte opositor da cirurgia. Ora, neste caso a medicina não tinha uma resposta tão bem sucedida a oferecer para a "patologia"[53] e para colocar as coisas – neste caso, o género – no seu "lugar".

Seja pelo tal afastamento ao modelo binário, mais difícil de legitimar moralmente e de compreender socialmente, seja porque é na transexualidade que a ciência médica pode exercer em todo o seu esplendor os seus desenvolvimentos tecnológicos, ainda hoje é evidente na medicina, com consequente transferência na sociedade, a menoridade de outras formas trans. É como se a transexualidade estivesse sob a alçada da doença, logo da medicina, e as restantes mais próximas do "desvio". As pessoas transexuais são as que desejam a cura em direcção à conformidade, e conseguem-na porque ela existe (está mesmo formalizada, desde 1979, nos *Standards Of Care*, da então Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association, actual WPATH – World Professional Association for Transgender Health), as restantes são "marginais" do género (ou da sexualidade[54]). Isto apesar de serem também contemporâneas desta perspectiva outras, vindas "de dentro", e que se colocavam fora da alçada da medicina, como a de Virginia Prince, que publicaria (ainda como Charles) o seu primeiro artigo sobre o assunto numa revista científica, no decurso dos anos 1950.

Virginia Prince (1912-2009), outra "pioneira do transgenderismo"[55] (neste caso pioneira em mais do que um sentido, não só no estudo do fenómeno e da própria designação, mas no seu estudo a partir de uma posição de "dentro", ou seja, de académica *insider*, categoria que teria maior expressão apenas a partir da última década do século passado, e igualmente pioneira no activismo), cunhou os termos "*transgenderist*" e "*transgenderal*" (Prince, 1976: 145) para se referir às pessoas que viviam a tempo inteiro no género oposto ao seu sexo biológico, mas não procuravam a cirurgia de reatribuição de sexo. Ou, nas suas próprias palavras, "os que mudam de género sem mudar de sexo" (Prince, 1997: 469). Prince colocava questões incómodas para a epistemologia dominante, como aquela com que

[52] Para maior aprofundamento sobre David O. Cauldwell pode consultar-se o número especial, incluído na série "pioneiros do transgenderismo", do *The International Journal of Transgenderism* (2001), Vol. 5 (2), que lhe é totalmente dedicado.

[53] Desde as primeiras tentativas se percebeu a ineficácia da intervenção de tipo psicoanalítico para as questões da identidade de género.

[54] Tomando como referência o DSM, enquanto a transexualidade está classificada como "perturbação de identidade de género", o "transvestismo fetichista" inclui o grupo das "parafilias" (perturbações psicossexuais), remetidas exclusivamente para a dimensão da sexualidade, ou melhor, de perversidade sexual, ao lado de práticas como as de pedofilia.

[55] Para maior aprofundamento sobre Virginia Prince pode consultar-se o número especial do *The International Journal of Transgenderism* (2005), Vol. 8 (4), que lhe é totalmente dedicado.

haveria de confrontar o próprio Fisk na apresentação do novo conceito de "disforia de género": "Porque é que se diz que algumas pessoas são disfóricas de *género* mas que a solução possível para a sua condição pode ser realizar a cirurgia de reatribuição de *sexo*?" (1997: 471, itálicos nossos). Como a própria haveria de reconhecer, as questões que colocava, e acrescentaríamos, as alternativas que propunha, não eram levadas seriamente, nas suas palavras: [porque]:

> "Eu não era médica ou terapeuta. Pelo contrário, eu era uma 'consumidora' e, como tal, não era esperado que soubesse alguma coisa sobre objectos médico/psicológicos como o transvestismo ou a transexualidade" (Prince, 1997: 471)

Embora ela própria tivesse transformações corporais e vivesse permanentemente como mulher, defendia que a vivência da feminilidade por parte de homens biológicos não tinha que ser sempre medicalizada, causadora de disforia ou assumida numa base definitiva e poderia ser "apenas" prazenteira. Fundou a revista *Travestia*, dedicada a *cross-dressers* heterossexuais, com conselhos dirigidos aos próprios e às respectivas companheiras. Esta acabaria por ser, por sua vez, uma fonte para alimentar a "narrativa clássica do *cross-dressing*", menos visível e com uma importância menor na medicina por relação à da transexualidade, que posicionaria estas pessoas como homens heterossexuais (tendo em conta o seu sexo biológico), vivendo a vida em conformidade com os padrões convencionais, com excepção da expressão pontual da feminilidade[56].

Importa então sistematizar, em traços gerais, por constituir a referência dominante, os parâmetros constitutivos da "*narrativa clássica da transexualidade ocidental moderna*", cuja *geografia original* se localiza nos anos 1950, nos EUA, tem como *autor* de referência Harry Benjamin e "*modelo*" de referência Christine Jorgensen, e está, em certa medida, plasmada (e legitimada) nos critérios de aferição da "doença" e de estabelecimento do seu diagnóstico nas diversas versões do DSM e da CID.

As pessoas transexuais *"nasceram no corpo errado"* e portanto desde que têm consciência de si que experimentam o sentimento de pertença ao género "oposto" ao sexo que lhes foi atribuído, comportando-se em consonância com esse sentimento. Embora se conceba a possibilidade da manifestação (ou explicitação) do desejo mais tardiamente, tal é visto com algumas reservas e deu mesmo origem à distinção entre "transexual primário" – o "verdadeiro transexual" ou o "transexual por excelência" – e o "transexual secundário", ao qual são colocadas maiores reservas, e endurecem as "provas" que lhe permitirão o reconhecimento de tal estatuto (veja-se, por exemplo, Nunes, 1987, que faz uma resenha das posições a esse respeito). *Experimentar e assumir esse sentimento cedo na vida*, com o consequente recurso à medicina, terá ainda a vantagem adicional de funcionar como "preventor" de "acidentes de percurso" na trajectória de vida, como a passagem por expressões de género fora da transexualidade, o casamento ou a existência de filhos biológicos, comprometedores dos restantes aspectos da narrativa.

[56] Retomaremos este ponto no capítulo 5.2.

A *rejeição do corpo*, e a consequente *disforia* que tal sentimento provoca, é um traço identitário da transexualidade. As *intervenções endocrinológicas, mas, sobretudo, cirúrgicas são* assim *a "cura" desejada,* e a *conformidade corporal de género quer-se o mais "completa" possível*. As cirurgias a nível dos genitais têm aqui um lugar significativo. Porque simbolicamente os genitais são os marcadores de homem e de mulher; como *estratégia de demarcação* da transexualidade em relação à *sexualidade* (ou seja, a um qualquer fetiche sexual) e à *homossexualidade* (que implica dois corpos do mesmo sexo). Como vimos, o centramento nos genitais fez com que a *mudança de sexo* (no seu sentido literal, encarnado) se confundisse ou se tornasse sinónimo de transexualidade. Na entrada do "transexualismo" no DSM III, de 1980, o "desejo de se ver livre dos próprios genitais" é logo o segundo critério apontado para o diagnóstico e precede mesmo o de "viver como membro do outro sexo" (na versão mais recente o desconforto com os genitais surge no "pacote" das características sexuais primárias e secundárias e é precedido do desconforto com o papel de género que é suposto desempenhar). Aliás, é da própria classe médica que vem agora o reconhecimento da sobreposição patente nos manuais médicos entre "diagnóstico" e "tratamento": "Os primeiros diagnósticos de 'transexualismo' no DSM e na CID relacionavam estreitamente o diagnóstico de transexualismo com a reatribuição de sexo hormonal e cirúrgica. Os diagnósticos eram frequentemente utilizados para pouco mais do que a procura do 'verdadeiro transexual', a fim de encaminhar a pessoa para o tratamento hormonal e cirúrgico. Este uso deu origem a críticas de que o diagnóstico e as opções de tratamento estavam demasiado conectados. Contudo, o actual diagnóstico de Perturbação de Identidade de Género é ainda frequentemente usado como se fosse idêntico ao diagnóstico de transexualismo" (Cohen-Kettenis e Pfäfflin, membros do Grupo de Trabalho para as Perturbações Sexuais e da Identidade de Género para o DSM-V, 2009, s. p.).

Em consonância com um modelo heteronormativo (Ekins, 2005), as pessoas transexuais foram vistas como *heterossexuais* tomando como referência o género expressado. Aliás, nos primeiros tempos de intervenção médica da transexualidade, quando a primeira clínica de identidade de género foi criada, na Universidade de Johns Hopkins, em meados da década de 1960, as pessoas transexuais eram descritas como *assexuais* (Pauly, 1965). Tal classificação/descrição não será certamente alheia à necessidade de demarcação conceptual da transexualidade em relação à sexualidade e, pragmaticamente, também à estratégia de legitimação, num contexto sócio-político da "era McCarthy" e sua cruzada anti-sexual (Cohen-Kettenis e Pfäfflin, 2009). Esta assexualidade traduziria, contudo, a suspensão temporária do desejo sexual, que em todo caso permaneceria latente por pessoas do "outro" género, ou seja, tendo por detrás um quadro heterossexual. Num encontro científico, em 1971, Harry Benjamin e os seus colaboradores consideraram que "todos concordarão que uma considerável actividade heterossexual [antes da cirurgia] não é indicador de um bom candidato para a cirurgia" (citado em Meyerowitz, 2002: 225).

Os autores pioneiros parecem, assim, não ter tirado todas as ilações da distinção, que tanto se esforçaram por demonstrar, entre identidade de género e orientação sexual. Sobretudo na fase de

afirmação da transexualidade como uma categoria independente, dado o histórico da relação entre os dois fenómenos, essa ausência de desejo ou, pelo menos, de prática sexual ou, existindo, a sua colocação na "normalidade", terá funcionado como estratégia de demarcação face à homossexualidade, bem como de reforço da integração no sistema dos dois sexos/géneros que tem como extensão uma sexualidade heterossexual. Seria já na década de 1980 que a orientação sexual fora da heterossexualidade começaria a ter alguma visibilidade, nomeadamente a "transhomossexualidade" (Clare, 1998 [1984]). Embora a orientação sexual não tenha nunca constituído formalmente um dos "critérios" para o diagnóstico, está presente desde a entrada do "transexualismo" no DSM (não sendo perfeitamente claro o seu papel). Em 1980 aparecia em forma de "subclassificação por história sexual prévia predominante" – cujos valores são: assexual, homossexual, heterossexual, ou não especificado (DSM-III, 1980) –, e permanece na versão ainda em vigor no estatuto de "especificador", propondo o registo, já não de valores da "orientação sexual", mas do sexo das pessoas objecto da atracção – machos, fêmeas, ambos ou nenhum (DSM-IV-TR, 2000). A pertinência da inclusão – qualquer que seja a forma e o estatuto – da orientação sexual no texto referencial para o diagnóstico de pessoas transexuais é outro dos aspectos que começa a ser questionado por alguns profissionais, nomeadamente os que incluem o grupo de trabalho para a nova versão do DSM, nem que seja pelos problemas de "fiabilidade", reconhece-se agora, que a informação recolhida coloca: "É como se, dependendo do critério para o acesso ao tratamento numa unidade específica, os candidatos ajustem os seus dados biográficos relativos à sexualidade. Isso torna a qualidade da informação questionável, especialmente quando obtida durante o acompanhamento clínico." (Cohen-Kettenis e Pfäfflin, 2009, s.p.).

Ainda numa lógica de legitimação, desta feita baseada na "evidência", também as pessoas detentoras de "capital de género" (Davy, 2011: 81) e de "capital corporal de género" são privilegiadas por relação às que se afastam do modelo estético-corporal do género desejado. Nestes primeiros tempos que revisitámos, estas preferências eram mesmo despudoradamente explicitadas, como constatou Meyerowitz (2002), ao analisar os relatórios de reuniões entre os clínicos proeminentes da altura. Neles constam, por exemplo, juízos como os de que "pessoas MTF com muita barba parecem menos qualificadas para a cirurgia do que pessoas MTF de estatura mais pequena com distribuição de pilosidade mais tipicamente feminina." (2002: 225). No discurso dos nossos entrevistados, essa proximidade ou afastamento ao modelo estético encarnado de género foi diversas vezes referido como tendo facilitado ou obstaculizado o processo de transição, também (porque nas interacções quotidianas aquele constitui um factor decisivo) a nível clínico. Outras investigações, em épocas e contextos diferenciados, concluíram igualmente que factores como a idade ou a beleza influenciam o processo diagnóstico (Kessler e McKenna, 1985 [1978]: 118; Bento, 2006b: 201; Davy, 2010: 110).

Como teremos oportunidade de aprofundar no capítulo contextual (cap. 3), o nosso país ficou à margem destes primeiros desenvolvimentos. Só cerca de quatro décadas após a entrada da transexualidade na medicina, nos EUA e noutros países ocidentais, o acompanhamento clínico dos

casos de transexualidade seria acolhido formalmente no sistema de nacional de saúde. Sendo de assinalar que, até meados da década de 1990, a medicina nacional se mostrou institucionalmente imune aos esforços destes pioneiros do estudo da transexualidade para demonstrar a necessidade da realização de cirurgias nos casos considerados adequados. No entanto, e apesar de tardiamente, a medicina nacional partilhou com os pioneiros a dificuldade de afirmação da necessidade de uma intervenção médica em casos relacionados com a identidade de género, tendo os congéneres portugueses que empreender estratégias de afirmação e legitimação desta prática clínica, no contexto nacional, face à própria medicina e aos seus órgãos corporativos – no caso, a Ordem dos Médicos –, que só viria a retirar a proibição das cirurgias genitais já em 1995. Antes disso, em 1987, o psiquiatra Júlio Silveira Nunes publicava na obra inaugural da sexologia em Portugal, e com um carácter pedagógico, um artigo sobre "alterações da identidade sexual (transsexualismo)", fazendo uma resenha da produção médica e psicológica sobre a matéria, que mostra bem como a introdução da intervenção clínica em Portugal se fará no espírito da epistemologia dominante da transexualidade.

Entre sujeito e objecto: a agência das pessoas trans(exuais)

Feita uma breve análise ao modelo médico de construção da transexualidade, impõem-se duas considerações adicionais. A primeira é o reconhecimento da colaboração entre a medicina e as próprias pessoas transexuais na construção dessa "categoria médica" e da respectiva "narrativa". A segunda, a de que reconhecer a "construção médica da transexualidade" não implica conceber a transexualidade *apenas* como uma construção da medicina, sem um referente real. Ambas concorrem para o reconhecimento da agência das pessoas transexuais.

Há autores que defendem que foi a ciência médica que "criou" a transexualidade e que a mesma é como que um "exibicionismo" ou, pelo menos, uma exibição de força das suas capacidades e inovações técnicas e tecnológicas – nomeadamente a endocrinologia e a cirurgia plástica (por exemplo, Hausman, 1995) – e do seu poder de moralizador e legitimador social – sobretudo com a psiquiatria (por exemplo, Raymond, 1994 [1979]; Jeffrey, 1997). Embora haja algo de verdadeiro nesta visão, nomeadamente ter sido a ciência médica a responsável institucional pela criação da categoria autónoma de transexual, e de ter definido os seus contornos e a sua narrativa em consonância com a moralidade de género vigente, mostrando, também neste caso, o papel de disciplinador e regulador social que desempenha, há uma identidade transexual para além da categoria nosológica, do diagnóstico e do "tratamento" da transexualidade. Aliás, autores trans e não trans, como Feinberg, 1996; Prosser, 1998 e Hird, 2000 e 2002b, contestam a afirmação de que a transexualidade é um produto exclusivamente médico-tecnológico. É por isso que não rejeitamos a utilização do termo[57], no contexto das ciências sociais. Esta narrativa de género abrange parte bastante significativa das pessoas

[57] Embora utilizemos sempre transexualidade e nunca transexualismo, sendo este último privilegiado no discurso médico. Aliás, o sufixo "ismo" é mais conotado com patologias e adoptado por abordagens hostis à transexualidade, como a "feminista radical" (cf. 1.3).

auscultadas neste estudo e o reconhecimento das suas origens e entendimentos medicalizados, podendo (e devendo, em nossa opinião) ser criticados no que têm de restritivo e mesmo opressivo ao desenvolvimento das identidades e vivências de género trans, não é susceptível de lhe retirar o estatuto de "autenticidade"[58]. Convém não esquecer que as duas categorias de género convencionais são igualmente devedoras de fundamentos biologistas e regulações da medicina e não consideramos não autênticas, ainda que possam ser criticáveis, as identidades cis mais próximas do paradigma tradicional. Além disso, a nível macro, vem sobressaindo a deslocação da transexualidade da esfera exclusivamente médica, nomeadamente recolocando a "identidade de género" na alçada dos direitos humanos, com reconhecimento ao nível das instâncias internacionais (Princípios de Yogyakarta, Conselho da Europa)[59]. Ou seja, a identidade transexual sobrevive (ou potencialmente sobreviverá) à tutela da medicina, tanto ao nível das narrações individuais de género, como da sua localização macro-institucional. O que parece ser incontestável é o privilégio epistemológico da abordagem médica, nas sociedades modernas ocidentais, de pensar e interpretar a transexualidade e, genericamente, as identidades e expressões de género fora das tradicionais. Encontramo-nos, porém, parece-nos, no momento chave de início da quebra dessa hegemonia, fruto sobretudo do esforço das próprias pessoas trans.

Pese embora a evidente desigualdade na relação de forças entre a medicina e as próprias pessoas trans, ou entre os clínicos e as pessoas que a eles recorrem motivadas pela experienciação de uma identidade de género minoritária, a "narrativa clássica da transexualidade", como conclui Meyerowitz (2002), ao traçar a historiografia da transexualidade ocidental moderna na sua sede geográfica original (os EUA), terá sido construída em colaboração e articulação com aquilo que era relatado pelos próprios pacientes em estratégias de procura de uma "normalidade" e de fuga ao estigma (Goffman, 1988 [1963]). O discurso do "erro da natureza", a urgência existencialista das alterações corporais, o desejo de viver a vida como uma pessoa "normal" tendo em conta o género a que se sente pertencer, encontramo-los já completamente formulados na auto-biografia de Christine Jorgensen (2000 [1967]) – a primeira de uma pessoa transexual –, bem como nas que se lhe seguiram (no contexto nacional, já bem mais recentemente, a de Filipa Gonçalves, 2010); e replicada em muitas das pessoas transexuais que entrevistámos e que aprofundaremos ao longo deste trabalho. Também o "caso de Agnes", minuciosamente documentado, mesmo fora das abordagens médicas (Garfinkel, 1967), mostra claramente a procura de "normalidade" como estratégia de reconhecimento do desejo de pertença a um determinado género.

Não esquecendo, pois, o carácter desigual da relação, será mais adequado conceber a "narrativa clássica da transexualidade" como tecida conjuntamente com as próprias pessoas a quem

[58] Utilizamos aqui "autenticidade" no sentido de Davy: " 'Autenticidade' deve ser vista como o modo como alguém reconhece alguma coisa, que é sentida como real para a pessoa a que respeita." (2011: 126).
[59] Esta matéria será objecto de aprofundamento no capítulo 3.

terá sido reconhecida, mas que, simultaneamente, ajudaram a criar esta categoria. Foi um encontro estratégico de vontades e de interesses de uns e de outros.

Embora, muitas vezes, sem o devido reconhecimento, foram empreendidos esforços históricos por parte de pessoas transexuais para estabelecer uma condição médica legitimada, que permitisse aos clínicos realizar as transformações corporais, e à sociedade compreendê-la. E, inclusivamente, ir alterando e actualizando a "categoria" e a "narrativa legítima" para nela caber mais inteiramente a diversidade encontrada na realidade. Autores como Devor (1997), Prosser (1998), Stryker (1999), Meyerowitz (2002) e Rubin (2003), "demonstraram a agência das pessoas transexuais no desenvolvimento da terapia de substituição hormonal, no *lobbying* para o acesso à cirurgia de reatribuição de sexo nos EUA, na criação e financiamento de clínicas de género, bem como de investigação médica transpositiva, suporte à transição de género e programas educativos públicos" (Salah, 2006 em Elliot, 2009: 15).

Assim, partilhamos com Stryker a consideração de que a relação entre a agência transexual e o discurso médico "é mais complexa do que simples" (1999: 78). A autora, partindo da história do activista Lou Sullivan (1951-1991), considera que o próprio modelo médico, nomeadamente a assunção, pelo menos oficial, de que o diagnóstico de transexualidade fosse "cego" em termos de orientação sexual, teve a intervenção de Sullivan. Apesar de, o que também é demonstrativo dessa desigualdade, tal não ter sido reconhecido, tendo até sido desvalorizado, pelos profissionais implicados no processo que chamam a si o papel de especialistas detentores da voz e do conhecimento sobre o assunto e que actuam como agentes deliberativos, tomando as próprias pessoas trans apenas como objectos do discurso. E é aqui que se insere também a mais recente luta, bem mais desafiante e desestruturadora da própria relação de forças entre os dois tipos de actores como nenhuma outra antes dela, de "fazer das próprias pessoas transgénero, mais do que os seus auto-designados cuidadores clínicos, a autoridade última das vidas transgénero" (Stryker, 1999: 79).

Ainda a propósito da agência das pessoas transexuais, a própria repetição auto-consciente da narrativa do "corpo errado"[60] há muito percebida mesmo por parte da classe médica,[61] para efeitos de obtenção de diagnóstico, e, consequentemente, de acesso aos procedimentos médicos de transformação corporal que lhes estão associados, assim como, em algumas sociedades, caso da nossa, do reconhecimento legal de mudança de sexo, pode ser vista como um exercício de poder ou, pelo menos, de agência, baseado no domínio dos cânones académicos e científicos, e não tão linearmente, como é frequentemente interpretada (nomeadamente em algumas áreas da teoria social), de submissão

[60] Billings e Urban (1996 [1982]: 108-110) chamam-lhe "*the con*" (decorar) e classificam-no como um processo social.

[61] Billings e Urban (1996 [1982]: 108-110) reproduzem testemunhos da classe médica nesse sentido, logo desde finais dos anos 1960, princípios de 1970, incluindo protagonistas como Robert Stoller e Norman Fisk. Também uma das primeiras pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais, a da antropóloga Anne Bolin (1988), revelou essa reconfiguração da narrativa biográfica durante os encontros terapêuticos. Ainda mais recentemente, também Berenice Bento encontrou situação idêntica entre as transexuais brasileiras candidatas ao acompanhamento médico oficial (2006b).

a uma força exterior que lhes é imposta. Davy (2011: 104) classifica a adopção do discurso médico para assegurar o tratamento como sendo sobretudo de natureza retórica. Isto porque a transexualidade não é uma condição médico-patológica que se possa testar, mas assenta no auto-diagnóstico *agêntico* de transexuais adultos no sentido de descrever realisticamente o seu desejo de transição. Nesse sentido, os diagnósticos psicológicos, que trazem a legitimidade institucional, apenas seguem os das próprias pessoas transexuais. E é por isso, considera a autora, que esses eventos de auto-diagnóstico e de diagnóstico médico – diríamos mesmo toda a "narrativa clássica da transexualidade" – nos dizem mais sobre as estruturas sociais da ordem e estética do género numa dada (sub) cultura ou discurso médico, do que sobre a "natureza da doença", a disforia de género.

Essa ideia é extensiva ao nível elevado de conhecimento especializado, frequentemente demonstrado pelas pessoas transexuais no contexto dos cuidados clínicos acerca das opções disponíveis, as quais assumem, por vezes, o papel de (in)formadoras e divulgadoras de "ciência da transexualidade" para os respectivos clínicos. Esse conhecimento cresce à medida que informação desse tipo vai ficando cada vez mais acessível, nomeadamente na internet[62]. Também os nossos entrevistados relataram casos de passagem de informação aos clínicos, quando não mesmo de confrontação e contestação das soluções que lhes eram por estes apresentadas.

1.2 A abordagem etnometodológica do (trans)género: a produção e apresentação social do género

A etnometodologia, através do seu nome maior, Harold Garfinkel (1967), produziu a primeira abordagem paralela, concorrente e alternativa à das ciências médicas e psicológicas na compreensão do género[63], nomeadamente do trans-género. As ciências sociais, e mais especificamente a sociologia, posicionava-se assim na vanguarda do interesse por este tipo de fenómenos no campo científico, posição que viria a não ser consolidada, dado o interregno de mais de uma década que se lhe seguiu até ser retomado o seu estudo nesta disciplina.

Nesta corrente, que pode ser vista como uma radicalização da fenomenologia, considera-se a impossibilidade de tipificar cientificamente o mundo social, devendo este ser interpretado pelos cientistas sociais de maneira o mais aproximada possível da "verdadeira" ou "real", ou seja, a dos próprios actores. Para Garfinkel (1963, 1967) existe ordem factual e ordem simbólica. Aliás, a ordem social é toda simbólica. É esta que é responsável pela facticidade do mundo real. É a representação partilhada de que existe um mundo ordenado, que faz com que ele exista. A especificidade da

[62] E não apenas recorrendo à informação mais oficial ou institucional, já que frequentemente os próprios espaços de pessoas trans, como constatamos no contexto nacional, vão servindo para a compilação e troca de informação e de experiências acerca dos tratamentos médicos disponíveis (substâncias, dosagens, combinações, fases, custos, efeitos secundários, etc.).

[63] Apesar de trabalhar em colaboração com o psicólogo Robert Stoller, que, como vimos, foi um dos seus introdutores nas ciências psico-médicas, Garkinkel não usa o termo "género", que só mais tardiamente entraria no léxico das ciências sociais, referindo-se antes ao "estatuto de sexo".

etnometodologia reside na concepção de que o problema fundamental da ordem é o da facticidade do mundo. Se a representação simbólica perde eficácia, desaparecem os elementos da facticidade do mundo, ou seja, da ordem simbólica, que dá origem à ordem social. A construção da facticidade do mundo só é possível através de regras. A etnometodologia estuda as regras que são construídas para construir a facticidade. Considera-se que é possível identificar, a partir de metodologias específicas, essas regras. Essas metodologias consistem em quebrar a regra, para provocar uma suspensão ou interrupção da facticidade da informação para que o interlocutor enuncie a regra.

Nos seus famosos *Estudos em Etnometodologia* (1967), Garfinkel vai tomar Agnes como um caso privilegiado de estudo, na medida em que a sua condição de "intersexo"[64] representa esse "quebrar de regra". As muitas horas passadas com Agnes permitiram perceber que esta desenvolve uma série de estratégias que o autor denominará de "*passing*" – modos pelos quais os sujeitos adquirem estatuto e reconhecimento no género desejado, ou seja, o trabalho de adquirir e tornar seguro o direito a viver no "estatuto de sexo" que elegeram (1967: 137) –, no sentido de ser reconhecida como uma pessoa pertencente ao género desejado e rigorosamente encenado e interpretado, o que mostra que, embora passando despercebido aos protagonistas, a demonstração do género tem que ser cuidadosamente "gerida" e é objecto de estrita vigilância por parte dos outros. Se, como defende Garfinkel, a rotina é uma condição necessária da acção racional (1967: 172), o caso de Agnes e as situações de "*passing*" mostram o problema que existe, no seu caso, nas relações entre rotina, confiança e racionalidade, e fazem dela um bom observatório do modo como os membros de uma determinada sociedade produzem as estruturas sociais das actividades quotidianas. O estudo das "excepções" em termos de género permitia assim identificar e enunciar as "regras silenciosas do género", sendo um modo privilegiado de captar como é que se apresenta e representa socialmente cada um dos géneros.

Como bem nota Henry Rubin (1999: 174), este caso é bastante apelativo para uma abordagem sociológica que se centra na construção social da realidade e oferece uma alternativa ao positivismo de Talcott Parsons (1968 [1937]), estudando os métodos individuais da naturalização da reprodução do tecido social, que tem, indubitavelmente, no género, um dos seus principais pilares. Para "o mundo estar no seu lugar", Agnes tenta a todo o custo pensar-se e agir convincentemente aos olhos dos outros como uma pessoa do género desejado, partindo do princípio de que só existem ("é um facto") dois géneros possíveis, o feminino e o masculino, e tentando "encaixar-se" num deles. Assim sendo, Agnes partilha com os restantes membros da sociedade o facto de considerar bizarro e anormal qualquer padrão que se afaste do comportamento expectável de um homem ou de uma mulher. Mostra também que ser "normal" significa "estar de acordo com a moral" (Garfinkel, 1967: 124), o que leva o autor a

[64] Como era percebida na altura, uma vez que veio mais tarde a comprovar-se tratar-se de um caso de transexualidade, no sentido em que as características físicas atribuíveis ao sexo feminino que apresentava foram por ela provocadas – nomeadamente através da ingestão de hormonas – e não eram, como se pensou durante todo o tempo em que foi seguida no Departamento de Psiquiatria, Urologia e Endocrinologia da Universidade da Califórnia, originalmente biológicas.

concluir que, "A sexualidade como um facto natural da vida significa assim a sexualidade como um facto natural e *moral* da vida" (idem, itálico no original). Podemos identificar aqui o início do reconhecimento, que viria a ser amplamente retomado e desenvolvido, do género e da sexualidade como construções sociais e, sobretudo a segunda, como instrumento de regulação social.

Garfinkel (bem como Robert Stoller, que a seguia clinicamente) acreditaram que Agnes era intersexo até cinco anos após a cirurgia de reatribuição de sexo, quando esta casualmente mencionou ao clínico que desde cedo ingeria estrogénio. O texto original foi publicado em 1967 com um apêndice, que servia para provocar nos leitores o mesmo sentimento de surpresa que Stoller e Garfinkel experimentaram na revelação de Agnes. Henry Rubin (1999: 174-175) considera que a revelação do apêndice transformou o artigo em dois. Lido como um artigo de uma pessoa intersexo que gere a sua aparência física, trata do trabalho de género que é universalmente performado por todos. Lido de novo como um texto acerca de uma pessoa transexual que gere a sua identidade até (ou será sobretudo?) para os prestadores de cuidados de saúde, remete para o trabalho específico produzido por alguém que está sempre em risco de se perder a si próprio se esse trabalho for mal sucedido[65].

A etnometodologia teve o mérito de situar a operação da subjectividade na iminência dos contextos concretos da interacção e da actividade prática (Parker, 2000: 35), como bem mostra o caso estudado e, acrescentaríamos, neste primeiro estudo do trans-género, teve ainda o mérito de não destituir de agência os respectivos actores. A primeira abordagem oriunda das ciências sociais aos fenómenos trans foi pautada por uma lógica interpretativa compreensiva e não crítica (no sentido de destituída de juízos morais), que não terá continuidade quando retomado o estudo destes fenómenos, nomeadamente no âmbito do feminismo, começando logo, e interceptando com a abordagem etnometodológica, por Suzanne Kessler e Wendy McKenna.

A perspectiva teórica de Garfinkel acerca do (trans)género viria a ser continuada apenas uma década mais tarde por Suzanne Kessler e Wendy McKenna, na sua obra de referência *Gender. An Ethnomethodological Approach* (1985 [1978]). Nessa obra, as autoras dedicam um capítulo (o quinto, pp. 112-141) especificamente ao "transexualismo", tendo entrevistado 15 pessoas transexuais, mostrando de novo as potencialidades do fenómeno para a captação dos mecanismos de construção social do género.

Em consonância com Garfinkel (1967), as autoras reiteram que o género é omnipresente nas interacções quotidianas, e que o "trabalho" relativo ao género – que é feito por todas as pessoas e não apenas pelas pessoas trans-género – é necessário. No entanto, divergem de Garfinkel ao não acreditarem que o grosso do "trabalho" seja realizado por aquele que exibe o género. Pelo contrário, imputam a maior parte do "trabalho" ao observador. Aquele que exibe o género cria uma atribuição

[65] O próprio Garfinkel reconhece no referido apêndice as potencialidades oferecidas por este novo elemento para uma "re-leitura" da produção e gestão do género, tarefa que aliás tenciona vir a empreender, em colaboração com Stoller, o autor da "descoberta". É essa a razão pela qual apelidou de "parte I" a análise publicada.

inicial de género, principalmente através da expressão verbal e não-verbal, ou, como lhe chamam, da "aparência física pública" e da "*general talk*" ("não só o que se diz mas *como* se diz", 1985 [1978]: 127, itálico no original). Após essa fase, a atribuição de género é mantida por virtude de duas coisas: 1) todos os actos daquele que exibe o género são filtrados através da atribuição de género inicial que o observador fez; 2) o observador posiciona-se na "atitude natural". Uma vez que uma atribuição de género é feita, virtualmente qualquer coisa pode ser usada para a manter.

As autoras realçam, na sua análise, um elemento que consideramos jogar um papel central no processo de atribuição de género: o corpo. Estas reconhecem que "o poder da aparência física na formação das atribuições de género não pode ser negado" (1985 [1978]: 128), e que as pessoas transexuais têm que aprender modos de apresentar o seu corpo que "vão para além de aprenderem a vestir-se como homem ou como mulher" (idem). No entanto, embora elencando e exemplificando estratégias possíveis para esse fim, Kessler e McKenna não se deterão nas dificuldades implicadas na obtenção de uma aparência física de género credível, que tem no corpo – uma entidade viva e material, que não é dócil em termos daquilo que com ele se pode fazer – um dos seus principais meios de transmissão. De facto, não parece muito razoável que, como avançam as autoras, para os casos MtF, "ombros largos, a maçã-de-adão e mãos grandes possam ser camuflados" (1985 [1978]: 129), recorrendo (pelos vistos permanentemente, qualquer que seja a estação do ano e a ocasião) à utilização de luvas ou cachecóis. Assim, embora introduzam o elemento "corpo" no processo de credibilidade de género que parecia ser um dado adquirido na análise de Garfinkel – talvez porque a teorização do autor assenta num único estudo de caso e "A aparência de Agnes era convincentemente feminina" (1967: 119) –, não tomam, a nosso ver, devidamente em consideração as possibilidades de insucesso daquele que exibe o género, por maior que seja o esforço investido.

Tendo em consideração as experiências que nos são relatadas pelas pessoas com quem contactamos, e da prolongada convivência que com elas estabelecemos, parece-nos que esta é uma visão que sobrestima o poder do emissor face à interpretação do receptor. Aquilo que constatámos é que, independentemente do trabalho nesse sentido por parte de quem "apresenta" o género, o receptor não é passivo nessa atribuição e, embora não nos genitais, que não entram em jogo na esmagadora maioria das interacções sociais, foca-se em características físicas atribuíveis a machos e a fêmeas para tomar a sua decisão. É essa uma das principais razões pelas quais o "*passing*" não é sempre bem-sucedido. Concordamos que a primazia da atribuição de género pode beneficiar as pessoas transexuais se elas fizerem uma apresentação inicial de género credível, mas julgamos que as autoras negligenciam o quanto pode ser difícil, seja qual for o esforço implicado, ser bem-sucedido nessa tarefa. A ingenuidade desta visão está também patente quando Kessler e McKenna admitem, em texto posterior (2000), que há 25 anos atrás defendiam, que "devido à primazia da atribuição de sexo, as *pessoas pudessem ser do género que quisessem* sem terem que se submeter a cirurgias dispendiosas e perigosas" (2000: s.p.). Parece que as autoras iniciavam aqui a defesa, depois retomada pelos teóricos *queer*, de que cada um pode escolher a sua pertença de género e ver isso pacífica e passivamente

reconhecido pelos outros. É, pois, uma perspectiva que ignora, entre outras, as contingências que são impostas pela materialidade do corpo.

Podemos também localizar aqui a crítica, que surgirá vincadamente em alguma teoria feminista, à opção pelas transformações corporais em direcção a uma normatividade encarnada de género, que é de algum modo vista como reacionária e conservadora. Henry Rubin (1999: 181) considera que a ideia de prescindibilidade da conformidade corporal, acima descrita, é uma crítica explícita à categoria diagnóstica de "transexualismo", e que surge porque as autoras ignoram a relevância da disforia de género para as pessoas trans, o que é consistente com as abordagens feministas que se focam mais nos papéis de género do que nas identidades e nos corpos. Segundo o autor (1999: 182), a marca mais profundamente feminista no trabalho de Kessler e McKenna é a sua resistência às transformações corporais, que, na sua visão de académico *insider*, considera centrais no projecto transexual. Se esta resistência é compreensível de um ponto de vista que reconhece a imensa pressão patriarcal exercida sobre as mulheres para modificar e esculpir os seus corpos para agradar ao olhar masculino, já o desejo transexual de modificação corporal não pode ser, segundo o autor, interpretado como mutilação corporal. A re-leitura feminista de Garfinkel por Kessler e McKenna produz assim uma mudança desde uma abordagem compreensiva e empática para o tom de crítica da transexualidade como "falsa consciência" (Rubin, 1999: 183).

Embora já suspeitada na análise de Garfinkel, é aqui que podemos localizar a assunção das abordagens relativistas e construtivistas, não só do género mas também do sexo. As autoras defendem que todos os aspectos do género, incluindo os físicos ou biológicos, comummente referidos como "sexo" são socialmente construídos, não sendo a dicotomia macho/fêmea essencialmente dada pela natureza. Para desenvolverem esse argumento reconstituíram (ou reconceptualizaram a partir de Garfinkel, 1967: 122-128) a "atitude natural" face ao género. Essas "crenças culturais tomadas como garantidas" incluem: 1. Existem dois e apenas dois géneros. As violações aparentes não são de facto violações; 2. O género existe como um "facto" biológico, independentemente das ideias das pessoas acerca do género; 3. O género de uma pessoa nunca muda; 4. Os genitais são os definidores essenciais do género (desenvolvidas em 1985 [1978], sistematizadas em 2000, online, s.p.). As autoras consideram que o biológico é tanto uma construção social quanto o próprio social, no sentido em que, embora as hormonas, os cromossomas, os gónadas e os genitais sejam partes reais do corpo, vê-los como dicotómicos e essenciais para ser macho ou fêmea é uma construção social. É por isso que defendem que deve ser utilizado o termo "género" e nunca "sexo" (1985 [1978], 2000). Se alguma coisa é primária, não é nenhum signo biológico, mas a tal "atribuição de sexo", ou seja, a decisão que cada um toma, em cada caso concreto, sobre se alguém é do sexo masculino ou do sexo feminino. Virtualmente, lembram as autoras, a todo o momento, a atribuição de género é feita na ausência de conhecimento concreto dos genitais ou de quaisquer dos outros "marcadores de sexo". Na sua consideração, "macho" e "fêmea" são pois eventos culturais, produtos do "processo de atribuição de sexo", mais do que uma colecção de traços, comportamentos ou até de atributos físicos. O "sexo" é

assim tão social quanto o "género"[66] e, uma vez que mesmo no discurso académico os dois na prática se (con)fundem, sendo utilizados indiferentemente, é então melhor assumi-los a ambos como sociais.

Apesar dos contributos fundamentais para a compreensão e até para a "normalização" do fenómeno de descoincidência entre sexo e género, ao colocar a performatividade associada à transexualidade como partilhada por qualquer que seja a expressão de género, as correntes etnometodológicas apresentam uma lacuna: só contemplam a existência do masculino e do feminino, não se mostrando deste modo aptas a captar e a compreender a diversidade de identidades e expressões de género que o trans-género abarca. No texto datado de 2000, intitulado "*Who put the trans in transgender?*", Kessler e McKenna reconhecem que a perspectiva etnometodológica se apresenta teoricamente limitada na abordagem das diversas posições transgénero contemporâneas ao não levar em conta a diversidade que estas albergam:

> "O que nós não considerámos há 25 anos atrás foi a possibilidade de alguém poder não querer fazer uma apresentação de género credível – poder não querer ser visto claramente como macho ou fêmea. Para além disso, embora defendêssemos que, devido à primazia da atribuição de género, as pessoas pudessem ser do género que quisessem sem cirurgias dispendiosas e perigosas, não nos parecia que isso fosse acontecer por muito tempo, se é que viesse alguma vez a acontecer. E nem nos ocorreu que dentro de 20 anos pudesse haver pessoas que quisessem confrontar os outros com as contradições entre a sua apresentação de género e outros 'factos', tais como os seus genitais ou a sua história em termos de género. Por outras palavras, nós não nos dirigíamos àquilo que veio a ser chamado de 'transgénero'. O transgénero não era nem um conceito nem um termo há 25 anos atrás. O transexual já era suficientemente radical." (Kessler e McKenna, 2000: s.p.)

É portanto a própria "atitude natural" que começa, sobretudo desde a última década do século passado, a ter que ser repensada. E é para isso que irão contribuir as matrizes teóricas que sucedem e se inspiram neste património, nomeadamente a teoria *queer* e os estudos transgénero "vindos de dentro" (produzidos pelos académicos e activistas trans), que "abalam" o anteriormente estabelecido, dando deste modo margem para que as identidades e expressões de género trans possam ter cabimento e ocupar um espaço próprio a par das restantes, e não sejam apresentadas apenas no estatuto de excepção que confirma e/ou permite reconstituir a regra.

Ainda numa perspectiva etnometodológica, Candance West e Don Zimmerman, num artigo publicado em 1987, introduzem no vocabulário dos estudos (trans)género o "*doing gender*", querendo significar que "o género de uma pessoa não é simplesmente um aspecto daquilo que ela é, mas, mais fundamentalmente, é algo que uma pessoa *faz*, e faz recorrentemente, em interacção com os outros" (1987: 140, itálico no original). Ser visto como macho ou como fêmea não é uma opção, é algo que acontece independentemente da vontade de cada um (1987: 130). Diferentemente de Garfinkel e de Kessler e McKenna, os autores não sustentam a sua teorização sobre o género com recurso a dados directamente recolhidos de pessoas trans, referindo os disponíveis (nomeadamente a Agnes de Garfinkel).

[66] Suzanne Kessler (1990, 2000) tem continuado a explorar esta ideia, a partir da intersexualidade.

Mais do que como uma propriedade dos indivíduos, os autores concebem o género como "um aspecto emergente das situações sociais: tanto como um resultado e uma referência para os vários dispositivos sociais, como um meio de legitimar uma das divisões mais fundamentais da sociedade" (1987: 126). "Fazer género" significa criar diferenças entre raparigas e rapazes e mulheres e homens, diferenças que não são naturais, essenciais ou biológicas. Uma vez que as diferenças tenham sido construídas, elas são usadas para reforçar a "essencialidade" do género (1987: 137), como já demonstrava Goffman (1977: 316), utilizando um dos mais explícitos exemplos da divisão binária de género nas sociedades ocidentais actuais e por isso frequentemente chamados à análise quando se trata da teoria e das vidas trans (casos de Halberstam, 2006 [1998]; Browne, 2004; Doan, 2010) – o das casas-de-banho. Estas "não permitem tanto a expressão das diferenças naturais como produzem a própria diferença" (West e Zimmerman, 1987: 324).

Coerentemente com a matriz etnometodológica de explicação da realidade, os autores afirmam que "Se as pessoas *puderem ser vistas* como membros de categorias relevantes, *então categorizam-se desse modo*. Isto é, utiliza-se a categoria que parece apropriada, excepto na presença de informação discrepante ou de aspectos óbvios que excluirão o seu uso. Este procedimento está totalmente em conformidade com a atitude da vida de todos os dias, que nos leva a tomar as aparências como valores faciais a não ser que tenhamos uma razão especial para duvidar" (1987: 133, itálico no original).

Tal como as análises antecedentes, também esta não se revela inteiramente adequada à compreensão das expressões fora da cissexualidade, onde podemos supor que a questão das discrepâncias mais se coloca: "Deve ser acrescentado que é precisamente quando existem razões especiais para duvidar que surge a questão de se aplicarem critérios rigorosos, *mas é raro*, fora dos contextos legais ou burocráticos, encontrar insistências em testes positivos" (1987: 133, itálico no original). Mas é neste "raro" que nos posicionamos neste trabalho, embora para os autores a sua escassez não justifique aprofundamento numa teoria global do género.

Ainda assim, dirigem-se ao fenómeno, quando mencionam a "mudança de sexo" física, que consideram poder ser vista como uma ameaça e constituir o desafio mais radical à perspectiva cultural vigente sobre o sexo e o género, ou seja, à "essencialidade" socialmente construída do género. Na sua análise, porém, os autores alinham com outros (nomeadamente, Raymond, 1994 [1979], que veremos de seguida) na consideração de que a escolha que é apresentada a estas pessoas é a opção por um *ou* por outro, e que por isso estão absolutamente condicionadas. Aquilo que poderia constituir uma "ameaça" ou "desafio" transforma-se assim, na leitura dos autores, num reforço do binarismo: "A reconstrução física do critério de sexo presta um último tributo à 'essencialidade' das nossas naturezas sexuais – como mulheres *ou* como homens." (1987: 145, itálico no original). Mais uma vez, e talvez porque também a análise se situa num período anterior à década de 1990, não são aqui considerados modos de viver o género – e a corporeidade – fora dessas duas categorias, tampouco pessoas trans que reivindicam uma categoria de sexo/género fora das tradicionais. Não são pois contempladas as transformações operadas a nível do "ou" que os autores destacam.

Em suma, esta abordagem inaugural ao estudo das identidades e expressões de género trans nas ciências sociais trouxe inegáveis contributos para a compreensão sociológica (e não só) destes fenómenos, sendo incontornável nas teorizações posteriores. Desde logo, o de situar claramente a produção do (trans)género a nível do social, com a constatação da necessidade de "produzir" género, que é partilhado por trans e não-trans, e de ver esse trabalho reconhecido pelos outros, beliscando deste modo a hegemonia das explicações das ciências psico-médicas na compreensão do fenómeno. Kessler e McKenna (1985 [1978]) concebem o género como resultado de processos de atribuição, mais do que como uma propriedade ontológica do *self*. O género não precede a sua construção, ele é constituído nos processos de "fazer sentido" que atribuem um género ou outro às pessoas no decurso da interacção social. E, numa formulação diferente, West e Zimmerman (1987) defendem que o género não é uma propriedade estável do *self* mas emerge através de um processo reiterado de "fazer" a masculinidade e a feminilidade. Assim, e como nota Green (2007), muito antes dos teóricos *queer* terem localizado o género na performatividade e na representação, estas correntes desconstruíram o género em momentos de atribuição e reiteração, abalando irremediavelmente as assumpções essencialistas. Por outro lado, e indo ainda mais longe, como salientam Ekins e King (2006: 26), tomando seriamente as abordagens etnometodológicas, não é possível continuar a argumentar que o sexo é natureza e o género é sócio-cultural, ambos começam a ser vistos como sócio-culturais. Ou seja, o próprio binarismo é uma construção social, sendo aqui que se pode localizar a génese deste tipo de problematizações, cruciais para a possibilidade de teorização (e diríamos até de reconhecimento de um espaço de existência) da diversidade das identidades e expressões de género trans.

Por outro lado, embora farta em potencialidades, esta abordagem, tal como formulada, não se mostra adequada a dar plenamente conta dos fenómenos trans-género ao assumir, tal como é generalizado no "mundo real", apenas o masculino e o feminino e que só estes têm existência real. Quer porque os casos que sustentam estas produções se poderiam incluir na "narrativa clássica da transexualidade" que descrevemos anteriormente, quer porque o tempo da sua produção não era ainda o tempo da visibilidade de identidades e expressões de género trans que reivindicam um estatuto próprio e um lugar específico no sistema de género (ou mesmo fora dele), nem Garfinkel, nem os autores de matriz etnometodológica que lhe sucederam, colocaram a hipótese da existência de pessoas que apresentam identidades e expressões de género fora das socialmente reconhecidas – as binárias – e que assim desejam permanecer e viver. Na verdade, se "Nunca poderíamos considerar Agnes uma revolucionária ou uma utópica" (Garfinkel, 1967: 177), porque "desafiar o sistema representava para Agnes não mais do que riscos sem qualquer utilidade" (1967: 178), é esta postura – a nível individual e colectivo – que tem vindo a ser progressivamente posta em causa.

1.3. As primeiras abordagens feministas da transexualidade e do transgénero: hostilidade e aliança

Os pontos em comum entre feminismo e trans-género – nomeadamente o questionamento do estatuto epistemológico e a ontologia do "sexo" e do "género" (Hines, 2007a: 17) – justificam que a teoria feminista, mais concretamente a sua segunda vaga, tenha sido um dos primeiros campos académicos a debruçar-se sobre as identidades e expressões de género trans. Apesar dessas pontes, a relação entre ambos não tem sido pacífica, evidenciada num (muito) mau começo com a publicação, mesmo no final da década de 1970, da obra *The Transsexual Empire* (1979; reeditada com um novo prólogo em 1994), de Janice Raymond, a qual marcará o tom de hostilidade da abordagem feminista sobretudo à transexualidade.

A dificuldade da relação pode ser compreendida pela dificuldade de acolhimento das identidades e expressões de género trans num quadro conceptual e político que assenta na desigualdade entre (dois) géneros, daí que "O transgénero coloca uma séria ameaça ao feminismo. Os feminismos, particularmente o feminismo radical, assentam numa noção de um sistema de binarismo de género desigual. O transgénero baralha os binarismos de género e abre o espaço para além ou entre a simples categorização macho-fêmea" (Monro e Warren, 2004: 354). Esta primeira abordagem feminista do fenómeno dominou a relação durante as décadas seguintes à sua publicação, tendo ainda eco recentemente (para além da reedição da obra de Raymond em 1994; Hausman, 1995; Jeffrey, 1997; Wilton, 2000). No entanto, existem alternativas no seio do feminismo a este tipo de perspectivas oriundas do chamado "feminismo radical", o qual dominou a segunda vaga do feminismo (Hird, 2002b; Davy, 2011: 34), capazes de contribuírem para o acolhimento do trans-género a nível político e a sua compreensão a nível teórico, nomeadamente através de uma redefinição dos conceitos de sexo e género e respectivas relações entre ambos.

O "feminismo radical" e o "feminismo lésbico radical"

Na primeira abordagem feminista da transexualidade – ou do "transsexualismo", como prefere Raymond, querendo com a utilização do sufixo "ismo" enfatizar a natureza ideológica do fenómeno, que caracteriza mesmo como um "programa sociopolítico" (1994 [1979]: 5) –, as identidades trans não têm um espaço habitável. Elas são apenas objecto de condenação ou impelidas à "reconversão" que aqui significa permanecer no seu sexo/género "original" e lutar pelas mudanças sociais de género a partir dessa localização. As pessoas transexuais não podem ser homens ou mulheres "autênticos", pois um dos dois principais argumentos da autora, assentando numa posição biologista, é o de que *não é possível separar "sexo" de "género", logo, este último, tomado como dependente do primeiro, não é susceptível de ser modificado*: " (…) é biologicamente impossível alterar o sexo *cromossomático*. Se o sexo cromossomático é tomado como a base fundamental de ser macho ou ser fêmea, o homem que passa pela conversão genital *não* é fêmea" (Raymond, 1994 [1979]: 10, itálico no original). Chama,

por isso, às mulheres transexuais, aquelas em que se assenta sobretudo a sua análise, e genericamente a do feminismo radical, de "*male-to-constructed-female transsexuals*", tratando-as no género gramatical masculino.

Em 1994, e em resposta às críticas (justas, do nosso ponto de vista) que lhe foram feitas de promover o essencialismo de género, a autora vai reiterar que homens biológicos nunca podem aceder à condição de "mulher", não apenas por características cromossomáticas ou outras imutáveis, ou por alguma essência da feminilidade, mas porque não percorreram ao longo da sua vida o trajecto de serem mulheres num mundo de dominação masculina e "É essa história que é básica para a realidade feminina" (1994: xx). É de lamentar que Raymond, e outras autoras feministas na mesma linha, nunca se tenham interessado pela história, frequentemente povoada de intensa discriminação, dos "machos" que expressam a feminilidade. Raymond aproxima-se neste ponto de outras abordagens da teoria social – como as pós-modernistas – que, mesmo que mais amigáveis para as expressões transgénero, deixam de parte a "coisa real" ou a "vida real" e não descem do discurso (ideológico). Só assim se perceberá que a autora defenda que um homem que veste roupa de mulheres o faz por "paródia" (1994: xxviii), sem atender às consequências dessa "paródia".

Em Portugal, encontramos uma abordagem próxima desta em Virgínia Ferreira (2003), com uma posição "neo-biologista" ou "neo-essencialista" do género. Embora não se tenha demorado na transexualidade e no transgénero na análise aprofundada que empreende acerca das "relações sociais de sexo" (expressão que prefere à utilização de "género"), o exemplo que a autora elege para demonstrar o que não é verdadeiramente uma "mulher", mas o seu simulacro, é o de uma "mulher transexual" (que apelida de "homem transsexual" ou "um transsexual"). Ao fazer equivaler uma mulher transexual a uma "mulher falsa" (2003: 110-111), Ferreira partilha com Raymond a "indisponibilidade" ou mesmo "indisposição" para aceitar que um homem biológico possa "tornar-se" uma mulher "real" (Raymond, 1994: xix): "(…) TRANSSEXUAL converte o conceito de Mulher em outro que não é uma subcategoria de Mulher" (Ferreira, 2003: 110, formatação original), é antes uma "não mulher" (idem). Em Ferreira não é a realidade cromossomática que exclui uma mulher transexual da categoria de mulher, mas antes a ausência daquilo que apelida de "propriedades funcionais" ligadas à reprodução (não menstrua, não engravida), que, aliás, Raymond realça igualmente como fundamentais para a configuração da "história" feminina (1994: xx). Provavelmente para não excluir do conceito de mulher as mulheres biológicas que não possuem tais propriedades funcionais, acrescenta, à semelhança da "história" de Raymond, o argumento da socialização de género, neste caso sob a forma de "trajectória funcional" ("começou por não ser mulher") (2003: 111). Este "critério do duplo-*cocktail* de biologia e socialização" (Hird, 2002a e 2002b) para a definição de mulher, estabelecido pelo feminismo radical, não deixa qualquer margem para o acolhimento das mulheres trans na categoria e no espaço das mulheres.

Ferreira partilha ainda com o feminismo radical a visão estereotipada das expressões da feminilidade trans (senão mesmo, pelo menos a ver pelo trecho seguinte, das próprias mulheres cis):

> " (…) para ser uma mulher, um homem transexual tem que manter o que podemos denominar as propriedades da actividade motora de uma mulher. Mais até, porque a possibilidade de um transexual atrair homens assenta na possibilidade de desempenhar algumas das funções das mulheres (usar um nome feminino, vestir-se e maquilhar-se como uma mulher, seduzir, atrair olhares, levar os condutores de veículos a pararem o carro para dar uma boleia ou uma ajuda a um pneu furado, etc.)." (Ferreira, 2003: 110)

Alguém que não tenha nascido fêmea pode pois "parecer" uma mulher (estereotipada) mas não poderá nunca incluir essa "categoria" ou aceder a essa "condição", porque embora possa "possuir as propriedades contextuais apropriadas a uma mulher", "nega" as que mais directamente se relacionam com a sua anatomia biológica (Ferreira, 2003: 110; 111).

Este tipo de perspectivas, se têm o mérito de conferir importância à materialidade do corpo, fazem contudo depender a identidade de género fixamente da biologia, e por isso não se mostram capazes de produzir abordagens compreensivas do trans-género, apresentando uma postura de exclusão, ou mesmo de rejeição, das identidades trans. Embora a autora portuguesa se proponha, a partir dos novos desenvolvimentos da abordagem sociológica do corpo, "tentar entender como é que as configurações sociais podem estabelecer com a diferença biológica entre os sexos uma relação de influência, sem que esta seja forçosamente definida como uma relação de causalidade" (2003: 32), ou ainda "avançar para uma definição não-essencialista do colectivo social das mulheres, na qual as especificidades biológicas sejam tidas em conta" (2003: 35), não vai porém admitir a existência de mulheres (e supomos que de homens) sem um corpo (original) biologicamente consonante. Apesar da sofisticação conceptual, na prática, pelo menos tendo em conta a posição face à transexualidade, o resultado final é convergente com o produzido à luz das clássicas abordagens essencialistas e biologistas sobre o género, representando nas palavras da também feminista Gayle Rubin (1992), um "determinismo biologista reciclado".

Como bem nota o autor trans Zachary Nataf (1996: 45)[67], quando confrontado com a transexualidade, o feminismo radical reverte a proclamação de Simone de Beauvoir (2009 [1949]), e o próprio curso do feminismo, de que "anatomia não é destino", com afirmações de que a realidade de género e o destino dos indivíduos são ditados pelos cromossomas (ou, como vimos, por outras características biológicas inalteráveis), alinhando-o com o *establishment* que critica.

Para além do biologismo patente nesta abordagem do género trans, a segunda linha de argumentação de Raymond, que acabaria igualmente por fazer escola neste campo de estudos, é a de que *as identidades e expressões de género trans são uma construção médica ao serviço do sistema patriarcal*, o que justifica, de um ponto de vista mais político, que sejam merecedoras de crítica:

> "O aglomerado de profissionais médicos e outros que convergem para a institucionalização do tratamento transexual e a cirurgia no modelo médico – o império transexual – tornam-se os oleiros do comportamento de género aceitável e permissível. Por exemplo, os estereótipos femininos e masculinos tornaram-se institucionalizados clinicamente na condição de que os transexuais provem que são verdadeiros candidatos à cirurgia por passarem como membros do sexo oposto." (Raymond, 1994: xvi)

[67] Para uma outra crítica "vinda de dentro" aos argumentos utilizados por Raymond (1979), veja-se Riddell (1996 [1980]).

Esta segunda linha de argumentação é útil e pertinente no que tem de crítica à abordagem psico-médica da transexualidade, nomeadamente da sua prática de medir a transexualidade pela aproximação aos papéis e estéticas de género convencionais, privilegiando e promovendo a reprodução desses estereótipos nas pessoas transexuais, nem que seja por via do poder que detém no reconhecimento da legitimidade do "sentimento" e do acesso aos procedimentos médicos de transformação corporal. Mas a posição de Raymond implica a total ausência de agência das pessoas trans, que assim colocam a sua vida ao serviço de uma ideologia de género:

> " (…) o transexual macho para fêmea é uma 'mulher fantástica', a encarnação da fantasia masculina de se sentir como uma mulher presa num corpo de homem, a fantasia tornada carne por uma posterior fantasia médica masculina de cirurgicamente estilizar um corpo masculino num feminino. Essas fantasias são baseadas na imaginação masculina e não em qualquer realidade feminina." (Raymond, 1994: xx)

Mas, onde fica o também homem (na concepção de Raymond) que se sujeita e está à mercê da fantasia dos outros homens? Nesta visão as pessoas trans (ou melhor, as que expressam a feminilidade) não aparentam qualquer réstia de "sentimento de si" ou de auto-referenciação. Como pode a autora justificar, do ponto de vista dos sujeitos e da sua agência, aquilo que considera uma evidência, o número de homens biológicos, muito superior ao das mulheres, a desejar viver e ser visto como mulher, perdendo assim estatuto e privilégios? Sobretudo, quando é essa a motivação que Raymond considera ser o motor da transição de sentido "oposto"; ou seja, as mulheres que desejam a "mudança de sexo" fazem-no para aceder ao poder e privilégios da masculinidade? O que, aliás, dificilmente poderá neste caso deixar de ser associado a um claro exercício de agenda, parecendo pois haver nesta análise, embora não explicitamente, dois pesos e duas medidas consoante o sexo biológico de partida. Haverá, então, entre a maioria dos homens, uma minoria de vítimas que terão que ser sacrificadas para o reforço do sistema patriarcal? E onde cabem aqui as mulheres "menos fantásticas" do ponto de vista da colagem ao tal imaginário masculino, serão apenas casos esteticamente mal sucedidos?

Esta crítica à "construção médica da transexualidade" não é pois neste momento e neste território teórico e político aproveitada para contestar essa "medicalização" ou essa opressão exercida sobre os sujeitos que não se encaixam à partida no sistema convencional de sexo/género, optando-se antes pela sua culpabilização, pela acusação de cumplicidade com o sistema ou, no mínimo, pela sua des-agencialização.

Aparentemente, esta segunda linha de argumentação da autora deixaria de ter aplicabilidade a parte considerável das identidades e expressões de género trans que começaram a ter visibilidade, sobretudo a partir da década de 1990, as quais dificilmente se enquadram no estereótipo do masculino e do feminino, inclusivamente nos arranjos e estéticas corporais. Raymond admite que, quinze anos depois de ter escrito o seu livro, a realidade é mais complexa e uma pletora de termos tem sido adicionada ao léxico dos chamados comportamentos dissonantes, tais como "transgénero", "re-género", "*gender blending*", "*gender bending*", "*gender fucking*" e "transhomossexualidade". No entanto, na sua leitura, "a maioria das pessoas transgénero é constituída por homens que, em vez de

transcenderem, isto é, desmantelarem ou irem para além dos papéis de género, procuram combinar aspectos da feminilidade tradicional com aspectos da masculinidade tradicional" (1994: xxv). Nem a intenção explícita de transgredir os padrões de género convencionais, que as designações (vindas das próprias pessoas trans) que elenca evidenciam, nem a crescente visibilidade das expressões trans provenientes de mulheres biológicas, parecem justificar, para a autora, um repensar dos pressupostos que estruturam a sua análise sobre o fenómeno. Raymond termina a introdução à edição de 1994 dirigindo-se a essas novas formas de identificação e expressão de género, repetindo a fórmula que tinha usado para a transexualidade:

> "A afirmação da tolerância baseada na noção de que o transgenderismo, em todas as suas formas, é uma forma de resistência de género é sedutora mas falsa. Em vez disso, o transgenderismo reduz a resistência de género a roupeiros, hormonas, cirurgia e postura – nada que tenha que ver com a igualdade sexual real. Uma política sexual real diz sim a uma visão da realidade do transgénero que transforma, em vez de se conformar com o género." (Raymond, 1994: xxxvx)

O feminismo radical posiciona assim qualquer identidade e expressão de género trans como fenómenos anti-feministas, construídos pelo e ao serviço do sistema patriarcal. Sheila Jeffrey, em 1997, numa análise sobre o movimento transgénero, reacende a hostilidade do feminismo em relação às identidades e expressões de género trans que a publicação da obra de Raymond iniciou, ao reiterar que, tal como a transexualidade, o "'transgenderismo' é também profundamente problemático numa perspectiva feminista" (1997: 55).

O texto de Jeffrey (1997) expressa um dos debates que atravessam a análise do trans, o da relação, frequentemente tensa, entre o movimento homossexual e o transgénero, quando a nível político é suposto que exista uma coligação de interesses, como a sigla LGBT traduz. Esta posição "feminista lésbica radical" (Jeffrey, 1997: 70) alerta para o perigo que o activismo transgénero representa, não apenas para o feminismo, mas igualmente para as políticas *gay* e lésbicas, porque "os transgenderistas estão comprometidos com a sua própria 'performance' de género e não em eliminá-lo" (1997: 58), pelo que o movimento trans "não deve certamente ser acriticamente aceite como uma força socialmente transformadora equivalente à libertação *gay*" (1997: 56). Aliás, a autora estranha que este paralelo entre as lutas *gay* e transgénero tenha vindo a ser desenvolvido e a ganhar adeptos no campo do feminismo, nomeadamente no quadro da teoria *queer* e pós-modernista, concorrendo com a posição de Raymond, óbvia do seu ponto de vista, que, pelo contrário, combate os estereótipos de género e a "necessidade" socialmente construída do transsexualismo (idem). Para além de outras omissões, esta visão separatista não entra em conta com os contributos das pessoas trans para o movimento de libertação *gay* (nomeadamente nos episódios emblemáticos para a constituição do movimento LGBT, o Campton's Cafeteria Riot em 1966 e Stonewall em 1969)[68].

Para a autora, o processo de "transexualização" de homens biológicos representa, simplesmente, uma de duas "fugas": fuga à homofobia internalizada (que parte do pressuposto,

[68] Esta história tem vindo a ser recuperada pelas próprias pessoas trans, como Feinberg, 1998: 95-112 e Stryker, 2008: 59-89 e por outros historiadores do fenómeno como Meyerowitz, 2002: 227-241.

certamente discutível, de que a assunção e experiência da homossexualidade é mais "pesada" do que a de assunção e vivência de uma identidade trans) ou, quando "continuam a amar mulheres", fuga ao fardo da masculinidade. Neste último caso, a autora alerta a comunidade lésbica para que estas pessoas que se "auto-proclamam" de lésbicas não devam ser aceites como tal, pois constituem uma ameaça, tanto para a condição de mulher ("mulher" resulta da experiência de viver como mulher sob a supremacia masculina e num corpo de fêmea que implica, por exemplo, menstruar ou amamentar), quanto para a de lésbica ("lésbica" implica desafiar o papel de subordinação das mulheres, ao amar outras mulheres). Uma segunda ameaça vem da transição de sentido "oposto", ou seja, a de mulheres lésbicas que optam pela migração de género. A complexidade deste último debate – o das fronteiras entre lésbicas masculinas e homens trans (desenvolvido, por exemplo, em Rubin, 1992; Nataf, 1996; Halberstam, 2006 [1998]) – não transparece porém na análise de Jeffrey, para quem esta opção representa apenas uma atitude de repúdio da feminilidade, compreensível à luz de uma cultura de dominação masculina, sendo igualmente uma fuga à opressão, neste caso, quer como mulheres, quer como lésbicas. Também no que concerne a este recente fenómeno "é imperativo que a comunidade lésbica esteja atenta" a tais "deserções" que, segundo Jeffrey, têm sido promovidas como *fashionable* pela teoria *queer* (1997: 68). É no entanto claro que para o feminismo radical o maior perigo, e alvo preferencial, são as mulheres trans, dado que são os homens (mais rigorosamente os machos) que são tomados como o "inimigo", havendo alguma compreensão para as mulheres que desejam libertar-se da opressão da feminilidade nas sociedades patriarcais.

Neste seu texto sobre o activismo transgénero, Jeffrey vai ainda acrescentar o argumento de que "o transexualismo deve ser visto como uma violação dos direitos humanos", "um abuso político e médico dos direitos humanos" (1997: 55; 59)[69]. A autora considera que os clínicos, ao invés da realização da cirurgia de reatribuição de sexo, encarada aqui explicitamente como "mutilação", devem encorajar as pessoas que os procuram motivadas por questões de identidade de género ou "insatisfação de género" a adoptarem uma postura mais política face à sua situação, de rebelião relativamente aos papéis de género prescritos (1997: 70). Que mais não seja, é espantosa a fé que Jeffrey parece depositar na capacidade dos clínicos executarem tal tarefa, dado que são também, neste quadro feminista radical, tomados como os principais guardiães do sistema de género patriarcal. A destituição de agência das pessoas trans é novamente evidente, pois são, uma vez mais, tomadas como o objecto, em vez dos agentes de mudança sobre a sua condição, os seus corpos e as suas vidas, papel que permanece reservado aos clínicos. Na realidade, esta visão do feminismo radical acerca das transformações corporais é produzida a partir de um quadro de referência ideológico, sem atender ao

[69] Neste momento, aquilo que é cada vez mais reconhecido, até a nível das instâncias internacionais, é que o desrespeito pelos direitos das pessoas transexuais, nomeadamente no acesso aos cuidados de saúde conducentes às transformações corporais, é que constitui um caso de violação de direitos humanos (cf. cap. 3). Não sabemos, porque a autora não o explicita, se a sua sugestão vai no sentido da proibição dos tratamentos conducentes às transformações corporais (nomeadamente os endocrinológicos e cirúrgicos) nos países mais respeitadores dos direitos humanos, o que, a acontecer, inverteria o *ranking*, para este caso concreto.

discurso das próprias pessoas a que se dirige (Nataf, 1996), no que resulta, na qualificação de Davy em visões simplistas e moralistas (2011: 41).

Comum a esta linha de pensamento – que inclui ainda autoras como Bernice Hausman (1995) e, ainda mais recentemente, Tamsin Wilton (2000) –, é pois tomarem como referência e ponto de partida para a análise sobre o fenómeno trans (sobretudo transexual, na modalidade MtF) o discurso médico sobre a transexualidade, e não a transexualidade tal como é vivida pelas pessoas transexuais, muito menos sobre outras variadas formas de transgénero, sobre as quais não existe disponível um discurso médico tão consolidado e reproduzido socialmente, optando por as menosprezar ou mesmo ignorar. Wilton, que escreve mesmo no final do século XX nos EUA, dificilmente não daria conta da diversidade de expressões trans, mas, ainda assim, acaba por assumidamente excluir da sua análise tudo aquilo que poderia não ir de encontro ao que pretende demonstrar[70].

> "É importante reconhecer que as afirmações de 'estar no corpo errado' marcam apenas uma corrente das muitas que actualmente caracterizam a experiência transexual/transgénero. Nos anos mais recentes, as performatividades daqueles para os quais o sexo atribuído está em desacordo com o seu sentido do *self* proliferaram para além dos sempre frágeis limites do modelo médico do transexo, para incorporar transitoriedade de género, indefinição e outras transições. Tais estratégias – talvez melhor caracterizadas como *paracorpóreas* – são de ordem diferente e não me interessam aqui. O meu focus também exclui as trajectórias *female-to-male* (FTM), embora as narrativas FTM compliquem as políticas de sexualidade de maneiras intrigantes." (Wilton, 2000: 238)

Trata-se assim, no caso do feminismo radical, de uma abordagem (de)limitada em termos temporais, geográficos e de diversidade de género, que faz equivaler transexualidade e cirurgia de mudança de sexo, daí que a transexualidade seja vista como uma invenção moderna e a-histórica.

> " (…) o transexualismo é um fenómeno relativamente novo. Antecedentes históricos podem ser encontrados em alguns relatos mitológicos, ritos de iniciação e algumas formas de eunuquismo e castração, mas, estritamente falando, o transsexualismo não tem precedentes históricos." (Raymond, 1994 [1979]: 20)

Hausman vai mesmo criticar aqueles estudiosos que "frequentemente vêem o transexualismo como representativo de um desejo transhistórico de alguns seres humanos de serem do outro sexo" (1995: 2), ao invés de reconhecerem que a emergência do "transexualismo" em meados do século XX dependeu dos desenvolvimentos da endocrinologia e cirurgia plástica como práticas tecnológicas e discursivas. Isto, considera a autora, deveria ser uma afirmação auto-evidente, na medida em que a "mudança de sexo" é impossível sem o suporte tecnológico e ideológico providenciado pela medicina e os seus profissionais. Argumentando que o transexualismo é um fenómeno do século XX que deve ser lido tendo em conta os avanços tecnológicos da ciência médica, a autora, inspirada em Foucault, está a sugerir que, tal como a homossexualidade, a transexualidade é uma categoria de experiência e identidade que deve ser lida como resultado de condições sociais e culturais específicas. Considera, contudo, que a transexualidade não é análoga à homossexualidade e que é a relação especial do "transexualismo", em termos conceptuais e materiais, com o discurso e práticas médicas que o

[70] Para uma análise mais aprofundada do texto de Wilton (2000), e da recolocação crítica das questões e argumentos nele esgrimidos, incluindo as ausências propositadas, veja-se a excelente resposta de Hird (2002b).

distingue da homossexualidade. Segundo a autora, "embora partilhando algumas situações com os homossexuais, como as discriminações, os transexuais devem procurar e obter tratamento médico para poderem ser reconhecidos *como transexuais*. A sua posição enquanto sujeitos depende da necessária relação com a medicina e os seus discursos" (Hausman, 1995: 3, itálico no original). Esta ideia é (ainda) válida do ponto de vista do reconhecimento "oficial", com implicações profundas aos níveis do acesso aos cuidados de saúde e, em países como o nosso, também ao reconhecimento legal de sexo. Porém, como o presente estudo contribuirá para demonstrar, há pessoas que reivindicam uma identidade transexual sem nunca terem consultado um médico por questões relacionadas com a identidade de género; e há pessoas reconhecidas como transexuais, mesmo a nível médico e legal, com um discurso e uma narrativa divergentes da oficial. Ou seja, divergentes das "histórias já contadas", das narrativas clássicas da transexualidade, que Hausman explora para fundamentar a sua argumentação, nomeadamente na dimensão central da sua análise, a "mudança de sexo", que faz literalmente equivaler à alteração anatómica via cirurgia[71].

Este tipo de análises, embora pertinentes para a crítica da relação da transexualidade com a medicina, não se encontra apto a contribuir para a compreensão da diversidade de género em todas as suas formas, e em toda a sua complexidade, desde logo porque destitui de agência as pessoas diversas em termos de género. Embora bastante críticas do discurso médico patriarcal sobre a transexualidade, acabam por contribuir para o seu reforço ao tomá-lo, na prática, como o todo e o único possível na compreensão do fenómeno trans, ou seja, ao ignorarem que há pessoas, discursos e vivências para além do discurso médico. Hausman (1995), reivindicando as influências de Foucault e de Barthes, considera que "as condições *discursivas* da possibilidade da emergência da transexualidade são, então, contingentes a certas condições *materiais* que tornam a tecnologia da mudança de sexo possível" (1995: IX, itálicos no original). Como sintetiza a autora trans Susan Stryker (1999), Hausman e a sua obra são exemplo dos académicos que perspectivam a transexualidade estritamente como um produto do discurso médico, sem espaço para a agência transexual ou para a luta contra-discursiva. Para mais, como a antropologia tem vindo a desmonstrar, nunca há identidades de género separadas da gramática da cultura, sendo sempre dependentes de "discursos" e das "tecnologias" disponíveis (para uma resenha da diversidade de género em diferentes contextos geográficos e temporais, veja-se Nanda, 2000) -, não sendo pois uma problemática ou mesmo "problema" (como é abordado aqui) colocado especificamente às pessoas transexuais.

Tal como o discurso médico, o feminismo radical nega agência às pessoas trans, não sendo por acaso que é ao *The Transsexual Empire* (1979) de Raymond que Sandy Stone se dirige com o seu *The 'Empire' Strikes Back: a Posttranssexual Manifesto* (1991), que representa o despontar do "movimento transgénero", com a reacção das próprias pessoas trans aos discursos na terceira pessoa.

[71] Aliás, à medida que os próprios discursos e práticas da medicina sobre a transexualidade vão sofrendo alterações, nomeadamente no sentido de não fazer depender a transexualidade da "conformidade" genital e que, em termos legais, as transformações corporais não são uma condição para o reconhecimento, deixará de existir transexualidade ou apenas o "transexualismo"?

Embora este posicionamento tenha ainda seguidores e tenha deixado marcas profundas, não só na relação entre trans-género e feminismo (na academia e no activismo), mas num tipo de leitura do trans que, tal como o próprio argumento utilizado para a abordagem do fenómeno, aparentemente progressista, acaba por se revelar conservador e moralista, outras autoras feministas adoptam outras abordagens acerca da diversidade de género, mostrando que "o quadro de referência feminista pode ser utilizado para teorizar identidades e expressões de género divergentes, que não são fixas ao corpo 'sexuado' " (Hines, 2008: 29).

Abrindo o espaço para a "aliança": As reconfigurações de género e sexo/sexualidade no pensamento feminista

Não é pois sequer necessário sair do quadro do pensamento feminista para criticar o seu tradicional antagonismo para com as expressões trans – aos níveis teórico e político – e encontrar propostas alternativas, como é bem ilustrado por Gayle Rubin (1993 [1975], 1984, 1992).

Logo em meados dos anos 1970, no seu já clássico texto *The traffic in women: Notes on the "political economy" of sex* (1993 [1975]), avança com uma tentativa de identificação dos mecanismos que criam e reproduzem a opressão das mulheres, aquilo a que chamou precisamente o "sistema de sexo/género", o modo como se transforma e se processa o sexo biológico (definido cromossomaticamente) em género cultural, com vista à naturalização e legitimação das diferenças. Aí Rubin considera que "O sistema de sexo/género deve ser reorganizado através da acção política" (1993 [1975]: 204), defendendo que a identidade feminista surge mais do comprometimento político do que da biologia (que deveria ser "irrelevante para o que a pessoa é, o que faz e com quem faz amor", idem). A autora vai descentrar a crítica ao sistema patriarcal de género da situação das mulheres, situando-a na própria lógica do seu funcionamento, que pode potencialmente afectar todos os membros da sociedade – incluindo os homens – e não apenas estas.

Posteriormente, a autora é também uma das pioneiras de uma abordagem diferente da relação entre género e sexo/sexualidade[72], que se desenvolveu através da teorização de ambos como categorias distintas mas sobrepostas. Neste sentido, questiona a assunção do feminismo como uma "teoria da sexualidade", antes o feminismo é a "teoria da opressão de género", porque fazer do feminismo a teoria da sexualidade significa precisamente não distinguir "género" de "desejo sexual" (Rubin, 1984: 307).

> "O género afecta a operacionalidade do sistema sexual, e o sistema sexual tem tido manifestações de género específicas. Mas embora sexo e género estejam relacionados, eles não são a mesma coisa, e formam a base de duas arenas distintas da prática social." (Rubin, 1984: 308)

Para além de Rubin (1984), também se incluem neste exercício de reformulação dos conceitos e das repectivas inter-relações, por exemplo, Vance (1984) e Sedgwick (2008 [1990]). Separar género e

[72] Optámos pela modalidade conjunta de sexo/sexualidade, uma vez que nesta abordagem o sentido de "sexo" não é tanto o biológico, mas o relativo à sexualidade.

sexualidade tem, metodologicamente, a vantagem de permitir revelar mais claramente as características específicas de cada sistema, pois "apesar das muitas inter-relações entre sexualidade e género, a sexualidade não é uma categoria residual, uma sub-categoria do género" (Vance, 1984: 10). Como sublinha Hines (2007a: 20), embora não tendo sido construída especificamente para teorizar as identidades trans, esta abordagem é útil para uma compreensão nuanceada das identidades que não encaixam nas identidades binárias de género (homem/mulher) ou de sexualidade (homo/hetero).

Rubin clama por uma teoria radical do sexo/sexualidade que deve "identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual" (1984: 275). Para tal, há que encontrar outras referências e "livrar-se" de alguns axiomas que têm inibido o desenvolvimento de uma teoria deste tipo. Um dos principais é o *essencialista*. A autora chama a atenção para algo fundamental para a teorização das identidades trans – o essencialismo é mantido e reconhecido pelo domínio da medicina, da psiquiatria e da psicologia no estudo académico do sexo: "Todas estas disciplinas classificam o sexo como uma propriedade dos indivíduos, algo que reside nas hormonas ou na psique (…) dentro dessas categorias etnocêntricas, a sexualidade não tem história nem determinantes sociais significativos" (1984: 276). Ora, só a partir do momento em que se compreenda o sexo/sexualidade em termos de análise social e histórica será possível construir uma política sexual mais realista. Para além do *essencialismo*, identifica ainda a *valorização hierárquica dos actos sexuais* e a *ausência de um conceito benigno de variedade sexual* como inibidores de uma teorização adequada do sexo/sexualidade (1984: 278).

Precisamente uma das "castas" mais desvalorizadas no sistema hierárquico de valor sexual das sociedades ocidentais modernas – encabeçada pelos casais heterossexuais formalizados – é constituída pelas pessoas trans (a autora chama-lhes transvestistas). E a posição no *ranking* social do valor sexual tem consequências estruturais na vida dos indivíduos, delineando-se aqui uma análise referenciada material, institucional e socialmente:

> "Os indivíduos cuja conduta figura no alto da hierarquia vêem-se recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade física e social, apoio institucional e benefícios materiais. À medida que descemos na escala das condutas sexuais, os indivíduos que as praticam vêem-se sujeitos à presunção da enfermidade mental, à ausência de respeitabilidade, criminalidade, restrições à mobilidade física e social, perda de apoio institucional e sanções económicas." (Rubin, 1984: 278)

Rubin identifica como agentes geradores de produção e controlo desse *ranking* nas sociedades contemporâneas, com raízes nas tradições religiosas ocidentais, o campo médico e psiquiátrico. A medicina e a psiquiatria multiplicaram as categorias de "condutas sexuais erradas", sendo que "O capítulo das perturbações psicossexuais do DSM da APA tornou-se um mapa bastante fiável da hierarquia moral actual das actividades sexuais", e é uma sofisticação das condenações tradicionais. E a autora prossegue, "A última edição, DSM III, excluía a homossexualidade da categoria de perturbações mentais, devido a uma longa luta política. Mas o fetichismo, o sadismo, o masoquismo, a transexualidade, o transvestismo (…) estão firmemente classificadas como disfunções psicológicas. Ainda se continuam a escrever livros sobre a génese, etiologia, tratamento e cura destas supostas

'patologias'." (1984: 279). A crítica ao discurso e práticas sobretudo da psiquiatria sobre, entre outras, as identidades e expressões de género trans, é colocada aqui em termos que não acabam por responsabilizar as próprias "vítimas", sendo que o que deve ser combatido é essa opressão e não os actos ou as identidades. Rubin chama ainda a atenção para o processo de luta política que foi enveredado pelo movimento homossexual, que poderá servir de exemplo para outros grupos minoritários que, ao invés de excluir e de considerar como inimigo político, coloca como partilhando processos históricos similares. Produzida ainda no decurso da primeira metade da década de 1980, a análise prospectiva de Rubin revela-se certeira, encontrando-nos no presente, parece-nos, num momento crucial deste processo:

> "A sexualidade continua escapando-se das páginas do DSM até à história social. Actualmente outros grupos estão a tentar emular o êxito dos homossexuais. Entre outros, os transvestidos e os transexuais estão em etapas distintas de formação de comunidades e de aquisição de identidade." (Rubin, 1984: 284)

A autora encerra a sua obra concluindo que o chamado discurso feminista recria uma moralidade sexual muito conservadora, ao tomar como inimigos do feminismo algumas minorias, entre as quais as pessoas transexuais, esquecendo os principais perpectuadores da moralidade de género e sexual, como a família, a religião, a educação, o estado, a psiquiatria, entre outros.

No seu texto *Of Calamities and Kings* (1992), já da década seguinte, Rubin reflecte sobre o género e as suas fronteiras, analisando agora mais especificamente as questões trans a partir da relação das lésbicas (centrando-se nas de expressão de género mais masculina, as *butch*[73]) com a masculinidade, logo, na relação entre esta categoria de mulheres e os transexuais FtM. Neste texto, escrito precisamente em reacção às correntes radicais do feminismo (que promovem o "separatismo" não só conceptualmente, mas na prática, por exemplo proibindo a entrada de mulheres transexuais em eventos exclusivamente para mulheres[74]), problematiza a hostilidade feminista e lésbica para com as pessoas transexuais, propondo uma estratégia inclusiva, tanto para as pessoas MtF – baseada na premissa de que "anatomia não é destino" –, como para as FtM – não interpretando a "dissidência" da feminilidade como traição.

O quadro conceptual de Rubin revela-se ainda útil para a compreensão das identidades e práticas trans, ao rejeitar que quaisquer comportamentos, traços ou modos sejam inerentemente "masculinos" ou "femininos". Assume operacionalmente que as culturas atribuem comportamentos a uma ou outra categoria de género e então atribuem significado de género aos vários comportamentos. Tal conceptualização admite que os indivíduos possam expressar, em termos de género, tanto

[73] O termo "*butch*" é utilizado para referir as lésbicas que apresentam expressões de género masculinas. Em Portugal os termos mais utilizados para designar a mesma realidade serão os de "sapatona", "camionista" ou "machona".

[74] Podem contar-se vários exemplos de exclusão deste tipo no contexto norte-americano. Neste texto Gayle Rubin refere-se especificamente à "Conferência Nacional de Lésbicas" de 1991, a qual baniu explicitamente as "mulheres não genéticas". A esse propósito escreve a autora que "Após décadas de insistência feminista de que as mulheres são 'feitas, não nascidas'; após lutar para estabelecer que 'anatomia não é destino', é espantoso que esses eventos ostensivamente progressivos possam coexistir com políticas discriminatórias baseadas tão flagrantemente em determinismos biologistas reciclados." (1992: 474).

conformidade, como desvio ou rebelião ou quaisquer outras mensagens através da manipulação dos sentidos e taxonomias de género (1992: 479). Há pois que reconhecer (o que não tem acontecido nas políticas feministas) as diferenças entre identidades de género, orientações sexuais e posições políticas. Mais, para além da sua distinção analítica, há ainda que reconhecer que são múltiplas as combinações: "Preferência sexual, papel de género e postura política não podem ser equiparados e não se determinam ou reflectem directamente uns nos outros." (1992: 480).

A autora coloca todas as identidades e expressões de género e sexualidade no mesmo plano, nisto aproximando-se já de uma das premissas do feminismo pós-estruturalista, nomeadamente no quadro da teoria *queer*. No entanto, e contrariamente aos teóricos *queer*[75], para Rubin, tal como para nós, as categorias de identidade são importantes, seja para o processo de auto-referenciação na construção de identidades, seja para a sua legitimidade social, seja ainda, já agora, para a sistematização e compreensão da realidade, que é o ofício da ciência.

> "As nossas categorias são importantes. Não podemos organizar a vida social, o movimento político ou as nossas identidades e desejos sem elas. O facto de as categorias nunca conterem todas as 'coisas existentes' relevantes não as torna inúteis, apenas limitadas. Categorias como 'mulher', '*butch*', 'lésbica' ou 'transexual' são imperfeitas, históricas, temporárias e arbitrárias. Nós usamo-las e elas usam-nos. Nós usamo-las para construir vidas com significado e elas moldam-nos em formas historicamente específicas de personalidade. Em vez de lutar por classificações imaculadas e impenetráveis, vamos empenhar-nos em manter uma comunidade que compreende a diversidade como uma dádiva, vê as anomalias como preciosas e trata todos os princípios básicos com uma robusta dose de cepticismo." (Rubin, 1992: 477-478)

Se qualquer forma de feminismo como base para analisar a transexualidade e o transgénero se apresenta como potencialmente problemática, dado que o seu *locus* assenta na categorização feminino-masculino (Monro, 2000; Monro e Warren, 2004) – aliás, revertendo o argumento da análise feminista tradicional do fenómeno, em que as pessoas transexuais são vistas como reforçando os estereótipos e apropriando-se dos corpos e espaços femininos (sobretudo Raymond, 1994 [1979]), alguns autores trans (nomeadamente Bornstein, 1994) afirmam que é o feminismo, baseado na distinção entre homens e mulheres, que constitui um investimento no sistema de género – como acabámos de ver, outras formas de feminismo, mais plurais, revelam-se mais frutuosas para a teoria e as políticas trans.

Uma outra abordagem ao trans-género vem do feminismo pós-estruturalista (Butler 1990, 1993, 2004; Haraway, por exemplo, 2002 [1985]; e Garber, 1997 [1992]), que incluiremos no ponto seguinte. Desafiando as oposições binárias, o sexo/género é agora concebido como fluido e construído pelo discurso. Nesta perspectiva, as identidades de género trans são tomadas como sendo cultural e socialmente construídas, do mesmo modo que as femininas e masculinas convencionais.

[75] Embora Gayle Rubin constitua uma referência para os teóricos *queer*, ela tem o cuidado de se demarcar conceptual e metodologicamente dessas propostas, como é bem visível no diálogo, em forma de entrevista, que mantem com Judith Butler (Rubin e Butler, 1994).

1.4. As abordagens pós-estruturalistas e pós-modernistas do (trans)género e a teoria *queer*: o género como construção discursiva e performativa

Sobretudo a partir da última década do passado século, as abordagens pós-estruturalistas e pós-modernistas dirigem-se directamente aos fenómenos trans-género e são centrais para a sua teorização, na medida em que irão constituir-se como as únicas aptas a abarcar e representar a diversidade de género, incluindo a fluidez e multiplicidade de género e as identidades fora do masculino e feminino (cf. Monro, 2005: 14).

Enquanto as teorias da modernidade posicionam os agentes como fonte de conhecimento e acção, o pós-estruturalismo, de influência sobretudo de Michel Foucault, sustenta que eles são efeito de uma lógica cultural e social específica, sendo o discurso que constrói o significado. A abordagem da natureza discursiva do género, do sexo e da sexualidade abrirá novo espaço para a conceptualização e compreensão da transexualidade e do transgénero. Já o pós-modernismo, onde se salienta a influência de autores como Jacques Derrida, ao colocar em causa as categorias sociológicas convencionais, entre as quais o género, questionado enquanto categoria essencializada e normalizadora, e ao desenvolver o conceito de diferença, entra igualmente em diálogo com as teorias relativas às identidades e expressões de género trans.

As questões relativas à sexualidade e ao género, perpectivadas agora pelos novos e amplos questionamentos e debates suscitados pelas abordagens pós-estruturalistas e pós-modernistas da realidade social, desenvolveram-se em torno daquilo que ficaria conhecido como a "teoria *queer*". Como refere António Fernando Cascais, na apresentação da obra que organiza e que pretende dar visibilidade aos estudos *queer* em Portugal[76], "queer é tão próprio do mundo anglófono como embaraçosa é a sua tradução para os mundos culturais de outras línguas" (2004c: 55-56). A expressão *queer*, que originalmente significava estranho ou inusual, veio a ser reabilitada, tornando-se numa expressão positiva e de empoderamento dos sujeitos que supõe abarcar: lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e transgénero, intersexuais, etc. Basicamente, refere-se a pessoas, comportamentos ou grupos que transgridem a heteronormatividade (Casares, 2006: 279). Segundo Vale de Almeida, o termo *queer* "pode ser usado para descrever uma população aberta, cujas características partilhadas não são a identidade mas um posicionamento antinormativo em relação à sexualidade" (2004a: 97).

No contexto específico da "teoria *queer"*, o termo é utilizado para descrever um modelo teórico que se desenvolveu fora dos estudos *gay* e lésbicos mais tradicionais (Jagose, 1996: 1) que assentavam em categorias de identidade sexual; pelo contrário,

[76] Se, como retomaremos adiante, o diálogo entre a sociologia e a teoria *queer* não tem sido frequente, na sociologia em Portugal é praticamente inexistente. Esse será um dos factores que concorre para explicar o "vazio" na sociologia nacional da abordagem das temáticas que foram chamadas à ribalta por este quadro teórico, inclusivamente as das identidades de género minoritárias (Saleiro, 2009a). Dos esforços para estabelecer o diálogo, não apenas com a sociologia, mas com as ciências sociais, para além da mencionada colectânea organizada por Cascais (2004), destaque-se ainda o número temático da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (2006, nº 76), organizado por Ana Cristina Santos, uma das poucas sociólogas que tem conferido e chamado atenção para este património teórico.

> "*Queer* descreve os gestos ou modelos analíticos que dramatizam as incoerências nas relações supostamente estáveis entre sexo cromossomático, género e desejo sexual. Resistindo ao modelo da estabilidade – que reivindica a heterossexualidade como a sua origem, quando é mais o seu efeito – o *queer* foca-se nas descoincidências entre sexo, género e desejo. Institucionalmente, o *queer* tem sido mais associado às temáticas lésbica e *gay*, mas o seu quadro de referência analítico também inclui tópicos como o *cross-dressing*, o hermafroditismo, a ambiguidade de género e a cirurgia de correcção de género. Seja numa performance transvéstica ou numa desconstrução académica, o *queer* localiza e explora as incoerências nesses três termos que estabilizam a heterossexualidade." (Jagose, 1996: 3)

Como deixa transparecer a citação anterior, partindo da tentativa de explicação da matriz heterossexual, e portanto do eixo da sexualidade, a teoria *queer* acaba por se focar nas relações e implicações supostamente naturalizadas entre sexo, género e sexualidade, dirigindo-se directamente aos fenómenos trans-género.

Num dos textos que é considerado como inaugural da teoria *queer – Epistemology of the Closet* (1990)[77] –, Eve Kosofsky Sedgwick, remontando ao trabalho de Rubin (1984), defende a distinção entre "sexo", "género" e "sexualidade", três termos que considera "escorregadios", quer no modo de utilização, quer no analítico. Para a autora, a delimitação entre sexo e género tem sido um dos exercícios mais bem-sucedidos do pensamento feminista. Nesse exercício, "sexo" tem significado um conjunto de diferenciações biológicas irredutíveis entre os membros da espécie humana que possuem cromossomas xx e os que possuem xy. O "sexo" – que a autora designa de "sexo cromossomático" para fins de clareza, uma vez que o termo tanto é comummente utilizado no sentido biológico, como sinónimo de sexualidade[78] – é assim tomado como o material em bruto no qual se baseia a construção social do "género". O "género" é pois uma produção/reprodução social de identidades e comportamentos de macho e fêmea mais elaborada, mais completa e rigidamente dicotomizada – de pessoas machos e fêmeas ou de homens e de mulheres – num sistema cultural, no qual as funções de "macho/fêmea", como um binarismo primário, afectam a estrutura e o significado de muitos outros binarismos, cuja relação com o sexo cromossomático é aparentemente exígua ou mesmo inexistente. Comparativamente ao sexo cromossomático, visto como imutável e biologicamente baseado, o género é concebido como culturalmente mutável e variável e altamente relacional, no sentido em que cada um dos géneros binários é definido primeiramente pela sua relação com o outro e é inextricável da história do poder diferenciado entre géneros (o "sistema de sexo/género" de Rubin, 1993 [1975]). Esta distinção contribuiu para minimizar a atribuição dos vários comportamentos e identidades ao sexo cromossomático e a maximizar a sua atribuição às construções

[77] Esta obra, tal como *Gender Trouble* (1990) de Judith Butler, sendo consideradas as inaugurais da teoria *queer*, não referem o termo, o qual foi introduzido academicamente por Teresa de Lauretis (1991).

[78] Concordamos plenamente com esta ressalva da autora da confusão entre sexo, no sentido do sexo biológico e no sentido de sexualidade (que por vezes parece ser uma confusão de natureza conceptual e outras apenas linguística, pois o termo tem esses dois sentidos) e de como prejudica a clareza conceptual. No entanto, parece-nos mais adequado (embora não destituído de problemas) falar de "sexo biológico", uma vez que a auscultação da categoria de sexo dos seres humanos é feita através da inspecção do corpo "visível" e não geralmente dos cromossomas. Ao apuramento cromossomático recorre-se apenas em casos excepcionais, em certos protocolos médicos, ou quando existem dúvidas na aferição do sexo por não linearidade de outros "marcadores", como o demonstra o recente caso da atleta sul-africana Caster Semenya.

do género socializado, abrindo desse modo um espaço de análise e de crítica acerca das desvantagens das mulheres em termos sociais, pondo em causa a sua legitimidade sustentada em narrativas do "natural" referenciadas biologicamente (Sedgwick, 2008 [1990]: 27-28).

O "sexo" é, contudo, um termo que se estende muito para além do sexo cromossomático. Desde logo, a sua utilização sobrepõe-se frequentemente ao "género". A autora chama, pertinentemente, a atenção para que quando, implícita ou explicitamente, os sexos são referidos como "opostos" se poder apenas estar a falar de géneros (que assim foram concebidos), pois em que sentido é o XX oposto ao XY? Para além dos cromossomas, a associação do sexo ao corpo continua a oferecer novos desafios à clareza conceptual ou até à possibilidade da diferenciação sexo/género. De facto, a associação entre vários dos maiores sinais das formas de opressão de género e "os factos" dos corpos das mulheres e da actividade reprodutiva das mulheres levou algumas feministas a questionar, mais ou menos explicitamente, a utilidade de uma distinção sexo/género. Por essas razões, mesmo as utilizações envolvendo o "sistema sexo/género" no seio da teoria feminista estão aptas a usar "sexo/género" apenas para delimitar um *espaço* problemático, mais do que uma distinção pura. A autora optará por usar "género" para denominar esse espaço problemático do sistema sexo/género, ou seja, o "pacote" completo das distinções físicas e culturais entre homens e mulheres. Fá-lo para reduzir a confusão entre "sexo", no sentido de espaço de diferenças entre machos e fêmeas (o que agrupará debaixo do "género") e o "sexo" no sentido da sexualidade. (Sedgwick, 2008 [1990]: 29). Reconhecendo tanto a imbricação entre sexo biológico e género, ainda mais se tivermos em conta a construção social do primeiro, como a confusão recorrente entre sexo no seu sentido biológico e no seu sentido de sexualidade, a visibilização da independência conceptual entre sexo biológico e género (que a autora agrupa no "género"), afigura-se-nos contudo imprescindível, ou mesmo condição necessária, para a compreensão dos fenómenos trans-género.

Quanto à relação entre "género" e "sexualidade", para Sedgwick (2008 [1990]), tal como para Rubin e também Vance (1984), estes relacionam-se intimamente, na medida em que cada um pode ser expresso apenas nos termos do outro, mas não são, contudo, a mesma coisa. Para Sedgwick, na época actual, na cultura ocidental, género e sexualidade representam dois eixos analíticos que podem produtivamente ser imaginados como sendo distintos um do outro, tal como, por exemplo, género e classe ou classe e raça. Embora o género deva, necessariamente, ser corporizado através da especificidade de uma sexualidade particular e vice-versa, podem constituir eixos analíticos distintos: "Distintos, não mais do que minimamente, mas apesar de tudo utilmente." (idem: 30). Sedgwick considera que a dicotomia heterossexual/homossexual, tal como surgiu no século XX, encaixa no modelo desconstrutivista feminista muito mais nitidamente do que o próprio macho/fêmea e, por isso, revela-se importante de forma distinta da do sexo/género. Ao contrário do género, em que todas as pessoas são registadas, logo à nascença, pública e inalteradamente com um ou outro (esta última característica, embora largamente prevalecente, já não se aplica a sociedades que permitem a alteração jurídica da menção ao sexo), a orientação sexual tem uma maior potencialidade para re-arranjos,

ambiguidade e duplicidade representacional, o que faz com que se apresente como um objecto desconstrutivo. Embora não pretenda proclamar qualquer privilégio epistemológico ou ontológico do eixo da sexualidade sobre o eixo do género, a tese da autora é a de que uma postura essencialista em relação ao objecto de escolha sexual é mais difícil de manter, mais visivelmente incoerente e desafiador do que qualquer essencialismo do género (2008 [1990]: 34).

Esta distinção entre sexualidade e género revela-se essencial para a compreensão das identidades trans. Porém, há a acrescentar que os recentes desenvolvimentos ao nível das visibilidades e das conquistas do movimento transgénero terão alargado o potencial desconstrutivista também ao género e, provavelmente, este é ainda mais desafiador a um nível estrutural do que a orientação sexual, precisamente pelos argumentos que a autora esgrimiu: porque, aparentemente, é o mais essencialista que há. Aliás, este potencial desconstrutivista do trans-género será retomado e amplamente desenvolvido no âmbito da teoria *queer*.

Noutro texto que virá a ser emblemático da/para a teoria *queer* – *Gender Trouble* (1990) –, Judith Butler, assentando na "análise genealógica"[79] de Foucault (1984 [1976]), considera que a teoria feminista não retirou ainda todas as consequências das distinção entre sexo e género, desenvolvida no seu seio. Mesmo que não coloquemos em causa a natureza binária do sexo (que a autora fará), se reconhecemos o estatuto socialmente construído do género, porque terá este que ser também binário? E porque terá que ser concebido como anexado aos corpos sexuados? Para uma compreensão mais produtiva do género, não basta então distingui-lo analiticamente do sexo (herança que já vem de longe, como bem explicitou Sedgwick), torna-se necessário cortar o cordão umbilical que parece ligá-los, desvinculando-os, e abrindo espaço conceptual e analítico (logo, um espaço de existência, um espaço possível de habitar) a cruzamentos e hibridismos. Não se trata agora apenas de distinção analítica, trata-se de independência. A proposta de radicalizar a independência de ambos torna-se teoricamente inclusiva da compreensão do trans:

> "A presunção de um sistema de género binário retém implicitamente a crença numa relação mimética do género ao sexo, na qual o género espelha o sexo ou é limitado por ele. Quando o estatuto construído do género é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio sexo torna-se um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* possam tão facilmente significar um corpo de fêmea como um de macho, e *mulher* e *feminino* um corpo de macho tão facilmente como um de fêmea." (Butler: 1990: 6, itálicos no original)

Ainda que possa ser objecto de contestação nos moldes em que é colocada por Butler (nomeadamente o sexo como "artifício flutuante", formulação típica do *queer*), a compreensão do género como autónoma do sexo transporta o potencial para uma maior diversidade de masculinidades e feminilidades e, como bem nota Hines, é certamente importante para uma sociologia do transgénero que tome em consideração a multiplicidade das identidades e expressões de género que não estão fixa(da)s ao corpo "sexuado" (2006a: 50).

[79] Ou seja, a análise da proveniência dos saberes e a explicação dos factores que interferem na sua emergência e permanência (Foucault, 1984 [1976]).

Na senda iniciada por Kessler e McKenna (1985 [1978]), Butler (1990) contesta a visão de que o "sexo" é um atributo puramente biológico, defendendo que este é tão social e culturalmente determinado quanto o género (classifica-o como uma "categoria genderada", no sentido em que a "natureza sexual" é uma construção discursiva). Nesse sentido, a autora questiona (também) o sexo como binário, mais precisamente como uma hierarquia binária, estendendo assim o questionamento à naturalização do sexo e dos corpos. A sexualidade, através do privilégio do modelo heterossexual (que leva mesmo à "heterossexualidade compulsiva", termo de Rich, 1980), joga aqui um papel central na medida em que mantem, sustenta e reforça o modelo binário e compacto do "sexo/género". O género pressupõe então, não apenas uma relação de tipo causal com o sexo, mas também com o desejo, pois o desejo reflecte ou expressa género, e o género reflecte ou expressa desejo (Butler, 1990: 22).

Butler localiza as raízes do género, e do corpo, na regulação social e política em vez de na anatomia ou na natureza, desenvolvendo o conceito de *performatividade*, de inspiração etnometodológica e interaccionista, devidamente reconceptualizado no quadro do pós-estruturalismo, para se referir aos modos pelos quais as práticas reguladoras de género actuam para reforçar, compulsiva e reiteradamente, a suposta "naturalidade" do género. Na sua muito citada, e igualmente contestada, teoria performativa do género:

> "Não existe identidade de género por detrás das expressões de género; essa identidade é constituída performativamente pelas próprias 'expressões' que são tomadas como sendo o seu resultado." (Butler: 1990: 25)

A autora utiliza as práticas de *drag*[80] e de *cross-dressing* como exemplos reveladores da estrutura "imitativa" do próprio género, bem como da sua contingência. Mas são também ilustrativas de como a naturalização do género pode ser desafiada através da paródia ou imitação, ou seja, para demonstrar precisamente o "*gender trouble*"[81]. Aqui o *drag* não deve ser concebido, como é correntemente visto, como a paródia de um original, é a paródia da própria noção de que existe um original, já que, como está explícito na citação anterior, (todas) as expressões de género são uma imitação sem um original (Butler, 1990: 138). Mas esses actos de "*gender trouble*" mostram também como a naturalização do género pode ser alterada (Hines, 2006a: 50), fornecendo "possibilidades imaginativas" (Shapiro, 2010: 161) de alternativas às categorias binárias de sexo e de género:

[80] A expressão "*drag*" neste sentido não tem tradução na língua portuguesa, referindo-se genericamente à performance da feminilidade (*drag-queen*) ou da masculinidade (*drag-king*) por parte de pessoas com características biológicas do sexo "oposto" àquele que está a ser performado. Shapiro, que se tem dedicado ao estudo específico deste fenómeno, define *drag* como "uma performance de género intencional para uma audiência (independente do seu estatuto de género próprio)" (2010: 157). Há pois dois elementos centrais nesta expressão de descoincidência entre género performado e sexo atribuído: a intencionalidade da performance de género e a existência de uma audiência "formal" (ou seja, no sentido que lhe é correntemente dado e não no sentido interaccionista).

[81] Na língua portuguesa "*gender trouble*" tem sido traduzido como "problemas do género", tal como na edição brasileira da obra; mas, para além da componente de "problema", parece-nos ter aqui um segundo sentido de "desafio", "perturbação" ou mesmo "sarilho". Estranhamente esta obra de referência – para o feminismo, a teoria *queer*, o pós-estruturalismo, e as teorias do género, da sexualidade e do corpo – não foi ainda traduzida e editada em Portugal, aliás como acontece com *Epistemology of the Closet* (1990) de Sedgwick, o que é revelador da pouca atenção que se tem conferido, no nosso país, a este património teórico.

> "A performance do *drag* joga com a distinção entre a anatomia do performer e o género que está a ser performado. Mas nós estamos efectivamente na presença de três dimensões contingentes da corporeidade significativa: sexo anatómico, identidade de género e performance de género. Se a anatomia do performer é já distinta do género do performer e se ambos são distintos do género da performance, então a performance sugere uma dissonância não só entre sexo e performance, mas entre sexo e género, e género e performance." (Butler, 1990: 137)

Apesar de reconhecer, no prefácio de 1999, que se fosse esse o tempo de produção da sua obra, incluiria uma discussão sobre transgénero e intersexualidade (1999: xxvii), e as práticas *drag*, que toma para a sua análise, serem localizáveis mais nas comunidades *gay* e lésbica que nas trans – o que lhe valerá críticas sobretudo de académicos transexuais (por exemplo, Henry Rubin, 1999: 185) –, ao trazer o *drag* para o centro da sua análise, Butler vai colocar as práticas e os corpos trans no centro das teorias de género, não só em termos de "objecto", mas de potencial epistemológico para a compreensão da produção do género. O projecto de Butler, partilhado genericamente pela teoria *queer*, é simultaneamente de natureza epistemológica e política. A matriz cultural através da qual a identidade de género se torna inteligível requere que certos tipos de "identidades" não possam "existir" – isto é, aquelas nas quais o género não é inferido do sexo e aquelas nas quais as práticas do desejo não são inferidas nem do sexo nem do género.

> "De facto, precisamente porque certas 'identidades de género' falham em conformar-se às normas da inteligibilidade cultural, elas aparecem apenas como falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas a partir desse domínio. Contudo, a sua persistência e proliferação oferece oportunidades críticas de expor os limites e objectivos desse domínio de inteligibilidade e, assim, abrir nesses mesmos termos da matriz de inteligibilidade, matrizes de inteligibilidade de perturbação de género (*gender disorder)* rivais e subversivas." (Butler, 1990: 17)

O potencial epistemológico e político das vidas trans é assim que a sua existência, apesar de não ser (ainda) cultural e socialmente viável em termos de inteligibilidade, constitui a própria evidência de "outros" possíveis e desnaturalizados e, simultaneamente, um convite a um repensar da matriz da inteligibilidade acerca do género e de tudo o que com este se relaciona, em última análise, da "humanidade". Na medida em que as normas de género – dimorfismo ideal, complementaridade heterossexual dos corpos, ideais e regras acerca da masculinidade e feminilidade próprias e impróprias, muitas dos quais estão subscritas por códigos radicais de pureza e tabus contra a miscigenação – estabelecem o que possa e não possa ser inteligivelmente humano, o que será e não será considerado "real", estabelecem também o campo ontológico no qual aos corpos pode ser dada expressão legítima. A tarefa a que se propõe o *Gender Trouble* é estender essa legitimidade a corpos que têm sido olhados como falsos, irreais e ininteligíveis (1999: xxiv/xxv).

Numa clara inspiração das abordagens etnometodológicas e interaccionistas, que já são, na sua essência, desconstrutivistas, a autora concebe o género como um "estilo corporal", um "acto", o qual é intencional e performativo, em que "performance" sugere uma construção de significado dramática e contingente (cf. 1990: 139). Mas vai bem mais longe ao considerar que o próprio corpo não é um "*being*" (uma entidade ou um ser estável), mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significante dentro de um campo de hierarquias

de género e heterossexualidade compulsiva (idem). Para Butler, não faz sentido pensar a materialidade do corpo fora do processo de construção, simplesmente porque é impossível colocar-se fora dos quadros de referência culturais – ou, para sermos mais precisos, os da linguagem e do sentido – que articulam a experiência para obter essa materialidade.

Esta recusa em atribuir aos corpos qualquer estatuto fora do cultural, ou seja, a sua falta de atenção à materialidade do corpo, é um dos aspectos mais controversos na teoria da performatividade de Butler, tanto para o feminismo como para os teóricos (do) trans. Em *Bodies that Matter* (1993), obra que surge, precisamente, como resposta às críticas a este aspecto da sua teoria performativa, desenvolvida em *Gender Trouble*, a autora esclarece que essa recusa não implica conceber os corpos como imateriais, mas pretende enfatizar a materialidade dos significados e dos quadros reguladores, através dos quais os corpos são lidos e os sujeitos encarnados adquirem (ou não) inteligibilidade cultural. O objectivo é desconstruir as noções de corpo e de materialidade, para revelar como têm sido implementados enquanto instrumentos do poder. Neste processo, há corpos viáveis e inviáveis, corpos que "contam" e que "não contam"; estes últimos, corpos abjectos, deformados, que não conseguiram qualificar-se como inteiramente humanos (1993: 16). Ou seja, pretendendo revelar a categoria de sexo mais como um princípio de produção e regulação do que simplesmente uma representação neutra de uma materialidade prévia. No entanto, para a teorização das identidades trans – como para todas, mas nestas a centralidade do corpo é mais vincadamente explicitada –, essa "materialidade prévia" revela-se central e não deve ser negligenciada.

Pese embora a desatenção à materialidade do corpo – que concordamos ser um aspecto crítico e criticável da teoria da performatividade de Butler –, o foco na constituição cultural da materialidade como sexuada, num processo de materialização que é enformado pela heterossexualidade compulsiva e o falocentrismo, traz contributos teóricos e mesmo políticos para conceptualizar e reivindicar um sentido para as identidades e os corpos trans. As experiências trans tanto tornam explícito o sofrimento que advém das estruturas opressivas de conhecimento tradicionais, como perturbam a força reguladora da categoria "sexo". A abordagem de Butler revela a instabilidade em que as categorias de sexo e género são baseadas e expõe a violência e exclusão que subjaz a essa aparente coerência. A exclusão das identidades e dos indivíduos trans de posições de sujeito viáveis, tanto ao nível social como nas várias teorizações, designadamente em algumas teorias feministas, são também seguramente, exemplos dessa violência e exclusão em acção (Jagger, 2008: 143).

Comum a este tipo de análises, que contestam a(s) oposição(ões) binária(s) e concebem o sexo/género como fluído, é a contestação de categorias de identidade, ou até da própria categoria de identidade, de influência pós-modernista. Por exemplo, no seu *Manifesto Ciborgue* (1985), inspirador da própria constituição do movimento transgénero, Donna Haraway, seguindo a discussão feminista sobre "o que é uma mulher", destaca a natureza não essencialista do género (bem como de outras categorias) e, logo, da impossibilidade de uma categoria naturalmente dada e una de "mulher":

> "Com o reconhecimento, tão arduamente conquistado, da sua constituição histórica e social, o género, a raça e a classe não podem constituir a base para a crença na unidade 'essencial'. Não existe nada no facto de se ser 'fêmea' que vincule naturalmente as mulheres. Não existe sequer o estado de 'ser' fêmea, uma categoria em si altamente complexa, construída em contestados discursos científicos-sexuais e outras práticas sociais." (Haraway, 2002 [1985]: 232)

Tal como o seu "ciborgue", "criatura de um mundo pós-género" (2002 [1985]: 224), cuja imagética "pode apontar um caminho para o labirinto de dualismos com que explicámos a nós mesmas os nossos corpos e as nossas ferramentas" (idem: 250), o "transgénero" torna-se ou é tomado como um constructo ou uma metáfora, através do qual a cultura contemporânea imagina um futuro pleno de novas possibilidades de "ser humano", onde o híbrido, possibilitado pelas tecnologias bio-médicas, começa a incorporar ou a ser constitutivo do humano. Também em Jean Baudrillard (1993 [1990]) o "transexual" é tomado como uma metáfora para a dissolução das outrora estáveis categorias de macho e fêmea (ou masculino e feminino) e para a transfiguração da *natureza* do sexo em *artifício*, quando se joga com os sinais morfológicos, de indumentária ou gestuais do sexo. É nesse sentido de desestabilização e des-essencialização, e da incorporação do artificial e tecnológico no essencial e na natureza, característica das sociedades pós-modernas, que o autor afirma "somos todos transexuais" (1993 [1990]: 21)[82].

Neste processo de contestação de categorias estabelecidas e estáveis, o trans-género surge pois como icónico. A partir de uma extensa análise da literatura e outras formas culturais do século XX, Marjorie Garber (1997 [1992]) constata uma espantosa proliferação de representação de práticas de *cross-dressing*. Considerando que a perspectiva cultural sobre o "transvestismo" nesse período é, simultaneamente, de fascínio e patologizadora, elege-o como uma "categoria crise". Ou seja, "uma falha na distinção definicional, um limite que se torna permeável, que permite passagens de uma (aparentemente distinta) categoria para outra (…) o binarismo macho/fêmea, um aparente fundamento de distinção (pelo menos, no olhar contemporâneo) entre 'isto' e 'aquilo', 'ele' e 'eu' é posto em questão ou esbate-se no transvestismo, e a figura transvéstica, ou o modo transvestismo, há-de sempre funcionar como um signo de sobredeterminação – um mecanismo de deslocação de uma fronteira desfocada para outra" (idem: 16). Desafiando a noção de identidades fixas ou coerentes, "*o transvestismo é um espaço de possibilidades, estruturando e confundindo a cultura*: o elemento disruptivo que intervém, não só na categoria crise de macho e fêmea, mas a crise da própria categoria" (idem: 17, itálicos no original). É, pois, visto e tomado como uma (ou mesmo a) ferramenta desconstrutiva por excelência.

Para Judith Lorber (1993), o processo de descobrir novas categorias a partir de semelhanças e diferenças no comportamento e resposta das "pessoas" pode ter mais sentido para a pesquisa feminista do que descobrir semelhanças e diferenças entre "fêmeas" e "machos" ou "mulheres" e "homens", porque a construção social das categorias convencionais de sexo e género já assume semelhanças entre

[82] Para uma comparação do significado de "transexual" no pós-modernismo em Haraway e Baudrillard, veja-se Felsky (2006 [1996]).

elas e diferenças entre uma e outra. Quando assentamos apenas nas categorias convencionais de sexo e de género, acabamos por encontrar aquilo que procuramos – nós vemos aquilo que cremos (1993: 578)[83]. Esta proposta tem alguma relação com o conceito de "multitude" proposto por Beatriz Preciado.

Preciado (2004), uma das principais figuras da teoria *queer*, defende a substituição da "diferença sexual" (que divide a humanidade em homens e mulheres), que tem constituído a base das políticas feministas, por "multitude sexual", que, segundo ela, constitui o "sujeito possível da política *queer*". Já a Butler não interessava tanto reposicionar a "diferença sexual" num sentido mais igualitário, mas "reconfigurar o mapeamento da própria diferença sexual" (1993: 91), nomeadamente descolando-a da distinção naturalizada entre corpos. Ao contrário do que acontece com as políticas feministas e *gay* e lésbicas, a política da multitude *queer* não se baseia em identidades naturais (homem/mulher ou homo/heterossexual), mas numa multiplicidade de corpos que se aliam contra os regimes que os constituem como "normais" ou "anormais". O que está em causa é como resistir ou como reconverter as formas de subjectivação "sexopolíticas".

> "Não há diferença sexual, mas uma multitude de diferenças, uma transversalização das relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Estas diferenças não são 'representáveis', dado que são 'monstruosas' e põem em causa, por isso mesmo, não só os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saber científico dos 'normais'." (Preciado, 2004, s.p.)

Mais uma vez, sobressai o projecto, simultaneamente de natureza política e epistemológica, já que, tal como Preciado (2004) as concebe, as políticas da multitude *queer* se opõem tanto às instituições políticas tradicionais que se apresentam como soberanas e universalmente representativas, como às epistemologias "sexopolíticas heterocentradas" que (ainda) dominam a produção da ciência.

Os teóricos *queer* partem assim de uma desconfiança em relação aos sujeitos genderados e sexuais como estáveis – o que coloca problemas a nível das políticas de identidade, ao movimento feminista, *gay* e lésbico e também ao transgénero – para se focarem nos processos sociais classificadores e hierarquizadores, ou seja, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos que criam classificações (incluindo a ciência, um dos campos do social), gerando a ilusão de sujeitos estáveis e de identidades sociais coerentes.

A mudança teórica no entendimento do género e da sexualidade, desde categorias binárias, fixas, coerentes e estáveis, até categorias plurais, provisórias e situadas, abriu novas áreas de análise e de debate. Mas embora as questões colocadas por Butler, e genericamente pela teoria *queer*, sejam extremamente pertinentes para a compreensão e inteligibilidade do trans-género, as suas conceptualizações, nomeadamente a de identidade (outra será a de "corpo"), essencial para o trabalho que aqui se apresenta, quer na versão de negação e colocação apenas ao nível dos efeitos (Butler, 1990), quer, na síntese de Annamarie Jagose, na sua introdução à teoria *queer*, como "constelação de

[83] "*Believing is seeing*: *Biology as ideology*" é a tese da autora, sintetizada no título do artigo que estamos a considerar.

posições múltiplas e instáveis" (1996: 3), não se nos oferecem como inteiramente adequadas e/ou suficientes para a compreensão das sujectividades e práticas de sujeitos que aparentemente estarão, em alguma medida, fora do "programa" social e cultural em termos de género.

A contestação da auto-identidade ou, na formulação de Butler, a "coerência" e a "continuidade" da pessoa, não podem ser tomadas como traços lógicos ou analíticos da personalidade, sendo antes normas de inteligibilidade instituídas e mantidas (1990: 17), logo, forças exteriores aos sujeitos, voltando a colocar em causa a agência dos sujeitos (embora, neste caso, e ao contrário do que acontece, por exemplo, no feminismo radical, este destituir de agência seja partilhado por todos os seres genderados e não reservado às pessoas trans). Ora, se há fenómeno que indicia claramente a existência de um "sentimento de si", de uma auto-referenciação, é aquele de que aqui nos ocupamos: se eliminamos este elemento, como podemos compreender o sentimento de pertença a um género (obviamente socialmente construído) que não aquele socialmente apropriado e destinado, com frequência desde que se tem consciência de si? É que nem todas as formas de trans são norteadas por uma motivação subversiva ou política, havendo algumas que são relatadas numa lógica ontológica. E não são residuais, como este e outros trabalhos que recorrem ao discurso dos sujeitos contribuem para demonstrar (por exemplo Monro, 2005; Hines 2007a; Davy, 2011). Aliás, mesmo colocando nos termos da autora e retirando as identidades, em sujeitos destituídos de agência, como e de onde surgem este tipo de expressões e performatividades de género? E, com sujeitos destituídos de agência, como se pode concretizar a agenda política que subjaz à teoria *queer* de coexistência, sustentabilidade e habitabilidade de todas as expressões da diversidade humana? Butler, bem como outros autores *queer*, não escapa ao problema enfrentado por Foucault nos seus primeiros trabalhos (1999 [1975], 1984 [1976]): "a compreensão da subjectividade como produto de forças exteriores ao sujeito, tornando a crítica e a resistência inconcebíveis, ao mesmo tempo que a sua própria agenda política crítica depende da existência dessa capacidade dos sujeitos" (Elder-Vass, 2012: 17-18).

Partilhamos assim com outros autores das propostas contemporânea da sociologia, tanto o reconhecimento da pertinência destes quadros conceptuais, não tomando as suas fragilidades ou lacunas como suficientes para os rejeitar ou sequer menosprezar, como também a busca de compreensões alternativas tendo em conta outras correntes e ferramentas epistemológicas, teóricas e metodológicas.

Também a multiplicidade das identidades, típica das teorizações *queer*, coloca o problema, a nível teórico, de ajustamento àquilo que é relatado por parte significativa dos próprios sujeitos, cujo projecto de vida é norteado pela afirmação de pertença a uma determinada identidade de género (como, mais uma vez o nosso e outros estudos contribuem para demonstrar, por exemplo Wilson, 2002; Monro, 2005). Coloca igualmente um problema a nível político, na definição e nas práticas das políticas de aquisição de direitos, ou nos próprios termos da teoria *queer*, de possibilidades de viabilidade e habitabilidade social de todos, mesmo aqueles que agora se apresentam como monstruosos. A questão que se coloca é pois a de "como é possível subscrever a maleabilidade

identitária a partir de movimentos e teorias que tentaram validar a existência (e definição) de identidades minoritárias? Sobretudo quando esse carácter minoritário (relacionado com a marginalização, a falta de poder, etc.) parece necessitar quer de um paradigma 'étnico', quer de um certo grau de essencialismo estratégico?" (Vale de Almeida, 2004a: 92).

Como bem notou Seidman (1996b), apesar de fazer da "diferença" a sua bandeira, a refutação da identidade por parte da teoria *queer* parece, paradoxalmente, conduzir a uma negação da diferença. Isso apresenta um dilema sobre como desconstruir as categorias da identidade e considerar positivamente a diferença, sem perder de vista as experiências subjectivas que a constituem (Hines, 2006a: 50). Este é um desafio que consideramos possível de concretizar, nomeadamente quando nos propomos mapear a diversidade de identidades e expressões de género que povoam o trans-género, contribuindo assim para a sua compreensão e colocação ao nível do possível e habitável. Quando tomamos como base para a "classificação" de género a identidade de género – aquilo que a pessoa diz que é e o modo como se narra – estamos, por um lado, a tomar o pressuposto de inspiração das correntes pós-estruturalistas e pós-modernistas de que o género é discursivo e performativo e que existem possibilidades fora das duas convencionais. Mas, por outro lado, a afastar-nos, no sentido em que a auto-identidade é um conceito (e uma realidade) contestado e refutado neste quadro conceptual, e a abraçar a utilidade das "categorias" evidenciada por Gayle Rubin (1992). Na verdade, se as categorias, nomeadamente as de identidade, podem constituir-se como restritivas e padronizadoras, elas abrem, igualmente, espaços de possibilidades de pertença e de habitabilidade daquilo que se é ou se almeja ser. A categoria "transexual" é um bom exemplo disso, e também de como as categorias não são necessariamente fixas ou fechadas, mas dinâmicas nos seus conteúdos e sentidos, por isso susceptíveis de serem transformadas.

As abordagens pós-estruturalistas e pós-modernistas do (trans)género, frequentemente agregadas em torno da teoria *queer*, são incontornáveis para a análise do fenómeno, sendo por isso retomadas, nas suas potencialidades e na identificação das suas fragilidades pelos posicionamentos teóricos que veremos de seguida – os estudos transgénero "vindos de dentro" e as recentes propostas de matriz sociológica.

1.5. Os estudos transgénero "vindos de dentro": a constituição de uma teoria em discurso directo

O início da última década do século XX assiste ao processo de visibilização das identidades trans e ao despoletar do "movimento transgénero" aos níveis político e académico. Stephen Whittle afirma, no prefácio da extensa colectânea *The Trangender Studies Reader* (2006)[84], que as novas comunidades de pessoas transexuais e transgénero, impulsionadas pelo crescente uso do computador pessoal e da

[84] A própria publicação desta extensíssima obra – são 752 páginas e mais de 50 contributos – por uma editora prestigiada (e prestigiadora) como a Routledge é um indicador da importância e relevância conferida, desde logo à temática, mas também aos "estudos transgénero" e respectivos autores.

internet, deram origem, entre outras coisas, a uma nova disciplina académica, a qual estaria completamente estabelecida no final do passado século, embora, segundo Stryker (2006a: 6), com escasso apoio institucional. Na tradição dos estudos de género, e em estreita relação com os desenvolvimentos ao nível da organização política e do activismo, surgem então os "*transgender studies*" impulsionados por *insiders* (no sentido de Merton, 1972), ou seja, por teóricos, académicos e activistas trans. A teoria e as políticas transgénero vão-se alimentando mutuamente, sendo a relação com a comunidade transgénero crucial para a vitalidade intelectual dos estudos (Stryker, 2006a: 13). Durante os anos 1990, os académicos trans entraram nos debates teóricos do feminismo, dos estudos *gay* e lésbicos e da teoria *queer*, criticando, desde logo, os discursos e práticas da medicina, mas não deixando de contestar igualmente teorizações diferentemente sediadas.

Os seus contributos para a compreensão do fenómeno trans são presentemente incontornáveis, não apenas por se tratar de conhecimento baseado na "experiência vivida", ou por adopção de uma postura de ética científica que nos aconselha a tomar em consideração aquilo que os próprios sujeitos sobre os quais produzimos conhecimento têm a dizer sobre a sua condição, mas também (e sobretudo) pela própria diversidade das abordagens e qualidade do trabalho realizado durante estes últimos cerca de vinte anos.

Os estudos transgénero contam com um conjunto de autores de diversas proveniências, com clara predominância do mundo anglo-saxónico, sobretudo dos EUA (por exemplo, Sandy Stone, 1991; Leslie Feinberg, 1992, 1996, 1998; Gordene Olga MacKenzie, 1994; Kate Bornstein, 1994; Susan Stryker, 1995, 1999, 2004, 2006a, 2006b [1994], 2008; Zachary I Nataf, 1996; Ricky Anne Wilchins, 1997, 2002, 2006; Jamison Green, 1999 [1996], 1998, 2004, 2011; Patrick Califia, 2003 [1997]; Judith/Jack Halberstam, 2006 [1998], 2005; Holly Boswell, 1998; Jason Cromwell, 1998, 1999a, 1999b; Henry Rubin, 1999, 2003; Petra Doan, 2006, 2010; Julia Serano, 2007), mas também do Reino Unido (por exemplo, Stephen Whittle, 1996, 1998, 1999a, 1999b, 2000, 2006; Kate More, 1999; Jay Prosser, 1998, 1999), e do Canadá (por exemplo, Holly/Aaron Devor, 1989, 1993, 1997; Viviane K. Namaste, 1996a e 1996b, 2000, 2005). Embora mais tardiamente, têm vindo a alargar-se a outros e diversos contextos, como é o caso da nossa vizinha Espanha (por exemplo, Norma Mejía, 2006; Miquel Missé, 2010; Aimar Suess, 2010). Em Portugal não é ainda uma realidade a presença de pessoas trans na academia nacional. Isto por um conjunto de razões, em que entrarão em jogo, entre outros factores, a nossa dimensão, a invisibilidade deste fenómeno na sociedade portuguesa, o carácter recente do movimento associativo LGBT e a ainda mais recente assunção do T, o tardio desenvolvimento nas ciências sociais em Portugal destas temáticas e dos posicionamentos teóricos onde frequentemente se afiliam. Aliás, como também já vimos, nem sequer, até muito recentemente, o tratamento da temática por parte de autores não trans, que os factores acima elencados contribuirão igualmente para explicar.

No seu conjunto, e tendo em conta as diferentes subjectividades, áreas disciplinares e inscrições teóricas dos seus autores, surgem em reacção sobretudo à abordagem psico-médica da

transexualidade e do transgénero, mas também à teoria feminista (sobretudo radical) e à teoria *queer*. O que estará aqui em causa, contestado e perspectivado de diferentes modos e por diferentes autores, é que estas abordagens tendem a homogeneizar a compreensão do fenómeno, destituindo-o da sua diversidade e retirando agência aos seus protagonistas. Mas, pese embora as críticas que lhes possam ser endereçadas, é indubitavelmente a própria (re)conceptualização de sexo e género e a sua problematização e desestabilização por parte das teorias feminista e *queer* que abre espaço para o surgimento de identidades e expressões de género trans com alguma viabilidade, fora da patologização ou da condenação ética e moral:

> "Nos anos 1990, uma nova *scholarship*, informada pelo activismo comunitário, partiu da premissa de que ser trans não é ter uma perturbação mental ou médica. Esta mudança fundamental foi construída sobre e dentro da academia e habilitou os homens e mulheres trans a reclamarem a realidade dos seus corpos, a criarem com eles o que gostariam, e a deixarem a determinação linguística desses corpos aberta à exploração e à invenção. Nesta medida, os estudos trans estão verdadeiramente ligados à teoria feminista e *queer*." (Whittle, 2006: xii)

Stryker (2006a), que se tem dedicado à história do movimento, marca o início dos estudos transgénero a partir da publicação de duas obras. *The "Empire" Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto* (1991) de Sandy Stone[85], que convocava as pessoas transexuais que faziam da autencidade o seu reconhecimento enquanto pessoas a fazerem o seu *coming out* enquanto mulheres e homens transexuais. E no ano seguinte, o documento profundamente político de Leslie Feinberg, *Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come* (1992), que apelava a um movimento unido de todos os indivíduos que se sentissem fora das convenções sociais de género.

Feinberg (1992) clama por um movimento de todos os que se sentem fora das convenções sociais de género e das normas corporais. A esta comunidade dá o nome de "transgénero", tendo sido a percursora da utilização do termo neste sentido mais político e agregador de diversas identidades e expressões de género, descolando-o assim do sentido mais restrito que lhe foi dado, ainda no decurso dos anos setenta, por Virginia Prince. Como nota Stryker (2006a: 4), na esteira da chamada às armas de Feinberg, tomou efectivamente forma (e força) um movimento – precisamente o "movimento transgénero" – que gradualmente foi conseguindo novos direitos humanos e de cidadania para estas pessoas. Feinberg é igualmente inovadora por ser uma das primeiras autoras trans que é uma mulher biológica que expressa a masculinidade, dando assim visibilidade, tanto na academia, como no activismo, e ainda através da arte (para além das obras de carácter teórico e político, é autora do romance *Stone Butch Blues*, 1993), às expressões trans oriundas de mulheres biológicas.

Comum às primeiras obras provenientes de autores trans sobre a temática é, obviamente, a necessidade de serem ouvidos e terem uma palavra a dizer, tanto a nível teórico, na sua conceptualização enquanto sujeitos e enquanto sujeitos genderados como, a um nível mais político,

[85] Sandy Stone, na altura a colaborar como engenheira de som na Olivia Records, uma editora formada e dedicada exclusivamente a mulheres, foi directamente visada, poderíamos mesmo dizer atacada, por Raymond no seu *The Transsexual Empire* (1994 [1979], especificamente páginas 101-106 e 201). É a este que se dirige o título, e em larga medida o próprio Manifesto de Stone.

daquilo que é melhor para si. Como refere Feinberg, "É tempo de sermos nós a escrever como peritos das nossas próprias histórias. Durante demasiado tempo a nossa luz foi reflectida através dos prismas dos outros" (1996: xii) ou, nas palavras de Wilchins, "É tempo de começarmos a produzir a nossa própria teoria, a nossa própria narrativa" (1996: 25). É a reivindicação e a constituição dos "saberes (des)subjugados" a que se refere Stryker (é o título do seu contributo no *The Transgender Studies Reader*, 2006a) para se referir aos "estudos transgénero vindos de dentro".

Também Sandy Stone (1991), a percursora, nesta versão anos 1990 (sucedendo à também aqui pioneira Virginia Prince) da teoria em discurso directo, questiona "De quem é esta história, afinal?", e apela a um discurso alternativo vindo de dentro, a juntar aos disponíveis, especificamente o médico e o feminista radical, este último que a tinha precisamente tomado como exemplo – numa lógica de "estudo de caso" – da "usurpação" da energia e do espaço das mulheres por parte de seres geneticamente masculinos (cf. Raymond, 1994 [1979]: 101-106 e 201):

> " (…) as pessoas que não têm voz nesta teorização são os próprios transexuais. Assim como os homens teorizaram sobre as mulheres desde o início dos tempos, os teóricos do género viram os transexuais como possuidores de algo menos do que agência. Tal como aconteceu com as mulheres genéticas, os transexuais são infantilizados, considerados demasiado irracionais ou irresponsáveis para lhes ser conferida uma verdadeira subjectividade, ou apagados clinicamente pelos critérios de diagnóstico; ou ainda, como construídos, por algumas teóricas feministas radicais, como robôs de um patriarcado insidioso e ameaçador, uma armada alienada projectada e construída para se infiltrar, perverter e destruir as 'verdadeiras' mulheres. Também os transexuais têm sido resolutamente cúmplices nesta construção ao falharem em desenvolver um contra-discurso efectivo." (Stone, 1991: 10)

A autora considera que é essencial um contra-discurso, mas, e dirigindo-se ao discurso e práticas psico-médicas da transexualidade prevalecentes no entendimento e na regulação dos fenómenos trans, admite que este é difícil de gerar quando alguém é "programado para desaparecer". O objectivo último das pessoas transexuais é apagar-se, para se desvanecer na população "normal" tão cedo quanto possível. O que se ganha é aceitação na sociedade, mas o que se perde é a capacidade para representar *autenticamente* as complexidades e ambiguidades da experiência vivida. A autora defende que é na história "apagada" dos transexuais que vamos poder encontrar uma história disruptiva dos discursos de género aceites, originada dentro da própria minoria de género. Daí que o primeiro passo caiba às próprias pessoas trans e passe pela assunção desse lugar, que é ainda "lugar nenhum". Para um transexual, como transexual, gerar um contra-discurso verdadeiro, efectivo e representativo é falar *de fora* das fronteiras de género, *de além* dos nós operacionais que foram predefinidos como as únicas posições a partir das quais o discurso é possível. O desafio que coloca é o de como pode, então, o transexual falar? E se falar, o que deverá dizer? (Stone, 1991: 11).

As respostas não tardam, e logo em 1994 é publicado *Gender Outlaw: On Men, Women and the Rest of Us* de Kate Bornstein, que, partindo do exercício de narrativa pessoal[86] – ferramenta através da qual estes pioneiros do movimento transgénero colocam em prática o lema advogado da

[86] Já a geração anterior de pessoas trans fez da narrativa pessoal um instrumento em prol da sua inteligibilidade, dando razão às teorizações sobre a (auto)identidade na sociologia que a toma como um projecto organizado reflexivamente, construído através da narração de si (Giddens, 1997; Dubar, 2000).

necessidade do *coming out* enquanto ocupantes de um lugar fora do sistema binário de género –, pode ser considerada a primeira "auto-biografia transexual pós-moderna" (Prosser, 1999: 90), no sentido em que contrasta com as surgidas nos primeiros tempos da construção médica da transexualidade, que (re)produziam a "narrativa clássica da transexualidade". Tal como em Stone (1991), a posição proposta para as pessoas trans não passa por "fundir-se" num dos dois sexos/géneros disponíveis, mas ocupar e habitar assumida e orgulhosamente um espaço próprio e específico, precisamente o dos "*gender outlaw*". A primeira grande diferença entre esta e as anteriores narrativas de género transexuais é a produção de um discurso alternativo ao discurso psico-médico, ao invés de contribuir para a sua estabilização, pois o discurso e a prática da medicina, assume-se agora, não deixam margem para a autonomia e para a viabilidade de um lugar de género próprio. Bornstein pode ser considerada uma das inspiradoras do movimento, que só anos mais tarde viria a ganhar forma e força (cf. cap. 3), a favor da desmedicalização das identidades trans:

> "Uma razão menos visível para o silêncio das pessoas transgénero liga-se com o facto de a transexualidade nesta cultura ser considerada uma doença, e uma doença que pode ser curada pelo silêncio… Foi-nos dito que estávamos literalmente doentes, que padecíamos de uma doença que pode ser diagnosticada e talvez curada. Como resultado da medicalização da nossa condição, as pessoas transexuais devem consultar terapeutas para receberem o selo médico de aprovação exigido para proceder a qualquer cirurgia de reatribuição de sexo. Uma vez no médico, é-nos dito que podemos ser curados se nos tornarmos membros de um género ou de outro. É-nos dito para não divulgarmos o nosso estatuto transexual, excepto nos casos relacionados com a intimidade… A transexualidade é a única condição para a qual a terapia é mentir." (Bornstein, 1994: 62)

Para Bornstein, e em linha com o pensamento *queer*, mais do que educar as pessoas para que aceitem os homens e mulheres trans e apoiem as suas tentativas de viver no género da sua preferência, é preciso atacar o sistema de género binário: "O alvo correcto para qualquer rebelião transexual será o próprio sistema de género. Mas os transexuais não atacarão esse sistema sem que eles próprios sejam livres de nele participar." (1994: 83). Nesse sentido reflecte auto-criticamente: "Quando, por exemplo, eu vivi a minha vida dizendo que era um homem ou uma mulher, eu estava tacitamente a suportar as regras do sistema de género que definem essas duas identidades. Eu suportava essas regras para pertencer, ou melhor, para não ser uma *outsider*, uma não-pertencente." (idem: 101). É esse lugar, outrora receado, se não mesmo rejeitado, que agora se quer reivindicar, ocupar e mesmo celebrar.

O seu apelo às feministas é para que repensem as teorias sobre as origens da misoginia e desmontem o próprio "género" e "sistema de género", mais do que prosseguir a luta pela igualdade entre sexos, pois "não são tanto os homens que são os adversários, mas é o sistema bipolar de género que coloca os homens como mais privilegiados" (Bornstein, 1994: 106). Assim, o programa feminista deve ser redireccionado para a desconstrução de género, mais do para a igualdade entre homens e mulheres, que, para mais, formulado desse modo, não incluiria "o resto de nós" a que se refere no título da sua obra. Para esta fundadora do movimento transgénero, tal como para Feinberg, a palavra de ordem é agregar todos em prol desse objectivo, pois se dermos à palavra transgénero o sentido de

"transgressivamente genderado", então esta é uma palavra inclusiva, que inclui igualmente *gay* e lésbicas (idem: 134-135).

No provocatório *Read my Lips. Sexual Subversion and the End of Gender* (1997), também Ricky Anne Wilchins considera necessário centrar a discussão no "género" e não tanto nas "identidades de género". Numa entrevista já do presente século (em McCreery e Krupat, 2001) defende que o que está em causa é essencialmente, em termos conceptuais e de luta política, o género, considerando mais adequado falar de pessoas variantes em termos de género ("*gender-variant"*, no original) do que em transexualidade ou transgénero. Isto porque o género é uma propriedade de todos os seres humanos e não especificamente de alguns e a luta deverá desenrolar-se em torno da aceitação da diversidade de género para todos. A autora lembra que há homens e mulheres cis que são vítimas de discriminação por não corresponderem aos padrões estéticos e/ou comportamentais de género vigentes. O direito de todos ao (seu) género e à (sua) expressão de género não é pois "um assunto trans", mas um "assunto da humanidade".

> "De todas as coisas que nós transmitimos uns aos outros enquanto seres humanos, talvez a primeira e a principal seja o nosso género. Essa é a razão pela qual pomos certas roupas pela manhã. É a razão pela qual arranjamos o nosso cabelo de um determinado modo. É a maneira como falamos e andamos do modo como o fazemos. Durante as nossas vidas, levamos a cabo um contínuo diálogo não-verbal com o resto do mundo, dizendo, 'Isto é o que eu sou. Este é o modo como eu vejo o meu corpo. Isto é como eu quero que tu me tomes'. Por causa disso, o direito de cada um ao género deve ser protegido." (Wilchins em McCreery e Krupat, 2001: 92)

Wilchins defende que as pessoas devem agrupar-se, não pela partilha de uma determinada identidade de género, mas pela partilha de uma visão do direito ao género, seja de que forma se manifeste (por isso a associação que fundou em 1994 não contém trans na designação: Gender PAC – the Gender Public Advocacy Coalition). A autora defende que a sua luta não é pelos "direitos transgénero", mas pelo direito a "*não ser transgenderado*" (Wilchins em McCreery e Krupat, 2001: 94). Também não fala em "crimes transfóbicos" mas em "crimes baseados no género" (idem: 96).

Neste conjunto de primeiros contributos para a definição das políticas transgénero há ainda a destacar *Sex Changes* (2003 [1997]) de Patrick Califia. Em alternativa às visões que interpretam as expressões de género que diferem das convencionais como uma condição patológica que requer tratamento (como as médicas), um artefacto do patriarcado ou uma má adaptação à aversão generalizada aos homossexuais (como as feministas radicais), o autor assume que a diversidade na identidade de género, a oposição às noções normativas dos papéis de género e até as "anomalias" no sexo genético (que remetem para a intersexualidade) são fenómenos naturais e universais, uma parte rica e valiosa da fisicalidade humana e da sociedade. Para o autor, a luta transgénero é uma das batalhas mais avançadas e vanguardistas pela igualdade e a liberdade, pois não beneficia apenas aqueles que são abarcados pelo termo, mas ao reflectir sobre os corpos, os desejos, as relações e as apresentações do *self* (de todos eles), as pessoas transgénero convidam outras, mesmo as colocadas numa "zona protegida", a empenharem-se num nível mais profundo de introspecção, abrindo novas escolhas, desafios e responsabilidades (2003: xi-xii).

Em reacção ao feminismo, sobretudo o radical, que avalia todas as formas de trans como reacionárias e contrárias aos seus objectivos políticos, ao narrar o seu sentimento, as suas experiências e, finalmente, o processo de tomada de decisão acerca da "mudança de sexo" (que fará só em 2003, aquando da reedição da obra), Califia pretende também demostrar como é possível compatibilizar um sentimento de desconforto com o género atribuído, e correspondente estética corporal, com uma postura feminista, como o seu currículo anterior – em termos académicos e como activista lésbica feminista – pode comprovar.

Mas embora os estudos transgénero sejam viabilizados pela epistemologia pós-moderna que vê o género como uma representação social, linguística ou subjectiva de um sexo material objectivamente conhecido (Stryker, 2006a), quando interceptados alguns dos textos fundacionais da desconstrução pós-modernista e pós-estruturalista do género, nomeadamente da teoria *queer*, com a experiência vivida daqueles que são tomados precisamente como exemplo e/ou símbolo dessa desconstrução, algumas questões irão ser levantadas e algumas críticas endereçadas. O problema de fundo é assim colocado por Whittle:

> "Tudo muito bem em não ter um lugar, em termos teóricos, no actual mundo genderado, mas não é essa a experiência diária vivida. A vida real remete as pessoas trans ao estigma e opressão constantes com base no aparentemente irreal conceito de género. Esta é uma das questões mais significativas que as pessoas trans trouxeram à teoria feminista e *queer*. O sexismo e a homofobia não se baseiam nos genitais ou em com quem se dorme, mas no modo como se performa o *self* em modos que são contraindicados no quadro de referência heteronormativo." (Whittle, 2006: xii)

Ou seja, o que alguns teóricos trans criticam é que nesses quadros teóricos, como os de Judith Butler (1990, 1993) ou Marjorie Garber (1997 [1992]), o sujeito transexual e/ou transgénero é tomado como um tropo através do qual os teóricos *queer* desafiam os binarismo de sexo, género e sexualidade (Prosser, 1998: 6), sem atender à subjectividade e à materialidade das próprias pessoas trans. Têm assim reclamado a importância da experiência e da agência na compreensão da subjectividade e do *embodiment.*

Em *Second Skins: The Body Narratives of Sexuality* (1998), Jay Prosser critica a associação da transexualidade e do transgénero com o *queer*, na teoria *queer* em geral e no trabalho de Butler em particular. Considera *Gender Trouble* (1990) o principal responsável pela associação do transgénero à sexualidade *queer* (1998: 24). É especialmente crítico da forma como transexualidade e transgénero são tratados indiferenciadamente e, a par com as *butches* e as *drag queens*, são usados para sublinhar a performatividade do género e desse modo a "inessencialidade (*inessentiality*) do sexo e a não-originalidade (*non-originality*) da heterossexualidade" (idem: 26). O problema deste tipo de conceptualizações quando confrontado com a realidade das pessoas a que supostamente se refere é que, primeiro, há pessoas transexuais que querem "passar" porque se sentem homens e mulheres autênticos e, segundo, nem todas as pessoas transexuais são *queer* no sentido da sua orientação sexual. Uma das principais críticas tem pois a ver com a recusa, associada ao trabalho de Judith Butler, em atribuir ao corpo um papel no processo identitário. Prosser (1998) é crítico de qualquer tentativa de

teorizar a constituição social da identidade sem tomar em conta o papel do corpo, e no caso específico do trans-género, isso está bem demonstrado pela importância que o processo de *embodiment* representa para essas pessoas. Também no que se refere à sexualidade, deverá ser concedida à materialidade do corpo vivido alguma espécie de papel causal na experiência sexual. Considera ainda que Butler desvaloriza o género *straight*, que é precisamente aquele reivindicado por muitas pessoas transexuais[87] (como o nosso estudo também contribui para demonstrar). Prosser pretende assim afirmar a especificidade dos estudos trans, em relação aos *queer*, porque os primeiros, ao contrário do que fazem os segundos, terão que considerar quer o desejo de assimilação no sistema de género vigente, demonstrado por muitas pessoas transexuais, quer a literalidade ou materialidade do corpo (trans).

Sendo o corpo "estranho" um elemento central na experiência, sobretudo da transexualidade, não se estranha que os académicos trans(exuais) frequentemente rejeitem as abordagens discursivas que desprezam ou negligenciam a componente "real" ou "material" do biológico. Assim, Prosser defende a necessidade de um retorno a uma "materialidade crua dos corpos" (Prosser, 1998: 9), enquanto Henry Rubin (2003: 11) defende que os "corpos são um elemento crucial na formação da identidade e percepção pessoal", sendo igualmente integrantes e centrais para o reconhecimento de um *self* genderado. A crítica é pois a de que as teorias do género baseadas na performatividade não estão aptas a tomar devidamente em consideração os modos pelos quais as pessoas trans concebem o género como uma identidade interna e persistente que não está de acordo com o seu corpo biológico. Esta *reclamação do corpo* está intimamente associada a uma outra, a de um *retorno à consideração da experiência* e à *produção de conhecimento ao nível do indivíduo*, advogada igualmente por diversos autores trans (por exemplo, Prosser, 1998; Rubin, 1999, 2003; Namaste, 2000; Stryker, 2006a). Se este retorno à experiência individual é comungado pelos autores trans e era já evidenciado por aqueles mais próximos do *queer*, no sentido partilhado de "resgatar a narrativa da subjectividade e da identidade transexual da profissão médica e colocar a agência, resistência e autoconstrução na mão daqueles que experienciam e vivem vidas trans" (Nash, 2010: 586); surge ainda, em alguns autores, por contraposição às teorizações *queer* do trans-género que, embora partindo frequentemente das pessoas trans, não abrem qualquer espaço para a agência, (de)limitando a sua abordagem aos modos como os indivíduos são constituídos nas e através das instituições sociais e do discurso (Namaste, 2000).

Existem, pois, vários posicionamentos teóricos nos estudos transgénero "vindos de dentro", correspondendo ou traduzindo, como nota Halberstam (2000: 313), a própria diversidade de identidades que é suposto habitarem a categoria de "transgénero". Henry Rubin (2003), por exemplo, condena o facto de qualquer conceptualização da subjectividade essencialista internalizada ter sido

[87] No caso das pessoas transexuais a reivindicação de heterossexual (bem como a de homossexual) tem o significado acrescido de constituir simultaneamente a reivindicação de uma identidade de género, dado que estas categorias da orientação sexual estão referenciadas ao modelo de sexo/género convencional.

fortemente criticada como uma "ficção cultural", inclusivamente em autores trans, como Stone (1991: 291), que sugere que as pessoas transexuais são "estrategicamente" essencialistas. No entender de Rubin, essa interpretação repousa numa antipatia das teorizações *queer* pelas retóricas essencialistas, retirando integridade aos sujeitos transexuais que "não são tão estúpidos quanto possam parecer aos teóricos *queer* e feministas" (Rubin, 1999: 187). O autor alerta ainda para o potencial de exclusão ou de segregação contido nas posições *queer*, em parte transpostas para o movimento transgénero: "o meu receio é que em nome das políticas, os transexuais favoráveis à cirurgia, ou que não são homossexuais, ou que afirmam uma identidade essencialista (independentemente do que digam aos seus médicos) possam ser considerados transgenderistas ilegítimos." (idem: 189). Também Wilchins (1997) alerta para o perigo de uma valorização da transgressão e do estabelecimento de uma hierarquia da transgressão no movimento transgénero, que acabe por produzir igualmente marginalizações. Ou seja, o risco de que o desafio à união acabe por não ser extensível às pessoas trans mais conformes (em termos de identidade de género, identidade sexual e estéticas corporais) com a cis e a heterossexualidade, excluindo agora aqueles que no discurso e nas práticas médicas (e por arrasto no social) estavam mais bem posicionados para serem aceites.

Henry Rubin termina a sua reflexão acerca dos estudos trans com o seguinte desafio para o novo (o actual) milénio: "Nos anos vindouros, os académicos trans devem encontrar um equilíbrio delicado que reconheça a legitimidade dos desejos trans pela autenticidade ou *realness*, embora reconhecendo o construtivismo dos nossos corpos e identidades." (1999: 191). Este é um desafio que, em nossa opinião, não deve ser exclusivo dos teóricos trans, mas alargar-se a todos aqueles que se dedicam ao estudo do fenómeno. A própria história de vida e/ou narrativa de género, bem como os pressupostos e posicionamentos teóricos, de autores como, entre outros, Patrick Califia, Jason Cromwell, Kate More, Stephen Whittle, Henry Rubin ou Susan Stryker mostram como a conceptualização e a compreensão das identidades trans – mais concretamente na sua modalidade associada ao transexual – terá que ser de molde a compatibilizar um sentido essencialista ou ontológico do *self* genderado com o género como construção social. Também o desejo de alterações corporais, nomeadamente as conducentes à "conformidade" estética de género não tem que ser necessariamente interpretado como tendo origem numa força exterior ao indivíduo, ou como o sucumbir à ideologia de género vigente. Na verdade, não seria também aceitável realçar o "projecto" de corpo (e de género) transexual como uma não-acomodação à ideologia de género vigente (do qual faz parte igualmente a permanência na categoria de género natural, medida pelo sexo e a respectiva estética corporal)? Por outro lado, esse sentimento ontológico do *self* genderado não tem que ser exclusivo das pessoas cujo desejo passa por uma conformidade de género e de corpo, na medida em que podem existir modalidades mais diversas que podem igualmente assim ser experienciadas. Ou seja, o sentimento ontológico não tem que ser exclusivo da transexualidade, como outros estudos já demonstraram (Hines, 2007a) e este reafirma, mas extensível a todos (mesmo a trans e cis).

Susan Stryker (2004, 2006a) reconhece que os estudos transgénero, apesar das afinidades e das partilhas conceptuais com a teoria *queer*, não deixam de lhe colocar desafios, estando mais sintonizados com as questões do *embodiment* e da identidade do que com o desejo ou a sexualidade:

> "Se a teoria *queer* nasceu da união dos estudos da sexualidade com o feminismo, os estudos transgénero podem ser considerados o gémeo maléfico da teoria *queer*: têm o mesmo parentesco mas deliberadamente disruptam as privilegiadas narrativas familiares que favorecem os rótulos da identidade sexual (como *gay*, *lésbica*, *bissexual* e *heterossexual*) sobre as categorias do género (como *homem* e *mulher*) que permite que o desejo tome forma e encontre os seus objectivos." (Stryker, 2004: 212, itálicos no original)

Para a autora, as políticas e os estudos *queer*, tal como o movimento e a teoria feministas, assentam num quadro conceptual que o fenómeno trans vem problematizar, na medida em que o "sexo" e o "género" se relacionam de modo não linear no caso das pessoas trans. Stryker sublinha que os estudos *queer*, embora putativamente anti-heteronormativos, por vezes falham em reconhecer que a escolha erótica do mesmo sexo não é o único modo de diferir das normas culturais heterossexistas, e que o fenómeno trans também pode ser anti-heteronormativo ou, dito de outro modo, que o fenómeno trans constitui um *eixo de diferença* que não pode ser subsumido de um modelo de escolha anti-heteronormativo. Como resultado, os estudos *queer* por vezes perpetuam o que pode ser chamado de "homonormatividade", isto é, privilegiam os modos homossexuais de diferir das normas heterossociais e apresentam uma antipatia (ou, pelo menos, uma "cegueira irreflectida") em relações a outros *modelos queer de diferença* (Stryker, 2006a: 7). Assim, a autora conclui que "O fenómeno transgénero convida os estudos *queer* e as comunidades *gay* e lésbicas a lançar um novo olhar às várias maneiras como os corpos, as identidades e os desejos podem ser entrelaçados." (idem: 8).

Também Vivianne Namaste (1996a, 1996b, 2000, 2005) aponta a estreiteza de vistas da teoria *queer* ao conceber as identidades e práticas homossexuais como único modo de desregulação da hegemonia da heterossexualidade, pois a tónica na "diferença", tão cara a este tipo de teorizações, potencialmente possibilita a articulação a partir de uma variedade de identidades sexuais e de género – entre as quais as transexuais. Ou seja, tal exercício pode ter lugar a partir de uma variedade de posições (1996a: 205). Assim como Gayle Rubin (1984) questionava se o feminismo seria a teoria apropriada ao estudo da sexualidade, Namaste acredita que é necessário problematizar a teoria *queer* (bem como os estudos *gay* e lésbicos) como a mais adequada para teorizar as vidas transgénero (1996b: 223).

A autora sublinha o paradoxo da explosão de ensaios sobre o *drag* (Butler, 1990; Garber, 1997 [1992]) na teoria *queer* que, porém, se revela incapaz de ligar esses estudos às vidas das pessoas que assim se identificam. Pelo que "a teoria *queer* recusa as subjectividades transgénero mesmo quando olha para elas" (1996a: 208). Namaste é uma das mais severas críticas da conceptualização *queer* do trans-género. Em *Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgender People* (2000) dirige-se à teoria *queer* como produzindo "apagamento e desprezo pelas pessoas transexuais" (2000: 24). Esta crítica é baseada nas acusações de que aquela ignora os esforços das pessoas transexuais para conseguir a congruência entre sexo/género, faz uma leitura errada das aspirações transexuais como

conservadoras, e deprecia os desejos transexuais de viver como homem ou mulher. Para a autora, os teóricos *queer* não só demonstram a sua incapacidade em compreender a vida das pessoas transexuais, como impedem outros (trans e não trans) de as compreender. Pese embora alguma radicalidade no discurso, a ausência de análise estrutural no âmbito das abordagens *queer* do transgénero que a autora (socióloga de formação) sublinha, e a imprescindibilidade da sua consideração, bem como do recurso à narrativa das pessoas sobre as quais teoriza, são aspectos partilhados pelas propostas contemporâneas da sociologia para a abordagem do fenómeno.

Teóricos, como Butler e Garber, foram assim criticados por académicos trans por terem usado a transexualidade como símbolo em projectos teóricos que não demonstram qualquer pretensão em compreender as condições reais de vida das pessoas transexuais (por exemplo, Prosser, 1998; Namaste, 2000, Stryker, 2006a). Reflectindo sobre esses contributos, Patricia Elliot (2009: 14), sugere que o conhecimento produzido por estes autores, fundados na sua experiência como transexuais, possa servir como "corrector" para formulações iniciais e deva ser tido em conta por autores não trans. Também Hines (2007a: 185) considera que é na intercepção deste conhecimento vivido, produzido no âmbito dos "estudos transgénero", com outras abordagens do fenómeno, nomeadamente a teoria *queer*, que se deve ser erigida a "sociologia *queer*" que propõe.

Outros contributos dos teóricos trans para as teorias do (trans)género vêm, por exemplo de Jack (antes Judith) Halberstam e Aaron (antes Holly) Devor. Em *Female Maculinity* (2006 [1998]), Halberstam, tirando consequências da independência entre sexo e género, questiona a masculinidade como uma propriedade exclusiva dos homens e critica as teorizações do género, nomeadamente as que se centram sobre a masculinidade, de excluírem a masculinidade produzida pelas mulheres biológicas. Também em *Gender Blending. Confronting the Limits of Duality* (1989), Devor foi um dos primeiros autores a dedicar-se ao estudo da expressão da(s) masculinidade(s) por parte de mulheres biológicas e a demonstrar, com recurso à pesquisa empírica, os diferentes graus de aceitação social dessa "mistura de género" nas diversas etapas da vida dessas pessoas.

Como tem sido notório, os teóricos trans têm tomado como um dos temas centrais a relação/conciliação entre o movimento e as identidades trans e o feminismo e outros movimentos de género, como o *gay* e lésbico. Em *Lesbian Talk Transgender* (1996), Zachary I Nataf certeiramente defende que é o reconhecimento da diversidade existente entre as pessoas trans, ao invés de as ver como estereótipos, a fórmula para que *gays* e lésbicas e outras pessoas marginalizadas as tomem como aliados em vez de como opositores (1996: 42).

A conciliação e apelo à aliança e a interpelação, aos níveis teórico e político, do movimento trans com o feminismo vêm desde os pioneiros do "movimento transgénero". Nataf (1996: 44) cita Kate Bornstein quando esta afirma "Eu concordo com Sandy Stone e Riki Anne Wilchins quando elas dizem que o movimento transgénero é simplesmente a próxima fase lógica do feminismo", o que nestas autoras significará colocar a desconstrução do sistema de género no centro dos movimentos de género. Mais pragmaticamente, situado nas "políticas da identidade", a confluência dos dois campos –

trans e feminismo – vem sendo proposta e desenvolvida com a entrada de um novo actor no campo dos movimentos sociais e políticos de género – o transfeminismo –, expresso no "Manifesto Transfeminista" de Emi Koyama (2001). Trata-se de um movimento feminista de "última geração", adaptado às mulheres trans, inclusivo de todas as mulheres, mas também de todas as demais identidades de género.

> "*Transfeminismo* é, em primeiro lugar, um movimento de e para as mulheres trans que vêem a sua libertação como intrinsecamente ligada à libertação de todas as mulheres e outr@s. Está também aberto a outras pessoas *queer*, intersexo, homens trans, mulheres não-trans, homens não-trans e outros simpatizantes das necessidades das mulheres trans e que considerem a sua aliança com as mulheres trans essencial para a sua própria libertação. Historicamente os homens trans contribuíram mais para o feminismo do que as mulheres trans[88]. Acreditamos que é imperativo que mais mulheres trans comecem a participar no movimento feminista ao lado de outros com vista à nossa libertação (…) O transfeminismo incorpora as políticas de coligação feminista nas quais mulheres de diferentes *backgrounds* se apoiam mutuamente, porque se não formos nós a apoiar-nos, ninguém o fará." (Koyama, 2001: s.p., itálicos no original)

Koyama contesta a interpretação e estratégia do essencialismo para as pessoas trans, no sentido em que sentir-se homem ou mulher ou qualquer outra coisa não é uma questão de possuir alguma espécie de "alma" masculina ou feminina. Ou seja, as pessoas trans não são mais nem menos essencialistas do que as cis e, tal como estas, "nós construímos as nossas identidades de género baseados naquilo que sentimos como genuíno, confortável e sincero para nós, tal como vivemos e nos relacionamos com os outros dentro de certos constrangimentos sociais e culturais." (2001: s.p.). Ao invés de justificar a existência de identidades trans através da estratégia essencialista, o *transfeminismo* deve tomar como missão desmontar a asserção essencialista da normatividade da congruência sexo/género.

Em termos de balanço, e não só por mão dos teóricos trans, mas tendo estes jogado um papel essencial, Stryker descreve o caminho que a teorização do fenómeno percorreu, destacando a sua actual colocação referenciada no mundo "real". Esta postura não deixará de se revelar igualmente central nas propostas contemporâneas de abordagem do fenómeno por parte da sociologia, disciplina que estará especialmente bem posicionada para contribuir para a sua colocação nas "engrenagens diárias do mundo material":

> "A atenção da academia às questões transgénero alterou-se neste período de dez anos desde o campo da psicologia do anormal, que imaginava o fenómeno transgénero como expressão de uma doença mental, e desde o campo da crítica literária, que estava fascinado com as representações do *cross-dressing* que é imaginado como sendo meramente simbólico, até campos que se preocupam com as engrenagens diárias do mundo material. O 'transgénero' deslocou-se, no decurso dessa década, das clínicas para as ruas e da representação para a realidade." (Stryker, 2006a: 2)

Falámos aqui dos *estudos transgénero "vindos de dentro"*, pois o património acumulado e a diversidade de autores, de disciplinas e de posicionamentos neste campo de estudos pode definir-se

[88] O que se prenderá com um passado vivido enquanto mulher que, como tivemos ocasião de ver pelo caso de, por exemplo, Patrick Califia, ter frequentemente incluído o activismo feminista e/ou lésbico. Esta "passagem" pelo activismo na condição feminina é mais comum em sociedades em que os movimentos associativos ligados ao género e à sexualidade estão mais generalizadamente enraizados, não tendo paralelo com o que encontrámos na sociedade portuguesa, pelo menos tendo em conta os participantes no nosso estudo.

pelo centramento na problemática, independentemente da identidade trans ou cis dos seus produtores[89]. Uma das disciplinas em que o interesse e o desenvolvimento desta temática têm sido crescentes é a sociologia.

1.6. As propostas contemporâneas da sociologia acerca da diversidade de género: a combinação das análises "pós" e estrutural

Durante os anos 1990 muito do trabalho académico sobre o trans-género fora das ciências psico-médicas era desenvolvido no campo das humanidades (por exemplo Butler, 1990; Stone, 1991; Garber, 1997 [1992]; Wilchins, 1997; Halberstam, 2006 [1998]) e com clara influência da teoria *queer*. Steven Epstein (1996), escrevendo nesse tempo, sublinhava o paradoxo do alheamento da sociologia em relação às abordagens e aos objectos da teoria *queer*, enquanto alguns dos seus autores mais expressivos eram extensamente utilizados nessas outras áreas disciplinares – para além dos inseridos nas correntes interaccionistas, Bourdieu, Giddens, Connell, entre outros –, mostrando todo o potencial da sociologia se aplicada a esta área do social. Também Fernando António Cascais, quando traça a evolução e os contributos para os estudos *gay*, lésbicos e *queer* (GLQ), destaca alguns dos principais autores da sociologia, começando por Erwing Goffman, cuja reflexão sobre o estigma e a identidade deteriorada (1988 [1963]) "é tida como uma reflexão seminal para os estudos GLQ e como tal tem nestes recebido acolhimento", mas sobretudo os autores mais recentes, como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, que figuram entre o grupo restrito dos que considera mesmo que "provém o maior estímulo exterior aos estudos GLQ" (2004c: 53).

Na colectânea *Queer Theory/Sociology* (1996), Steven Seidman (1996b) partilha com Epstein (1996) a estranheza pela inexistência de um diálogo forte entre ambas, que a obra que edita pretende fomentar, tanto porque a primeira vai buscar inspiração a alguns dos grandes nomes da sociologia, como porque o exercício de desconstrução, associado à teoria *queer*, está como que inscrito na própria matriz epistemológica da disciplina, e no que à análise das identidades e subjectividades respeita, bem como ao género e à sexualidade, isso é bem evidente nas correntes etnometodológicas e interaccionistas. Esta "velha escola da sociologia" produziu uma espécie de teoria *queer* muito antes do surgimento desta última.

Para Seidman, a teoria *queer* convida a sociologia a conferir atenção a uma área do social que teria de certo modo negligenciado – neste caso sobretudo a sexualidade – e desafia-a a alargar horizontes e perspectivas, já que os quadros teóricos *queer* deslocaram o foco desde uma explanação da homossexualidade moderna – como acontece no âmbito dos estudos *gay* e lésbicos – para uma interrogação discursiva do binarismo hetero/homossexual, permitindo o alargamento do que seria "uma política de interesses de uma minoria a uma política do conhecimento e diferença" (Seidman,

[89] Valentine (2003) delimita o território dos *transgender studies*, incluindo os autores não-transgénero, a literatura proveniente das ciências médicas e até aquela que contesta as identidades transgénero, como a feminista radical.

1996b: 9). Terá sido precisamente essa deslocação em direcção a uma "política da diferença" que colocou as teorias da sexualidade em diálogo com o transgénero (Hines, 2010a: 4). Por outro lado, a teoria *queer* tem sido criticada pelo seu textualismo ou pelo "subdesenvolvimento" da análise social, o que leva o Seidman a considerar que então a sociologia "tem oportunidade de dar um contributo sério" à teoria *queer* (1996b: 13).

Sasha Roseneil (2000) salienta igualmente os contributos que a teoria *queer* trouxe à sociologia: as identificações daqueles que se incluem na "comunidade *queer* tornaram-se importantes teoricamente" (2.1) e, dentro destes, contam-se as várias expressões trans-género. Numa perspectiva *queer*, as identidades e expressões trans não são tomadas como a excepção ou como o desvio, mas são colocadas em pé de igualdade, teoricamente, com as expressões cis, tornando até estas últimas merecedoras de renovada atenção, uma vez que as "desnaturaliza" (os estudos da masculinidade cisgénero, por exemplo, poder-se-ão incluir neste processo de "desnaturalização do normal"). Na concepção de Roseneil, "Uma perspectiva sociológica *queer* colocaria a interrogação das categorias da identidade da teoria *queer* em diálogo com a preocupação sociológica de teorizar e historicizar a mudança social" (Roseneil, 2000: 2.3), devendo ainda "procurar transcender as limitações de uma ontologia pós-estruturalista, alcançando um compromisso entre o pós-estruturalismo e o humanismo que permita a teorização da agência humana nos contextos históricos, sociais e culturais" (idem). E para isso pode e deve fazer uso dos quadros teóricos que tem à sua disposição, mesmo aqueles com outras afiliações teóricas e metodológicas. A autora remete aqui para a teoria da estruturação de Giddens (2000 [1984]) que continua a oferecer, na sua opinião, a melhor solução para a conciliação entre agência e estrutura.

É também nossa convicção que o tipo de questões levantadas pela teoria *queer* têm espaço e cabimento num quadro epistemológico realista/racionalista (Bourdieu, 1976 e 2001; Berthelot, 2000; Brante, 2001; Pinto, 2001) ou num "construtivismo social realista" (Elder-Vass, 2012), bem como no seu seio existem ferramentas – leia-se teorias e protocolos metodológicos e técnicos – susceptíveis de serem mobilizados no sentido de encontrar um outro tipo de possibilidades de leitura e compreensão dos fenómenos em estudo.

Para uma análise das identidades e expressões de género trans torna-se imprescindível conjugar as abordagens que reconhecem a natureza interactiva, processual, discursiva e performativa do género com os patrimónios teóricos que o concebem como inscrito nas estruturas sociais, e, consequentemente, enquadram as transformações a esse nível nas transformações mais gerais das sociedades em que ocorrem, como o fazem, por exemplo, Bourdieu (1998b, 1999), Giddens (especialmente 1997 [1991]) e Connell (1998 [1987]). Esta postura é cada vez mais reclamada, não apenas pelas propostas contemporâneas da sociologia na compreensão destes fenómenos, de que trata este ponto, mas também de fora da disciplina, como vimos em alguns autores *insiders* de outras matrizes disciplinares (por exemplo Stryker, 2006a; Whittle, 2006). Vale a pena por isso revisita-los sumariamente.

Para Pierre Bourdieu (1999), os "géneros", enquanto "habitus sexuados" são produto de um longo trabalho colectivo de socialização do biológico e de biologização do social que os faz surgir como uma construção social naturalizada. A diferença biológica entre os sexos, e especificamente a diferença anatómica entre os órgãos sexuais, surge como a justificação natural da diferença, que é socialmente construída, entre os géneros[90]. Assim, longe de serem papéis que cada um desempenha como decide no momento, os géneros inscrevem-se nas estruturas sociais, desde o nível mínimo do corpo individualizado e do modo de pensamento subjectivo até às instituições. Dos contributos de Bourdieu é pois necessário reter não ser por "simples acto de magia performativa" que é possível abolir ou superar a relação dualista entre os géneros.

Dirigindo-se aos "pós-modernos" e, dentro destes, ainda mais explicitamente a "uma certa crítica feminista", o autor afirma que, apesar de o género ser uma construção social, "é ingénuo, e portanto perigoso, crer e deixar crer que basta 'desconstruir' esses artefactos sociais, numa celebração puramente performativa da 'resistência', para os destruir" (1998a: 93), pois embora possamos considerar a categorização segundo o sexo como tratando-se de uma "invenção sexista", ela encontra-se inscrita na objectividade das instituições, ou seja, nas coisas e nos corpos. Chama ainda a atenção para que o universalismo implicado no modelo linguístico da formação da identidade, onde se insere parte importante dos teóricos que se têm dedicado ao estudo destes fenómenos, que não distingue entre os que estarão mais bem posicionados para participar nas políticas perfomativas, nomeadamente ao nível dos capitais económicos e culturais, pode também ser considerada uma forma de violência simbólica da elite intelectual, desconhecedora das actividades práticas dos actores sociais e das situações reais (veja-se McNay, 2004: 181). O autor mostra-se assim céptico da eficácia de tais formas proclamadas de resistência, pois razões há para "duvidar da realidade de uma resistência que abstrai da resistência a realidade" (Bourdieu, 1998a: 93).

Apesar de não se poderem perspectivar com ligeireza alterações na relação dualista entre os géneros – e portanto no "*two-sex-model*" –, Bourdieu vai admitir que as transformações a nível do modelo dominante de família e, por arrasto, da sexualidade legítima, heterossexual e orientada para a reprodução, que serviam de referência para a socialização, o aparecimento de novos tipos de família e a visibilidade de novos modelos de sexualidade – nomeadamente homossexuais – têm vindo a contribuir para quebrar a doxa e para alargar o espaço dos possíveis em matéria de sexualidade (1999: 77-78). A questão colocamos é em que medida a perda de rigidez nos modelos de referência da socialização, que o autor admite, estará a produzir efeito não apenas a nível dos modelos de sexualidade, mas igualmente nos de expressão de género (ainda mais tendo em conta o modo íntimo como se relacionam), mesmo que pensados em termos de um novo patamar ou de uma nova etapa de transformações.

[90] A concepção do "*one sex model*" até ao Renascimento é disso evidência (Laqueur, 1990). Também Goffman (1977) demonstrou o modo como se (re)produz socialmente a "diferença", recorrendo ao exemplo das casas-de-banho públicas.

Também Anthony Giddens (1995b [1992]) reconhece que um código binário masculino/feminino, que tradicionalmente não admite qualquer zona intermédia, articulou sexo e género como se se tratasse de uma mesma coisa. Partindo da análise de Devor (1989: 147-148), elenca as premissas de estabelecimento das atribuições de género, segundo o esquema de género dominante: 1) todos os indivíduos eram supostos ser macho ou fêmea sem qualquer "intermédio"; 2) as características físicas e os traços de comportamento dos indivíduos eram interpretados como masculinos ou femininos de acordo com o esquema de género dominante; 3) as pistas de género eram rotineiramente pesadas e avaliadas, dentro dos limites de modelos de comportamento de estatutos de género possíveis; 4) as diferenças de género assim constituídas e reconstituídas eram aplicadas à concretização de identidades sexuais[91], filtrados os elementos de "género cruzado"; 5) os actores geriam a sua própria aparência e comportamento de acordo com uma identidade sexual[92] "naturalmente dada" (1995b [1992]: 137).

Apesar de conjugadas no passado, estas formulações, como admite o autor, ainda vigoram em larga escala, mesmo nas sociedades de modernidade avançada, como o mostram as dificuldades por que passam ainda hoje as pessoas cujos comportamentos se desviam destes pressupostos, cujos casos mais evidentes são precisamente os das pessoas trans e intersexo. No entanto, a partir do momento em que a anatomia deixou de ser uma fatalidade, a identidade sexual, ou a identificação com o "ser macho" ou "ser fêmea", e tudo aquilo que lhe está associado, logo também a identidade de género, é cada vez mais uma questão de escolha. De facto, embora Giddens admita que as diferenças entre sexos continuam e continuarão certamente durante mais tempo a estar ligadas à anatomia, pela centralidade das questões reprodutivas, a respectiva identidade poderia ser dela desvinculada, formando-se "através de diferentes configurações que articulam aparência, conduta e comportamento – e nada mais" (Giddens, 1995b [1992]: 137). O autor considera que quanto maior for o grau de igualdade entre homens e mulheres, tanto mais a masculinidade e a feminilidade convergem para um modelo andrógino, diluindo assim as ainda firmes divisões dualistas de sexo/género, que é o que se espera esteja a acontecer pelo menos nas sociedades mais avançadas em termos da incorporação dos processos da modernidade.

Serão as características deste tipo de sociedade que favorecerão a possibilidade de alteração no sistema binário de sexo/género e eventualmente (acrescentamos nós) a coexistência e a maior visibilidade de uma multiplicidade de expressões de género, para além das tradicionais.

Ainda segundo Giddens – um dos autores que mais se tem ocupado em caracterizar e analisar este tipo de sociedades (1995a [1990], 1995b [1992] e 1997 [1991]) a que chama de "modernidade tardia" (1995a [1990]) –, ao contrário das culturas pré-modernas, onde a vida dos indivíduos era

[91] No caso de Devor (1989: 148), de onde o autor retira a inspiração para a sistematização do modelo de atribuição de género, estas "identidades sexuais" devem ser lidas como "identidades de sexo", no sentido de "ser macho" ou "ser fêmea", que, precisamente no esquema binário de género dominante pouco diferirá de "ser masculino" ou "ser feminino", de "ser homem" ou de "ser mulher".
[92] Idem.

regida sobretudo por influências externas, com destaque para o papel da tradição, mas onde entravam também factores biológicos e físicos, o movimento característico da modernidade é feito no sentido da criação de sistemas de referenciais internos, ou seja, ordens de actividade determinada por princípios internos. À medida que a tradição vai perdendo a sua influência, mais espaço é deixado aos indivíduos para empreenderem um projecto reflexivo, que consiste na construção e manutenção de narrativas biográficas coerentes, ainda que constantemente sujeitas a revisão e a reformulação. Esta maior reflexividade pode estender-se a cada vez mais e mais estruturantes dimensões da identidade, outrora intocáveis, e feitas escolhas, outrora impensáveis. Por exemplo, esse processo auto-reflexivo pode levar a que os indivíduos rejeitem os modelos de masculinidade e/ou de feminilidade dominantes, optando por outras possibilidades e estilos de vida.

Dubar (2000) vai enfatizar precisamente esta dimensão biográfica e narrativa das identidades. Para o autor, a identidade pessoal não se deve reduzir à reflexividade, porque cada sujeito tem a sua história. O Eu narrativo é essa história que ninguém é capaz de contar a si próprio e é por isso que a dimensão biográfica se deve tornar uma componente essencial das identidades pessoais: narrar-se é atribuir um sentido à sua vida. Essa biografia está atravessada de crises (uma das consequências do tempo em que vivemos é a incerteza, dada precisamente a diluição do peso da tradição) porque a identidade nunca está adquirida, coloca-se ela própria sempre em questão, sempre exposta às mudanças (2000: 225). As formas narrativas são assim os meios de expressão de um projecto subjectivo.

O projecto reflexivo ocorre no contexto de escolhas cada vez mais vastas, de onde os indivíduos terão que seleccionar aquelas que a cada momento querem para si. Perante esta multiplicidade de escolhas, a construção do estilo de vida adquire uma importância crescente na constituição da auto-identidade (Giddens, 1995b [1992] e 1997 [1991]) e há também que estar atento a este aspecto, nomeadamente à relação entre estilo de vida e identidades e expressões de género.

Para além do carácter "aberto" da auto-identidade, outro dos elementos fundamentais das sociedades de grande reflexividade é a natureza reflexiva do corpo (Giddens, 1995b [1992] e 1997 [1991]) e o controlo sobre o mesmo (Beck, 1992), que, à semelhança da auto-identidade, se está a tornar um fenómeno de múltiplas opções e escolhas. O corpo ocupa também um aspecto central na análise da transexualidade e do transgénero, até porque, talvez mais do que qualquer outra situação em que possamos pensar, algumas das expressões que pretendemos tratar remetem para o corpo como uma construção de si, o efeito de uma identidade desejada (Le Breton, 2000: 208). Torna-se pois necessário perceber o lugar, o sentido e os projectos que estes indivíduos investem no corpo, e em que medida serão diferenciadas, entre as pessoas com identidades de género trans, as perceções do corpo e as opções que informam as transformações a que é sujeito.

Tendo as mudanças descritas como pano de fundo, temos que ter ressalvar, a nível macro, que, embora as características das sociedades de "modernidade tardia" constituam uma referência, os processos de modernidade não são homogéneos, coexistindo várias ou "múltiplas" modernidades

(Eisenstadt, 2001) e portanto, mesmo contemporaneamente, existem vários entendimentos para o sistema de género e maleabilidades para as identidades. E também, ao nível individual, que a capacidade reflexiva dos sujeitos, bem como a sua capacidade de acção (e de rebelião), não deve ser vista como nivelada, ou seja, teremos que ter em conta as chamadas de atenção de Burns (1986) de que os sujeitos com menos capacidade reflexiva tenderão a reproduzir mais fielmente as regras sociais sem as questionar e as de Beck (1992) de que são as pessoas mais bem posicionadas em termos de capital escolar aquelas que mais capacidade de incorporar os processos de modernidade apresentam. Consequentemente, reiterar a necessidade de uma análise referenciada socialmente.

Também para Raewyn (antes Robert) Connell[93] (1998 [1987]), o conjunto das práticas sociais está estruturado em termos de género, ou seja, mais do que carácter individual produzido socialmente, o género é propriedade das colectividades, instituições e processos históricos. Para a autora, "'Género' significa práticas organizadas em termos de, ou em relação com, a divisão reprodutiva das pessoas em machos e fêmeas" (1998 [1987]:140). É um conceito que conecta outros campos da prática social com aqueles que são centrais à reprodução das sociedades, como sejam a concepção, o nascimento e o parentesco. A ordem do género não está nem nunca esteve imanente na biologia, mas representa uma resposta histórica particular à biologia reprodutiva humana (1998 [1987]: 286). Ora, a natureza dessas relações não é trans-histórica e por isso deve ser recusada a ideia de um "sistema de sexo/género" universal. Esta concepção de género como conceito que conecta os múltiplos campos da prática social, e que reproduz a sua lógica nesses outros campos, mostra o alcance que uma alteração a este nível produziria, com a introdução de modelos de família mais plurais e menos rígidos.

Tais transformações já têm vindo a ser operadas, desde logo a partir de um marco crucial em toda esta problemática – o controlo, primeiro e, posteriormente, a manipulação da reprodução humana, o que leva a autora a considerar que reconstruir o género (mais do que destruí-lo) é um programa ético (dadas as relações de dominação e hierarquização que o modelo dos dois sexos/géneros implica) realizável.

A autora vai buscar referências ao mundo da arte para mostrar que essa transformação não parece assim tão longínqua. Em primeiro lugar, nota que a ambiguidade de género, na forma de uma certa androginia, tem sido apresentada no panorama musical por David Bowie, Grace Jones ou Boy

[93] Connell juntou-se recentemente ao já vasto conjunto de autores *insiders* no campo dos estudos transgénero, ao ter anunciado a sua "migração de género", e mesmo ao conjunto daqueles cuja "migração" ocorreu durante a realização do presente trabalho. Apresentando-se já como Raewyn refere, em jeito de *coming out* académico, essa mudança num artigo publicado na revista *Sexualities* datado de 2010: "*Two cans of paint: a transsexual life story, with reflections on gender change and History*", embora a "história de vida transexual" não seja a "sua" história, mas a de uma sua entrevistada. A migração de género de alguém com a reputação académica de Connell, introduz o fenómeno trans na academia mais *maistreaming*, sendo interessante perceber se produzirá efeitos, entre outros aspectos, na atenção e na consideração que os autores que trabalham sobre o género passarão a conferir ao trans-género (que é já notório na própria Connell, que apenas recentemente começou a dirigir-se mais explicitamente ao fenómeno (2010a e b)). Interessante será também seguir a própria trajectória da autora no campo académico, percebendo as consequências que poderão advir da assunção de uma identidade trans e da transição para a expressão da feminilidade, aquela que se revela mais penalizadora.

George e, acrescentaríamos, mais recentemente, Antony Hegarty, da banda Antony and the Johnsons[94], sendo que neste último essa ambiguidade é recorrente nos próprios temas das canções.

Provavelmente por ser tão estruturante da vida social, o tema da não linearidade de sexos/géneros é também bastante glosado na ficção científica, projectando essa possibilidade para o futuro, lembrando Connell um dos primeiros clássicos de Olaf Stapleton, onde a espécie humana no futuro incorporaria múltiplos sexos e sub-sexos. Embora esta situação, pelo menos aparentemente, não passe de ficção (algum paralelo haverá com a realidade se tivermos em consideração as variações evidenciadas pelas pessoas intersexo), o que pode ser (mais) real são estas possibilidades em forma de género. Poderíamos acrescentar a esta lista, no campo da arte, o exemplo da *body art* avançado por Le Breton (2000: 215), com nomes como Journiac, Luthi, Molinier ou Castelli. Ainda no campo da *body art* destaque-se a artista francesa Orlan que considera, e pratica tomando como objecto o seu próprio corpo, que "os corpos tornar-se-ão cada vez mais misturados, híbridos, tecnológicos, com as transformações corporais, as quais nos darão capacidades adicionais" (Entrevista a Orlan em Abril de 2010, que pode ser consultada no seu web site oficial em http://www.orlan.net/). Embora neste caso Orlan conclua que se "caminhará para um único género" (idem), podemos supor, tendo em conta o pensamento e a obra da artista, que isso signifique mais uma indiferenciação de géneros, que incorporam as preferências individuais, do que uma uniformidade.

Já mais recentemente (2010 a e b), provavelmente interpelada pela sua própria transição de género, Connell dirige-se directamente aos fenómenos trans, mais especificamente à transexualidade, posicionando-a no quadro conceptual que tem vindo a desenvolver e na ordem vigente de género. Toma as formas de género trans, e o reconhecimento de que diferentes tipos de sociedade reconhecem diferentes categorias de género, como a mais dramática prova do carácter social do género: "Não existem apenas mulheres e homens; também podem existir terceiros géneros ou variações dos dois que parecem multiplicar as categorias de género em que as pessoas podem viver." (2010b: 14). Referindo-se ao debate sobre se a transexualidade pode ser vista como um fenómeno revolucionário ou conservador, ou, colocado de outro modo, se reforça ou subverte o sistema de género vigente, a autora considera que se pode responder afirmativamente às duas hipóteses. Ao nível cultural, a reatribuição de género é um processo subversivo, no sentido em que expressa dramaticamente a mutabilidade e historicidade do género; mas, para operar essa possibilidade revolucionária, muitas pessoas transexuais[95], e muitos dos seus médicos, basearam-se em esquemas de género profundamente conservadores. O que há de fundamental a reter, para a autora, é que a transição de género é um processo de re-localização na ordem de género, uma re-localização que cria novas possibilidades para a acção. Essa acção pode ser, simplesmente, tornar a vida viável em termos de sobrevivência (o que dependerá aqui bastante do sentido da transição, sendo mais premente nas MtF, mas também de outros

[94] O nome do grupo "Johnsons" pretende ser um tributo a Marsha P. Jonhson, uma das primeiras activistas trans.
[95] Connell restringe a afirmação às mulheres transexuais sobre as quais incide a sua análise, mas julgamos que pode ser generalizado.

factores como o capital económico), mas pode ir mais longe e apontar para mudanças históricas nas relações de género que vão muito para além do nível individual (2010a: 18). Assim, Connell considera que as vidas trans(exuais) são histórias sobre possibilidades e esperança, sobre algo novo e espantoso a acontecer, e formam um terreno sobre o qual as políticas de justiça de género, que tanto a têm preocupado, podem ser construídas.

Continuando o exercício de demonstração da complexidade do trans-género, e da dificuldade de o ver a preto ou a branco, como tem acontecido frequentemente na teorização do fenómeno, Connell (2010b), reflectindo sobre se a transexualidade pode ser tomada como um caso privilegiado da produção do género em acção, tal como defendido por West e Zimmerman (1987) a propósito de Agnes, considera que "sim" no sentido em que, não sendo exclusivo das pessoas transexuais, estas dramatizam o processo de pôr em acção as práticas de género previamente observadas e estudadas, uma vez que o seu reconhecimento é susceptível de ser problemático, necessitando de ser (mais) trabalhado. Mas considera que "não" no sentido em que o género, tal como West e Zimmerman o concebem, é um acto de natureza performativa que se cumpre no próprio processo da sua realização, e não é esse processo de fazer género que está a vincular Agnes a uma determinada categoria de género, já que, como ela tanto se esforçou por realçar no longo e continuado processo de narração de si, já era uma mulher.

Isso liga-se com uma outra questão respeitante ao carácter fluido do género (2010b), trazida à discussão pelas análises pós-estruturalistas e pós-modernistas, que tomaram as expressões e os corpos trans como evidência dessa fluidez. As tentativas por parte da ciência de criar classificações estáveis dentro da diversidade contida nessa população, e a própria complexidade do debate em redor das questões trans, podem ser indicadores dessa fluidez. Mas, por outro lado, aquilo que ressalta das auto-biografias de pessoas transexuais é uma, por vezes também dramática, afirmação de que "sempre foram assim", ou seja, de "estabilidade" e até de "intransigência" de género, por maiores obstáculos que tivessem na assunção e vivência desse género "errado" em termos do *embodiment* de género socialmente convencional.

Finalmente, e retomando o texto anterior (2010a) no que respeita ao significado das experiências transexuais para as políticas de género, a autora considera que a transexualidade pode ser revolucionária no sentido que tem sido apresentado pelo movimento transgénero, da criação de um novo espaço viável de género. Mas lembra também, como outros *insiders* já o tinham feito (mais enfaticamente Namaste, 2000), a atenção que tem que ser conferida à vida real das pessoas que transitam de género e que enfrentam severas contradições e obstáculos. Essas contradições são tão fortes que frequentemente absorvem toda a energia, o que leva a autora a não embarcar em visões de deslumbramento e a pragmaticamente considerar que, embora "a transição de género tenha uma forte ligação com o potencial revolucionário para a mudança na vida humana", "algures existirão ligações entre o potencial e a realidade, mas ainda não as temos" (2010b: 14).

Como dissemos anteriormente, tendo em consideração as potencialidades, mas também as limitações da teoria *queer* para o estudo socialmente ancorado da sexualidade e do género, a partir de meados da década de 1990 começam a desenvolver-se esforços de estabelecer um diálogo entre a teoria *queer* e a sociologia ou mesmo o desenvolvimento de uma "sociologia *queer*" (Seidman 1996b; Roseneil, 2000; Hines, 2006a). Mais especificamente, sobretudo a partir do início do presente século começa a surgir um conjunto de estudos de base sociológica sobre o trans-género, que incorporando ou, pelo menos, não rejeitando à partida os contributos do pós-modernismo, pós-estruturalismo e da teoria *queer*, recoloca a sua abordagem à luz da epistemologia e ferramentas (teorias, métodos e técnicas) da sociologia, não deixando a sua teorização exclusivamente na mão de outras áreas disciplinares: uma "sociologia da transexualidade" (Hird, 2002a), uma "sociologia do transgénero" (Hines, 2007a, 2010a), uma "sociologia da diversidade de género" (Monro, 2010), uma "sociologia dos corpos transgenderados" (Ekins e King, 1999, 2006) e aquilo a que poderíamos chamar uma "sociologia do *embodiment* transexual" (Davy, 2011).

As propostas acima elencadas são oriundas do Reino Unido, onde se tem vindo a constituir um "corpo particular de estudos" (Hines, 2007a) sobre o trans-género. A vitalidade, diversidade e qualidade da sociologia que se dedica à temática no contexto do Reino Unido[96], oferece "uma perspectiva distinta do transgénero" por relação aos produzidos, por exemplo, nos EUA (Hines, 2007a: 29). Aqui conceitos como o de "reconhecimento" (trabalhado por Monro, 2003; Monro e Warner, 2004; Hines, 2007b e 2010b; Hines e Davy, 2011; Sanger, 2008 e 2010; Davy, 2010 e 2011) ocupam um lugar central, revelando o posicionamento deste tipo de abordagem, que relaciona o trans-género com o político, o material, o legal, etc. Uma outra marca das propostas contemporâneas da sociologia na abordagem do fenómeno é o recurso à pesquisa empírica, ao discurso dos próprios sujeitos sobre os quais se produz conhecimento, que se torna imprescindível para abarcar a sua diversidade e assim contribuir para deslocar as abordagens e leituras desde o plano da representação ou do simbólico até à "vida real".

Como referimos logo no início deste capítulo, Richard Ekins e Dave King começaram a interessar-se sobre o tema, quer individualmente quer em colaboração, ainda durante os anos 1970, e em 1996 lançam a colectânea *Blending Genders. Social Aspects of Cross-dressing and Sex-changing*, cujo título é bem ilustrativo deste iniciar de caminho na abordagem do fenómeno, agora à luz do social. Em 2006 publicam o *The Transgender Phenomenon* que sintetiza e organiza os resultados do trabalho desenvolvido, individual e colectivamente, ao longo de cerca de três décadas. A proposta dos autores (1999, retomada em 2006) vai no sentido de mapear a diversidade das práticas de género trans, tal como vivida nas sociedades contemporâneas. Estes actos de "*transgendering*" – "*transgendering*" refere-se tanto à ideia de mover-se (transferir-se) de uma categoria de género pré-estabelecida para outra (quer seja temporária ou permanentemente), como à ideia de transcender ou viver "para além do

[96] Recentemente premiada, com o prémio atribuído pela Associação Britânica de Sociologia a Zowie Davy pelo seu *Recognizing Transsexuals* (2011).

género" (1999: 580) – são perspectivados pelos autores como *processos sociais que emergem e se desenvolvem em determinadas condições sócio-culturais*. Ekins e King vão assim de encontro à análise de Plummer (1995) acerca da necessidade de reunião das condições sócio-culturais para que as "histórias sexuais" possam emergir e sejam ouvidas e interpretadas.

Os autores (2006) mapeiam quatro modos de "*transgendering*", relacionando-os com os contextos históricos onde emergem. A "migração", que refere a passagem permanente de um género para o outro, e que corresponde à clássica narrativa da "transexualidade". A "oscilação", que representa um movimento temporário de um género para o outro (implicando pois um retorno e um voltar de novo), e que corresponde à narrativa, contemporânea da anterior, do "transvestista" (ou "*cross-dresser*"). Ambas surgem através dos e/ou em oposição aos discursos e práticas médicas. A "negação", onde há uma refutação da existência de uma divisão binária de género, e que ao contrário das anteriores, permanece excluída do discurso médico, constituindo ainda largamente "histórias que permanecem por contar". E a "transcendência", algo de radicalmente novo, possibilitado pelo tempo presente, em que o discurso médico é contestado, se defende uma posição "para além" do género, as categorias de sexo e género são postas em causa e a diversidade é celebrada.

Das propostas de Ekins e King vamos pois reter os contributos que as análises sociológicas do trans-género podem fornecer na reconstituição de uma cartografia da diversidade de expressões de género encontradas em cada sociedade (o que faremos nos caps. 4 e 5) e da sua compreensão à luz de uma análise referenciada temporal e socialmente. Se as vidas e práticas trans-género estão dependentes do seu contexto, a questão que se coloca é pois que tipos e modos de género trans podemos encontrar na sociedade portuguesa, a qual conjuga características típicas das sociedades de modernidade avançada, com outras de sentido contrário, naquilo que se pode designar de "processos de uma modernidade inacabada" (Machado e Costa, 1998), situando-se entre o "primeiro" e o "terceiro" mundos na "semiperiferia do sistema mundial" (Sousa Santos, 1985). Vamos também reter a visão dinâmica de que haverá sempre um certo número de práticas de identidade de género em construção, outras em declínio, não sendo pois estáticas nem estanques. Isto porque os indivíduos não existem isoladamente e essas práticas de género se constroem tanto em relação com as condições estruturais a nível de dimensões estratégicas como as dos direitos de cidadania, os cuidados de saúde, ou a posição do movimento associativo (que analisaremos aprofundadamente no cap. 3), como com as restantes dimensões da vida pessoal e social. O exercício do mapeamento e classificação dos "modos de transgenderar" não significa assim uma visão reificada das respectivas categorias de género, antes enquadrá-las no seu tempo e lugar.

Surya Monro (2000) faz a sua entrada no estudo do trans-género, reconhecendo logo aquilo que consideramos uma das principais marcas da abordagem sociológica do fenómeno: a sua *diversidade*. A tese da autora (2000, 2005, 2007 e 2010) é a de que o pós-estruturalismo, bem como o pós-modernismo, fornecem uma base útil para a teorização de modelos alternativos (nomeadamente

aos psico-médicos) destes fenómenos, mas que são problemáticos no que concerne, sobretudo, às suas noções de identidade, e à falta de atenção à estruturação do género ao nível social.

No que concerne ao primeiro, é sobretudo crítica da "descentragem" do sujeito encontrada em trabalhos de autores pós-estruturalistas, nomeadamente Butler (1990). Em Butler, a agência e a identidade são formadas pelo discurso dominante, o que leva a que o *self* seja visto como "descentrado", ou seja, fora das realidades biológicas e psicológicas. Ora, como sublinha Monro, aquilo que tem vindo a ser referido pelos próprios académicos trans (Whittle, 1998; Prosser, 1998; Namaste, 2000; Rubin, 2003) e os resultados das várias pesquisas que recorrem ao discurso dos sujeitos trans (onde podemos incluir, para além dos da própria Monro, 2000 e 2005; Wilson, 2002; Gagné, Tewksbury e McGaughey, 1997; Hines, 2007a; Davy, 2011), e também esta que aqui apresentamos (cf. cap. 5), contradizem este entendimento da identidade. Quando auscultadas, as pessoas trans revelam claramente que experienciam um sentido do *self*. Como também constatámos, os discursos de parte (no nosso caso significativa) das pessoas com identidades de género fora das convencionais sugerem que esta está relacionada com um género inato e não simplesmente com a performatividade (Wilson, 2002; Gagné, Tewksbury e McGaughey, 1997; Monro, 2000, 2005). E tal não acontecerá apenas com aquelas que seria mais óbvio, as pessoas transexuais, no sentido em que outras pessoas trans experienciam sentimentos inatos do *self* em termos de género, mesmo que fora do masculino ou feminino tradicionais (Monro, 2010).

Monro considera assim que o sentido do *self* trans não pode ser adequadamente explicado pela análise de Butler. Para a autora, defender que a experiência de um sentido do *self* essencial é simplesmente discurso internalizado é acusar outros de falsa consciência (tal como, aliás, as feministas radicais já o tinham feito), deste modo negando-lhes agência e autonomia. Para mais, lembra Monro, a clara diferença entre as experiências inusuais das pessoas trans e o contexto social no qual desenvolvem as suas identidades, indica que nem tudo é explicável à luz dos contributos pós-estruturalistas e construtivistas (2000: 39-40). É, aliás, possível encontrar posicionamentos que admitam um modelo essencialista do *self*, que, embora conscientes do impacto da biologia (até porque a experienciam, dado serem oriundos de autores transexuais) não caiam no determinismo biologista nem no sistema binário de género (como o fazem, por exemplo, Whittle, 1998; Prosser, 1998 e 1999; H. Rubin, 1999 e 2003; Cromwell, 1999a e 1999b). A afirmação de que o corpo é socialmente construído e, em alguma medida, fictício (ainda que, como vimos, a própria Butler a quem é imputada a principal responsabilidade desta ideia se tenha vindo explicar em *Bodies That Matter*, 1993), contraria igualmente a experiência do *embodiment* de sexo, tal como descrito por algumas pessoas transexuais. Este tipo de abordagem tende a apagar uma questão que Monro identifica e que surgiu também como uma evidência na presente pesquisa: a importância da corporalidade e os limites que esta impõe na identificação e vivência de uma identidade trans.

Em adição às críticas feitas a propósito das abordagens pós-estruturalistas, a contribuição pós-modernista do trans-género pode ser criticada pela ausência de uma análise estrutural, ou seja, por uma

tendência para negligenciar as forças institucionais e ideológicas que estruturam o género. Afirmar que tudo é socialmente construído arrisca-se a subvalorizar o modo pelo qual as vidas das pessoas (trans) são constrangidas pelas estruturas institucionais e como estas afectam as suas vidas diárias de modo real. É importante notar que as pessoas trans não vivem à parte e enfrentam (pelo menos, diríamos) os mesmos desafios que todas as restantes. Os resultados das pesquisas empíricas que cada vez mais se têm vindo a produzir sobre esta população apontam para que as vidas das pessoas trans sejam fortemente constrangidas por normas culturais e instituições sociais. Existem muitas maneiras pelas quais as transgressões de género trans são socialmente controladas, desde o controlo parental, à violência na escola ou na rua, até à exclusão no mercado de trabalho e às sanções legais nos direitos de cidadania (Monro, 2000: 40)[97].

Para além daquilo que a sociologia pode trazer ao estudo do trans-género, Monro (2007) realça ainda os contributos que o estudo do trans-género pode trazer às teorias sobre o género na sociologia, na medida em que as pessoas cuja identidade de sexo/género é fluida, ou outra que não masculino ou feminino, desafiam as assumpções ontológicas de que o sexo/género cabe em categorias binárias. As actuais categorias de orientação sexual ocidentais, tais como heterossexual, lésbica, *gay* e bissexual, ficam também disruptas porque assentam nas formas binárias de sexo/género da classificação da identidade. A inclusão de pessoas diversas em termos de sexo/género nas teorias sobre o género problematiza as abordagens ocidentais existentes, incluindo feminismos, estudos das masculinidades e teoria *queer*. Esses corpos teóricos, embora referindo-se frequentemente à desestabilização do sistema de género binário pelas pessoas que transgridem os estereótipos de sexo/género, remetem igualmente para, e reinscrevem potencialmente, sistemas binários de categorização, revelando lacunas no que respeita à diversidade de género. Monro considera que há uma grande tradição na teoria indiana – que estuda igualmente e que lhe vai servindo de relativizador para os contextos ocidentais – no que concerne ao sexo, ao género e à orientação sexual, a qual não foi, contudo, integrada no pensamento ocidental (2007: 1.1).

Para ultrapassar as fragilidades destes quadros teóricos, Monro propõe uma "teoria pluralista do género" (2005: 13-14), que combine o pós-estruturalismo com a análise estrutural, e que implica construir modelos de género que incluam a diversidade de género a todos os níveis e não apenas aos níveis da representação e do discurso, como o fazem o pós-estruturalismo e o pós-modernismo. Ou seja, que tome em consideração as pessoas diversas em termos de género enquanto *pessoas físicas*, conferindo assim atenção ao fundacionalismo biológico que isso implica; enquanto *pessoas sociais*, que podem alterar o género apesar de uma aparência física relativamente estática; enquanto *pessoas psicológicas*, cuja experiência de género pode divergir das suas identidades sociais e físicas e das

[97] Veja-se, a título de exemplo, o estudo da Associação Press For Change, *Engendered Penalties: Transgender and Transsexual Peoples' Experiences of Inequality and Discrimination*, de Whittle, Turner e Al-Alami, 2007. Para a realidade portuguesa, elencamos também um conjunto de indicadores sobre, por exemplo, a discriminação, nas suas diversas formas, sentidas pelas pessoas trans, na família, no espaço público, no acesso aos cuidados de saúde e a outros serviços, etc. (Saleiro, 2010)

normas convencionais de homem e de mulher; enquanto *actores políticos*, que exigem mudanças nas estruturas e instituições sociais, que lhes possibilite o acesso aos direitos humanos básicos; e ainda enquanto *académicos*, que podem criticar as teorias de género actuais e desenvolver alternativas pluralistas.

No seu retrato sobre aquilo que designa de *sociologia da diversidade de género*, que inclui as expressões trans e intersexo[98], Monro (2010) considera que esta se deslocou desde as suas raízes interaccionistas até a um compromisso com o pós-estruturalismo. A teoria pós-estruturalista tem sido usada para desagregar sexo, género e sexualidade, para informar as compreensões da produção discursiva da subjectividade e para facilitar a conceptualização do sexo/género como complexo, múltiplo e fluido. Contudo, a autora sintetiza o seu pensamento clamando pela necessidade daquilo que chama de "viragem material" no pensamento respeitante à diversidade de género, fundamentando a análise pós-estruturalista do género nas "realidades" das estruturas sociais, das forças materiais e das subjectividades incorporadas. Sem atenção ao social e ao material, bem como ao corporal, e aos factores estruturantes que configuram as experiências de género *vividas* dos sujeitos, a teoria de género pode vir a tornar-se desumanizadora, politicamente retrógrada ou apropriativa das experiências das pessoas trans ou intersexo. A atenção à diversidade cultural no que respeita ao sexo/género, se combinada com a análise dos modos pelos quais o sexo/género é material e socialmente construído em diferentes contextos, desloca a sociologia que se dedica ao estudo da diversidade de sexo/género, para fora de um focus etnocêntrico (Monro, 2010: 254-255). Como sintetiza a autora, "Indiscutivelmente é importante assentar os debates conceptuais na experiência vivida contextualizada." (idem: 248).

Na resposta directa a qual deve ser a abordagem da sociologia a este tipo de fenómenos, Myra J. Hird, defende que o principal passo em direcção a uma *sociologia da transexualidade* (2002a) é a ruptura com a visão tradicional, de inspiração da psicologia, centrada na questão da autenticidade. A autenticidade é suportada por uma visão do sexo e do género como conceitos coerentes, estáveis e "reais". Segundo a autora, a sociologia, ao contrário daquela disciplina, tem ferramentas teóricas para se deslocar dessa para uma outra questão central na análise da transexualidade – a performatividade. Essas teorias são sobretudo o interaccionismo simbólico de Mead e Goffman e a etnometodologia de Garfinkel e Kesler e McKenna, que perspectivam tanto o género, como o sexo, como resultado da interacção social em vez de como inscritos na "natureza humana". Para além disso, a agenda desta disciplina não é policiar as fronteiras do sistema dos dois-géneros moderno, mas perceber porque ocorrem esses debates e o interesse que suscitam (o que a autora fez mais aprofundadamente em Hird, 2000).

A autora avança com uma tipologia do modo como a transexualidade tem vindo a ser conceptualizada (2002a: 581-590), que relaciona a transexualidade com os conceitos de sexo e género:

[98] Não incluímos nesta investigação as expressões intersexo, ou seja, indivíduos que apresentam, biologicamente, marcadores considerados pelas ciências bio-médicas de ambos os sexos, os quais apresentam igualmente um desafio ao modelo dos dois sexos/géneros únicos e dicotómicos. Ao contrário das expressões trans-género, aqui o "desafio" é previamente encarnado, ou seja, está biologicamente localizado.

autenticidade, onde o sexo e o género são tomados como características estáveis; *performatividade*, onde o sexo é visto como sendo construído e por isso sujeito a mudança; e próxima da anterior, *transgressão* que, em sua opinião, estaria ainda em construção, que tem potencialidades para tornar obsoleto o sistema binário de sexo/género.

Hird problematiza o potencial de transgressão que este fenómeno pode apresentar, nomeadamente ao modelo binário de sexo/género, pelo que desafia os estudos sociológicos sobre a transexualidade a analisar as contradições acerca do seu potencial de transgressão, considerando que a possibilidade de transcender conjuntamente o sexo e o género é a que oferece as perspectivas mais interessantes. Mas a autora chama também a atenção para que, desde uma perspectiva sociológica, nem todas as formas de trans terem necessariamente que ser vistas como subversivas ou transgressoras, tal como fazem a teoria *queer* e alguns académicos *insiders*. Para Hird, a sociologia deve contribuir para evidenciar a diversidade, ao invés de contribuir para um entendimento homogéneo do fenómeno: "A transexualidade é um fenómeno social complexo e envolve muitas questões, a menor das quais não será as contradições e divisões no interior das narrativas transexuais. As análises sociológicas devem proveitosamente ser aplicadas para analisar essas contradições e divisões em termos do seu potencial de transgressão." (2002a: 591).

De reter dos contributos desta autora, a chamada de atenção para a diversidade dentro das identidades e expressões de género trans, nomeadamente quando referenciada no binómio conformidade/transgressão de género, que cumprirá à sociologia visibilizar.

Original é ainda o argumento de Hird (2004, 2006) para demonstrar a natureza social do sistema de sexo/género. Revertendo a favor desta ideia o argumento da biologia, tão frequentemente utilizado para o fim contrário, empreende o exercício de mapear, através da literatura sobre a temática, formas trans em espécies não-humanas. A sua tese é a de que o estudo de formas trans não humanas pode constituir um útil contributo para os debates trans, designadamente aqueles que lhe interessam, ou seja, os que incluem questões sobre a autenticidade do sexo e do género e a medida em que o trans é transgressivo. Poderá, inclusivamente, contribuir para pôr em causa argumentos como aquele de que Raymond (1979) foi pioneira, de que uma mulher transexual não pode representar uma mulher *autêntica* (ou seja, "natural"). Com este "retorno ao argumento da biologia" (agora não reciclando-o, como no feminismo radical, mas utilizando o mesmo meio para um outro fim), pretende demonstrar que, mesmo se nos localizarmos numa perspectiva biologista, e se abrirmos os olhos para a natureza, o sexo, tal como o género, alberga diversidade, multiplicidade e mutação. As espécies não humanas estão repletas de casos de intersexo, de transexo ou até de *cross-dressing* (no sentido de mutações esporádicas de aspecto para o associado ao "outro" sexo da espécie), o que, e dado o seu número (em muitas espécies estas características são a regra), deitaria por terra a ideia de se tratar de uma excepção à normalidade, ou, por outras palavras, uma "anormalidade", um "erro da natureza" ou um "desvio ao normal e/ou natural". A constatação das variações nas espécies não humanas contribui assim para evidenciar a parcialidade e o carácter construído do binarismo de sexo/género.

As análises de Hird, bem como outros contributos oriundos de outras áreas disciplinares, entre os quais destacamos os de Thomas Laqueur (história) ou de Anne Fausto-Sterling (biologia e genética) produzem argumentos válidos e significativos na demonstração de que o sexo, ou melhor, a sua versão dicotómica, como construção social é válida nos moldes próprios (ou seja, não é defender que o sexo é apenas discursivo ou que não tem um referente real, mas refutar a essência e naturalidade do binarismo de sexo com base em evidências empíricas) e tem assim cabimento sustentável no paradigma epistemológico realista/racionalista, não se tratando de uma qualquer excentricidade ou de uma possibilidade apoiada apenas numa lógica teórica especulativa. E que a sociologia, na sua missão de tradução da realidade social, tem um papel (ou até uma interpelação ou dever) de natureza científica, mas igualmente política e ética, de contribuir para a desconstrução da visão do sexo/género como binários, e para a transferência desta nova concepção, ainda porventura considerada "radical", para outros campos do saber e da prática social.

Os estudos históricos de Laqueur (1990) mostraram que, em consonância com os valores da Idade Média de que as mulheres seriam homens imperfeitos, até ao Renascimento vigorou o "*one-sex-model*", considerando-se que a vagina correspondia ao falo invertido, de tal modo que não existia sequer um termo anatómico para descrever o órgão sexual da mulher. Nessa altura, os genitais não significavam a "essência" da diferença sexual, sendo o "temperamento sexual" um indicador mais importante do sexo do indivíduo, o que faz com que Hird concorde com a historiadora da ciência Londa Schiebinger na consideração de que historicamente as diferenciações de género precederam as de sexo (Hird, 2004: 19).

Já a bióloga e geneticista Anne Fausto-Sterling se vem dedicando a desmontar os mitos do sexo em vigor na ciência e a demonstrar como o sistema dos dois-sexos não dá adequadamente conta do espectro da sexualidade humana (1992 [1985], 1993, 2000, 2006 [2000]). A autora mapeia, num primeiro exercício, pelo menos cinco sexos (1993) num agora "sistema dos cinco-sexos": "machos", "fêmeas", "*herms*" (os designados "hermafroditas verdadeiros", que nascem com testículos e ovários); "*merms*" (pseudohermafroditas machos, que nascem com testículos e alguns aspectos da genitália das fêmeas); e "*ferms*" (pseudohermafroditas fêmeas, que possuem ovários combinados com alguns aspectos da genitália dos machos). Mais recentemente (2000) viria a considerar esta tipologia simplista, porque continua referenciada num binarismo de macho/fêmea. Vai então afirmar que em vez de perspectivados como uma espécie de *continuum*, "o sexo e o género são mais adequadamente conceptualizados como pontos num espaço multidimensional" (2000: 21), Efectivamente, uma "prova" de que o "sexo" não tem apenas duas modalidades possíveis é a existência de pessoas intersexo. Se deixarmos de pensar nos moldes da epistemologia de sexo dominante, originária das ciências médicas, de que a intersexualidade é uma anomalia ou uma deformação, e começarmos a

pensar, como nos convidam já as associações de pessoas intersexo[99], que essas conjugações minoritárias de características sexuais, que começam agora a estar devidamente identificadas e documentadas a nível da medicina, são uma modalidade possível de se ser sexuado, teremos que problematizar seriamente o binarismo de sexo. Ou seja, os factos sempre estiveram aí, a realidade material, biologicamente inscrita esteve sempre à disposição, mas foi compreendida e interpretada em consonância com a ideia "intocável" da existência de apenas dois sexos. Tudo o que não se encaixe é remetido para a esfera do que não é normal, do patológico, que necessita ser corrigido.

No mesmo sentido, Ekins e King (2006) referem que se combinarmos as abordagens de Garfinkel, Schultz e Giddens chegamos a um ponto em que se torna evidente que muita da "ciência" do sexo, da sexualidade e do género está enraizada naquilo a que os etnometodólogos chamam de "atitude natural": a divisão binária de género é vista de forma não problematizada. Logo, quando os cientistas se confrontam com as "excepções" que não se "encaixam" no binarismo, tipicamente procuram "explicar" a excepção em vez de problematizar a "atitude natural" (Ekins e King, 2006: 26). Os autores acrescentam que a "ciência" tem consequências e está agora aberta a forma de as pessoas transgénero categorizadas pela "ciência" reivindicarem conceptualizações alternativas em nome da ciência, bem como em nome da ética e da política. São os "estudos transgénero" como disciplina académica.

Tal como outros autores (Hird 2002a; Monro 2007), também Sally Hines (2007a, 2007b, 2010) e Tam Sanger (2008 e 2010) salientam a necessidade de considerar aquilo que a sociologia pode trazer aos estudos sobre o trans-género, mas igualmente o que o trans-género pode trazer à sociologia enquanto disciplina, nomeadamente às teorias do género.

A esse propósito Tam Sanger (2008) lembra que, apesar dos avanços em muitas arenas conseguidos pelo feminismo, a crítica ao binarismo de género permanece em larga medida por explorar, particularmente no que respeita à consideração das narrativas daqueles que actualmente problematizam o dualismo masculino-feminino de modos variados. O principal objectivo do trabalho que desenvolve (2008, 2010), que abarca as pessoas trans e seus parceiros, é assim contribuir para demonstrar que a crítica a esse binarismo existe, pelo menos para alguns indivíduos, na prática, e não apenas na teoria. A tese da autora é que a esfera privada, nomeadamente a conjugalidade, é porventura a dimensão onde essas mudanças estarão a ocorrer mais acentuadamente, porque aí as fronteiras de género são mais facilmente renegociadas e submetidas a uma menor vigilância por relação à esfera pública. Já anteriormente Davis (2002) concluía que as interacções interpessoais se constituem como o quadro privilegiado para a renegociação das fronteiras de género[100].

[99] Veja-se, por exemplo, a página da OII (Organização Internacional de Intersexuais) Intersex Network em http://oiiinternational.com.

[100] Embora presentemente as renegociações das fronteiras de género não ocorram apenas ao nível interpessoal e privado, mas atinjam o macro, como o provam as leis de reconhecimento legal de género em vigor em alguns países, caso do nosso, que prevêem essa renegociação das fronteiras das duas categorias de género convencionais (embora ainda apenas destas), descolando corpos sexuados de identidades de género. Ou seja, como lembra

Sanger considera que, apesar dos apelos por parte dos autores que estudam as experiências das pessoas trans acerca do potencial que elas contêm para a inquirição sociológica, essa reflexão é ainda relegada para as margens da teorização sociológica (2010: 261). Interpela assim a disciplina, lembrando que os discursos, incluindo o da teoria sociológica, produzem impactos reais nas vidas dos indivíduos e dos grupos. Ora, se certas pessoas não são reconhecidas como possuidoras de identidades válidas podem ser percebidas como estando fora da sociedade (idem: 264). Se limitarmos os nossos estudos aos que vivem em conformidade com as normas da sociedade, ou remetermos o estudo dos "outros" para as margens da sociologia, estamos a reforçar as normas societais e não a abrir espaço para o reconhecimento e a aceitação ou para qualquer mudança (Sanger, 2010: 269).

Colhendo contributos dos autores de primeira geração das propostas contemporâneas da sociologia para a abordagem da transexualidade e transgénero, Sally Hines[101] é uma das autoras que mais recentemente se tem dedicado ao desenvolvimento – aos níveis teórico e substantivo – da abordagem da sociologia ao fenómeno, que vem designando de uma "sociologia *queer*" (2006a), de uma "sociologia *queer* do transgénero" (2007a) ou de uma "sociologia do transgénero" (2010a). Tal como Ekins e King (1999, 2006), a autora concebe a diversidade de género como um conjunto de processos sociais que em dada sociedade vão adquirindo diversas formas e modalidades. Assentando no conceito de "pluralismo de género" avançado por Monro (2005), Hines propõe uma "sociologia *queer* do transgénero" (2007a) que alargue a noção de "*queer*" a um leque de sujeitos não-normativamente posicionados em termos de género, sexo e estéticas corporais e que traga materialidade e corporalidade às análises pós-estruturalistas (2007a: 31). Hines partilha com Monro quer a assunção dos contributos teóricos "pós", incluindo os *queer*, quer o reconhecimento da necessidade de os complementar à luz da epistemologia, teorias e metodologias da sociologia no sentido de ultrapassar as suas fragilidades.

A autora lembra que nas últimas duas décadas o conceito de "identidade" como característica essencial de um sujeito unificado tem vindo a ser desconstruído através do feminismo pós-moderno e pós-estruturalista e da teoria *queer*. Enquanto o primeiro questionou os modelos binários impostos pelas taxonomias normativas do género, a teoria *queer* pôs em questão as limitações dos sistemas classificatórios de sexo e de género existentes. Em particular esta última utilizou o conceito de "diferença" para incluir o transgénero nas análises da diversidade sexual e de género. Contudo, paradoxalmente, a falta de ênfase na *particularidade* dentro da teoria *queer* resultou numa teorização homogénea do trans-género. Hines defende assim a necessidade de encontrar formas de abordagem que introduzam "*particularidade* nos estudos *queer* do transgénero" (esta questão foi tratada em

Monro (2005: 15) a fluidez de género está já a ser incorporada, embora de modo ainda limitado, nas próprias estruturas institucionais.

[101] Sally Hines integrou, como consultora, a equipa do projecto "Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de género" (2007-2010), desenvolvido no âmbito do CIES-IUL e financiado pela FCT, do qual decorre o trabalho que agora se apresenta e que, por conseguinte, beneficiou igualmente, de forma especial, dos seus contributos.

profundidade em Hines, 2006a). A falta de atenção à subjectividade no pós-estruturalismo levanta problemas à construção de uma teoria social do trans-género. Para ultrapassar um entendimento universalizante ou universalizador do termo "transgénero", tal como para reconhecer a diversidade das subjectividades trans, a autora assenta a sua análise no modo como as identidades trans são construídas e experienciadas em relação a um conjunto de dimensões significativas, como sejam as médicas, as sociais e culturais, e as temporais relacionadas com a geração e o tempo decorrido desde que se iniciou a transição (2006a: 49, 2007a).

Abordar as identidades trans tal como elas existem em determinada sociedade, e não apenas ao nível do simbólico ou representativo, permitirá captar as posições identitárias divergentes e as várias subjectividades que recaem no amplo chapéu de "transgénero". Hines sugere que as tensões encontradas nas narrativas das identidades trans podem ser produtivamente usadas para expandir a "diferença" a uma concepção de "diferença vivida" (2006a: 63), indo assim também de encontro ao reivindicado pelos académicos trans. Tal como Monro (2010), e também Roen (2001), que fundamenta o seu argumento a partir da auscultação de pessoas liminares em termos de género de povos indígenas do Pacífico Sul, Hines (2010a) considera que muita da teoria sobre o trans tem padecido de "etnocentrismo". Ou seja, as pessoas trans são geralmente representadas *apenas como trans*, isoladas dos seus outros "eus", o que concorre, uma vez mais, para a sua homogeneização. Um "preventor" desse isolamento, e factor chave nesse percurso que vai do representacional ou simbólico até ao mundo real, é a pesquisa empírica. O recurso ao discurso dos sujeitos sobre os quais se produz conhecimento necessariamente entrecruzará e colocará em jogo as diferentes dimensões das suas vidas.

Outro modo de contornar esse etnocentrismo é a análise interseccional, que se tem desenvolvido precisamente no sentido de prevenir o isolamento de determinadas características, potenciando a multidimensionalidade. Hines (2010d), bem como Monro e Richardson (2010) desenvolvem-na cruzando o (trans)género com a sexualidade, embora não seja a sexualidade a única dimensão relevante que se intercepta com o (trans)género, havendo outras já identificadas, como a idade e geração ou a classe social (Hines, 2010d) ou ainda a raça/etnia (Roen, 2001; Valentine, 2007; Kulick, 1997 e 1998).

A pesquisa sociológica conduzida por Erin Calhoun Davis (2009), nos EUA, tem paralelo com os contributos oriundos do Reino Unido, e pode ser incluída nesse corpo "particular" de trabalhos da abordagem sociológica do transgénero, no sentido em que "fundamenta as contribuições teóricas pós-modernistas na experiência vivida dos indivíduos transgénero" (2009: 103). Recorrendo às narrativas de género dos sujeitos trans, a autora conclui que as posições pós-modernistas acerca da transexualidade, que a tomam como disruptiva das regulações de género, e como transcendendo as fronteiras de género, tendem a negligenciar as experiências subjectivas dos indivíduos transexuais como genuínas e reais. Esse tipo de postura ignora, igualmente, os constrangimentos que as interacções públicas, bem como as interpessoais, colocam à diversidade de género. Ignora ainda o

facto de as diferenças trans-género puderem desestabilizar mais os próprios indivíduos do que a ordem social. Na verdade, mais do que assumir a sua identidade de género numa perspectiva mais radical ou desconstrutiva, muitas pessoas transexuais procuram reconhecimento social, focando as questões políticas e sociais na aquisição de direitos e na aceitação social das expressões trans. Procura-se uma normalização e uma legitimação das diferenças transgénero, na lógica das políticas da identidade. Como tal, "muitos indivíduos trans não pretendem ser vistos como fundamentalmente diferentes mas como essencialmente iguais" (2009: 124).

No entanto, se os indivíduos trans não devem ser vistos como a própria personificação da desestabilização ou desconstrução dos dualismos de género, também não devem ser vistos, contrariamente, como estando simplesmente a reafirmar o *status quo*. Davis chama aqui a atenção para algo com que concordamos em absoluto, é que mesmo quando os indivíduos trans(sexuais) parecem seguir e reiterar as normas de género, eles apresentam igualmente um desafio, embora mais subtil: o desafio de incluírem as categorias convencionais, desse modo forçando a necessidade de as (re)pensar, contribuindo para a sua reformulação e redefinição. É pois uma simplificação excessiva e pouco perspicaz posicionar as pessoas trans, quer como exemplos de fluidez e transgressão, quer como exemplos de rigidez e hegemonia. A diversidade de género coexiste com a regulação de género. Ao tentar "normalizar" as vidas transgénero, os indivíduos trans estão envolvidos no processo de abertura da inteligibilidade de género. Ao negociarem as suas identidades, e ao criarem coerência para si próprios e para os outros, esse processo tanto reifica como desafia a ordem de género. Deste modo, as experiências dos indivíduos trans complicam as oposições que geralmente se assumem entre o trio "fluidez, ambiguidade, transgressão" e o trio "estabilidade, coerência, hegemonia" (Davis, 2009: 124). A autora conclui com uma afirmação próxima das que vimos em Connell (2010a e 2010b), "Embora as experiências transgénero sejam uma parte importante da desestabilização de género, não é justo nem realista colocar a tarefa de ser um vanguardista revolucionário à porta daqueles que já são marginalizados. Precisamos de nos questionar porque é que se assume que são as pessoas trans que devem suportar a responsabilidade de defender e/ou subverter o *status quo* de género" (idem: 125).

Partindo do princípio de que "a identidade de género não é estática, mas também não é ilimitada – nem para as pessoas trans nem para todos os demais" (2009: 99-100), Davis foca a sua análise nos próprios contextos de regulação da diversidade de género. As identidades trans são negociadas e vigiadas nos diversos contextos, incluindo naqueles onde são reconhecidas modalidades de género para além das dicotómicas homem/mulher convencionais. Para compreender as identidades de género trans torna-se pois necessário situá-las e atender aos contextos da sua produção. Por outras palavras, é necessário "situar" a fluidez do trans-género, articulando-a com a regulação da diversidade de género. Davis situa a formação da identidade trans, e a sua regulação, não apenas em relação aos contextos hegemónicos de formação das identidades de género, mas em contextos mais específicos, habitados por estas pessoas: "as apresentações e identidades de género são negociadas com pessoas particulares em configurações particulares e são dependentes da forma e da função das interacções

particulares" (Davis, 2009: 100). No decurso da pesquisa agora empreendida, essa regulação foi evidente em alguns contextos, quer de coexistência de pessoas com variadas identidades e expressões de género (nomeadamente a zona do Conde de Redondo, de exercício de trabalho sexual de expressão trans), quer naqueles supostamente habitáveis por uma única (nomeadamente nos encontros de pessoas de expressão *cross-dresser* ou até em estruturas associativas). Embora, na maioria das vezes, essa regulação seja feita por comparação com as regras hegemónicas do género, ou seja, por relação à conformidade a uma masculinidade ou feminilidade convencionais e as "transgressões" e os "desvios" sejam medidos pela distância a essas regras, existem igualmente, em alguns contextos habitados por determinadas pessoas trans, regras autóctones de género, cujo exemplo mais evidente será porventura o da hiperfeminilidade (que é criticada numas, mas valorizada noutras. A esse propósito ver Bolin, 1988: 106-120).

Zowie Davy (2010, 2011) parte da mudança que representa a entrada em vigor de legislação (no caso, o *Gender Recognition Act*, 2004) que permite o reconhecimento de género, deste modo desafiando os entendimentos convencionais do que significa ser homem ou mulher[102], nomeadamente ao nível dos arranjos corporais ou da relação que parecia indissociável entre o que é ser homem ou mulher e determinados tipos de estéticas corporais. A autora considera que as alterações que estão a ocorrer estão localizadas no e sobre o corpo das pessoas transexuais e por isso toma o *embodiment* como o objecto do seu trabalho. Desloca-se do *focus* do "género" onde assenta parte significativa da análise sobre as pessoas trans, para explorar o conceito de "estética corporal", ou seja, a aparência do corpo que é sujeita a julgamentos, sejam pessoais e/ou públicos. Esta constitui a primeira investigação sociológica sobre o modo como os corpos transexuais são figurados e reconfigurados nos contextos social, político e médico-legal, levando em consideração, retroactivamente, o impacto dessas mudanças ao nível individual, preenchendo um espaço que entrecruza os recentes desenvolvimentos da "sociologia do corpo" com os ainda mais recentes desenvolvimentos da "sociologia do transgénero".

Apesar da mudança de foco – do género e da identidade de género para o corpo e estética corporal –, Davy segue uma postura semelhante aos autores que vimos anteriormente, de tomar seriamente os contributos teóricos "pós", conjugando-os com outros autores de referência da sociologia. Para Judith Butler (1990), o género é um estilo de corpo, um modo de colocar o nosso próprio corpo como signo cultural. Embora Davy concorde em parte com esta ideia, defende que as pessoas trans, fazendo uso da sua agência, transformam os signos do género de formas imaginativas. Afasta-se assim do discurso determinista inspirado em Foucault, que é frequentemente utilizado nos estudos transgénero. Contudo, não defende que devamos prescindir inteiramente do discurso, mas

[102] No capítulo contextual (cap. 3) desenvolveremos este ponto, tendo em conta a especificidade da ainda mais recente (e em nossa opinião, mais desafiadora e potenciadora de mudanças) legislação nacional. Fá-lo-emos, contudo, prospectivamente, já que o tempo da sua entrada em vigor é posterior à auscultação das pessoas transexuais e transgénero para fins de realização deste trabalho.

combinar a carnalidade ou fisicalidade do corpo com o discurso e as posições que cada corpo ocupa nas estruturas sociais.

O trabalho de Foucault (1984 [1976]) sobre o corpo tem exercido uma enorme influência nos trabalhos que se lhe seguiram. Contudo, a autora, na linha de outros (veja-se McNay, 2000), considera que Foucault parece conceber o corpo como uma superfície branca através da qual o poder é inscrito, e não como uma entidade física, material, carnal de formas variadas, capaz de agir através dos constrangimentos do *embodiment*. Foucault não contempla os (auto) julgamentos que rodeiam as estéticas corporais como faz, por exemplo, Goffman (1988 [1963]). Isso, segundo a autora, dificulta a compreensão de como, quando e por quem é que as estéticas corporais são constituídas através dos discursos e que efeitos isso tem na docilidade e agência dos corpos. Davy recorre então a Bourdieu (1998a), considerando que este fornece uma compreensão mais dinâmica do corpo e do modo como este é gerado dentro do "habitus" e dos "campos". O habitus enforma as performances dentro de, ou o acesso a, diferentes campos, tais como, por exemplo, os espaços sociais e sexuais. O "capital", nas suas variadas formas – económica e cultural, por exemplo – é utilizado pelos vários agentes com a intenção de criar (auto) valor. Assim, as pessoas trans podem conseguir "capital de género" nos campos da masculinidade e da feminilidade através, por exemplo, do uso de "capital económico" para a realização de cirurgias, ou de "capital cultural" para o desenvolvimento de performances de género correctas. Contudo, segundo Davy, Bourdieu confere pouca atenção à estetização da sociedade e à dimensão fenomenológica da experiência vivida, e ao seu potencial de transformação de atitudes e hábitos (veja-se também, a este propósito, Ferreira, 2007). A autora vai pois reafirmar que as representações pessoais e públicas dos corpos das pessoas trans são agencialmente constituídas. Adopta uma abordagem fenomenológica do *embodiment* que toma o corpo como fundamental para as noções pessoais, políticas e médico-legais da transexualidade. Sugere que as pessoas trans compreendem os seus corpos através de várias imagens corporais, que heuristicamente divide em corpos "social", "sexual" e "fenomenológico" (Davy, 2011: 170).

Como autores que se dedicam a "estéticas da dissidência" (Ferreira, 2007 e 2008) têm notado, o corpo é reduzido, nesta perspectiva do *embodiment*, a reprodutor do social, "Mas ele pode também ser (inter)subjectivamente vivido e agenciado – e, por consequência analiticamente construído – como lugar de oposição, resistência e emancipação social, nomeadamente quando o indivíduo investe na sua realidade corpórea *regimes* imagéticos e cinéticos que tentam desafiar a ordem corporal e social existente. Daí que, em termos conceptuais, a mobilização social do corpo não deva ser reduzida aos mecanismos que operam no sentido da sua *sujeição* e *contenção*. O corpo também é passível de ser socialmente apropriado enquanto *instância de contrapoder*, na medida em que também nele há lugar à *reacção*" (2007: 292, itálicos no original). Ou seja, para além de atender aos mecanismos de "incorporação" é necessário contemplar os de "excorporação", para dar conta das igualmente possíveis dinâmicas da agência e emancipação (idem: 293).

Também no caso trans-género, sobretudo da transexualidade, se tem tradicionalmente conferido uma maior atenção aos mecanismos da incorporação, no sentido do modo como as pessoas trans tentam conformar o seu corpo às estéticas corporais socialmente vigentes para o género que desejam expressar (veja-se as já clássicas análises de Mason Schrock, 1996 e Gagné e Tewsbury, 1998). Mas os estudos mais recentes (Hines, 2007a; Davy, 2011) têm vindo a realçar aquilo que poderíamos então denominar, tomando a proposta de Ferreira (2007 e 2008), como "excorporação", no sentido de arranjos e estéticas corporais auto-referenciados e desconformes às socialmente vigentes. Isso será mais evidente em estéticas e arranjos corporais mais *queer* (como a coexistência de elementos encarnados da masculinidade e da feminilidade ou a eliminação de ambos). Mas, na sequência das discussões sobre se algumas formas mais convencionais de trans-género, nomeadamente a transexualidade, perturbam ou reforçam o sistema de género (entre outros, Davis, 2009; Elliot, 2009; Connell, 2010a e 2010b), poderemos também problematizar se a intervenção no corpo, mesmo quando no sentido da conformidade com a estética de género convencional de um dos géneros, não poderá ser pensada como algo mais do que apenas e obviamente um processo de incorporação, no sentido de se estar perante a simples reprodução de modelos culturais naturalizados de género. Ou seja, se não poderemos considerar também como um acto de emancipação e agência a reivindicação e concretização de uma estética de género estabelecida socialmente como "ilegítima" e até "oposta" àquela que se é suposto encarnar. E se a apropriação dessas estéticas corporais convencionais por indivíduos que, à partida, não estariam socialmente "destinados" a encarna-las poderá contribuir para uma abertura dessas estéticas a outros protagonistas (uma democratização das estéticas corporais) e até à própria transformação dos modelos estéticos de género e da sua rigidez (como o caso das estéticas de género de estilo *drag*, mais visivelmente drag *queen*, e a apropriação dessa estética pelas próprias mulheres cis).

Analisadas as narrativas das pessoas trans aos três níveis acima elencados – social, sexual e fenomenológico –, Davy conclui por uma fenomenologia (diversa) da estética corporal trans: "Um tema central que emerge destas narrativas é a heterogeneidade, realçando como a etiologia da Transexualidade proposta pela medicina tradicional está a ser desafiada pelos homens trans e os participantes *queer*, devido à sua insistência de que, no que concerne à sua estética corporal, sabem o que é certo para si. Os participantes são estética e fenomenologicamente demasiado diversos para serem completamente captados pela universalidade do Transexual" (Davy, 2011: 171). Embora a autora remeta essa heterogeneidade para aqueles que o estudo empreendido revelou representarem o maior desafio ao "modelo médico" (no caso, os homens trans e as expressões *queer*), essa heterogeneidade é possível de ser encontrada noutras expressões de género, como o nosso estudo contribui igualmente para demonstrar. No caso português, essa diversidade foi encontrada mais ao nível das mulheres do que dos homens trans(exuais).

Davy (2011) defende que teorizar os corpos trans através da referência da identidade de género, como tem vindo a acontecer, sugere, erradamente, do seu ponto de vista, que o corpo

(modificado) trans é o resultado de uma identidade de género particular, em vez de considerar que o corpo (modificado) é socio-historicamente situado e constitui a identidade de género. Para a autora, referenciar a análise na estética corporal, e na relação que mantém com as identidades de género, permitirá um entendimento mais completo dos projectos corporais das pessoas trans. Além disso, estaremos aptos a considerar como as estéticas corporais informam as relações sociais e os julgamentos feitos sobre os corpos trans, em suma, como esses corpos são reconhecidos pessoal, política e médico-legalmente. O trabalho de Davy revela-se de extrema importância no preenchimento de uma lacuna na teorização sobre o trans-género, que é a atenção conferida ao corpo, que não tinha sido até aqui devidamente explorado, nem na literatura sobre o fenómeno, nem na literatura sobre o corpo, pois estranhamente, tendo em conta a centralidade e "radicalidade" deste no trans-género, "embora tenha havido um crescimento nas produções sociológicas sobre o corpo, poucos se têm preocupado com a estética corporal das pessoas trans" (Davy, 2011: 7). No entanto, a discussão cartesiana sobre se o trans respeita mais à identidade (de género) ou ao corpo parece-nos menos produtiva do que destacar a sua imbricação e reconhecer a utilidade e a necessidade de produção de análises sob diferentes prismas e diferentes quadros conceptuais, que assim se vão complementando na reconstituição e compreensão do fenómeno. Porque, primeiro, parece claro que "(trans)género" implica identidade e corpo. Segundo, identidade de género e corpo estão intimamente interligados, como a generalidade dos estudos sociológicos (e não só) têm demonstrado.

Larissa Pelúcio (2007), no seu estudo sobre a expressão travesti no Brasil, faz essa síntese referindo-se ao "género na carne", ou seja, a dimensão interna (o "sentir-se") é "uma interioridade que precisa ser externalizada na materialidade do corpo, compondo uma totalidade, que faz do corpo sexualizado o *locus* da produção de uma identidade que, mesmo fluida, se alicerça num sistema simbólico no qual as representações de género, sexualidade e corporalidade são categorias estruturantes e mutuamente referentes" (Pelúcio, 2007: 273).

No âmbito das análises sociais do fenómeno há ainda que destacar os trabalhos etnográficos de Anne Bolin (1988, 1998 [1994], 1997), David Valentine (2003, 2007) e Don Kulick (1997, 1998).

Anne Bolin foi uma das primeiras autoras das ciências sociais a interessar-se sobre o assunto, tendo iniciado a sua pesquisa com mulheres transexuais ligadas a um grupo de suporte, denominado *Berdache*[103] *Society*, no final da década de 1970. Apesar de desactualizada e contestada em alguns aspectos (nomeadamente assentando em generalizações como a do termo "transexual" para a população das mulheres transexuais e a sua definição baseada no desejo da cirurgia genital), a pesquisa de Bolin (1988) veio chamar logo a atenção para a diversidade dentro de uma população vista (e, segundo a autora, que se apresenta) como homogénea. Quando confronta as narrativas e práticas das pessoas que observa com os critérios de diagnóstico médico formais (no caso, o DSM III), a autora

[103] "Berdache" é o nome dado pelos nativos norte-americanos aos homens biológicos que desempenhavam papéis sociais atribuídos a mulheres e se relacionavam eroticamente com homens. Os "berdache" têm sido disputados, na literatura e na ciência, como exemplo da trans-historicidade, quer de práticas homossexuais, quer de práticas transgénero. Para uma síntese dessa "disputa" veja-se Hines, 2007a: 16-17.

constata a gestão da informação por parte das pessoas transexuais e conclui que o único recurso que lhes resta é contribuir para a perpectuação de estereótipos e generalizações, e, por essa via, manter as impressões de uma população homogénea. Tal constatação leva mesmo a autora a considerar que aquilo a que chamamos a "narrativa clássica da transexualidade" é um exemplo de uma "profecia que se auto-realiza" (1988: 65), contribuindo, desse modo, para validar os estereótipos dos clínicos acerca do que é ser transexual. As mulheres transexuais, tal como as mulheres genéticas, são uma população diversa e heterogénea (Bolin, 1988: 118), embora a sua imagem pública seja homogénea no sentido da hiper-feminização, a que autora atribui de novo a necessidade de um ajustamento aos padrões da feminilidade exigidos pela prática médica. Tendo seguido o fenómeno durante décadas, o trabalho de Bolin (sobretudo 1997) é também útil e interessante no sentido em que está bem posicionado para dar conta das alterações que têm vindo a ocorrer numa determinada comunidade, nomeadamente do crescendo da diversidade no seu interior e, talvez sobretudo, da assunção e visibilidade dessa diversidade.

Já o trabalho de David Valentine (2007) toma como objecto a reconstituição do modo e dos processos pelos quais a própria categoria de "transgénero" surgiu, se desenvolveu e se consolidou ao nível institucional no contexto norte-americano, reflectindo sobre as consequências do significado do termo na intervenção junto das pessoas cobertas pelo mesmo, e ainda sobre a auto-definição das pessoas que assim são designadas. Para tal, o autor empreende uma longa discussão acerca do lugar do "género" e da "sexualidade" na formação dos "*transgender studies*", problematizando aquilo que tem constituído a própria afirmação destes estudos, a distinção entre ambos os conceitos. O problema que encontra na separação destes dois aspectos da identidade, não é propriamente a legitimidade da sua distinção conceptual, mas antes que a concepção do género e da sexualidade "em separado" não se mostra, em sua opinião, apta a captar a complexidade da experiência vivida das pessoas trans. Se ao nível académico a distinção entre género e sexualidade é tomada como ontologicamente segura e universalmente relevante, então os sujeitos das investigações académicas são cada vez mais ordenados e interpretados através desta distinção (2007: 171-172). Dada a recursividade entre o conhecimento produzido na ciência, o activismo e as próprias vidas das pessoas visadas, o autor considera que, institucionalmente, a experiência transgénero é abordada unidimensionalmente pelo eixo do género e isso poderá também começar a interferir na própria auto-leitura das pessoas que assim são interpretadas.

O também antropólogo Don Kulick (1997, 1998) estuda a expressão travesti no Brasil, salientando precisamente as relações complexas entre sexualidade e género nesta população. A tese do autor é que no Brasil, e provavelmente em toda a América Latina, o género não é deduzido, tal como no Norte da Europa e da América, dos genitais mas do seu uso no decurso das práticas sexuais. É assim estruturante da distinção entre géneros, que permanece dualista, o acto de "penetrar" ou "ser penetrado". Aqui os valores da variável género não são "homem" e "mulher", mas "ser homem" e "não ser homem", juntando esta última categoria as mulheres cissexuais, as travestis e alguns homens

gay. Esta análise, tendo o mérito de evidenciar empiricamente a possibilidade de deslocação do género ao sexo biológico, e des-universalizar o sistema de sexo/género ocidental, conferindo atenção às diferenças culturais, parece, contudo, remeter a imbricação entre os dois aspectos da identidade – género e sexualidade – como algo específico daquela(s) geografia(s) e daquela(s) cultura(s), resultando numa exotização daquilo que pode significar ser trans em culturas fora das ocidentais. Isto acontece sobretudo se confrontado com o transexual clássico (definido pelo eixo do género) destas últimas. A complexidade da relação entre género e sexualidade, embora tenha que ser espacial, social e culturalmente situada, não deverá ser remetida para e vista como exclusiva de sociedade "estranhas", como mostra o trabalho de Valentine (2007), mas deve ser tida em consideração em todas as sociedades e inclusivamente em todas as expressões de género, embora possa, como constatamos ao longo desta pesquisa, ser um traço mais saliente numas do que noutras (cf. caps. 4 e 5).

O Brasil tem acompanhado este crescente interesse das ciências sociais pelo fenómeno, iniciando a produção, focada numa das expressões de trans-género mais presentes nessa realidade, precisamente a "travesti", logo no início dos anos 1990 (Silva, 1993). A partir do final dessa década os tabalhos começam a suceder-se provenientes da antropologia, da sociologia, da psicologia ou da geografia humana (por exemplo, Benedetti, 1997, 2000; Peres, 2005; Pelúcio, 2007; Duque, 2009, 2012; Silva, 2009) e a estender-se para a transexualidade (por exemplo, Bento, 2006a e 2006b). Trata-se, em geral, de pesquisas fortemente ancorados nas referências teóricas *queer*, mas sustentadas empriricamente, através do trabalho etnográfico. A produção brasileira sobre o trans revelou-se especialmente revelante para o presente trabalho quando nos confrontamos com formas de transgressão do sistema de sexo/género que são atravessadas por "outros" tempos e espaços da modernidade (precisamente as formas mais tradicionais de trans na sociedade portuguesa, também aqui designadas de "travesti"), mas também por uma característica típica da modernidade, que são as intercepções e trocas simbólicas ao nível global, com a própria penetração, no contexto nacional, do universo de significados sobre o trans-género em vigor no Brasil (mais acessível pela partilha da língua, nomeadamente nos conteúdos na internet, e, presencialmente, pela interacção em espaços de vivência trans).

Da produção brasileira é de destacar a socióloga Berenice Bento (2006a) que trabalha sobre transexualidade. Assentando no quadro da teoria *queer* (é mesmo uma das maiores representantes desta nesse espaço geográfico), a autora considera que a condição para a compreensão da transexualidade depende da deslocação do foco da análise para a organização do sistema de género. O argumento de Bento é que o indivíduo transexual passa por um processo de despolitização à medida que o sujeito que vive o conflito entre corpo e género não consegue sair da medicalização das condutas. Se a fonte explicativa do "conflito" é localizada exclusivamente no indivíduo, vai tentar-se ajustar o sujeito às mesmas. Aqui entra em acção aquilo que denomina, inspirada em Foucault, de "dispositivo da transexualidade", ou seja, o conjunto dos saberes construídos sobre o fenómeno, saberes oriundos das ciências psico-médicas (a autora identifica sobretudo dois tipos de discursos que

concorrem para produzir a "verdade" sobre o que é a transexualidade: o da psicanálise e o da endocrinologia). Saberes esses que a sociologia não tem contraposto, colocando também esta autora a questão de até que ponto o silêncio da disciplina terá contribuído para a patologização dos géneros e das sexualidades que se organizam divergentemente das normas de género e da heteronormatividade[104].

[104] A autora fá-lo-á, tanto na sua produção teórica, como no seu empenhamento activista, contribuindo assim para a re-politização da transexualidade, que considera essencial. É uma das mais conhecidas representantes do movimento a favor da despatologização das identidades trans no Brasil e em 2011 foi galardoada com o "Prémio Nacional Direitos Humanos 2011", a mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas ou entidades que se destacam nesta área.

2. Transexualidade e transgénero na perspectiva das ciências sociais: (re)construção de um percurso de pesquisa

O projecto de investigação empreendido, do qual a presente tese é um dos principais produtos, foi organizado em torno da resposta a dois grandes "vazios" identificados no contexto nacional: um "vazio social", relativo à escassez de informação existente sobre a transexualidade e o transgénero; e um "vazio sociológico", da desatenção da disciplina, na academia nacional, a estes fenómenos, cuja cobertura o projecto inaugurou. Assim, os objectivos genéricos da investigação passaram por compreender e interpretar sociologicamente os sentimentos de descoincidência entre sexo e género apresentado por alguns indivíduos, "resgatando-os" para a esfera do social, e colmatar a escassez de informação acerca dos fenómenos e das pessoas com expressão de género fora da cissexualidade.

Para responder aos objectivos acima elencados foi concebido um modelo de análise organizado originalmente em torno de três dimensões: i) uma análise contextual, que enquadra a problemática da identidade de género nos seus três eixos estruturadores: o jurídico-político, o médico e o associativo; ii) uma análise estrutural do perfil social dos indivíduos transexuais e transgénero em Portugal; e iii) uma análise das (auto)identidades e expressões de género. A segunda dimensão constituiu o objecto central do produto final do projecto de investigação (Saleiro, 2010), sendo que no presente trabalho nos centramos essencialmente nas outras duas.

Na primeira dimensão pretende-se contextualizar a problemática que subjaz a esta investigação naqueles que considerámos os seus três eixos estruturadores, no sentido em que condicionam, a nível macro, a identidade e experiência de género dos indivíduos transexuais e transgénero: o legislativo, o dos cuidados de saúde – a sua disponibilização e as condições do seu acesso – e o do movimento associativo, que toca na questão das identidades colectivas. Pretende-se pois proceder à reconstituição do panorama relativo à transexualidade e ao transgénero no nosso país, identificando as suas dinâmicas e enquadrando-as internacionalmente, sempre que se justifique. Com a segunda dimensão pretendeu-se constituir uma sociografia da transexualidade e do transgénero em Portugal. Esta tentativa deriva da necessidade de perceber quem são os seus protagonistas em termos de perfil social, de modo a colmatar a ausência de dados a esse respeito. Constituiu também uma primeira tentativa de mapear as diferentes expressões de género e de as relacionar com as posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social. Com a dimensão das (auto)identidades e expressões de género, o objectivo é o de produzir conhecimento sobre a diversidade dos sentidos inscritos por estes actores sociais na produção da sua identidade de género e sobre o modo de a expressar.

Em consonância com os objectivos e as dimensões de análise foi delineada uma *estratégia metodológica múltipla*, que envolveu fundamentalmente análises documentais, consulta e análise de *sites* institucionais e blogues pessoais; entrevistas semi-directivas a representantes das estruturas LGBT e a administradores de fóruns na internet vocacionados para determinadas expressões de género; inquéritos por questionário a pessoas transexuais e transgénero; entrevistas aprofundadas a pessoas transexuais e transgénero; grelhas de observação do processo de entrevista; observação

participante e não participante de várias iniciativas públicas e encontros privados com pessoas trans; notas de terreno de iniciativas frequentadas acerca da temática ou de encontros com pessoas trans. A informação proveniente destas diversas fontes, instrumentos e procedimentos foi mobilizada umas vezes mais autonomamente, outras mais interactivamente, na lógica de uma "pesquisa de terreno" (Costa, 1986), embora as entrevistas aprofundadas constituam, no presente trabalho, o procedimento metodológico central. O período de recolha e análise da informação iniciou-se em 2008, com um maior investimento na documental (a qual informava outras técnicas), concentrou-se em termos de aplicação de inquéritos e entrevistas a pessoas trans entre 2008 e 2009, com excepções até 2011, e não chegou a cessar em algumas das suas componentes etnográficas.

A dimensão contextual implicou a consulta e análise de vários documentos jurídicos e legislativos, nacionais e internacionais, relativos à identidade de género, à transexualidade e transgénero, às minorias sexuais e aos direitos humanos; documentos produzidos pelas associações LGBT ou exclusivamente T nacionais e internacionais; documentos produzidos pela Ordem dos Médicos relativos a esta questão; consulta da jurisprudência relativa a processos que visavam a mudança legal de nome e de sexo; consulta de artigos na imprensa. A nível de fontes primárias, realizaram-se entrevistas semi-directivas a sete estruturas associativas LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgénero) ou especificamente T[105], abarcando nomeadamente a extinta ªt. – Associação para o Estudo e Defesa do Direito à Identidade de Género, o GRIT – Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade da ILGA Portugal, a ILGA Portugal, as Panteras Rosa, a Opus Gay, a rede ex-aequo e a não te prives. Realizou-se também uma entrevista com um dos primeiros advogados implicados em acções legais tendo em vista a mudança de nome e de sexo no assento de nascimento, e dos que conta com mais experiência profissional nesta matéria, no nosso país. Realizaram-se ainda conversas com profissionais implicados no processo de transição clinicamente assistido da transexualidade, os quais foram também, em várias circunstâncias, ouvidos em iniciativas de vários tipos (debates, congressos, encontros, tertúlias).

As restantes dimensões dependem para a sua concretização, e dentro dos quadros epistemológicos e conceptuais onde nos inscrevemos, que traçámos no capítulo anterior, do acesso à "experiência vivida" das próprias pessoas sobre as quais se pretende produzir conhecimento (Namaste, 2000; Hines, 2007ª; Monro, 2010). Dado o carácter pioneiro do projecto de investigação que sustenta a presente tese também ao nível da auscultação da população transexual e transgénero no nosso país, e sendo esta ainda bastante invisível e fracamente organizada colectivamente (aspectos que discutiremos no capítulo 3), daremos conta ao longo deste capítulo, não apenas do modo como esta recolha foi planeada e organizada metodologicamente, mas também das ilações que poderemos retirar acerca das diferentes abordagens e estratégias seguidas para a auscultação deste tipo de população.

[105] O guião de entrevistas a responsáveis de associações LGBT pode ser consultado em anexo (cf. anexo B)

2.1. Desafios colocados na inquirição por questionário da população trans

Para a análise estrutural de constituição do perfil social das pessoas transexuais e transgénero delineou-se uma *estratégia metodológica de tipo extensivo-quantitativo* (Costa, 2008 [1999]) com recurso ao *inquérito por questionário*. Para além das variáveis de caracterização social, o inquérito[106] incluiu um conjunto vasto e diversificado de indicadores relativos às identidades e expressões de género; às relações amorosas/afectivas; aos procedimentos médicos; à discriminação; à participação associativa; à ocupação de tempos-livres; e às atitudes perante a vida.

A concepção do inquérito por questionário foi informada pela literatura sobre a temática (sobretudo das ciências sociais, mas também das médicas), pelos documentos enquadradores da temática na sociedade portuguesa (objecto principal da abordagem contextual), e ainda pela consulta de (parcos) inquéritos construídos para população idêntica, nomeadamente os da Associação Press For Change[107] (referentes a discriminação e a cuidados de saúde). O instrumento foi objecto de uma cuidada fase de pré-teste, tendo em consideração diferentes identidades e expressões de género, fases do processo de transição e/ou assunção da expressão de género, a par das características sociais (idade, qualificações, contexto geográfico) das pessoas auscultadas. Especial atenção foi conferida aos indicadores respeitantes às identidades e expressões de género, para os quais não existe um património conceptual acumulado, similar a alguns mais comuns (por exemplo, os de caracterização social, os de ocupação de tempos livres, etc.), repetidas vezes testados no âmbito de outras pesquisas[108]. Nesses grupos do inquérito[109], os indicadores tiveram que ser construídos de raiz, tentados e testados pela primeira vez[110]. Por isso mesmo, consideramos que, talvez mais do que noutras pesquisas, o inquérito por questionário possa constituir um produto em si deste projecto de investigação, tendo potencialidades de se constituir como uma base de trabalho para a concepção de instrumentos de recolha de informação em estudos quantitativos vindouros dirigidos a este tipo de população.

Para a aplicação do inquérito por questionário delineou-se uma estratégia de distribuição em várias frentes, de modo a conseguir abranger a máxima diversidade de perfis sociais e expressões de género. Foi disponibilizada uma versão impressa e uma versão electrónica, a qual podia ser acedida,

[106] O inquérito por questionário a pessoas transexuais e transgénero pode ser consultado em anexo (cf. anexo C).
[107] http://www.pfc.org.uk/.
[108] Por exemplo, os indicadores relativos a "sentimentos e atitudes perante a vida" foram parcialmente recuperados de um inquérito por questionário dirigido à população jovem portuguesa (Pais e Cabral, 2003). Já para os de posicionamento na estrutura de classe foi utilizada a nomenclatura ACM (Costa, 2008 [1999]; Machado e outros, 2003), referenciada em inúmeros estudos desenvolvidos em Portugal.
[109] Para além do bloco dedicado às "Identidades/expressões de género", também o respeitante aos "Procedimentos médicos", que incluiu indicadores sobre motivações e representações relativas à cirurgia de reatribuição de sexo e ainda o bloco sobre a opinião acerca das associações LGBT face ao T (veja-se anexo C).
[110] Na verdade, seja pelo recente tratamento do tema nas ciências sociais (o que implica abordagens exploratórias ao fenómeno), seja pelas posturas epistemológicas, com consequências a nível metodológico, adoptadas para a sua abordagem, seja ainda pela expectável dificuldade em abranger um número de indivíduos em consonância com uma estratégia metodológica extensiva, esta técnica não tem sido muito utilizada. Praticamente a excepção é constituída pelos inquéritos, já mencionados, lançados pela Press For Change, concebidos por académicos trans. Não existe pois ainda um investimento ao nível da operacionalização dos conceitos no sentido de chegar a indicadores e respectivos valores da variável, susceptíveis de serem mobilizados em instrumentos deste tipo.

preenchida e reenviada. Contou-se assim, em primeiro lugar, com a colaboração de associações e activistas independentes na sinalização de pessoas, no fornecimento de endereços electrónicos, na informação nos seus sítios electrónicos acerca da existência do inquérito e do modo de lhe aceder[111]; contou-se com a colaboração de activistas que disponibilizaram o inquérito nos encontros que promoviam; contou-se igualmente com pessoas trans a título individual na passagem de informação sobre o inquérito (nomeadamente em fóruns na internet especificamente frequentados por algumas expressões de género); contou-se também com a colaboração de profissionais da área médica para informarem as pessoas que acompanhavam acerca do inquérito, o fornecerem e reenviarem, caso as pessoas se disponibilizassem para o seu preenchimento "em papel", ou nos fornecessem o seu endereço electrónico em caso de autorização. Uma estratégia paralela passou pela "amostragem no local" (Ghiglione e Matalon, 1997: 42-44), nomeadamente no decurso das incursões etnográficas realizadas na Rua do Conde de Redondo e nas suas imediações, área de concentração de trabalhadoras do sexo de expressões trans. Podemos também considerar ter havido uma "amostragem no local virtual", no sentido de termos feito uso de sítios na internet, especialmente frequentados por pessoas com determinadas expressões de género.

Dado estarmos a trabalhar com uma população escassa em termos numéricos e bastante invisível, a estratégia de acesso aos potenciais participantes do estudo passava por uma dupla "proposta": o preenchimento do inquérito e a realização da entrevista. O inquérito, provável primeiro contacto dos potenciais sujeitos empíricos com a pesquisa, dada a facilidade da sua circulação, continha, para além da informação sobre o projecto – os seus objectivos, os seus responsáveis e a sua expectável utilidade –, igualmente um convite à participação na realização da entrevista[112]. Do accionamento destas estratégias resultou um total de 49 inquéritos válidos que, embora não dispondo de dados que nos permitam calcular a proporção que representam no universo das pessoas de expressão trans em Portugal (uma vez que desconhecemos a extensão do universo ou população), nos parece um número restrito, impondo limitações à constituição de uma sociografia das pessoas transexuais e transgénero em Portugal. Não obstante, os resultados constituíram a dimensão central do produto final do projecto de investigação. Os dados do inquérito foram aí exaustivamente trabalhados e analisados, no sentido mais clássico e usual, com recurso ao tratamento estatístico (cf. Saleiro, 2010) e na lógica de produção de conhecimento através do estabelevcimento de "relações quantificadas entre variáveis" (Costa, 2008 [1999]: 9). Mesmo com um número limitado de casos foi possível dar conta de uma população diversificada em termos de idade, de qualificações, de condições perante o trabalho e estatutos sócio-profissionais, de classe social do próprio, do seu agregado familiar actual e do de

[111] Ao contrário do que já vai sendo comum acontecer em inquéritos dirigidos à população LGBT (sobretudo LG), no nosso caso optámos pela sua não disponibilização "livre" na internet, porque não teríamos assim qualquer "controlo" sobre o processo de recolha de informação. No entanto, isso veio a acontecer, embora não por nossa iniciativa. Por mero acaso deparámo-nos com a sua disponibilização num portal de informações dirigido à temática LGBT. De qualquer modo, acabámos por não receber qualquer resposta por essa via.
[112] Pode ser consultado na página de introdução ao inquérito por questionário (cf. anexo C).

origem, de rendimentos, de situações conjugais, etc., contribuindo desde logo para demonstrar a diversidade contida no trans-género mesmo a nível do posicionamento na estrutura social. Como dissemos, no presente trabalho, esta dimensão está a montante, mas não é objecto de uma apresentação detalhada e sistematizada. Serão antes convocados, sempre que se justifique, alguns indicadores de enquadramento e de retrato do "todo".

O pioneirismo desta pesquisa no contexto nacional, também a nível dos processos de recolha de informação, tendo como sujeitos empíricos pessoas transexuais e transgénero, merece que lhe dediquemos algum espaço de reflexão.

No momento de concepção e planeamento do projecto antecipávamos já as dificuldades que poderíamos vir a enfrentar na concretização desta componente do estudo que, por se incluir numa "estratégia de investigação extensiva-quantitativa" (Costa, 2008 [1999]: 9) necessitaria de se "alimentar" de um considerável número de sujeitos empíricos, o que, numa população que tem como uma das suas características a invisibilidade poderia vir a revelar-se uma "missão impossível". E, efectivamente, havia já indícios da fraca adesão das pessoas transexuais e transgénero, no nosso país, a este tipo de procedimentos de inquirição por questionário, quer de iniciativa nacional, quer mesmo internacional.

Tínhamos o precedente do único inquérito realizado em Portugal exclusivamente para este tipo de população, lançado em 1998, da responsabilidade da ILGA Portugal e da Associação Abraço, financiado pela Comissão Nacional de Luta contra a Sida com uma amostra de 50 indivíduos, em que os seus respondentes eram em grande parte (56%) trabalhadores do sexo (também provavelmente por se situar na área da saúde, e nomeadamente na prevenção de doenças transmissíveis sexualmente). Este segmento da população trans pode ser abrangido mediante o accionamento de amostragens no local. Também nós investimos nesta via, em paralelo com outras, no decurso das incursões à Rua do Conde de Redondo e suas imediações. No entanto, no contexto actual, um considerável número de trabalhadoras do sexo de várias expressões trans em Portugal é relativo a imigrantes brasileiras, muitas delas a viver há pouco tempo em Portugal ou com uma vida pautada pelas intermitências geográficas[113]. Dadas as diferenças consideráveis no que respeita a este fenómeno entre Portugal e o Brasil, que começa logo pela terminologia e se alarga a variadíssimos aspectos, optámos por não incluir na amostra[114] pessoas que não tivessem vivido por um considerável período de tempo em

[113] Até porque a "novidade" é um elemento bastante valorizado (se não o mais valorizado) pelos clientes no mercado do trabalho sexual, o que faz com que a "rotatividade" pelos diversos espaços e territórios seja quase obrigatória. É também isso que explica o grande número de pessoas de outras nacionalidades, mas onde a brasileira é esmagadora, que passa pela zona do Conde Redondo, mas por períodos de curta duração. Pelo que nos foi relatado, assim que deixam de ser novidade e já "percorreram" a maioria dos clientes, a procura baixa drasticamente. Isso explica igualmente a deslocação das pessoas portuguesas que inquirimos e/ou entrevistámos que praticam ou praticaram o trabalho sexual para, frequentemente, mais do que um país. Portugal aparece assim integrado numa rota de trabalho sexual trans mais vasta que inclui, sobretudo, países como a Espanha, a França, a Suíça e a Alemanha.

[114] Na realidade acabámos por inquirir várias mulheres trans brasileiras ao longo dessas incursões, nem que fosse porque não queríamos que sentissem que as excluíamos. Embora não directamente, a informação obtida a partir

Portugal, pelo que ficámos unicamente com um inquérito de uma imigrante brasileira já com uma estadia prolongada em Portugal. Isto sem negar o interesse evidente que um estudo comparativo entre estas duas realidades certamente constituiria (um estudo etnográfico, comparando as realidades de Belo Horizonte e Lisboa foi já desenvolvido pela antropóloga brasileira Juliana Jayme, 2001).

Outra tentativa de inquirição por questionário desta população em Portugal, desta vez exclusivamente *on-line*, foi empreendida mais recentemente no âmbito de um estudo encomendado pela Comissão para a Igualdade de Género (CIG), e que incide sobre a discriminação de que são vítimas as pessoas LGBT (Nogueira e Oliveira, 2010). Os seus autores virão a reconhecer como uma "forte limitação" do estudo "a grande ausência de pessoas transgénero e transsexuais, que tivemos muita dificuldade em recrutar" (Oliveira e outros, 2010: 209), não podendo os dados obtidos através da inquirição por questionário ser considerados representativos desta população. Neste caso a dificuldade estendeu-se até à parte qualitativa do estudo, da qual "a população transexual está completamente ausente" (Costa, Oliveira e Nogueira, 2010: 239).

Nas inquirições por questionário de iniciativas fora de Portugal, o problema permanece. O número de pessoas trans portuguesas que responderam ao inquérito por questionário da associação Press For Change, para a ILGA Europe e a TransGender Europe – TGEU, lançado no âmbito do *Transgender EuroStudy* (Whittle e outros, 2008), que visa "documentar e comparar as condições das pessoas trans na Europa moderna"[115] cifrou-se em apenas nove, num total de 1964 respostas válidas (Whittle e outros, 2008: 43). Neste caso, o escassíssimo número de respostas pode ter sido agravado pela exclusividade do acesso e obrigatoriedade da resposta *online*, e pela não disponibilização de uma versão do inquérito na língua portuguesa (apesar de estar disponível em 13 línguas)[116].

A dificuldade de obtenção de dados em extensividade da população trans não será exclusiva da realidade portuguesa, estando dependente do número e da visibilidade destas pessoas em cada sociedade. No nosso caso, como exploraremos no capítulo 3.3, será condicionado pela escassez de estruturas organizativas especificamente dirigidas para esta população e a pouca presença das pessoas T no movimento LGBT nacional, que em maior número pudessem constituir uma fonte de recrutamento de sujeitos respondentes (será, por exemplo, a visibilidade e reconhecimento da utilidade de uma associação como a Press For Change que justificará o seu sucesso nas inquirições da população trans no Reino Unido, região sede da associação). É ainda agravada pela invisibilidade individual na esfera pública, e colectivamente no activismo, de parte das expressões trans-género, que não possuem qualquer organização formal que possa servir de intermediária e divulgadora das

---

da auscultação de mulheres trans brasileiras acabou por se revelar útil, dadas as trocas de significados acerca do fenómeno, que vigoram sobretudo em alguns dos espaços trans, precisamente aqueles onde a coexistência está muito presente.

[115] Texto de apresentação do inquérito, disponível no sítio da associação até à data limite para o preenchimento do inquérito, Dezembro de 2007.

[116] No sentido de ultrapassar este possível obstáculo a uma maior participação da população transexual e transgénero portuguesa neste tipo de inquirições realizadas a nível europeu, contactámos a Press For Change disponibilizando-nos para futuras colaborações a nível de tradução.

pesquisas e respectivos processos de inquirição, como acontece, por exemplo, no *cross-dressing*. No caso específico desta expressão de género existiu outrora (entre 1999 e 2000) o Crossdressing Club de Portugal (CCP), com uma existência pelo menos ao nível da internet, e que, apesar de já desactivado, foi ainda possível aceder *offline* (http://reocities.com/westhollywood/2343/). Foram então enviados inquéritos para todos os endereços electrónicos aí disponibilizados (45 no total). A maioria das mensagens acabaria por vir devolvida (38)[117] e das restantes não conseguimos obter uma única resposta. A dificuldade estará não apenas em chegar aos sujeitos, mas em conseguir deles uma resposta, como podemos concluir pelo facto de termos acabado por conseguir colocar informação relativa ao projecto e ao acesso ao inquérito num fórum frequentado por, segundo informações prestadas por utilizadores, mais de uma centena de pessoas dessa expressão de género, e isso não se ter traduzido no número de respostas. Isto pese embora a informação ter sido dada por pares (as pessoas *cross-dresser* a quem conseguimos aceder e que gentilmente colaboraram connosco), que inclusivamente colocavam comentários de incentivo à participação de outros no estudo.

Embora tocando no factor que nos parece indiscutivelmente central na dificuldade em conseguir uma maior participação das pessoas trans nas inquirições que lhes são dirigidas – a do fraco peso do associativismo e fraca ou nula existência de redes de apoio social a elas dirigidas –, a razão que os autores do *Transgender EuroStudy* acima citado avançam para o baixo número de respostas provenientes de Portugal parece-nos demasiado parcial. Dizem os autores que "[Em Espanha e em Itália], tal como em Portugal, as únicas opções de emprego disponíveis para muitas pessoas trans têm passado pelo seu envolvimento no trabalho sexual, e assim a maioria das pessoas trans terá acesso a uma rede de apoio social, mas que será altamente localizada e terá pouca conexão com as organizações de apoio social estatutárias." (Whittle e outros, 2008: 42). Os próprios dados obtidos através do nosso inquérito se encarregariam de demonstrar que esta afirmação toma a parte pelo todo (das 49 pessoas inquiridas apenas oito eram trabalhadoras do sexo).

Para além do acesso aos sujeitos, as dificuldades na resposta podem explicar-se, quer pelo desejo de manutenção do anonimato da condição trans (pese embora tenham sido acauteladas as condições para a sua preservação, nomeadamente, a possibilidade de uma resposta via *e-mail* para uma caixa de correio exclusiva do projecto, o envio via postal para a morada do projecto ou a sinalização de locais onde os inquéritos pudessem ser depositados sem implicar contacto com algum membro da equipa), quer pela escassa ou nula motivação para a resposta a inquéritos por questionário, que podemos considerar generalizada, mas que se acentuará na ausência de uma consciência colectiva. Para além disso, não descartamos a hipótese de que um instrumento padronizado e limitado no conteúdo das questões possa não corresponder à expectativa de pessoas vistas como "estranhas", e que sintam por isso necessidade de espaço para se "contar" e se "explicar". Na verdade, foi bastante frequente a adição de comentários nas possibilidades de resposta a questões, o preenchimento do

[117] Sendo, como veremos nos capítulos 4 e 5, uma modalidade de trans-género que frequentemente se reveste de secretismo mesmo para os que estão mais próximos, estas mudanças de endereço não serão de estranhar.

espaço reservado a comentários livres no final do inquérito (que têm escassa ou quase nula adesão na generalidade das pesquisas) e chegou mesmo a passar pelo envio de pequenas biografias.

Assim, embora as "teorias auxiliares de pesquisa" (Almeida e Pinto, 1986: 75-78) nos levassem à consideração de que a recolha de dados da forma o mais anónima possível, que não implicasse em nenhum momento a necessidade de exposição, fosse, à semelhança do que acontece com temáticas como a sexualidade e a orientação sexual, a estratégia mais acertada na promoção de respostas, a abordagem quantitativa acabou por não ir de encontro às expectativas de uma significativa maior adesão por parte desta população específica. Na realidade, o que acabaria por acontecer é que parte considerável das pessoas que responderam ao inquérito coincidiu com as que foram entrevistadas, não se conseguindo com a inquirição, que pode prescindir de "intermediário" ou de uma exposição de si a outro, um incremento muito significativo no número de respostas.

Na contabilidade final, das 49 respostas válidas que obtivemos ao inquérito, apenas 16 são de pessoas que não participaram na componente qualitativa do estudo. Destas, praticamente metade (sete) respeita a homens transexuais. Esta é, aliás, uma das únicas categorias de género que correspondeu à expectativa de uma maior facilidade de adesão à recolha de dados que não implicasse exposição. Na realidade, embora não tivesse havido recusas explícitas (apenas não respostas e adiamentos sucessivos), a dificuldade que tivemos na concretização das entrevistas é reveladora de um eventual pouco conforto com a situação por parte dos homens transexuais[118]. Esta indisponibilidade poderá ter que ver quer com uma maior invisibilidade destes, pelo menos se comparados com as mulheres transexuais (que retomaremos no cap. 5.1), quer com o facto de a entrevista ter como interlocutora uma mulher, assunto que recuperaremos adiante. No total, obtivemos apenas uma única resposta de uma pessoa *cross-dresser*, que apontava explicitamente no sentido da não disponibilidade para técnicas de inquirição presencial[119].

Uma das ilações, a nível metodológico, que podemos retirar desta pesquisa é que para a adesão e participação de sujeitos com identidades de género minoritárias a inquirições no âmbito de pesquisas científicas é essencial a proximidade entre aqueles e os responsáveis da pesquisa. Parece-nos que é mais fácil conseguir que as pessoas nos falem dos aspectos mais íntimos da sua vida, quando em situação de interacção com quem recolhe os dados, colocando-os assim numa relação mais igualitária, que favoreça uma percepção do compromisso de "seriedade" por parte do investigador/solicitador de informação. É necessário ter em conta as más experiências directa ou indirectamente vividas ou apercebidas de um tratamento pouco esclarecido e sensacionalista destas matérias, nomeadamente por parte da comunicação social, com a qual a academia é frequentemente confundida e/ou comparada.

[118] A paridade no número de entrevistas realizadas a homens e mulheres transexuais resultou de investimentos, insistências e tempos diferentes, tendo sido consideravelmente mais fácil e rapidamente obtido o número desejado no caso das mulheres.

[119] Recebemo-la na caixa de correio electrónico do projecto a 13/07/2008 e dizia assim, "Agradeço bastante o convite à realização da entrevista, mas com muitas desculpas terei de recusar, uma vez que decidi desde há muito que não iria expor este lado da minha personalidade por varias razões, como devo dizer, pessoais e concretas. De qualquer forma estarei sempre disponível para falar ou responder qualquer que seja a pergunta via net.".

Uma abordagem "olhos nos olhos" susceptível de criar empatia é assim promotora de uma relação de maior confiança e de não confusão com aquilo que pode ser percebido como uma espécie de *voyeurismo* do exótico.

Continuamos a reiterar a pertinência da abordagem extensiva desta temática, que permitiria conhecer, a uma escala mais aproximada ao real, quem são estas pessoas, qual a posição que ocupam na estrutura social e também as suas necessidades e os problemas que enfrentam nas diversas áreas, incluindo a discriminação de que são vítimas, que pudessem inclusivamente contribuir para informar as políticas públicas. É nossa convicção que a maior visibilidade do trans-género, juntamente com o fortalecimento do activismo, tornará esta tarefa, no futuro, mais viável.

As limitações e as dificuldades encontradas, que não permitiram a concretização em pleno de uma estratégia extensiva-quantitativa, suscitaram e propiciaram uma outra utilização do inquérito por questionário. Uma utilização adequada a populações pouco numerosas, invisíveis e ainda pouco estudadas, em que não nos podemos "dar ao luxo" de "perder" sujeitos pela exigência da exposição nem, por outro lado, de perder informação pormenorizada, pelo menos nos aspectos centrais da pesquisa, relativa a cada um dos sujeitos empíricos, não perdendo a sua "unidade" e "singularidade". Uma utilização mais qualitativa por comparação à sua "natureza" quantitativa, o que foi em parte possibilitado pelo não cumprimento da "extensividade" da população abrangida (na verdade seria inviável segui-la para um amplo número de sujeitos). Nesta abordagem pouco convencional do inquérito por questionário – reposicionando-o na média intensidade –, não "espartilhamos" o indivíduo, não perdendo a sua unicidade, o que é conseguido, quer pela análise atenta de cada inquérito – nesse sentido aqui o inquérito é mais uma sistematização de informação acerca de um indivíduo, na lógica de uma entrevista directiva –, quer pelo complemento das respostas obtidas com informações de natureza qualitativa, fornecidas espontaneamente pelos próprios inquiridos ou solicitadas pelos investigadores.

Assim, da maior parte dos 16 indivíduos inquiridos que não foram entrevistados formalmente, recolheu-se informação pormenorizada no decurso da aplicação do instrumento[120] (nomeadamente aos inquiridos via amostragem no local no "Conde Redondo") ou noutros encontros presenciais (nomeadamente no âmbito das "saídas" organizadas por pessoas *cross-dresser*). Finalmente, para os poucos cujo inquérito nos chegou via internet, por correio, ou através de intermediários, e com os quais não se chegou a contactar presencialmente (nove, no total), reuniu-se informação complementar à constante no instrumento através de contactos via e-mail e/ou telefone (nomeadamente no âmbito do convite para a participação na entrevista, que umas vezes foi declinado e outras, embora não o sendo, não se conseguiu reunir as condições para a sua concretização), de informação prestada por outros, de

[120] A própria administração do questionário não seguiu aqui as normas justificadas da uniformidade. Assim, se os indivíduos que responderam via internet o fizeram na modalidade da administração directa, já para as pessoas inquiridas via amostragem no local, a administração foi indirecta, por se revelar a mais viável e por não se ter querido perder a oportunidade de interacção proporcionada pela inquirição, que permitiu obter informação muito para além da contida nas variáveis e respectivos valores.

consulta de blogues pessoais, etc. Quase todos os respondentes do inquérito acrescentaram especificações a algumas das respostas e alguns chegaram mesmo a anexar pequenas auto-biografias[121]. Daqui resulta que de praticamente todos os indivíduos inquiridos se obteve informação mais qualitativa. Explorou-se, para benefício da terceira dimensão de análise, sobretudo na componente do mapeamento das identidades e das expressões de género, permitindo não só fazer uma análise interactiva para os 33 indivíduos que foram simultaneamente entrevistados e inquiridos, como juntar aos entrevistados aqueles que foram inquiridos, aumentando assim o número de participantes para os 53, ou seja, todos aqueles de quem se recolheu informação formal (inquérito e/ou entrevista).

2.2. Narrações e outras exposições de si

A dimensão relativa às *identidades e expressões de género* foi captada sobretudo através da realização de *entrevistas aprofundadas*, que na prática resultaram próximas da modalidade de entrevistas biográficas. Se a (auto)identidade, vista como um projecto organizado reflexivamente, implica que os indivíduos sejam capazes de se contar de um modo lógico, ou seja, de verbalizar e de explicitar aquilo que está subjacente aos seus actos e às suas escolhas (Giddens, 1997 [1991]; Dubar, 2000), então a dimensão da identidade de género deverá ser captada, preferencialmente, através de uma estratégica metodológica qualitativa, com recurso a uma técnica que privilegie precisamente a narração de si. Para Kaufmann, "A entrevista funciona efectivamente como um câmara de eco da situação ordinária de fabricação da identidade" e "Aquele que fala [no contexto da entrevista] não se limita a libertar-se das informações: envolvendo-se, ele entra num trabalho sobre si próprio, para construir a sua unidade identitária, em directo, face ao inquiridor, a um nível de dificuldade e de precisão que ultrapassa de longe o que faz ordinariamente."[122] (1996: 60-61). Optámos pela realização de entrevistas aprofundadas, com lógica semi-directiva, no sentido de conciliar uma abordagem mais exploratória ao fenómeno, decorrente do défice de estudos sobre o tema, mais ainda se nos remetermos à sociedade portuguesa, com a procura activa de respostas aos aspectos que delimitámos como centrais nesta investigação.

[121] Esta necessidade de complementar informação é ilustrativa tanto da necessidade e da vontade da pessoa se narrar nos termos certos e ser "legível" pelos outros, como das limitações para esse fim de um instrumento rígido e padronizado como é o inquérito por questionário.

[122] Esta questão terá sido porventura mais acentuada ou mais evidente no caso deste estudo do que noutros, uma vez que toca numa dimensão estrutural da identidade. Eis um exemplo que explicitamente o comprova, recebido na caixa de correio electrónico do projecto no dia seguinte ao da realização da entrevista "Depois da conversa consigo, desabafei com a minha mulher, dizendo-lhe essencialmente que nesta altura já coloco tudo em questão relativamente à minha identidade de género, e que o rótulo de "crossdresser" clássico pode não ser definitivo. Mas não sei ainda dizer quão importante é na realidade para mim confirmar ou rejeitar se sou 'apenas crossdresser' e se alguma vez darei seguimento a essas questões, procurando uma resposta satisfatória…" mail enviado dia 25-5-2011). A este tipo de angústias procuramos sempre dar retorno, mas sem qualquer envolvimento de tipo clínico ou diagnóstico, apenas disponibilizando-nos para ouvir e fornecendo as informações - de grupos, organizações, profissionais de saúde, etc. - que nos eram solicitadas.

A estratégia de chegar às pessoas processou-se, tal como é comum quando os sujeitos empíricos não estão facilmente acessíveis, sobretudo fazendo uso da "amostragem em bola de neve" (Almeida e Pinto, 1990 [1979]: 113). Houve a tentativa de partir de vários "flocos de neve", para minimizar os efeitos de uniformidade que este tipo de procedimento necessariamente pode acarretar. Se tal terá sido conseguido nuns casos (entrevistámos mesmo uma pessoa que nunca tinha contactado com outra pessoa trans[123]), noutros, sobretudo no caso de expressões de género onde a ocultação social está bastante presente, como no caso do *cross-dressing*, isso revelou-se bastante mais complicado, pese embora as tentativas empreendidas.

Esta amostragem em bola de neve foi complementada por um recrutamento via "amostragem no local" (Ghiglione e Matalon, 1997: 42-44), nomeadamente nas incursões à Rua do Conde Redondo e suas imediações, zona frequentada por trabalhadoras do sexo de expressões trans-género. Tal revelou-se decisivo para abranger pessoas trans sem contacto, quer com os serviços médicos envolvidos no processo de transição, quer com o movimento associativo e as suas iniciativas. Sobretudo para as categorias de trans-género, cuja expressão de um género distinto do que lhe foi atribuído não é permanente, a questão do espaço de recrutamento torna-se central. Diferentes espaços proporcionam o acesso a diferentes modos de ser e parecer em termos de género, mostrando a importância das *geografias* na formação e visibilização das identidades trans (cf. Browne, Nash e Hines, 2010). Também esta componente do estudo beneficiou do recrutamento via "amostragem no local virtual", através da divulgação da pesquisa, e respectivo recrutamento para as entrevistas, em sítios ligados à temática na internet.

Tratando-se de uma investigação pioneira no nosso país, e por isso sempre com uma forte componente exploratória, não se traçou previamente perfis de entrevistados, tendo convidado e aceitado todos aqueles que se identificavam como trans-género. A invisibilidade que rodeia a população que se pretendia abranger e as dúvidas sobre a sua acessibilidade não deixavam margem para grandes exigências ou planeamentos à partida. Não se mostrava também adequado partir de categorias de identidade previamente definidas, quando um dos objectivos centrais era precisamente aceder e mapear a sua diversidade. Havia, porém, a consciência, por se tratar de um estudo sociológico e pela especificidade da temática em causa, de um conjunto de variáveis "clássicas" e "estratégicas" (Digneffe, 1997: 203-245) em jogo. Assim, era importante garantir a diversidade, quanto às variáveis clássicas, em termos de sexo atribuído à nascença, de idade, de qualificações e de localização geográfica. Relativamente às estratégicas, directamente remetidas para as identidades de género, era importante garantir diversidade em termos de modos de expressar o género, da fase do "processo de transição" e/ou de assunção da identidade de género, da relação com os serviços de saúde (e dentro destes com o Serviço Nacional de Saúde), das modalidades das transformações corporais.

[123] Nomeadamente um jovem transexual que nos foi indicado por uma das profissionais responsáveis pelo seu seguimento num estabelecimento de saúde onde a população transexual é excepcional.

Os esforços empreendidos resultaram em entrevistas em profundidade a um total de 37 indivíduos[124], dos quais doze mulheres transexuais, doze homens transexuais, oito *cross-dresser* e cinco com outras expressões de género[125]. Esta variação de representatividade das diferentes categorias de género não foi procurada, mas pode, no contexto desta pesquisa, ser lida como um resultado em si, em termos das respectivas disponibilidades e acessibilidades e será objecto de reflexão ao longo deste trabalho. Assim, se em alguns casos ter-se-á atingido a saturação da informação (Bertaux, 1997; Hiernaux, 1997: 173-174) – como nas pessoas transexuais mais novas –, noutros não se esteve nem lá perto – todas as categorias fora da transexualidade –, e outros ainda não teremos sequer conseguido abranger. Descrita a amostra, à semelhança do que fazem outros autores (por exemplo Hines, 2007a), em termos de homens e mulheres trans, contabilizam-se doze homens e vinte e cinco mulheres trans. Ou seja, há uma clara predominância de expressões da feminilidade. O leque de idades vai dos 18 aos 63 anos, com uma média de 35 anos. Quanto à localização geográfica há uma concentração na Região de Lisboa, onde residiam, à altura da entrevista, 28 pessoas, sendo que 14 moravam mesmo na cidade de Lisboa, apesar de muitas serem oriundas de outras partes do país. Quatro residiam na região Norte, outras quatro na região Centro e uma no Alentejo.

Esta concentração geográfica, para além de poder ser lida como resultado da localização física do projecto de investigação, terá também que ver com o facto de, por vezes, a "migração geográfica" acompanhar ou ser mesmo a possibilitadora ou facilitadora de processos de "migração de género" (Prosser, 1999)[126]. Nas cidades mais populosas há um potencial maior de anonimato e a percepção de maior abertura em termos de valores e atitudes, favorecedora de uma maior aceitação, nem que seja na modalidade de "indiferença". A esta avaliação acrescem factores de ordem prática, como, para as pessoas integradas ou que pretendem vir a integrar os estabelecimentos de saúde de acompanhamento da transexualidade, a concentração destes serviços em Lisboa ao tempo da recolha de informação, sobretudo na parte cirúrgica. Esta é também, na opinião de alguns dos nossos entrevistados, a cidade que alberga a única zona do país que pode ser considerada "*trans friendly*" – a do Príncipe Real. Assim, para muitos dos entrevistados, apesar de as experiências actuais serem vivenciadas espacialmente na Área Metropolitana de Lisboa, as experiências relatadas, sobretudo relativas à infância e à adolescência, reportam-se a outras regiões do país.

A escolaridade vai desde o 1º ciclo do ensino básico (duas pessoas, sendo que uma o completou já na idade adulta), até à bastante mais frequente passagem ou conclusão do ensino superior (15). Quatro situam-se ao nível do 6º ano, oito no 9º e as mesmas completaram o ensino secundário (12º ano). As ocupações profissionais são também bastante variadas, desde empresários, engenheiros,

[124] Os perfis dos entrevistados podem ser consultados em anexo (cf. anexo E).
[125] Classificação obtida através da combinação de uma abordagem *emic* e *etic*, que será objecto de análise no capítulo 4.
[126] Em "*Excepcional Locations: Transsexual Travelogues*", Prosser (1999) chama a atenção para que as primeiras auto-biografias de pessoas transexuais serem "relatos de viagem", como se a viagem física fosse uma sublimação da busca por uma "casa de género" ("*gendered home*").

psicólogos, professores, administrativos, operários em sectores variados, até trabalhadoras do sexo. No total, duas pessoas são (apenas) estudantes e cinco estão desempregadas. No caso das mulheres trans, as mais penalizadas por essa(s) condição(ões) – ser reconhecido como trans e expressar a feminilidade[127] –, quatro estão em situação de desemprego de longa duração, para além das muitas situações de precariedade, com consequências ao nível não apenas dos rendimentos, mas da protecção social. Quatro recebiam o Rendimento Social de Inserção.

Quanto ao processo de planeamento e organização da informação obtida por esta via, seguiu-se uma lógica típica de um posicionamento epistemológico racionalista que passou por, após análise de um significativo conjunto de obras teóricas e contextuais sobre a temática, proceder à elaboração de um guião de entrevista[128], com a elencagem organizada da informação que pretendíamos obter. Cumpriu-se pois, neste aspecto, os procedimentos correntes no método clássico das entrevistas semi-directivas (Ruquoy, 1997; Ghiglione e Matalon, 1997), mas que é igualmente defendido por alguns autores menos convencionais (como, por exemplo Kaufmann, 1996): elaborar um guião, organizado por temas, cada um deles contendo um conjunto de questões precisas e com um seguimento lógico. As primeiras questões têm uma importância particular porque dão o tom. No caso deste estudo, dada a centralidade da questão, iniciava-se sempre com a pergunta "Como se auto-identifica relativamente ao género?". A partir daí tentava-se respeitar e retomar o raciocínio dos indivíduos e a grelha de questões constituiu, na prática, um guia muito flexível. Conseguiu-se assim manter uma dinâmica de conversação mais rica do que a simples resposta às questões. Aliás, sobretudo à medida que aumentava o número de entrevistas realizadas, o guião acabou por ficar esquecido e por vezes só era consultado rapidamente na recta final da entrevista para assegurar que nenhum aspecto importante tinha ficado de fora da conversa. A existência de um guião não impediu que algumas questões nele constantes fossem perdendo importância e outras que dele não constavam, ou que não estavam formuladas tão explicitamente ou em pormenor, fossem sendo introduzidas ou ganhando relevância, neste caso sobretudo especificidades relativas a algumas categorias de trans-género. O resultado final foi bastante próximo das entrevistas de carácter biográfico, que o guião concebido previamente acaba por não espelhar, pois foi essa a modalidade discursiva que as pessoas adoptaram para se narrar, para fazer sentido da sua vida num aspecto dela tão estrutural e estruturante e que, frequentemente, é experienciado assim que começam a ter um "sentimento de si", ou seja, na infância.

No sentido de conseguir uma maior proximidade às pessoas em causa e uma maior familiaridade e conhecimento das questões especificamente referentes a cada uma das diferentes categorias de trans-género, todas as entrevistas foram realizadas pela investigadora, o que permitiu ir acumulando conhecimento nas diversas dimensões que, de outro modo, teria sido mais complicado ou, pelo menos, mais demorado. Partilha-se com outros autores (nomeadamente Bourdieu, 1993; Pinto,

[127] Como o demonstram estudos sobre discriminação de pessoas trans (por exemplo, o de Whittle, 2006; Whittle, Turner e Al-Alami, 2007; e Rundall e Vecchietti, 2010) e encontrámos também para a sociedade portuguesa (cf. Saleiro, 2010).
[128] O Guião de entrevista a pessoas transexuais e transgénero pode ser consultado em anexo (cf. anexo D).

2001) o reconhecimento da importância de ser o investigador a proceder à recolha de informação, não aderindo a uma divisão do trabalho no trabalho científico, que a concebe como uma tarefa menor e permite delegá-la. No caso deste estudo, esta presença assumia tanto mais importância quanto o contacto com a forma como os sujeitos se apresentavam e se expressavam em termos de género de modos não-verbais era uma componente também em análise, tendo sido mesmo, não raras vezes, objecto de inquirição complementar.

Em acrescento à contemplação das expressões não-verbais em tempo real, aconteceu frequentemente, no decurso das entrevistas, que, para além de se "contar", as pessoas sentissem necessidade ou vontade de se "mostrar", quer no passado[129], quer num presente de acesso restrito e controlado[130], pelo que juntavam à conversa fotografias, que tinham em casa, quando a entrevista aí se realizava ou que traziam propositadamente para a entrevista ou, quando mais recentes, estavam gravadas no telemóvel. Apesar de não ter sido planeado, beneficiou-se assim da técnica da "foto-elicitação", que "se baseia na simples ideia de inserir a fotografia nas entrevistas" (Harper, 2002: 13) e de uma das suas potencialidades, que é a de gerar respostas que permaneceriam dormentes nas entrevistas convencionais (Collier, 1957 em Davy, 2011: 6). Esta técnica revela-se especialmente frutífera e adequada para o estudo do trans-género na medida em que "as fotografias são um modo de elicitar a metamorfose da transição, e o sentimento de como as estéticas corporais são relembradas e experienciadas contemporaneamente" (Davy, 2011: 6). No contexto deste estudo, porém, para além daquilo que pôde ser revelado através desta técnica, como aqui ela não foi planeada, é também a própria emergência espontânea recorrente das fotografias que pode ser objecto de reflexão, nomeadamente realçando a importância do corpo e da imagem no (trans)género.

Anteciparam-se alguns potenciais factores de constrangimento ao sucesso da concentração das entrevistas numa única pessoa – uma mulher cisgénero –, nomeadamente a adequação a alguns perfis de género, como sobretudo os de expressão da masculinidade. Tratava-se, no fundo, de ter em conta aquilo que já há muito foi percebido nos estudos de género (veja-se, por exemplo, Torres, 1992, 1996) ou seja, sobre o "à vontade" que os sujeitos terão (ou não) para expor matérias directamente relacionadas com o seu género a pessoas de género distinto. Embora neste caso a questão comportasse uma complexidade acrescida, o que faria com que não fosse de aplicação directa a recomendação

[129] Por exemplo, no caso das pessoas transexuais, para mostrar como sempre pareceram do género com que se identificam ou as alterações em diferentes períodos do processo de transição.

[130] Por exemplo, nas pessoas *cross-dresser*, para "revelar" a sua "versão" feminina à qual, em alguns casos, ainda não tínhamos tido acesso ou, mesmo quando já acontecera, como um modo de estar presente na entrevista na modalidade possível. Contrariamente ao que aconteceu com as pessoas travestis, que conhecemos primeiro nas visitas à zona do Conde Redondo, na expressão (hiper)feminina, com parte das pessoas *cross dresser* a primeira interacção presencial ocorreu no momento de realização da entrevista, na expressão masculina. A preferência pela presença na entrevista "*en femme*" foi explicitamente referida pela maioria destas pessoas que, contudo, consideraram não ter condições para a concretização (quase todas optaram por se deslocar ao espaço do projecto para a realização da entrevista). A realização da entrevista foi, aliás, frequentemente dada como exemplo de uma situação em que faria sentido a apresentação "*en femme*", mas em nenhum caso, embora ponderado, acabou por acontecer, quer por falta de condições logísticas, quer pela consideração dos riscos implicados. A nossa postura aqui foi de abertura mas não pressão, deixando inteiramente a decisão do lado das pessoas entrevistadas.

sensata e comprovada pela opção por entrevistadores do mesmo sexo/género do entrevistado (idem), pois aqui é a própria fusão de sexo e género ou a lógica "dois em um", que está em causa. Anne Bolin (1988) considera que ser mulher foi um factor significativo na sua aceitação entre um grupo de mulheres transexuais, sendo que "Como mulher tive indubitavelmente acesso a relacionamentos que não teriam sido possíveis se eu fosse um homem." (1988: 37). No caso específico desta pesquisa, passaria também pela recolha de narrações de indivíduos que expectavelmente rejeitavam ou, no mínimo, prescindiam da sua feminilidade e/ou da sua condição de "mulher". Mas a pertinência de ser sempre a mesma pessoa e a importância conferida à realização das entrevistas e ao contacto directo que estas proporcionavam, fez arriscar a primeira entrevista com um homem trans para daí tirar ilações acerca da potencial interferência na informação obtida. Como não foi evidente esse eventual constrangimento na narração de si, prosseguiu-se nessa estratégia. É de admitir que o estereótipo de mulher, como tolerante e compreensiva, terá eventualmente jogado a favor[131]. Aliás, a partir da experiência obtida pelo contacto com um conjunto ainda relativamente vasto de pessoas de variadas expressões trans, a impressão que fica é que seria mais problemática a realização de entrevistas por homens cisgénero a pessoas trans que expressam a feminilidade, tanto na modalidade de "migração" como na de "oscilação" (para usarmos os termos de Ekins e King, 2006). A experiência etnográfica de David Valentine (2007) na comunidade transgénero de Nova Iorque vem de certo modo confirmar a maior dificuldade de aceitação em certas categorias de pessoas trans-género (nomeadamente, neste caso, as MtF) de um homem (cf. Valentine, 2007: 5). No entanto, embora não pareça ter constituído um constrangimento durante o tempo de entrevista, é de admitir que possa tê-lo sido a montante, ou seja, na cedência à participação. Mesmo que nunca explicitado, foi, como já referido, nos homens transexuais que se notou uma superior adesão ao preenchimento do inquérito por questionário (que não implicava um contacto directo com um inquiridor) por relação à aceitação da entrevista.

Outra cautela que poderá também ter promovido a participação, foi a explicitação da distância da investigação às disciplinas envolvidas nos "diagnósticos" e catalogações médicas (nomeadamente a medicina e a psicologia) do trans-género. Foi sempre reforçada a ideia de que se tratava de uma pesquisa no âmbito das ciências sociais. Dava-se assim às pessoas a possibilidade de narrarem a sua vida e as experiências de género "libertas" dos parâmetros médico-psicológicos de medição e catalogação de identidades (ou, na linguagem médica, "perturbações") de género. Pretendia-se criar um ambiente o mais possível propício à narração de si, sem ter em mente "narrações-tipo" de identidade de género (que afecta sobretudo a mais "estabelecida", por via da sua medicalização, a

[131] Neste caso podemos mesmo considerar que, para além do estereótipo, há razões inscritas na biografia dos indivíduos para prever esta maior compreensão e aceitação por parte de uma mulher. Embora ainda não o soubéssemos à altura da tomada de decisão, os dados haveriam de revelar que os elementos femininos da família – nomeadamente a mãe, extensível às avós – são percebidos, e sobretudo no caso dos homens transexuais, aqueles que mais nos preocupavam, generalizadamente como "compreensivas relativamente à situação de género". Recorrendo aos dados do inquérito, mais directamente legíveis, dos 16 homens transexuais que responderam à questão, para 14 a mãe apresenta "muita ou alguma compreensão" e apenas para dois "pouca ou nenhuma compreensão". Os valores encontrados para o pai são bastante menos favoráveis: para oito mostram "muita ou alguma compreensão" e para sete "pouca ou nenhuma".

"transexualidade"), sem constrangimentos por exemplo nalguma dissonância ou incoerência com "histórias" contadas noutros contextos (nomeadamente nas narrações para constituição de diagnóstico).

Uma outra distância foi marcada em relação às entrevistas de tipo jornalístico e à consequente utilização do material recolhido. Houve sempre o cuidado de explicitar que se tratava de um projecto no contexto de produção de conhecimento científico. Também é verdade que este esclarecimento, se motivou muitas pessoas a aderir à entrevista, desencorajou ou desmotivou outras (embora em muito menor número em relação às primeiras) que convivem bem com a divulgação mais alargada da sua história e/ou da sua imagem.

Estávamos ainda sensíveis à pertinência da realização das entrevistas na casa dos indivíduos (Lahire, 2002; Mauritti, 2011), não só porque poderá ser promotora de um maior à-vontade na narração de si, como pelo facto de os espaços domésticos serem também eles fortemente genderados e um veículo privilegiado de observação de estilos de vida e de afinidades estilísticas. Apesar do reconhecimento das vantagens da auscultação no espaço doméstico, afigurou-se que seria demasiado exigente em termos de pedido aos sujeitos, não tendo nunca sido explicitado como uma preferência clara, sendo mais apresentado como uma disponibilidade da entrevistadora. O secretismo de que se revestiu, em alguns casos, a realização da entrevista, se umas vezes terá funcionado favoravelmente à concretização desse desejo, quando se avaliou que essa seria a melhor estratégia de preservação da privacidade (por exemplo quando os indivíduos viviam sozinhos), noutras terá funcionado desfavoravelmente, quando a própria situação de estar a ser objecto de interesse por parte da comunidade académica pudesse suscitar curiosidade e vontade de saber mais por parte dos outros. Alguns participantes consideraram a deslocação à sede da investigação – o edifício do ISCTE-IUL – a situação ideal, uma vez que era um espaço onde não seriam (re)conhecidos e é, de certo modo, impessoal. Para outros, essa "exposição" não era a desejada e/ou considerada a mais cómoda e a preferência recaiu num espaço seu (ou a sua casa ou um local que costumavam frequentar). Ainda noutros casos, sobretudo de pessoas que viviam longe de Lisboa, as deslocações à capital para as (muitas vezes prolongadas) esperas no estabelecimento de saúde que acompanhava o processo de transição acabariam por constituir a ocasião mais viável para o encontro e a realização da entrevista.

As entrevistas decorreram assim em locais escolhidos pelos entrevistados e foram bastante diversificados: a sua casa (em nove casos) ou a de seus familiares; a casa da investigadora; a sala de trabalho da investigadora e outras salas no ISCTE; o local de trabalho dos entrevistados; quarto de internamento, cafés ou recintos ao ar livre do estabelecimento hospitalar onde os sujeitos estavam a ser acompanhados[132]; cafés próximos do local de residência dos entrevistados; salas de hotel; e outros

[132] Embora se tivesse aproveitado os compassos de espera (frequentemente bastante demorados) que o acompanhamento médico proporcionava, já que os entrevistados se mostravam em geral bastante receptivos e mesmo agradados com essa possibilidade de ocupar o tempo, teve-se sempre a preocupação de um afastamento possível do local onde recebiam os cuidados de saúde, dada a interferência do espaço no discurso. Como constatou Berenice Bento na pesquisa que desenvolveu com candidatos a processos de transição clinicamente

locais públicos (praças, jardins, praias). As entrevistas tiveram uma duração entre duas horas e mais de quatro horas, num total de cerca de cem horas de gravação, descontando as muitas horas de conversa informal que a antecediam ou, mais frequentemente, a sucediam.

O período de realização das entrevistas concentrou-se entre Maio de 2008 e Maio de 2009, tendo excepcionalmente ocorrido duas entrevista em 2010 e outras duas já em 2011. A extensão do tempo de recolha de dados deveu-se à dificuldade em aceder a alguns perfis de indivíduos, pelo que no período final as entrevistas realizadas foram pontualmente dirigidas para perfis em falta que se revelaram pertinentes, nomeadamente homens transexuais mais velhos, pessoas transexuais que estivessem a ser seguidas em estabelecimentos de saúde fora de Lisboa, e genericamente pessoas fora da transexualidade, a que só progressivamente fomos conseguindo aceder.

À semelhança da posição tomada por alguns autores envolvidos nas novas problematizações e desafios colocados à técnica da entrevista (Bourdieu, 1993; Kaufmann, 1996; Lahire, 2002), explorou-se a componente da aproximação às técnicas etnográficas possibilitada pela entrevista, nomeadamente não nos cingindo ao discurso verbal produzido pelos sujeitos entrevistados e que ficou registado, mas tomando como informações complementares susceptíveis de serem mobilizadas para a pesquisa dados como o processo de sinalização do sujeito e respectivo contacto, conversas informais prévias ou posteriores à realização da entrevista, o local de realização da mesma, etc; até ao recurso a informações produzidas por outros acerca do entrevistado; ou ainda ao alargamento do número de encontros com os sujeitos entrevistados. Isto para além daquelas informações que derivaram da oportunidade de interagir com o sujeito durante o tempo da entrevista, como seja a sua apresentação em termos de género[133].

Essa interacção está, aliás, recheada de episódios inusitados (e a maior parte precisamente no sentido em que assim são interpretados pela não familiaridade), de "momentos de espanto" (Bento, 2006a: 19) para os quais nenhum manual que conheçamos nos poderia prevenir. Desde o acolhimento em casa de uma entrevistada cuja indumentária era exclusivamente constituída por fio dental[134]; até à dificuldade na identificação, para o momento de entrevista, de pessoas contactadas inicialmente numa determinada expressão de género e que era outra a escolhida para a inquirição, que punham à prova a memória visual e capacidade de decifração; até a uma solicitação de ausência por breves minutos para

---

assistidos, "as mudanças dos locais das entrevistas [de dentro para fora do espaço hospitalar] me fizeram concluir que, se as realizasse exclusivamente no espaço hospitalar, apenas conseguiria chegar à atualização das representações sociais em seus discursos." (2006a: 30). Apenas no caso do quarto de internamento isso não foi obviamente possível, embora asseguradas as condições mínimas de privacidade – o quarto era individual e a entrevista decorreu entre tratamentos.

[133] No sentido de sistematizar este tipo de informações, o guião de entrevista era complementado com uma "Ficha de caracterização d@ entrevistad@", uma "Grelha de observação" relativa à apresentação de género; e de uma grelha para as "Observações relativas ao contacto/marcação da entrevista". Podem ser consultadas em anexo (cf. anexo D).

[134] Para além do calor que se fazia sentir, esse constituiu um modo "evidente" de demonstração daquilo que iria ser verbalizado ao longo da entrevista, ou seja, de uma identidade e uma fisicalidade de "mulher".

regressar e entrevistar a pessoa na sua expressão de género preferida[135] (que incluiu uma outra indumentária e maquilhagem, que passou até por pintar as unhas, e toda uma outra expressão de si, sendo como deixar uma pessoa para reencontrar uma outra). Face a estas e a todas as outras situações – umas vezes envoltas num ambiente de seriedade e até de algum dramatismo e outras salpicadas de humor e exploradas nessa sua componente por parte dos próprios entrevistados –, que não é possível aqui relatar exaustivamente, tentou-se uma abordagem com a maior naturalidade mas também sinceridade possível, sem deixar de tentar reverter tais "episódios" para a procura do conhecimento, através da sua exploração.

Para além da interacção durante o tempo de entrevista, incluindo o antes e o depois, foram também levadas em conta as informações possibilitadas pela troca de telefonemas, de e-mails e pela interacção em momentos distintos aos da recolha de dados formal: os contactos nas iniciativas do movimento LGBT (na Marcha do Orgulho LGBT e no Arraial Pride anuais, ciclos de cinema e outras), nos encontros pessoais (para conversar, para "beber um copo"), nos eventos mais restritos de um determinado grupo para que fui sendo convidada (por exemplo, saídas à noite organizadas colectivamente), etc. Estas ocasiões proporcionaram o acesso ao discurso dos sujeitos, a uma narração de si e dos outros, mais informal do que no contexto de realização da entrevista, e ao modo como os sujeitos se apresentam noutras dimensões da sua vida. Constituíram ainda momentos de *follow-up*, que permitiram ir acompanhando a vida destas pessoas e percebendo as alterações entretanto ocorridas.

Desta forma, para um número ainda significativo dos entrevistados não fui "o confidente que desaparece, uma vez feita a entrevista", condição que, segundo Lahire (2002: 27), é facilitadora da exposição de si. Mesmo sem cumprir o requisito do "desaparecimento" ou da "invisibilidade" pós-entrevista, não persistem dúvidas de ter conseguido ser "receptor de uma palavra à qual nem mesmo os mais próximos muitas vezes têm acesso" (idem). Aqui a cronologia terá funcionado provavelmente a favor: não entrevistei ninguém de quem já fosse próxima, a proximidade veio depois da entrevista e em parte precisamente porque, como foi verbalizado por alguns dos entrevistados, fiquei portadora de aspectos da sua vida que não tinham sido partilhados com mais ninguém. Assim, embora haja pessoas que não voltei a ver posteriormente (ou a cujo contacto não obtive resposta), também houve quem "cobrasse" a minha presença ou estranhasse a ausência em eventos ligados à temática. A sensação foi que, da parte de algumas pessoas, o desagrado viria da constatação de que, uma vez conseguido o objectivo – a recolha dos testemunhos, matéria-prima central e da qual dependia mesmo a viabilidade do trabalho –, não houvesse qualquer outra manifestação de interesse, pela temática em geral e/ou por situações individuais.

Os entrevistados, sobretudo aqueles que se encontravam no processo de transição clinicamente assistido, estavam habituados a "contar-se", a encontrar um sentido narrativo para a sua vida e para a sua identidade de género. Tratar-se-á até de indivíduos que, dada a sua singularidade, serão

[135] E que promovia, na auto-avaliação da pessoa entrevistada, os sentimentos e a expressão de si e contribuía para demonstrar algo que era considerado difícil de verbalizar.

especialmente reflexivos, mais precisamente, auto-reflexivos. A situação de crise existencial vivida por parte destes sujeitos potenciará permanentemente a activação de competências reflexivas (Bourdieu e Wacquant, 2007 [1992]: 131). Pela necessidade da busca de um sentido de género para si e de viabilidade para a sua existência, estes sujeitos estão habituados a ter que se explicar aos outros, desde os mais próximos (os pais, os irmãos, os amigos, os companheiros de afectos….), até àqueles com os quais pouco ou nada têm em comum (o funcionário da conservatória, do banco, da repartição de finanças…). Algumas pessoas, sobretudo as activistas, tinham sido várias vezes interpeladas por meios de comunicação social ou mesmo por estudos. Algumas também estavam habituadas a dar conta das suas vidas, experiências e sentimentos em blogues próprios ou na participação em fóruns. Por tudo isto, temos consciência que, em muitos casos, tivemos acesso a "narrativas repetidas" (Hines, 2007a, 58-98) e por vezes isso era notório, até que a conversa ganhava outra profundidade ou cumplicidade, havendo situações em que foi possível vislumbrar diferenças entre esse discurso "oficial" inicial, ou mais estratégico, e o que se lhe seguia. Em alguns casos eram as próprias pessoas que, durante a narração, davam conta do modo como se tinham contado (por exemplo no contexto da produção do "diagnóstico") e dos "desvios" face ao que estavam agora a relatar. As narrativas recolhidas, sobretudo no que se refere a sentimentos, em alguns casos são tão próximas que parecem fazer parte de uma mesma história individual (na verdade fazem parte da mesma história colectiva), ou seja, pertencer a um mesmo sujeito (o que acontece não só na transexualidade, mas também no *cross-dressing*). Noutros, porém, apresentam-se híbridas ou mesmo fora de qualquer "modelo" já disponível. É essa diversidade contida na realidade do trans-género que nos importa explorar, constituindo objecto de uma análise sociológica (cf. cap. 5).

Os dados recolhidos através do recurso a entrevistas devem sempre ser encarados, tal como as próprias identidades que reportam, como socialmente construídos e temporalmente situados. Mas partilhamos com outros autores que estudam o tema (nomeadamente, Hines, 2007a: 199), a consideração de que quando recorremos ao discurso de pessoas implicadas em processos de "transição de género", aqueles serão ainda mais situados a nível de identidades e de corporeidades, já que constituem "narrativas de transição", porque são, embora em diferentes graus, "contadas em transição" (idem). Trata-se pois de narrativas e não de "factos" ou trata-se de "factos" no âmbito das narrativas. Na verdade, no caso deste estudo, as diferenças provocadas pelo factor "tempo" são talvez mais radicais em relação ao que acontece noutras pesquisas, já que entrevistámos pessoas com uma determinada expressão e que previam já vir a habitar uma outra; entrevistámos homens reconhecidos como tal perante o estado e que neste momento este mesmo estado reconhece como mulheres e vice-versa, o que não pode deixar de afectar as suas vivências e experiências, e consequentemente, os discursos, caso tivessem sido captados noutras fases das suas vidas. Como refere Plummer, "o que as pessoas dizem é no aqui e no agora: o tempo das histórias é o do presente." (1995: 171).

As entrevistas foram transcritas integralmente e objecto de uma "segunda escuta", no sentido de rever e de tentar reconstituir, através da pontuação e da inclusão de notas e de acrescentos só

possíveis de realizar por quem participou na entrevista, o contexto e o sentido no qual o discurso foi produzido. A consciência de que o discurso escrito não reproduz na sua plenitude a riqueza do discurso oral levou a recorrer, para além da tal "segunda escuta" com objectivos de revisão e complemento do texto transcrito, a "outras escutas" (terceiras, quartas, quintas… ou seja, sempre que se justificou), num procedimento semelhante ao que é praticado por Kaufmann (1996) na análise dos dados via "entrevistas compreensivas". As entrevistas foram posteriormente submetidas a uma análise qualitativa (Maroy, 1997), visando a organização temática do discurso que permitisse aceder a um panorama geral e comparativo. As categorias em torno das quais o discurso foi organizado não emergiram, no caso concreto desta pesquisa, "apenas" do próprio discurso captado via entrevista, mas interactivamente e, na lógica de uma "pesquisa de terreno" (Costa, 1986), do conjunto das fontes e instrumentos de obtenção de informação, como o inquérito por questionário, as incursões etnográficas e o contacto prolongado com sujeitos trans.

Partilhamos com outros autores (Bourdieu, 1993: 7) a angústia de tornar públicas declarações privadas dos confidentes, recolhidas durante uma relação de confiança que se estabeleceu entre duas pessoas. Este sentimento é contrabalançado com a oportunidade de dar a conhecer estas vidas, e de contribuir para fazer deste o tempo adequado para a sua revelação, ou seja, para fazer do tempo presente um tempo viável para a existência de pessoas que vivenciam e expressam o seu género de formas que não vão de encontro às socialmente expectáveis. Ainda assim, em um ou outro caso, houve partes que, mesmo sem esse pedido expresso, foram deixadas na privacidade.

Os entrevistados foram convidados a escolher os nomes com que seriam identificados no estudo, não correspondendo estes aos seus nomes de registo ou àqueles pelos quais são socialmente (re)conhecidos (para os que, e eram a grande maioria, não tinham o nome de registo alterado)[136]. Até deste simples procedimento podem ser retiradas ilações sobre as matérias visadas neste trabalho. Com uns a manifestar a vontade, ou mesmo a fazer questão, de manter o nome pelo qual são conhecidos e outros a confirmarem a pertinência do pedido.

2.3. Incursões, (in)decisões, implicações no terreno

Para além da formalmente recolhida, acedemos a um manancial de informação rica e diversificada através das *incursões etnográficas nocturnas pela Rua do Conde de Redondo e suas imediações* (o "Conde", como é referida a zona pelos seus frequentadores habituais), espaço frequentado por trabalhadoras sexuais de expressão trans. Efectivamente, como já referido, foi através destas incursões pelos "espaços marginais do desejo" (como lhe chamou Peres, 2005: 62, fazendo uso da expressão de Perlongher, 1987) que foi possível aceder a pessoas trans arredadas de contextos mais institucionais,

[136] Excepção feita às pessoas trans que foram auscultadas enquanto representantes de uma determinada organização ou estrutura T. Tendo havido pessoas que participaram na pesquisa com o duplo papel de representante de um colectivo e individualmente, separamos o "*coming out*" enquanto activista da aceitação em participar numa investigação (Broad, 2002: 247).

como os serviços médicos de acompanhamento da transexualidade ou as estruturas do movimento associativo LGBT. Em algumas sextas-feiras (noite de grande movimento e em que é possível encontrar uma população mais numerosa) juntámo-nos assim[137] à "Brigada do Preservativo", da responsabilidade das Panteras Rosa[138], no trabalho noctívago de distribuição de preservativos, lubrificantes (e também, como foi possível constatar, de informação e de atenção), o que nos possibilitou ter uma imagem "ao vivo e a cores" dessa realidade. No âmbito dessas incursões mantivemos conversas informais com pessoas de variadas expressões de género[139], assistimos à convivência e interacção entre elas (inclusivamente aos grupos de afinidade que era possível distinguir, frequentemente constituídos com base na identidade de género, mas também da nacionalidade), à interacção com os clientes[140], à relação com as pessoas das organizações de suporte, e obtivemos informações de umas pessoas em relação a outras. Foi também, como já se referiu, um local de aplicação de inquéritos por questionário e de "angariação" de participantes para as entrevistas.

Outra modalidade etnográfica – esta numa versão mais "estruturada" – foi constituída pela *participação nas "saídas" colectivas organizadas por pessoas cross-dresser* e para as quais comecei a ser convidada no decurso do contacto com pessoas com um papel privilegiado nesse meio[141]. Estas foram especialmente importantes pois proporcionaram a interacção face-a-face com pessoas desta expressão de género fora dos momentos formais de recolha de dados, que não é possível por nenhuma outra via que conheçamos (na maioria dos casos o *cross-dressing* não sai do espaço privado). As

[137] Eu e a Joana Santos, bolseira de investigação do projecto "Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género", a quem agradeço por ter constituído um par de olhos e ouvidos adicionais e pela possibilidade de troca de experiências, impressões e emoções.

[138] A quem não posso também deixar de agradecer, sobretudo à Laetitia, principal dinamizadora da actividade, e fonte riquíssima de conhecimentos não só de ordem prática mas igualmente experiencial e intelectual. A Laetitia constitui um dos "informantes privilegiados" desta pesquisa, um dos "interlocutores preferenciais com quem [o investigador] contacta mais intensamente ou de quem obtém informações sobre aspectos a que não pode ter acesso directo" (Costa, 1986: 132).

[139] E tivemos que nos sujeitar - eu e a Joana -, a uma perscrutação cuidada da nossa corporeidade e da nossa imagem, por vezes sem qualquer inibição de verbalização da apreciação. Embora no geral tivéssemos sido – surpreendentemente, diriam alguns – muito bem recebidas, houve também uma ou outra pessoa que fugia de nós mal nos avistava, pois, apesar da participação de bom grado nas conversas de circunstância, não se mostravam disponíveis – em termos de tempo e de concentração – para uma participação mais formal no estudo, adiando-a sempre para a próxima oportunidade, ou seja, para a nossa próxima visita. "Lá vem a doutorinha…", como diziam da Joana, provavelmente devido à sua juventude. E algumas destas pessoas revelavam-se potencialmente bastante interessantes para o estudo, nomeadamente devido à antiguidade de apresentação ("*coming out*") de género e mesmo à sua antiguidade no "meio", tendo sido possível perceber, através de relatos de outros, as suas extraordinárias histórias de vida. Em alguns casos (mas queremos frisar, não todos), e sobretudo em algumas destas mulheres trans mais velhas, o trabalho sexual é exercido sob o efeito de álcool e/ou de outras drogas, o que não promove um discurso organizado ou sequer uma marcação minimamente credível de um encontro num outro contexto espácio-temporal, expectavelmente mais favorável.

[140] Até nós tivemos a possibilidade de interagir com alguns clientes que, surpreendentemente, insistiam em participar na pesquisa e ter assim a possibilidade de contar também a sua história. Isto mostra como não existem, à partida, populações impossíveis em termos de viabilidade para a recolha de dados no âmbito de pesquisas científicas.

[141] Agradeço sobretudo à Gabriela, outra das "informantes privilegiadas" desta pesquisa e a pessoa que mais se empenhou na concretização desta possibilidade, reunindo um conhecimento ímpar sobre a "comunidade" *cross-dresser* no nosso país, mas também ao restante (pequeno) grupo de "*habitués*" que me recebeu e com quem tenho tido o privilégio de privar.

"saídas" (é assim que são *emicamente* enunciadas) – geralmente à sexta-feira ou ao sábado para jantar e seguir para um bar e/ou discoteca –, a que apenas um número muito reduzido de pessoas *cross-dresser* adere, permitem o convívio presencial (*online* é muitíssimo mais frequente) entre pessoas que partilham esse modo de trans-género e ocorrem cerca de quatro a cinco vezes por ano num espaço *trans friendly* (geralmente na zona do Príncipe Real em Lisboa e na margem sul)[142].

Dado o secretismo que envolve para um número considerável destas pessoas (para a sua totalidade se pensarmos em todas as dimensões da sua vida) a expressão da feminilidade, e o "risco" implicado na saída, colocaram-se questões sobre se deveria aceitar e, em caso afirmativo, como as deveria gerir. Perante as dúvidas sobre se a presença de uma investigadora (mulher cis) poderia inibir a participação de pessoas nas já reduzidíssimas ocasiões existentes, contrapunha-se a "vontade de saber" e o expectável elevado interesse para a pesquisa, bem como a vontade de partilha percebida nas pessoas que me convidavam e insistiam na minha presença (provavelmente por serem escassas as ocasiões e os outros com quem se partilha a feminilidade, mais ainda outros não *cross-dressers*, a presença de uma mulher cis constituía uma possibilidade excepcional de partilha e de convívio social para os participantes[143]). A minha presença – sobretudo a inaugural, uma vez que com o tempo e face ao reduzido número de participantes, me tornei numa das mais regulares –, foi, sob minha insistência, previamente submetida à aceitação dos participantes. A não aprovação foi a razão da não concretização da primeira saída conjunta planeada no início de 2009[144]. Esta acabaria por acontecer volvidos alguns meses e já com anuência de todos os participantes[145]. Aliás, a minha presença terá inaugurado a entrada de pessoas fora da expressão *cross-dresser* nas "saídas" e parece ter mesmo aberto a porta, pois outras se seguiram. A participação foi parcimoniosamente auto-gerida (combinando com questões de agenda e de preferências próprias), aceitando umas e declinando outras, de modo a dar espaço à adesão de pessoas que pudessem não se sentir confortáveis na presença de "outros" e não constranger (ainda mais) a participação de (mais) pessoas nas raras ocasiões de exprimir socialmente a feminilidade.

Foram ainda mobilizadas outras fontes de informação, como a *consulta e análise de blogues* de pessoas de expressão trans. Estes têm conteúdos diversificados, que vão desde a primazia à divulgação de informação relacionada com a temática e à opinião e reivindicação de cariz mais político, até ao pessoal, de relatos de emoções e sentimentos. Embora tenha sido por mais do que uma

[142] Durante o tempo de realização deste trabalho, e sobretudo devido ao empenho e à persistência da Gabriela, os "encontros" foram progressivamente ganhando uma cadência superior.

[143] Como se pode aferir num *mail* enviado na sequência da primeira tentativa frustrada da minha participação: "As minhas outras amigas que foram ontem sair comigo ficaram não só interessadas em ser entrevistadas por si, como tiveram imensa pena de a Sandra não ter vindo." (31/01/2009).

[144] Na madrugada do dia da saída recebo um mail da minha anfitriã dando conta que "Infelizmente, uma das minhas amigas cd mostrou bastante desconforto perante a ideia de ter uma "investigadora" no jantar, embora eu tenha tentado convencê-la. Peço que me desculpe por ter assumido extemporaneamente que a sua presença iria ser bem-vinda por todas (…). Outras ocasiões haverá em breve, provavelmente já em Fevereiro, e com mais gente." (30/01/2009).

[145] "Estamos a planear uma saída em grupo no próximo dia 27, e desta vez queria mesmo que a Sandra viesse connosco. Não se preocupe que desta vez não haverá objecções." (08/03/2009)

vez convidada a candidatar-me a membro de fóruns dirigidos por e para pessoas *cross-dresser* que são "fechados", com entrada restrita mediante candidatura e sujeitos a aceitação, nomeadamente por parte de responsáveis pela sua administração, considerei mais acertado não o fazer. A participação sob identidade oculta nos propósitos parecia eticamente duvidosa e caso os propósitos fossem explicitados colocar-se-iam questões similares às já longamente identificadas e debatidas a propósito da observação participante (ou mesmo apenas da observação directa – embora aqui virtual – do objecto de estudo[146]). Dada a escassez de espaços (mesmo que virtuais) no contexto nacional onde as pessoas *cross-dresser* se possam livremente expressar, e sabendo que a esmagadora maioria o faz apenas nesta modalidade[147], ou seja, não "arrisca" as "saídas", e ainda a frequência da partilha de imagens, não queria correr o risco de que a minha presença fosse inibidora da participação ou de uma mais livre expressão.

Uma menção ainda acerca da não inclusão de fotografias ou imagens de pessoas trans, que poderá ser uma ausência notada num estudo onde a imagem, ou a expressão visual (para além da verbal) de si é central. Ao contrário daquilo que poderia parecer a explicação mais óbvia, a não inclusão de imagens de participantes do estudo (aquelas que fariam sentido numa pesquisa empírica, fortemente sustentada no discurso dos sujeitos) não deriva necessariamente da sua impossibilidade, ou seja, de não disponibilidade ou consentimento dos participantes. Se isso seria indubitavelmente uma realidade para algumas pessoas, não o seria provavelmente para outras. O que sustentou tal opção (também defendida por Valentine, 2007: 24) foi o receio de contribuir para a exotização das pessoas trans, num estudo em que um dos contributos pretendidos passa precisamente pela sua des-exotização, através da sua compreensão sociológica. Havia ainda o receio de que o interesse pelo estudo se pudesse reduzir ou consistir sobretudo numa leitura própria das imagens fotográficas. Fomos sendo, no entanto, cada vez mais sensíveis ao argumento – explícito ou implícito – de que uma das vias mais eficazes da des-exotização passa pela "familiaridade com" mais do que pela "preservação de", o que implicaria uma estratégia diametralmente oposta. Ilação retirada da literatura produzida por *insiders*, em que se afigura que a sua própria exposição (casos de Bornstein, 1994; Fienberg, 1996, 1998; Cromwell, 1999a; Green, 2004) e a de outros (casos de Devor, 1989; Cromwell, 1999a), incluída geralmente desde logo na capa, se constitui num acto militante. Também ao nível colectivo e político o crescente recurso a fotografias de pessoas trans é evidente. Veja-se, como exemplo, o relatório produzido pela Press For Change para a ILGA Europe e a TransGender Europe (Whittle e outros, 2008), onde na capa e nos separadores de cada secção constam fotografias, maioritariamente de grande

[146] Na verdade, neste caso, parece-nos bastante difícil, se não mesmo impossível, a modalidade da "observação não intrusiva" em *newsgroups* e páginas *web*, praticada por Broad (2002: 247). Tal terá acontecido, apenas pontualmente, quando as pessoas entrevistadas nos convidavam para visitas comentadas pelas suas páginas e os seus fóruns.

[147] Uma base de dados, de Maio de 2011, construída por uma pessoa *cross-dresser*, com formação na área da informática, através das participações nas redes sociais, contabiliza 364 casos. A afluência nas "saídas", se exceptuarmos as realizadas na altura do carnaval, que são mais frequentadas, ronda uma dezena de participantes. Não temos conhecimento de eventos do mesmo tipo com outros protagonistas.

plano, de pessoas com várias expressões trans, representadas como pessoas "comuns", praticando actividades do dia-a-dia, numa clara mensagem de "des-exotização"[148]. Também em Portugal esse passo foi recentemente dado (Novembro de 2011), ao surgirem imagens de três pessoas transexuais na brochura "Sabemos o que somos. Pessoas", publicado pela ILGA Portugal[149].

Retratar pessoas com diversas identidades e expressões de género, usando a fotografia como um meio de conferir agência no que respeita às representações trans é precisamente o que faz Sara Davidmann[150], fotógrafa e académica, com obras exibidas internacionalmente, que defende que "uma fotografia tem o potencial para contribuir para a possibilidade de o indivíduo assumir uma nova posição na relação com os outros, através do acto de inserção da sua própria imagem 'certificada' nas representações dos outros." (2010: 193). Ou seja, a familiaridade visual promove a inclusão dessas identidades e expressões de género no campo das possíveis, viáveis e habitáveis. Mas, efectivamente, e talvez por algum "pudor" por parte dos investigadores cisgénero, essa tem sido uma estratégia mais seguida pelos próprios académicos e/ou activistas *insiders*, até porque frequentemente recorrem às suas próprias imagens.

Esta é uma pesquisa centrada nas identidades e expressões de género trans realizada por uma investigadora com uma identidade de género cis, o que terá consequências ao nível da análise realizada e dos resultados alcançados e coloca ou se entrecruza com questões várias de natureza ética, para além daquelas que já foram sendo mencionadas. Entram aqui as questões das consequências, para a construção do conhecimento científico, deste ser produzido por elementos pertencentes ("*insiders*") ou não ("*outsiders*") à população estudada (Merton, 1972). Aliás, foi frequente o escrutínio (legítimo) das razões e das motivações para a pesquisa e a estranheza pela inexistência de qualquer contacto ou afinidade prévia com este tipo de problemática, como se não fosse muito plausível que alguém nestas condições – uma mulher cisgénero sem nenhuma pessoa trans nos seus relacionamentos mais próximos (sequer mais afastados), sem filiação ao movimento associativo LGBT e fora do campo da medicina/prática clínica – se pudesse interessar pela temática. Por vezes ficava a sensação de que a vontade de preenchimento de um "vazio" a nível social e sociológico não era considerada suficiente (porque até aí a academia das ciências sociais era ela própria *outsider* neste espaço) e este interesse era sentido quase que como uma "excentricidade". Alguma relutância, ou mesmo desconfiança, foi também sentida por parte de algumas pessoas quando percebiam que se tomava como sujeitos empíricos para a pesquisa pessoas com outras identidades e expressões de género, ou a quem não conferiam legitimidade na identidade reivindicada (que terá levado, pelo menos num caso, e embora

[148] Disponível em http://www.pfc.org.uk/files/ILGA_report.pdf.
[149] Disponível em http://www.ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/sqs.pdf.
[150] É autora, entre outras obras, de *Crossing the Line* (2003), *Trans agenda: transsexual portraits* (2004) e *Border Trouble: Photography, Stratagies, and Transsexual Identities* (2006). A autora utiliza a técnica da foto-elicitação, não a partir dos arquivos próprios dos sujeitos empíricos, mas de fotografias que se vão gerando no decurso da pesquisa com a colaboração tanto da pesquisadora como do próprio indivíduo fotografado e estudado, "empoderando o sujeito e apresentando a projecção do *self* a partir do ponto de vista do participante." (Davidmann, 2006: 2).

não tenha sido explicitado, à recusa da participação), o que era imputado precisamente ao estatuto de *outsider* dos responsáveis pela investigação, ao suposto desconhecimento acerca do fenómeno, que levaria a "embarcar" ingenuamente em tudo aquilo que era relatado.

Jason Cromwell (1999a) confere um privilégio epistemológico ao "saber encarnado" e expressa a convicção de que terá tido acesso a alguns sujeitos por se tratar de um homem transexual e por ser percebido pelos seus sujeitos empíricos como alguém qualificado para (re)contar essa história. Como refere o autor, "Porque as coisas pelas quais eu passei são similares às de outros FTM's, eu sei que tipo de questões colocar; reconheço o tipo de discurso que nós utilizamos e o que é que isso significa em contextos particulares; e, enquanto *insider,* eu percebo o que significa ser uma pessoa trans com um corpo de fêmea" (1999a: 7). No entanto, tem o cuidado de acrescentar que as suas experiências são diferentes das experiências de outros e portanto, a sua perspectiva é uma entre muitas. Por outro lado, poderíamos retorquir, o tactear das perguntas, bem como a percepção por parte de quem se conta de que uma aprofundada explicação e fundamentação são necessárias para que haja entendimento, são também susceptíveis de promover momentos privilegiados, geradores de uma informação rica, que noutra situação talvez fosse considerada dispensável, dadas as proximidades identitárias com o interlocutor. Parece pois equilibrada e sensata a posição da académica trans Susan Stryker (2006a: 12), que realça a necessidade da produção de conhecimento em discurso directo, mas sem que isso implique afirmar que o conhecimento subjectivo de "ser transgénero" é de algum modo mais válido do que o conhecimento do fenómeno trans-género obtido a partir de uma posição de exterioridade, "apenas", com o que concordamos inteiramente, que nenhum tipo de voz deve ter privilégio neste diálogo.

Percebemos perfeitamente, contudo, o receio expressado por Cromwell (1999a), de ser mal interpretado por *outsiders* (até porque não raras vezes o presenciámos). Durante o tempo de realização da pesquisa tivemos afixado no nosso gabinete de trabalho as recomendações de Jacob Hale (1997), "Sugestões de regras para não transexuais que escrevem sobre transexuais, transexualidade, transexualismo ou trans --------.". Foi especialmente tida em consideração, para além da necessidade do recurso ao discurso dos próprios sujeitos trans, quer na sua componente de sujeitos empíricos, quer na de académicos, a recomendação do sentido de humildade na relação com o tema e as precauções acerca das generalizações.

Julgamos que, como há muito nos ensinaram as experiências etnográficas, nomeadamente as de contacto com os "estrangeiros", a melhor receita para chegar ao entendimento é o contacto prolongado com o objecto (e sujeitos) de estudo, como aconteceu nesta pesquisa. Aliás, a partir de um determinado momento da pesquisa, e numa análise retrospectiva das notas de terreno, foi perceptível o seu empobrecimento em termos de abundância de informação e de pormenores. Estaríamos aí numa situação com parecenças com as de um *insider*: a familiaridade ia retirando a avaliação de pertinência a dados outrora considerados de alta relevância.

Isto leva-nos até à discussão sobre a noção de *insider* e de *outsider* e das fronteiras entre ambas. Eu não me revejo como *outsider* relativamente ao fenómeno em estudo. Sendo-o na sua versão encarnada ou auto-identitária, não o serei, porém, na dimensão das identidades colectivas, no sentido da partilha de valores e de reivindicação de direitos (na lógica de uma aliança por afinidades ideológicas, mais do que por qualquer característica essencialista, que começamos a encontrar nas propostas feministas, já desde Gayle Rubin, 1993 [1975)). Nessa dimensão, como foi possível constatar com as dezenas de pessoas com quem contactei ao longo da pesquisa, haverá pessoas trans bem mais *outsiders* do que eu.

Esta postura[151], que não é destituída de implicação e comprometimento (embora não chegando a um activismo militante, que dificilmente não suporia uma certa tomada de posição no campo associativo), neste caso, com os direitos humanos, não foi tanto um posicionamento epistemológico de partida fruto de uma tomada de posição reflectida, mas, neste caso, muito mais uma consequência do percurso, crescendo à medida da informação que ia tendo, das pessoas que ia conhecendo e das situações que ia vivendo[152] e, provavelmente, poderá ser notada num ou noutro ponto desta tese. Há pois que assumir explicitamente, como outros já fizeram (Valentine, 2007: 23), que me considero politicamente aliada das pessoas que se identificam como trans ou que expressam o seu género de forma não normativa, e que espero que o trabalho aqui apresentado possa contribuir para a crescente visibilidade e compreensão do fenómeno como um fenómeno social; para a visibilidade das necessidades, reivindicações e direitos das pessoas com identidades de género minoritárias; e que possa constituir um instrumento útil nas diversas áreas das políticas públicas dirigidas à "identidade de género".

[151] Para uma discussão entre academia e activismo veja-se Santos, 2006b.

[152] Recordo aqui, entre inúmeros outros exemplos, o constrangedor trajecto de cerca de dez minutos percorrido desde a estação de comboios até casa, situada num bairro social da periferia de Lisboa, de uma mulher transexual que participa neste estudo, em que as interpelações - de natureza sobretudo sexual - pelos transeuntes (homens) foram uma constante e à qual a minha acompanhante reagia com o à vontade e a relativa indiferença, que advinham da circunstância do assédio verbal fazer parte do seu quotidiano. Lembro ainda outra ocasião, esta mais formal, em que no decurso da intervenção de uma mulher transexual convidada a participar num painel organizado por uma associação feminista sobre "masculinidades não hegemónicas", e em que relatava o preço que durante toda a sua vida pagou, ao nível familiar, laboral, sentimental, etc. por essa "dissidência" da masculinidade que era suposto encarnar, uma outra mulher (cis) da audiência a acusar de se "vitimizar" e que melhor seria "ter outra atitude perante a vida".

3. Transexualidade e transgénero em Portugal: Uma abordagem contextual

Neste capítulo traçamos o panorama da transexualidade e do transgénero em Portugal referenciando e comparando, sempre que se justifique, com o contexto e as directrizes internacionais. A contextualização desenvolvida tem em conta três dimensões que se apresentam como estruturantes e basilares para a compreensão do fenómeno em análise: a jurídica e política, a dos cuidados de saúde e a associativa.

Esta reconstituição, útil qualquer que seja o objecto de estudo, ganha nesta pesquisa uma pertinência acrescida, dadas as lacunas de informação existente acerca destes fenómenos. Permite igualmente a percepção sobre a evolução que se tem verificado em relação a esta problemática na sociedade portuguesa, numa perspectiva comparada à escala internacional. Para uma leitura mais impressiva organizámos, em forma de cronologia, a sucessão de acontecimentos relevantes nesta temática, em Portugal (cf. anexo A).

A importância que conferimos a esta componente contextual insere-se ainda, e é de certo modo a materialização, da abordagem epistemológica onde nos situamos, que proclama a impossibilidade de compreender as identidades, experiências e vivências dos indivíduos, sem os referenciar nas estruturas onde estes se movem e exercem a sua agência. Situados no nível macro, enfatizamos três eixos estruturantes, principais, da ancoragem das vidas e experiências de género dos indivíduos que aqui nos ocupam. Um primeiro relativo ao modo como a "identidade de género" é tratada (ou está ausente) na legislação portuguesa, condicionando o estatuto de "cidadão" das pessoas transexuais e transgénero; um segundo assinala os cuidados clínicos que se encontram disponíveis e as condições da sua acessibilidade; um terceiro releva a importância e o lugar que o movimento associativo LGBT tem reservado para o T da sua sigla, na dupla função de actor político e de prestador de serviços de apoio às pessoas que representa.

Para a realização deste capítulo mobilizámos um amplo conjunto de fontes e de técnicas de recolha e análise de informação, como seja a análise de documentos de referência nacionais e internacionais sobre a temática, aos níveis jurídico e político, clínico e associativo (da ONU, do Parlamento Europeu, do Conselho da Europa, legislação nacional, jurisprudência, programas eleitorais, dos organismos de saúde internacionais, da Ordem dos Médicos, de associações do movimento LGBT e especificamente T nacionais e estrangeiras, etc.); a consulta de sítios institucionais de diversos tipos de organismos na internet; entrevistas a representantes de associações ou grupos LGBT e especificamente T; entrevistas e conversas informais com interlocutores privilegiados (nomeadamente a um advogado com experiência nos processos jurídicos de mudança legal de nome e sexo no assento de nascimento, profissionais da área da saúde envolvidos nos processos de transição clinicamente assistidos, activistas do movimento LGBT e especificamente T); e ainda as entrevistas e inquéritos a pessoas transexuais e transgénero.

3.1. Quadro jurídico e político

Nos últimos tempos, mais concretamente nos últimos cinco a dez anos, as questões relacionadas com a "identidade de género" têm progressiva e consistentemente extravasado o quadro até aí praticamente exclusivo da medicina, para se deslocarem e instalarem definitivamente e de pleno direito, a par com a "orientação sexual", no quadro da protecção jurídica ao abrigo dos direitos humanos. Significa isto que parece agora perfeitamente claro que a "identidade de género", ou, visto de outro prisma, as categorias de pessoas que se enquadram em expressões de género minoritárias, estão abrangidas pela estrutural e universal protecção dos direitos fundamentais. Também a nível nacional temos progressos a assinalar nesta área, com a recente e simbólica entrada da "identidade de género" na discussão política e, finalmente, no quadro jurídico português.

3.1.1. Orientações internacionais e europeias

Corriam ainda os anos 1980, quando a Resolução do Parlamento Europeu de 12 de Setembro de 1989[153], dedicada à discriminação de que são vítima "os transexuais", abria reconhecendo que "(…) a dignidade humana e os direitos pessoais devem incluir o direito a viver de acordo com a identidade sexual de cada um" e apelava aos estados membros para adoptarem medidas para a concretização do direito das pessoas transexuais à mudança de sexo, através da disponibilização dos tratamentos médicos e da erradicação da discriminação. Tal Resolução traduzir-se-ia, a 29 de Setembro, na Recomendação 1117 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa[154] sobre a condição das pessoas transexuais. Esta Recomendação convida os estados a introduzirem legislação que permita a rectificação do sexo no registo de nascimento e nos documentos de identificação no caso do "transexualismo irreversível".

Mas é, indubitavelmente, já neste século que se tem vindo a assistir a uma atenção continuada e sustentada, por parte dos organismos internacionais e europeus, acerca da identidade de género – umas vezes incluída num "pacote" com a orientação sexual e outras em formato independente –, com a crescente produção de documentos de referência que incitam os estados a adoptar princípios e medidas dirigidos a esta população.

A nível mundial assistiu-se ao lançamento, a 26 de Março de 2007, dos *Princípios de Yogyakarta na Aplicação das Leis dos Direitos Humanos em Relação à Orientação Sexual e à Identidade de Género*[155]. Estes pretendem ser uma "identificação coerente e compreensiva da obrigação dos estados em respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de todas as pessoas,

[153]Pode ser consultada em http://tsnews.at.infoseek.co.jp/european_parliament_resolution890912.htm.
[154] Pode ser consultada em http://assembly.coe.int/main.asp?link=/documents/adoptedtext/ta89/erec1117.htm.
[155] Podem ser consultados em http://www.yogyakartaprinciples.org/principles_en.htm.

independentemente da sua orientação sexual e identidade de género", constituindo-se desde a sua publicação, numa referência internacional[156].

Mais recentemente – em Junho de 2011 –, e numa decisão considerada histórica, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas aprova aquela que é a sua primeira resolução acerca da orientação sexual e identidade de género (L9/rev1)[157], que pode ser vista como uma extensão ou cobertura dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem às violações baseadas na orientação sexual e na identidade de género. Aqui se reafirma a universalidade dos direitos humanos, a par da preocupação com actos de violência e discriminação motivados pela orientação sexual e a identidade de género. Esta resolução foi interpretada como um importante sinal de apoio aos defensores dos direitos humanos que trabalham sobre estes assuntos e um reconhecimento e legitimação do seu trabalho (GATE – Global Action for Trans* Equalitity, http://transactivists.org).

Nesta resolução, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas solicitou também ao Comissário um estudo sobre a discriminação motivada pela orientação sexual e a identidade de género. No final do ano, coincidindo com o 63º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, surge assim o primeiro Relatório das Nações Unidas sobre a discriminação motivada pela orientação sexual e a identidade de género. Nele, entre outras, o Alto-comissário recomenda aos estados que investiguem prontamente os casos de violência e estabeleçam sistemas para que tais incidentes possam ser reportados; que assegurem a inclusão da discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género na legislação anti-discriminação, bem como a inclusão destas problemáticas nos mandatos das instituições nacionais dos direitos humanos. Outra das recomendações vai no sentido da implementação de programas de formação e sensibilização para pessoal judicial e no apoio a campanhas anti-homofobia e transfobia para o público em geral (http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/19session/A.HRC.19.41_English. pdf).

A nível europeu, têm-se sucedido nesta matéria, sobretudo nos anos mais recentes, iniciativas por parte do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa[158], Thomas Hammarberg. As iniciativas conduzidas por este comissário permitiram um alargamento da problemática, desde as referências iniciais aos "transexuais" ou até "transexuais irreversíveis", até às "pessoas transgénero" e à "identidade de género". A identidade de género tem vindo a merecer da parte do Conselho uma atenção que acompanha as principais reivindicações do movimento transgénero, acertando o passo,

[156] Para uma análise aprofundada dos fundamentos e consequências destes Princípios veja-se O'Flaherty e Fisher (2008).
[157] Pode ser consultada em http://pt.scribd.com/doc/58115399/Human-Rights-Sexual-Orientation-and-Gender-Identity-Resolution.
[158] O Conselho da Europa abrange 47 estados, incluindo os 27 que formam a União Europeia.

por exemplo, com as posições oriundas da TransGender Europe (TGEU)[159]. Vejamo-las sinteticamente[160].

Em Novembro de 2008, activistas LGBT (entre os quais portugueses, através da ILGA Portugal) reuniram em Estrasburgo com o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, para debater as discriminações e os direitos das pessoas transexuais na Europa. Nesta ocasião foi reiterada a necessidade de em todos os países existirem leis especificamente relacionadas com a identidade de género.

Num documento intitulado "A discriminação contra as pessoas transgénero não deve continuar a ser tolerada"[161], datado de Janeiro de 2009, e que dá conta das missões realizadas nos estados membros, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa abre precisamente com a denúncia daquilo que qualifica um "crime de ódio extremamente brutal contra pessoas transgénero", que foi o assassínio de Gisberta Salce Júnior. O Comissário termina considerando que não há desculpa para não garantir a esta comunidade de pessoas os seus integrais e incondicionais direitos humanos e que "os estados membros do Conselho da Europa devem tomar todas as acções concretas necessárias para assegurar o fim da transfobia e para que as pessoas transgénero não continuem a ser discriminadas em qualquer que seja o campo".

No *Issue Paper* (CommDH/IssuePaper (2009)2) sobre "Direitos Humanos e Identidade de Género"[162], de 29 de Julho de 2009, o Comissário aprofunda a questão da identidade de género à luz dos direitos humanos, dando conta do caminho percorrido, das várias dimensões em que é necessário intervir – reconhecimento legal, acesso aos serviços de saúde, acesso ao mercado de trabalho, transfobia e violência contra as pessoas transgénero, etc. – e das boas (ainda que reconhecidamente escassas) práticas encontradas na Europa. Finaliza elencando doze recomendações para os estados membros do Conselho da Europa. Delas fazem parte, por exemplo, a introdução da identidade de género e da transfobia na legislação anti-discriminação; o desenvolvimento de procedimentos rápidos e transparentes para a mudança de nome e de sexo das pessoas transgénero nos registos de nascimento, bem como em todos os restantes documentos de identificação; e a abolição da esterilização e outros tratamentos médicos compulsivos como exigências legais necessárias ao reconhecimento da identidade de género no processo de regulamentação da mudança de nome e de sexo.

Estes pontos são retomados no ano seguinte, com a publicação, em 31 de Março de 2010, pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, da Recomendação CM/REC(2010)5[163], visando medidas para o combate à discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género, no sentido

[159] Estrutura supranacional, representativa de associações e grupos de suporte trans europeus. Pode ser consultada em http://www.tgeu.org.
[160] Para uma análise mais detalhada do conjunto dos documentos produzidos no âmbito do Conselho da Europa, veja-se o estudo realizado pelo Conselho da Europa (2011).
[161] Pode ser consultada em http://www.coe.int/t/commissioner/Viewpoints/090105_en.asp.
[162] Pode ser consultado na página "Comissioner for Human Rights – Human rights and gender identity" em https://wcd.coe.int/wcd/ViewDoc.jsp?id=1476365.
[163] Pode ser consultada em https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1606669.

de os estados membros uniformizarem os seus procedimentos e adoptarem as medidas nela visadas nas respectivas legislações. O documento inclui recomendações detalhadas nas áreas do direito à vida, segurança e protecção contra a violência; liberdade de associação; liberdade de expressão; respeito pela vida privada e familiar; emprego; educação; saúde; alojamento; desporto; asilo; estruturas de direitos humanos a nível nacional; e discriminação baseada em vários motivos. O ponto referente à saúde contém uma recomendação específica para o caso das pessoas transgénero, onde se proclama que "Os estados membros devem tomar medidas apropriadas para assegurar que as pessoas transgénero têm acesso efectivo aos serviços de reatribuição de género, incluindo o psicológico, o endocrinológico e o cirúrgico especializados no campo dos cuidados de saúde transgénero, sem estarem sujeitos a exigências não razoáveis". Acrescenta ainda que "ninguém deve ser sujeito a procedimentos de reatribuição de género sem o seu consentimento" (ponto 35).

No mês seguinte (29 de Abril) a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa adopta a Resolução 1728 (2010) sobre "Discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género"[164], reiterando que a transfobia, a par da homofobia, são inaceitáveis na Europa e que cabe aos estados tomar as medidas para o seu combate. A resolução refere especificamente que "As pessoas transgénero enfrentam um ciclo de discriminação e privação dos seus direitos em muitos estados membros do Conselho da Europa referentes a atitudes discriminatórias e obstáculos na obtenção do tratamento de reatribuição de género e reconhecimento legal do novo género". Na sequência desta constatação pede aos estados que assegurem, na legislação e na prática, o direito das pessoas transgénero à segurança, ao acesso ao tratamento de reatribuição de género e ao tratamento igualitário nos serviços de saúde; ao acesso igualitário ao trabalho, aos bens, serviços, alojamento e outros, sem preconceito; ao reconhecimento de relações existentes (nomeadamente o casamento); e ainda aos documentos que reflictam a identidade de género preferida, sem nenhuma obrigação prévia de submissão à esterilização ou outro procedimento médico, tal como a cirurgia de reatribuição de sexo ou a terapia hormonal.

No sentido de colmatar a escassez, ou mesmo ausência de informação relacionada com a orientação sexual, mas sobretudo com a identidade de género, onde as lacunas são reconhecidamente ainda mais sentidas, comprometendo a discussão informada com as autoridades dos diversos estados membros, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa lança o maior estudo alguma vez produzido sobre homofobia, transfobia e discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género, nos 47 estados membros do Conselho da Europa. O estudo "Discriminação com base na orientação sexual e identidade de género na Europa"[165], publicado em Junho de 2011, desenvolve uma extensa análise sócio-legal da situação das pessoas LGBT nesses estados. A partir dos resultados obtidos é sistematizado um conjunto de recomendações, abrangendo sete áreas: 1) atitudes e

[164] Pode ser consultada em http://assembly.coe.int/Mainf.asp?link=/Documents/AdoptedText/ta10/ERES1728.htm.
[165] Pode ser consultado em http://www.coe.int/t/Commissioner/Source/LGBT/LGBTStudy2011_en.pdf.

percepções; 2) quadros legais e sua implementação; 3) protecção: violência e asilo; 4) participação: liberdade de assembleia, expressão e associação; 5) privacidade: reconhecimento de género e vida familiar; 6) acesso aos cuidados de saúde, educação e emprego; 7) investigação e recolha de dados. As palavras com que o Comissário termina o prólogo do estudo, em jeito de "aviso à navegação" aos que persistem em ignorar ou em encarar a orientação sexual e a identidade de género como temas menores ou, pelo menos não prioritários, não deixam margem para dúvida do seu entendimento acerca da inclusão destas problemáticas no quadro dos direitos humanos e da sua determinação e empenho na prossecução de avanços nesse sentido: "Existe uma considerável resistência entre muitas pessoas em discutir o pleno usufruto dos direitos humanos universais pelas pessoas LGBT. Embora possa não ser um tópico popular dos direitos humanos, é agora chegado o tempo de levar a discussão avante e concretizá-la." (2011: 6).

No contexto mais restrito da União Europeia, onde também nos incluímos, é significativo que no Relatório sobre a avaliação dos resultados do Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2006-2010[166], aprovado em Junho de 2010 pelo Parlamento Europeu, se requeira a adopção por parte do Conselho, da Comissão e dos estados membros da União Europeia de medidas específicas que incluem "uma campanha destinada a sensibilizar para a discriminação das pessoas transgénero e a melhorar o acesso das mesmas a vias de recurso". Adicionalmente, no quadro da estratégia da União Europeia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015, na comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões[167] pode ainda ler-se que esta decidiu "analisar as questões específicas relacionadas com a discriminação em razão do sexo no que se refere à identidade de género" (6.2). Subjacente à contemplação das pessoas transgénero e à identidade de género nas estratégias que visam a igualdade de oportunidades, poderá estar o alargamento do campo de abrangência da legislação da Europa comunitária relativa à "igualdade entre homens e mulheres" para a "igualdade entre géneros". Este alargamento poderá ser também interpretado como um indício de uma deslocação da problemática da "identidade de género" para a área do "género" desde a sua tradicional colocação a par da "orientação sexual".

Na sequência da histórica resolução das Nações Unidas, em Setembro de 2011, o Parlamento Europeu, na "resolução sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de género nas Nações Unidas"[168], reitera a seu apoio às tomadas de posição das várias instâncias no sentido da protecção dos direitos à luz da orientação sexual e da identidade de género e apela às instâncias em causa para que concretizem as medidas preconizadas.

---

[166] Pode ser consultada em http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-/EP//TEXT+REPORT+A7-2010-0156+ 0+DOC+XML+V0//PT#title2.

[167] Pode ser consultada em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do? uri=COM:2010: 0491:FIN: PT: PDF.

[168] Pode ser consultada em http://www.lgbt-ep.eu/wp-content/uploads/2011/09/RES-20110928-Human-rights-sexual-orientation-and-gender-identity-at-the-United-Nations-As-adopted-Provisional.pdf.

3.1.2. "Lei de identidade de género": A mudança legal de nome e de menção ao sexo

Contrariando uma série de recomendações e resoluções do Conselho da Europa, cujo início remonta aos finais dos anos 1980, não existiu em Portugal, até 2011, qualquer legislação específica referente à transexualidade e ao transgénero, nem qualquer menção na legislação existente à transexualidade, ao transgénero ou à identidade de género. Não existia pois qualquer procedimento legal que previsse a alteração legal de mudança de nome próprio e de menção ao sexo no assento de nascimento, que, como vimos, constitui uma das principais áreas de recomendação a nível europeu. Isto apesar de, como exploraremos mais detalhadamente no ponto seguinte, a nível dos serviços de saúde fosse permitido em Portugal, e estava a ser concretizado desde meados da década de 1990, o processo de "mudança de sexo" física.

Esta ausência legal mereceu mesmo uma chamada de atenção ao estado português por parte do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa que, em Novembro de 2009, envia uma carta ao então Secretário de Estado da Justiça, José de Magalhães, no seguimento da sua visita a Lisboa, no início do mesmo mês. Nela, o Comissário sistematiza as suas principais preocupações relativamente à protecção dos direitos humanos em Portugal. A segunda categoria de pessoas desprotegidas à luz dos direitos humanos a que se refere é precisamente a das pessoas transgénero. Nessa carta, tornada pública[169], o Comissário explicita as suas preocupações relativas à ausência de procedimentos uniformes e expeditos para a mudança de nome e de sexo das pessoas transgénero na certidão de nascimento e nos documentos de identificação, aproveitando para anexar o *paper* acima referido, que contém as recomendações e as respectivas fundamentações jurídicas.

A ausência legislativa nacional contrastava com o panorama existente num conjunto de países europeus, que começaram a legislar sobre a matéria já desde o início da década de 1970, caso da Suécia (1972), tendo seguimento na década seguinte na Alemanha (1980), Itália (1982), Holanda (1985) e Turquia (1988) e na década de 1990 na Áustria (1993). Já neste século juntaram-se a este grupo de países a Finlândia (2002), o Reino Unido (2004) e a Bélgica (2007). Ainda nesse último ano, na vizinha Espanha entraria em vigor aquela que foi considerada, a par do *Gender Recognition Act* [170] do Reino Unido, como a mais avançada lei no que se refere aos direitos e protecções das pessoas transexuais, a *Ley de Identidad de Género* (Ley 3/2007 de 15 de Março)[171]. Ambas admitem a alteração legal de nome e de menção ao sexo na ausência de cirurgia de reatribuição de sexo, desde que exista um reconhecimento – médico no caso de Espanha, e por aferição por um painel de peritos, no caso do Reino Unido –, que confirme a transexualidade. Apesar de este último aspecto poder ser objecto de contestação[172], dado que este quadro legislativo pressupõe uma medicalização, no caso espanhol, das pessoas que não se identificam com o sexo que lhes foi atribuído à nascença e, em

[169] Pode ser consultada na página "Comissioner for Human Rights - Letter from the Council of Europe Comissioner from Human Rights", em http://wcd.coe.int/com.
[170] Pode ser consultada em http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2004/7/contents.
[171] Pode ser consultada em http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2007-5585.
[172] Como veremos mais detalhadamente no capítulo 3.2.3.

ambos os casos, não as toma como autónomas e auto-suficientes na tomada de decisão quanto à sua identidade de género, estas leis constituíram, indubitavelmente, uma subida de patamar no reconhecimento da identidade de género dos indivíduos transexuais. A lei portuguesa, publicada em Março de 2011, seguirá o espírito legislativo destas últimas, embora mais próxima da espanhola do que da britânica.

Neste ponto daremos conta do caminho percorrido desde o completo vazio legislativo até à existência de uma lei de regulamentação de mudança legal de nome e de sexo nos documentos identificativos, que se insere no *cluster* das mais progressistas no contexto europeu[173]. Tendo esta situação só recentemente sido alterada, importa dar conta do quadro existente no momento de recolha de dados para a presente pesquisa, pois é nesse contexto que se estruturam a experiência e o discurso dos indivíduos ouvidos no âmbito deste estudo. Temos pois que revisitar um passado, aqui especialmente relevante, tendo em conta que constituía o presente na altura da auscultação dos indivíduos. No plano nacional, a existência de uma "lei de identidade de género", ou seja, da regulamentação da possibilidade de mudança legal da menção ao sexo nos documentos de identificação, constituiu simultânea e coerentemente uma das principais necessidades das pessoas, sobretudo as transexuais, auscultadas para esta pesquisa, e uma das principais reivindicações do movimento associativo LGBT, ou especificamente T. Para além do vasto conjunto de dados oriundos das componentes qualitativas do estudo – nomeadamente as entrevistas em profundidade e as incursões etnográficas – os dados de natureza quantitativa – mais directamente legíveis – apontam igualmente nesse sentido. Questionados sobre os contextos de discriminação, aqueles que são assinalados por maior número de pessoas transexuais são precisamente os que implicam a apresentação de documentação, nomeadamente os serviços públicos, tais como conservatórias, tribunais, finanças, incluindo os estabelecimentos de saúde e as forças policiais e de segurança. Já numa questão que convidava os inquiridos a relatar os acontecimentos que "tornariam a sua vida mais fácil", aquele que as pessoas transexuais espontaneamente referiram em maior número foi "a existência de leis de salvaguarda dos direitos das pessoas transexuais", tendo ainda sido mencionada, mais concretamente, a possibilidade de alteração dos documentos de identificação. Todos os responsáveis do movimento associativo entrevistados manifestaram essa como uma das prioridades, existindo iniciativas concretas de apresentação de propostas por parte de alguns deles e nas marchas do orgulho LGBT essa constituiu uma das reivindicações mais presentes para a questão da identidade de género nos anos que antecederam a aprovação da lei[174].

[173] Fora do espaço europeu surgiu uma "nova geração" de leis de identidade de género com a aprovação, em Abril de 2012, da lei argentina que não exige diagnóstico médico para o reconhecimento legal de género.
[174] Como se pode confirmar pelo quadro que compila as reivindicações T nas marchas do orgulho LGBT, de Lisboa e Porto (cf. anexo F).

Não obstante a situação de vazio legislativo, desde a primeira metade da década de 1980 que há, em Portugal, pessoas transexuais que conseguiram a alteração do sexo no assento de nascimento[175], tendo assim, em termos formais, a possibilidade de "transição" jurídica precedido a de "transição" física, embora a primeira não fosse autorizada se não mediante o cumprimento da segunda. Importa pois perceber como é que, na ausência de legislação específica, se processava a alteração legal da menção ao sexo no nosso país.

A classificação de uma pessoa como sendo homem ou mulher resulta da menção constante no assento de nascimento. Em Portugal não existia, até Março de 2011, qualquer dispositivo legal específico que permitisse a alteração do sexo no assento de nascimento, mas também não existia qualquer preceito legal que o impedisse. Face à ausência de um quadro jurídico específico, tal acção seguia a forma de processo comum de declaração ordinário, tendo a pessoa transexual que peticionar ao Tribunal que este criasse uma norma para o seu caso concreto.

As primeiras tentativas de alteração de nome e de sexo ocorreram invocando-se um "erro no assento de nascimento". No entanto, em 1981, o Acórdão da Relação de Évora (31 de Jan. de 81, BMJ, 295), conclui que "o assento de nascimento, ao ser lavrado, estava correcto" pelo que a acção foi julgada improcedente (Ferreira, 2005: 342). Afigurava-se pois necessário encontrar uma outra sustentação para o reconhecimento da mudança legal de sexo, pelo que houve uma deslocação da inicial requisição do reconhecimento do erro no assento de nascimento para a condenação do estado no reconhecimento de que a pessoa já não é a que resulta da classificação registral, em termos de atribuição de sexo, mas antes o seu oposto, e por isso tal deve ser declarado alterando-se, em conformidade, os elementos identificativos quanto ao sexo e nome próprio constantes originalmente no assento de nascimento (idem).

O processo seguia pois a forma judicial, e não a de mero acto administrativo, como acontece nos países em que esta situação está prevista e acautelada legalmente (no momento presente também em Portugal), com consequências em termos de montantes financeiros, tempos implicados e também de níveis de ansiedade despendidos pelos requerentes, que não tinham, à partida, garantia de ver uma deliberação favorável para o seu pedido.

A consulta da jurisprudência mostra que as decisões foram sendo constantes no sentido da autorização da alteração[176], desde que verificados um conjunto de pressupostos, os quais, para além da não fundamentação jurídica, indo claramente ao arrepio das recomendações internacionais e europeias, nomeadamente as oriundas do Conselho da Europa, eram bem mais restritivos do que os contemplados nas leis de identidade de género já existentes em países como o Reino Unido e a Espanha. Alguns

[175] Do conjunto das pessoas transexuais entrevistadas, quatro homens já tinham o reconhecimento jurídico à altura da entrevista (um deles desde 1984) e um encontrava-se nesse processo. Estava também em processo de reconhecimento uma das mulheres. Esta diferença entre homens e mulheres transexuais no que concerne ao reconhecimento jurídico não parece ser aleatória ou um efeito da amostra e será abordada no capítulo 5.1.

[176] Ver também Ferreira, 2005: 342 e um levantamento da situação realizado pela ILGA Portugal em http://www.ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/Transexualidade-ILGA-Portugal-net.pdf.

exemplos são: a pessoa não ser casada, não ter filhos, ter realizado cirurgia de reatribuição de sexo ou não estar em condições de procriar (ou seja, ser estéril).

Na entrevista realizada em Novembro de 2009 a José António Ferreira, um dos primeiros advogados a ocupar-se deste tipo de processos em Portugal, tendo experiência em mais de uma dezena de casos[177] desde o início dos anos 1980, o advogado traça a evolução verificada no sistema judicial a este respeito durante esse período de cerca de 25 anos. Segundo conta, os primeiros casos não passavam logo na primeira instância, tendo que subir à segunda instância, o que, na sua óptica, pese embora o prejuízo imediato, sobretudo para os requerentes, acabou por ter um efeito positivo para o futuro deste tipo de processos, pois "havia que legitimar as decisões ao mais alto nível, dada a lacuna na lei". À data da entrevista, segundo relata, os casos ficavam resolvidos logo na primeira instância, o que na prática significava uma poupança de tempo muito considerável. Claro que, dada a natureza do processo, o facto de haver sentenças no sentido da autorização da alteração à menção ao sexo não implicava a obrigatoriedade de ser sempre essa a decisão, continuando a depender de cada juiz. Ou seja, "(…) o facto de um determinado Tribunal, num determinado caso, decidir de uma determinada maneira, não quer dizer que, de aí em diante, os Tribunais em geral passem a decidir do mesmo modo, mesmo que os factos que lhes sejam presentes sejam idênticos a casos anteriormente decididos por qualquer outro Tribunal (…)" (Ferreira, 2005: 342). Isto é bem demonstrativo da arbitrariedade a que estavam sujeitos este tipo de processos. No entanto, na conversa mantida, o advogado considerava improvável uma recusa nessa altura, nos casos de cumprimento dos requisitos referidos.

Os relatos vividos dos participantes no estudo que passaram por este processo, mostram como este poderia ser, e era-o frequentemente, bastante doloroso, por vários motivos. Desde logo, a morosidade. Obtivemos relatos de processos que excederam os três anos, o que, não sendo uma morosidade exclusiva deste tipo de processos, é nesta situação particularmente perturbadora para o requerente, levando a uma "suspensão" da vida ou de aspectos dela bastante estruturais, como o escolar ou, mais frequentemente, dada a idade em que ocorre, o profissional, durante o período de tempo em que a alteração legal não foi ainda conseguida. Um outro motivo prendia-se com o facto de ser um julgamento público e aberto, num processo em que é o mais íntimo da pessoa que está em causa. Outro ainda era a necessidade do exame realizado pelo Instituto de Medicina Legal para atestar as alterações corporais, especialmente desconfortável (para não dizer humilhante) no caso dos genitais (onde se chegava, por exemplo, a medir a profundidade da vagina no caso das mulheres transexuais ou a aferir a funcionalidade do pénis, no caso dos homens).

Tendo em conta a informação recolhida, na forma da redacção dos acórdãos, e do relato em primeira mão de pessoas que por eles passaram, estes julgamentos legais constituíam-se em verdadeiros julgamentos morais de conformidade da pessoa aos estereótipos de género. A título

[177] Segundo as informações prestadas, as pessoas que representou eram na totalidade solteiras, sem filhos, licenciadas ou em vias de o serem e com as cirurgias finalizadas.

meramente exemplificativo, atentemos neste ponto do Acórdão do Tribunal de Relação de Lisboa de 2004, onde o requerente é uma mulher transexual:

> "A este aspecto [características físicas] do A., e por causa dele, associa-se uma tendência congénita no campo do psiquismo que o faz ter apetência pelos indivíduos do sexo masculino, e gostar das actividades mais comummente ligadas ao sexo feminino, como sejam as que se prendem com os cuidados da casa." (Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa 2518/2004-1)

Por isso mesmo, os conselhos sábios dos advogados para que os seus clientes se apresentassem, consoante o caso, da forma mais masculina ou feminina possível e que, por exemplo, fizessem intervir os namorados ou namoradas, caso correspondessem ao padrão convencional de heterossexual e cisgénero, como confirma um dos entrevistados:

> "O Ministério Público fez umas perguntas absurdas à minha advogada, que ela até disse à minha namorada, 'Olha, quando for o próximo julgamento vem a arrasar, mesmo, com alta mini saia e tacões altos. O Ministério Público até quer saber como é a mulher que está com ele, se é assim feminina ou se parece masculina'..." (Nuno, 28 anos)

Os balanços são assim bastante negativos, sobretudo no que implicam de tempo despendido, que é avaliado e experienciado como tempo perdido, e provam a necessidade e pertinência de uma regulamentação jurídica mais facilitadora e desburocratizada, como a que viria a ser aprovada em 2011. Vejamos, como exemplo, dois dos balanços de processos ocorridos ainda neste passado recente:

> "Como é que correu a parte legal? Pessimamente! Deve ter sido o que demorou mais tempo... Eu estive três anos e meio com o meu processo em tribunal... é muito tempo... uma pessoa faz as operações quase todas, já podia ter concluído e no entanto só vai ainda no processo em tribunal... apanhei uma juíza que passa a vida de baixa... Mas não é essa a questão... para mim, ela não deve aceitar muito bem... Porquê? Porque ela não despachava o meu caso, pegou no meu caso e levou-o para casa, de baixa e de licença, ela ficou um ano em casa, eu meti o meu processo em Outubro de 2005 em tribunal, ela passado meio ano, um ano, meteu baixa, levou o meu processo, voltou, foi de férias e eu há cerca de dois meses atrás fui ao tribunal e disseram-me que ela estava outra vez de baixa. A sorte é que me mudaram para o juiz, a minha advogada foi falar com o Ministério Público, que não podia ser..." (Miguel, 26 anos)

> "Esse aí [o julgamento] é que foi pior! Eu meti o processo em tribunal em Setembro de 2005, já no fim de 2005 foi contestado pelo Ministério Público… 2005, 2006, 2007... e no fim de 2008 foi o julgamento, a 24 de Outubro!" (Henrique, 30 anos)

Contrastando com todo o período de concepção e de operacionalização da presente investigação, incluindo pois o período de recolha de dados, no momento de escrita deste capítulo o panorama acima descrito do vazio legislativo foi alterado. Na realidade, desde há sensivelmente três ou quatro anos a esta parte que se vinham a acumular indícios que faziam adivinhar essa mudança.

Qualquer alteração legislativa teria que passar pela Assembleia da República, pelo que, se quisermos reconstituir o percurso dessa evolução, devemos começar por atentar nos posicionamentos dos diferentes partidos políticos com representação parlamentar. O primeiro comentário digno de nota é que, ao contrário do que aconteceu até às eleições legislativas de 2009, passamos a encontrar a partir desta data, se bem que apenas em alguns partidos políticos de esquerda, menções explícitas a esta problemática nos programas eleitorais. À introdução desta questão na "agenda política" nacional não serão alheios quer o "caso de Gisberta", ocorrido em 2006, que colocou a transexualidade (embora

nem sempre nos termos certos) na agenda mediática, com os consequentes efeitos e mobilizações a nível do movimento associativo LGBT, quer a aprovação, em 2007, da lei de identidade de género em Espanha, que trouxe para o "campo dos possíveis" a sua repetição em Portugal.

É a partir de 2008, antecedendo as eleições legislativas de 2009, que se encontram os primeiros indícios de alguma atenção da esfera político-partidária à temática. Assim, em Fevereiro de 2008 assistiu-se a uma audiência parlamentar, promovida pelo Bloco de Esquerda (BE), sobre a realidade das pessoas transexuais em Portugal, com a participação das próprias pessoas e representantes do movimento associativo. Já em Junho desse ano, o mesmo partido, no "Fórum Sem Medos – Jornadas contra a homofobia", que organizou, incluiu uma mesa redonda especificamente sobre "transexualidade e transgenderismo".

A atenção que o Bloco de Esquerda vinha a conferir a esta matéria passou para o programa eleitoral das legislativas de 2009, "Uma Política Socialista para Portugal"[178]. No ponto que dedica especificamente aos "Direitos das Lésbicas, *Gays*, Bi-sexuais e *Transgender*", compromete-se a defender "Medidas para que a identidade de género seja respeitada na lei, reconhecendo a autodeterminação das pessoas transsexuais e transgénero, que facilitem os processos de adaptação do nome e do sexo nos documentos de identificação" (103) e ainda a "Promoção de políticas públicas que promovam a inclusão e proíbam a discriminação com base na orientação sexual ou identidade de género nos sectores fundamentais do Estado como a Saúde, a Educação, a Justiça ou a Segurança" (103).

Também a Moção Global de Estratégia "Agir por + Igualdade"[179] (2008) integrava o compromisso de a Juventude Socialista promover a apresentação de um projecto de lei sobre identidade de género, permitindo às pessoas transexuais a mudança de nome e de sexo no registo civil, "salvaguardando o direito fundamental à identidade pessoal e ao livre desenvolvimento da personalidade". Esta preocupação acabaria por se reflectir, embora em formato mais vago, no programa eleitoral do Partido Socialista (PS) às eleições legislativas de 2009, "Avançar Portugal 2009-2013"[180], que viria a constituir o XVIII Governo Constitucional. No ponto III, relativo às Políticas Sociais, no sub-ponto 5, "Mais Igualdade, Combater as Discriminações", pode ler-se: "Durante a próxima legislatura, o PS compromete-se a combater todas as discriminações e, em particular, a envidar todos os esforços no sentido de proporcionar a todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual e identidade de género, o pleno usufruto dos direitos constitucionais" (77).

Em Junho de 2010, o BE, no seguimento do conjunto de iniciativas acima elencadas, apresenta a primeira proposta legislativa no contexto nacional dirigida especificamente a esta população. Tratava-se de um projecto de lei que "altera o código do registo civil, permitindo a pessoas transexuais

[178] Pode ser consultado em http://www.bloco.org/media/programabe.pdf.
[179] Pode ser consultada em http://www.portal.juventudesocialista.org/documentos/MocaoGlobalEstrategia.pdf.
[180] Pode ser consultado em http://www.ps.pt/media/Programa_de_Governo_do_PS.pdf.

a mudança do registo do sexo no assento de nascimento"[181]. E em Setembro desse ano, o Governo[182], através da Presidência do Conselho de Ministros, e a partir de um trabalho já iniciado no âmbito do seu grupo parlamentar, a que não será alheia a circunstância de o mesmo incluir, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, um deputado assumidamente *gay* e como que "mandatado" para as questões LGBT, converte as ideias vagas do seu programa na apresentação da "Proposta de Lei (nº 37/XI), que regula o procedimento de mudança de sexo e correspondente alteração de nome próprio das pessoas a quem seja diagnosticada perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade"[183]. Ambos os partidos reivindicam a inspiração da lei espanhola[184] para o novo quadro regulamentar proposto, o que implica retirar este tipo de processos da esfera judicial e colocá-los na do Registo Civil, de molde a facilitar e a desburocratizar drasticamente este tipo de situações. Estas propostas, com muitos pontos em comum, nomeadamente as exigências requeridas para a alteração não ultrapassarem as primeiras fases do processo de transição clinicamente assistido, bem como a exclusão (implícita) de quaisquer requisitos relacionados com aspectos que não contribuem para a definição da identidade de género, como os anteriormente impeditivos de se "ser casado" ou "ter filhos", foram objecto de discussão no parlamento a 30 de Setembro de 2010.

Na discussão das propostas no parlamento, a que assistimos, aquele que emergiu como o ponto mais polémico prendeu-se com a avaliação por parte da maioria dos deputados da direita parlamentar de que estas, sobretudo a do Governo, seriam demasiado "facilitistas" – houve até quem as apelidasse de "experimentalistas" –, ao exigirem "apenas" um diagnóstico de "perturbação de identidade de género" (no caso do Governo) ou este mais um período de submissão ao tratamento hormonal (no caso do BE), que ainda assim, e por causa desta exigência, seria mais bem aceite nos quadrantes da direita. Sobretudo o Partido Social Democrata (PSD)[185] centrou as suas críticas na necessidade de o novo quadro legal acautelar a "irreversibilidade da mudança de sexo", o que na prática significaria a contemplação da obrigatoriedade de submissão a intervenções cirúrgicas, nomeadamente as que tivessem que ver com os órgãos reprodutivos, no sentido da esterilização[186], para que às pessoas transexuais fosse reconhecido o direito à mudança legal de sexo. Caso esta obrigatoriedade tivesse sido inscrita na lei, iria ao arrepio das orientações internacionais e europeias nesta matéria. No

[181] Pode ser consultada em http://beparlamento.esquerda.net/media/MudancaSexo.pdf.

[182] Lembremos que este tinha sido directamente interpelado, e até instado, a esse respeito, na pessoa do Secretário de Estado da Justiça, pelo Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa. Seria o próprio Secretário de Estado da Justiça, acompanhado da Secretária de Estado da Igualdade, a apresentar no parlamento a proposta de lei.

[183] Pode ser consultada em http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=35626.

[184] A inspiração e referência da lei espanhola estão bem evidentes no "empréstimo" da sua designação ao quadro legislativo português – tanto na fase da sua reivindicação, quanto da sua concretização –, sendo nesses termos que é conhecida e reconhecida a lei 7/2011 de 15 de Março, apesar de não ser essa a sua designação formal.

[185] Curiosamente, mais veementemente pela voz da deputada Teresa Morais, que viria a ser na legislatura seguinte, no XIX Governo Constitucional, de coligação PSD-CDS, a nova Secretária de Estado da Igualdade.

[186] A esta preocupação manifestada pela ala politicamente mais conservadora não será alheia a atenção conferida pelos meios de comunicação social, em 2008, à gravidez de Thomas Beatie, transexual americano apelidado de "o homem grávido".

Princípio de Yogyakarta dedicado ao "direito de reconhecimento perante a lei" (o 3º) consta explicitamente que "Ninguém deve ser forçado a submeter-se a procedimentos médicos, incluindo a cirurgia de reatribuição de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito legal para o reconhecimento da sua identidade de género" (Princípios de Yogyakarta, 2007: 11). Também o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa tem repetido, como já tivemos ocasião de referir, esta recomendação. A este respeito, no *Issue Paper* sobre "Direitos Humanos e Identidade de Género", o Comissário considera mesmo que "É altamente preocupante que as pessoas trans pareçam ser o único grupo na Europa sujeito a uma esterilização legalmente prescrita, imposta pelo estado" (2009: 19).

Perante uma maioria parlamentar de esquerda, ambas as propostas passaram na generalidade. Para chegar à redacção final da lei foram promovidas pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, durante o mês de Outubro, audições parlamentares com representantes institucionais e clínicos, investigadores e activistas na área da transexualidade, tendo como base as duas propostas apresentadas. O resultado final aproximar-se-á bastante da proposta do Governo, uma vez deixada de fora a exigência constante do projecto do BE de que "vive há pelo menos dois anos no sexo social desejado e que tenha estado, ou esteja há pelo menos um ano, em tratamentos hormonais com vista ao ajustamento das características físicas à identidade em que se vive" (Projecto de Lei n. 319/xi: 5), cuja segunda parte, como vimos, não estaria de acordo com as recomendações europeias, ao introduzir o tratamento hormonal como requisito.

Tendo seguido para avaliação pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, este acabaria por decidir, em Janeiro de 2011, pela não promulgação. Na "Mensagem do Presidente da República à Assembleia da República a propósito da não promulgação do diploma que cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil" [187], o Presidente alega "graves insuficiências de natureza técnico-jurídica" como base da sua decisão, retomando as críticas já enunciadas pela direita parlamentar, nomeadamente a não exigência de transformações corporais "para adequar as características físicas às do sexo pretendido". Nesta mensagem volta também a surgir a questão já levantada na discussão parlamentar de a lei não prever os critérios de diagnóstico de "perturbação de identidade de género" (o que aliás, suscitou o desagrado dos médicos implicados nesses processos, porque considerada uma intromissão na sua área de actuação)[188] ou a "ausência de critérios para a emissão do relatório clínico". Em suma, é o espírito de "separar de águas" da lei, que deixa propositada e assumidamente "ao legislador o que é do legislador e à medicina o que é da

[187] Pode ser consultada na Página Oficial da Presidência da República Portuguesa em http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=51312.

[188] A este respeito são ilustrativas as declarações à TSF do cirurgião plástico João Décio Ferreira, o único médico, na altura, a realizar cirurgias de reatribuição de sexo em Portugal, que considerou que as críticas tecidas à lei por parte do Presidente da República não fazem sentido porque "não pode ser o legislador a indicar aos médicos como é que têm que fazer os diagnósticos". As declarações podem ser consultadas na página do Dr. Décio Ferreira em http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=1750598&page=-1.

medicina" (como referiu explicitamente o Secretário de Estado da Justiça no discurso da sua apresentação), que é aqui colocado em causa.

O diploma voltaria inalterado à Assembleia da República, para aprovação, a 25 de Novembro. Seria então reaprovado com votos a favor da esquerda parlamentar e sete votos do PSD. Não tendo existido qualquer alteração ao diploma, este não ficou sujeito a nova avaliação presidencial, tendo sido publicado em Março de 2011. Surgia assim a Lei 7/2011, de 15 de Março, saudada pelas próprias pessoas transexuais e seus representantes, obviamente a nível nacional[189], mas também fora do país[190].

O formato final da lei confirma a sua conformidade às recomendações internacionais e europeias existentes no momento da sua produção, no que se refere especificamente a esta matéria, sendo porventura mesmo aquela que mais as traduziria. Vejamos os artigos 2º e 3º, que nos permitem mais directamente fazer esta afirmação:

> Artigo 2.º - **Legitimidade e capacidade**
> Têm legitimidade para requerer este procedimento as pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, a quem seja diagnosticada perturbação de identidade de género.
>
> Artigo 3.º - **Pedido e instrução**
> 1 — O pedido pode ser apresentado em qualquer conservatória do registo civil e deve ser instruído com os seguintes documentos:
> *a*) (…);
> *b*) Relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade, elaborado por equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica em estabelecimento de saúde público ou privado, nacional ou estrangeiro.
> 2 — O relatório referido na alínea *b*) do número anterior deve ser subscrito pelo menos por um médico e um psicólogo.

A lei concretiza assim para a realidade portuguesa a existência de "procedimentos expeditos e transparentes para a mudança de nome e sexo nos certificados de nascimento (…) e outros documentos similares" (recomendação 3 do *Issue Papper* de 2009: 44), ao exigir como único requisito "o relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de género". Para mais, o prazo estabelecido para a decisão é de oito dias, unidade temporal que contrasta fortemente com os frequentes "anos" anteriormente despendidos para o mesmo fim. Também a recomendação de "abolir a esterilização e outros tratamentos médicos compulsivos como requisito legal necessário para o reconhecimento da identidade de género na lei" (2009: 44) foi seguida (não sem alguma polémica, como referimos anteriormente), caso a interpretação exclua da contemplação nos "outros tratamentos" o acompanhamento psicológico que será necessário para a elaboração do diagnóstico. Ainda assim, neste aspecto a lei portuguesa supera a espanhola na sua conformidade às recomendações, já que aquela, para além do diagnóstico, exige ainda a submissão ao tratamento hormonal. A lei portuguesa

[189] Veja-se, por exemplo, o comunicado da ILGA "ILGA Portugal congratula-se com a reaprovação da lei de identidade de género" (http://www.ilga-portugal.oninet.pt/noticias/225.php).
[190] Por exemplo, a 18 de Março de 2011 o sítio da TGEU abria com a seguinte mensagem: "Congratulations Portugal! It is a Trans Law!" (http://www.tgeu.org/node?page=3).

supera ainda a britânica ao não introduzir qualquer outra obrigatoriedade ou restrição que interfira com o direito de "as pessoas transgénero permanecerem num casamento pré-existente a seguir ao reconhecimento de género" (idem, 2009: 45). Aliás, nem isso faria sentido no nosso quadro jurídico com a entrada em vigor, em Junho de 2010, da lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo (Lei 9/2010). Lembremos, no entanto, que a existência de um casamento (mesmo que já dissolvido) e a existência de filhos eram, na ausência de um quadro regulamentador, impeditivas do reconhecimento de género no nosso país, sendo pois, também aqui, um dos aspectos em que as distâncias com o passado recente podem ser favoravelmente medidas.

Tal como aconteceu no Reino Unido e em Espanha, esta lei surge em Portugal num contexto de maior atenção às pessoas LGBT, como o da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo (no Reino Unido na forma de "*civil partnership*").

É algo surpreendente – ou talvez não – a escassez de polémica durante o período de discussão e aprovação da lei, fora do estrito palco político directamente nela implicado. Contrariamente a outras questões consideradas "fracturantes" na sociedade portuguesa que foram objecto de legislação em tempos próximos – como a interrupção voluntária da gravidez (esta decidida por referendo), o casamento entre pessoas do mesmo sexo e até as alterações à lei do divórcio[191] – não houve verdadeiramente uma discussão ao nível da opinião pública, mesmo quando os meios de comunicação social foram dando conta – embora nunca tenha constituído prioridade na agenda mediática – dos diversos andamentos até a aprovação da lei. Com excepção dos comentários *online* às notícias dos meios de comunicação social (muitas vezes de cariz altamente transfóbico e revelando elevados níveis de desconhecimento sobre a matéria), e uma ou outra polémica isolada nos meios de comunicação social[192], podemos considerar que o direito à mudança legal de nome e de sexo e as condições em que tal é permitido ocorreu "pacificamente" (ou será passivamente?) na sociedade portuguesa. Esta quase ausência de polémica pode ser interpretada como um indicador de consenso na sociedade portuguesa em torno dos direitos e protecções das pessoas transexuais, ou ainda do respeito, mesmo que por motivações formalistas, pelas orientações e recomendações emitidas pelas entidades competentes a esse respeito (o que, em todo o caso, não é comum quando estão em causa valores), mas fazemos uma leitura diferente. Julgamos que terá que ver, sobretudo, com a invisibilidade das pessoas transexuais e

[191] Decreto Lei nº 232/x, que elimina a modalidade de divórcio por "violação culposa dos deveres conjugais".

[192] Referimo-nos, concretamente, aos artigos de opinião publicados no jornal Sol de 10 e 18 de Setembro de 2010. O primeiro, de Mário Ramirez, em que este considera que a nova lei constitui uma estratégia para as pessoas homossexuais poderem adoptar, uma vez tendo esta possibilidade ficado de fora da recente lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo (tendo para isso, no mínimo, uma delas que fazer prova médica e obter um diagnóstico de perturbação de identidade de género e posteriormente proceder à mudança legal de nome e de sexo nos documentos de identificação!). O segundo, de José António Saraiva, de resposta a um artigo de opinião do Presidente da ILGA, Paulo Côrte-Real, que defendia a não exigência de submissão à cirurgia de reatribuição de sexo como requisito para a alteração legal, no qual Saraiva argumentava, por exemplo, "Há pessoas que se sentem galinhas, ou cães ou porcos. São distúrbios mentais. Não vejo que o caso das mulheres que se sentem homens e dos homens que se sentem mulheres seja de natureza muito diferente" ou ainda que "A partir do momento em que uma pessoa não precise de mudar fisicamente para adquirir um novo sexo, podendo manter exactamente o mesmo aspecto, passaremos a viver num mundo onde as principais referências desaparecerão. Já não saberemos quem é homem e quem é mulher".

transgénero e com o desconhecimento acerca da problemática da identidade de género, que não terá sido avaliada como merecedora de atenção excluindo os mínimos políticos[193], ainda mais num contexto político atribulado (vésperas das eleições para a Presidência da República, apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento IV, que precipitaria a convocação antecipada de eleições legislativas).

É caso para dizer que a invisibilidade terá jogado nesta situação concreta pragmaticamente a favor de um reconhecimento básico das pessoas transexuais, não tendo contudo cumprido o seu potencial pedagógico de compreensão e de familiarização da população em geral acerca desta problemática. Estamos convictos que grande parte da população portuguesa não terá consciencializado que esta regulamentação tem potencialidades para alterar algo tão estrutural na nossa sociedade como o é a associação entre "corpos sexuados" e "identidades de género". Ou seja, esta lei reconhece (a questão aqui é a do reconhecimento legal e não a da existência que em muito a precede) a existência de, por exemplo, e para mencionar aqueles que são considerados os marcadores óbvios e definidores do sexo – os órgãos sexuais –, mulheres com pénis e homens com vaginas. Na realidade, embora a totalidade das pessoas transexuais com quem contactámos ao longo desta investigação, e que se encontram no processo de transição clinicamente assistido, desejem alterar o seu corpo para se adequar ao género com que se identificam e a esmagadora maioria pretenda intervenção cirúrgica a nível dos genitais, isso poderá, por um conjunto de razões, nunca vir a acontecer. Sendo o requisito o diagnóstico, o qual constitui a primeira fase do processo clínico de transição, a situação de inalteração de outras características físicas pode tornar-se permanente. A lei portuguesa não desmedicaliza mas "descorporiza" ou "desbiologiza" as identidades transexuais ao não exigir qualquer transformação corporal encarnada.

A existência de um quadro legal específico para as pessoas transexuais (resulta claro no texto da lei que é apenas para esta categoria de género que se pretende legislar) significa, desde logo, reconhecer uma existência legal, diríamos até de cidadania, a estas pessoas. A sua pertinência está bem patente no facto de 76 pessoas terem alterado a menção ao sexo durante o ano da sua entrada em vigor[194]. Representa também, expectavelmente, a existência de um quadro que uniformize a avaliação das situações, embora se possa, legitimamente, contestar que a subjectividade não é completamente neutralizada, pelo poder que continua a ser conferido aos clínicos na produção dos diagnósticos. Na lei portuguesa, tal como na espanhola (a qual está por isso a ser objecto de críticas, tanto da parte de

[193] Ou seja, que não extravasa a própria discussão das propostas no momento da sua apresentação e discussão. É na verdade significativo que grupos parlamentares que manifestaram consensualmente ou maioritariamente a sua oposição aos formatos, bastante semelhantes, das propostas de lei apresentadas, respectivamente os do CDS e do PSD, não tenham apresentado qualquer proposta em fase de elaboração do texto final; ou que se tenham abstido de nomear um representante na Comissão dos Direitos, Liberdades e Garantias responsável pela redacção final da lei (caso do CDS) ou se tenham feito representar por uma deputada favorável às propostas apresentadas (caso do PSD).

[194] Número apurado pela Agência Lusa, na celebração do primeiro ano de entrada em vigor da lei, amplamente difundido na comunicação social.

algum movimento associativo como de académicos)[195], o diagnóstico clínico que ateste a "perturbação de identidade de género" é um (no caso português é mesmo o) requisito para a alteração do registo do sexo no assento de nascimento, tendo caído, como já referimos, os anteriormente exigidos, da cirurgia de reatribuição de sexo, da esterilização, da inexistência de filhos ou de uma relação conjugal formalizada. A existência de uma lei não vem assim colocar em causa o papel central da medicina na construção e reconhecimento das identidades transexuais oficiais, verificando-se também no nosso país uma "aliança médico-legal" para este fim (Davy, 2011, estuda a formação e consequências dessa aliança no contexto do Reino Unido).

O risco que identificamos aqui – mas é ainda cedo para fazer um balanço definitivo, dado o carácter recente da implementação da lei – é que, cabendo a produção do diagnóstico aos clínicos, sendo em última instância neles que assenta o poder de decidir quem tem ou não direito à mudança legal de sexo, esse reconhecimento médico ser influenciado pelas representações individuais de cada profissional do que é ser transexual. Embora não tenhamos, no âmbito deste estudo, recolhido dados sistemáticos que nos permitam reconstituir as representações dos clínicos portugueses acerca da transexualidade e da identidade de género[196], não foi difícil perceber – em conversas mantidas informalmente, em debates participados conjuntamente, em debates a que assistimos em que estes participaram, ou pelo seu discurso na comunicação social; e ainda, de forma indirecta, pelos relatos de pessoas transexuais com quem contactámos ao longo desta investigação – a existência de um grupo profissional em que coexistem representações e práticas bastante diferenciadas. Para sermos mais directos, o risco que detectamos e (porque não) aquilo que receamos é a entrada em jogo, no presente contexto, dos requisitos exigíveis no passado (demonstração do desejo de submissão à cirurgia de reatribuição de sexo, não ter casado, não ter filhos ou ser heterossexual), mesmo que desta feita de uma forma mais subtil, através dos obstáculos colocados ou da morosidade na obtenção do referido diagnóstico por parte das pessoas que não os cumpram. É que um dos resultados deste estudo aponta, precisamente, para que as pessoas que se afastam de algum ou alguns itens da "narrativa clássica da transexualidade" são aquelas que mais tempo permanecem no processo de transição clinicamente assistido. De fora do alcance da lei ficam ainda aquelas pessoas que, por motivos diversos, optaram por não integrar esse processo (porque não sentem precisar de acompanhamento psicológico; porque não se pretendem sujeitar a avaliações psicológicas e a um diagnóstico que pressupõe que se seja "doente mental"; porque o consideram demasiado moroso; porque antecipam dificuldades à obtenção do diagnóstico, dada a consciência que têm do afastamento do seu caso pessoal à narrativa do "verdadeiro transexual"; porque não desejam a cirurgia genital, entre outros motivos).

[195] Um panorama dessas críticas pode ser encontrado na colectânea editada por Missé e Coll-Planas (2010), *El Género Desodenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*.

[196] Trabalho que foi realizado no âmbito do projecto TRANSformation, encomendado pela ILGA Portugal a uma equipa de investigadores do ISCTE-IUL (Pinto e Moleiro, 2012). Neste os autores identificaram, entre os profissionais de saúde, práticas com " interferência dos valores pessoais, nomeadamente no que respeita ao género e à sexualidade" (idem: 148).

Aquilo que poderá acontecer é que esta lei produza efeitos e tenha consequências estruturalmente positivas na vida das pessoas transexuais que outrora, com outros montantes de angústia, de tempos e até de recursos monetários despendidos, obtinham uma decisão favorável para o seu caso, não dando cobertura do mesmo modo às que já outrora se encontravam impedidas de obter a mudança legal de sexo. Mas só um estudo concebido e realizado para o efeito permitirá retirar conclusões mais sustentadas a respeito da cobertura e dos efeitos da lei. Um futuro possível cenário, caso se verifiquem estes constrangimentos, poderá passar pela identificação e divulgação (formal ou informal) de clínicos com uma concepção abrangente da transexualidade e uma prática susceptível de albergar as diferentes necessidades, desejos e percursos das pessoas. A existência desta lei também poderá constituir um factor de motivação para trazer para os cuidados de saúde trans-específicos algumas pessoas transexuais que não pretendiam submeter-se a esse processo (por exemplo, porque não pretendiam realizar a cirurgia de reatribuição de sexo e sabiam ser essa parte integrante do "pacote" oferecido). Assim, se por um lado, o reconhecimento legal só estará acessível a quem recorra ao acompanhamento médico, deixando parte das pessoas de fora; por outro, a existência desta lei também poderá constituir um factor de motivação para trazer para o processo de transição clinicamente assistido pessoas transexuais até agora dele (auto) excluídas, num sentido instrumental de obtenção do diagnóstico que, por sua vez, permitirá a alteração legal. Este efeito esperado da lei constituirá uma possibilidade de tornar esses serviços mais inclusivos e de um maior número de pessoas trans beneficiarem dos cuidados de saúde que estão disponíveis e a que têm direito, podendo ainda diminuir os riscos do recurso a procedimentos realizados fora da medicina.

Estando presentemente assegurado em Portugal um quadro legal para o reconhecimento civil de género para as pessoas que se incluem na categoria "clássica" de transexual e obtenham o avale médico de enquadramento na mesma, mais longínqua se apresenta a sua existência para algumas categorias de género incluídas no lato termo de "transgénero". E, neste caso, mesmo a nível internacional, como já foi reconhecido no *Issue Paper* de 2009 pelo Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, que chama a atenção para que "Embora o número de pessoas transgénero seja reduzido, deve ser sublinhado que a comunidade transgénero é muito diversa (…) Muitos quadros legais apenas parecem referir-se às pessoas transexuais, deixando de fora uma parte significativa da comunidade." (5-6).

Alguns passos têm sido dados ou tentados, como o reconhecimento de um terceiro género para alguns efeitos burocráticos, na Índia, onde existe uma tradição milenar e visível de pessoas com identidades de género fora do binarismo homem/mulher (cujos mais conhecidos são os hijra)[197] e, em Maio de 2011, a decisão do Supremo Tribunal do Paquistão de introduzir uma terceira opção de género nos documentos de identificação. Também nas sociedades ocidentais podemos encontrar indícios nesse sentido, como o reconhecimento da indefinição de género ou de "sexo não

[197] Para um maior detalhe sobre a diversidade de género na Índia, veja-se, por exemplo, Monro, 2007 e 2010.

especificado" tendo em conta a dicotomia homem/mulher, no passaporte, na Austrália, em Setembro de 2011 e, mais recentemente, na Alemanha, a possibilidade de registar como "sexo indeterminado" as crianças intersexo. Na Argentina surge, em Abril de 2012, a primeira lei de reconhecimento legal de género que não exige qualquer documento médico, albergando pois, potencialmente, uma maior quantidade de identidades e expressões de género.

Em Portugal as pessoas de expressão trans que não se pretendam submeter ao processo de transição clinicamente assistido, não tendo o diagnóstico de perturbação de identidade de género ou, no passado recente, mesmo as que o integravam mas ainda o não tinham concluído, não reunindo assim a totalidade das transformações corporais que as colocassem na expectável conformidade ao género com o qual desejam ser identificadas, podem, fazendo uso de um direito disponível para qualquer cidadão, pedir a alteração do nome próprio (não da menção ao sexo) para um dos (poucos) nomes neutros existentes na onomástica portuguesa ou para um dos que sejam comummente associados a pessoas do sexo "oposto" àquele para os quais estão reservados[198], por exemplo, Zara, Queli ou Jil. A obrigatoriedade de escolha de um nome que "não deixe margens para dúvidas" acerca do sexo da pessoa a que se destina[199] é mais um exemplo da estrita vigilância da divisão dos dois sexos-géneros, que actua logo desde o momento do nascimento e é praticamente inalterável ao longo da vida. Esta possibilidade de mudança de nome fazia com que as pessoas que optassem por esta via conseguissem passar como "membros legítimos" do género desejado nas situações em que a identificação se faz mediante apresentação do Bilhete de Identidade. No entanto, o novo cartão de identificação nacional – o Cartão do Cidadão – contém, ao contrário do seu antecessor, a menção ao sexo da pessoa, o que vem colocar em causa a eficácia do recurso a esta "estratégia" [200].

3.1.3. A identidade de género na legislação anti-discriminação

Estando assegurada, pelo menos para parte das pessoas de expressão de género trans, o reconhecimento legal do género com que se identificam, muito há ainda por fazer, tendo em conta,

[198] Um dos homens e duas das mulheres trans que entrevistámos já tinham mudado para um nome neutro e uma outra tinha tentado, sem sucesso, alterar para um nome feminino. Ainda outra planeava fazê-lo a curto prazo. No caso das mulheres, essa decisão surgiu da consciência do não cumprimento dos requisitos para a alteração legal (em três casos, a não pretensão de integrar o processo de transição clinicamente assistido e no outro, pelo facto de existirem filhos). No caso do homem, para "aliviar" a pressão enquanto o processo de transição não estava concluído.

[199] Como esclarece o Instituto dos Registos e do Notariado: "O nome próprio não pode suscitar dúvidas sobre o sexo do registando. A concordância do nome com o sexo do registando limita-se ao primeiro vocábulo do mesmo. Assim, é aceitável um nome próprio masculino em cuja composição entre um elemento feminino e, inversamente, um nome próprio feminino em cuja composição entre um elemento masculino, desde que se verifique que o primeiro dos elementos do nome próprio se acha subordinado à concordância com o sexo do seu titular." (Pode ser consultado em www.irn.mj.pt/sections/irn/a_registral/registo-civil/).

[200] Esta alteração veio provocar grande preocupação às pessoas trans, tendo estas encontrado durante o período de transição entre modalidades meios para a manutenção de eficácia da estratégia, através de renovações de BI antecipadas ou pedidos na modalidade de "urgente", para a qual ainda não se encontrava disponível o novo Cartão do Cidadão, permanecendo o Bilhete de Identidade. Claro que esta é uma estratégia condenada a curto/médio prazo.

quer as necessidades relatadas pelas próprias pessoas[201], quer as orientações e recomendações europeias e internacionais de que nos ocupámos no primeiro ponto deste sub-capítulo. Posicionando-se agora Portugal na linha da frente no contexto europeu quando está em causa o reconhecimento legal da identidade de género para as pessoas transexuais, permanecem ainda "vazios" na restante legislação. Sendo as pessoas que se situam fora das identidades de género maioritárias um dos grupos mais sujeitos a discriminação, e reconhecida que está a cobertura da identidade de género pela protecção dos direitos humanos universais, torna-se premente a existência de medidas que previnam a discriminação horizontalmente e nos diversos sectores. Esta parece, aliás, constituir-se como a prioridade de luta consensual do movimento, tendo em conta, por exemplo, o *slogan* para a identidade de género da "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa, em 2011 (acordado por uma plataforma de 21 organizações, de sensibilidades diferentes, responsáveis pelo evento): "Pela inclusão da categoria 'identidade de género' em todas as provisões anti-discriminação". No Manifesto da Marcha acrescenta-se "da Constituição ao Código Penal, passando pelo Código do Trabalho". Estas reivindicações são específicas para a identidade de género, pois foram já conseguidas para a orientação sexual, mostrando como as duas problemáticas têm forças e visibilidades distintas.

Em Portugal, desde 2003 que a "orientação sexual" está contemplada no Código do Trabalho, no que se refere ao direito à igualdade no acesso ao emprego e no trabalho (artº 22º), à proibição da discriminação (artº 23º) e ao assédio (artº 24º). A inclusão da orientação sexual foi também conseguida na revisão de 2007 do Código Penal, já após o assassinato de Gisberta. No novo Código Penal acrescentou-se assim a "orientação sexual" como motivação particular para a discriminação, a par da "raça", do "sexo" e da "religião", no Artigo 240º e no Artigo 132º nos "crimes contra a vida", os chamados "crimes de ódio"[202]. Esperar-se-ia, provavelmente, que a confusão entre estas duas problemáticas resultasse na cobertura da "identidade de género", sob o chapéu da "orientação sexual", como aliás foi possível perceber quando recorrentemente se atribuiu, mesmo no movimento associativo, o crime de Gisberta à homofobia. Constituía, assim, um indicador, quer da perpetuação da invisibilidade da temática, quer da pouca força reivindicativa dos indivíduos transexuais e transgénero. Esta situação viria a ser corrigida, na revisão seguinte do Código Penal, de Fevereiro de 2013, podendo ser lida já como um efeito da entrada da "identidade de género" na legislação nacional.

Na mãe de todas as legislações, a Constituição da República Portuguesa, foi acrescentada em 2004 (na sua 6ª revisão) a "orientação sexual" ao artigo 13º, o Princípio da Igualdade, não havendo qualquer menção à "identidade de género". Segundo informações recolhidas no decurso da entrevista realizada ao actual presidente da associação ILGA Portugal, a proposta da sua inclusão terá sido feita na altura, no âmbito das discussões prévias com os grupos parlamentares, não tendo sido obtido um retorno favorável, na opinião do interlocutor, em grande parte devido ao desconhecimento geral

[201] Quando auscultados sobre se alguma vez se tinham sentido discriminados por razões ligadas à identidade de género, os sujeitos foram quase unânimes na sua acusação. De fora ficaram apenas aqueles para quem a vivência de uma identidade de género trans não é conhecida e/ou percebida pelos outros.
[202] Alterações publicadas no Diário da República, 1ª Série, nº 170 de 04/09/2007, pp. 6181-6258.

vigente acerca desta problemática. Se essa invisibilidade e esse desconhecimento eram transversais à sociedade portuguesa em 2004 (também nós o constatámos), o que explica a resistência à sua inclusão na matriz legislativa nacional, mais difícil de entender será a perpetuação dessa situação no presente, uma vez conseguido o marco histórico da sua entrada no parlamento, no âmbito da discussão, e consequente aprovação, da lei de regulamentação da mudança legal de sexo para pessoas transexuais. Mas efectivamente a menção explícita à identidade de género não constava em nenhuma das propostas de alteração do simbólico artigo 13º, mesmo nas dos partidos proponentes e/ou viabilizadores da aprovação da lei de identidade de género, na altura da última discussão da sua revisão (2010-2011). Isto, pese embora as notícias anteriormente surgidas na comunicação social de que a Juventude Socialista – que já vimos ter sido também uma das primeiras instâncias políticas a comprometer-se com uma lei de identidade de género –, pretenderia avançar com propostas de revisão constitucional para consagrar a "identidade de género" no artigo referente ao princípio da igualdade. Em declarações, de Julho de 2010, atribuídas ao então recém-eleito secretário-geral da JS, Pedro Delgado Alves, era expressa essa intenção: "Na revisão constitucional de 2004, foi dado um grande passo no domínio do princípio da igualdade ao consagrar-se a orientação sexual. A JS defende que seria importante aprofundar este artigo, consagrando o princípio da identidade de género"[203]. Esta ausência, mesmo ao nível de proposta, já que a revisão não se chegou a concretizar, da inclusão da "identidade de género" no princípio constitucional da igualdade, parece vir reafirmar a análise de Miguel Vale de Almeida de que no nosso país "O processo legislativo relativamente a questões LGBT padece de um carácter errático e por vezes contraditório e avança sobretudo em pormenores por via da transposição e aplicação à lei nacional de directivas e recomendações europeias" (2010: 53). Parecendo estar confirmada a primeira afirmação da frase, resta agora esperar a concretização da segunda, já que não faltam orientações, recomendações e resoluções europeias neste sentido, como já tivemos oportunidade de ver anteriormente.

Outra das recomendações elencadas, primeiro no *Issue Paper* (2009: 45) e depois no Estudo do Conselho da Europa (2011), no que concerne às "normas legais e sua implementação", aponta para o "estabelecimento de estruturas nacionais independentes para a promoção da igualdade e da não-discriminação. O âmbito do seu mandato deve incluir a discriminação com base na orientação sexual e igualdade de género". Deve-se ainda "monitorizar a eficácia da implementação de legislação nacional anti-discriminação e envolver as estruturas nacionais dos direitos humanos, incluindo as estruturas nacionais para a promoção da igualdade e as organizações representativas das pessoas LGBT, no processo de monitorização. Deve ser posto em prática para este fim um mecanismo de monitorização numa base regular" (2011: 11-12). No contexto institucional português não temos a figura de "estruturas independentes de promoção da igualdade e não discriminação", sendo a Secretaria de Estado da Igualdade, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e, especificamente

[203] Notícia de 26 de Julho da Agência Lusa difundida largamente na imprensa nacional.

para as questões laborais, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), aquelas que no contexto nacional desempenham essa missão.

No que respeita à inclusão da identidade de género a nível das políticas públicas, assistimos a uma evolução inclusiva a partir de 2007, que foi logo visível na celebração do "Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos", da responsabilidade da CIG, que incluiu esta temática nos seus discursos e nas suas iniciativas. E que, na avaliação política que é feita "traduziu-se em inúmeros avanços no combate à discriminação das pessoas LGBT"[204], nomeadamente a CIG passou a integrar a área da orientação sexual e igualdade de género nas suas atribuições. Neste sentido, a secção de ONG do seu Conselho Consultivo integra duas organizações representativas de pessoas LGBT e foi atribuído financiamento público a projectos de intervenção nesta área. Foi designadamente promovido o primeiro estudo de iniciativa pública sobre as condições de vida e a discriminação das pessoas LGBT[205].

A assunção da temática LGBT pelos organismos públicos responsáveis pela promoção da Igualdade viria a ser materializada, pela primeira vez, no "Plano Nacional para a Igualdade para o período 2011-2013"[206], que tem como entidade coordenadora a CIG, com a introdução de uma Área Estratégia – a 11 – especificamente dedicada à orientação sexual e identidade de género; para além de incorporar uma lógica de *mainstreaming* de igualdade noutras áreas. Na área da saúde, a identidade de género está contemplada como uma das temáticas a abordar nas acções de sensibilização sobre saúde e género, no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, no que concerne ao atendimento não discriminatório; e na área relativa à inclusão social, as pessoas transexuais aparecem especificadas como um dos "grupos com especial vulnerabilidade".

No Plano pode ler-se que a área 11 "procura (…) consolidar as políticas públicas de promoção da igualdade e combate à discriminação das pessoas LGBT, sensibilizar a população em geral para a não discriminação e capacitar as organizações da sociedade civil representativas de pessoas LGBT"[207]. São elencadas quatro medidas concretas no sentido da familiarização e sensibilização sobre estes temas para os vários públicos, desde a população em geral, a decisores políticos, dirigentes e técnicos da administração pública, profissionais de saúde, área social, educação, segurança e defesa, justiça, comunicação social e organizações da sociedade civil, mecenas, autarcas, associações juvenis e escolas. Tendo a CIG evidenciado a preocupação em incluir, a partir de 2007, nas iniciativas que tem promovido sobre as questões LGBT, temas e representantes relacionados com o T da sigla, a

[204] "IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação 2011-2013", Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade, pág. 78.
[205] Nogueira e Oliveira (orgs.) (2010), *Estudo sobre a Discriminação em Função da Orientação Sexual e da Identidade de Género*, embora se tenha que admitir que, no que se refere à identidade de género, o estudo dá mais contributos para as percepções acerca desta problemática do que propriamente sobre a discriminação de que as pessoas transexuais e transgénero são objectivamente vítimas, ou sequer sobre as suas próprias percepções, já que, apesar dos esforços que os autores referem ter envidado, elas acabaram por não ser auscultadas.
[206] Resolução do Conselho de Ministros nº 5/ 2011, Diário da República, 1ª Série, nº 12 de 18 de Janeiro de 2011.
[207] Idem.

formulação "em pacote" com a orientação sexual das medidas apresentadas não retirará, expectavelmente, atenção e visibilidade à identidade de género.

Se exceptuarmos as referências no Plano, a CIG não se encontra formalmente vinculada à problemática[208]. Sendo um organismo da administração pública, tutelado pelo Gabinete da Secretaria de Estado da Igualdade, fica exposta às diferentes sensibilidades de cada governo.

Está ainda assim por concretizar, tanto à luz das recomendações europeias (Conselho da Europa, 2011), como das avaliações nacionais a esse respeito (nomeadamente Vale de Almeida, 2010: 91-92), quer a formulação e regulamentação dos princípios do *mainstreaming* de igualdade que incluam a identidade de género – bem como da orientação sexual; quer a assunção destas problemáticas ou pela CIG de uma forma vinculativa, ou por uma outra agência pública criada para o efeito, que inclua a referida responsabilidade da concepção e monitorização da eficácia da aplicação das medidas anti-discriminação, em colaboração com as estruturas do movimento associativo.

3.2. Cuidados de saúde

Parte considerável das pessoas com expressões de género trans – com destaque para a transexualidade, mas não apenas esta – reivindica a necessidade de transformações corporais encarnadas para a vivência da sua identidade de género. A disponibilização e as condições de acesso aos serviços de saúde dirigidos especificamente às necessidades deste tipo de população torna-se assim uma das dimensões centrais nesta contextualização. No presente é não só a disponibilização e o direito aos cuidados de saúde, mas a relação e o poder que se estabelece entre o utente e o prestador desses cuidados, que se encontra em discussão.

3.2.1. Documentos de referência internacional

Os principais documentos internacionais de referência na área da saúde para as expressões de género fora da cissexualidade são, para o estabelecimento do diagnóstico, o "Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders" (DSM)[209] da responsabilidade da Associação Americana de Psiquiatria (APA) e a "Classificação Internacional de Doenças" (CID)[210] da Organização Mundial de Saúde (OMS) e, para a vertente dos cuidados, os "Standards Of Care For Gender Identity Disorders" (SOC)[211] da Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association, actual World Professional Association for Transgender Health (WPATH).

[208] Consultada a lei Orgânica da CIG – Decreto-Lei nº 167/2007 –, esta apenas se refere à "igualdade de género", nunca referindo explicitamente a identidade de género, tampouco a orientação sexual. No seu artigo 2º, referente às missões e atribuições, pode ler-se "A CIG tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género". Pode ser consultada em http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/08500/29422946.PDF.
[209] Pode ser consultado em http://dsm.psychiatryonline.org/book.aspx?bookid=22.
[210] Pode ser consultada em http://apps.who.int/classifications/apps/icd/icd10online/.
[211] Podem ser consultados em http://www.wpath.org/publications_standards.cfm.

Nos documentos de diagnóstico, as questões relacionadas com a identidade de género estão catalogadas como doenças mentais – o DSM[212], como o próprio nome indica, alberga aquelas que assim são consideradas; e na CID surge na secção dedicada às doenças mentais. Pelo menos até à sua sexta versão, os SOC não contestavam explicitamente tal classificação. O "transexualismo" integra o DSM a partir da terceira versão, em 1980, e no DSM IV, de 1994, passa a designar-se como "perturbação de identidade de género". A primeira versão dos SOC data de 1979, tendo sido objecto de revisões em 1980, 1981, 1990, e 1998 e 2001, sendo esta última – a sexta[213] – a que vigorou durante o tempo de recolha de dados para a pesquisa. A sétima versão, de que falaremos mais adiante, foi apresentada em Setembro de 2011. As entidades responsáveis pelo DSM e a pela CID estão a ser objecto de interpelações, tanto da parte do próprio movimento trans como também, especialmente no caso da OMS, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da Europa, no que concerne a alterações a introduzir nas novas versões, previstas, respectivamente, para 2013 e 2014.

O diagnóstico – de "perturbação de identidade de género" no DSM IV e de "transexualismo" na CID 10 –, e os critérios para a sua produção, revestem-se de uma importância crucial em muitos contextos, incluindo o português, pois, de entre outras implicações, é deles que depende a possibilidade e as condições do acesso aos cuidados de saúde disponibilizados e devidamente especificados nos SOC. Em termos gerais, os cuidados preconizados no processo de transição clinicamente assistido implicam, para além do acompanhamento psicológico, o hormonal, a chamada "experiência real de vida" ("o acto de adoptar completamente o novo género em desenvolvimento ou apresentação de género na vida quotidiana") e o cirúrgico. Cumprido este "percurso" segue-se ainda um período de *follow-up*.

Como vimos, quando sistematizamos as directrizes e recomendações produzidas a nível internacional e europeu sobre identidade de género, o primeiro documento especificamente sobre a matéria, a pioneira resolução do Parlamento Europeu, de 12 de Setembro de 1989[214], acerca da discriminação das pessoas transexuais, centrava-se sobretudo na vertente dos cuidados de saúde, pronunciando-se no sentido de os estados membros tomarem medidas de salvaguarda do direito das pessoas transexuais à mudança de sexo através do tratamento endócrino, cosmético e da cirurgia plástica e para assegurarem que os custos a eles associados fossem cobertos pelos sistemas públicos de saúde. Estas preocupações serão retomadas nos documentos subsequentes – nomeadamente, na recomendação nº 5 do *Issue Paper* "Direitos Humanos e Identidade de Género"[215], do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa (2009: 44); na recomendação CM/REC (2010)5[216], do

[212] A primeira edição do DSM surgiu em 1952 com o objectivo de unificar e modernizar sistemas concorrentes utilizados para classificar perturbações do funcionamento mental na primeira metade do século XX nos EUA (Gijs e Carroll, 2010: 189).
[213]A sexta versão pode ser consultada em http://www.wpath.org/documents2/socv6.pdf.
[214] Pode ser consultada em http://tsnews.at.infoseek.co.jp/european_parliament_resolution890912.htm.
[215] Pode ser consultado na página "Comissioner for Human Rights – Human rights and gender identity" em https://wcd.coe.int/wcd/ViewDoc.jsp?id=1476365.
[216] Pode ser consultada em https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=1606669.

Comité de Ministros do Conselho da Europa; na resolução 1728 (2010), da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa –, embora progressivamente fazendo ressalvas de que o direito de disponibilização dos cuidados de saúde específicos não deve ter um carácter compulsivo e deve ter em conta as necessidades e os desejos de quem a eles recorre.

3.2.2. Panorama da prestação de cuidados de saúde

Até 1995, as cirurgias de reatribuição de sexo eram proibidas em Portugal pela Ordem dos Médicos, o que condicionava a prestação de cuidados às pessoas que manifestavam o desejo de "mudança de sexo". Esta proibição era assim contrária quer à recomendação, de 1989, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no sentido de os estados membros legislarem de modo a que se reconhecesse às pessoas transexuais o direito ao processo de transição do sexo atribuído à nascença, para o que corresponde à sua identidade de género[217]; quer também às directrizes e protocolos para os cuidados considerados adequados para as pessoas transexuais, nomeadamente os "Standards Of Care" da WPATH, constituídos a nível internacional desde finais dos anos 1970. O discurso e as práticas médicas originárias sobretudo dos EUA, e com grande impacto noutros países europeus, entraram assim tardiamente na sociedade e na medicina portuguesas (aliás, consolidaram-se quando nos contextos de origem se tinha já iniciado o movimento da sua contestação), o que terá consequências nas gerações de pessoas trans-género que formaram a sua identidade de género na impossibilidade de acesso à referência clássica e hegemónica para as identidades trans nas sociedades ocidentais. O texto inaugural a nível clínico, no contexto nacional, surgiria já em 1987, e está incluído na colectânea, também inaugural, da *Sexologia em Portugal* (Gomes, Albuquerque e Nunes, 1987). Nele o psiquiatra Júlio Silveira Nunes faz uma revisão da literatura na matéria, no que se refere ao diagnóstico, avaliação e tratamento dos casos de "alterações da identidade sexual" ou "transsexualismo"[218].

Dada a recente entrada da identidade de género na medicina nacional, podemos reconstruir o seu percurso através do relato dos seus protagonistas – os profissionais médicos, mas também as próprias pessoas que a eles se dirigiam motivadas por essa questão.

Numa comunicação de carácter auto-biográfico intitulada "Discurso de um percurso", proferida no decurso das Jornadas da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, "Sexologia – Regresso ao Futuro", em Maio de 2009, Júlio Silveira Nunes – como vimos, a primeira pessoa a publicar sobre essa matéria em Portugal –, relata o primeiro caso conhecido de "transexualismo" no

[217] Recomendação n.º 1117 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de 29 de Julho de 1989.

[218] Nunes, Júlio Silveira (1987), "Alterações da identidade sexual (transsexualismo)" em Francisco Allen Gomes, Afonso de Albuquerque e J. Silveira Nunes (coords.), *A Sexologia em Portugal. A Sexologia Clínica*, Lisboa, Texto Editora, pp. 135-158. Posteriormente publica, já com a utilização do termo "género" em substituição do anterior "sexo", "Perturbações da identidade de género", em Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz (coords.) (2003), *A Sexologia, Perspectiva Multidiscipinar I*, Coimbra, Quarteto Editora.

contexto dos serviços nacionais de saúde. Remonta ao ano de 1963, e ficou conhecido como "o caso do Paulo"[219].

O "Paulo", um homem biológico "normal", deu entrada nas urgências do Hospital de São José, em Lisboa, com uma autoamputação do pénis. Seria depois transferido para o Hospital Júlio de Matos, pois a única razão plausível encontrada para o sucedido era a de que padeceria de um grave problema psicológico. Nas palavras do profissional de saúde, "foi o primeiro contacto com o transexualismo e foi o espanto e a frustração". Espanto porque no início dos anos 1960 a informação acerca de homens biológicos que manifestavam o desejo (neste caso de forma dramática) de ser mulher ou, mais ainda, de sentido "oposto", estava longe de ser generalizada e instituída como uma matéria incorporada pela medicina, a nível internacional e, ainda menos, como seria de esperar, dado o contexto sócio-político da época, a nível nacional. Frustração porque, como o próprio clínico reconhece, os profissionais médicos "não conseguiram ajudá-lo", pese embora a primeira cirurgia de mudança de sexo mediática, a de Christine Jorgensen, contasse já com uma década. Apesar do esforço dos profissionais implicados, que incluiu o próprio Director do Hospital Júlio de Matos, e a Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria, não houve qualquer reacção académica ou institucional. Silveira Nunes conclui assim que, para a medicina dos anos 1960 em Portugal, "o transexualismo não existia".

Isso mesmo foi confirmado por um dos participantes no nosso estudo, que chegou, vindo de uma das então colónias portuguesas, a meio da década de 1960, à procura de serviços de saúde que o ajudassem na "mudança de sexo". Como o mesmo refere, "eu quando vim para Portugal andei à procura disso, mas não encontrei nada...". E, quando se encontrava, não era bem o que se procurava:

> "Eu cheguei a falar a um ou outro médico e a única coisa que me aconteceu foi tratarem-me mal, passei por muitos médicos que me trataram mal. A minha mãe chegou a levar-me a um psiquiatra, para ver o que é que se podia fazer, e o psiquiatra deu-me um tratamento qualquer, que eu rejeitei, era injectar insulina para desenvolver as formas." (Gabriel, 63 anos)

Esta ausência de cuidados especializados iria ainda continuar por algum tempo, o que levava a que as pessoas nesta situação procurassem soluções além-fronteiras. Como relata a presidente da primeira associação especificamente dirigida à problemática da identidade de género, Jó Bernardo:

> "(…) não havia médicos, não havia estruturas médicas, não havia clínicas, não havia hospitais, não havia consultas, não havia absolutamente nada. As equipas clínicas eram de uma ignorância total, de uma ignorância ainda maior em relação a tudo o que tinha a ver com operações cirúrgicas e outras coisas. Lembro-me de uma [mulher transexual] na altura que foi operada nos Estados Unidos, porque essa tinha condições económicas para ser operada nos Estados Unidos, e que depois teve problemas aqui, e teve que ir para a Suíça, porque aqui não lhe souberam resolver a situação. E não sabiam, nunca tinham visto uma transexual operada e ela teve que apanhar um avião e ir para a Suíça para ser tratada, porque tinha tido complicações pós-operatórias. Por isso não havia absolutamente nada. Aqui, até à década de '90, até meados da década '90, não havia absolutamente nada, as estruturas oficiais não sabiam o que era um transexual, não sabiam o que era um transgénero, não sabiam o que eram tratamentos hormonais específicos. Não sabiam absolutamente nada!" (Jó Bernardo, presidente da ªt.)

[219] Episódio marcante para o clínico, também brevemente relatado em Nunes, 1987: 151.

Consoante as possibilidades de cada um, ou se procurava integrar o processo de transição física em países, nomeadamente da Europa, em que esses serviços eram já prestados a um nível especializado (um dos nossos entrevistados fê-lo na Bélgica) ou, tal como era comum para quem não tinha conhecimentos e recursos que lhes permitisse aceder e permanecer o tempo necessário para um processo de transição formal clinicamente assistido (nomeadamente o demorado acompanhamento psicológico), a fazê-lo por sua conta e risco, pagando uma cirurgia de reconstituição genital num dos países em que os requisitos para a sua realização eram escassos ou nulos (nomeadamente em Casablanca, Marrocos, como aconteceu a uma das nossas entrevistadas, e era comum a partir da década de 1960).

Entretanto os desenvolvimentos na medicina nacional, sobretudo na área da sexologia, terão contribuído para a alteração deste panorama. Nos anos 1970, inauguram-se as consultas de sexologia nos Hospitais Centrais de Lisboa, Porto e Coimbra e realizam-se as primeiras reuniões científicas disciplinares. Já em meados dos anos 1980, formaliza-se a Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica (Allen Gomes, Albuquerque e Nunes, 1987: 4-5). No âmbito desta disciplina, e concretamente desta entidade que para tal criou o "Grupo de Estudos da Transexualidade" (Albuquerque, 2006: 106), ter-se-ão empreendido esforços para alterar a situação do não reconhecimento médico da transexualidade, evidenciado na explicitação da interdição da realização de cirurgias de reatribuição de sexo por parte da Ordem dos Médicos. Segundo os profissionais implicados empreendeu-se uma "luta" contínua com a Ordem, na sequência do trabalho que ia sendo realizado com as pessoas transexuais. O texto clínico inaugural da temática, após dar conta das recomendações a nível internacional para o "diagnóstico" e "tratamento" do "transsexualismo", acaba precisamente com a denúncia dessa situação e com um repto:

> "Em Portugal, ainda não é permitida legalmente a grande cirurgia de reconstrução genital implicada no tratamento dos transsexuais. Curiosamente, a fase final desse tratamento, a mudança de sexo civil, começou a ser possível desde há três anos, por processo cível nos tribunais comuns – é evidente uma discordância de critérios que urge corrigir, a bem da melhor assistência aos doentes e da imagem do país no consenso europeu." (Nunes, 1987: 153)

Este esforço acabaria por dar frutos já em meados dos anos 1990, com a alteração do artigo 55º do Código Deontológico da Ordem dos Médicos para a seguinte formulação (a itálico os acrescentos):

> ARTIGO 55.º (*Transsexualidade e manipulação genética*) 1. É proibida a cirurgia para reatribuição do sexo em pessoas morfologicamente normais, *salvo nos casos clínicos adequadamente diagnosticados como transsexualismo ou disforia do género*. (Redacção introduzida pelo Plenário dos Conselhos Regionais de 95.06.03)

Na actual versão do Código Deontológico, aprovada em 2008, e publicada em Diário da República no ano seguinte[220], a formulação altera-se ligeiramente: "É proibida a cirurgia para transição do género em pessoas morfologicamente normais, salvo nos casos clínicos adequadamente diagnosticados como

[220] Diário da República, 2.ª série, N.º 8, de 13 de Janeiro de 2009, página 1361.

transexualismo ou disforia do género" (artigo 69º, princípio geral), e o Código inclui agora um capítulo exclusivamente dedicado à "transexualidade e disforia de género" (o VIII).

A partir de 1995, a proibição é levantada, vindo possibilitar a intervenção dos cirurgiões e a "integralidade" do processo de transição clinicamente assistido, tal como descrito nos "Standards Of Care" da WPATH. Contrariamente ao que sucede noutros países, os tratamentos médicos em Portugal foram, desde o momento da sua disponibilização, acolhidos pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), no que respeita ao seguimento psicológico, hormonal e cirúrgico, seguindo o nosso país, neste aspecto, as recomendações do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa. Caso assim não acontecesse, os seus custos, necessariamente bastante elevados, dada a quantidade de especialidades médicas implicadas e a prolongada duração do acompanhamento, tornar-se-iam incomportáveis para a maioria das pessoas que a eles recorrem. Para mais, quando, como pudemos constatar, muito frequentemente os jovens não podem contar com o apoio familiar e os mais velhos enfrentam a discriminação no acesso ao mercado de trabalho.

Desde o levantamento da proibição terão sido realizadas em Portugal cerca de três dezenas de cirurgias de reatribuição de sexo[221]. Não é possível avançar com o número exacto, pois não existem registos oficiais a este respeito. A ausência de registos e de centralização da informação proveniente dos vários estabelecimentos de saúde prestadores deste tipo de cuidados compromete, igualmente, o conhecimento do número de pessoas que já recorreram ao acompanhamento médico motivadas por esta questão.

Embora a medicina nacional se reja pelo documento de referência a nível internacional no que concerne às práticas clínicas dirigidas às pessoas transexuais, a realidade portuguesa tem algumas especificidades. Uma delas é o protagonismo da Ordem dos Médicos em todo o processo, começando logo pela inclusão de um capítulo sobre a matéria no seu Código Deontológico. O artigo 71º, por exemplo, parece ser uma adaptação para a realidade nacional dos SOC, mas com algumas diferenças (como a duração superior do acompanhamento psicológico e a obrigatoriedade de ser realizado por um psiquiatra, excluindo outros profissionais de saúde mental). A enunciação das directrizes para o acompanhamento no Código Deontológico da Ordem coloca, para além da sobreposição com o documento de referência internacional, a questão da sua actualização, ou seja, de como se podem conciliar os tempos de revisão do Código e dos SOC[222], o que leva a que a retirada deste capítulo seja uma das reivindicações actuais do movimento associativo. Outra particularidade nacional é a necessidade de avaliação pela Ordem dos Médicos, através de um Grupo especificamente criado para o efeito – o "Grupo de Trabalho da Transexualidade" –, do pedido de realização da cirurgia de

[221] À data das entrevistas, dos nossos entrevistados transexuais, quatro homens já tinham terminado a cirurgia genital, um deles tendo-a realizado fora de Portugal e outros três encontravam-se nesse processo. No caso das mulheres apenas duas já a tinham realizado, uma delas fora do país. Uma outra aguardava agendamento. Retomaremos esta diferença entre homens e mulheres transexuais no que concerne à realização de cirurgia de reatribuição de sexo no capítulo 5.1.

[222] Esta é uma questão que se coloca, como nunca antes, no presente, em que os SOC foram objecto de uma revisão "revolucionária", como veremos ainda no decurso deste sub-capítulo.

reatribuição de sexo, o que, segundo foi possível apurar, não acontece em mais nenhum país onde a cirurgia é autorizada. A Ordem dos Médicos autoriza a cirurgia, mas mantém sob a sua alçada o poder de decidir quem chega à fase final do processo de transição física clinicamente assistido o que, até à entrada em vigor da lei de mudança de nome e menção ao sexo, equivalia simultaneamente a deter o controlo sobre quem seria merecedor da mudança de sexo legal. Na prática, esta autorização tem sobretudo consequência nos tempos de espera para a sua obtenção, por vezes consideráveis (temos relatos de esperas que ultrapassam um ano), já que não é provável uma não autorização, a qual significaria pôr em causa a competência profissional de médicos (colegas) credenciados, responsáveis pelo diagnóstico[223]. A necessidade desta autorização é objecto de forte contestação por parte do movimento associativo, sendo também posta em causa por uma parte dos clínicos intervenientes no processo.

A primeira etapa do processo de transição clinicamente assistido corresponde ao acompanhamento psicológico, no decurso do qual irá ser produzido o diagnóstico referente à "perturbação de identidade de género" ou "transexualismo". Em Portugal, durante o tempo de realização do estudo, podia decorrer, no contexto do SNS, em Lisboa, nas consultas de Psicoterapia Comportamental do Hospital de Santa Maria ou do Hospital Júlio de Matos; em Coimbra, nos Hospitais da Universidade de Coimbra; ou, no Porto, no Hospital de São João e no Magalhães Lemos, e é realizado por médicos psiquiatras e psicólogos, que devem ser especializados em sexologia. Após a confirmação do diagnóstico pelos profissionais responsáveis pelo acompanhamento, este tem que ser seguido de uma segunda opinião de um médico independente (do sector público ou privado), ou seja, não interveniente até aí no processo.

Terminada a fase de diagnóstico interpõe-se o pedido de autorização ao Bastonário da Ordem dos Médicos para a realização da cirurgia de reatribuição de sexo, bem como se passa à fase da endocrinologia (embora esta possa coexistir com a fase anterior), ou seja, ao tratamento hormonal, que altera aspectos relativos à aparência (timbre de voz, pilosidade, etc.), que se realiza nos mesmos estabelecimentos de saúde.

A fase das cirurgias, que ocorriam, até 2011, na sua esmagadora maioria no Hospital de Santa Maria, no Serviço de Cirurgia Plástica, podem incluir mamoplastia de aumento de peito, mastectomia, histerectomia (extracção dos órgãos reprodutores internos), vaginoplastia, metoidioplastia (formação de um pequeno pénis a partir do clitóris e dos lábios vulvares), faloplastia. O Hospital de São João, que chegou a realizar cirurgias, incluindo três de reatribuição de sexo, acabou por cessar esse serviço, encontrando-se a consulta em reestruturação. Daqui resulta uma outra especificidade do contexto nacional, que tem a ver com a escassez de locais e de cirurgiões plásticos habilitados à realização de cirurgias de reatribuição de sexo. Durante praticamente todo o período a partir do qual estas cirurgias foram permitidas, a sua realização ocorreu apenas num único estabelecimento hospitalar, Santa Maria,

[223] Para mais, em alguns casos os médicos responsáveis pelo acompanhamento e que assinam o diagnóstico, integram o "Grupo de Trabalho da Transexualidade" da Ordem dos Médicos, responsável pelo aval final.

e por um único cirurgião plástico[224]. Compreende-se assim a existência de "lista de espera" para as cirurgias, mesmo tendo em conta que se trata de uma população clínica bastante reduzida. A concentração das intervenções cirúrgicas ao nível dos genitais num único profissional colocou problemas em assegurar este tipo de cuidados, após a reforma, no final de 2010, do único cirurgião plástico que as praticava. Durante os nove primeiros meses de 2011 o SNS não deu resposta, suspendendo as cirurgias de reatribuição de sexo, que passam então a estar disponíveis apenas num hospital privado – o Hospital de Jesus, em Lisboa – asseguradas pelo mesmo cirurgião. Esta situação representou um retrocesso nos cuidados de saúde prestados às pessoas transexuais, tendo existido movimentações destas e dos seus representantes[225] no sentido de pedir explicações ao Ministério da Saúde e de reivindicar uma solução. Também ao nível político essa questão foi colocada aos responsáveis do Ministério da Saúde pelo Bloco de Esquerda. A partir de Abril de 2011, começa a haver notícias de que os Hospitais da Universidade de Coimbra estão em processo de estruturação de uma Unidade de Reconstrução Genito-Urinária e Sexual (URGUS) que integrará 15 especialistas, entre os quais profissionais aptos à realização das cirurgias de reatribuição de sexo. As primeiras cirurgias, ainda numa espécie de fase experimental, ocorreram no final de 2011.

O processo de transição física clinicamente assistido ao abrigo do SNS não tem formalmente tempos máximos estipulados, pelo que o aconselhável "par de anos" tem-se alargado, em alguns casos, até mais de meia dúzia[226]. Para além das vicissitudes de cada processo, esta morosidade generalizada prende-se com vários factores, desde a necessidade da tal autorização da Ordem dos Médicos, até à exiguidade de locais e profissionais dedicados a este processo, sobretudo na parte cirúrgica. A aceleração dos processos, com a mais regular cadência de consultas na parte psicológica e a diminuição dos tempos de espera para as cirúrgicas, é uma das principais reivindicações das pessoas que estão a passar ou passaram pelo processo de transição no SNS. Esta extensa duração do processo no âmbito do SNS constitui igualmente um dos factores que desmotiva algumas pessoas transexuais de a ele recorrerem.

De reter acerca desta breve reconstituição do panorama a nível dos cuidados médicos prestados à população transexual em Portugal, o marco que constituiu a sua disponibilização na medicina em Portugal, tendo a auscultação de pessoas transexuais permitido perceber ter existido verdadeiramente um antes e um pós 1995 (retomaremos esta matéria no capítulo 5.1).

---

[224] Em Portugal houve essencialmente apenas dois períodos de realização de cirurgias de reatribuição de sexo: o primeiro, que vai do momento da sua autorização até meados de 2005, em que eram praticadas pelo primeiro cirurgião a realizar este tipo de cirurgias no nosso pais, o Dr. Godinho de Matos e, o segundo, quando este se reforma, que vai de meados de 2005 até 2010, em que as mesmas são realizadas pelo Dr. João Décio Ferreira, o qual é reconhecido, mesmo a nível internacional, pelas técnicas utilizadas (veja-se por exemplo, o artigo do jornal *Expresso* de Outubro de 2008, "Médicos apostam na inovação técnica").

[225] Nomeadamente a tomada de posição por parte da API – Associação pela Identidade, através de uma carta enviada ao Ministério da Saúde e de um comunicado de imprensa, subscrito por quatro clínicos intervenientes no processo de transição e de cinco associações e grupos LGBT. Podem ser consultados em http://associacaopelaidentidade.blogspot.pt/.

[226] Dois dos inquiridos que realizaram o processo de transição no âmbito do SNS demoraram sete anos desde o início do processo até à realização da cirurgia.

Outro aspecto evidente é o poder detido pelos profissionais de saúde (incluindo as suas estruturas organizativas) no processo de "mudança de sexo", reforçado no caso português pela total ausência de regulamentação que não a constante no Código Deontológico da Ordem dos Médicos, durante o tempo em que decorreu a recolha de dados para a pesquisa.

Outro ainda é que, formalmente, para a medicina nacional, ou pelo menos para a Ordem dos Médicos, a questão da transexualidade e da disforia de género continua a reduzir-se à cirurgia de reatribuição de sexo e aos cuidados colocados para a autorização da sua realização. O diagnóstico, por exemplo, é apenas aflorado como requisito para a terapia cirúrgica.

Ainda no que concerne à prestação de cuidados de saúde às pessoas trans é de realçar que, em 2009, a associação Médicos pela Escolha, consciente de que "Em Portugal Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros (LGBT) ainda sofrem o preconceito, a discriminação e a violência pela sua orientação sexual ou identidade de género", em vários sectores, entre os quais o da saúde, e de tal situação ser considerada incompatível com a ética e a deontologia dos profissionais de saúde, lança o "Observatório de Homofobia/Transfobia na Saúde". Este é alimentado através de um questionário *online* onde os utentes dos serviços de saúde denunciam situações de homofobia ou transfobia por si vividas ou presenciadas (http://www.medicospelaescolha.pt/intervencao/sexualidades/observatorio-introducao/).

A este propósito relembramos que os estabelecimentos de saúde foram dos locais mais apontados pelos nossos inquiridos como espaços de discriminação, que podem acontecer fora do acompanhamento específico pela necessidade de mostrar a documentação e de expor publicamente a identidade (por exemplo, quando os pacientes são chamados pelo nome para as consultas) ou quando são internados nas enfermarias reservadas às pessoas com quem partilham o sexo registral; mas também no próprio contexto do acompanhamento específico quando, entre outros actos experienciados como discriminatórios, são tratados pelo nome e pronome gramatical de registo.

3.2.3. A despatologização das identidades trans

O poder da medicina ou a sua "tutela" sobre a identidade das pessoas fora da cissexualidade, tem trespassado desde sempre esta problemática, mas tem vindo a ser objecto de contestação crescente à medida que as identidades trans foram ganhando visibilidade, incluindo política.

A primeira década do presente milénio converte algumas teorizações e conceptualizações académicas (nomeadamente ao nível das ciências sociais), jurídico-políticas e, sobretudo, activistas num movimento mais sustentado e globalizado no sentido de uma viragem na leitura e reconhecimento das identidades trans como variações de género dos seres humanos, e não "deformações", "distúrbios" ou "perturbações", o que as retiraria do quadro das doenças mentais[227].

[227] A novidade aqui não será propriamente a contestação de que a transexualidade e o transgénero sejam considerados doenças mentais, o que acontece praticamente desde a entrada do fenómeno na medicina –

Existem, assim, actualmente variadas movimentações de luta pela "despatologização" ou "despsiquiatrização" da transexualidade e/ou, mais latamente, das "identidades transgénero". Esse movimento tem surgido mais organizado e mais visível nos anos mais recentes, impulsionado pela próxima revisão do DSM, com data de conclusão inicialmente prevista para 2012, mas que foi alargada e se encontra em fase de discussão pública. Reivindica-se a retirada da menção, seja à transexualidade, à "disforia de género", à "perturbação de identidade de género" ou a qualquer outra designação que o desejo de mudança ou alteração do sexo/género possa assumir, dos manuais de classificação das doenças mentais, sobretudo os referenciais DSM e CID, esta última com revisão agendada para 2014.

Com sede nos EUA, a GID Reform Advocates, constituída nos primeiros anos do presente século, agrega profissionais médicos, prestadores de cuidados, académicos, investigadores, defensores dos direitos humanos, membros da comunidade LGBT e outros apoiantes que "defendem a reforma da classificação psiquiátrica da diversidade de género como doença mental", considerando que "É tempo das profissões médicas afirmarem que a diferença não é doença, a não conformidade não é patologia e a singularidade não é enfermidade"[228]. A organização tem tomado posições públicas não só sobre as propostas de revisão da "perturbação de identidade de género", mas também de outras classificações de diversidade de género, como a do "transvestismo fetichista", presentes no DSM e na CID[229].

Um dos "rostos" mais visíveis e impulsionadores desta causa é a Campanha Internacional "Stop Patologização Trans 2012"[230], presente também em Portugal, onde foi lançada em Lisboa em Outubro de 2009, por sete estruturas/grupos associativos[231], em simultâneo com outras cidades europeias e fora da Europa, e tem vindo todos os anos a ser assinalada.

A despatologização implica que os cuidados clínicos para as pessoas trans sejam disponibilizados assentando na auto-determinação de género dos indivíduos, e nesse sentido começam já a ser elaboradas as primeiras propostas alternativas aos clássicos SOC, como o "Guía de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria a Personas Trans en el marco del Sistema Nacional de Salud"[232], publicado em Outubro de 2010 pela Rede de Despatologização Trans do Estado Espanhol e que conta já com uma versão em língua inglesa[233].

Meyerowitz (2002: 234, 239) encontra discursos nesse sentido no contexto norte-americano desde os primeiros activismos trans do início dos anos 1970 –, mas a organização e a visibilidade do movimento actual.

[228] http://www.gidreform.org/.

[229] Para maior aprofundamento veja-se a colectânea *Gender Madness in American Psychiatry. Essays from the Struggle for Dignity* (Winters, 2008).

[230] A menção ao ano de 2012 prende-se, precisamente, com a data inicialmente prevista de publicação da nova versão do DSM, a quinta. No seu sítio na internet pode ler-se: "Assumida, até ao momento, por mais de 100 organizações e 4 redes internacionais em África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul, a campanha coordena, a 17 de Outubro, uma mobilização internacional simultânea em mais de 30 cidades de 17 países europeus e no continente americano." (http://stp2012.webnode.com/).

[231] Nomeadamente as Panteras Rosa, o seu maior impulsionador no contexto nacional, Caleidoscópio LGBT, CAT, Médicos pela Escolha, PortugalGay.pt e UMAR.

[232] Pode ser consultado em http://stp2012.info/guia/STP-propuesta-sanidad.pdf.

[233] Pode ser consultada em http://www.stp2012.info/guia/STP_guide_health.pdf.

Sobretudo quando inicialmente apresentada, esta reivindicação não reuniu consenso, constituindo mesmo uma das questões mais fracturantes dentro do movimento trans, dividindo expressões de género (sendo da transexualidade que surgem as maiores reservas) e estruturas do movimento associativo, visível igualmente na realidade portuguesa. O principal argumento contra a despatologização é que, ao contrário do que acontece com a homossexualidade, no caso sobretudo da transexualidade, a alteração corporal é como que constitutiva da própria identidade. Pragmaticamente, existe o receio de que a retirada dos catálogos médicos implique a não cobertura dos tratamentos pelos serviços públicos de saúde (no nosso caso, o SNS), o que faz com que algumas pessoas trans e/ou activistas, embora concordem com o princípio, discordem da opção de fazer desta uma luta prioritária.

No entanto, a ideia de que, apesar de estar em causa a necessidade de cuidados médicos, não se tratar de uma doença mental ou, dito de outro modo, as pessoas transexuais não serem doentes mentais (aliás, a famosa imagem da "mente presa num corpo errado" tantas vezes usada para definir a transexualidade coloca o problema no corpo e não na mente) tem vindo a ser crescentemente reconhecida e extravasa em muito o activismo que poderia ser avaliado como mais radical, como se pode constatar pelo apoio à campanha da Rede de Despatologização Trans por estruturas associativas mais próximas das "políticas da identidade", como a TGEU[234] e a ILGA Europe[235].

Mesmo fora do activismo, a nível político-jurídico, esta ideia reúne cada vez mais consenso. O Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa tem vindo a acompanhar a defesa da auto-determinação das pessoas transgénero na gestão da sua identidade de género, incluindo ao nível dos cuidados de saúde. No "*Issue Paper*" (2009), o comissário já assinalava que "O primeiro aspecto a entrar na discussão dos cuidados de saúde às pessoas transgénero é a existência de classificações médicas internacionais e nacionais que definem a transexualidade como doença mental (…) Tais classificações podem tornar-se um obstáculo ao pleno usufruto dos direitos humanos pelas pessoas transgénero, especialmente quando são aplicadas de modo a restringir a capacidade legal ou a escolha do tratamento médico". E o Comissário prossegue, ainda mais explicitamente, afirmando que "Devem ser exploradas classificações alternativas em estreita consulta com as pessoas transgénero e as suas organizações. De um ponto de vista dos direitos humanos e dos cuidados de saúde não é necessário um diagnóstico de perturbação mental para garantir o acesso ao tratamento para uma condição que necessita de cuidados médicos." (2009: 23; 25). Posteriormente, no estudo "Discriminação com base na Orientação Sexual e Identidade de Género na Europa" (2011), o Comissário identifica mesmo as classificações e os discursos médicos que colocam as pessoas transgénero sob a alçada das doenças mentais como tendo um impacto directo no modo como estas são percebidas pela sociedade, contribuindo também para a percepção por parte dos estados da diminuição da responsabilidade que lhes cabe no combate às discriminações, nomeadamente à transfobia (2011: 24-25).

[234] Cf. http://www.tgeu.org/node/73.
[235] Cf. http://www.ilga-europe.org/home/news/latest_news/ilga_europe_s_statement_on_the_occasion_of_the_international_day_for_depathologisation_of_trans_identities_23_october.

Colocam-se pois, pelo menos, dois problemas na classificação da transexualidade e outras formas de transgénero como doença mental. Por um lado, tal classificação constitui-se como um factor indutor ou de reforço do estigma de que estas pessoas são vítimas; e, por outro, restringe-lhes o direito à autonomia e à auto-determinação, nomeadamente no acesso aos cuidados de saúde e ao reconhecimento legal. Surge assim clara a recomendação: "Rever quaisquer requerimentos de um diagnóstico de perturbação mental para o acesso aos cuidados de saúde transgénero com vista à eliminação de obstáculos ao efectivo usufruto, pelas pessoas transgénero, dos direitos à auto-determinação e ao mais elevado padrão de saúde disponível." (2011: 14).

Na sequência da adopção, em Junho de 2011, da primeira resolução acerca dos "Direitos humanos, orientação sexual e identidade de género" no Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em 29 de Setembro desse ano, também o Parlamento Europeu toma posição a favor da despatologização, instigando a Comissão e a Organização Mundial de Saúde a deixarem de considerar as pessoas transgénero como doentes mentais. No texto da resolução, pede-se-lhes explicitamente que "assegurem uma reclassificação não-patologizante nas negociações da 11ª versão da Classificação Internacional das Doenças" (ponto 16)[236].

Mesmo por parte da classe médica se vão somando indícios, ou mesmo já concretizações, de uma mudança convergente com esta abordagem, que ultrapassam a tomada de posição individual de um ou outro clínico[237]. Assim, a estrutura de referência nos cuidados clínicos às pessoas transgénero, a World Profissional Association for Trangender Health (WPATH) que, nos SOC (na sua sexta versão, de 2001)[238], em vigor durante o tempo de realização desta investigação, apresentava uma posição cautelosa, de alerta para que "A designação das perturbações de identidade de género como perturbações mentais não deve constituir uma licença para estigmatizar ou para privar os pacientes de género dos seus direitos civis", viria a público, em Maio de 2010, com uma clara tomada de posição "anti-psicopatologização", considerando que "A psicopatologização das características e identidades de género reforça ou pode induzir estigma, tornando mais prováveis o preconceito e a discriminação, colocando as pessoas transgénero e transexuais mais vulneráveis à marginalização e exclusão social e legal, e aumentado os riscos ao bem-estar mental e físico". Assim, num comunicado produzido para esse efeito, a associação "insta as organizações governamentais e as de profissionais médicos a reverem as suas políticas e práticas para eliminarem o estigma dirigido às pessoas variantes de género (*gender-variant*)" (WPATH, *De-Psychopatholisation Statement*, 26 de Maio de 2010)[239]. Na

[236] Pode ser consultada em http://www.lgbt-ep.eu/wp-content/uploads/2011/09/RES-20110928-Human-rights-sexual-orientation-and-gender-identity-at-the-United-Nations-As-adopted-Provisional.pdf.
[237] Para dar o exemplo de Portugal, Gabriela Moita, psicóloga clínica com experiência no acompanhamento de pessoas transexuais e transgénero apoia "a despatologização das variações de identidade de género por considerar que as variações na vivência da sexualidade em geral e da identidade sexual em particular, não devem ser consideradas do foro da patologia", como se pode ler no seu depoimento de apoio à campanha Stop Patologização Trans 2012 (cf. http://stp2012.webnode.com/depoimentos/).
[238] Cf. http://www.wpath.org/documents2/socv6.pdf.
[239] Pode ser consultado em http://www.wpath.org/policies.cfm.

sequência desta tomada de posição, a sétima versão dos SOC[240], conhecida em Setembro de 2011, implica uma mudança histórica[241] nos padrões dos cuidados de saúde às pessoas – e a mudança começa logo aqui – "transexuais, transgénero e não conformes em termos de género (*nonconforming people*, no original)". O documento contém uma secção inteira intitulada "Ser transexual, transgénero ou não conforme em termos de género é uma questão de diversidade, não de patologia". As recomendações vão agora no sentido de que os cuidados sejam prestados com base nos princípios do consentimento informado, da adequação da prática clínica e dos serviços disponíveis às expectativas e necessidades das pessoas que os procuram, da abertura dos cuidadores ao afastamento de parte dessas pessoas aos papéis de género tradicionais, etc.

Ao nível político, tanto os governos de França como de Espanha se manifestaram a favor da despatologização. Por ocasião da celebração do Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia de 2010, os ministérios dos Negócios Estrangeiros e Europeus e da Saúde e do Desporto de França anunciam a intenção de trabalhar conjuntamente para colocar essa questão à OMS[242]; e o Conselho de Ministros espanhol compromete-se a solicitar a essa organização a eliminação da transexualidade da CID e de outros manuais similares como meio de difundir e promover os valores da igualdade[243]. Em Maio de 2009, a França tinha sido já o primeiro país do mundo a efectivar a retirada da transexualidade da classificação de doença mental no sistema de saúde nacional, a que se seguiu, já em 2011, a Suécia.

Mas é neste momento ainda incerto o impacto deste movimento, pelo menos num futuro mais imediato, nos catálogos de referência das doenças mentais. A APA não dá sinais de ceder na classificação da transexualidade como doença mental, embora a retirada da menção a "perturbação" ou "distúrbio" das propostas avançadas para a nova designação a constar na próxima revisão possa ser interpretada como uma nova sensibilidade a esta reivindicação. A primeira proposta de denominação[244], datada de Fevereiro de 2010, era a de "incongruência de género", a qual colocava o problema de alargar o diagnóstico e a patologização a todas as identidades e expressões de género fora das convencionais, mesmo aquelas em que essa suposta "incongruência" não fosse causadora de mal-estar ou desconforto para o seu "portador". Face às reacções e às críticas neste sentido, a APA avança com uma segunda proposta[245], reintroduzindo a clássica designação de "disforia de género", a qual assenta no sentimento do indivíduo em causa (recordemos que "disforia" significa "sensação de mal-

[240] Pode ser consultado em http://www.wpath.org/documents/Standards%20of%20Care%20V7%20-%202011 %20WPATH.pdf.
[241] Assim reconhecida, quer no próprio texto do documento, quer nas declarações dos responsáveis por esta sétima versão aquando da sua apresentação pública.
[242] Pode ser consultada em http://www.sante.gouv.fr/declassification-de-la-trans-identite-de-la-liste-des-maladies-mentales-de-l-organisation-mondiale-de-la-sante.html.
[243] Pode ser consultada em http://www.lamoncloa.gob.es/ConsejodeMinistros/Referencias/_2010/ refc20100514.htm.
[244] Pode ser consultada na página da APA reservada aos desenvolvimentos do DSM-5 em http://www.dsm5.org/Pages/Default.aspx.
[245] Pode ser consultada na página da APA em http://www.dsm5.org/ProposedRevision/Pages/GenderDysphoria.aspx.

estar"), recolocando-a pois, aparentemente, na esfera do individual e não do social. É, porém, recuperada toda a carga histórica e simbólica da clássica designação.

Da parte da Organização Mundial de Saúde não são ainda conhecidas reacções ou eventuais propostas de alteração a introduzir na CID, mas, como vimos, esta estrutura conta desde já com interpelações concretas e de peso, desde o Conselho da Europa ao Parlamento Europeu ou à estrutura de representação das organizações trans a nível europeu - a TGEU. Eis a saída da Conferência de Direitos Trans de Malta de 2009:

> "Apelamos à Organização Mundial de Saúde para que salvaguarde os direitos humanos das pessoas trans nas revisões actuais dos CID-10 e DSM-IV. Apelamos à criação de uma categoria alternativa não-patologizante na CID-11, que estabeleça padrões de qualidade para os tratamentos médicos capazes de apoiar a expressão de género das pessoas trans. Nenhuma organização de saúde nacional ou internacional deveria apresentar as identidades trans como transtornos psiquiátricos. Não obstante, deveriam possibilitar o acesso a uma assistência médica hormonal, cirúrgica e psicológica que deveria facilitar-se para as pessoas trans que procurem essa assistência." (http://www.tgeu.org/node/87)

Em Novembro de 2011, o GATE - Global Action for Trans* Equality organiza um encontro de especialistas internacionais[246] no sentido de formalizar a sua contribuição para a discussão dos conteúdos e modalidades dos cuidados de saúde trans na nova versão da CID. O principal objectivo é combinar dois aspectos considerados centrais: "A despatologização trans* no contexto da CID-11 e o acesso integral das pessoas trans* aos cuidados de saúde (e ao reconhecimento legal da sua identidade de género nos casos em que o diagnóstico ainda é um requisito)" (2011: 3). A proposta concreta é a de re-pocionar a referência aos "Cuidados de saúde às pessoas trans", sendo estes incluídos no capítulo "Factores que influenciam o estado de saúde e o contacto com os serviços de saúde".

Tem-se tornado, pois, cada vez mais claro que a despatologização não implica prescindir, ou sequer menosprezar, a centralidade dos cuidados de saúde, mas sim proceder a uma alteração na relação solicitador-prestador de cuidados, para que possam ser disponibilizados, para quem assim o desejar, com uma maior maleabilidade, tendo em conta as preferências e as necessidades individuais, e uma maior participação nas decisões por parte das próprias pessoas trans. As lutas vão assim a par, ao invés de se excluírem mutuamente: a retirada dos catálogos de/como doenças mentais das diversas formas de diversidade de género e o direito e maior exigência ao nível dos cuidados de saúde. Cuidados de saúde estes que, à luz de um novo quadro de referência centrado nos seus utilizadores e na sua agência, tomam inclusivamente uma nova designação "procedimentos de afirmação de género" em substituição da designação de "procedimentos de reatribuição de género". Na definição avançada pelo GATE, os procedimentos de afirmação de género "referem-se a todos os procedimentos – cirúrgicos, hormonais, psicológicos ou outros – que têm como objectivo afirmar a identidade de género das pessoas trans* e/ou possibilitar-lhes expressarem-na livremente e do modo que preferirem.

[246] O documento que dá conta das discussões e resultados desse encontro, intitulado "It's time for reform. Trans health issues in the International Classification of Diseases. A Report for the GATE experts meeting", pode ser consultado em http://globaltransaction.files.wordpress.com/2012/05/its-time-for-reform.pdf.

Os procedimentos de afirmação de género devem ser conduzidos pelo desejo da pessoa que os procura." (GATE, 2011: 21).

É de certo modo espectável que a transexualidade monopolize as considerações feitas a propósito dos cuidados de saúde, dado tratar-se de uma identidade de género que implica, embora avaliada diferentemente por cada indivíduo, uma intervenção de natureza médica (encarnada) para se expressar. Existe, porém, outra expressão de género incluída no transgénero que se encontra actualmente medicalizada. Trata-se do "transvestismo" que, tendo em conta as designações que propomos e adoptamos no presente trabalho, abarcará sobretudo as pessoas *cross-dresser*. No DSM IV-TR (2000), surge sobre a forma de "transvestismo fetichista" e é associado exclusivamente a "machos heterossexuais". O transvestismo surge no grupo das "parafilias" sexuais, onde se inclui, por exemplo, a pedofilia e o exibicionismo.

Há internacionalmente movimentações, e pelo menos uma petição[247], para retirar o "transvestismo fetichista" da nova versão do DSM, onde surge como proposta de alteração de designação a pouco simpática "*Transvestic Disorder*"[248]. Tendo-se eliminado o termo "perturbação" para designar os casos associados à transexualidade foi agora introduzida para os casos de transvestismo. Pese embora aparentemente ainda sem eco na prestigiada e influente Associação Americana de Psiquiatria, noutros contextos e noutras geografias a efectiva despatologização do transvestismo já começou a sua caminhada, nomeadamente nos países do Norte da Europa. Em Fevereiro de 2010, o organismo oficial de saúde norueguês, seguindo o que já tinha acontecido na Dinamarca (1995) e na Suécia (2009), invalidou o diagnóstico de "transvestismo fetichista" no manual psiquiátrico nacional. A Junta de Saúde desse país escreveu então: "Não tem havido mudanças nestes diagnósticos há mais de 100 anos… Na melhor das hipóteses, estes diagnósticos são completamente supérfluos. Na pior das hipóteses são estigmatizantes de grupos minoritários na sociedade." (http://dsm.ifge.org/petition/). A questão é pois a (in)utilidade de um diagnóstico deste tipo, ou seja, a de diagnosticar e rotular de "doença mental" uma prática de *cross-dressing* que não coloca, como podemos constatar com as pessoas *cross-dresser* com quem contactámos ao longo desta pesquisa, qualquer tipo de desestabilização (fora a provocada pelos constrangimentos sociais) aos sujeitos que a praticam. Sobretudo, quando raramente estes sujeitos procuram os serviços médicos motivados por essa prática. E, no caso de os procurarem, deverá "patologizar-se" a prática, no sentido de encontrar uma "cura" ou uma "solução"? Deverão então os cuidados ser dirigidos para a sua abstinência? Não podemos deixar de encontrar aqui paralelos, mais até do que no caso da transexualidade, com o que acontecia com a homossexualidade, a qual desde 1973 deixou de ser considerada como doença mental.

[247] A petição, da responsabilidade de um grupo de associações – FTMInternational, The International Foundation for Gender Education e GID Reform Advocates – e de personalidades individuais, pode ser encontrada em http://dsm.ifge.org/petition.
[248] Pode ser consultada em http://www.dsm5.org/proposedrevision/pages/proposedrevision.aspx?rid=189.

Uma ilação que se pode retirar das alterações propostas à designação e diagnóstico do "transvestismo fetichista" é de que a "*transvestic disorder*"[249] se alargou às mulheres biológicas (desde os iniciais "machos heterossexuais"), constando nas suas especificações que, para além do "fetichismo", pode existir com "autoginefilia" (excitação decorrente de pensamentos ou imagens de si como mulher) ou com "autoandrofilia" (excitação decorrente de pensamentos ou imagens de si como homem). Estamos pois perante uma "democratização" das expressões trans, inclusiva das mulheres biológicas e uma assunção da existência de "masculinidades femininas". Esta "democratização" estende porém a patologização a ainda maior número de formas de vivência do género fora das tradicionais. Como refere Kelly Winters, fundadora da GID Reform Advocates, que apresenta dez razões pelas quais a "*transvestic disorder*" deve ser removida do DSM-5[250], esta nova versão, "rotula as expressões de género não estereotipadamente associadas com o sexo atribuído à nascença como inerentemente patológicas e sexualmente desviantes. O diagnóstico é punitivo e cientificamente caprichoso, servindo para punir a não conformidade sexual e de género e reforçar os estereótipos binários do sexo atribuído à nascença." (http://www.gidreform.org/blog2010Oct15.html).

Na última sessão ordinária de 2011, a Câmara dos Deputados da Argentina aprova amplamente – e com votos favoráveis de todos os partidos – uma proposta de lei que não exige um diagnóstico, mas apenas a vontade expressa da pessoa, para o reconhecimento legal de género, sendo o mesmo princípio de auto-determinação válido para o acesso e a relação com os serviços médicos, concretizando assim a despatologização aos níveis legal e médico. A entrada em vigor, em Maio de 2012, desta lei, absolutamente pioneira, constituir-se-á como um observatório privilegiado da viabilidade, efeitos e consequências da despatologização no reconhecimento legal e no acesso aos cuidados de saúde.

3.3. Movimento associativo

O movimento associativo, no seu duplo papel de actor político e de prestador de serviços à população que representa, é um protagonista central tanto no que se refere às "políticas de reconhecimento" (Dubet e Thaler, 2004; McDonald, 2004) como ao bem-estar ao nível individual.

O movimento tem crescentemente vindo a desempenhar um papel decisivo na defesa e aquisição de direitos das pessoas transexuais e transgénero, como se percebeu no decurso deste capítulo, tanto no plano legal como no dos cuidados de saúde. E esse papel tem vindo a ser legitimado pelas instâncias produtoras de recomendações, como é o caso do Conselho da Europa, onde é colocado como co-responsável na definição de políticas a implementar pelos Estados e pela sua monitorização.

[249] Não sabemos como será traduzida para a língua portuguesa, uma vez que "perturbação transvéstica" não parece soar muito bem.
[250] GID Reform Advocates, *Ten Reasons why the transvestic disorder diagnosis in the DSM-5 has got to go*, 15 de Outubro de 2010 (http://www.gidreform.org/blog2010Oct15.html).

Não estando em causa no nosso país a garantia da liberdade de associação (uma das preocupações internacionais e europeias a este respeito), a questão em Portugal passa mais pela mobilização das pessoas transexuais e transgénero para o activismo relacionado com a identidade de género.

3.3.1. O movimento associativo T internacional e europeu

As primeiras organizações de transexuais surgem, em São Francisco, nos EUA, nos finais dos anos 1960, princípios de 1970, e partilhavam com outros movimentos sociais da época o valor da autenticidade, reivindicando o fim da discriminação e o direito à auto-realização (Meyerowitz, 2002: 228). Para algumas, a mensagem era já a da despatologização (idem: 234). Mas é a partir da década de 1990 que o movimento cresce e se organiza, sendo a sua força e visibilidade fortemente impulsionadas pela possibilidade do recurso à internet (Whittle, 1996, 1998, 2006). É então na segunda metade dessa última década do século passado que podemos situar grupos autónomos de pessoas transexuais e de outras expressões de género que começam a definir as "políticas transgénero" (Broad, 2002: 246).

A transexualidade e o transgénero inserem-se no movimento associativo LGBT – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgénero, no que resulta que a problemática da identidade de género surge geralmente num "pacote" com a da orientação sexual (como é também comum nos documentos relacionados com os direitos humanos destas pessoas). Os activismos *gay* e trans foram-se sobrepondo, como está bem ilustrado nos episódios emblemáticos para a constituição do movimento LGBT, o Campton's Cafeteria Riot, em 1966 e Stonewall, em 1969 (para uma análise aprofundada, veja-se Feinberg, 1998: 95-112; Meyerowitz, 2002: 227-241; Stryker, 2008: 59-89), embora tivessem ficado na história associados exclusivamente ao movimento *gay*, sendo esse legado e esse protagonismo recentemente "resgatado" e "regateado" pelo movimento trans.

As relações entre as duas temáticas, e respectivos representantes, nem sempre foram pacíficas dentro do movimento LGBT. Por exemplo, Namaste (2000: 268-269) considera que os *gays* e as lésbicas constituem um dos protagonistas envolvidos no processo de "apagamento" das pessoas transexuais e transgénero, o que faz com que algumas pessoas trans estejam mais alinhadas com outro tipo de activismos (a autora dá o exemplo dos ligados ao trabalho sexual) do que com o LG. As pessoas com orientação sexual fora da heterossexual e as pessoas com identidade de género fora da cissexual partilham uma discriminação comum baseada estruturalmente na hegemonia do sentido das relações entre sexo, género e sexualidade, mas no caso da orientação sexual o "focus" reside sobretudo na relação entre sexo e sexualidade (afectando o género), enquanto na da identidade de género reside na relação entre sexo e género (com consequências na sexualidade). Esta diferença do T em relação às restantes LGB faz com que haja reivindicações comuns, mas também específicas (o reconhecimento legal de género e o acesso aos cuidados de saúde para transformações físicas, duas das principais reivindicações T, sobretudo transexuais, não afectam directamente as pessoas cissexuais com orientações não exclusivamente heterossexuais).

Para além disso, uma das estratégias de distintividade e de afirmação da homossexualidade passa pelo distanciamento de uma identidade trans-género (e frequentemente do modo de a expressar), colocando problemas de aceitação das causas e das pessoas trans dentro do movimento maioritariamente constituído por pessoas *gay* e lésbicas (Califia, 1997 [2003], Green, 2004: 78; Stone, 2009). Do outro lado, é histórica e fundadora da afirmação das identidades, sobretudo transexuais, a estratégia de demarcação em relação à homossexualidade, tendo até constituído a heterossexualidade um dos "indicadores" da transexualidade. Estas tensões, como perceberemos no ponto seguinte, estão também patentes na realidade nacional, embora esta seja igualmente reveladora das alianças que se estabelecem entre ambos os activismos, quando na modalidade desagregada.

Há vários modelos possíveis para a acção, como os exemplos do Reino Unido e de Espanha demonstram. No Reino Unido, e com um trabalho que ultrapassa as fronteiras da região sede, temos a (já histórica) associação Press for Change[251], fundada em 1992. Define-se como uma organização de *lobbying* político e educativo nas questões da identidade de género. Desde a sua criação que fornece aconselhamento jurídico, formação e consultoria para empregadores e organizações, bem como se dedica à investigação e publicação. É indubitavelmente uma das principais responsáveis pelo primeiro quadro legislativo de formato "moderno" do reconhecimento civil da transição de género[252], a que se seguiram os países ibéricos. Tanto o seu trabalho a nível jurídico, como de investigação em questões como a discriminação de que são vítimas as pessoas trans, abarcam toda a Europa.

Em Espanha, onde há uma tradição de descentralização, existe um número considerável de associações, parte delas remetendo a determinada província. Apesar desta pulverização, a força do movimento associativo LGBT, e especificamente do movimento trans, está bem patente naquilo que tem vindo a ser conseguido a nível legislativo, colocando este país na vanguarda dos direitos LGB e, neste caso, também T. A nível nacional e de âmbito partidário, destaca-se a Federação Estatal de Lésbicas, *Gays*, Transexuais e Bissexuais de Espanha, membro do PSOE. Existe ainda, sobretudo na Catalunha, um fortíssimo movimento trans a favor da despatologização, sendo originária de Barcelona a campanha "Stop Patologização Trans 2012", considerada a "primeira campanha mundial do movimento trans internacional" e o "seu maior êxito de mobilização até à data" (Balzer, 2010: 82 e 81).

A maturidade do movimento T está expressa na sua organização a nível supra-nacional, nos anos mais recentes. Na sequência da realização em Viena do "First Transgender Council", em Fevereiro de 2005, onde compareceram 120 representantes de 66 grupos, oriundos de 21 países europeus, entre os quais Portugal, foi constituído formalmente, no final de 2006, um organismo trans a

[251] http://www.pfc.org.uk/.

[252] O projecto de investigação conduzido por Sally Hines e Zowie Davy sobre "Diversidade de género, reconhecimento e cidadania: Explorando o significado do *Gender Recognition Act* do Reino Unido (GRA, 2004)", revela que a maior parte das pessoas trans que participaram no estudo consideram que a lei não teria sido possível sem o trabalho de *lobbying* dessa associação junto dos responsáveis governamentais (Hines e Davy, 2011).

nível europeu, a TransGender Europe – TGEU[253], que pretende ser uma estrutura representativa de grupos de suporte trans, abarcando o máximo possível de países. É membro da Plataforma das ONG europeias na área social. A TGEU tem constituído um parceiro privilegiado do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa nas questões relacionadas com a identidade de género, sendo aliás a prestação de informação a esse nível um dos seus objectivos explícitos. A TGEU é responsável pelo projecto de investigação "Transrespect versus transphobia worldwide"[254], o qual fornece uma visão geral sobre a situação relativa aos direitos humanos das pessoas trans em diferentes partes do mundo, produzindo informação que possa ser útil para as instituições internacionais, as organizações de defesa de direitos humanos, o movimento trans e o público em geral na defesa dos direitos das pessoas trans.

Recentemente foi constituída uma entidade de defesa dos direitos trans a nível internacional: o GATE – Global Action for Trans* Equality[255]. Este assume-se como uma estrutura de *lobbying* a nível regional e internacional dos direitos trans, tendo essencialmente duas linhas de intervenção: unir o movimento num objectivo comum, desenvolvendo a agenda trans a um nível político; e dialogar com os organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde ou as Nações Unidas.

Assiste-se assim, a partir da segunda metade da primeira década do século XXI, a uma crescente organização do movimento T a nível global, e a alguma autonomização em relação ao movimento LGBT, que permite dar visibilidade e focalizar a acção, mas sem perder as relações com o movimento mais amplo onde se insere igualmente (por exemplo a TGEU é parcialmente financiada pela ILGA Europa).

3.3.2. O movimento T em Portugal: da primeira associação à primeira conquista

Em Portugal o activismo relacionado especificamente com a identidade de género é muito recente. Esta situação tem a ver com a própria história e dinâmica do movimento LGBT nacional, o qual era praticamente inexistente antes de 1991 (Vale de Almeida, 2010: 55). Num momento em que o movimento lutava pela sua própria constituição, e com o número e disponibilidade para o activismo diminutos (tendência que se acentua consideravelmente ao nível do T), o movimento LGBT centrou a sua intervenção na problemática da orientação sexual, relegando para segundo plano, ou mesmo ignorando, a identidade de género. Aliás, a própria designação das estruturas LGBT, fundadas nos anos 1990, é reveladora dessa situação: Grupo de Trabalho Homossexual do PSR (1991), International Gay and Lesbian Association, actual Intervenção Lésbica, *Gay*, Bissexual e Transgénero – ILGA Portugal (1995) e Opus *Gay* (1997). Uma leitura das reivindicações prioritárias do movimento, plasmadas em forma de "Dez Mandamentos" num documento elaborado, já em 1998, por estas três associações, mais a Abraço (retirado de Moita, 2001: 136), permite confirmar que a identidade de

[253] http://tgeu.net/.
[254] Pode ser consultado em http://www.transrespect-transphobia.org/.
[255] http://transactivists.org/.

género nunca é explicitamente referenciada e mesmo uma das categorias que contempla (transexuais) só surge na modalidade da elecagem por extenso da sigla:

> 1. Explicitação no artigo 13º da Constituição Portuguesa da orientação sexual como um dos critérios pelos quais ninguém pode ser discriminado;
> 2. Legalização das Uniões de Facto, sem qualquer discriminação sexual;
> 3. Educação sexual nas escolas, que exponha a pluralidade das opções sexuais e afectivas;
> 4. Ensino nas escolas de história dos *gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais;
> 5. Não discriminação no direito ao trabalho;
> 6. Não discriminação no acesso aos cuidados de saúde e garantia de confidencialidade de dados clínicos e pessoais;
> 7. Não discriminação dos *gays* e lésbicas como dadores de sangue;
> 8. Direito à adopção;
> 9. Não discriminação na atribuição e regulação do poder paternal;
> 10. Possibilidade de concessão de asilo político por perseguição baseada na orientação sexual.

Embora não se saiba ao certo quantas pessoas transexuais e transgénero existem em Portugal, elas serão bastante minoritárias relativamente às que têm uma orientação sexual fora da heterossexual, constituindo uma minoria dentro de uma minoria. Talvez por isso a sua voz no interior do movimento[256] seja, proporcionalmente ao seu número, também bastante minoritária. Arriscamo-nos a dizer que, pelo menos até ao início de 2006, para o movimento, o "T" era frequentemente apenas um acessório na sigla LGBT[257].

Daquilo que foi possível reconstituir, até 2002, altura da constituição da primeira associação especificamente dirigida à temática – a ªt., Associação para o Estudo e Defesa do Direito à Identidade de Género[258] – foram apenas realizadas algumas iniciativas no âmbito da Associação Abraço[259], e mais tarde da ILGA Portugal, sobretudo impulsionadas por aquela que viria a ser a fundadora e presidente da ªt. Nomeadamente, no final dos anos 1990, uma carrinha de distribuição de preservativos que fazia o roteiro dos locais de prostituição trans e um inquérito de caracterização da população trans e das suas práticas na área da saúde.

A entrada mais visível e formalizada do activismo T em Portugal surge então já no presente milénio, com a constituição de uma associação especificamente dirigida à temática da identidade de género. Durante o período da sua actividade, a ªt. foi a representante portuguesa na TransGender Europe.

---

[256] O próprio movimento LGBT no seu conjunto, em Portugal, está a uma "longa distância" do desenvolvimento dos movimentos LGBT noutros países, nomeadamente em termos da participação cívica. Para uma análise pormenorizada do mesmo, veja-se os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos por Ana Cristina Santos nesta matéria, nomeadamente, 2003, 2004 e 2005.

[257] Não foram raras as vezes que assistimos, com frustração, no período de germinação desta pesquisa, a iniciativas do movimento associativo português, que na sua apresentação remetiam para a temática LGBT e não apenas para a orientação sexual, e em que as únicas ocasiões em que ouvíamos o T, era quando a sigla era referida por extenso.

[258] Cf. o sítio da associação, ainda acessível em http://a-trans.planetaclix.pt/.

[259] A Associação Abraço – bem como mais genericamente a temática que ela representa, o combate à sida –, teve um papel decisivo na fundação do movimento LGBT em Portugal (cf. Santos, 2005; Cascais, 2006; Vale de Almeida, 2010), sendo nela que se formaram para o activismo, o fundador da Associação ILGA Portugal, Gonçalo Dinis, para além da fundadora da ªt., Jó Bernardo.

A (curta) história da ªt., que viria a extinguir-se em 2007, confunde-se e é indissociável da história da sua fundadora e única presidente, Jó Bernardo. Na entrevista realizada no âmbito desta pesquisa, Jó Bernardo conta que a associação nasceu da necessidade sentida de institucionalizar um trabalho que já era feito, especialmente por si, informalmente, no acompanhamento e encaminhamento de pessoas trans nas questões sociais, legais e médicas. Não tendo, segundo a própria, encontrado o apoio para o fazer no seio de associações LGBT já existentes, e consequentemente com uma estrutura já montada, e considerando a utilidade de ir recolhendo e sistematizando informação relativa ao apoio prestado e respectivo material, que pudesse vir a construir um património desta temática no nosso país, a associação é constituída, tendo como suporte a actividade empresarial que Jó Bernardo desenvolvia: a Esquina Cor-de-Rosa, a única livraria até hoje em Portugal especializada na temática LGBT.

Dada a escassez de recursos humanos, a associação, que surgiu, como o seu próprio nome indica, com objectivos que incluíam a reivindicação política e a investigação, acabaria por ficar, na prática, enredada nas necessidades prementes do quotidiano do apoio directo às pessoas trans que a procuravam. Com a expectativa de que às questões transgénero pudesse ser conferida maior atenção por parte das associações LGBT, uma vez que, segundo conta, era acusada de "excesso de protagonismo", a presidente viria a demitir-se do cargo, convocando eleições. Mas esse cargo acabaria por ficar vazio, dado não ter havido ninguém a manifestar o interesse ou a reunir as condições para o ocupar, o que é indicador das dificuldades de organização colectiva das pessoas com estas expressões de género. Assim, e após um ano de impasse em que as tomadas de posição públicas da associação apareciam frequentemente em parceria com outra estrutura LGBT, as Panteras Rosa, viria mesmo a extinguir-se formalmente, em Dezembro de 2007, "em virtude da sua actual inactividade"[260]. O património documental entretanto acumulado foi doado à Abraço e permanece nas instalações desta associação sem que lhe fosse dado, até ao momento, qualquer tratamento ou serventia.

Na avaliação retrospectiva da sua principal responsável, a existência da ªt. pode ter tido o efeito perverso de desresponsabilizar as associações LGBT, que entretanto foram ganhando força e expressão, das questões relacionadas com o T da sua sigla: "E eu cometi o maior erro da minha vida que foi criar a associação ªt., porque no momento em que criei a associação, se os movimentos LGBT já não se sentiam sensibilizados para discutir a questão T, desresponsabilizaram-se totalmente" (Jó Bernardo). Pese embora se possa, efectivamente, admitir que a existência de uma associação especificamente direcionada para a identidade de género tenha tido efeitos na assunção (ou não) do T pelas associações LGBT, o que é também realidade é a marca significativa e incontornável que a associação/livraria/Jó Bernardo (na verdade elas muitas vezes se confundem como se de uma só instância se tratasse) deixou em parte da população trans (tendo em conta a geração e a expressão de género). Para além do trabalho de bastidores de apoio directo às pessoas trans, que não teria grande visibilidade, as notícias surgidas na comunicação social e a existência de um espaço comercial aberto

[260] Cf. http://a-trans.planetaclix.pt/.

ao público deram a conhecer a associação e/ou a livraria que funcionava na prática como a sua sede e a pessoa que a dirigia, que se assumia publicamente como transexual. Pela primeira vez na sociedade portuguesa, estavam assim identificadas uma pessoa, um espaço e uma estrutura a quem recorrer no contexto nacional quando da identidade de género se tratasse. A frequência do espaço da livraria, onde se podia estar e conviver, entre pares e sem discriminação, é relatada e recordada com bastante saudade por uma parte das pessoas trans com quem contactámos, para quem não surgiu nenhum espaço que pudesse ser considerado seu sucessor.

Como referimos logo na introdução deste trabalho, o "despertar" mais generalizado do movimento LGBT para as questões de identidade de género terá acontecido após o trágico acontecimento que foi a morte, em Fevereiro de 2006, de Gisberta Salce Júnior[261], cidadã transexual brasileira a viver há longos anos em Portugal, e que, provavelmente pela barbaridade do episódio, teve grande eco na comunicação social nacional e até internacional. Este brutal incidente deu origem a várias iniciativas do movimento trans internacional, nomeadamente através da TGEU, que, em coordenação com a associada ªt., disponibilizou informação e notícias da imprensa sobre este assunto no tgeu.net em várias línguas e promoveu, em toda a Europa, um pedido de envio de cartas de protesto às autoridades portuguesas. Em consequência desse trabalho houve grupos a organizarem vigílias por Gisberta em vários países dentro e fora da Europa (houve, por exemplo, um deles organizado na Austrália) e foi ainda produzido o documentário "Gisberta Liberdade", exibido em Portugal e no exterior. O assassínio de Gisberta é frequentemente o caso escolhido, em documentos internacionais, para ilustrar a violência a que as pessoas trans estão sujeitas e a consequente necessidade da sua protecção[262].

Em Fevereiro de 2007 a ªt. lança a campanha "Não temos vergonha de sermos transgéneros, transexuais, amig@s, companheir@s ou simpatizantes!", num misto de homenagem a Gisberta e de reivindicação dos direitos das pessoas de expressão trans. Constitui também, como se percebe pelo seu mote, e como é claro no texto de apresentação da campanha, uma exortação à visibilidade da temática, apenas considerada possível de concretizar através da visibilidade das próprias pessoas com estas identidades de género e, simultaneamente, uma recusa de políticas ou estratégias de ocultação:

> "NÃO TEMOS VERGONHA! Dois anos decorridos sobre o assassinato da Gisberta, inicialmente, alvo dos actos inqualificáveis de adolescentes e, posteriormente, vítima do preconceito e da discriminação social e institucional que culminou no lamentável desfecho do caso, como se de um crime menor se tratasse, com o beneplácito de muit@s e a indiferença de muit@s outros, achamos que a memória da Gisberta merece que nos ergamos e que demonstremos que existimos, que somos cidadãs e cidadãos deste País, e que não temos que ter vergonha de sermos quem somos ou de sermos como somos. Em homenagem às Gisbertas e aos Gisbertos, que alguma vez sentiram na pele a discriminação com base na identidade do seu género psicológico, está na hora de mostrarmos que não temos vergonha de sermos Transgéneros e/ou Transexuais, amig@s, companheir@s ou simpatizantes e recusaremos, SEMPRE,

[261] À semelhança do que a morte de António Variações terá sido para a luta contra a Sida e os incidentes de Aveiro para a homofobia.

[262] Veja-se, por exemplo, Eva Fels (2006), "Development of TransGender-Politics in Europe", em http://tgeu.net/ .

pertencer a qualquer grupo, conjunto ou comunidade que aceite ser definida ou se autodefina como "oculta" ou "invisível".” (http://naotemosvergonha.blogspot.com/)

O interesse a nível nacional e internacional, que a morte de Gisberta suscita, com a consequente procura por parte da comunicação social de declarações e posições das associações LGBT, terá contribuído significativamente para uma nova atitude e um novo interesse destas estruturas pelas questões relacionadas com o T da sua sigla.

No entanto, no momento, a reacção do movimento associativo ofereceu a possibilidade de constatar o desconhecimento de parte considerável das associações LGBT portuguesas acerca da transexualidade. Assim, imediatamente após a notícia da morte de Gisberta, surgiram comunicados de imprensa[263] das associações que se referiam ao episódio como um crime motivado pela homofobia, sem qualquer menção à transfobia, ou, o que será ainda mais ilustrativo, que qualificavam a vítima como “travesti” ou até “homem travesti”, com o consequente tratamento no masculino. Não temos dúvidas de que a “leitura” teria sido substancialmente diferente no presente.

Nas entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa, durante o ano de 2009, a representantes de associações e grupos LGBT (alguns até com um âmbito de intervenção mais alargado, na área da igualdade de género e de direitos sexuais)[264], a pedra de toque que constituiu o evento da morte de Gisberta no despertar para as questões ligadas à identidade de género em Portugal foi unanimemente reconhecida: “(…) para mim é claríssimo que o processo histórico do que é o activismo T em Portugal, infelizmente é a morte da Gisberta que o provoca, apesar da ªt. existir antes, mas a ªt. não se conseguiu estruturar e acabou por morrer antes da morte da Gisberta.” (não te prives - Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais). O actual presidente da maior associação LGBT nacional, a ILGA Portugal, refere que “É claro que o caso Gisberta foi marcante, não é? Há um antes e um depois, porque precisamente tornou particularmente visível o défice de informação que havia em relação à transexualidade, o peso da discriminação, e isso também é necessariamente um catalisador, que obriga a uma intervenção mais forte, e alerta mais pessoas para essa necessidade de intervenção. É evidente que esse foi um caso marcante, determinante também para a nossa intervenção, isso sem dúvida.”. Também o representante da Opus *Gay* considera que “O assassinato da Gisberta é um marco. É um marco pela violência do ataque, pela forma como foi tratado pela imprensa, pela forma como foi visto pela opinião pública e pela forma como decorreu o julgamento. Todas essas formas, erradas, más, levaram-nos a ver que havia uma outra consciência a ter.”.

No movimento LGBT pré-2006 a excepção é a rede ex-aequo – associação de jovens lésbicas, *gays*, bissexuais, transgéneros e simpatizantes, especialmente vocacionada para as questões educativas, que desde a sua fundação, em 2003, tem incorporado a identidade de género nas suas actividades. Na entrevista realizada a representantes desta associação, que incluiu para além da

[263] Todos os comunicados podem ser consultados em http://portugalgay.pt/politica/portugalgay71a.asp.
[264] Nomeadamente a ILGA Portugal, as Panteras Rosa, a Opus Gay, a rede ex-aequo e a associação não te prives. Foram igualmente auscultadas as estruturas de representação especificamente T, nomeadamente a presidente da extinta ªt. e membros do GRIT – Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade, da ILGA Portugal.

presidente na altura da entrevista, a sua primeira presidente, esta fez notar que a ex-aequo foi a precursora da utilização do termo "transgénero" no vocabulário do próprio movimento associativo nacional, pois até aí era sempre usada a versão de língua inglesa, "*transgender*". Esta associação desenvolve, desde 2005, o "Projecto Educação LGBT", que "visa uma intervenção educacional através da disseminação de informação sobre os temas da homossexualidade, bissexualidade e transgenerismo entre professores e alunos do 7º ao 12º ano, formadores de professores, professores estagiários e alunos do Ensino Superior". No seu âmbito foram produzidos materiais, como "Perguntas e Respostas Sobre Orientação Sexual e Identidade de Género" e "Educar para a Diversidade: Um Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Género"[265]. Em Dezembro de 2005, é editada a brochura educativa "Sermos Nós Própri@s", com um capítulo dedicado ao "Transgenerismo"[266].

Mas, como referimos anteriormente, é a partir de 2006 que têm vindo a ocorrer alterações significativas a nível da atenção mais generalizada que o movimento dedica às questões relacionadas com a identidade de género. De facto, sobretudo a partir dessa altura, foi possível ir assistindo a uma sucessão de iniciativas[267] especificamente sobre transexualidade e transgénero levadas a cabo pelas diversas associações LGBT nacionais, como, por exemplo, a colaboração das Panteras Rosa com a ªt. nas múltiplas iniciativas que tiveram que ver com os assassínios das duas pessoas transexuais (dois anos depois de Gisberta é encontrado numa lixeira o corpo da transexual Luna); os dois debates realizados em 2007 pela Ilga Portugal, especificamente sobre transexualidade com a participação das equipas médicas envolvidas no processo de transição clinicamente assistido; a realização de um colóquio sobre "Transexualidade em Portugal", organizado pela Opus *Gay* no âmbito do encerramento do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos; a audiência entre a ILGA Portugal e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, no sentido de demonstrar à Comissão a necessidade de uma lei de identidade de género em Portugal, em Janeiro de 2007; a acção anti-psiquiatrização em Lisboa: "Doença é o binarismo de género", convocada pelas Pantera Rosa em Junho de 2008; a reunião de activistas LGBT com o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa para debater as discriminações e os direitos das pessoas transexuais na Europa, onde esteve presente o GRIT da ILGA-Portugal, em Novembro de 2008; esta última é promotora do Projecto TRANSformation no âmbito do Human Rights Violations Documentation Fund da ILGA Europe, que produziu um *flyer*, de perguntas e respostas sobre transexualidade, entre outras iniciativas. Em Fevereiro de 2008 a ILGA Portugal apresentou um documento[268] que aborda as questões legais, clínicas e sociais sobre transexualidade, elaborado em conjunto pelo Grupo de Intervenção Política (GIP) e pelo Grupo de Intervenção e Reflexão sobre Transexualidade (GRIT), que constituía a base de

[265] Podem ser consultados em http://www.rea.pt/projectoeducacao.html.
[266] Pode ser consultada em http://www.rea.pt/brochura.html.
[267] Na cronologia que apresentamos em anexo é possível dar conta, mais exaustivamente, das várias iniciativas (cf, anexo A).
[268] Pode ser consultado em http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/Transexualidade-ILGA-Portugal-net.pdf.

sustentação para o conjunto de reivindicações políticas, legais e clínicas da associação, para a área da transexualidade. Este documento visava suprir as necessidades de informação por parte dos responsáveis políticos e partidários, constatadas pelos responsáveis da associação aquando da tentativa de inclusão da "identidade de género" na legislação anti-discriminação. Significativo é também que em Maio de 2009, o espaço cedido, desde 1997, pela Câmara Municipal de Lisboa à Associação ILGA Portugal, e igualmente sede da rede ex-aequo e do Clube Safo, até aí denominado "Centro Comunitário *Gay* e Lésbico", passe a designar-se, de modo mais amplo e inclusivo, "Centro LGBT".

Esse crescendo de atenção ao T teve reflexos também ao nível organizativo interno das associações, como se pode constatar com a criação, em Abril de 2007, de um Grupo de Interesse sobre Transexualidade dentro da maior associação LGBT portuguesa, a ILGA Portugal: o GRIT – Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade. Segundo o testemunho dos seus representantes auscultados no decurso desta pesquisa, o GRIT foi constituído inicialmente com uma dúzia de membros, todos transexuais, e manifesta a vontade de "sobretudo, crescer – e que cada vez mais pessoas transexuais se juntem a nós nesta viagem com destino à igualdade". Este Grupo, que sucede à ªt enquanto estrutura associativa especificamente dirigida às questões da identidade de género, apresenta em certos aspectos uma ruptura em relação à sua antecessora. Desde logo nas categorias de género que é suposto representar, dado que o GRIT, tal como o próprio nome indica, é exclusivamente dirigido à transexualidade; passando pelo género das pessoas que o constituem – inclui, contrastando com a ªt, homens transexuais e no momento da entrevista até mais homens do que mulheres; e ainda em temos geracionais – é integralmente constituído por pessoas jovens, cuja identidade de género é formada já após a introdução dos cuidados médicos de acompanhamento da transexualidade no contexto nacional, os quais frequentam. Este perfil reflecte-se nas suas preocupações e no conteúdo das suas reivindicações.

Em termos da acção de reivindicação política, tanto a ILGA Portugal, precisamente através do GRIT[269], como a Opus *Gay*[270] e activistas independentes em conjunto com as Panteras Rosa[271], conceberam propostas para uma lei de identidade de género. Apesar das diferenças que podem ser encontradas nos três documentos, todos partem da inspiração e dos princípios da lei espanhola, que viria efectivamente a ter acolhimento na lei nacional.

Para além da dimensão de natureza política interessa também analisar uma outra faceta importante do movimento associativo, que é a dos recursos e serviços que são disponibilizados à população a que se dirigem e representam.

Como referido anteriormente, a ªt. acabou por funcionar, embora não por estratégia mas mais por necessidade, como um serviço de proximidade às pessoas que a procuravam: prestação de

[269] Pode ser consultada em www.ilga-portugal.pt/pdfs/LIG.pdf.
[270] Pode ser consultada em http://www.opusgay.org/index.php/projetos/transexualidade/425-o-reconhecimento-legal-da-transexualidade-em-portugal.html.
[271] Pode ser consultada em http://contpagedu.no.sapo.pt/trans/trans_prop.htm.

informação, nomeadamente sobre o processo de transição física e/ou legal, encaminhamento para serviços de saúde ou até mesmo para os relacionados com a imigração e a legalização. Segundo o testemunho de Jó Bernardo, corroborado por outras pessoas transexuais com quem contactámos no âmbito desta pesquisa, a livraria "Esquina Cor de Rosa", situada no Príncipe Real, funcionou durante o tempo da sua existência (Setembro de 1999 a Fevereiro de 2006), como uma espécie de centro comunitário T. Era lá que as pessoas que necessitavam de algum tipo de informação sobre o sentimento que experimentavam ou sobre as possibilidades de "mudar de sexo" se dirigiam, frequentemente por terem ouvido falar dela e/ou da sua presidente na comunicação social, era lá que pessoas com diversas expressões de género afluíam a partir do final da tarde, como zona "livre de preconceitos", onde podiam conviver e sentir-se integradas.

A rede ex aequo gere, através da internet, um Fórum de Apoio a jovens LGBT, onde participam pessoas trans, tanto na procura como na resposta a dúvidas e questões colocadas sobre identidade de género. Também promove encontros descentralizados, abertos à participação de jovens de expressão trans, e onde a temática da identidade de género tem já constituído o tema central. Alguns dos entrevistados mais novos sublinharam a importância deste fórum e dos encontros promovidos por esta associação, tanto na tomada de conhecimento sobre aspectos relacionados com a sua identidade de género, como, diríamos até sobretudo, na possibilidade de interagir com pessoas com identidades e expressões de género similares à que experienciam. O conhecimento e a convivência entre pares sobressaíram como aspectos de máxima pertinência para a formação das identidades de género, contribuindo para o processo de compreensão e aceitação de si.

Também o GRIT tem vindo a promover encontros regulares entre pessoas transexuais, sendo o objectivo, na fase inicial da sua constituição em que os seus representantes foram auscultados, sobretudo o de "estruturar-se enquanto grupo", ou o de "constituir uma comunidade", mais do que a prestação de outro tipo de serviços, os quais estão, aliás, disponíveis mais generalizadamente no "pacote" oferecido pela Ilga Portugal, como por exemplo o serviço de acompanhamento psicológico.

Já as Panteras Rosa – Frente de Combate à LesBiGayTransFobia, sendo um movimento e não uma associação, o seu trabalho é assumidamente mais de natureza política do que de prestação de apoio directo. Neste sentido, as Panteras são uma das principais impulsionadoras das acções "anti-patologização" a nível nacional. Apesar de uma maior vocação política, dinamizam uma "Brigada do Preservativo"[272], que actua na zona do "Conde Redondo", especialmente frequentada por trabalhadoras do sexo de expressões trans, e, dada a proximidade conseguida no decurso dessa distribuição, quando se justifica ou quando solicitado procedem ao encaminhamento dessas pessoas para serviços de saúde – de despistagem de doenças, de apoio psicológico –, serviços de apoio a imigrantes, etc.

[272] Foi com a "Brigada do Preservativo" que entrámos nas geografias de prostituição de expressão trans.

Tanto a não te prives, quanto a Opus *Gay* não trabalham directamente com pessoas transgénero, embora possam já o ter feito episodicamente e estejam, segundo testemunho dos seus representantes, disponíveis para o fazer, caso sejam solicitadas.

Em termos do apoio prestado a este tipo de população, embora neste caso a partir dos seus familiares, temos também que salientar a constituição, em 2009, da AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género, que acolhe no seu seio pais e mães de pessoas transexuais. Esta associação já publicou uma brochura com "Respostas a perguntas dos pais sobre transexualidade de um filho ou filha". Em Junho de 2011, dedicou também um dos encontros que promove regularmente, à temática da transexualidade. Jogando a família um papel decisivo para enfrentar e atenuar as dificuldades da assunção e da vivência de género da população trans, sobretudo nas pessoas mais jovens, a existência de uma estrutura deste tipo vem preencher uma lacuna a este nível e é mais um passo nas respostas existentes no nosso país.

Apesar dos avanços, que se espera irreversíveis, no crescendo de atenção às questões T pelo movimento associativo LGBT[273], que parte da população trans, dentro e fora do associativismo, continua a considerar muito aquém daquilo que poderia e deveria ser feito[274], há aqui uma questão que se coloca e que é também igualmente reconhecida, quer pelos representantes das associações, quer pelas próprias pessoas trans, que se prende com a dificuldade em "criar uma comunidade", em reunir um número suficiente de pessoas que se constitua como "grupo de pressão" ou "de interesse" dentro de uma associação com uma estrutura já montada, ou suficientemente organizado e amplo para conseguir criar uma estrutura independente.

Mesmo quando a motivação está presente, as dificuldades por que passam estas pessoas pelo facto de vivenciarem e apresentarem uma identidade de género fora da cissexualidade, nomeadamente aos níveis emocional e económico, não é susceptível de favorecer a sua condição de activistas, muito menos de líderes ou representantes máximos de uma estrutura pública. Isso mesmo foi possível perceber pelo episódio da sucessão de presidência da ªt., que levaria mesmo à sua extinção.

Há ainda que ter em conta o desejo da invisibilidade, muito presente na categoria de género com maior notoriedade dentro desta minoria, a transexualidade, que é dificilmente conciliável com a prática do activismo. Ou, como diria Sandy Stone (1991), "O principal objectivo do transexual é apagar-se para desaparecer na população 'normal' tão cedo quanto possível" (1991: 295). Disso mesmo nos deram conta os elementos do GRIT entrevistados no âmbito desta pesquisa. Ou seja, a sua

[273] Reconhecido por parte da população inquirida no âmbito deste estudo (18 em 48) que afirma que as associações LGBT "Ainda não defendem eficazmente os direitos das pessoas transexuais ou transgénero mas têm-se verificado evoluções nesse sentido".

[274] Ilustrativo desta posição é o facto de apenas uma das pessoas inquiridas ter considerado que as associações LGBT "Defendem eficazmente os direitos das pessoas transexuais ou transgénero" e uma dúzia o seu contrário, ou seja, "Não defendem eficazmente os direitos das pessoas transexuais ou transgénero / Ignoram o T da sigla". São metade destas as que assinalam diferenças dentro do movimento, considerando que "Algumas já defendem eficazmente os direitos das pessoas transexuais ou transgénero mas outras ainda não o fazem". Onze das pessoas inquiridas situam-se à margem do movimento, assinalando "Não tenho opinião formada sobre as associações LGBT".

vida é de algum modo trespassada por uma tensão ou conflito entre a esfera pública e a privada. Há, por um lado, a consciência e o reconhecimento de que são as próprias pessoas transexuais as principais responsáveis pela luta pelos seus direitos e por isso um sentimento quase de obrigação de o fazer, mas, por outro lado, um desejo de viver "finalmente" – quando as condições individuais o permitirem (ou seja, após a "transição" física e legal) – a sua vida mais descentrada ou não monopolizada (como até aí) pela identidade de género[275]. Não nos esqueçamos ainda que estas pessoas são vítimas de discriminação, das mais subtis às mais brutais (como o comprova os assassínios de Gisberta e de Luna) e que "dar a cara" será um acto que pode acarretar significativas consequências nas suas vidas. É o "dilema da visibilidade" (Green, 1999 [1996], 2004), que não pode deixar de estar presente quando se fala de activismo. O autor activista transexual Jamison Green sublinha a complexidade deste assunto quando escreve:

> "A visibilidade permanece um aspecto conflitual das vidas transexuais. Como é que gerimos a visibilidade? Se somos visíveis arriscamo-nos a ser maltratados; se somos invisíveis, ninguém compreenderá quais são as nossas necessidades sociais ou médicas. Se somos visíveis, arriscámo-nos a ser julgados como inferiores ou irreais, inautênticos; se somos invisíveis, arriscamo-nos a ser descobertos e a ser banidos." (Green, 2004: 180)

Desde 2006 assistimos, no panorama nacional, à inclusão (mais) efectiva e consequente da identidade de género no movimento LGBT e à primeira conquista para a população transexual – a existência de uma lei de reconhecimento civil de género. Esta constituía uma das (senão a) principais reivindicações do movimento, como constatamos pela leitura do quadro que sintetiza as reivindicações relativas ao T no principal evento político nacional, as "Marchas do Orgulho LGBT" de Lisboa e do Porto (cf. anexo F). Surge mais explicitamente a partir da aprovação da "lei de identidade de género" em Espanha, que coloca a sua reprodução em Portugal no campo dos possíveis e viáveis, tanto mais quanto o contexto político é, à época, também semelhante, com um governo socialista e uma maioria de esquerda no parlamento. Embora medidas como a inscrição da identidade de género na legislação anti-discriminação, aspectos ligados ao processo clínico e a formação e sensibilização não tenham sido esquecidas, pode dizer-se que, sobretudo a partir de 2007, é a aprovação de uma lei de reconhecimento legal a grande catalisadora do movimento para a identidade de género (à semelhança do que terá sido o casamento entre pessoas do mesmo sexo para a orientação sexual), como está patente na elaboração de diversas propostas nesse sentido, oriundas dos diferentes quadrantes do activismo. Não podendo a responsabilidade da lei ser imputada exclusivamente à pressão exercida pelo movimento associativo nacional – já vimos que foi fruto de uma conjugação de factores favoráveis, como as recomendações internacionais e europeias nesse sentido com interpelação directa aos responsáveis nacionais, o efeito de transferibilidade espanhol, a relação de forças partidárias no contexto nacional, a abertura às questões LGBT do partido do governo, desde a sua Juventude ao seu responsável máximo – o

[275] Aliás, as pessoas aqui entrevistadas enquanto representantes do GRIT acabariam por se ir afastando do activismo à medida que decorria o processo de transição a nível médico e legal, tendo na altura de escrita desta tese já assumido essa posição de não activistas.

movimento desempenhou o papel que lhe cabia – na elaboração de propostas, na organização de eventos de sensibilização (como incluir representantes partidários nas iniciativas que organizava, trazer a Portugal representantes do movimento e responsáveis pela implementação de medidas dirigidas a esta população noutros contextos), na participação e contribuição nas iniciativas político-partidárias (como nas audições parlamentares), etc. Esta mobilização e implicação contrasta com as dinâmicas implicadas no marco para esta população a nível dos cuidados de saúde, que foi a autorização das cirurgias de reatribuição de sexo pela Ordem dos Médicos e a introdução dos cuidados necessários para a transição física no Serviço Nacional de Saúde, que resultou mais da acção dos próprios profissionais, do que de uma pressão por parte do movimento, o qual se encontrava, em meados da década de 1990, ainda a dar os seus primeiros passos.

3.3.3. O futuro do movimento: as organizações e as lutas

A aprovação da lei que vem conferir cidadania às pessoas transexuais parece ter tido um efeito de alavanca para a sua mobilização em termos autónomos. Assistimos assim, em vésperas ou após a sua conquista, a várias iniciativas nesse sentido, embora nem todas tenham tido sustentação.

No primeiro mês de 2011 o GRIT comunica a sua desassociação da ILGA Portugal e apresenta-se como uma estrutura independente na luta pelos direitos das pessoas transexuais[276]. Esta decisão é justificada pelo facto de se tratar do único grupo português dedicado exclusivamente a este tipo de população e considerando-se que só um activismo voltado exclusivamente para as necessidades e direitos da população transexual conseguirá alcançar os objectivos subsequentes ao do reconhecimento legal de género. No próprio comunicado do GRIT é feita a associação entre a decisão de autonomização e o estar-se perante a eminência da conquista daquela que é considerada a principal reivindicação da população transexual, e consequentemente do GRIT – a lei de identidade de género. No comunicado é também reconhecida a necessidade de maturação do movimento transexual, que se considera só ser possível de alcançar com uma "plataforma autónoma e independente". No entanto, logo no mês seguinte, a Direcção e o GRIT da ILGA Portugal emitem um comunicado conjunto de congratulação pela aprovação final da lei[277], evidenciando o retorno institucional do GRIT à sua sede de origem.

Quase simultaneamente é anunciada a criação da Associação pela Identidade – Intervenção Transexual & Intersexo (API), que corresponderá à versão desassociada do GRIT, clarificando a continuidade institucional deste Grupo na ILGA Portugal, "confirmado o objectivo do GRIT em tornar a ILGA Portugal numa associação LGBT cada vez mais inclusiva à sigla T, através da produção de material formativo e informativo, assim como da implementação de iniciativas socioculturais", sendo a API a estrutura "autónoma e complementar ao movimento LGBT". No texto fundacional da

[276] Pode ser consultado no blogue do GRIT em http://grit-pt.blogspot.com/.
[277] Pode ser consultado em http://www.ilga-portugal.oninet.pt/noticias/225.php.

associação[278] pode ler-se que esta descende do GRIT, mas também da extinta ªt., incluindo ainda e genericamente "todos os que lutaram, à sua maneira, pela melhoria de vida das populações transexuais e intersexo". Para além do alargamento à problemática intersexo, depreende-se uma intenção inclusiva e agregadora da população transexual, quer em termos de geração (incluindo as pessoas mais velhas, activistas da ªt. e as mais novas do GRIT), quer em termos de género (incluindo mulheres e homens transexuais). Voltávamos pois a ter na sociedade portuguesa, volvidos quatro anos, uma estrutura associativa autónoma e exclusivamente dirigida à população T. Porém, ao contrário da sua antecessora, é assumido que a API é específica e restritamente dirigida à população transexual e intersexual, tendo pois um leque de abrangência de expressões de género T mais delimitado por relação à ªt. Este facto vem reiterar aquilo que dizíamos na introdução deste trabalho relativamente ao momento histórico, no que à sociedade portuguesa respeita, parecer ser mais o da transexualidade do que o das restantes expressões de trans-género. No momento em que escrevemos este texto, embora a associação já tenha realizado algumas intervenções – das quais se destaca a produção de um comunicado de imprensa sobre a situação das cirurgias no SNS e participações várias em debates públicos e na comunicação social – permanece sem estar formalmente constituída (em parte devido aos custos necessários para a sua formalização) e desde Julho de 2011 que permanece em *stand-by*, tendo inclusivamente havido já dissidências entre os seus membros. Esta situação é reveladora quer da escassez de recursos, quer da dificuldade de conciliação de diferentes concepções da transexualidade e das prioridades e modos para a acção, apesar da diminuta dimensão da população trans que se expressa e age.

Em Maio desse ano, as activistas Eduarda Santos e Lara Crespo, duas das pessoas que mais consistentemente têm dado o rosto e a voz pelos direitos das pessoas transexuais, que tinham já passado pela ªt. e também pela constituição da API, anunciam a criação do Grupo Transexual Portugal por "se ter considerado haver necessidade de uma voz transexual própria, independente dos lobbies clínicos e LG [lésbicas e *gays*]"[279]. Da sua lista de reivindicações constam, entre outras, a luta contra a patologização da transexualidade, a luta contra a associação da transexualidade às cirurgias de redesignação de sexo e outras cirurgias, e a luta pela não ingerência da Ordem dos Médicos nos processos de transexualidade.

A campanha internacional pela despatologização é também um actor cada vez mais visível no panorama do movimento associativo T em Portugal. Esta é impulsionada, no contexto nacional, pelas Panteras Rosa, mas apoiada por nove estruturas de actismos vários: para além da identidade de género e da orientação sexual, os feminismos, a educação sexual, os tratamentos de VIH/SIDA, a luta contra o racismo, bem como uma associação de profissionais médicos. Como já referimos, este movimento assume presentemente a simultaneidade e complementaridade de duas lutas: para além da despatologização, concretizada pela retirada das várias formas de diversidade de género dos catálogos

[278] Pode ser consultado no blogue da API em http://associacaopelaidentidade.blogspot.com/.
[279] Pode ser consultado em http://transfofa.blogspot.com/2011/05/contacto-transexual-portugal-grupo.html.

de doença mental (mantendo-se na CID mas com uma classificação não-patologizante), o direito a cuidados de saúde trans-específicos (cf. http://stp2012.webnode.com/). Este "acrescento" relativo aos cuidados de saúde proporciona e tem gerado um alargamento da sua base de apoio para além das originais estruturas que poderiam ser incluídas nas "políticas de desconstrução do (trans)género" até àquelas mais próximas das "políticas de identidade transgénero" (diríamos que, em Portugal, até mais especificamente transexual).

Outra entrada recente no panorama, não exclusivamente T, mas LGBT é a PATH – Plataforma Anti-Transfobia e Homofobia, constituída por pessoas singulares e vários organismos – entre eles a associação não te prives e a rede ex-aequo –, sediada em Coimbra. Para além de iniciativas próprias de combate à transfobia e à homofobia pretende "juntar-se e apoiar outras iniciativas em prol da igualdade, mudança de mentalidades e pelo fim de qualquer tipo de discriminação"[280].

Resta agora perceber se as alterações que entretanto ocorreram na sociedade portuguesa, de que demos conta sobretudo ao longo do presente capítulo, serão suficientes para viabilizar e consolidar projectos de defesa de direitos T – quer autonomamente, quer integrados em estruturas mais abrangentes e mais consolidadas – e se a multiplicação será a estratégia mais acertada de fortalecimento dessas estruturas e respectivas lutas. É que, se essa multiplicação permite a tradução e a representação de diferentes sensibilidades, prioridades e até protagonistas, aumentando a abrangência e o alcance da luta; por outro lado, leva à divisão da já de si diminuta base constituída pelas pessoas de expressão trans (quase sempre transexual) dispostas ao activismo. Resta também perceber se a assunção do T pelas associações LGBT é um caminho sem retorno ou se funcionou especificamente num contexto de interpelação e em que havia uma luta mobilizadora: o reconhecimento legal de género. Embora os representantes das estruturas LGBT entrevistados tenham evidenciado expressamente a intenção de prosseguir a assunção da identidade de género na sua intervenção, e haja indicadores nesse sentido, como a integração, pela primeira vez na sua história, de uma pessoa transexual na Direcção da ILGA Portugal, eleita em Novembro de 2011, há sempre porém a ressalva de "mas também acho que passa por os transexuais estarem mais presentes no trabalho a ser feito, isso faz falta, porque quem está à frente tem a obrigação de pensar na diversidade e de não se esquecer das necessidades de ninguém, mas ter a perspectiva de quem vive na pele é completamente diferente." (rede ex-aequo). E, acrescentaríamos, tanto mais pertinente quanto extensível à própria diversidade de identidades e expressões de género, para além das transexuais.

Esta dinâmica associativa não será indiferente para, entre outros aspectos, a própria (re)produção das (auto)identidades trans, encurtando ou alastrando os campos dos possíveis das compreensões e expressões de si, dada a importância que o contacto com vivências e sentimentos idênticos adquire, sobretudo no caso de identidades minoritárias, para a formação da identidade de género.

[280] http://marcha-coimbra.org/plataforma-path.

Após um interregno de representação de Portugal na estrutura agregadora do movimento T na Europa, a TGEU, que vigorava desde a extinção da ªt, e que evidenciava a fragilidade do movimento, o nosso país voltou recentemente a estar representado pelo GRIT da ILGA Portugal.

Conquistada a lei de identidade de género afigura-se agora a reconstituição do movimento em torno de outras lutas. As reivindicações para a identidade de género contidas na "Marcha do Orgulho LGBT" 2011 de Lisboa, a primeira após a aprovação da lei de identidade de género, podem ser consideradas ilustrativas da agenda reivindicativa do movimento para o futuro, uma vez que foram subscritas por 21 colectivos, contendo e tendo que conciliar as diversas sensibilidades (umas mais propícias a medidas de "política de identidade", outras a medidas de "política de desconstrução da identidade", cf. Broad, 2002). Assim, após dois anos – 2009 e 2010 – em que a única reivindicação presente nos respectivos manifestos se prendia com a lei de identidade de género, a Marcha de 2011 celebra-a, considerando que "constituiu um passo muito importante no reconhecimento das pessoas transexuais e das suas identidades", mas elenca as lutas futuras: "inclusão da categoria 'identidade de género' em todas as provisões legais anti-discriminação, da Constituição ao Código Penal, passando pelo Código do Trabalho"; "Formação em áreas como a saúde, a justiça ou a social"; e "A capacidade para as pessoas transexuais, transgénero e intersexuais decidirem sobre as suas vidas e os seus corpos e condenação das tentativas de limitação da sua autonomia"[281].

Já em 2012 a identidade de género esteve em grande destaque, tendo-lhe sido dedicada a Marcha do Porto[282], que se associa ao movimento de despatologização das identidades trans STP 2012, e tendo uma secção específica – "Em defesa da comunidade trans" – no manifesto da Marcha de Lisboa[283]. Nesta, as reivindicações são agora mais específicas, no sentido do alinhamento da medicina nacional com as novas recomendações de saúde da WPATH; a clarificação e disponibilização de informação sobre os serviços prestados pela nova unidade responsável pelos cuidas trans-específicos em Coimbra e a reivindicação da manutenção da qualidade dos serviços prestados anteriormente no Hospital de Santa Maria; a eliminação da necessidade da autorização da Ordem dos Médicos para as cirurgias, cumprindo assim o prescrito na lei 7/2011.

Os eixos de luta prioritários do activismo, a nível nacional, estão assim em linha com as recomendações e o activismo a nível europeu, como é explicito na afirmação de apoio à "Declaração da Conferência Sobre Direitos Trans" (2009), no sentido da disponibilização dos cuidados de saúde trans-específicos com a máxima qualidade e prestados de maneira não patologizante, que se assume como cada vez mais consensual.

[281] Cf. o sítio da Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa 2011 em http://marchaorgulholx2011.blogspot.com.
[282] Cf. o sítio da Marcha do Orgulho LGBT do Porto de 2012 em http://marcha.orgulhoporto.org/index.php/mop-2012/manifesto-2012.
[283] Cf. o sítio da Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa 2012 em http://marchaorgulholgbtlx2012.blogspot.pt/2012/06/manifesto.html.

4. Géneros Trans: mapeando a diversidade de género na sociedade portuguesa

A produção acerca do trans-género nas ciências sociais, a "experiência encarnada" dos próprios autores e/ou activistas trans e o conhecimento acumulado no decurso do trabalho de campo, que implicou o contacto com dezenas de pessoas que se situam de algum modo fora do sistema dos dois sexos/géneros únicos, fixos e dicotómicos, evidenciaram a identificação da "diversidade" (dentro) da "diversidade de género" (Monro, 2010) como um dos modos essenciais de contribuir para a compreensão e legibilidade social do fenómeno e da vida e experiências das pessoas com identidades de género minoritárias. Por seu turno, a sociologia será uma disciplina especialmente bem colocada para captar e enquadrar socialmente essa diversidade, tal como discutido nas "propostas contemporâneas da sociologia" (cf. cap. 1.6). Pretendemos assim contribuir para o património já acumulado no âmbito das ciências sociais, e mais especificamente da sociologia, acerca deste fenómeno – agora a partir de uma análise referenciada à sociedade portuguesa –, que coloca em jogo interpretações alternativas e concorrentes das principais "leituras" disponíveis. Tanto a do senso comum, enraizada no desconhecimento de uma realidade ainda bastante invisível e, quando visível, "estranha"; como a da medicina, que parte de uma visão referenciada na biologia e tem produzido, pese embora os recentes e assinaláveis progressos, leituras patologizantes e homogeneizantes, ao modo dos diagnósticos.

A identificação dessa "diversidade" ou desses "distintos posicionamentos de transgénero" (Hines, 2010c: 600), a que nos propomos neste capítulo, será tratada em dois planos, que correspondem a cada um dos seus sub-pontos. Primeiro mapeamos o conjunto das auto-identificações de género dentro da população trans-género auscultada. Esta cartografia, *emicamente* constituída, permitirá perceber quais as *categorias de trans-género que vigoram nos espaços trans na sociedade portuguesa*, através daquelas que os indivíduos elegem ou reconhecem para si. Segundo, partindo dessas auto-identificações de género e dos sentidos que lhes são investidos, identificaremos um *conjunto de dimensões centrais para a distinção e caracterização dos diferentes modos de identificação e expressão de género*, que resultará na constituição de uma *tipologia de categorias (etic) de trans-género* na sociedade portuguesa.

O mapeamento e agrupamento em torno de uma "designação" ou "categoria" dessas formas distintas de trans-género não significa anular ou prescindir da visibilização e *discussão da diversidade contida no interior de cada uma das próprias "categorias de trans-género"*, que constituirá um terceiro plano de análise, uma abordagem agora mais fina e aprofundada de cada uma, que desenvolveremos no capítulo seguinte (cap. 5).

Um exercício deste tipo só pode ser convenientemente empreendido acedendo ao modo como os indivíduos que ocupam as categorias, e que delas se reclamam ou nelas se posicionam, as percebem, delas se apropriam e contribuem para a sua (re)definição. Ou seja, através do acesso à "experiência vivida" (Namaste, 2000; Hines, 2007a; Monro 2010) das pessoas sobre as quais se está a

produzir conhecimento, sendo imprescindível o recurso à pesquisa empírica e ao discurso dos sujeitos sobre os quais se produz conhecimento.

Para cumprir este que é um dos objectivos centrais da pesquisa – cartografar os diversos modos de trans-género na sociedade portuguesa –, multiplicámos as vias e os locais de "recrutamento" dos sujeitos empíricos e de observação do fenómeno, não delimitando à partida perfis definidos em termos de expressões de (trans)género, dando abertura e incentivando a participação de todas as pessoas que se considerassem ou se reconhecessem transexuais e/ou transgénero[284] (como fizeram igualmente Gagné, Tewksbury e McGaughey, 2007). Apesar de não termos definido perfis de género à partida, a maioria dos participantes chegava-nos já enquadrada (formal ou informalmente) numa determinada "categoria de género", que resultava do próprio modo do seu recrutamento. Por exemplo, os que se apresentavam publicamente como representantes de uma determinada expressão de género (no nosso caso, quase sempre transexuais) ou os que foram indicados como tal nas associações ou estruturas T; os que foram indicados pelos clínicos por integrarem as consultas de acompanhamento da transexualidade; os que nos eram indicados por outros como "iguais", possibilitando assim a constituição da "bola de neve"; os que pertenciam a um determinado círculo ou frequentavam determinados espaços (como no caso das pessoas *cross-dresser* através, virtualmente, dos fóruns na internet ou, fisicamente, das "saídas"). Porém, no caso de outros participantes, os "recrutados" em espaços mais informais e de coexistência de um maior hibridismo de expressões de género (como o "Conde"), ou os indicados por pessoas com círculos de conhecimento alargado em termos de expressões de género, essa pertença de género não nos chegava já tão definida ou cunhada à partida.

Deste procedimento, de que demos conta mais detalhadamente no capítulo metodológico, resultou um conjunto de 49 inquéritos por questionário válidos[285] e 37 entrevistas em profundidade a pessoas trans, num total de 53 indivíduos de quem se recolheu informação formal. A esta informação acresce, mais informalmente, a observação directa (umas vezes mais, e outras menos, participante) do objecto de estudo (nomeadamente no âmbito das incursões etnográficas na zona do Conde de Redondo, nas "saídas" organizadas por pessoas que se reconhecem como *cross-dresser* e noutras ocasiões frequentadas por pessoas trans), bem como as muitas horas de conversas informais com pessoas de quem se tinha recolhido ou viria a recolher informação mais sistemática (inquérito por questionário e/ ou entrevista) e também de quem nunca se chegou a auscultar mais formalmente.

[284] Na apresentação do inquérito por questionário, que constituiu frequentemente o primeiro contacto com a pesquisa, especificava-se que "Se se identificar como uma pessoa transexual, transgénero, *cross-dresser*, *drag*, andrógino ou qualquer outra identificação que não implique linearidade com o sexo/género atribuído à nascença (quer recorra ou não a tratamentos ou procedimentos médicos), não deixe de preencher este inquérito." (cf. anexo C). No decurso do trabalho de campo, apenas uma pessoa que acedeu ao inquérito, através de uma associação LGBT, manifestou dúvidas sobre a sua "condição" de pessoa trans.

[285] A triagem, feita *a posteriori*, incidiu sobretudo na verificação técnica do preenchimento dos inquéritos por questionário e na eliminação, pelo menos para fins de tratamento estatístico, de pessoas com um curto contacto com a realidade portuguesa, nomeadamente as imigrantes trans brasileiras inquiridas no "Conde". Apesar de não terem contribuído directamente para a análise, o contacto com as trabalhadoras sexuais brasileiras permitiu perceber a troca de significados acerca de identificações e de expressões de género que acontece nesse espaço, assim já interceptado pelos significados que vigoram nos espaços trans no Brasil.

As análises contidas neste capítulo resultam assim da combinação da informação conseguida pela multiplicidade de estratégias metodológicas e procedimentos formais e informais de recolha de informação, que muitas vezes já se entrecruzavam (por exemplo, sendo chamado para as entrevistas situações ocorridas no decurso das incursões etnográficas), que serão mobilizadas consoante a pertinência, e por vezes até não sendo a sua mobilização tão identificável.

Este mapeamento das formas de trans-género que encontrámos ou que nos encontraram no decurso da pesquisa traduzirá assim as potencialidades e, simultaneamente, ressentir-se-á das limitações contidas neste percurso metodológico de pesquisa. Trata-se de um primeiro esforço de identificação e compreensão das diversas formas de trans-género na sociedade portuguesa, partindo das auto-identificações dos indivíduos (*emic*) e da identificação das suas dimensões principais e distintivas (*etic*) que, como exercício pioneiro, beneficiará significativamente do desenvolvimento de futuras investigações aplicadas à realidade nacional, que poderão completar, reformular ou mesmo refutar o que agora se apresenta. Importará investir, quer ao nível do aprofundamento de cada uma das categorias – se numas nos pareceu ter atingido a "saturação da informação", noutras ficou-nos a nítida sensação de que precisaríamos de mais sujeitos empíricos para que um retrato mais aproximado do "todo" pudesse ser esboçado –, quer da amplitude das categorias abrangidas, conseguida eventualmente pela incursão noutros espaços de vivência trans para além daqueles em que agora se incidiu.

Como refere Plummer, "As 'experiências' solitárias são convertidas em 'seres' através da construção de *histórias da identidade*" (1955: 118, itálico no original). Ekins e King (2006) acrescentam que a emergência de histórias de identidade depende do aparecimento de "inovadores da identidade", sendo que, no campo trans-género, a tendência dominante tem sido a de inovadores emergentes da comunidade de "*experts*" médico-psiquiátricos para construírem novas categorizações e tipologias. Contudo, algumas identidades trans emergiram como resultado de colaborações entre "*experts*" e "membros", e por vezes a linha entre eles é turva. Acrescentam, em 2010, que os anos mais recentes têm sido marcados por "membros" que cada vez mais se tornam "*experts*" (2010: 26), o que será o caso dos autores activistas trans. Vejamos o reflexo destes desenvolvimentos na sociedade portuguesa, que, como já referimos, contém algumas particularidades em relação aos contextos a que os autores se referem.

4.1. Mapeando auto-identificações de género

Segundo Goffman (1988 [1963]), por contraposição à identidade social e até mesmo à identidade pessoal, que se perspectivam através dos interesses e definições dos outros em relação ao indivíduo, a auto-identidade relaciona-se com a experimentação de si, sendo sobretudo uma questão subjectiva e reflexiva, ou, nas palavras do autor, "o sentido subjectivo de sua própria situação e sua própria continuidade e carácter que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências

sociais" (Goffman, 1988 [1963]: 116). Na concepção de Mead (1934), é o processo interactivo contínuo entre os indivíduos que estabelece e mantém as concepções do *self* ao reflectir imagens do *self* como objecto, não tendo este espaço de existência fora da sociedade. Vemos pois que, embora íntima e subjectiva, a auto-identidade não é imune à envolvente social do indivíduo e é construída por relação e em interacção com os outros. Quando nos centramos na auto-identidade dos indivíduos, naquilo que eles sentem e dizem ser em termos de género, não estamos pois a captar uma imagem de si isolada dos outros, mas o modo como os indivíduos se apropriam do disponível a nível social e cultural, incluindo a sua própria materialidade, o interpretam e o narram. É nesse sentido que a auto-identidade é um conceito apropriado numa disciplina como a sociologia e não está limitada a outras de matriz mais individual, como a psicologia. As identidades de género trans (como todas as outras), porém, apenas são susceptíveis de serem convenientemente compreendidas numa abordagem que confira alguma margem de interpretação e de acção aos indivíduos fora da "programação" das "estruturas sociais" (ou seja, de "agência"), nem que seja porque, como autores como Monro (2000) chamaram já a atenção, as discrepâncias entre o cultural e socialmente estabelecido e os modos de experienciar e expressar o género por parte destas pessoas assim o exigirá. Parece pois haver margem no indivíduo para uma parte estritamente individual, como defende Archer (1982 [1985]), composta pela sua biologia, pelas suas experiências directas, pelo seu contínuo "sentido do *self*" (Parker, 2000: 84; Monro, 2010).

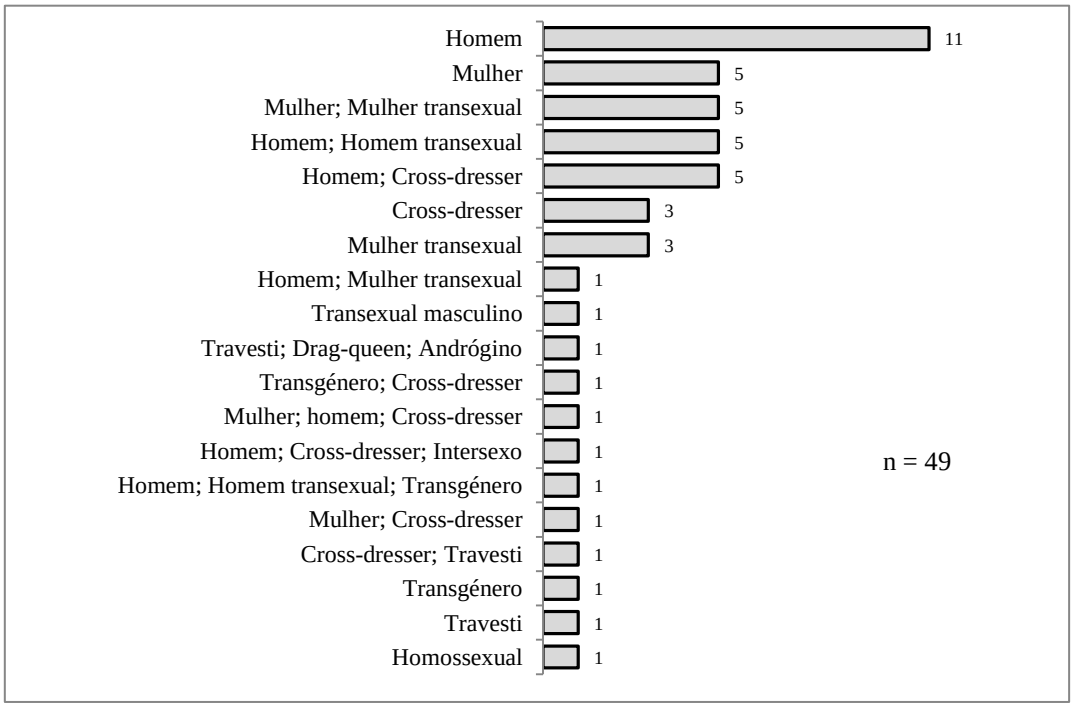
Comecemos então por mapear os termos com que os indivíduos se (auto)identificam em termos de género, lançando um primeiro olhar aos dados recolhidos através do inquérito por questionário (49 indivíduos), que permite fazê-lo mais sistematicamente. Ainda que a apresentação sistemática dos dados tenha o inquérito como fonte (que, na utilização singular que aqui fazemos deste instrumento de recolha de informação, não perde a unidade do indivíduo que está por detrás de cada resposta), a sua interpretação mobiliza já o conjunto das técnicas empreendidas. Embora estejamos a traçar um "retrato", foi possível aceder aos sentidos que estão por detrás dessa "imagem" quer através das entrevistas, quer através de conversas informais, quer até de comentários adicionais às respostas contidas no próprio inquérito.

Para conseguir o auto-posicionamento de género dos indivíduos avançou-se com uma listagem de termos possíveis, incluindo os trans e os cisgénero. Os primeiros foram construídos a partir da literatura sobre o fenómeno – científica e activista –, a qual foi submetida à apreciação dos próprios sujeitos trans[286] na fase de pré-teste. Colocou-se a questão admitindo (mas obviamente não exigindo) resposta múltipla e deixou-se aos respondentes a possibilidade de inclusão de outro(s) termo(s), ou seja, optou-se pela modalidade de questão semi-aberta.

[286] Para além da procura da diversidade em termos de variáveis clássicas e estratégicas (Digneffe, 1997: 103-105) de pessoas consultadas na fase de pré-teste, privilegiou-se a auscultação de representantes do movimento associativo (e de diferentes sensibilidades dentro do mesmo), pelo expectável maior e mais abrangente conhecimento da temática.

As repostas obtidas mostram que, caso a possibilidade exista, há indivíduos que revelam auto-posicionamentos de género não exclusivos, parecendo dar razão à tese pós-modernista da coexistência, num mesmo sujeito, de múltiplas identidades. Como podemos constatar a partir da figura 4.1, 25 respondentes assinalaram apenas uma expressão de género com que se identificam, mas outros 21 assinalaram duplas ou mesmo triplas auto-identificações de género. Estes resultados vêm de encontro aos obtidos por outros estudos que se centraram nas auto-identificações de género trans (nomeadamente Whittle, Turner e Al-Alami, 2007; Lim e Browne, 2009; Browne e Lim, 2010), no sentido de este indicador não ser convenientemente captado por uma questão de resposta única e de haver vários modos possíveis – e não necessariamente contraditórios como parecerão à luz do referente do sistema tradicional de género – de um mesmo indivíduo definir a sua identidade de género.

Figura 4.1. Auto-posicionamento de género



Fonte: Inquérito por questionário "Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género", CIES-IUL.

Um outro olhar sobre as auto-identificações de género mostra-nos que as tradicionais categorias de "homem" e "mulher", sobretudo a primeira, são das mais frequentadas, evidenciando que constituem uma referência e uma ancoragem identitária, mesmo para a população trans, em Portugal. Quer isto dizer que parte das pessoas incluídas no universo trans – mas não todas – revela um auto-posicionamento de género idêntico ao expectável para a população cisgénero. Não existe portanto, para uma parte ainda significativa da nossa amostra (16 indivíduos, cerca de 1/3 do total), indícios (ou desejo) de um posicionamento fora do tradicional sistema dos dois sexos/géneros, como é por vezes assumido como definidor das identidades de género trans, que não parecem assim responder ao apelo

de assumir e habitar um lugar de género especificamente trans, lançado pelos percursores do "movimento transgénero" (Stone, 1991; Bornstein, 1994).

Ainda assim, uma dezena de indivíduos posicionou-se relativamente ao seu género prescindindo das categorias convencionais de género "homem" ou "mulher", o que pode também ser legitimamente lido, no sentido oposto, como havendo uma parte desta população, embora ainda minoritária no caso da nossa amostra, que se coloca fora do modelo dos dois sexos/géneros dominante. Não pode, pois, também generalizar-se o desejo de "assimilação" ou de "fusão" da população trans na cis, ou o desejo de habitar o sistema convencional de género, para definir o conjunto da população trans-género, como o fazem todos aqueles que consideram o fenómeno reacionário ou que não abrem sequer espaço para a sua existência noutros moldes, nomeadamente o feminismo radical ou as explicações para o legitimar que vigoram, ou vigoravam sobretudo nos primórdios de visibilidade do fenómeno, oriundas quer das próprias pessoas transexuais, quer da medicina. Estas localizações *outliers* relativamente ao sistema de sexo/género convencional vêm igualmente contribuir para revelar a não suficiência do mesmo, a nível teórico e heurístico, para dar conta da variedade de identidades e expressões de género existentes na realidade, ou seja, a sua parcialidade na tradução do real. É o "resto de nós", para além dos homens e das mulheres, de que fala Bornstein (1994), que ficará assim sistematicamente fora do retrato da humanidade ou, quando muito, nele desfocado ou mal posicionado.

Relativamente às combinações, que só por si são demonstrativas da permeabilidade das fronteiras, as mais frequentes recaem na acumulação de "mulher" ou "homem" com a expressão "transexual", traduzindo a localização da transexualidade no interior (e não "fora") do sistema dos dois sexos/géneros, definindo-se pela "transferência" de uma categoria de sexo/género para "a outra". O segundo par mais comum é aquele que concilia "homem" com "*cross-dresser",* sendo que aqui a categoria cis corresponde à de registo, que se combina com a trans, o que é revelador de uma identificação ou, pelo menos, da ausência de uma des-identificação, com a categoria de sexo/género atribuído à nascença, ao contrário da transexualidade em que esta nunca é identitariamente reivindicada (antes frequentemente rejeitada). Estes também constituem exemplos de como os indivíduos se podem posicionar simultaneamente no cis e no trans género, não tendo estas identificações que ser necessariamente sentidas, e portanto não devendo ser tomadas, como mutuamente exclusivas.

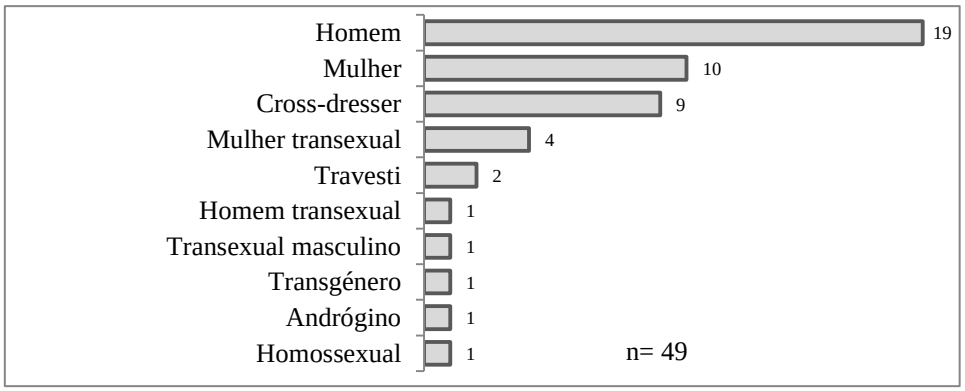
Outro tipo de combinações é constituído apenas por categorias de género trans – "travesti, *drag-queen*, andrógino", "transgénero, *cross-dresser*" –, o que pode indiciar a existência de identificações múltiplas, ou ainda (ou também) a dificuldade ou indefinição, não necessariamente identitária mas de enquadramento identitário, em indivíduos que experienciam modos de vivência de género fora dos socialmente expectáveis face ao sexo que lhes foi atribuído à nascença, e onde, para mais, as categorias de identidade de (trans)género não estão estabilizadas, havendo sentidos divergentes e concorrentes.

As hipóteses acima descritas são extensíveis a pessoas que se identificam (também) com a categoria cis que lhe foi atribuída, na parte que concerne à expressão trans (como é o caso da conjugação "homem, *cross-dresser*, intersexo"). Um outro caso ainda é aquele que conjuga duas categorias cis com uma trans – "Mulher, homem, *cross-dresser*" –, traduzindo as cis o facto de se expressar tanto a masculinidade como a feminilidade, que é precisamente o que caracteriza o *cross-dressing*.

Já o caso da conjugação "homem, homem transexual, transgénero" traduzirá os vários patamares de identidade, aquilo que a pessoa sente ser a nível íntimo (homem), aquilo que reconhece que é (transexual) e ainda o nível mais institucional das identidades colectivas onde se enquadra (transgénero).

Embora conscientes da possibilidade de identificações de género não traduzíveis numa única categoria – o que não implica necessariamente ausência de estabilidade na identidade de género, mas que essa estabilidade pode incluir uma identificação simultânea com várias categorias ou expressões –, desafiámos os inquiridos que tinham assinalado mais do que uma resposta a elegerem aquela com que mais se identificavam. A figura 4.2 mostra as dez eleitas.

Figura 4.2. Auto-posicionamento de género: Principal identificação



Fonte: Inquérito por questionário "Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género", CIES-IUL.

A modalidade de resposta única contribui para reforçar a ideia de que a população trans-género não é, na globalidade, adequadamente definida ou retratada pelo desejo de identificação com a população cisgénero, como nos é dado ver pelo conjunto de categorias que surgem para além de "homem" e "mulher", o que inclui parte (embora minoritária, na nossa amostra) da população transexual que se auto-identifica a partir de uma das duas categorias de identidade cis, mas acrescentando a sua especificidade trans. Fica também novamente clara a afirmação de sentido oposto à anterior, de que não é tampouco convenientemente definida como uma população que tem em comum o desejo de se posicionar fora das categorias de género convencionais, dado que, na amostra, estas são mesmo as predominantes.

Volta também a mostrar como não são estanques as próprias fronteiras entre o cis e o trans género, ou, dito de outro modo, como não se excluem mutuamente. Isto acontece, tanto na versão da

transexualidade, onde existe uma identificação (por vezes exclusiva) com uma das categorias da cissexualidade (que leva até a que haja pessoas transexuais que se demarcam da categoria ampla de "transgénero"); quer, por exemplo na versão "oscilação" (Ekins e King, 2006), de pessoas que, tendo práticas trans, no sentido de expressão de género socialmente não consonante com o sexo/género atribuído à nascença, não desancoram da sua identidade e da sua identificação cis.

Quando se limitam as possibilidades de identificação a uma única hipótese, as categorias de "homem" e de "mulher" ganham ainda uma maior evidência, sobressaindo, uma vez mais, a de "homem". Mantêm-se, nesta principal auto-identificação de género, as classificações que conjugam transexual e as categorias de género cis, mais no caso da "mulher transexual" do que do "homem transexual", em que é excepcional. Mantem-se ainda, no espaço da transexualidade, "transexual masculino", que é o termo que se utiliza comummente no discurso médico para designar as migrações de género MtF (sentido da transição da pessoa que assim se identificou[287]). A diminuição da menção à "transexualidade" indica que, se tiverem que optar apenas por uma identificação, as pessoas transexuais – sobretudo os homens – se posicionam preferencialmente na categoria cis. No caso dos homens, apenas um indivíduo considerou imprescindível para a definição da sua identidade de género a especificação de que se trata de um homem fora da cissexualidade, não por acaso o homem transexual da nossa amostra com mais contacto com a realidade e o movimento associativo dentro e fora de Portugal, sendo o presidente de uma estrutura T na altura da auscultação. Diríamos que a identidade social de "mulher transexual" parece estar num estádio de constituição diferente da de "homem transexual", o que terá que ver com as diferentes visibilidades de umas e de outros. Como pudemos constar no decurso da pesquisa, e é apontado noutros estudos (Whittle, 2006; Whittle, Turner e Al-Alami, 2007; Davy, 2011), é consideravelmente mais fácil um homem transexual (con)fundir-se na cissexualidade do que uma mulher transexual que, mesmo que reivindique esse estatuto, e já o tenha conseguido legal e corporalmente, pode continuar a ser percebida pelos outros como uma "mulher diferente" se não mesmo uma "não mulher". Este facto tem consequências até a nível político com as mulheres a sentirem desde mais cedo a necessidade do activismo (Stryker, 2008), que contribuirá para o desenvolvimento e consolidação de uma identidade colectiva.

Esta opção pelas categorias de género cis não significa necessariamente uma rejeição de que a designação adequada para a sua situação de género é a de "transexual" (muitas vezes nos foi colocada como "é um facto"), mas que a identidade de género considerada mais adequada (e desejada) é "simplesmente" homem ou mulher, e também o desejo de que isso seja legal e socialmente reconhecido. Na verdade, se esta escolha traduz um posicionamento de género convencional (desde

[287] Curiosamente, ou talvez não, porque o próprio termo é contraditório com a "narrativa clássica da transexualidade" na perspectiva da auto-identificação e por isso tem sido fonte de contestação pelas próprias pessoas transexuais –, já que é formulado no género gramatical correspondente ao sexo atribuído à nascença e dessa narrativa faz parte "sentir-se mulher (ou homem) desde que nasceu" – provém de uma pessoa que não tem contacto directo com a prática da medicina. A escolha do termo é justificada por ser considerado mais rigoroso, já que a "viagem" que o trans implica tem, no seu caso, como ponto de partida, o sexo "masculino".

logo, legítimo), também pode constituir uma afirmação política, de reivindicação de direitos (lembremo-nos que a auscultação é anterior à existência de uma lei de reconhecimento de género para as pessoas transexuais) e, mesmo que não intencionalmente, um contributo para um alargamento das categorias convencionais a parte da população trans que as deseja habitar.

Fora das categorias de género cis – na sua forma única ou conjugada com a transexualidade – sobressai a identificação como "*cross-dresser"*, indicando ser também esta, a par da transexualidade, uma categoria relativamente estabelecida, e pelos vistos reconhecida, pelas pessoas trans na sociedade portuguesa. Tal não será de estranhar, se tivermos em conta a história da constituição das classificações de trans-género nas ciências psico-médicas, sendo esta – na sua formulação inicial de *transvestite*[288] – que servia de contraponto ao "ser transexual", sendo portanto dela contemporânea. Como vimos anteriormente (cf. cap. 3.2.3), embora com localização diferente, mais ligada à sexualidade, na modalidade de "fetichismo" consta igualmente das catalogações médicas. Contudo, e ao contrário do aconteceu com a transexualidade, a sua visibilização e o seu desenvolvimento tem-se feito à margem da medicina, pelos próprios protagonistas, já desde a história fundadora de Virginia Prince (Ekins e King, 2006: 35), estando amplamente difundida na internet (Gilbert, 2000; Girshick, 2008: 93) [289].

Mantem-se ainda, embora pouco frequentada, a auto-identificação com um dos termos mais comuns e tradicionais na sociedade e na língua portuguesas para designar as situações de descoincidência socialmente percebida entre sexo e género – a de "travesti". Esta excepcionalidade de auto-identificação como travesti por parte dos participantes do estudo contrasta fortemente com a recorrência com que surge, sobretudo na modalidade de hetero-atribuição de género, no discurso e no espaço das pessoas trans[290] (para além das não trans). Surgiram ainda como principais identificações de género as de "transgénero", "andrógino" e até "homossexual". Este último caso pode ilustrar como estas duas dimensões da identidade – género e sexualidade – estão intimamente relacionadas sobretudo em algumas expressões trans (Kulick, 1997, 1998; Valentine, 2007) e/ ou que as pessoas (trans) se narram do modo como são percebidas pelos outros[291].

---

[288] Em meados dos anos 1990, o popular termo TV (*transvestite*), que aparecia em contraposição com o TS (*transsexual*), começa a ser substituído por *cross-dresser*, por se considerar este último um termo menos estigmatizado e não médico (Ekins e King, 2006: 30).

[289] Em 1999 surge o *site* do "Crossdresser Club de Portugal" que, no entanto, se manterá em vigor apenas até ao ano seguinte. Parecem ser os espaços que se vão sucedendo na internet, criados, dirigidos e dinamizados por pessoas que se auto-identificam como *cross-dressers*, que se constituem como a ferramenta e o meio privilegiado para a constituição de uma identidade colectiva, que ainda acontece, na sociedade portuguesa, sobretudo no contexto do virtual.

[290] Tendo em conta o discurso captado formalmente, dos 37 entrevistados apenas sete não referiram o termo, sendo seis homens transexuais e uma mulher transexual (a mais nova que entrevistámos). Uma análise global mostra que a sua utilização e respectiva definição do seu significado está sobretudo presente nos discursos das mulheres trans e das pessoas mais velhas. No total o termo foi referido 326 vezes pelas 30 pessoas.

[291] Aquando da entrevista, num ambiente mais reservado (fora do "Conde") e tendo a possibilidade de se narrar e explicar, esta participante, embora se continue a identificar como "homossexual", responderá à primeira questão da entrevista, que respeita precisamente à identidade de género, reconhecendo-se noutras categorias de identidade, como "travesti" e "mais mulher do que homem".

De um modo geral, é legítimo concluir que os indivíduos se revêem ou posicionam a sua situação de género nas categorias mais tradicionais: as cis e as trans mais consolidadas (à excepção de "travesti" que surge apenas três vezes, mesmo na possibilidade múltipla). Destas não fará ainda parte o termo que aos níveis institucional e político é mais frequentemente utilizado para as designar: o de "transgénero". Isto poderia ser explicado por se reconhecer o termo no seu sentido aglutinador das expressões fora do cisgénero, mas não individualmente, a nível auto-identitário, como principal identidade. No entanto, foram apenas três os indivíduos que o assinalaram na modalidade de resposta múltipla, a qual possibilitaria mais margem para os diferentes níveis ou patamares das identificações.

O termo "transgénero" foi eleito como identificação de género principal por apenas um dos participantes e outro dos termos mais abrangentes que tinha sido colocado como possibilidade na listagem inicial – o de "*queer"* – não foi nunca a opção assinalada, nem sequer quando se possibilitou mais do que uma resposta.

Estes dois termos mais amplos e com uma conotação mais política – no sentido de inclusão e de constituição de uma comunidade, o primeiro; e de "subversão" do sistema tradicional de género, o segundo –, parecem pois não ter (ainda?) grande adesão por parte das pessoas trans em Portugal, pelo menos ao nível da reivindicação auto-identitária, se medido por esta amostra de indivíduos.

Esta excepcionalidade na identificação com termos (e respectivos sentidos e conteúdos) recentes que partem do próprio movimento (ou seja, nos moldes de Ekins e King, 2010, de "membros") por contraposição a termos mais tradicionais oriundos da medicina[292], poderá relacionar-se com a apenas recente atenção conferida à "identidade de género" por parte do movimento associativo LGBT nacional como vimos no capítulo 3, e às escassas práticas de activismo por parte das pessoas incluídas no T[293], bem como à raridade da temática noutros discursos institucionais ou na comunicação social e que, quando acontece, é dirigida especificamente à transexualidade. Aliás, a única pessoa a definir-se principalmente como "transgénero" tem na sua história de vida décadas de activismo, incluindo contextos fora do nacional. Já o termo "*queer*" parece não ter entrado sequer no léxico de grande parte das pessoas trans em Portugal, tendo sido referido espontaneamente apenas por uma das participantes, activista, em duas ocasiões, uma para se referir ao "movimento *queer*" e outra para as teorizações "*gender queer*".

As entrevistas confirmaram o desconhecimento alastrado do termo "transgénero" na população trans no nosso país, como mostra o caso de Gil:

> "A palavra 'transgénero' não me diz nada. Não, nunca ouvi falar. Não, nem acho que usem essa palavra, não sei, não sei, mas nunca ouvi falar, por acaso." (Gil, 28 anos)

[292] Por exemplo, sobretudo no contexto norte-americano a substituição do "*transsexual*" pelo considerado mais politicamente correcto "*transgender*" é bastante evidente na comunicação social, assim como no discurso institucional (para este último, ver Valentine, 2007).

[293] A qual é uma realidade mesmo no conjunto de indivíduos que constituem a nossa amostra em que uma das vias de acesso foi o recurso às associações LGBT e que por isso estarão sobre-representados: do total de participantes no estudo, cinco exerciam, à altura da auscultação, um cargo numa associação, a que acrescem três que são associados. Outros 14 participavam mais descomprometidamente.

O desconhecimento demonstrado, mesmo por pessoas que se encontram no processo de transição clinicamente assistido, como é o caso transcrito, indicia que este não integrará também o do léxico da medicina trans-específica na realidade portuguesa (isto pese embora a medicina nacional siga os *Standards of Care* da WPATH, sendo que o T é de *Transgender*[294]), que permanecerá centrada na designação e na categoria de "transexualidade". Mostra igualmente uma distância ao activismo e ao movimento LGBT e T, pois, mesmo que fosse para o contestar, tornaria improvável o seu desconhecimento.

Quando não desconhecido, o termo é contestado, sobretudo pelas pessoas que se identificam como transexuais, tendo sido esse um dos motivos que nos levou a manter a distinção entre ambos neste trabalho. Uma das razões da contestação é que é considerado semanticamente inadequado para dar conta das situações de transexualidade, já que nesta não haverá uma transição de "género" (é esse o elemento "fixo"), antes de sexo ou de corpo sexuado. No excerto seguinte de Hermenegilda, que mostra familiaridade com os debates em torno da questão transexual e transgénero a nível teórico e da sua transposição para o activismo, e na linha de alguns autores transexuais (mais drasticamente O'Hartigan, 1993, mas também, por exemplo, Prosser, 1998 e Rubin, 2003), a transexualidade não pode ser tomada como exemplo da existência de outros lugares de género fora dos previstos no sistema dicotómico por ser aí que ela se localiza.

> "Eu, pessoalmente, não concordo nada com isso [A utilização do termo transgénero para abarcar todas as identidades trans]. Porque, lá está, transgénero indica, implica, mudança de género e nós não mudamos de género. Nós nascemos com um determinado género, podemos demorar mais ou menos tempo a apercebermo-nos, por imensos factores que podem ocorrer durante a nossa vida, há pessoas que logo aos cinco, seis anos começam a dar sinais, há pessoas que só dão sinais aos 15, 20 e há outras que só dão sinal aos 25/30, 30/40, 40/50, enfim, neste mundo há de tudo para todos. Não concordo, não concordo, mas isto é mais teórico, porque na prática, pronto, estamos englobados no termo transgénero, tudo bem. Mas a nível teórico, precisamente, porque nós não mudamos de género, quer dizer, 'transgénero', nós não mudamos de género. Nós não podemos nem devemos - e isso discordo completamente e sou totalmente contra - usar a transexualidade para acabar, por exemplo, com o binarismo de género. Porque a transexualidade, se uma pessoa for a ver bem, é uma coisa que até vem reforçar precisamente o binarismo de género. Porque são pessoas que nascem com o corpo masculino e que sabem que são mulheres, que o corpo está errado, e são pessoas que nascem no corpo feminino e sabem que são homens, que o corpo está errado. As pessoas transexuais, não são, por exemplo, 30% homem e 70% mulher, ou 25% mulher e... Não são isso, elas sabem que são mulheres ou são homens e não têm dúvidas. Nenhuma pessoa transexual tem a mínima dúvida do que é que é, qual é a sua identidade de género. Ao passo, por exemplo, que uma pessoa andrógina, já será uma pessoa que, eventualmente, nuns dias poder-se-á sentir mais masculina, noutros dias talvez mais feminina, pronto, já será uma pessoa que estará no meio-termo. Aí tudo bem, poderá ser usado perfeitamente para acabar com o binarismo de género. A transexualidade não, a transexualidade, pelo contrário, pode ser usada para reforçar o binarismo de género." (Hermenegilda, 50 anos)

Embora excepcional, temos também entre os participantes deste estudo adeptos do "transgénero", tanto no seu sentido mais estritamente político de inclusão de todas as identidades e expressões de género em prol de uma luta comum (iniciado por Feinberg, 1992), como mesmo um espaço de auto-identidade, um "outro lugar de género", fora dos dois disponíveis no sistema binário de género (Stone,

[294] Também é verdade que no contexto linguístico anglo-saxónico utiliza-se frequentemente "*transgender*" mesmo quando a referência é claramente a "transexualidade", numa lógica de substituição pelo termo "politicamente mais correcto", como referimos atrás.

1991; Bornstein, 1994), e que contribui para colocar em evidência as suas limitações. Romy, com um passado pautado pela militância e liderança activista trans, vai também colocar em causa a questão da terminologia e da semântica, defendendo que é a transexualidade que não se apresenta como uma designação adequada, pois as identidades e expressões de género trans respeitam à "identidade de *género*" e não ao "*sexo*". Não se trata de "mudar de sexo" para encaixar no modelo de referência da cissexualidade – para o que a transexualidade remeterá em termos semânticos –, trata-se de assumir e reivindicar esse lugar de género como uma "*identidade*". Surge pois no discurso desta participante um dos termos mais utilizados por uma parte do movimento trans, que é o de "*transidentidade*".

> "E essa [Transgénero] é a definição, porque lá está, é um estatuto que ultrapassa a definição tradicional do transexual para uma outra, que pode ter várias vertentes e pode ter vários graus. E é nessa definição que eu me enquadro, exactamente porque engloba todas essas várias vertentes e os vários graus e os vários níveis, que se possa estar mais próximo do conceito feminino, mais próximo do conceito masculino, ou mais próximo de um conceito, que é assexuado, no sentido de sem definição concreta de género, que vai para além das definições tradicionais, que para mim são redutoras, do conceito do masculino e do feminino. Eu prefiro estar por baixo de um *umbrella* que engloba várias formas diferentes de estar e vários graus de identidade diferentes, do que estar enclausurada numa definição muito concreta e que, para mim, é extremamente limitada. E sobretudo porque é errada, porque o nosso problema - se é que podemos considerar aqui um problema -, a nossa diferença, tem a ver com a nossa identidade, não tem a ver com a transexualidade, com a sexualidade. Por isso a própria definição de transexualidade é errada. A própria terminologia em si é errada, porque não é uma questão de sexo, é uma questão de identidade. Por isso nós poderíamos dizer, 'eu sou transidentidade'. No melhor dos casos podíamos definir como transidentidade o percurso de uma transexual ou de um transexual. Agora transexualidade reporta directamente ao sexo e não é uma questão de sexo, obviamente que é também uma questão de sexo, mas não tem que ser forçosamente uma questão de sexo, e a prova é que a grande maioria dos indivíduos que fazem um percurso de transição transexual, independentemente de serem transexuais primários ou secundários, eles podem fazer essa transição da forma que eles melhor entenderem, melhor compreenderem ou melhor souberem, ou melhor formação tiverem para isso, independentemente de terem efectuado a operação de reassignamento de sexo ou não. (…) Independentemente disso, é sobretudo uma questão prioritária de identidade, de definição do que é a nossa identidade enquanto indivíduos. Depois como nós a vivenciamos, ou como nós lidamos com ela, melhor ou não, isso depois já são questões paralelas (…)." (Romy, 42 anos)

A tese de Romy, com um passado marcado pelo activismo e que marcou o activismo T em Portugal, que "*mais do que ser eu a entrar dentro de uma caixa de sapatos, é eu abrir a minha caixa de sapatos a várias variantes*", não encontra eco nos responsáveis do activismo especificamente vocacionado para a problemática da identidade de género presentemente. Ainda que o T, pelo menos na sigla LGBT, seja de Transgénero, considera-se "perigosa" a "junção" de identidades e expressões de género nele implicado.

> "Acho que transgénero é um termo perigoso porque é um termo muito abrangente e então a gente perde-se dentro dele. Supostamente transgénero, eu vejo como sendo para lá do género, transgénero, independentemente do género, comportamentos que não são próprios, específicos, da mulher ou do homem, comportamentos, atitudes, gostos. Então eu punha lá, nesse chapéu-de-chuva, punha lá debaixo todos os que não vão de encontro à ideia estereotipada de género. Os transexuais, os travestis, *drag queens*, *drag kings*, intersexuais..." (José, 28 anos)

Para além das questões mais teóricas, coloca-se ainda, mais pragmaticamente, a da acção política, pois nesta visão, e contrariamente à intenção que presidiu à fundação do próprio "transgénero" na sua versão mais contemporânea (Feinberg, 1992), que pretendia precisamente que a união reforçaria a

acção, o termo aglutinador não é considerado adequado, pois as reivindicações para a transexualidade, e para as restantes expressões incluídas no transgénero, serão distintas.

> "[Mesmo a nível político], os nossos interesses seriam ter as cirurgias facilitadas, o processo cirúrgico facilitado, o processo legal de mudança de nome e de sexo legal facilitados. E isso as *drag queens* não precisam de ter um BI, têm o seu, com o qual se identificam, apesar de se gostarem de vestir de mulher, ou de vez em quando, ou só para o espectáculo ou constantemente, estão bem consigo próprios, com a sua identidade. As nossas lutas são completamente diferentes, eu não sei quais serão as lutas deles, como não estou no meio, não sei as reivindicações deles, travestis e as *drags*, não sei, intersexual nunca conheci ninguém. Não sei as reivindicações deles, não sei se faz sentido as lutas serem comuns." (José, 28 anos)

O testemunho de José, na altura da auscultação a desempenhar funções numa estrutura T, que não por acaso significa Transexual e não Transgénero, vem contribuir para mostrar que, na realidade portuguesa, o caminho iniciado pela ªt. de uma intervenção inclusiva de todas as identidades trans, não terá tido continuidade ao nível do associativismo exclusivamente dirigido a esta temática (como refere acima o José, "*eu não sei quais serão as lutas* deles"). Provavelmente porque estaria mais alinhada com o movimento e os desenvolvimentos além-fronteiras (era, por exemplo, como já referimos, associada da TGEU) do que propriamente com a realidade a nível nacional, os esforços desta associação pioneira não terão sido suficientes para introduzir o termo e os seus significados no léxico nacional. Diríamos, na lógica de Plummer (1995), que mal seria ainda o tempo da "história da transexualidade", e não havia condições para descortinar, decifrar e compreender a "história do transgénero".

> "Eu sempre defendi a causa 'transgénero' e não a 'transexual'. É natural esta associação da ªt. à transexualidade por ignorância do próprio sistema, da comunicação social, apesar de eu ter insistido sempre na defesa do transgénero. Aliás, a terminologia 'transgénero' fui eu que a inventei, praticamente, cá em Portugal. Aqui era '*transgender'*, e as pessoas diziam '*transgender',* mas as pessoas '*transgender'* não sabiam o que é que era. E fui eu que comecei a 'obrigar', de certa forma, a obrigar entre aspas, e a introduzir, a definição 'transgénero'. O termo português de 'transgénero' fui praticamente eu que o criei, cá em Portugal, há muito tempo. E sempre fui atirando achas. E explicando às pessoas porque é que eu utilizava essa definição - 'transgénero' -, que achava que era muito mais abrangente. Mas obviamente que as pessoas têm limites, como eu também tenho os meus, as pessoas têm os seus limites e consideravam que uma questão de identidade de género, em termos de definição, tinha que ser expressada sempre enquanto transexualidade." (Jó Bernardo, Presidente da ªt.)

O contexto nacional não parece assim seguir cronologicamente o que aconteceu noutros países ocidentais, da estabilização de uma identidade colectiva de transexual, que depois se vai abrindo e coexistindo com outras, originadas no(s) próprio(s) movimento(s), que entretanto vão surgindo e ganhando visibilidade – como transgénero, *queer* ou outras –, permanecendo centrado na transexualidade[295], o que não deixará de ter reflexo ao nível da formação e reconhecimento das auto-identidades dos indivíduos trans, uma vez que constituem lugares privilegiados de criação e visibilização de "campos de possíveis" identitários. Embora tenhamos representação no movimento associativo, no contexto nacional, do tipo de posicionamento mais desconstrutivo de categorias de

[295] Das estruturas associativas existentes actualmente dirigidas especificamente à identidade de género, temos o GRIT - Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade da ILGA Portugal e o GTP - Grupo Transexual Portugal.

identidade, este não será promotor do surgimento e consolidação de categorias auto-identitárias alternativas, dado que assenta precisamente na negação ou desconstrução das próprias categorias.

Já para a parte significativa da população trans que está mais arredada das problematizações conceptuais e políticas, a distinção entre "transexual" e "transgénero" parece ser mais ou menos irrelevante. Nas palavras de Luísa, *"se nós formos a ver a palavra é a mesma, só que é dita diferente".* No quadro de referência mais tradicional e menos interceptado pelas questões e discussões que trespassam os contextos mais institucionais, a grande distinção que importa no trans-género, aquela a partir da qual, sobretudo as pessoas que se reivindicam como transexuais se posicionam, é, como acontece noutras sociedades como a brasileira (cf. Bento, 2006a e b), entre "transexual" e "travesti".

> "Eu acho que o "*transgender*" é a tradução da palavra [transexual] inglesa para português. É que "transgénero" também quer dizer o mesmo, "transexual" está para além do sexo, não é? E "transgénero" está para além do género, vem dar ao mesmo, de facto. Eu acho que o que é cada vez mais necessário, era meterem na cabeça das pessoas, ou fazerem as pessoas entenderem, que, e aí sim, é que eu acho que devia haver uma diferenciação, é entre o travestismo e a transexualidade. O travestismo não é uma coisa permanente." (Helena, 49 anos)

No entanto, em Portugal e ao contrário do que acontece no Brasil e noutros países da América Latina, o "travesti" está completamente arredado do movimento associativo, pelo menos em termos explícitos, parecendo ser associado a alguma forma de trans-género mais "antiquada" ou mesmo "ultrapassada"[296].

As categorias de identidade de género trans que emergiram no discurso dos sujeitos – as que reconhecem para si e para os outros sujeitos trans – representarão as disponíveis como "espaços possíveis de habitar" por pessoas que se afastam de algum modo do sistema de género convencional. As categorias surgiram-nos já mais ou menos estabelecidas, elas vigoram no espaço social e geográfico das identidades trans, onde se interceptam referências da medicina, provenientes de fontes variadas, não necessariamente da original, por vezes já reconstruídas e reinterpretadas, com referências e interferências mais *emicamente* constituídas. A quantidade de pessoas que cada uma alberga, ou que dela se reivindica, parece traduzir diferentes reconhecimentos e/ou valorizações sociais, tanto na sociedade portuguesa em geral, como especificamente nos meios de vivência trans.

O resultado deste mapeamento na sociedade portuguesa tem semelhanças com o encontrado noutros contextos geográficos e temporais, como o de Gagné, Tewksbury e McGaughey, 1997 e Gagné, Tewksbury, 1998, nos EUA, neste caso apenas para a população MtF, que entre 65 participantes identificou, igualmente a partir dos auto-posicionamentos dos indivíduos, as categorias de transexual (a maior parte), *cross-dresser* (uma menor parte) e outros cinco participantes com

[296] Apenas um dos responsáveis de associações LGBT se referiu à contemplação de "travesti" no T da sigla, a associação *Opus Gay*, que porém lhe confere o significado de "Transexual". As palavras do seu responsável mostram a ideia do "travestismo" como uma transexualidade pouco esclarecida: "Eu creio que há muito travestismo em Portugal que é transexual, mas que se ignora como tal, não sei se me exprimo... eles pensam que são travestis, mas na verdade são transexuais, não têm formação suficiente, pensam simplesmente que são travestis. Se calhar nem conhecem muito bem a palavra *transexual*, eles pensam que o problema deles é um problema de orientação sexual e não sabem que é um problema de género.".

identidades de género mais "desalinhadas" e politizadas, que os autores englobaram na designação de "radicais de género". Afasta-se de outros, mais recentes, encontrados na Europa, nomeadamente o de Hines, 2007a, no Reino Unido, em que a esmagadora maioria dos participantes se auto-posicionava fora do binarismo de género, sendo que das 30 pessoas entrevistadas só três utilizaram apenas os substantivos "mulher" ou "homem" para descrever a sua identidade de género (Hines, 2007a: 78).

Ainda duas notas gerais relativas ao trans-género na sociedade portuguesa. A primeira respeita à predominância, ou pelo menos, maior visibilidade da expressão da feminilidade por relação à masculinidade trans. Dos 53 participantes no estudo de quem recolhemos informação formal, 33 (mais de 60%) são pessoas a quem foi reconhecido o sexo masculino à nascença. Esta diferença amplia-se fortemente se entrarmos em consideração com as impressões etnográficas originadas pela incursão nos espaços trans, alguns exclusivamente frequentados por pessoas que expressam a feminilidade (nomeadamente os mais informais, como a zona do "Conde Redondo" e as "saídas CD", apresentando os mais institucionais, nomeadamente os clínicos e os associativos, uma população mais mista). Contrastando com o que acontece com as mulheres trans, foram poucos os homens trans(exuais) com quem contactámos mas de quem não recolhemos informação formal. Esta observação, que corresponde à demografia de senso comum do trans-género, e que porventura traduzirá mais a visibilidade do que a realidade (na verdade não o podemos saber), poderá ser compreendida, em termos das ciências sociais, através da consideração de um conjunto de factores, como a maior aceitação social das "masculinidades femininas" (termo de Halberstam, 2006 [1998]), que possibilitará a vivência da masculinidade por parte de "fêmeas" sem a assunção de uma identidade trans (Devor, 1989) ou o "capital corporal" que, condicionando a credibilidade de género, facilita a "invisibilidade" dos homens trans (Green, 1998, 1999 [1996], 2004; Cromwell, 1999a: 140;Whittle, Turner e Al Alami, 2007; Striker, 2008: 78).

Para além de aparentemente mais numerosa ou, pelo menos, mais visível, a expressão da feminilidade por parte de pessoas biologicamente reconhecidas como machos, é igualmente mais diversa. Contempla auto-identificações como mulher, homem, mulher transexual, transexual feminino, *cross-dresser*, travesti, andrógino, *drag queen*, transgénero e até homossexual. Já as "masculinidades femininas" ficam-se pelas auto-identificações sobretudo de homem e, excepcionalmente, homem transexual e, apenas na modalidade cumulativa, transgénero.

A maior visibilidade e diversidade das expressões da feminilidade trans, não sendo um traço particular da sociedade portuguesa (estudos realizados noutros contextos têm salientado esse aspecto, por exemplo, Ekins e King, 1997; Green, 1998, 1999 [1996], 2004; Cromwell, 1999a e 1999b; Stryker, 1999, 2008; Meyerowitz, 2002; Whittle, Turner e Al-Alami, 2007), estará contudo nela mais acentuado por relação a outras cujo processo de visibilização das masculinidades trans (começando pela de "homem transexual") conta já com décadas (por exemplo, quando traça a história da transexualidade no contexto norte-americano, Meyerowitz, 2002: 274 marca a "saída da sombra" dos homens transexuais ainda na primeira metade da década de 1970). Na sociedade portuguesa é ainda

muito evidente a diferença na visibilidade de homens e mulheres trans, tanto na ocupação do espaço público, como até ainda no associativo, espelhada em veículos privilegiados de visibilização, como é o caso da comunicação social[297]. Contrastando com este panorama, o único espaço que constitui excepção é o medicalizado, em que os dados provenientes dos serviços com consultas de acompanhamento para pessoas transexuais no SNS, numa espécie de contra-tendência – também em relação aos encontrados noutros países –, salientam a predominância das transições FtM[298], sugerindo alguma espécie de especificidade genética da população portuguesa. É de natureza distinta a tentativa de compreensão, por parte das ciências sociais, dessa "especificidade lusa" da inusitada superioridade numérica nos serviços formais de acompanhamento da "mudança de sexo" de pessoas inscritas bio-legalmente como mulheres, que se prenderá com a já referida maior aceitação social das transições para a masculinidade (com reflexo nos próprios serviços de saúde e até nos serviços de saúde trans-específicos[299]) e a maior amplitude de ancoragens identitárias para pessoas percebidas como machos que expressam a feminilidade, que abarcam tanto os espaços medicalizados como outros fora deles[300].

4.2. Das auto-identificações de género às categorias de (trans)género

A partir das auto-identificações de (trans)género em vigor nos espaços trans e dos sentidos nelas inscritos e investidos, foi possível identificar um conjunto de dimensões que surgiram como estratégicas para designar, caracterizar e distinguir esses diferentes "lugares de género" que as pessoas trans reconhecem para si e para os outros. Embora a estratégia metodológica empreendida seja talvez pouco ortodoxa pela utilização simultânea de técnicas de recolha de informação de intensidade

[297] Foi preciso chegar a 2010, com a proposta de lei de identidade de género na agenda, para surgir uma reportagem na imprensa com um homem transexual (grande reportagem 'O meu corpo não é o meu género' na revista Visão de17/06/2010).

[298] Embora não existam, como já salientamos, dados oficiais centralizados, as declarações dos profissionais incluídos nesses serviços assim o indicam. Numa entrevista, ao Diário de Notícias de 6 de Abril de 2010, o cirurgião Décio Ferreira afirmava que "[Das 70 pessoas que estão a ser seguidas] Mais de 40 são operações de passagem do sexo feminino para masculino. Nesse aspecto, a mudança de sexo é diferente do habitual, já que noutros países é mais comum serem os homens a mudar de sexo". E no mês seguinte, o Correio da Manhã de 10 de Maio de 2010 recorria ao mesmo profissional para assinalar que "Portugal contraria a tendência mundial onde há mais masculinos a mudar para femininos. Segundo o cirurgião plástico Décio Ferreira, 'em Portugal, o rácio é de três que mudam para masculinos e um para feminino'. O especialista garante que, desde 2005, já fez 33 operações de feminino para masculino e apenas 11 de masculino para feminino.". Mais recentemente, numa notícia do mesmo jornal de 9 de Setembro de 2011, já após a passagem deste tipo de serviço para os Hospitais da Universidade de Coimbra, o seu responsável, Dr. Reis Marques, reiterava, que na listagem daquele serviço, "há mais mulheres que querem ser homens".

[299] Os relatos dos entrevistados que integram ou integraram as consultas de acompanhamento do processo de transição clinicamente assistido revelam, no geral, experiências mais positivas da parte dos homens transexuais. Nestes não encontramos, por exemplo, nenhum caso de desistência.

[300] Por exemplo, os espaços possíveis de habitar por mulheres trans existentes ainda antes da assunção da transexualidade por parte da medicina em Portugal, que se começam progressivamente a constituir após o 25 de Abril de 1974, como alguns espaços artísticos e de lazer – locais nocturnos de espectáculo de transformismo, bares *gay* ou espaços de exercício de trabalho sexual.

variada[301], aproximamo-nos aqui da estratégia metodológica "comparativa-tipológica", cuja "finalidade principal é conseguir captar a diversidade constitutiva de um determinado fenómeno social, à partida apenas conhecido de maneira vaga e indiferenciada" (Costa, 2008 [1999]: 9) e em que os resultados se agrupam geralmente à volta de uma tipologia das principais modalidades que tal fenómeno assume. A comparação das unidades estudadas permite não apenas organizá-las por tipos, de acordo com o modo como se situam numa série de atributos dimensionais, mas simultaneamente afinar o conjunto de dimensões pertinentes (idem). Chegaremos assim àquilo que podemos considerar uma proposta de *tipologia de categorias de trans-género na sociedade portuguesa*, dando seguimento, para o caso concreto de Portugal, ao desafio colocado por Ekins e King (2006, 2010; também Ekins, 1997) de proceder a "uma análise sociológica da gama completa da diversidade transgénero nas sociedades euro-americanas" (Ekins e King, 2010: 25). Ou seja, o mapeamento de diferentes modos de experienciar e expressar o (trans)género resultará na identificação e caracterização de "categorias" de género. Por "categoria de género" queremos dizer, se colocado tecnicamente, valores possíveis da variável género, para além dos exclusivamente "mulher" ou "homem"[302] ou, neste caso, mais especificamente, de *valores possíveis da variável trans-género*. Tais categorias (*etic*) estão, porém, fortemente enraizadas *emicamente*, uma vez que partem das identificações de género dos próprios sujeitos, da terminologia e dos sentidos em vigor nos espaços sociais trans.

O exercício de categorização, bastante contestado por algumas correntes da teoria social – nomeadamente as de influência pós-modernista e pós-estruturalista, incluindo a teoria *queer* (cf. cap. 1.4), bem como por alguns autores e activistas trans que também aí se situam (cf. cap. 1.5), ainda mais quando remetido a um fenómeno como o trans-género, tomado frequentemente como uma (se não a) ferramenta desconstrutiva das categorias existentes (Garber, 1997 [1992]) –, apresenta-se, contudo, em nossa opinião, como um modo útil e eficaz de contribuir para tornar compreensível a variedade que o fenómeno pode assumir, neste que é um dos primeiros exercícios desse tipo aplicado à sociedade portuguesa.

Para além da sua "utilidade" em termos de inteligibilidade, socialmente, e especificamente aos níveis médico, legal, político e associativo, que tomamos como as dimensões centrais que operaram estruturalmente no fenómeno (cf. cap. 3), as diferentes categorias de trans-género são encaradas e tratadas de modos distintos (como já vislumbrámos no capítulo 3), existindo desigualdades que necessitam ser explicitadas e discutidas. Não conferir importância às "diferenças" dentro da "diversidade de género", ou, salientando-a, mas tendo algum pudor em nomeá-la, numa atitude que pode ser vista como inclusiva, é, a nosso ver, subtrair da análise parte da compreensão e de fundamentação para a acção. A assunção diferenciada de uma expressão de género fora do tradicional sistema dicotómico dos dois sexos/géneros afecta de modo desigual os indivíduos (consoante se

[301] Embora estejamos a fazer uma utilização pouco convencional do inquérito por questionário, mais qualitativa e de maior intensidade do que a utilização mais comum.
[302] Apesar de os próprios "mulher" e "homem" serem valores híbridos dos conceitos de "sexo" (cujos valores serão macho e fêmea") e de "género" (cujos valores são "masculino" e "feminino").

expresse a feminilidade ou a masculinidade, ou seja mais ou menos visível, tendo em conta o tempo e o espaço da sua expressão, por exemplo); assim como o posicionamento social afecta e condiciona a formação e vivência das identidades e expressões de género trans, e a sociologia deve estar atenta a estas diferenças, sendo esse, aliás, um dos seus principais contributos. Em suma, não basta, a nosso ver, sublinhar a diversidade, importa fazer um esforço de nomear e distinguir analiticamente essa diversidade. Partilhamos assim a posição de Gayle Rubin, que não rejeitando a utilidade de categorias da identidade, as vai abordar na perspectiva de uma análise social: "Em vez de considerá-las como entidades clínicas ou categorias de psicologia individual, queria acercar-me delas enquanto grupos sociais com histórias, territórios, estruturas institucionais, modos de comunicação, etc." (Gayle Rubin em entrevista a Judith Butler, 1994: 95).

A caracterização dos tipos de trans-género encontrados na sociedade portuguesa, agregados em torno das respectivas designações ("categorias"), complementará a discussão acerca das designações com que iniciámos este trabalho, acrescentando-lhe agora propostas de definição de (algumas das) modalidades possíveis dentro do "transgénero" – como *cross-dresser*, travesti e outras.

A partir da análise das auto-identificações de género dos indivíduos, incluindo as demarcações com outras formas de "ser" e "expressar" o (trans)género, que implicam a explicitação dos conteúdos atribuídos, bem como da observação etnográfica dos espaços de vivência trans e dos sentidos que neles vigoram, identificamos um conjunto de dimensões centrais para a constituição das categorias de trans-género, ou seja, modos de experienciar e expressar o (trans)género.

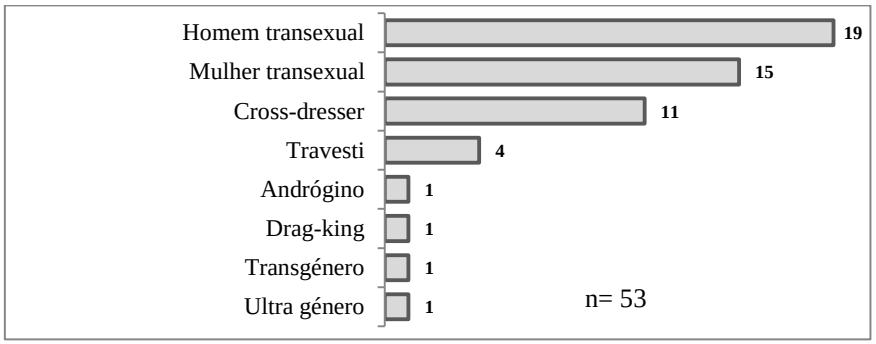
As dimensões que se revelaram pertinentes para a definição e caracterização das categorias de trans-género, aquelas em torno das quais podem ser situadas as unidades estudadas são: auto-identificação de género; sexo atribuído à nascença; género(s) expressado(s); relação com o sexo atribuído à nascença; relação entre sexo atribuído à nascença e género(s) expressado(s), que tem paralelo com o "modo de transgenderar" de Ekins e King (2006); tempo e espaço de vivência do género trans; práticas e atitudes face ao acompanhamento médico por questões relacionadas com a identidade de género; existência e tipo de transformações corporais; posicionamentos e práticas face à cirurgia de reatribuição de sexo; relação entre identidade de género e orientação sexual assumida, mais especificamente, onde se situa o sujeito em termos de sexo/género para a definição da sua orientação sexual.

Do cruzamento entre o modo como o indivíduo se identifica em termos de género – e sabendo que essa auto-identificação é construída interactivamente em colaboração ou por relação com os outros, implicando pois processos de "identificação" e de "identização" (Pinto, 1991) –, com o conjunto das restantes dimensões que se revelaram centrais para o modo como o (trans)género é vivido e expressado que indicámos acima, de que são especialmente relevantes para a análise social, o *modo* (que entra em conta com a estética, tipo de transformações e os projectos e agendas corporais), o *tempo* (se é permanente ou, caso não o seja, a frequência com que é expressado) e o *espaço* (em todas as dimensões da vida ou em contextos e situações específicos com agentes de partilha específicos) de

expressão do género "oposto" ou de "outro(s)" género(s) para além do socialmente expectável dado o sexo atribuído à nascença, resultaram *oito categorias de género trans*, tendo em conta os 53 sujeitos de quem se recolheu informação sistematizada. São elas: "homem transexual", "mulher transexual", "*cross-dresser*", "travesti", "andrógino", "*drag-king*", "transgénero" e "ultra-género".

O gráfico seguinte demonstra visualmente as oito modalidade de trans-género, organizadas em torno de "categorias de trans-género", e a sua representatividade na amostra de indivíduos a partir da qual se constituíram. Embora obviamente respeitando a identificação com as categorias cis e tirando daí as devidas ilações, "transferimos" ou "re-colocamos" as pessoas que se tinham identificado principalmente como "homem" ou "mulher", para uma categoria trans, à luz das restantes dimensões pertinentes elencadas, tendo em especial consideração as auto-identificações múltiplas, onde surgia muitas vezes uma (ou mais) categoria trans. Pontualmente houve também uma recolocação entre categorias de trans-género, ou seja, os indivíduos não foram colocados naquela com a qual se tinham identificado principalmente, tendo em conta igualmente as restantes dimensões. Noutros casos ainda avançou-se com a designação da categoria.

Figura 4.3. Categoria de género dos participantes



Fonte: Inquérito por questionário e entrevistas a pessoas transexuais e transgénero, CIES-IUL.

A grande maioria dos participantes do estudo enquadra-se no modo de "migração de género", que implica, embora em graus variados, "migração de corpo" (Ekins e King, 2006), logo, na categoria de transexualidade, confirmando ser esta, se não a mais presente, pelo menos a mais visível na sociedade portuguesa. Se o acesso a indivíduos incluídos nesta categoria de género ocorreu por uma variedade de meios – os medicalizados, os associativos, os espaços frequentados por pessoas trans (como o "Conde Redondo" ou eventos relacionados com a identidade de género[303], como debates, tertúlias, ciclos de cinema, etc.), para além dos que se assumiam, enquanto tal, no espaço público –, no caso das restantes as vias foram bem mais estreitas e por vezes longo o processo de a elas chegar (por exemplo, no caso do *cross-dressing*).

Sendo de género que se fala, temos que distinguir entre homens e mulheres transexuais, tratando-se de duas categorias de (trans)género distintas, com características em comum (uma vez que

[303] Eventos que, por sua vez, também se dirigem, na esmagadora maioria dos casos, exclusivamente à transexualidade, mesmo quando são anunciados nos termos do "transgénero" ou da "identidade de género".

correspondem a deslocações do sexo atribuído à nascença para o género "oposto"), mas com problemáticas e desafios particulares que lhes advêm de diferentes pontos de partida (uns foram socialmente percebidos como raparigas e outros como rapazes), e de chegada (uns expressam a masculinidade e outros a feminilidade) em termos de género. Tendo ficado claro que a principal identificação de género da maioria das pessoas envolvidas em processo de migração de género é uma das categorias cis, que se sentem e se reivindicam homens ou mulheres, mas sendo necessária, pelo menos para fins deste estudo, a consideração da sua especificidade em termos do sistema de sexo/género dominante (que, lembremos, não prevê "deslocações", Devor, 1989: 147-148; Giddens, 1995b [1992]: 137), julgamos adequada a utilização da terminologia cada vez mais comum na literatura, no activismo e na auto-identificação das próprias pessoas que assim são designadas (como se pôde ver por esta amostra de indivíduos sobretudo aquando das auto-identificações múltiplas), de "mulher transexual" e "homem transexual"[304], que respeita precisamente esse posicionamento identitário com as categorias cis de homem ou mulher.

A categoria de *"homem transexual"* juntou o indivíduo que assim se auto-identificou com parte significativa dos que se identificaram sobretudo como "homem". Têm em comum o facto de serem *pessoas a quem foi atribuído à nascença o sexo feminino e se expressarem permanentemente ou manifestarem o desejo de se expressar*[305]*, em todas as dimensões da vida, no masculino, com uma apresentação de género em consonância à socialmente associada ao género experienciado*. Esta classificação não parte daquilo que por vezes é tomado (até unidimensionalmente) como definidor das identidades transexuais, a saber, a realização da cirurgia de reatribuição de sexo, nem sequer do desejo ou intenção de a realizar. Este, como ficou claro na definição acima avançada, é constituído por aquilo a que Ekins e King denominam de "modo de trangenderar", neste caso, a migração, que implica *permanência* na expressão do género "oposto" ao expectável à luz do sexo atribuído à nascença. No entanto, e com intensidade e extensividades diferenciadas, *a "migração de género" implica sempre "migração de corpo" e as transformações corporais estão* (ou estão em vias de o ser, dependendo da fase do processo de transição) *sempre presentes também na forma permanente, ou seja, inscritas no corpo (encarnadas)* e não "apenas" revestindo o corpo (vestuário) ou na lógica de simulação de signos de género inexistentes (a que se pode recorrer enquanto não se conseguem na modalidade encarnada). A posição e a prática face à alteração dos genitais entram em consideração como uma dimensão pertinente no sentido de constituírem uma característica distintiva da transexualidade face a outras categorias de transgénero que nem colocam essa hipótese no campo dos possíveis, não no sentido de definir o que é ser transexual ou o que é a transexualidade, que apresenta diversidade quanto a este aspecto.

[304] Das razões que nos levaram a manter a utilização de "transexualidade" e de "transexual" já falámos anteriormente (cf. Introdução).
[305] Sendo este desejo realista, cuja não concretização plena depende da fase do processo de transição, e não um desejo ao nível da fantasia como se encontra em outras categorias de trans-género.

Na categoria *"mulher transexual"*, as auto-identificações não são tão concentradas na categoria cis – para além de "mulher", que continua porém a predominar como identificação principal, e de "mulher transexual", junta ainda uma pessoa que se auto-identifica como "transexual masculino". Em comum têm o facto de serem *pessoas a quem foi atribuído à nascença o sexo masculino e se expressarem permanentemente, ou manifestarem o desejo de se expressar, na esfera pública e na privada, no feminino, com uma apresentação de género em consonância ao socialmente associado ao género experienciado*. À semelhança do que acontece com os congéneres homens transexuais, não estará aqui em causa a cirurgia de reatribuição de sexo ou o reconhecimento médico dessa "condição", estando contudo *sempre presentes* (ou em vias de o estarem) *as alterações corporais encarnadas, enquadradas ou não num acompanhamento médico formal por questões de identidade de género*.

Na categoria *"cross-dresser"* couberam as pessoas que assim se identificaram principalmente, mais uma que se identificou sobretudo como "travesti", e duas que se identificaram sobretudo como "homem". Relativamente à pessoa que se identificou sobretudo como travesti, a deslocação entre categorias de transgénero deveu-se à parcela de tempo em que a feminilidade é expressada, bem como as ocasiões em que tal sucede. As outras duas incluem-se na transferência de uma categoria cis para uma trans, sendo esta última eleita igualmente a partir do espaço e tempo em que a feminilidade é expressada. Esta categoria inclui *pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino, que não rejeitam a sua identidade de homem*, como ficou patente aquando da possibilidade de identificações múltiplas e nos dois casos anteriores, até constitui a principal, *e que expressam a feminilidade episodicamente*, na modalidade "oscilação" (Ekins e King, 2006) – ou seja, implicando sempre um retorno à masculinidade –, *sobretudo em privado, sendo restritas ou mesmo nulas as aparições em público*. Este é um modo de vivência de (trans)género que não afecta (ou, pelo menos, não se revela em) todas as dimensões da vida dos indivíduos e que muitas vezes (mas nem sempre) é ocultado mesmo daqueles que são mais próximos. É no caso das pessoas *cross-dresser* que encontramos existências semelhantes a "vidas duplas", havendo uma distinção clara entre o espaço, o tempo, as afectividades e as sociabilidades da masculinidade e os da feminilidade. Independentemente do desejo, *a manutenção da expressão da masculinidade*, frequentemente uma masculinidade convencional implicando a heterossexualidade, *na vida social "oficial" não deixa margem para alterações inscritas permanentemente no corpo, recorrendo-se, aquando da expressão feminina, a estratégias de (dis)simulação* (ocultando-se ao máximo os signos do masculino e simulando-se os signos biologicamente inexistentes do feminino).

A categoria *"travesti"* é a que alberga auto-identificações mais diversas que incluem, para além de "travesti", "mulher transexual", "*cross-dresser"* e até "homossexual", o que nos levantou dúvidas acerca da própria designação da categoria. Optámos por assim a designar[306] porque, apesar das

[306] O modo como encaramos este exercício é que é mais importante distinguir entre as diversas formas de trans-género do que propriamente as designações em torno das quais se agrupam, embora as designações desempenhem um papel importante no modo como as pessoas se percebem e são percebidas. Neste sentido,

escassas auto-identificações com o termo, este é amplamente utilizado (é quase omnipresente), e o(s) seu(s) sentido(s) devidamente explicitado(s), nos espaços trans. Contrastando com a escassa auto-reivindicação identitária no presente surge abundantemente nas hetero-atribuições de género, ou mesmo nas auto-atribuições se remetidas ao passado (nomeadamente por parte de algumas mulheres transexuais mais velhas, cujo "travesti" constituiu uma das "paragens" nas suas trajectórias de género). Um outro motivo prendeu-se com semelhanças encontradas entre esta parte da população trans de quem recolhemos informação formal, e uma muito superior com quem contactámos[307], nomeadamente no decurso das incursões etnográficas ao "Conde", e as descrições relativas à expressão "travesti" no contexto brasileiro[308], que têm vindo crescentemente a ser produzidas (por exemplo, Silva, 1993; Benedetti, 1997, 2000, 2004, 2006; Peres, 2005; Pelúcio, 2007; J. Silva, 2009; Garcia, 2009; Duque, 2012). Trata-se de *pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença, que se identificam com o feminino e expressam a feminilidade em espaços* (incluindo sempre públicos) *e tempos variados* (mais de noite que de dia), *com transformações corporais encarnadas, e a assunção da feminilidade não implica a ocultação de que essa feminilidade é oriunda de homens biológicos, apresentando elementos associados a ambos os géneros*, num modo que designamos de "hibridismo" de género.

A categoria de "travesti" distingue-se da categoria de "mulher transexual" porque a expressão no feminino não é permanente (embora não se exclua, e se ache provável e realizável, que no futuro venha a ser) e porque não há, como nas mulheres transexuais, uma rejeição, ou pelo menos um tão grande afastamento, da identidade masculina (se não intimamente, ao nível da auto-identidade, pelo menos ao nível da identidade pessoal, no sentido de Goffman, 1988 [1963], aquela que tem que ver com o modo como se é reconhecido nas interações pessoais e mesmo oficialmente). Como dissemos, parece haver uma assunção da feminilidade sem a necessidade de ocultação de que essa feminilidade é performada por homens biológicos, traduzida quer na narração de si (onde deambulam pelos dois

---

mantivemos a designação *emic* de "travesti" também porque reconhecemos, na linha do quadro *queer*, a utilidade de reabilitação de categorias que têm historicamente funcionado como insultos, numa lógica de empoderamento dos fenómenos e das pessoas que os representam.

[307] O espaço e o tempo do "encontro" com pessoas que eventualmente se incluiriam nesta categoria, no caso da nossa pesquisa, as madrugadas no decurso do trabalho sexual, se propiciavam a conversa informal, muitas vezes em grupo, enquanto se esperava clientes, já colocavam mais obstáculos à inquirição formal, que exige a reunião de um conjunto mínimo de condições – como a privacidade e a disponibilidade de tempo até à sua conclusão. Se eram de difícil reunião no caso do inquérito por questionário, tornava-se obviamente inviável no caso das entrevistas (que mais não fosse porque se tratava de ocupar tempo de trabalho), para as quais se tentou marcar um dia, um local e uma hora para posterior realização. Também esta segunda possibilidade se revelou tarefa quase impossível, quer por uma questão de agenda, porque o dia é reservado ao descanso e à preparação da produção nocturna (a "montagem"), quer por alguma resistência à participação num momento mais formal, que, ao contrário da conversa informal, parecia não ser considerada tão aliciante. Mesmo quando se conseguia a marcação sucedia-se frequentemente a não comparência.

[308] Aliás, embora o "travesti" seja uma forma de transgénero tradicional da sociedade portuguesa (porventura a mais tradicional), actualmente, nos espaços trans, é notória a sua intercepção com a narrativa brasileira do travesti, onde o fenómeno é significativamente mais visível. Esta troca de significados acontece quer pela interacção directa com pessoas que assim se reconhecem e são reconhecidas – nos espaços do trabalho sexual, em espaços nocturnos de lazer, em espectáculos de transformismo, em espaços de celebração LGBT, etc -, onde a presença de travestis brasileiras é bastante evidente, quer pelo acesso à internet, cuja manifesta superioridade das referências ao "travesti" originárias do Brasil tornam as nacionais praticamente residuais.

géneros gramaticais mesmo quando se contam no presente), quer no modo de expressar essa feminilidade, afastando-se geralmente de uma estética feminina "natural" (aquela que frequentemente é adoptada pelas mulheres transexuais). Ou seja, ao contrário das mulheres transexuais, as travestis expressam um feminino que não é o feminino das mulheres cis, é antes "um feminino diferente, outra possibilidade de feminino (Silva, 1993), que contempla em si também o masculino" (Benedetti, 1997: 18). A nossa definição afasta-se, contudo, de uma concepção que parece dominante na realidade brasileira – com tradução até a nível mais político e do movimento associativo – da categoria de "travesti" definida por relação à de (mulher) "transexual" centralmente pelo não recurso (nem desejo) à cirurgia de reatribuição de sexo, ou seja, à manutenção dos genitais (Benedetti, 2000; Silva, 2009). Embora as pessoas incluídas nesta categoria não tenham alterado cirurgicamente a genitália, tal pode ser ponderado no futuro (o que acontece com uma das entrevistadas) e, por outro lado, a distinção colocada nesses termos vincularia a transexualidade à transformação dos genitais, que já descartámos.

A proximidade – e confusão – entre estas duas expressões de género parece-nos constituir, aliás, uma das principais preocupações a nível clínico e de diagnóstico na medicina trans-específica, sendo o "travestismo" muitas vezes referido como contraponto para o que "a transexualidade não é" (ou seja, é objecto de "despiste"), naquilo a que Bolin apelida de "segregação clínica" (1997: 26) que, no fundo, separa o verdadeiro – a identidade transexual enquanto réplica da cissexualidade – do falso – todas as restantes expressões de género que se afastam do modelo de congruência da cissexualidade[309].

A categoria de "travesti" afasta-se da expressão "*cross-dresser*" por ter uma maior existência na esfera pública e pelos traços ou sinais da feminilidade persistirem em qualquer dimensão da vida. Ao contrário das pessoas *cross-dresser*, as travesti não apresentam, no seu quotidiano, um aspecto tradicionalmente masculino nem tão pouco estilos de vida em consonância com essa aparência. Trata-se de uma forma de vivência e expressão de género menos "rígida" e padronizável do que outras, nomeadamente a transexualidade e o *cross-dressing*, e talvez seja isso que explique os auto-posicionamentos tão diversos.

A expressão de género "travesti", parece ser aquela em que a formação da identidade de género será mais devedora da identidade sexual, misturando-se aqui (mais) claramente estas duas categorias da identidade (remetendo para as considerações a esse propósito de Kulick, 1997, 1998, de Valentine, 2007 e também de Benedetti, 2000, que, apesar de considerar que travesti respeita ao género e não à sexualidade, sublinha a dificuldade da sua separação para o entendimento da experiência das travestis). Efectivamente nas pessoas que assim se identificam, ou que aqui

[309] No texto inaugural da literatura médica nacional encontramos esta distinção entre as duas expressões de género, sendo o "travestismo" incluído nas situações de "pseudo-transsexualismo", em que "Um bom exemplo é o dos homossexuais travestis prostituídos (Breton, 1985) que procuram, pela transsexualização, um curto-circuito aloplástico da sua instabilidade ou, mais instrumentalmente, um aumento da sua «atractividade» perante os clientes." (Nunes, 1987: 150). A dispensa desse "despiste" no caso das mulheres biológicas que se encontram nas consultas de acompanhamento da transexualidade (ou seja, as transições FtM) poderá contribuir para compreender a maior facilidade (e celeridade) na obtenção do diagnóstico nestes casos.

posicionámos, a atracção sexual por pessoas do mesmo sexo biológico é algo muito presente[310] e parece não haver diversidade no sentido da atracção sexual[311]. Diríamos até que esta categoria será a que mais próxima se encontra daquela que corresponderá à imagem (estereotipada) das pessoas com expressões de género fora da cissexualidade na sociedade portuguesa e que recorrentemente se confunde com um tipo homossexual ultra-efeminado. Nestas pessoas parece coexistir pacificamente a reivindicação de uma auto-identidade de género feminina, com a classificação da sua orientação sexual como *gay*.

O termo "travesti", tal como o estamos a utilizar, não é sinónimo do anglo-saxónico "*transvestite*". No contexto anglo-saxónico não parece existir um termo com o mesmo sentido do latino "travesti"[312], que é, por outro lado, comum na América do Sul e na Europa do Sul. No contexto anglo-saxónico encontramos menção a uma expressão de género denominada "*shemale*" (e "*ladyboy*", para designar o mesmo fenómeno sobretudo no continente asiático) que tem alguma aproximação à nossa categoria de travesti. Esta é, porém, definida unidimensionalmente pela vertente sexual, e conotada com o trabalho sexual e até mesmo com a pornografia[313]. Apesar da totalidade das pessoas agrupadas nesta categoria exercerem o trabalho sexual, a expressão da feminilidade não se esgota nessa prática, estando presente nas outras dimensões da vida.

A categoria *"andrógino"* é representada pelo sujeito que assim se auto-identificou. Trata-se de uma *pessoa a quem foi atribuído o sexo masculino*, que faz espectáculos de transformismo a nível profissional e participa em algumas saídas e circuitos *cross-dresser*. Optámos por manter a sua auto-identificação principal pois, *por entre as flutuações por diversas expressões de género, não há uma "migração" nem sequer propriamente uma "oscilação" no sentido clássico* (porque nunca se está

[310] Podemos sempre colocar a hipótese de que esta impressão etnográfica, e sustentada no discurso das pessoas que auscultámos formalmente, esteja de algum modo condicionada pelo espaço e ambiente onde as conhecemos e "recrutámos" (o "Conde", entre um e outro cliente) e pela actividade exercida (o trabalho sexual). De qualquer modo, isso não foi patente nas mulheres transexuais contactadas nas mesmas condições.

[311] Os autores que têm estudado as travestis brasileiras referem, no entanto, que, apesar da atracção por homens cis ser claramente predominante, podem abarcar outras travestis e mulheres cis (Duque, 2009: 148-149). Não pomos de parte a possibilidade de não termos casos suficientes para conseguir contemplar as situações menos comuns.

[312] A questão que se coloca é se é apenas o termo que é inexistente ou é mesmo este modo de experienciar e expressar o género que está ausente nesses outros contextos. Como já assinalámos anteriormente, Kulick (1989) considera que o "travesti" não se conforma com as tipologias sexuais *standard* utilizadas na Europa e na América do Norte, remetendo esta modalidade de identificação e expressão de género para geografias específicas, as latinas. No entanto, no trabalho de campo realizado em Nova Iorque, Valentine (2007, sobretudo Parte II, capítulo 3) dá voz a mulheres trans com discursos bastante próximos dos que encontrámos nas pessoas que estamos a considerar nesta categoria. Fá-lo sobretudo para destacar a variedade de identificações e de modos de expressão de género, para além dos contidos na concepção que vigora institucionalmente na sociedade norte-americana - a do "transgénero". Inclinamo-nos pois mais para considerar que quanto mais avançadas as sociedades se encontram em termos da generalização e penetração do discurso científico (o psico-médico), da assunção institucional das questões relativas à identidade de género e da disponibilização dos apoios médicos e sociais, mais as histórias que agregamos aqui na alçada do "travesti" são histórias nas margens do "transgénero", que, ou vão sendo assimiladas nas mais aceitáveis e/ou vão sendo ignoradas ou relegadas para segundo plano. Nos termos de Ekins e King, trata-se de histórias negligenciadas, mal compreendidas e largamente por contar (2006: 35).

[313] Uma busca a partir do termo, no *Google*, é suficiente para o constatar.

inteiramente situado num dos polos, como no *cross-dressing*), *antes um atenuamento, no dia-a-dia, dos elementos masculinos com a inscrição discreta de elementos associados à feminilidade*, resultando efectivamente num aspecto andrógino (diferentemente das travestis em que o modo de coexistência é mais de "mistura" do que, neste caso, de "atenuação" de signos de género). Nesse sentido de atenuação de pertença a um e outro género aproxima-se do modo de "negação de género" mapeado por Ekins e King (2006: 143-180), na medida em que, aqui a um nível individual e não tanto político como aparece noutros modos de trans-género, se considera o sistema binário de género opressivo da sua expressão de género e se deseja um lugar de género sem vinculação a "um" género. Não existindo na língua portuguesa um género gramatical andrógino que se possa utilizar, flutua-se, de forma pelo menos aparentemente aleatória, pelos dois géneros disponíveis.

Afasta-se do *cross-dressing* porque a feminilidade interfere na vida quotidiana e não existe um tão demarcado espaço entre a masculinidade e a feminilidade nem tampouco uma masculinidade e um estilo de vida convencionais tendo em conta o sexo atribuído à nascença. A expressão e a vivência de género, ou os modos como se conjugam as expressões da feminilidade e da masculinidade, está largamente dependente dos contextos temporais, sociais e espaciais, podendo intensificar-se a feminilidade nuns (nos espaços ligados aos espectáculos de transformismo, dentro e fora do palco, nas redes sociais virtuais, na interacção com amigos), sendo reprimida noutros (no desempenho de uma actividade profissional fora do meio artístico, na relação com os serviços públicos). As transformações corporais acompanham essa atenuação de signos de género, passando pela eliminação dos pêlos e, apenas excepcionalmente, em tempos de possibilidade e vontade de intensificação da expressão da feminilidade, por toma de hormonas.

Apesar de termos apenas um indivíduo nesta modalidade de expressão de (trans)género suspeitamos que se aproxima de um modo tradicional de transgénero na sociedade portuguesa, agregando possivelmente mais sujeitos ligados à performance artística da feminilidade. Ou seja, ao transformismo ou, numa versão mais actualizada, ao *drag*, neste caso especificamente "*drag queen*"[314].

As restantes três categorias parecem-nos ser exemplificativas de novas formas de trans-género, confirmando que existem sempre "histórias novas em construção" (Ekins e King, 2006) – uma é ilustrativa da performance da masculinidade por parte de mulheres biológicas fora da modalidade clássica de homem transexual, e as outras duas de formas mais politizadas de trans-género, onde não

[314] Também a nível dos espectáculos de transformismo se tem assistido a uma evolução da expressão da feminilidade, que é bem evidente nas performances de género das diferentes gerações de artistas. Contrariamente às mais velhas, as novas gerações performam frequentemente um género que, embora utilizando, por vezes até de um modo ampliado, signos associados à feminilidade, não compõem um personagem feminino, antes híbrido ou agenderado (por exemplo, prescindindo das cabeleiras ou da simulação do peito). É o que acontece no caso de Kelly Dior (nome artístico escolhido pelo participante incluído nesta categoria de género) que, dependendo da ocasião e do público, assim pode compor um personagem obviamente feminino, quando se trata de uma performance mais próxima da tradicional de "transformação" na própria cantora (por exemplo, Madonna ou Lady Gaga) ou, quando mais afastado da lógica "imitação", da recriação de um novo imaginário, em que o personagem não é tão definido e definível em termos de género.

se rejeita apenas a própria localização "destinada" no sistema de género, mas, mais estrutural e explicitamente, o próprio sistema de género.

A categoria *"drag king"* inclui uma *pessoa a quem foi atribuído o sexo feminino à nascença, que se auto-identifica como "mulher", performando a masculinidade para fins artísticos*, logo na modalidade de "oscilação *drag*", já avançada por Ekins e King (2006: 131-137), mas no sentido "oposto" (ou seja, para as "*drag queens*"). Contudo, as expressões *drag*, sobretudo o "*drag kinging*", embora circunscritas a determinadas ocasiões públicas, não se esgotam tão imediatamente no acto artístico, como apontam os trabalhos sobre essa expressão que começam agora a ser produzidos (nomeadamente Shapiro, 2007; Rupp, Taylor e Shapiro, 2010), tendo frequentemente uma intenção política de evidenciação da construção social (também) da masculinidade e da possibilidade da sua apropriação por parte das fêmeas. Ainda assim, é neste caso que vamos encontrar indícios na sociedade portuguesa das novas "masculinidades femininas", no sentido de tornar visível a masculinidade das mulheres biológicas ou da concepção e da performance da "masculinidade sem homens" (Halberstam, 2006 [1998]). Trata-se de um modo de (trans)género com origem em mulheres biológicas, que expressam a masculinidade, numa modalidade intencionalmente performativa, e não desejam habitar a categoria de "homem", afastando-se assim dos homens transexuais. Expressões neste sentido da apropriação do masculino pelas mulheres sem que haja uma reivindicação da identidade de homem, mas mais politizadas (e que neste caso poderiam ser incluídas no modo "transcendência de género" de Ekins e King, 2006: 181-220), estão identificadas noutras realidades e parecem mesmo estar a constituir-se como umas das expressões actualmente na vanguarda do movimento trans (Halberstam, 2006 [1998]; Shapiro, 2007; Rupp, Taylor e Shapiro, 2010).

Na categoria *"transgénero"* encontramos uma "história nova" no contexto português, com aspectos partilhados com as histórias contadas por algumas das percursoras do "movimento transgénero" que surge na década de 1990 (nomeadamente Stone, 1991; Bornstein, 1994), no sentido de esta identificação corresponder a uma fase "pós-transexualidade". Partindo de pessoas que outrora se terão identificado com a transexualidade, rejeita-se agora os termos em que a "história transexual" é constituída, que implica classicamente uma fusão na cissexualidade, e a "autenticidade" é redirecionada para a assunção daquilo que se é, incluindo de onde se vem. Trata-se de uma *pessoa a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença que se expressa permanentemente no feminino, tendo transformações corporais encarnadas, mas em que a migração de género não implica propriamente uma negação do ponto de partida em termos de sexo e sem se desejar uma "assimilação" na feminilidade cis*. Podemos pois considerar tratar-se de uma "migração sem assimilação".

Já o indivíduo que integra a categoria *"ultra-género"* [315] não se revê em nenhuma das categorias ou termos disponíveis (embora o termo tenha surgido do seu discurso, não foi referenciado especificamente à sua situação), uma vez que é a própria rejeição do "género" enquanto estrutura

[315] Do latim "ultra" que significa "para além de".

social opressora, padronizadora e geradora de desigualdades que está aqui em causa. Trata-se de *uma pessoa a quem foi atribuído o género masculino à nascença, que se identifica mais com o feminino do que com o masculino* em termos dos valores, representações e estéticas corporais que estão social e culturalmente associados a cada um dos binómios, *que se narra e é reconhecida pelos que lhe são próximos no género gramatical feminino, não tendo transformações corporais nem uma aparência (sequer na forma tentada) associável socialmente à feminilidade*. Constitui um exemplo de formas mais politizadas, mas simultaneamente mais individualizadas de experienciar o (trans)género, que, mesmo em termos do seu modo de expressão, não caberá em categorias mais padronizadas e (re)conhecidas.

Confrontando os nossos resultados com os "modos de transgénero" ou de "transgenderar" (no sentido que os autores assumem o género como uma prática, algo que está sempre a ser feito) enunciados por Ekins e King (2006), encontrámos os tradicionais processos de "migração" (associados à "transexualidade") e "oscilação" (associados ao "*cross-dressing*"), estes últimos excepcionalmente alargados àquilo que os autores denominam "oscilação *drag*" (no caso do "*drag-kinging*") e temos indícios daqueles que os autores designaram de "transcendência", que são movidos não apenas – ou sobretudo – por questões individuais de identidade de género, mas problematizam a própria divisão binária privilegiada e as suas ramificações opressoras (Ekins e King, 2006: 184-185). São histórias do tempo presente, uma constituída no presente ("ultra-género") e outra re-constituída a partir das possibilidades e referências disponíveis no presente ("transgénero"). Como teremos ainda ocasião de ver, apesar de surgir mais vincadamente em categorias mais politizadas, esta intenção de problematizar o próprio sistema opressivo de género não deixa de estar presente também em algumas histórias de género incluídas nas outras categorias, embora possa não ser esse o traço prioritário. Não encontrámos, de forma clara, processos de "negação" de género, apenas os vislumbrámos na forma "andrógino", no sentido do esbatimento de características marcadas de um dos sexos/géneros (não na versão trabalhada pelos autores, das *"male sissy maid"*[316] ou na versão andrógina mais assumida e politizada no sentido de fazer dessa não vinculação de género um lugar de género possível e reconhecido). Adicionalmente, encontrámos um modo que denominamos de "hibridez" de género, no sentido da combinação de elementos dos dois sexos/géneros (que em todo o caso não estarão ausentes nas restantes categorias, mas aqui se combinam de forma particular), no caso da travestilidade[317]. Esta

[316] Não encontrámos representantes da expressão "*male sissy maid*" no decurso do trabalho de campo, nem referências a essa expressão por parte dos participantes no estudo e nem sequer em pesquisas na internet referentes à sociedade portuguesa.

[317] Usamos "travestilidade", no sentido de Peres, de traduzir uma maior diversidade do que aquela que geralmente está implícita no termo mais comum de "travestismo", "(…) ao invés de usar o termo travestismo (…) talvez a palavra travestilidade possa contemplar uma maior variação das formas e modos de se constituir enquanto travesti (…) Trata-se de uma variedade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto, evidenciando processualidades infinitas de corpos que tomam a metamorfose como modos de felicidade." (Peres, 2005: 26). Ou seja, tal como para a transexualidade, afastamo-nos do sufixo "ismo", o qual remete para realidades homogéneas, quer da medicina (diagnósticos ou patologias), quer de programas ideológicos.

parece ser uma forma de vivência e apresentação de género trans característica de sociedades com outros processos e tempos de modernidade, para além dos encontrados no norte da Europa e da América, ou que, estando presente nestas últimas, são remetidas para as suas franjas, tanto pelas estruturas institucionais como pelas outras pessoas trans (como já referimos, o estudo etnográfico de Valentine, 2007, em Nova Iorque identificou narrações de género com semelhanças às travestilidades), tendência aliás que não estará ausente também na realidade portuguesa.

Em todo o caso, reafirmamos que este estabelecer de fronteiras entre as diversas expressões de género, que na realidade são por vezes ténues e precárias, como alguns dos casos são especialmente bem ilustrativos, interessa-nos, não no sentido de constituição de classificações ou categorias rígidas, ao modo dos diagnósticos médicos, mas como meio de tornar a realidade da diversidade de género legível e, deste modo, contribuir para a sua compreensão. Este exercício categorial não deve pois ser entendido como uma assunção de identidades de género rígidas e fixas, mas antes incorpora, dentro do possível, na própria definição das categorias essa fluidez, mas também o reconhecimento de que ela será apanágio mais de umas do que de outras.

A identificação de categorias de género não deve pois contribuir para a sua reificação, havendo uma série de reconhecimentos a fazer. As *categorias de trans-género*, tal como as de cis-género, *não são homogéneas* e apresentam diversidade interna, porque as identidades de género das pessoas que nelas se reconhecem (e/ou são nelas reconhecidas), e respectivas transgressões do modelo binário dos dois sexos/géneros, são material, cultural, social e espacialmente situadas (Hines, 2010c). *Não são fixas* porque as identidades, incluindo as de género, são sempre um processo em construção (Giddens, 1995a [1990]; Dubar 2000; Beck e Beck-Gernsheim, 2002) e se alguns indivíduos estabilizam uma identidade trans logo na fase inicial das suas vidas, apresentando "trajectórias de género" curtas e lineares; para outros é praticamente o projecto de uma vida, construindo e expressando o (trans)género à medida dos desejos e/ou das possibilidades. As categorias de (trans)género *não são estanques*, porque as fronteiras são permeáveis – e essa permeabilidade não ocorre apenas entre as categorias de trans-género, mas inclusivamente entre as cis e as trans, como o demonstram os "modos de transgenderar" (Ekins e King, 2006), que se caracterizam precisamente pela "oscilação" entre o cis e o trans –, e se certos indivíduos são facilmente (auto)posicionáveis, noutros isso torna-se bastante mais complexo, sendo dependente de um conjunto de factores (do tempo, do espaço, da configuração corporal, etc.). Consideramos pois que o exercício de categorização é compatível com o reconhecimento da possibilidade (de um certo grau) de fluidez das identidades, que estará presente em todos os indivíduos (cis e trans), mas porventura será mais marcado em certas formas de trans-género, ainda mais quando afecta um traço central do (auto)reconhecimento do indivíduo.

O quadro síntese posiciona, de forma sistemática, as categorias de trans-género em relação às dimensões centrais a partir das quais se constituíram e caracterizaram, evidenciando as particularidades distintivas de cada uma e as suas regularidades e variações internas, mostrando assim

a diversidade que pode ser encontrada, em geral, no trans-género e mesmo no interior de cada uma das categorias. Ao longo do próximo capítulo serão retomadas com maior profundidade.

Quadro 4.1A Traços síntese de caracterização das "categorias de trans-género"

Dimensões	Homem transexual (n=19)	Mulher transexual (n=15)	*Cross-dresser* (n=11)	Travesti (n=4)
Auto-identificação de género (principal)	Homem (18) Homem transexual (1)	Mulher (11) Mulher transexual (3) Transexual masculino (1)	*Cross-dresser* (8) Homem (2) Travesti (1)	Travesti (1) Mulher transexual (1) *Cross-dresser* (1) Homossexual (1)
Sexo atribuído à nascença	**Feminino**	**Masculino**	**Masculino**	**Masculino**
Género(s) expressado(s)	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino e feminino**	**Feminino e masculino**
Relação com o sexo atribuído à nascença	**Rejeição**	**Rejeição**	**Assunção**	**Convivência**
Relação entre sexo atribuído à nascença e género expressado (" Modo de trans-género")	**Migração**	**Migração**	**Oscilação** (*ou* masculino *ou* feminino)	**Hibridismo** (coexiste o feminino *e* o masculino, como que uma "feminilidade específica dos machos")
Tempo e espaço da expressão do género "oposto" ao sexo atribuído à nascença	**Permanente** ou em vias de o ser (7)	**Permanente** ou em vias de o ser (2)	**Em privado** (podendo incluir a companheira) **Só quando está sozinho** **Saídas episódicas, à noite, em grupo e "ambientes protegidos"** **Excepcionalmente, durante o dia, em lugares públicos** **Não passa, geralmente, para a vida quotidiana**	**Sempre para trabalhar, mas também noutras ocasiões da esfera pública e privada** **Passa para a vida quotidiana**
Acompanhamento médico por questões relacionadas com a identidade de género	**Muito frequente** Quando não existe é desejado (2)	**Muito frequente** Embora não exista pode ser desejado (1) Noutros casos não se tem a certeza (3)	**Inexistente** Não é desejado, é considerado inútil (9) Pode ser projectado no futuro (2)	**Inexistente** Pode haver planos futuros nesse sentido (1) Noutros casos não se tem a certeza (2) Noutros ainda não é desejado (1)
Transformações corporais	Sempre presentes ou em vias de o estar **Encarnadas** Hormonas (14) Cirurgias (9)	Sempre presentes **Encarnadas** Hormonas (15) Cirurgias (8) Injecção de silicone (2)	**Estratégias de (dis)simulação** Procedimentos não definitivos e não intrusivos na vida quotidiana Excepcionalmente toma de hormonas (1) Pode haver o *desejo* de intervenções corporais encarnadas	Sempre presentes **Encarnadas** Hormonas (4) Injecção de silicone (2) Cirurgia de feminização facial (1)
Cirurgia genital	**Sempre desejada** (embora nem sempre, por razões técnicas, na modalidade faloplastia) 6 realizadas	**Maioritariamente desejada** Pode não ser desejada (3) Há indecisões (1) 2 realizadas	**Não é desejada** Pode haver indecisões (2)	**Não é desejada** Pode ser projectada para o futuro (1)
Relação identidade de género/orientação sexual ***(Orientação sexual assumida)***	**Definida por relação ao género** Heterossexual	**Definida maioritariamente por relação ao género** Heterossexual (11) Lésbica (1) Bissexual (2) Homossexual (1) Inclui expressões trans	**Definida por relação ao sexo atribuído à nascença ou ao sexo e género(s)** Heterossexual (5) Bissexual (6) Inclui expressões trans	**Definida por relação ao sexo atribuído à nascença** Homossexual

Quadro 4.1B Traços síntese de caracterização das "categorias de trans-género"

Dimensões	Andrógino (n=1)	*Drag king* (n=1)	Transgénero (n=1)	Ultra-género (n=1)
Auto-identificação de género (principal)	**Andrógino** (travesti, *drag queen*)	**Mulher** (*cross-dresser*)	**Transgénero**	**Sem rótulos**
Sexo atribuído à nascença	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino**	**Masculino**
Género(s) expressado(s)	**Masculino e Feminino**	**Feminino e Masculino**	**Feminino**	**Masculino e feminino**
Relação com o sexo atribuído à nascença	**Convivência**	**Assunção**	**Rejeição pacificada**	**Assunção para fins legais, desidentificação intimamente e em círculos sociais mais restritos**
Relação entre sexo atribuído à nascença e género expressado ***("Modo de trans-género")***	**Negação** **Atenuação**	**Oscilação *drag***	**Transcendência** **Migração sem assimilação**	**Transcendência** **Oscilação discursiva**
Tempo e espaço da expressão do género "oposto" ao sexo atribuído à nascença	**Dependente de factores como a actividade profissional** **Passa para a vida quotidiana**	**Apenas para fins artísticos**	**Permanente**	**Discursivamente muito frequentemente** (com as pessoas de quem se está próximo, no emprego) **Não passa para a apresentação estética de género**
Acompanhamento médico por questões relacionadas com a identidade de género	**Inexistente** Não desejado	**Inexistente** Não desejado	**Inexistente** Não desejado (recurso à medicina para procedimentos específicos)	**Inexistente** Não desejado
Transformações corporais	**Estratégias de (dis)simulação** Hormonas esporadicamente	**Estratégias de (dis)simulação**	**Encarnadas** Hormonas Cirurgias estéticas Injecção de silicone	**Inexistentes**
Cirurgia genital	**Não desejada**	**Não desejada**	**Não desejada**	**Não desejada**
Relação identidade de género/orientação sexual) ***(Orientação sexual assumida)*** ***(***	**Definida por relação ao sexo atribuído à nascença** Homossexual	**Definida por relação ao sexo atribuído à nascença** Lésbica	**Definida por relação ao género** Bissexual (inclui homens cis e trans)	**Definida por relação ao género** Lésbica ("mais ou menos") Inclui mulheres trans

5. A diversidade (dentro) da diversidade de género

Esta é uma tese que tem por detrás a realidade e o discurso dos sujeitos sobre os quais se está a produzir conhecimento. Sendo fruto de um longo trabalho, mesmo as suas componentes teórica e contextual foram finalizadas em momento posterior ao da recolha e tratamento dos dados e por isso estão já por eles informadas. Mas, mais directamente do que os restantes, este é um capítulo centrado nas narrativas e na "experiência vivida" dos participantes do estudo, recorrendo amiúde ao seu discurso directo. É pois um capítulo intencionalmente povoado de excertos do discurso dos sujeitos, mais do que chegada a hora de ouvir as *suas* histórias, *todas* as histórias. Umas serão mais padronizadas, e mais em conformidade com aquelas que vão sendo já timidamente começadas a contar, a ser difundidas e a ser ouvidas na sociedade portuguesa. Outras, porventura, serão ainda um pouco mais "estranhadas". Coexistem as mais "clássicas" com as mais "novas", as mais "tradicionais" com as mais "inovadoras". Em todo o caso, a análise destas narrativas permite explorar a diversidade do trans-género e por (muitas) vezes encontrar o inesperado. Para além das entrevistas, mobilizámos também para este capítulo os dados do inquérito por questionário, a consulta e análise de blogues e sítios na internet, bem como as informações e impressões conseguidas com as incursões etnográficas pelos espaços trans.

Estas histórias estão organizadas segundo as categorias de género, a que correspondem modos distintos de trans-género, que mapeámos na sociedade portuguesa actual (cf. cap. 4). Para além de aprofundar os traços distintivos que permitiram agrupá-las e caracterizá-las, a sua exploração possibilitará, também, dar conta da própria diversidade interna que é possível encontrar em cada uma das categorias.

5.1. Transexualidades: Narrativa clássica e outras histórias de género

Comecemos pelas pessoas que se incluem na "transexualidade"[318], tendo em conta que envolvem processos de "migração" (Ekins e King, 2006) do género que lhes foi atribuído à nascença para o "outro" incluído no sistema dos dois sexos/géneros convencionais. Fora desta classificação de transexual ficaram as pessoas que, embora narrando um sentimento próximo da transexualidade, se mantinham nas modalidades de "oscilação" (idem) ou "hibridez" de género (elas próprias não se consideravam transexuais), bem como uma outra que, tendo migrado, rejeitava a transexualidade como lugar de género para si (cf. cap. 5.4). Desta categoria recolhemos informação de 34 indivíduos, dos quais entrevistámos 24 – 12 homens e 12 mulheres transexuais. Houve pessoas que apenas auscultámos formalmente e outras houve com quem, para além dos momentos formais de recolha de informação, interagimos em inúmeras ocasiões (eventos ligados à temática, encontros marcados para

[318] Neste ponto, por uma questão de economia de espaço, trataremos em conjunto homens e mulheres transexuais, realçando as principais diferenças encontradas. Estas foram já objecto de aprofundamento no relatório final do projecto de investigação (Saleiro, 2010) e em Saleiro (2012).

conversar, incursões ao "Conde", etc.). Houve ainda pessoas com quem interagimos em diversas ocasiões mas não auscultamos formalmente.

Incluem-se aqui pessoas em fases distintas do processo de transição, quer se realize com ou sem acompanhamento médico e psicológico, integrando umas que se apresentavam, há décadas, socialmente, como membros do género desejado, e outras em que essa apresentação ainda não abarcava inteiramente todas as dimensões da vida, mas existia uma agenda viável (frequentemente negociada com os *gatekeepers* do "processo de transição" – os clínicos –, mas que também pode incluir a família, os companheiros ou até as chefias) para a sua plenitude.

Uma vantagem de iniciar o aprofundamento destes diversos modos de trans-género com as narrativas da transexualidade é que, como constatámos pelos participantes neste estudo, ela acaba por estar quase invariavelmente presente no discurso dos indivíduos que se situam fora do cisgénero, quer seja para com ela se identificarem ou nela se posicionarem, quer seja para assinalar e marcar as devidas distâncias, reflectindo assim o papel central que ocupa, nas sociedades ocidentais, dentro do trans-género (cf. cap. 1.1). Esta constitui a modalidade mais aceitável de se ser trans-género, e por isso também aquela que goza de uma maior (ainda que insuficiente) visibilidade e legibilidade social.

Embora não consideremos adequada a concepção das identidades ou expressões de género trans como tratando-se de um *continuum*, pois a noção de *continuum* implica linearidade e a realidade é bem mais "desalinhada", podemos considerar que se situarmos a análise na relação entre o "sexo" e o "género", a transexualidade representa a descoincidência mais linear, a transição mais "extrema", por vezes até colocada em termos de "completa", de um determinado "sexo" para "o outro" "género", e por isso tem também um potencial em termos de referência e de comparação, por relação à qual praticamente todos os indivíduos com identidades de género minoritárias se posicionam.

O "corpo errado" e outras experiências de migração de género

Na transexualidade, comparativamente a outros modos de trans-género, não é "apenas" a masculinidade ou feminilidade que é reivindicada, mas ser-se "mulher" ou ser-se "homem" e o reconhecimento social (e legal) dessa pertença. Não se trata de ocupar um "lugar de género" fora do sistema dicotómico dos dois sexos/géneros, mas, se não a fusão, pelo menos um espaço habitável na cissexualidade. Essa auto-identificação (sobretudo) com a categoria cis "oposta" àquela que lhes foi destinada à nascença, e o consequente desejo de "migração" (Ekins e King, 2006) de corpo, é largamente justificada, nas pessoas transexuais entrevistadas para este estudo, numa lógica essencialista, não como escolha, em consonância com a "narrativa clássica da transexualidade" (cf. cap. 1.1).

No relato dos nossos entrevistados vamos encontrar generalizadamente a modalidade clássica da *disforia de género* na expressão "mente em corpo errado" (Stone, 1991; Cromwell, 1999a). O corpo é a evidência daquilo que é suposto que se seja em termos de género, dada a fusão que nas culturas ocidentais se faz entre sexo e género. Por isso não será estranho que o "problema", o "sofrimento" e a

"angústia" sejam primeiramente aí localizados e para aí canalizados. O "corpo errado", já que é na mente que é localizado o sentimento de si, é entendido como o desencontro entre a "alma", aquilo a que podemos chamar sociologicamente como o *self* ou a auto-identidade, e a sua materialidade, o corpo.

> "[Identifico-me como] Transexual, mulher transexual. O significado que atribuo é que nasci biologicamente uma coisa e psico-sexualmente sou outra. Ou seja, tenho o cérebro feminino - uma parte cerebral, aquilo que chamamos de género, lá está, o género em si é a essência -, tenho uma essência feminina, uma alma feminina num corpo masculino, que não corresponde em nada àquilo que eu sou, logo, não me revejo no corpo que tenho." (Vanessa, 37 anos)
>
> "Eu acho que [ser transexual] é acordar, olhar para o espelho e dizer 'Eu não me encarno nisto.', a minha cabeça é uma coisa e o meu corpo é outra." (Rodrigo, 23 anos)
>
> "É estranho, é estranho, a maior parte das pessoas não consegue perceber como é que há um tal desencontro entre a alma e o corpo, mas é possível, é completamente possível. Mas realmente é basicamente isso, é nós nascermos, termos uma mentalidade completamente orientada para o feminino ou para o masculino e o corpo não coincidir, simplesmente não coincidir." (Patrícia, 22 anos)

As identidades têm, sem dúvida, uma componente de construção social. As identidades pessoais e sociais de género, para utilizarmos a distinção dos vários níveis ou modalidades da identidade segundo Goffman (1993 [1959]), começam aliás a ser estabelecidas, cada vez mais, ainda antes do nascimento, pelo recurso às tecnologias que perscrutam o corpo. Essa identidade social de género, que será num curtíssimo espaço de tempo oficializada, começa pelos outros a ser activamente construída e reiterada (a escolha do nome e a utilização de um determinado género gramatical, do vestuário, dos brinquedos, das cores mais "apropriadas", etc.). No entanto, as narrações das pessoas transexuais contribuem dramaticamente para demonstrar a existência de uma margem na identidade para uma parte estritamente individual, para o "sentido do *self*" (Archer, 1985 [1982]; Parker, 2000; Monro, 2010). Bourdieu (1998a) considera que a nossa percepção do mundo é filtrada e interpretada pela nossa fisicalidade, aquilo a que chamou a "incorporação", o modo como os indivíduos interiorizam (no corpo, nos modos de pensar e de sentir, etc.) o seu lugar social no mundo (ou seja, as estruturas), mas, parece faltar aqui, como bem realçou Davy (2011), a componente fenomenológica, pois a própria biologia é por vezes interpretada diferentemente, ou mesmo até contestada, pelo indivíduo.

Tal como demonstram outras pesquisas que recorrem ao discurso dos sujeitos (Gagné, Tewksbury e McGaughey, 1997) e a "experiência vivida" dos autores transexuais (Prosser, 1998 e 1999; Rubin, 2003), é recorrente, entre as pessoas transexuais, o relato de que o sentimento de pertença ao sexo/género "oposto" ao que lhes foi atribuído à nascença os acompanha desde que têm consciência de si. Aliás, nos primeiros tempos de vida chega a pensar-se, ou melhor a sentir-se, uma vez que pode até não ser muito conscientemente, que se pertence, ou dito de outra forma, se é visto pelos outros como pertencendo legitimamente ao sexo/género desejado. É um desencontro entre a interioridade e a exterioridade, ou, na imagem de Bárbara, "*Quase parece que estamos a ver um filme e a viver outro*". Situam-se, geralmente, logo aí os primeiros conflitos entre a auto-identidade e a identidade social de género, e a recepção de "mensagens de sentido contrário" (Gagné, Tewksbury e

McGaughey, 1997: 487). É um sentimento de si, um sentido do *self* que, como as pessoas trans contribuem para demonstrar, nem sempre está em conformidade com o enquadramento e aquilo que é recebido do exterior ("incorporação"). Aparece no discurso das pessoas transexuais auscultadas, como "*espírito*", "*alma*", "*essência*". Parece haver aqui um problema de incorporação da situação "real" (socialmente estabelecida) ou da exterioridade (incluindo o corpo que é aqui visto como algo que não pertence ou está deslocado do *self*). Como dizia Mónica, a propósito da fotografia que consta no seu bilhete de identidade, "*Faz-me impressão andar ali com aquele homem. Aquele homem não sou eu!*". Embora haja espaço na transexualidade para discursos mais afastados do essencialista, este é transversal a género, idade e geração, à relação com o discurso e a prática psico-médicos, à maior ou menor qualificação, à proximidade ou distância ao movimento associativo e práticas activistas. Vejamos dois exemplos, entre muitos possíveis.

> "Eu praticamente desde que me conheço como gente, sempre me vi como uma mulher. Eu sempre soube que era diferente, mas nunca consegui perceber qual era o meu problema. Sempre me fascinou tudo o que é feminino, eu sempre me vi assim, com essa imagem. A minha infância foi muito complicada, foi uma infância muito difícil, porque eu sabia que alguma coisa estava errada, só não conseguia perceber o que é que estava mal. Aos 6 anos, houve uma colega minha que fez xixi nas cuecas, a mãe tirou-lhe as cuecas, e eu fiquei muito espantada a olhar para aquilo e perguntei, 'Ó Céu, porque é que ela tem aquilo assim e porque é que eu tenho aqui uma coisa diferente?'. E ela ficou muito aflita e disse 'Mas o que é que tu tens?' e eu 'Isto, eu tenho aqui uma pilinha e ela tem aqui, nem sei o nome, o que é isso?'. E foi quando ela me explicou, 'É porque és um menino e ela é uma menina, e tu já devias saber isso'. E eu perguntei 'Então, mas porque é que a minha não é igual à dela?'. Entretanto, logo aí, comecei-me a aperceber que era uma pessoa muito diferente, e não percebia porque é que me gozavam e porque é que os rapazes não queriam estar comigo, e porque é que me rejeitavam, e porque é que cada vez que eu passava, ofendiam-me, torturavam-me, eu achava aquilo tudo muito estranho, muito estranho. Eu continuei a viver esse tormento, e a tomar noção que realmente alguma coisa não estava bem comigo. Porque eu olhava ao espelho, realmente eu via uma pessoa muito feminina, via um corpinho muito delicado, uma cara assim muito feminina, tudo assim muito bem. Tanto que lembro-me das miúdas a partir dos 12, 11 anos já começarem a ter peito e eu não tinha, e aquilo tudo fazia-me uma enorme confusão, porque é que elas tinham aquilo e eu não tinha. Nunca supôs, na minha cabeça, que eu pudesse ter uma identidade masculina, é que nunca, nem pensar, é que nem pensar nisso!" (Daniela, 25 anos)

> "Eu comecei a sentir que era diferente por volta dos 6 anos, tinha mais ou menos 6 anos. Sentia que era diferente, só que as pessoas diziam-me que eu era uma coisa que eu não era... uma grande confusão..." (Miguel, 26 anos)

É, consequentemente, ainda na infância que surge a necessidade de ir desenvolvendo estratégias de "disfarce" da auto-identidade, dos gostos e dos desejos. É o representar o papel do "outro" que se sente não se ser. Vamos encontrar, aqui mais explicitamente do que nos socialmente "normais", a versão dramatúrgica[319] interaccionista e o "disfarce", uma das estratégias característica dos "estigmatizados" (Goffman, 1988 [1963]). No período anterior à migração de género, não se trata de um disfarce para "passar" por membro do sexo/género a que socialmente não se pertence mas se deseja pertencer, tal como a utilização mais comum do termo quando aplicado às pessoas trans, já desde o caso de Agnes (Garfinkel, 1967), mas é frequentemente relatado, na fase pré-transição, como um disfarce para se "passar" pelo sexo/género a que social e legalmente se pertence, evidenciando que

[319] Um dos participantes no estudo comentava que certamente passaria num *casting* para actor de novelas, dada a experiência adquirida ao longo da vida na representação do papel que lhe coube à nascença, mas que nunca sentiu ser o seu.

nada há de "natural" no desempenho de um papel social, e socialmente estipulado para determinada configuração biológica, pelo menos para uma parte dos seres humanos.

> "Eu lembro-me de ser pequenina, ter 4, 5 anos, de ter um comportamento que me era normal, que era brincar com a minha vizinha às bonecas, estar com a minha mãe e imitar as coisas que a minha mãe fazia, que era o meu modelo. E as pessoas não verem isso com bons olhos, e criticarem mesmo, e eu finalmente percebi que o comportamento ou a atitude que eu estava a ter não se enquadrava com aquilo que as pessoas esperavam de mim. E aí comecei a perceber que se calhar teria algum problema ou seria diferente. Foi aos 4, 5 anos, porque eu mudei de casa aos 5 anos e eu lembro-me que muito antes disso, já tinha tido uma auto-reflexão, apesar de ser muito pequenina, de que tinha que fazer alguma coisa para não vir a sofrer com isto. Disfarçar, ter um comportamento mais masculino, arranjar estratégias para poder brincar com as meninas. Eu tive muitas namoradas, para poder brincar com as bonecas [risos]. Desde muito pequenina que aprendi que certas coisas tinham que ser só comigo própria, sozinha é que poderia exprimir certas coisas, com outras pessoas não era possível, porque não iriam compreender." (Patrícia, 22 anos)

> "O que eu costumo dizer é que eu nasci mulher num corpo de homem e sinto-me toda mulher, sempre me senti mulher, desde pequenino sempre me quis tentar disfarçar mas não consegui e não consigo. Se você me mandar fazer um trabalho de homem, eu não sou capaz de fazer, mas tudo que for de mulher, desde coser, desde cozinhar, desde costurar, isto que está aqui [as calças que traz vestidas] fui eu que talhei, depois mandei fazer, mesmo as roupas que tenho ali, eu talho, alinhavo e depois mando fazer, porque não tenho máquina. Agora coisas de homem… o meu patrão quis-me pôr a trabalhar numa máquina, e diz que se eu ganho mal, a culpada fui eu, porque ele punha-me a trabalhar numa máquina, hoje já era oficial. E assim ando com a vassoura e o trapo na mão." (Filomena, 53 anos)

> "Eu costumo dizer que foi desde que me lembro de mim próprio como pessoa, as minhas primeiras recordações já têm esse mal-estar presente. Que eu creio que coincidiu com a entrada no jardim-de-infância, onde eu estou num local desconhecido, cheio de crianças à minha volta e há um sistema educativo que várias vezes impõe a separação dos sexos. Eu aí comecei a perceber que me estavam a colocar numa posição, a quererem que eu tivesse um papel social diferente daquele com o qual eu me identificava mais. Portanto, eu queria estar no grupo dos meninos, quer fosse para a fila para a casa de banho, ou para sair para brincar no recreio, e constantemente estavam-me a pôr no local das meninas. Aquilo não me fazia muito sentido." (José, 28 anos)

No discurso dos sujeitos surge claro que género implica "corpo" e "papel social"[320]. Numa concepção clássica (Parsons, 1968 [1937]), o papel social é entendido como um complexo de expectativas normativas sobre o comportamento de um actor, expectativas essas partilhadas e orientadoras da acção. Os papéis são nichos sociais impessoais que consistem em obrigações a realizar de maneiras específicas. Mas, mesmo nesta visão funcionalista em que a dimensão expressiva está excluída, para ser eficaz, esta sequência de papéis deve estar em consonância com o desenvolvimento de disposições de necessidades na personalidade. O que acontece frequentemente no caso da transexualidade é que o papel social de género não encontra acolhimento no indivíduo, chamando assim a atenção para a desadequação da concepção de papéis sociais como algo "natural", parecendo dar razão a outras concepções, nas quais os actores não encontram uma expressão natural nem espontânea no seu papel social (por exemplo, Goffman, 1988 [1963], 1993 [1959]).

Aquilo que se deseja é desempenhar o papel social associado a um determinado género (com consequências no género dos amigos, nas brincadeiras, no vestuário, até no tipo de comportamentos e de atitudes, na expressão ou contenção da emotividade, etc.), o obstáculo, ou mesmo interdição, à prática e ao usufruto desse papel, ou daquilo que nele está implicado, é o corpo, que determinou a

[320] Para uma discussão da associação entre papel social e sexo biológico, ver Amâncio, 2004.

classificação numa determinada categoria de sexo/género. Daí a importância do corpo, ele efectivamente "importa" ou tem mesmo que "importar", no que tem de emissor de mensagens do *self* para os outros, e nos constrangimentos e limitações que impõe. O corpo é a "evidência" palpável e material que persegue o indivíduo (não há mesmo maneira de ver-se livre dele fora do plano da fantasia ou de acabar com a própria existência), lembrando-o permanentemente da identidade que lhe foi biológica/socialmente destinada. Mesmo quando o sentimento de pertença ao género "oposto" àquele que se sente intimamente pertencer surge logo na infância, toma-se consciência que o obstáculo para o reconhecimento de género é o corpo.

Na infância, ou mesmo até à adolescência, há o relato recorrente por parte das pessoas transexuais de que, fosse por magia ou por milagre, um dia acordavam e o corpo estaria em consonância com o desejado em termos de género.

> "(…) até à entrada na adolescência eu acreditava que algum milagre iria acontecer, qualquer coisa iria desenrolar-se e as coisas só por si resolver-se-iam..." (Gabriel, 63 anos)

Era, nas palavras de José, "*aquela esperança do Pinóquio, de um dia conseguir ser um menino de verdade*". Muitas vezes o conhecimento da possibilidade da transição física, das transformações corporais, é visto como o concretizar do sonho ou da fantasia (o que talvez explique o "endeusamento" à volta do "Gepeto", à altura da recolha de informação, quase exclusivamente o Dr. Décio). A crença de que ao crescer se tornará biologicamente do sexo "oposto" ao que lhe foi atribuído constitui mesmo um dos critérios a ter em conta para o diagnóstico de transexualidade na infância, segundo os catálogos de doenças mentais – o DSM e a CID. Consoante o ambiente social e familiar em que se é criado, a fantasia de que "tudo ficaria bem" e se seria reconhecido como aquilo que se sentia ser, é enquadrada num imaginário mais religioso ou mais de desenho animado.

> "Eu sempre quis ser menino nas brincadeiras de infância, lembro-me que na escola primária fomos praticamente obrigados a ir à catequese, porque a professora primária assim o exigia. Fascinavam-me as histórias dos milagres que nos contavam, os episódios bíblicos, lembro-me daquelas frases chavão 'Se rezarem com muita fé ser-vos-á dado'. E eu, durante muitos anos consecutivos, piamente, numa fé cega, rezava, orava com aquele fervor que era o máximo que eu conseguia, e de manhã espreitava para ver se o corpo tinha mudado, porque na minha ingenuidade eu achava que para o Deus que abriu o Mar Vermelho isto era facílimo, *a piece of cake*... Espreitava e estava na iminência de ver um corpo de menino, e pensava para mim, 'isto é um segredo que só eu vou ter, as outras pessoas, ninguém se vai lembrar de nada, não se passou nada, isto foi uma espécie de pesadelo que tive e vou fazer tábua rasa disto e acabou-se'. E, engraçado, eu acho que isto durou até à puberdade. Estúpida e ingenuamente, eu achava que era uma questão de paciência, de estar a testar a minha fé, como ouvia lá as histórias 'Tem que se provar', e tal... Foi a única boia de salvação a que me consegui agarrar para sobreviver." (Pedro Miguel, 38 anos)

> "Isto começa tudo com 3/4/5 anos, mais ou menos. A minha avó dantes tinha a mania de me levar à missa com ela e eu tinha o meu terço, então nessa idade andei muito tempo a ajoelhar-me, à noite, na cama, pegava no terço e pedia a Deus para no dia a seguir ter um corpo de homem." (Ricardo, 18 anos)

> "Aliás, uma coisa engraçada, que eu lembro-me muito bem, era mesmo muito pequenina, de não saber o problema que tinha, de não saber que havia uma solução, etc. E lembro-me de ver filmes, desenhos animados, e, por exemplo, a lâmpada do Aladino, se tivesse três desejos para pedir, um deles era ser menina, ponto, de corpo e alma. E apesar de não saber que havia uma solução, já havia esse desejo." (Patrícia, 22 anos)

Excepcionalmente surgem narrações da experienciação dessa "estranheza" de género mais tardiamente, mas isso não invalida que seja sentido e narrado numa lógica essencialista. É mais no sentido de que constitui um "sentimento" (Bento, 2006a e 2006b), que pode manifestar-se em diferentes idades.

> "Eu foi mais ou menos entre os 15 e os 20. Só para não dar uma data mais precisa, que é difícil, foi sensivelmente nessa altura que eu comecei a sentir que havia qualquer coisa que estava muito errada. Mas eu, nessa altura, nem tinha consciência de nada, quer dizer. Havia qualquer coisa que estava mal, mas era uma coisa completamente indefinida." (Hermenegilda, 50 anos)

> "Acho que nem é opção de vida, nem se trata de uma opção, eu acho que nós nascemos assim e, uns mais cedo, outros mais tarde, mas isto é a nossa maneira de viver. Nascemos assim, com uma outra identidade dentro de nós, que eu não me apercebi dela muito cedo, até me apercebi tardiamente." (Helena, 49 anos)

Mesmo quando as competências linguísticas não abundam, e não se está habituado a narrar-se formalmente, pode não se saber explicar, até nunca ter reflectido muito sobre isso, mas sabe-se que o sentimento está lá. Como quando Luísa se auto-corrige, no decurso da sua narração, o "ser mulher" não é uma "ideia", no sentido de qualquer coisa de que uma pessoa se lembra num determinado momento, é antes um "sentir", um "sentimento".

> "A ideia [de ser mulher] não, o que eu sentia, o meu sentimento, e o que eu me sentia por dentro (…) O que eu sempre quis ser, que sentia *mesmo* dentro de mim." (Luísa, 48 anos)

A nossa pesquisa confirma assim que, para a maioria das pessoas transexuais, a condição ou situação de género própria é relatada numa lógica essencialista. Em alguns casos, os discursos dos nossos entrevistados assemelham-se bastante uns aos outros e àquela que é a versão oficial da transexualidade, remetendo para as já reconhecidas "*rehearsed narratives*" (Hines, 2007a: 58), tanto na literatura médica (Billing e Urban, 1996 [1982]), como na proveniente das ciências sociais (por exemplo, Bolin, 1988; Bento, 2006b: 199).

As próprias pessoas transexuais têm consciência de que a história que contam é uma história padrão, uma história repetidamente contada. Sabem que ao contar a sua história estão a contar uma história colectiva, mas que não deixa por isso de corresponder à *sua* história.

> "Ah... isto parece mais um padrão, mas realmente... é natural, as memórias vêm dessa altura, desde os 3 anos, as memórias vêm dessa altura. Eu não me lembro antes, não sei dizer antes, mas lembro-me aos 3 anos, pode parecer um artefacto mas não é um artefacto, acaba por ser a necessidade de identificação e tem a ver com as referências de pertença, tem a ver com o vestuário, ou seja, a escolha de vestuário que coincide com o género masculino. Assim como as brincadeiras, não são brincadeiras com bonecas, não que não tenha brincado com bonecas, mas quando brincava com bonecas, como eu não tenho irmãos, era como se fossem irmãos, nunca existia uma figura parental, muito menos feminina. (…) Portanto, aos 3 anos começou a surgir... isto é um bocado intransmissível, aquilo que se sente, eu próprio... não é só uma questão de vestuário, nem é uma consciência de identificação, porque na altura não existe, mas eu agia e sentia como um miúdo, era assim que eu me sentia. Nessa altura também não se dá a importância localizada sobre os órgãos genitais, ou há uma vontade de ignorância, não sei... ou há também uma fantasia, querendo ignorar... tenho a impressão que nessa altura já me sentia... eu vivia como se fosse um menino." (Gabriel, 63 anos)

A componente essencialista da identidade pode ser reflectida, e não tem que posicionar-se necessariamente como negação ou em oposição à construção social do género, como aliás demonstraram, tanto os quadros teóricos, como as próprias narrativas de vida de autores transexuais (Prosser, 1998 e 1999; Rubin, 2003; Whittle, 2006; Stryker, 2006a).

> "Eu sinto que isto anda cá desde criança... eu não tenho na minha esfera de conhecidos, nem familiares, nem amigos... os meus pais dão-se lindamente, todos os casais que conheço aquilo funciona lindamente, tudo padronizadozinho... não passei por nenhum trauma, não passei por nenhum papel masculino ou feminino exacerbado... e desde criança que sinto isto, portanto isto tem que vir do meu cérebro, mas não sei como... mas estava cá, não fui eu que o maquinei... eu sinto que é uma coisa que vinha comigo... há coisas por que sou directamente responsável, nada é só para um lado ou para o outro, eu tenho agora 90 kg porque como aquilo que não devia... há consequências que vêm directamente dos meus comportamentos, escolhas ou atitudes, mas em relação a isto... se eu me pressionei... portanto eu depreendo que tal como alguma propensão genética... é claro que eu tinha traços de carácter... esses sim, foram-se modelando também... é a tal componente que já vem connosco e com as vivências que vamos tendo, mas neste caso eu nunca consegui anular, erradicar este sentimento, esta... identidade. E se eu me pressionei e se eu tentei tanta coisa... está cá... acho que isto nasce com a pessoa." (Pedro Miguel, 38 anos)

Este "essencialismo", contido na versão clássica da transexualidade e que continua a ser encontrado nos estudos que, como este, recorrem ao discurso dos sujeitos, tem sido, por alguns autores, interpretado como "estratégico" (Bento, 2006b) na sua "réplica do discurso oficial ou cultural" (Stone, 1991: 291). Bento (2006b), baseada no trabalho de campo com pessoas transexuais no Brasil, interpreta-o como uma estratégia para conseguir um determinado efeito na relação com o aparato clínico, pois é a adequação discursiva que permitirá ir ultrapassando as diferentes etapas do processo de acompanhamento clinicamente assistido. Se bem que concordemos acerca da necessidade, ou pelo menos conveniência, de proferir a "narrativa certa", que encontrámos também na realidade portuguesa, pois, caso não se cumpra, sujeitar-se-á a penalizações (como, mesmo que não a exclusão, pelo menos o abrandamento do ritmo entre as várias etapas do processo), isso não significa, em nossa opinião, colocar em causa a "autenticidade" do sentimento, como reivindicam alguns autores transexuais (Prosser, 1999; Rubin, 2003), mas antes que as pessoas que recorrem aos serviços médicos se ajustam às exigências das instituições, tal como todos (trans e não trans) fazemos em inúmeras ocasiões. Nesse sentido, como já dissemos anteriormente, reverter a "narrativa certa" em favor próprio pode ser visto como um exercício de agência (Davy, 2011), pelo menos tanto quanto de submissão a tais normas. Por outro lado, este "essencialismo" não tem que ser interpretado como conservador, pois o modo de interpretar e lidar com esse sentimento pode assumir configurações e modalidades variadas e o sentido de pertença a um determinado género não desemboca necessariamente numa conformidade conservadora aos papéis e estéticas corporais cultural e socialmente associadas a esse género.

Uma das vantagens de termos abarcado casos fora dos contextos medicalizados foi perceber que este tipo de discurso não é exclusivo de indivíduos que formaram a sua identidade de género nesses espaços e com essas referências. No discurso de Daniela também encontramos a típica fórmula do "corpo errado", neste caso mais especificamente "espírito em corpo errado", demonstrando como a (ou partes da) "narrativa clássica da transexualidade" está amplamente difundida nos espaços de vivência trans. A apropriação desse discurso não implica, porém, a apropriação "do todo" e a adopção de práticas e configurações de género "padrão". Apesar da afirmação do "corpo errado", Daniela não recorre ao acompanhamento médico formal porque não se pretende sujeitar à hetero-atribuição da sua identidade de género – ela "sabe o que é" –, nem deseja qualquer alteração ao nível dos genitais,

assumindo o prazer que deles retira. O caso de Daniela é ilustrativo de que os indivíduos não têm necessariamente que aderir ou rejeitar em bloco essa "narrativa", podem seleccionar dentro desta os aspectos ou elementos com que se identificam e aqueles em que não se revêem.

No entanto, também parece claro que a inclusão nos espaços medicalizados, e o consequente contacto com o discurso e a prática psi-médicos acerca da transexualidade se revela um poderoso formador ou "clarificador" (Gagné, Tewksbury e McGaughey, 1997: 493) de identidades, sobretudo quando na ausência de discursos concorrentes (o dos pares ou o do activismo).

> "Só mesmo quando cheguei às consultas é que comecei a compreender o que era realmente, quais eram as opções que tinha ao meu dispor." (Maria, 19 anos)
>
> "Eu só soube que o meu caso era um caso de transexualidade, quando a minha psicóloga me confrontou e me disse 'Olhe, o seu problema é este'. Só tive essa noção quando a minha psicóloga, lembro-me como se fosse hoje, me explicou que heterossexual é uma coisa, hermafrodita é outra coisa, bissexual, travesti e homossexuais, são coisas totalmente diferentes, que o mundo hipócrita não sabe o que é essas coisas." (Gil, 28 anos)

O contacto com o discurso médico-psicológico da transexualidade, em particular quando se é jovem, tende a produzir um efeito de maior homogeneização da narrativa de vida e da narrativa de género, perspectivando-se a transexualidade como um ponto de partida (um diagnóstico, uma causa para se ser aquilo que se é) em termos de género. Coerentemente com o discurso do "corpo errado", a transexualidade é assumida como uma identidade transitória, ou um "estatuto temporário" (Cromwell, 1999b: 36), que permanece apenas enquanto o processo de transição física não está concluído, passando depois a ser-se "apenas uma mulher" ou "um homem".

> "Eu nunca me vi de outra forma a não ser como mulher, só que infelizmente o corpo não coincide, logo estou a passar por este processo que acredito que só se é transexual enquanto se está na fase de transição, depois é-se uma mulher ou um homem, ponto. Porque senão também não fazia este processo, porque não ser algo para sempre, acho que não é solução. Tal como o nome indica, 'trans' é uma viagem que um dia há-de terminar, com o processo completamente terminado, com mudança de nome, tudo a funcionar correctamente. Depois são mulheres e homens que estão na sociedade e que têm tantos direitos como os outros." (Patrícia, 22 anos)
>
> "Neste momento estou no processo de transição, portanto é quase obrigatório haver uma distinção, mas passando esse passo da transição, mulher chegaria [para definir a minha identidade de género]. Não considero [a transexualidade] uma identidade, penso que seja prioritariamente transitório, mas claro que é algo que fica para toda a vida, não podemos limpar o disco rígido que está dentro da nossa cabeça e a partir de agora foste sempre assim… nós sabemos que não, mas é completamente transitório, a partir do momento em que nós terminamos o processo, passamos a ser cissexuais como toda a gente." (Maria, 19 anos)
>
> "Não, não é para a vida inteira. Transexual, para mim, daquilo que eu aprendi na vida, é o começo de uma resolução de um problema e uma situação a nível de sociedade que termina quando o sexo corresponde à imagem. Pronto, o ser transexual é um começo e um fim, que acaba. A pessoa já tem o nome masculino, tem o corpo, uma imagem que corresponde à realidade, que é o masculino, o transexualismo só teve ali na vida daquela pessoa, para quem soube, quem não soube, não precisa de saber, e é um homem normal. Portanto, eu ainda sou, o meu sexo ainda não está acabado, ainda faltam três cirurgias, mínimas ok, mas são três, fechar a uretra, a glande e pôr a cartilagem. Eu ainda sou. (…) Mas o ser-se transexual, voltando ao que estava a dizer, eu tenho a certeza que é isso, que é quando nós começamos um trajecto e quando acabamos e o nome muda já não somos transexuais." (Gil, 28 anos)

Contrastando com esta ideia de "diagnóstico", de qualquer coisa errada com que se nasce, entre as pessoas mais velhas que fizeram o seu *coming out* de género mais cedo na vida e sem acesso ao

discurso formal da transexualidade – na totalidade mulheres transexuais, já que o homem transexual mais velho procurou acompanhamento médico fora de Portugal – há quem considere a transexualidade um ponto de chegada. As pessoas mais velhas[321] produzem narrativas onde ressalta um maior "tactear" daquilo que se é ou que se pode ser, uma maior experimentação das identidades e expressões de género em direcção ao alcançar da "autenticidade". É assim comum a passagem por situações de "oscilação" e, sobretudo, de "hibridez" em termos de género até se chegar finalmente a uma situação de "migração" de género. Por exemplo, em Luísa é visível a ideia de que para se aceder ao estatuto máximo de "mulher" foi preciso passar por um processo gradativo, como se houvesse uma espécie de escala de género que tivesse que ser percorrida.

> "Primeiro foi o transformismo, depois o travesti, seguido todos os dias e agora o transexual e mulher." (Luísa, 48 anos)

> "Eu decidi ser transexual em 1990[322], mas já tinha tido experiências de andar vestido de mulher, durante o dia e durante a noite, e já tinha feito espectáculos de travesti. Mas decidi 'a partir de hoje...' " (Helena, 49 anos)

> "Eu na altura ainda não me considerava transexual (…) como ainda não me vestia à mulher e não estava a fazer tratamento hormonal e de corpo e não sei quê, ainda não me considerava uma transexual[323]." (Filomena, 53 anos)

A identificação com as categorias de auto-identidade de género cis, e a concepção da transexualidade como uma, mesmo que não doença, condição ou situação, que pode ser intervencionada e ultrapassada, pode levar a uma desidentificação com a transexualidade enquanto categoria de auto-identidade de género. Essa desidentificação auto-identitária tem, obviamente, consequências para a identidade colectiva e para o activismo, podendo esvaziá-lo de conteúdo e colocando o "dilema da visibilidade" (Green, 1999 [1996], 2004). Este é especialmente sentido na transexualidade (bem como no *cross-dressing*, embora por diferentes razões), já que é nesta que é mais expressado o desejo de viver como um homem ou uma mulher "normal".

> "Quer dizer, eu não me identifico como transexual, às vezes, quando me falam na palavra transexual, eu até fico assim a olhar para as pessoas, porque eu identifico-me, eu sou uma mulher, fiz as cirurgias que eram necessárias, mentalmente sempre pensei como uma mulher, sempre agi como uma mulher, sempre me comportei como uma mulher, os meus sentimentos sempre foram postos à prova como uma mulher. Portanto, até a palavra transexual, às vezes faz-me um bocadinho confusão, porque para a minha cabeça é

[321] Em Saleiro, 2009b explorámos as variáveis "idade e geração" na formação das identidades das mulheres transexuais.

[322] Uma manhã, quando se dirigia para o emprego no seu papel masculino, Helena não aguentaria mais estar a viver "uma vida que não era a sua", "numa pele que não era a sua", e iniciou uma vida de apresentação permanente no feminino, não regressando mais à casa confortável onde vivia ou à escola onde leccionava. Acabou, também ela, dada a improbabilidade, ou mesmo impossibilidade, da aceitação da sua família e de prossecução da sua profissão enquanto mulher trans, de enveredar pelo caminho do trabalho sexual, obviamente perdendo regalias e estatuto, mas ganhando "a liberdade de ser quem era".

[323] Filomena regressou à feminilidade – que foi "revertida" (ou, melhor, "convertida" à masculinidade) pelo internamento numa comunidade terapêutica religiosa – após cerca de uma década em que desempenhou o papel masculino, tendo inclusivamente casado e sido pai de dois filhos. O regresso foi preparado e só aconteceu depois de aconselhamento legal, onde lhe foi garantido que a expressão da feminilidade não lhe custaria o "*deixar de ser pai dos filhos*", a única razão que, diz, a impediria de se apresentar como mulher. Após a tal reunião, Filomena voltou à casa que partilhava com a esposa e os filhos, pegou em todo o seu vestuário masculino e fez com ele uma fogueira no quintal. Esse evento marcaria também o final do seu casamento.

> difícil eu encaixar-me até no grupo dos transexuais. Portanto, considero-me mulher e pronto." (Bárbara, 30 anos)
>
> "Não, não reconheço [como transexual], é uma coisa que até queria esquecer que isso existe, é um rótulo que me irrita profundamente. (…) Mas, para mim, na minha cabeça, eu sou homem, sou homem, sou homem e isto é um percalço que me aconteceu, agora se é transexual, se é transgénero ou se é outra coisa qualquer, nem quero saber, percebe? Eu quero é tratar da minha vida, ter um nome no Bilhete de Identidade e que ninguém saiba, e viver a minha vida normalmente como outra pessoa qualquer. (…) Olhe, eu não sei utilizar termos específicos de coisa nenhuma, e recuso-me também porque acho que é um bloqueio mental, não quero falar daquela temática de se é transgénero, se é transexual, se é isto, se é aquilo. Eu acho que há pessoas, há homens, há mulheres e pode haver pessoas que se identifiquem como um tal terceiro sexo. Que eu não me identifico, eu na minha cabeça tenho encasquetado que sou homem desde que nasci, e toda a minha vida tentei ser o contrário precisamente para poder ser aceite. Tentei sempre ser o contrário daquilo que era e passei coisas horríveis por causa disso: fazia-me mal a mim mesmo por causa disso. Mas o facto de eu pertencer a esse grupo, não quer dizer… por exemplo, eu não quero dar a cara, digamos assim, devido à minha profissão e também devido à minha família e essas coisas todas. Eu trabalho nas coisas, não me importo de trabalhar nisso, mas por favor não espetem temáticas redutoras nem nada dessas coisas. Se quiserem o meu contributo como uma pessoa que ajuda e que vê as coisas da parte de dentro, tudo bem, mais do que isso não sou capaz de fazer." (Jorge, 46 anos)

No entanto, a reivindicação do reconhecimento enquanto homem e mulher não tem que ser incompatível com a assunção de uma identidade transexual, como transparece mesmo ao nível da expressão linguística, nas pessoas que elegeram como sua principal identificação de género a de mulheres ou homens transexuais. O objecto da luta pode assentar em ser reconhecido enquanto tal, abrindo as categorias cis de homem e mulher a pessoas com outra sede biológica. Reivindicar-se "mulher" ou "homem" não tem pois necessariamente que significar uma fusão, assimilação ou indiferenciação na cissexualidade, mas ser afinal um "lugar de género" específico dentro do sistema – mesmo que ainda dicotómico – de género. Isto porque se reconhece que as experiências e as vivências vão constituindo a identidade e estas serão diferentes para homens e mulheres cis, que sempre assim foram percebidos e tratados, colocando também em jogo a questão da materialidade do corpo e da especificidade do ponto de partida e de chegada do corpo trans(exual). Esta constatação das diferenças, porém, não implica, como acontece nas correntes feministas radicais, com o argumento da "socialização" (Ferreira, 2003) ou da "história" (Raymond, 1979) ou ainda o "biologista reciclado", para excluir ou interditar estas pessoas do reconhecimento como "mulher" ou "homem", antes que se trata de homens e mulheres com algumas particularidades. A identificação com, por exemplo, a "categoria cis de mulher" (que não tem que ser necessariamente com "uma mulher cis") também não tem que ser interpretada como conservadora, mas como a reivindicação da ampliação do espaço socialmente reservado às pessoas cis a, pelo menos parte, aquela que manifesta esse desejo, das pessoas trans(exuais).

Numa parte (embora minoritária) da nossa amostra de pessoas transexuais, e não por acaso nas mais próximas do activismo T, lugar privilegiado de reflexão e reelaboração da "narrativa clássica" e do discurso psico-médico (com o qual estas pessoas também têm contacto e se inserem), fomos assim encontrar discursos que, não colocando necessariamente em causa o "sentimento do corpo errado" (até porque o experienciam), se afastam de algumas premissas ideológicas da fórmula e do "discurso do

corpo errado" (Stone, 1991; Cromwell, 1999a), nomeadamente no "apagamento" ou "rejeição" da identidade transexual.

> "[Transexual] é uma pessoa que nasceu com uma identidade de género oposta à sua fisionomia. Portanto, durante a vida, essa pessoa tenta corrigir isso, com maior ou menor sucesso, isso depende de imensas variantes, mas uma pessoa vai ser sempre transexual. Que é tudo, portanto, tem uma componente física, tem uma componente mental, tem uma componente sociológica, é uma experiência de vida que as outras pessoas não têm. Portanto, são sentimentos que as outras pessoas, as pessoas não transexuais, não chegam a sentir, não sabem como é que é. É tudo, é uma experiência de vida completamente diferente. Uma percepção da vida diferente da das outras pessoas. Uma nova experiência." (Hermenegilda, 50 anos)

> "A transexualidade é para a vida. Nós nascemos assim, morremos assim. E também há uma coisa que não nos podemos esquecer, e que é assim, a nível biológico, se eu nasci XY, mesmo que eu não queira, eu vou morrer XY. Portanto, biologicamente, eu vou ser cromossomaticamente homem, por mais que eu modifique o meu corpo. Pode ninguém notar, pode ninguém saber, não passa por aí. Ou eu nem sequer estar a pensar nisto, porque obviamente que eu não passo o tempo a pensar nisso, mas biologicamente está lá, portanto isso é um facto consumado. Agora, há aquelas trans que se operam e dizem que a partir do momento que se operaram, são ex-trans, agora são mulheres. Obviamente que elas são mulheres, mas elas sempre o foram. A questão não é essa, a questão é que nós nascemos mulheres transexuais porque não nascemos biológicas, não somos biológicas. Portanto, continuamos a ser mulheres, mas transexuais. Porquê? Porque há uma diferença de nós em relação às outras mulheres, mas também nessa diferença é que está a riqueza." (Vanessa, 37 anos)

> "Eu identifico-me como homem transexual. [Isso significa] Identificar-se com a identidade de género masculina, mas ter consciência que se está num estado de transição, uma vez que, de origem, o corpo, a nível biológico, sempre foi feminino. Portanto, ao haver uma transição, eu considero-me um homem transexual. Mesmo após a transição, acho que obviamente que não preciso de dizer isso a toda gente do meu meio, mas às pessoas que me são mais próximas é importante passar a ideia de que continuo a ser transexual, porque tive uma história para trás, apesar de já ter feito a transição completa, tenho a história pessoal que foi diferente das outras pessoas cissexuais. Portanto, acho que é importante na formação do indivíduo. Porque as pessoas guardam sempre marcas do seu passado nos traços da sua personalidade e ser transexual é um crescimento muito particular. Eu acho que sim, que se guardam sempre marcas na personalidade, e no modo de ser e de estar da pessoa." (José, 28 anos)

Este é um tipo de concepção e de discurso da transexualidade em linha com o que encontramos em alguns autores e académicos transexuais (Prosser, 1999 a e 1999b; Green, 1999 [1996], 2004; Rubin, 2003). Por exemplo, Green, quando refere que "Não posso dizer que era um homem preso num corpo de mulher. Só posso dizer que era um espírito vivo de macho num corpo de fêmea, e escolhi colocar esse corpo em linha com o meu espírito e viver o resto da minha vida como um homem. Social e legalmente eu sou um homem. E ainda assim, eu sou um tipo de homem diferente." (1999 [1996]: 127).

Finalmente, é necessário referir que, apesar da narrativa do "corpo errado" ser predominante nas pessoas transexuais, existem outras histórias de género por detrás da "migração". Em Sandra, que formou a sua identidade de género sem contacto directo com o discurso e a prática psico-médicos, vamos encontrar um outro tipo de discurso, mais de tipo construtivista.

Sandra nunca reivindica "sempre fui uma mulher" ou sequer "sempre soube que queria ser uma mulher", parece mais ter sido um processo de construção de identidade que evoluiu em direcção à sua afinidade com o feminino e à sua estética corporal, que, mesmo antes de intencionalmente manipulada, já assim era conotada. Ao contrário da inevitabilidade contida na afirmação de que "já se nasceu assim", o género é narrado como tendo sido objecto de eleição. É um discurso identitário que

claramente não está filtrado e "reelaborado" para se ajustar à "narrativa clássica da transexualidade". "Mulher" foi eleito como um lugar *preferencial* em termos de género. O género – mesmo a identidade de género – não é assim algo que "naturalmente" se possui ou se é, mas que se faz ou se vai fazendo.

> "Comecei na forma de prostituição masculina e quase toda a gente dizia, 'Eu vou-te levar pelo tamanho do teu sexo, mas eu gosto é de homem e não tens cara de homem'. Então comecei a pensar mais naquilo, se eu tenho cara de mulher, porque não arriscar? Fui parar lá, onde a Sandra me viu ["Conde"][324], daí até agora foi assim, quase um pulo. Um pulo só." (Sandra, 22 anos)

É-se mulher, não porque "se nasceu assim", mas porque se aparenta e se age em consonância com aquilo que é suposto ser uma mulher, realçando a componente performativa do género. Sandra não afirma ter nascido mulher em corpo de homem, realizou o projecto de ser, através de parecer, uma mulher – na estética corporal encarnada, nos comportamentos e atitudes – e reivindica o direito de assim ser reconhecida pelos outros. Esforçou-se e quer ver o seu esforço – com um resultado final auto-avaliado como bastante satisfatório – reconhecido.

> "[Identifico-me como] Mulher, não uma mulher geneticamente, mas mulher, porque ser mulher não está propriamente no sexo, ser mulher está também nas atitudes, está na maneira de pensar, no comportamento, etc. Então acho que posso dizer que sou mais mulher que muitas mulheres. (…) Acho que as pessoas não têm que saber, mesmo que notem, as pessoas não têm que saber o que eu sou, o que eu não sou, as pessoas têm que saber o que eu pareço, que é uma mulher." (Sandra, 22 anos)

Qual Simone de Beauvoir (2009 [1949]), Sandra declara, agora para a feminilidade trans, "*eu não nasci mulher, eu fiz-me mulher*", mostrando que "alguém" que se torna "mulher" não tem que necessariamente ser uma fêmea (Prosser, 1998: 29).

> "Eu, por muito feminina que seja, *não nasci mulher, eu fiz-me mulher*. Eu nunca pensei assim, quero ter um peito deste tamanho, porque é assim que eu me sinto bem, as coisas foram acontecendo muito naturalmente, uma coisa puxou a outra, que já puxou a outra, e quando fui ver, sou a Sandra. *Fiz-me mulher* na maneira de pensar, com 19 anos estava a começar a tomar hormonas e eu era muito criança, e passei por várias coisas, e hoje em dia eu sei que sou mais mulher que muitas mulheres." (Sandra, 22 anos)

Mas a performatividade exige uma matéria-prima em consonância e que a torne credível. E o corpo é a evidência disso, sendo especialmente importantes os elementos que interferem nas interacções e nas leituras sociais de género: o peito, as ancas, a feminização facial, a ausência de maçã-de-adão, não os genitais.

> "Mulher e ponto. É como vê [a entrevistada apresentava-se apenas trajando umas cuecas de fio dental]." (Sandra, 22 anos)

Embora tenhamos realizado a entrevista num dia de calor tórrido, o corpo desnudado de Sandra face a uma entrevistadora "mulher cis", e quando o momento da entrevista tinha sido já antecedido de um encontro anterior que lhe permitira perceber o tema central da entrevista, e onde já se tinha

[324] Neste excerto é também evidente como as identidades são geograficamente situadas, porque nos diferentes territórios vigora um conjunto específico de significados (Valentine, 2007; Davis, 2009; Hines, 2010c; Nash, 2010). A deslocação de um para outro espaço de trabalho sexual marca a migração de género, desde "homem *gay"* a "mulher trans".

reivindicado "mulher", foi exibido – "*é como vê*" – como evidência ou legitimação do discurso de que é efectivamente "uma mulher". Conquanto o nosso relativo embaraço face ao insólito e inesperado da situação não nos tivesse permitido explorar incisivamente a situação, a impressão que nos deixou foi que o corpo perfeito de Sandra – onde apenas os genitais estavam cobertos[325] – estava a ser exibido como a "prova material", para além da discursiva, de que se está perante uma mulher. É, neste caso ainda mais literalmente do que noutros, o deixar o corpo falar, ou seja, o corpo "toma a forma de palavra" (Ferreira, 2007: 313).

Relação com o corpo e transformações corporais

A desidentificação com o corpo é um dos traços distintivos desta categoria de (trans)género, como a própria definição pelo "corpo errado" evidencia. É assim comum entre os entrevistados, embora assumindo diferentes intensidades e formas, a narrativa de desconforto relativamente ao corpo que se acentua na adolescência quando os "marcadores de género" se começam a vincar.

> "[Na adolescência] a consciência do corpo acaba por nos aparecer em frente aos olhos, não é... claro que há também um processo de fuga, uma certa fuga para a fantasia que depois choca com a realidade, não só em termos de evolução do próprio corpo, como de... começa a ser perturbante como o outro nos vê, não tem a ver como nós nos vemos, aí já choca, não é, e portanto durante a adolescência a situação foi bastante dolorosa e dramática." (Gabriel, 63 anos)

Na sua intensidade mais extrema assume mesmo a forma de repugnância. É, nas palavras de Pedro Miguel, "*esta aparência que é uma dor, que é uma coisa execrável. Eu não sou isto!*", podendo chegar até às auto-agressões.

> "Depois, na puberdade, a coisa agrava-se vertiginosamente a todos os níveis, é o contacto com um corpo que desponta e que contraria tudo aquilo que a pessoa esperava e que sente que é, que é o tentar ocultar tanto quanto possível as formas físicas, esta aparência que é uma dor, que é uma coisa execrável. E depois lidar com situações tão estúpidas como, por exemplo, estar na praia ou na piscina e fazer 180 milhões de voltas para não admitir que saiu daquele espaço para pôr um tampão ou qualquer coisa assim, porque a menstruação[326] é uma coisa assim... repugnante, que rebenta com as entranhas... pffff... o corpo a ganhar formas femininas... é um horror, é uma coisa execrável, execrável! O esconder o peito... é esta questão de lidar com o próprio corpo, a própria pessoa, e depois perante os outros, *eu não sou isto*, e dói que se farta! É uma coisa indescritível." (Pedro Miguel, 38 anos)
>
> "(…) sempre contrariando o corpo, lembro-me perfeitamente de olhar ao espelho, batia no meu próprio corpo, são fases complicadas e difíceis, pelo menos enquanto não se é esclarecido. Depois de se ser esclarecido, continua a doer, mas de uma forma mais elucidada." (Afonso, 38 anos)
>
> "O que é que implica ser transexual? Eu vou responder muito directamente: quer saber que idade eu tinha quando me olhei ao espelho pela primeira vez, e olhei com satisfação? Quer que lhe diga? Tinha quase 25 anos... Porque até aí não nos olhamos, ou então é só naquele espelho que só dá para ver a cara." (Henrique, 30 anos)

[325] E, como nos haveríamos de aperceber ao longo da entrevista, até a própria "cobertura" transmitia uma mensagem – a de que não eram perceptíveis na sua configuração e volume de macho.

[326] A repugnância da menstruação, símbolo da feminilidade e da fertilidade, é um dos elementos mais geradores de sofrimento nos homens transexuais. João W. Nery, conhecido como o primeiro homem transexual brasileiro, chama-lhe mesmo "a monstra".

Contém, no entanto, formas mais pacificadas ou menos dramáticas de lidar com o sentimento, como podemos ver em Rodrigo ou até exepcionalmente, como vimos em Sandra, um projecto de migração de corpo que não tem necessariamente a ver com o desconforto ou angústia com a estética corporal de partida, mas com uma maior afinidade com uma estética corporal alternativa.

> "Tentei sempre não dramatizar muito. Por exemplo, ouvi comentários que as pessoas como eu fazem coisas para esconder o peito, coisas até que fazem mal, e tomam hormonas sem acompanhamento, e eu nunca fui muito dessas aventuras, uso roupas mais largas... o resto, tive que me habituar. Se uma pessoa estiver bem, psicologicamente, consegue encarar qualquer coisa, e isto do corpo para nós é o pior, mas uma pessoa conseguindo lidar bem com as coisas não custa tanto, eu consegui lidar mais ou menos, agora já nem ligo. A mim o que me faz mais confusão é o peito, não tenho muito, mas é um bocado saliente, e faz-me um bocado de confusão. Mas é esperar mais um bocado, esperei 23 anos, agora é só mais um ano ou dois." (Rodrigo, 23 anos)

Sendo sempre o corpo "um dos territórios privilegiados de significados de género" (Amâncio, 2004: 21), não é apenas o corpo trans(exual) que é objecto de manipulações para transmitir a masculinidade ou a feminilidade. O corpo "cis" também não é um corpo "natural", é vigiado e regulado externamente, e também nele são empreendidas estratégias de acentuação de marcas de género. Como se pode ver pelo discurso do Gil, ele rejeita os cuidados e as transformações corporais que lhe começam a ser reservados no final da infância, início da adolescência, por ser "rapariga" – a depilação, o furo nas orelhas – e procura activamente potenciar aqueles que "naturalmente" começam a surgir e a contribuir para a identificação dos "rapazes" – os pêlos faciais. No caso dos rapazes transexuais, não se trata apenas de empreender estratégias activas de transformação corporal, mas, numa primeira fase, a sua recusa, o assumir um corpo não manipulado, não tão cuidado, logo associado à estética da masculinidade.

> "Quando eu comecei a desfazer a barba tinha 12 anos, mais ou menos. Ah, eu peguei na lâmina e arranhei-me todo, só que depois tive que me desculpar, não é? Eu disse à minha mãe 'eh pá, estava a andar de bicicleta e perdi o freio, fui contra uma silveira', pronto, dizia assim. E ela 'pronto, está bem', não dizia mais nada. Nunca descobriram, mas depois um dia apanharam-me e disseram 'mas o que é que fizeste?' e eu 'mas eu gosto!'. E a minha mãe andava atrás de mim para eu fazer a depilação, quando eu comecei a ter pêlos, e eu não deixava. Quiseram-me furar as orelhas porque a minha irmã ia furar as orelhas e eu não deixava, fugia, nunca deixei, e não furei as orelhas. Depois, a partir daí, dos 16 para cima, eu já me vestia como rapaz, mas a minha mãe ainda me apanhava e eu tinha que viver de aparência com a minha irmã gémea." (Gil, 28 anos)

Já no caso das raparigas transexuais, percepcionadas e educadas como rapazes, o que existe é uma vigilância e interdição da apropriação dos signos da feminilidade (tanto no vestuário quanto na própria postura corporal), que é ainda mais fortemente regulada, na medida em que, se a masculinidade é universal e por isso pode, até certa medida, e sobretudo até certa idade (Devor, 1989), estender-se às raparigas e às mulheres, a feminilidade deve ser reservada a quem tem corpo de fêmea. Daí as tais "estratégias de disfarce" serem, neste caso, empreendidas mais frequente e intensamente porque ainda mais censurada a expressão de si.

> "Entretanto falei com a minha mãe, falei com a minha avó e disse 'eu não aguento mais, eu não consigo andar com este tipo de roupas que vocês me compram, ou com este tipo de sapatos, cabelo curto, ó pá desculpem, eu não sou assim", e elas "ai mas tem que ser assim, porque és um rapaz e tem que ser assim'.

> Entretanto comecei-me a vestir de mulher [com 15 anos] e aí as coisas pioraram (…) a minha avó disse que não aceitava a situação e que eu tinha que sair de casa: 'Vais viver com a tua mãe, que na minha casa não vives assim'. Eu peguei nas minhas coisas e não fui procurar ajuda da minha mãe, fiquei a dormir na rua, algures em Lisboa." (Daniela, 25 anos)

Entre este tipo de população, o desejo pelas transformações corporais encarnadas é consensual, nem que seja porque é condição ou promove a leitura social como mulher ou como homem (Stryker, 2006a). Para além do desejo de experienciar um corpo em consonância com aquilo que se sente ser, também há que ter em conta que a "ambiguidade de género" não é um lugar cultural e socialmente aceitável[327]. As transformações corporais contribuem assim para a própria segurança (Hines, 2007a), ontologicamente, e mesmo no seu sentido mais literal. Basta pensar, como outros estudos apontam – Whittle, Turner e Al-Alami, 2007 –, e este confirma, que as pessoas trans que não "passam" são objecto de maior discriminação do que as que "passam" e que quanto mais se expõem enquanto tal, mais probabilidades têm de serem discriminadas. Ora, neste modo de trans-género, a assunção, logo a exposição, é permanente. A ambiguidade de género está assim acessível apenas a alguns – por exemplo no campo artístico – e é um risco corrido quotidianamente por muitos outros[328]. Lembremos, a este propósito, a chamada de atenção de alguns autores trans (Whittle, 2006: xii; Namaste, 2000; Connell, 2010a e 2010b) e não trans (Bourdieu, 1998a; Davis, 2009) da distância que vai da facilidade da defesa dessa ambiguidade de género e do seu potencial revolucionário, até à dificuldade que é experienciar essa ambiguidade. Se colocarmos em jogo os constrangimentos e condicionamentos sociais que levariam ao conservadorismo de género, então também temos que os estender ao impacto na vida e mesmo ao risco corrido (Namaste, 2000) pelo proclamado ideal em algumas correntes ("feministas" e "pós") dessa não conformidade aos padrões e normas de género convencionais. Aliás, e como recorrente no discurso dos sujeitos, a concretização das transformações corporais constitui um desafio e uma transgressão às normas. Se faz parte do sistema de género convencional a coincidência

[327] Entre muitos outros exemplos, chamemos aqui o clássico "*bathroom problem*" (Halberstam, 2006 [1998]; Browne, 2004) com que são confrontadas todas as pessoas trans (e até não trans) que não "passam". As casas de banho de utilização colectiva, bem como os balneários, são dos mais evidentes exemplos de controlo do género que encontramos nas nossas sociedades. Na realidade se há numerosos e variados espaços "genderados" nas sociedades ocidentais actuais, poucos o serão de modo tão explícito, regulado e mesmo sancionável. São espaços onde as fronteiras das diferenças entre os géneros são abertamente impostas e reforçadas. As casas de banho públicas são "os mais privados dos espaços públicos genderados" (Doan, 2010: 643) e espaços nos quais "os corpos dos indivíduos são continuamente policiados e (re)colocados dentro de categorias de sexo" (Browne, 2004: 332-333). Uma simples ida a uma casa de banho pública pode assim colocar em risco a segurança das pessoas trans, constituindo (até por antecipação) um elemento bastante condicionador e limitador da vida e da vivência do espaço público. Outros casos menos dramáticos são, por exemplo, as frequentes inibições de idas à praia, das saudades de expor o corpo ao sol ou tomar um banho de mar. Esses são desejos cuja concretização está dependente da conformidade corporal.

[328] Apenas oito das pessoas que responderam à questão neste sentido contida no inquérito não acusam discriminação por questões relacionadas com identidade de género. Mais de metade destas tem um modo de transgénero que não as expõe enquanto tal ("oscilação"). Da categoria transexual foram apenas três os inquiridos que não se sentem discriminados, todos homens transexuais, aqueles que precisamente têm mais facilidade em "passar", ou seja, que têm menos problemas com a "credibilidade de género". No nosso estudo, as categorias de género que implicam a expressão da feminilidade por parte de "homens biológicos" numa base permanente sobressaem como as principais vítimas de discriminação. Acerca de discriminação de que são vítima, em diversas áreas, as pessoas trans, ver ainda Lombardi e outros, 2001 e Lombardi, 2010; Schilt e Wiswall, 2008.

entre género e sexo, também é verdade que uma das suas regras é a não existência de "transferências" e essa é claramente desafiada, mesmo pela narrativas e respectivas práticas mais próximas das "clássicas". Ou seja, a conformidade do sexo (biologia) ao género, se pode ser vista como incorporação das normas que ditam a sua relação; por outro lado, pode ser vista como um acto de "excorporação" (Ferreira, 2007), no sentido em que desafia a fixidez e a "intocabilidade" da biologia original e em que esta é manipulada para se ser o mais próximo possível daquilo que se deseja.

> "O importante sempre foi o espelho onde me olhei antes de sair de casa, e a pessoa que lá vejo tem que ser a primeira a sorrir no dia, e tem que ser a primeira imagem aprazível. Depois vêm os outros, depois têm de vir os outros, porque já houve fases em que punha os outros à frente de mim e o que os outros poderiam pensar, mas neste momento tenho a certeza que sou eu o mais importante, tenho que ser eu a sentir-me bem, se me sentir bem eu vou passar isso aos outros e vão acabar por assumir isso…" (Maria, 19 anos)

> "É assim, muitos dizem 'ah, estás a mudar, devido à sociedade que temos' e eu disse 'não, eu não estou a mudar porque os meus pais me deram conselhos assim, ou porque os outros acham que eu não deveria mudar. Eu estou a mudar porque eu me quero sentir bem comigo próprio, ser feliz, e ser quem sou, o Gil', não é? Eu não podia passar por alguém que não sou, porque senão eu estava a fazer feliz a sociedade e não a mim. Se eu era para ser infeliz então deixava-me estar como estava. Eu quero ser feliz, nós quando queremos a felicidade, temos que lutar. Eu não vivo por aparência, eu não vivo para agradar a alguém, eu vivo para me agradar a mim." (Gil, 28 anos)

Este tipo de narrativas aponta para a consideração do "corpo fenomenológico"[329] (Cromwell, 1999a; Davy, 2011), como, na consideração de Davy (2011: 13), um "dispositivo heurístico" a ter que ter em conta para a compreensão das identidades trans(sexuais). Isto sem pôr em causa que o referente para a expressão de género desejada é social, o que se quer é ser, neste caso, "um homem normal".

> "Agora eu viver como mulher, não vivia, garanto-lhe, não conseguia! Não me sinto mulher em todos os aspectos. Hoje eu posso dizer que não me arrependo nada daquilo que eu fiz, se fosse para fazer, voltava a fazer novamente, porque é assim, cada dor que eu senti, é cada vitória hoje que me faz sentir bem e que me faz sentir feliz. Mas eu já tive pessoas na mesma situação que eu a dizerem 'eu não faço porque sinto muitas dores' e eu digo assim 'olha, eu prefiro fazer e sentir dores e saber que posso ter uma vida normal como um homem normal do que estar a não as fazer e estar a sentir-me mal para o resto da vida'. Porque eu lembro-me quando tinha uma gajinha, desculpe lá estar a falar desta maneira, eu não conseguia estar a 100% com uma mulher, eu tinha que pôr próteses, eu tinha que usar uma cinta própria para esconder o peito..." (Gil, 28 anos)

Independentemente dos debates acerca de se as transformações corporais são um sucumbir às normas conservadoras de género, como criticado sobretudo pelas feministas radicais (cf. cap. 3; para um aprofundamento ver Nataf, 1996), os procedimentos cirúrgicos conducentes às transformações corporais nas pessoas trans(exuais) contribuem para o "bem estar global" do indivíduo, tal como é proclamado pela OMS. Aliás, até estarem concretizadas, e interligadas com o reconhecimento legal, existe por vezes uma suspensão ou um adiamento da vida – a nível dos relacionamentos íntimos, amicais, da vida social e também na dimensão escolar e profissional. A vida suspende-se até que, em termos de estética de género, se seja visto pelos outros, como aquilo que realmente se sente ser, ou nas

[329] Embora este "corpo fenomenológico" seja também ele "semi-privado". Ou seja, é um corpo intersubjectivo, intrinsecamente associado com os seus *habitus* e os discursos com os quais se envolve (Davy, 2011: 11).

palavras de José, "*ser eu no meu corpo, mas num corpo diferente*", ou finalmente poder acolher aquele corpo como seu, fazer dele e senti-lo como "a sua casa" (Prosser, 1999).

> "Precisava mesmo, nunca me senti bem no meu corpo, sempre senti que não era meu, então o ter a identidade [legal] e não fazer as cirurgias é só social, não é? Pronto, eu neste momento, socialmente sou homem, mas sinto a necessidade de, pronto, quando estou só, ou mesmo quando estou na rua, continuo a sentir o ter que me tapar e isso. Pronto, continuo com esse problema, eu preciso mesmo de um corpo onde me sinta bem. Sempre soube que era aquilo, que precisava daquele corpo, mesmo desde criança." (André, 32 anos)

As transformações corporais são assim um modo de reconciliar a auto-identidade com a identidade social (Goffman, 1977). São tão importantes e tão valorizadas que mesmo o sofrimento que implicam é acolhido com satisfação e alegria. Patrícia, que considera que "*até a dor me vai dar prazer*", referia-se mesmo à "*maravilhosa fase das cirurgias*", que se aproximava no seu caso. E são abundantes os relatos de satisfação, e mesmo de "celebração", após a sua concretização.

> "Foi uma excitação, foi a explosão do ser quase ternurenta, poder realmente mostrar aos outros, os outros conseguirem ver uma aproximação da pessoa real. E foi assim uma explosão social de muitas saídas, muitas festas, muito convívio, o prazer de sair de manhã para ir para as aulas do curso, o prazer de sair para ir para o estágio. Bastantes primaveras depois, todas as alterações que davam uma veracidade à coisa, algo pelo qual idealizava há tantos anos, a imaginar aquele corpo com tais características, e de repente começar a vê-las. No fundo, foi a recuperação daquele sonho que quando chegasse à adolescência, as coisas iam seguir o seu curso**.** Aquela esperança do Pinóquio, de um dia conseguir ser um menino de verdade. E foi giro, porque ao mesmo tempo as pessoas à volta também começaram a perceber que mudava a aparência mas a pessoa mantinha-se tal como era e ainda mais espontânea e extrovertida. Só viam mudanças positivas, logo, cada vez mais tinham a certeza que é esta a solução, a pessoa está realmente mais feliz, nota-se mesmo uma diferença, uma mudança. E, pronto, também é bom para nós saber isso. Porque antes também havia, eu pelo menos fazia muito isso, o desejo de ser outro, via um rapaz muito alto, e eu 'era tão bom poder estar na pele daquele', ser eu como sou, mas no corpo daquele. Nunca tinha posto a hipótese de *ser eu no meu corpo, mas num corpo diferente*. Então foi giro também conhecer, foi um modo da auto-estima crescer imenso porque apercebi-me que podia 'eu' ter uma aparência, sendo quem sou, com as características físicas antigas, mas adequadas ao género, ao género psicológico e tal. Foi giro, foi muito bom a nível de desenvolvimento como pessoa, de auto-conhecimento, de auto-confiança e auto-estima mais elevada. Foi uma celebração, sempre. Uma celebração." (José, 28 anos)

> "Nunca me senti tão bem, sinto-me muito bem, em todos os sentidos. Acho que a vida está... a maré está favorável, agora, sim, agora sinto-me bem. A viragem foi quando comecei a fazer as cirurgias, foi quando recebi o papel da Ordem [dos Médicos] a dizer 'Já podes'. Foi fantástico começar a fazer as cirurgias, porque até lá nós ainda estamos no processo, percebemos que estamos no caminho certo, mas ainda não vemos assim algo material. Isso é a parte fundamental, é sentir que... e nós começarmos a somá-las, a somá-las." (Miguel, 26 anos)

> "Sim [a minha vida sexual melhorou após as cirurgias]. Antigamente eu, com uma namorada minha, quando me deitava, deitava-me com muita roupa, agora não, deito-me nu e coisas que eu antigamente não fazia e agora faço. Não conseguia ir à praia, e agora já vou." (Gil, 28 anos)

Pese embora o desejo consensual de transformações inscritas no corpo, encontramos também na realidade portuguesa diferentes agendas e estéticas corporais entre as pessoas transexuais. Diversos desejos, métodos, procedimentos, extensividades. Existem, como realça Bento (2006a) não só na teoria, mas na realidade, maneiras diversas de lidar com as normas prescritivas de género. O que a autora encontrou, tal como outros que recorrem à pesquisa empírica (por exemplo, Davy, 2011), nós incluídos, foi pessoas que se definem como transexuais, mas que encontram respostas para os conflitos entre corpo, subjectividade, género e sexualidade divergentes das universalizadas nos documentos

oficiais formulados pelo saber médico (Bento, 2006a: 23-24), revelando pois a existência de uma pluralidade de interpretações e de construções de sentidos para os conflitos entre corpo e subjectividade na experiência transexual (idem, 44-45). O presente estudo aponta para diferenças significativas, tendo em conta género e geração, dentro desta população, no que respeita à relação com o corpo e transformações corporais.

Os homens transexuais, em consonância com a sua maior proximidade aos contextos medicalizados (dada a ausência de outros espaços de formação da identidade disponíveis na sociedade portuguesa para as masculinidades trans) passam pelo processo de transição sempre no âmbito do acompanhamento médico específico, tendo o seu projecto e a sua agenda corporais constituídos em colaboração com os clínicos. Na ausência do acompanhamento médico trans-específico, ou não estando ainda na fase das transformações encarnadas (via endocrinológica e cirúrgica), abstêm-se de realizar alterações inscritas permanentemente no corpo, recorrendo apenas a estratégias de (dis)simulação: dissimulando o peito através da utilização de faixas e simulando o pénis, artesanalmente, ou com já com próteses específicas.

> "Para já, sempre, desde muito pequenino, lembro-me desde a primária, desde o 1º ciclo, portanto dos 6, 7 anos, que enchia a roupa interior com uma meia. Depois, mais tarde, comecei mesmo a construir, já com forma, com meias, enfim a jogar com as formas para ficar ainda mais real, porque eu sentia-me mesmo bem assim, havia qualquer coisa que me fazia falta, havia um vazio. Depois, durante a puberdade, comecei então e ter a necessidade de enfaixar o peito. Ao princípio não era preciso, até para aí aos 16 anos, se usasse camisolas largas, *t-shirts* largas, ou uma por cima da outra, passava despercebido. Tinha só que fugir ao dedo inquiridor da minha mãe, porque ela obrigava-me a usar sutiã, a partir de certa idade. Mas se eu não usasse, passava bem, ninguém me identificava. Então, escolhi as ligaduras, depois passei para pensos adesivos largos, antialérgicos, que cortava em dois quadrados para puxar a gordura, a massa mamária, assim para os lados. Sim, fiz muitas feridas na pele, porque era todos os dias 'tira o adesivo, põe o adesivo'. E, pronto, depois através de um *site* de uma loja americana, a Mango, fui encomendando também coisas apropriadas já mesmo para transexuais masculinos, feitos especialmente para eles, com adaptadores para poder urinar de pé, com um material de terceira geração, muito real, tanto à vista como ao toque, que dá ainda mais confiança." (José, 28 anos)

> "Houve uma altura em que ainda não apertava o peito porque não sabia como fazer isso. Tomei conhecimento através do grupo brasileiro, que falaram daquelas faixas deste tipo [mostra uma faixa]. Esta é mais daquelas de transpirar e perder peso, coisas desse género, é um calor horrível! Não é confortável, ainda por cima eu agora suo mais por causa das hormonas do que quando não andava a tomar. Então, eu agora uso adesivos. E no outro dia não tinha adesivos, fui comprar à farmácia, usei uma faixa e fiquei suado só em baixo, não é? Falava-me o psicólogo em ir para o ginásio, eu imaginava-me ficar lá a suar, e a suar só para baixo, claro que iam achar muito estranho!" (André, 32 anos)

> "A minha primeira prótese, que eu fiz, com meias todas enroladas e depois metia uma fita adesiva, tipo uma meia de lycra, fazia lá aquelas coisas, os testiculozinhos, depois tinha que ter uma base para prender na cueca. Só que aquilo era um incómodo do caraças. Aleijava-me no meu próprio sexo, fazia-me comichão, tinha sempre um cuidado de higiene. Às vezes deitava sangue, mas nem sempre, depois a pessoa lavava, por exemplo, deixava no sótão a secar porque batia lá o sol, para não estar a meter aquilo na janela. Não queria dar muito a saber aos meus pais, mas incomodava-me muito, era horrível. [Fazia isso] Ó pá, para me sentir um homem. Precisava daquilo, não para sonhar, mas para me identificar, entende? Porque eu via as moças, o que é que faziam aos rapazes e depois faziam-me a mim, como é que era? Passava a vergonha, não é? E assim elas ao apalparem já 'eh pá, espera lá que ele…' " (Gil, 28 anos)

Em conformidade com a "narrativa clássica da transexualidade", todos desejam uma transição física "completa", incluindo a cirurgia genital, embora aqui se notem diferenças, existindo uns que optam pela metoidoplastia (que permite a criação de um micro pénis), dada a complexidade técnica de que se

reveste a faloplastia[330] de que, ainda assim, outros não prescindem. As experiências íntimas jogam aqui o seu papel, sendo mais comum a primeira opção, no caso de relações estabilizadas em que tal foi já negociado e testado com as parceiras (neste caso, já que são todos heterossexuais) e menos frequente quando essa relação faz parte de um projecto futuro.

> "Eu sinceramente gostava de optar pela faloplastia, fazer um enchimento mesmo e aproveitar gordura do ventre para fazer um enxerto. Mas é uma cirurgia ainda tão complicada e faseada, são várias fases, e eu sinceramente não tenho muita vontade, porque gostava de continuar com a minha vida e dar mais atenção à vida profissional. Porque já gastei tanta energia nisto, que acho que vou optar por uma cirurgia mais simples, na qual simplesmente libertam o micro pénis, libertam-no, constroem o escroto. E depois, mais tarde, fazem a implantação dos testículos com silicone. Eu gostava muito de fazer o excerto, porque parece que funciona bem. Mas dá muito trabalho, são muitas sessões, que podem correr mal, e corre-se o risco de ter que começar tudo de novo, de repetir as cirurgias, e eu gostava muito de o fazer mas realmente é estar a alongar ainda mais este percurso que já por si tem avançado com tão pouca celeridade, não é? Já estou a atingir a fase do cansaço." (José, 28 anos)

> "Eu quero fazer a metoidoplastia, a mais simples, aquela que é só a libertação do clítoris e fazer o saco escrotal, não quero fazer mais do que isso. A outra mais complexa não, que depois também faz cicatrizes na barriga e eu já fui operado muitas vezes na vida, e depois a coisa pode correr bem, pode não correr bem, e depois pode fazer fístulas e pode haver rejeições, não. E depois uma pessoa perde a capacidade de erecção e é preciso ter uma bomba, aquelas coisas que se põem... Não estou muito para aí virado, já tenho muita idade para essas coisas e também não é a quantidade que faz a qualidade, não é isso que vai ser…" (Jorge, 46 anos)

As mulheres transexuais mais novas que integram o acompanhamento médico apresentam situação idêntica à descrita para os homens transexuais, realizando as transformações corporais apenas no contexto do acompanhamento médico trans-específico e desejando uma transformação corporal "completa". Já as que a ele chegam mais tardiamente na vida (as mais velhas) e as que não o integram, não se abstêm de recorrer a procedimentos e práticas no sentido de conseguir as transformações corporais encarnadas da feminilidade. Diferentemente do que é mais comum acontecer com as gerações mais novas que iniciam o acompanhamento médico desde cedo, e que é nesse contexto e ao ritmo desse processo de transição clinicamente assistido que ocorrem as transformações corporais, com grande parte das mulheres das gerações mais velhas, e também mais novas à parte do acompanhamento médico, essas alterações inscritas no corpo ocorrem à medida das avaliações e recursos próprios. Fazem-no recorrendo, quer à ingestão hormonal, através da compra e auto-administração da pílula contraceptiva nas farmácias; quer a procedimentos cirúrgicos realizados no contexto da medicina convencional, mas à parte do acompanhamento médico trans-específico, e/ou a práticas paralelas à medicina.

Nos espaços trans, no Portugal dos anos 1980 e 1990 (para o período anterior não temos relatos), antes da disponibilização dos cuidados clínicos trans-específicos, na ausência de uma oferta formal e regulada, estava constituída uma "*rede paralela de transformações corporais*", com práticas como a injecção de silicone (frequentemente não médico) pelas chamadas "bombadeiras", outras mulheres trans que se "especializam" nesse procedimento. Estas desempenhavam as funções de

[330] Que aumenta em muito o número de cirurgias, já que, ao contrário da vaginoplastia, não requer um acto cirúrgico único. Henrique, por exemplo, realizou 17 cirurgias num ano.

cirurgião plástico, tendo simultaneamente a responsabilidade pelo acto, pelo conselho de imagem e até pelo controlo dos riscos (recolhemos relatos de que se recusavam a atender a pedidos quando os consideravam exagerados e/ou arriscados). Embora pareça constituir uma actividade cada vez mais rara em Portugal (noutros países, como os da América do Sul, continuam abundantes as notícias – geralmente de mortes – com ela relacionadas), ainda hoje subsiste e é procurada por mulheres trans (auto)excluídas dos, e/ou sem capacidade de acesso aos, cuidados médicos formais. Vejamos o exemplo de duas gerações.

> "Comecei a tomar muitas hormonas, doses industriais de hormonas (…) Tudo o que diziam que era bom, nós fazíamos, 'Olha, estou a tomar esta, é muito boa para os pêlos da cara', nós íamos e comprávamos. 'Olha, esta é muito boa para isto', nós íamos, comprávamos. Aquilo era *cocktails* de hormonas. Houve algumas que ficaram "apanhadas", devido àquele excesso de estrogénios que metiam cá para dentro e aquilo perturbava um bocado essas pessoas. Eu notava esses efeitos, às vezes estava muito agitada, hiper-sensível, qualquer coisa me irritava, isso sim, isso acontecia-me, muitas vezes acontecia-me. Depois fiz silicones, foi silicone no corpo e na cara. Fiz com uma transexual, ela fez a centenas. Era a nossa bombadeira. Nós íamos e dizíamos 'Tonicha, quanto é que me levas para fazer, para aumentar o peito?', e ela dizia ou cem contos, ou oitenta ou duzentos. A contar ao litro, um litro de silicone era a duzentos contos, portanto, ela podia pôr um copo, podia pôr meio copo, podia pôr meio litro... ela o trabalho não cobrava. Já vinha tudo incluído no preço: o trabalho e o produto. Mas o silicone ia buscar a uma clínica estética em Madrid. O silicone não era industrial, era mesmo de uso médico. Com ela, porque havia bombadeiras brasileiras que metiam com Óleo Johnson." (Helena, 49 anos)

> "Então fui-me encher de silicone, lábios, cara, rabo, enchi-me toda. Inchada, pus, pus, pus, porque a minha necessidade de dar uma volta era tão grande... Vinguei-me no silicone, 'bebi' quatro litros de silicone! Os lábios fiz com a brasileira minha amiga, que punha silicone com as agulhas, e está tudo bem!" (Daniela, 25 anos)

Outras pagam do seu bolso[331] as cirurgias que realizam, sobretudo no estrangeiro. Por exemplo, Sandra tinha realizado recentemente, no Brasil, uma mamoplastia de aumento de peito, uma rinoplastia e a remoção da maçã-de-adão, recorrendo aos melhores profissionais e serviços disponíveis, mostrando como, também na população trans portuguesa, cada vez mais "As agulhadas de silicone são substituídas gradativamente pela cirurgia plástica" (Duque, 2009: 85). Já Luísa realizou, em meados dos anos 1990, a cirurgia de reatribuição de sexo em Casablanca, Marrocos, como aliás era uma opção relativamente comum para cidadãos de países onde não estava disponível (Whittle, 1999a: 7; Prosser, 1999: 98-99). Whittle refere mesmo que Casablanca era a Meca para europeus e americanos que procuravam a cirurgia de mudança de sexo (Whittle, 1999a: 7). Casablanca, e uma das suas mais conhecidas clínicas, é detalhadamente descrita na famosa autobiografia da transexual Jan Morris (1974), e essa descrição serve mesmo de ponto de abertura – *"Frogs into Princesses*" – do emblemático texto de Sandy Stone (1991), mostrando o quanto tem de simbólico na história da transexualidade.

> "Não há nada que eu não goste no meu corpo, foi o que eu disse, as coisas foram chegando, estão-se encaixando assim tão perfeitamente umas nas outras, sem querer o médico acertou, ele acertou, não, eu exigi. No tamanho do peito, no nariz, eu não sei se reparaste, até porque aqui no Conde Redondo não há

[331] E não necessariamente aquelas com maiores recursos económicos. O que acontece nos casos de Luísa e Sandra, e parece ser comum entre as mulheres trans, é um projecto de acumulação de recursos especificamente orientado para a concretização da agenda de transformações corporais, frequentemente através do trabalho sexual, incluindo a emigração para países economicamente mais vantajosos.

> muitas transexuais que tenham feito cirurgias, mas das poucas que há, se reparares, o nariz é todo igual (…) A primeira coisa que eu disse para o cirurgião foi, 'Quando eu acordar da cirurgia, se eu tiver um peito gigantesco e um nariz de travesti, está processado, nem digo outra coisa, está processado!'. E ele, 'Ai, não te preocupes, eu sou o melhor do mundo.'. E eu, 'Eu procurei-o por isso mesmo, o senhor é o melhor do mundo e eu estou a pagar caro. Você vai deixar o meu corpo com valor de um Mercedes descapotável, zero, novo'." (Sandra, 22 anos)

> "Falei com outras, muito mais velhas do que eu, algumas já não estão entre nós, que já tinham estado em Paris e em Espanha e já tinham ouvido falar nisso. Então foi a partir daí que eu comecei, conversas com umas, com outras, são como as cerejas as conversas, e então aí fui descobrindo, fui sabendo coisas e sabendo muito mais. (...) Depois, em Espanha, havia amigas minhas que já tinham feito [a cirurgia de reatribuição de sexo] lá em Casablanca, e então juntei dinheiro e fui." (Luísa, 48 anos)

A propósito destas práticas médicas auto-geridas, mais especificamente a toma de hormonas sem receita médica, que Davy (2010: 110-111) encontrou também entre os participantes do seu estudo, a autora propõe que possam ser perspectivadas como um acto de agência, em que as pessoas trans assumem as necessidades médicas e reduzem a intervenção de um sistema de saúde, frequentemente difícil e exigente; e como um desafio à autoridade da medicina sobre os corpos das pessoas trans que desautoriza muitas destas pessoas a actualizarem as modificações desejadas. Neste estudo isso é claro, quando nos foi referida a não disponibilidade para submissão ao escrutínio, exigências e ritmos da medicina trans-específica oficial. Noutros casos, porém, sobretudo quando realizadas na ausência de disponibilização formal desses cuidados, deriva da falta de alternativas, mais do que de uma escolha, não deixando contudo de traduzir agência – a de precisamente encontrar e recorrer a essas alternativas.

Há igualmente uma diferença entre o investimento nos cuidados e manutenção do corpo entre homens e mulheres transexuais, que deriva, desde logo, dos diferentes investimentos requeridos culturalmente para a estética corporal masculina e feminina. O corpo da mulher é um corpo "cuidado", "trabalhado", em contraste com o do homem que é um corpo supostamente "natural". Ou, como refere Davy, a beleza feminina tem que ser "constantemente procurada" (2011: 116). Ora, se as mulheres cis já despendem mais tempo e recursos com a manutenção do seu corpo, no caso das transexuais esse investimento e essa vigilância terão que se ver reforçados, dado que os seus corpos concentram frequentemente, em maior abundância, alguns dos principais elementos objectos de cuidado, de onde se destaca a pilosidade.

Em segundo lugar, como a feminilidade é mais difícil de conseguir, no sentido do reconhecimento social, ou seja de "passar" (Whittle, 2006: xvi; Whittle, Turner e Al Alami, 2007; Stryker, 2008; Rundall e Vecchietti, 2010: 134) e o seu escrutínio é maior, para além dos cuidados mais quotidianos, de "manutenção", as diferenças ocorrem também ao nível do investimento e da extensividade das transformações encarnadas. Nas mulheres transexuais, não são apenas alterados os signos biológicos da masculinidade (como a maçã-de-adão, o peito ou os genitais), mas estendem-se a outros elementos, que afectam (ou traem) o ideal de beleza feminino – o nariz, o queixo, as maçãs do rosto, os joelhos. O caso de Bárbara é o mais extremo que encontramos nessa (reconhecida) quase adição às "cirurgias estéticas de feminização".

> "Entretanto [passada a fase da adolescência em que o aspecto é naturalmente mais andrógino], comecei realmente a pensar em fazer uma série de operações, como fiz, imensas. Vou-lhe fazer uma lista infindável: fiz o nariz, fiz aos olhos, fiz à testa, eu fiz às mandíbulas superiores, que são as maçãs do rosto, duas vezes, fiz ao queixo, fiz ao maxilar, fiz ao peito, fiz aos joelhos, fiz às rótulas dos joelhos, fiz aos tendões de aquiles e fiz às nádegas. Mas pormenores, as minhas operações nunca foram operações muito radicais, até porque eu passava muito bem por rapariga. Não foram coisas drásticas. É porque, às vezes, as pessoas confundem um bocado, aquele rapaz parece uma rapariga, quase que é uma mulher. Mas do 'quase' a 'ser uma mulher', é muito diferente, vai um percurso muito grande." (Bárbara, 30 anos)

O regime de género em vigor leva a uma maior "inspecção" ou "escrutínio" social do corpo de mulher, tomado como um "objecto público", dificultando assim o "passar" das mulheres transexuais e colocando sobre estas uma pressão acrescida. Wilchins (2006) narra a sua experiência sobre o aumento de atenção que o corpo suscitou nos outros – que frequentemente, sobretudo os homens, não se coíbem mesmo de verbalizar publicamente – a partir do momento em que começou a ser vista como uma mulher. Este é mais um dos aspectos em que a análise da transexualidade se revela útil na demonstração das diferenças entre homens e mulheres, não circunscrita ao trans-género.

Isto não significa que os homens trans (o que talvez seja válido se subtrairmos o trans, ou seja, universalizarmos a afirmação), embora mais discretamente, não tenham também preocupações desse tipo, como se pode ver com o incremento das idas ao ginásio para ganhar massa corporal, que constitui, aliás, uma recomendação médica, na medida em que contribui para uma aproximação à estética masculina que implica maior "volume".

Transexualidade e "mudar de sexo"

A alteração, a nível dos genitais, para uma configuração o mais aproximada possível – em termos de estética e de funcionalidade – ao órgão do "outro" sexo é maioritariamente desejada na população transexual auscultada. Como mostra o quadro 4.1A (cf. cap. 4.2), apenas três participantes desta categoria de (trans)género não manifestam o desejo da sua alteração, a que se junta uma indecisão – todas mulheres transexuais. Como os genitais estão culturalmente enraizados como os "símbolos do género", o qual é culturalmente atribuído pelo corpo, era expectável que essa ideia transparecesse no caso das pessoas transexuais. Para mais, entra aqui em jogo mais directamente o "corpo sexual", pois é nesta dimensão, mais do que nas interacções sociais, que os genitais importam. Embora tenha ficado claro que, mesmo na dimensão sexual, não são apenas os genitais que contam, tendo o peito – a sua ausência ou a sua presença, consoante o sentido da transição – sobressaído como um elemento que afecta fundamentalmente a vivência sexual.

Mas para além de traduzirem o desejo íntimo e legítimo de uma transformação em todas as partes do corpo para corresponder, em termos de estética corporal, àquilo que se sente ser, estes resultados também têm que ser lidos tendo em consideração que, na altura da recolha de dados, a realização da cirurgia de reatribuição de sexo era condição para o reconhecimento legal de género e por isso as pessoas transexuais que desejavam viver a sua vida com esse reconhecimento, não colocariam, ou não teriam margem para colocar sequer como uma possibilidade, a sua não realização.

Outra consideração é a história colectiva desta categoria de género, que associa "transexualidade" a "mudança de sexo"[332], e que os toma como sinónimos (cf. cap. 1.1), que afecta todos, mas sobretudo aqueles que formam as suas identidades nos contextos medicalizados e integram as consultas de acompanhamento da transexualidade. Nestas parece vigorar ainda, como veremos mais adiante, a aferição da transexualidade pelo desejo de submissão à cirurgia genital, tal como, aliás, é denunciado e contestado pelo movimento associativo nacional (é referido explicitamente no manifesto da Marcha de Lisboa 2012, cf. cap. 3.3.3). Também a auscultação dos profissionais responsáveis pela prestação deste tipo de cuidados revelou um centramento das práticas clínicas em torno das intervenções para reatribuição de sexo (Pinto e Moleiro, 2012: 148).

A existência de uma nova regulamentação que desvincula reconhecimento legal e estéticas corporais, e as novas recomendações internacionais para os cuidados trans-específicos, mais explícitos nesse descolar à cirurgia genital, poderão produzir (eventualmente estarão já a produzir) efeitos a este nível. Afirmamo-lo porque nos parece, não exclusivamente a partir de uma sustentação teórica ou ideológica, mas com base no discurso dos próprios sujeitos (mesmo que nem todos o explicitem), que a transexualidade não implica nem depende de "mudar de sexo" no sentido literal. Aliás, e como se compreenderá, evidencia-se, nos seus discursos, mais a necessidade da "mudança de sexo" legal. Este estudo vem contribuir para demonstrar a necessidade de dissociar "transexualidade" da "mudança de sexo" cirúrgica, embora seja, sem dúvida, nesta categoria de trans-género que vamos encontrar mais alargadamente esse desejo. As alterações corporais, sendo absolutamente centrais, são canalizadas prioritariamente para outros elementos do corpo, aqueles mais notados na interacção social – como o peito, um marcador social de género mais visível.

No entanto, encontramos claramente, entre as pessoas transexuais, discursos que traduzem, para o nível individual, os genitais como os marcadores de mulher ou de homem. Por exemplo, em Filomena, que refere que "*Desde que nós já não temos cá isso* [órgãos sexuais masculinos], *somos mulheres. Porque a gente tira, já não pode pôr, então temos de ser consideradas uma mulher*", e cujo desejo de ser uma "*mulher verdadeira*" faz com que a cirurgia seja o seu "*sonho*" (é, aliás, recorrente nas mulheres transexuais a narração da cirurgia genital nestes termos). Ou em Natália, que recentemente tinha realizado a vaginoplastia, e cujo testemunho é bastante ilustrativo de que o "incómodo" que sentia pela "desconformidade", sendo autenticamente experienciado a um nível íntimo, coloca em jogo e situa, geográfica e biologicamente, as experiências sociais de discriminação pelo facto de não ser percebida como uma mulher, ou seja, não ter uma vagina ou, talvez ainda mais, possuir um pénis. Por contraposição ao passado recente, no presente Natália possui, no seu corpo, a "prova" de que é uma mulher. Desapareceu o elemento para onde era localizada, e que de certo modo concentrava, simbolicamente, a discriminação. Há nestes discursos, como generalizadamente nos que

[332] Esta ideia está tão presente que Vanessa, activista e com grande conhecimento da temática, um dia me surpreende com a solicitação da minha opinião, enquanto investigadora, acerca de se seria legítimo considerar-se uma mulher transexual sem a alteração genital.

têm que ver com as transformações corporais, uma intercepção entre o subjectivo, o material e o social, como contido no conceito de "esquema corporal" de Merleau-Ponty (1994 [1945]), que situa o agente incorporado entre o subjectivo e o mundo social. A sua interpretação tem pois que ser complexificada, não se tratando de discutir se é sobretudo um desejo experienciado intimamente ou um condicionamento social, porque não se trata de dimensões independentes.

> "Considero que vou ser uma mulher verdadeira quando fizer a operação. Quando eu já não tiver cá nada, então eu digo, pronto 'sou uma mulher verdadeira'. A operação tem muita importância, se não tivesse também não fazia, que eu sei as consequências que vou ter, os riscos que eu vou correr. Eu sei, eu estou dentro disso, não é nada fácil! [Mas, mesmo assim, quer fazer?] Sim, quero fazer. Para me sentir bem comigo, e eu disse ao médico 'nem que seja mulher só por umas horas'. Eu acho que se eu fosse operada hoje e morresse amanhã, morria como aquilo que eu senti. Por exemplo, há pessoas que dizem assim 'Eu tenho que realizar este sonho e eu realizei o sonho'. O meu sonho é este. Os meus filhos dizem-me assim 'Ó pai, tu com a tua idade ainda vais fazer isso? Então eu fui fazer uma circuncisão e foram umas dores horríveis, e depois quem vem tratar de ti? Ó pai, tu não devias fazer com a tua idade e não sei quê e não sei que mais'. E eu digo 'Olha, filho, é um sonho que eu tenho, é um sonho'. Eu, no dia em que chegar a esse ponto, eu nem sei como é que eu vou… a minha alegria vai ser… não sei! Ainda não tenho palavras para dizer." (Filomena, 53 anos)

> "[O pénis] Incomodava-me muito, incomodava-me muito, muito mesmo. No dia em que eu acordei da cirurgia da reabilitação sexual, que o doutor me foi ver, quando ele chegou lá ao pé de mim no internamento, eu disse 'Ó Dr., eu quero ver, quero ver!'(…) E ele mostrou-me. (…) O aspecto não era óptimo, mas fiquei feliz, fiquei. Fiquei muito feliz porque finalmente, após tanto sofrimento em X [localidade do Alentejo onde nasceu e cresceu], sobretudo em X, após tanto sofrimento, finalmente era mulher. Sempre me senti mulher, mas fisicamente não o era, não é? Fisicamente não o era, tinha lá um pénis, não é? E então eu sabia que a partir daquele momento a minha vida tinha dado um grande salto." (Natália, 37 anos)

A cirurgia genital não é desejada (e concretizada) apenas por pessoas que formaram a sua identidade de género no âmbito do acompanhamento médico trans-específico. Luísa, que formou a sua identidade entre pares e vivia do trabalho sexual, no qual os órgãos sexuais "originais" são bastante valorizados ou mesmo imprescindíveis (são, neste nicho de mercado, os elementos distintivos[333]), realizou a cirurgia genital à margem do acompanhamento médico formal, não tendo conseguido o reconhecimento legal de sexo. Apesar de viver há décadas clandestinamente na feminilidade, o que afecta, entre outras, a dimensão profissional, logo, a sua própria subsistência material, avalia essa mudança, retrospectivamente, de forma muito positiva.

> "[A cirurgia genital teve] Muita [importância na minha vida], porque me veio demonstrar aquilo que eu queria ser desde pequeno, valeu a pena. Eu sinto-me bem comigo mesma, estou muito bem, ah, foi um sonho, aquilo que eu era, aquilo que queria ser e que fui e o que sou agora. Antes de estar operada, tentava esconder aquilo que eu tinha, o sexo masculino, e então, não sei, para mim era horrível. Para mim era horrível o sexo, vir, não sei. Agora eu me sinto 100% melhor, eu sentia-me retraída, por isso namorava muito e ia para a cama, mas só para me sentir mais feminina, saber que conquistava. Agora não, agora me sinto diferente, porque sei que estou completa." (Luísa, 48 anos)

[333] Para as mulheres trans que vivem do trabalho sexual, a realização da cirurgia genital representa o cessar dessa actividade, pelo menos enquanto trans (tal como aconteceu com Luísa e é previsto por Mónica). Nos espaços trans transparece a ideia da incompatibilidade entre "ser operada" e "ser prostituta". No "Conde" não encontramos mulheres trans com a cirurgia genital realizada, tendo-nos sido relatado o caso de uma trabalhadora sexual trans que, após a realização da cirurgia genital, continuou nessa actividade, mas num outro espaço, o das geografias do trabalho sexual das mulheres cis. No trabalho que realizou entre as mulheres trans que ganham a vida através do trabalho sexual na Holanda, também Gregory (2010: 180) sublinha a incerteza e o medo que estas manifestam de não conseguirem sobreviver se passarem por uma cirurgia de reatribuição de sexo.

Também posições menos clássicas da transexualidade podem coexistir com esse desejo de transformação no sentido da conformidade estética de género, incluindo os genitais. Um desejo que não advém de se considerar que não se possa ser e sentir mulher sem uma vagina, mas porque se acha que se tem o direito de concretizar esse desejo. Neste excerto de Hermenegilda é até notória a distância aos moldes ("*estilo*") tradicionais de narração da transexualidade, em que a cirurgia é vista dramaticamente como condição necessária para a própria sobrevivência. Não é uma questão de "*tenho que*" ou "*preciso* de" mas "*quero* fazê-lo".

> "A palavra certa é 'quero'! Naquela altura em que eu ficava à noite a pensar 'porque é que eu não nasci mulher? Eu devia ter nascido mulher, mais não sei quê. Amanhã acordo, estou com corpo de mulher, estou com peito, e estou com uma vagina e mais não sei quê'. Depois acordava e não tinha, eu jurei a mim própria que eu não vou morrer sem isso. Podendo, é uma coisa que eu vou fazer. Não quer dizer que se não o fizer por alguma razão, pronto, imaginando que já era muito tarde e 'Olhe, você com a idade que tem já não nos arriscamos a fazer', pronto, paciência, não quer dizer que no dia a seguir me mandasse da janela abaixo. Não é uma coisa nesse estilo. Mas é importante para mim. Eu, quando morrer, quero ir com o corpo o mais feminino possível. É uma defesa, pois enquanto não fizer a cirurgia de redesignação sexual eu sei que não vou morrer. Porque eu não posso morrer porque ainda não tenho o corpo como eu jurei a mim mesma que teria." (Hermenegilda, 50 anos)

Pese embora o predominante e alargado desejo de realização da cirurgia de reatribuição de sexo, este não é universal entre a população transexual, mais especificamente, na nossa amostra, e com tendência contrária à captada noutros estudos e contextos (Davy, 2011), entre as mulheres transexuais. Nestes casos, há uma desvinculação dos órgãos sexuais como marcadores do sexo/género, que não é desencadeada por uma reflexão teórica ou até política, mas se ancora no nível da experienciação individual.

> "Nada, o meu sexo não perturba nada a minha imagem de mim no feminino! Porque é assim, eu já olhei o meu sexo e *eu não vejo o meu sexo como um sexo masculino*. Não vejo, como é que eu hei-de explicar, isto é tão complicado de explicar! (…) Eu penso de maneira diferente nesse aspecto. Tenho o meu sexo, gosto de o ter, mas não aceitava o meu corpo. O meu problema nunca foi o meu sexo. Foi o meu corpo, porque, é assim, uma coisa é o meu corpo, é a minha cabeça, eu sinto-me mulher, tenho que ter um corpo minimamente, que eu olhe e diga assim 'eh pá, eu disto gosto, estou bem, agora pêlos, barba, sem anca, braços largos, eh pá, espera lá, não sou assim!'. Consegue perceber? Com o meu sexo não, porque *eu vejo o meu sexo como um sexo feminino*, eu vejo o meu sexo como algo que me dá muito prazer, como algo que eu dou prazer. Ó pá, e depois, é assim, mais um buraco, menos um buraco, eu tenho um buraco, já chega, para que é que vou estar a fazer mais?! Não há necessidade, tenho dois, já chega, vou fazer um terceiro? Não." (Daniela, 25 anos)

> "Eu não passei pelo mesmo que muitas trans passam, que é terem um sofrimento atroz com a genitália que têm. Eu nunca tive um sofrimento atroz, eu pura e simplesmente *convivo com a minha genitália como se a minha genitália fosse uma genitália feminina*. Eu sexualmente não a uso, eu utilizo-a para fazer xixi, portanto para as necessidades fisiológicas e mais nada, e *sinto-a como se fosse a minha vagina*. Isto pode parecer muito estranho, mas a realidade é essa, o meu cérebro, ou seja o que for, processa tudo isto de uma forma como se fosse a minha vagina." (Vanessa, 37 anos)

Há, fenomenologicamente, uma reinterpretação do pénis que se transforma representacionalmente em outra coisa, noutro órgão, nas palavras de Daniela, "*um sexo feminino*", ou, nas de Vanessa, uma "*genitália feminina*", "*como se fosse a minha vagina*". Estes trechos estendem o argumento de Prosser (1998) de que as pessoas transexuais sentem fantasmaticamente os genitais reconstruídos cirurgicamente como "autênticos" à reinterpretação e ressignificação do órgão sexual "original".

Daniela não vê o seu órgão sexual como semelhante ao do seu companheiro – um homem cis. Embora "*isto seja tão difícil de explicar*", quando "*olho o meu sexo, eu não vejo o meu sexo como um sexo masculino*". Mesmo no decurso das práticas sexuais, esses órgãos, supostamente "semelhantes", têm significações e utilizações distintas. Há uma reapropriação feminina da funcionalidade sexual do órgão. Podíamos assim dizer, nos termos de Davy (2011), que o "corpo sexual" (que já implica a interação e a sua relação com "outro(s)" com quem se mantém uma interacção dessa natureza, como é evidente no discurso de Daniela) é filtrado pelo "corpo fenomenológico". Há uma apropriação e uma sensação íntima (embora, neste caso, partilhada e passada para o companheiro) daquela parte do corpo.

Tal como encontrado por outros autores, há uma "feminização do membro, que já não parece ser o mesmo de 'um homem' " (Silva, 1996: 63; também Benedetti, 1997: 12), que resulta da conjugação da toma de hormonas com técnicas corporais, como o seu re-posicionanto face ao corpo, nomeadamente puxando o pénis para trás, ocultando-o entre as pernas, com o auxílio de roupa interior justa.

> "Porque é aquela coisa, com o hormônio eu diminuí os meus testículos a um tamanho que quase não se notam, e então eu vou para uma piscina, vou para uma praia e ninguém diz. Eu por exemplo, tirei fotos na praia de Valença e uma das minhas amigas transexuais disse, 'Esta foto tem *fotoshop*' e eu '*Fotoshop,* porquê?' e ela 'Não se nota nada'. E então, eu sei que vou para uma piscina ou para uma praia e não se vai notar." (Sandra, 22 anos)

Já Vanessa reverte em parte (ou na parte dos genitais) o sentimento clássico da transexualidade como experienciando o "corpo errado", considerando que o órgão alterado é que poderia ser experienciado como "*um corpo de uma estranha no meu*". A sua indecisão acerca da realização da cirurgia de reatribuição de sexo constitui o exemplo de que não se tem que "moldar" as subjectividades e as estéticas corporais aos modelos rígidos e prescritos da medicina trans(exual), mas que, mesmo quando aí inseridos, se pode reflectir sobre o que é melhor para si.

> "O género não está no meio das pernas, está na nossa cabeça e, é assim, eu posso-me operar em baixo, mas eu não vou ficar diferente, não vou deixar de ser a Vanessa que sou, não vou ter relações diferentes com as pessoas por causa disso. É assim, eu estou muito habituada à minha genitália e não sei se me iria adaptar e gostar daquilo que veria, *ou se não veria o corpo de uma estranha no meu*. Porque, por exemplo, o peito foi um prazer para mim. E isso, eu tinha a certeza, percebe? Agora cá em baixo, não tenho a certeza, continuo a não ter a certeza." (Vanessa, 37 anos)

Constitui, no entanto, também o exemplo de como esses "desvios" ao padrão não são bem acolhidos, sendo mesmo sancionados. Vanessa haveria de concluir que em vez de partilhar as suas incertezas com os clínicos que a acompanhavam na parte psicológica, que supostamente estariam particularmente bem posicionados para a ajudar na decisão, melhor seria ocultar as dúvidas e apresentar-se decidida a realizá-la em ordem a conseguir transitar para a fase das cirurgias, dado o desejo pela mamoplastia. Os procedimentos cirúrgicos, na medicina nacional, ou pelo menos em parte dela, parecem assim permanecer reservados a quem não pairam dúvidas sobre o desejo da alteração dos genitais (uma vez sendo por aí que se demarcam os "verdadeiros transexuais").

> "O meu caso é um caso muito específico. Em Santa Maria [hospital], eles tiveram muitas dúvidas se eu queria realmente fazer a cirurgia, portanto não avançavam com o meu processo, porque o processo só avança se eles tiverem a certeza que nós queremos fazer a cirurgia genital, de redesignação, e eu fui obrigada a dizer que sim, que queria muito fazer, para seguir o meu processo." (Vanessa, 37 anos)

Um elemento que entra em consideração na opção pela cirurgia de reatribuição de sexo é a possibilidade de perda de prazer sexual, após a realização da vaginoplastia, que não é consensual entre a população trans[334]. De qualquer modo, as mulheres transexuais que desejam a alteração dos genitais apresentam-se frequentemente (aliás, numa lógica de "prova" última da autenticidade da sua identidade de género) como dispostas a correr esse risco. Porém, para outras, essa é a razão que sustenta a decisão da não realização. Se as primeiras consideram que a dimensão da sexualidade já está tão afectada pela "desconformidade" dos genitais à imagem que querem transmitir, também a nível sexual, que, seja qual for o resultado em termos de prazer, vai ser sempre positivo na sua relação com o "corpo sexual"; as segundas acomodaram a genitália no seu "corpo sexual" e pretendem preservar a sua "funcionalidade".

> "Agora, é assim, porque é que eu não me opero? Porque continua a ser um mistério, tem prazer, não tem prazer. Eu sei que por muito feminina que se seja, eu não nasci mulher, fiz-me mulher e então vai-me acontecer o quê? Como aconteceu à Roberta Close, que está louca na Suíça?" (Sandra, 22 anos)

> "Porque é assim, não me venha ninguém dizer que depois de uma mudança de sexo a pessoa tem prazer sexual, não tem. Para mim não tem, e olha que eu conheço algumas operadas, e já me disseram 'Daniela, não há, é mais psicológico'. E acha que eu vou estar a fazer amor com um homem de que eu gosto, com este ou com outro que eu venha a gostar, não importa, e vou estar com uma pessoa que eu lhe estou a dar prazer e ele não me está a dar prazer a mim? Como é que é?! Isso é que é o amor entre duas pessoas que se amam? Não! Uma pessoa que ama a outra, dá prazer à outra para a outra lhe dar prazer a ela, não é? Devia ser, porque na maior parte das relações das operadas acaba, aquilo é um buraco e acabou. Não, quem me amar tem que gostar de mim tal e qual como eu estou." (Daniela, 25 anos)

A conformidade genital é geralmente tomada como o reposicionamento na "normalidade", como vimos claramente, sobretudo em Natália. Sandra, que teve uma experiência de "mulher", no decurso do processo de transição física, implicando conjugalidade com um homem cissexual heterossexual e a assunção do papel feminino em todas as dimensões da vida, terá retirado dessa fase da sua vida a ilação de que a condição, vivência e reconhecimento do seu estatuto de mulher não depende da configuração dos órgãos genitais. Este caso também é demonstrativo de que a própria experiência e decurso de vida vão enformando as decisões que vão sendo avaliadas como as mais acertadas, não havendo, pelo menos para uma parte das pessoas transexuais, um "destino" fixado à partida.

[334] Um dos "mitos" da transexualidade é o das mulheres transexuais que enlouquecem, ou mesmo se suicidam, após a realização da cirurgia genital. Pelo menos nesta última situação do suicídio, quando colocada a questão, nenhuma das participantes conheceu concretamente ninguém que o tenha feito, apenas "amigas de amigas" ou "qualquer coisa que se ouviu". Para além de uma narrativa legitimadora da não realização deste tipo de intervenções, o que pode também estar por detrás desta ideia é, como foi possível perceber por algumas das mulheres trans entrevistadas para esta pesquisa, o desencontro entre as expectativas por vezes demasiado optimistas, ou mesmo fantasiosas, investidas no potencial de alteração de vida pela realização desta cirurgia e a realidade (na lógica do choque de expectativas pelo investimento no território de "chegada" nas migrações geográficas). Na representação de que a vida irá mudar e melhorar por meio de um acto cirúrgico, que as reposicionará definitiva e legitimamente na categoria de "mulher", poderá residir o focus da desilusão.

Trajectórias e experiências de vida e de género diferentes podem resultar em subjectividades, configurações e estéticas de género também diferentes.

> "A maior parte que faz a alteração sexual, faz com a ilusão de que vai conseguir ter uma vida normal, uma vida dita normal. E essa experiência em São Paulo [Brasil], para mim foi gratificante, porque eu vi que posso ter tudo o que uma mulher biológica tem, e até mais, sem ter que dar um passo tão grande como isso [a cirurgia de reatribuição de sexo]." (Sandra, 22 anos)

Se concordarmos com Davy, quando justifica o facto de as mulheres transexuais que participaram na sua pesquisa considerarem a cirurgia genital como inevitável, pelo poder fálico do pénis a nível fenomenológico, social e sexual (2011: 118), podemos, pelos resultados do presente estudo perceber que esse poder pode ser afrontado, sendo possível a reinterpretação e negociação de um lugar para o pénis na feminilidade e no conceito de mulher.

A nossa pesquisa, tal como outras realizadas recentemente (por exemplo, Hines 2007a; Davy 2011), mostra como algumas pessoas trans, e mesmo aquelas que se posicionam na categoria de transexual, não se encaixam nos modelos "científicos" estabilizados, o que causa problemas para o diagnóstico e para a "cura". Como nota Davy, a interpretação fenomenológica expõe a insuficiência dos modelos médicos tradicionais, tanto para a etiologia como para o diagnóstico da transexualidade, porque frequentemente não entra em conta com as considerações estéticas das pessoas trans hoje em dia. Para a autora, o mais interessante, e o aspecto mais positivo da sexologia actual, é a existência de novos clínicos a operar neste campo, influenciados pelo feminismo, pelo *queer* ou pelo pós-modernismo (por exemplo, May, 2002). Estas novas perspectivas vêem o *embodiment* transexual como adaptativo, mais do que como inato (Davy, 2011: 14). A nova versão dos Standards Of Care (SOC) já está mais próxima, pelo menos mais próxima do que as suas antecessoras, desta visão (veja-se cap. 3.2) da adaptação dos procedimentos trans-específicos disponíveis às necessidades e desejos de cada indivíduo ao invés de pretender que seja o indivíduo a adaptar-se às prescrições universalmente reservadas à transexualidade. Esta "adaptação", ou seja, um processo de transição "à medida" de cada indivíduo e não de um tipo de categoria médica, vamos encontrá-la, na realidade portuguesa, sobretudo nas pessoas transexuais que fazem o processo de transição física fora do acompanhamento médico formal – casos, na altura da auscultação, de Sandra, Daniela, Luísa e Helena (para além da totalidade das travesti) e, excepcionalmente, também em pessoas que o incluem (caso de Vanessa).

Como já referimos, a possibilidade aberta com a nova lei, de se ser reconhecido como membro legítimo do género desejado sem transformações corporais, poderá eventualmente provocar um repensar ou um colocar mais alargadamente do que até agora no "campo de possibilidades" a não realização de procedimentos cirúrgicos, sobretudo de alteração dos genitais. Ou seja, a possibilidade de uma experiência e vivência legal no género desejado sem a alteração dos genitais, mesmo quando fazia parte da agenda corporal inicialmente estabelecida, pode levar a uma reformulação do projecto corporal inicial.

Acompanhamento médico trans-especifico

Nas pessoas transexuais, a possibilidade do acompanhamento médico por questões relacionadas com a identidade de género – na prática reservado à transexualidade – no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS) dificilmente se exclui, nem que seja pelas vantagens das transformações corporais realizadas com as condições oferecidas pela medicina e sem os custos "de mercado". Para além disso, existe a obrigatoriedade da inserção no acompanhamento formal e da "aprovação" dessa condição (diagnóstico) e, ao tempo da recolha de dados, de uma transformação física "completa", para a alteração legal de sexo. A permanência fora do acompanhamento médico formal significa, ainda hoje, dada a necessidade do diagnóstico de "perturbação de identidade de género", uma vida vivida clandestinamente em termos de um dos (senão o) principais aspectos da identidade. Daí que não seja de estranhar que nenhuma das pessoas transexuais auscultadas descarte essa possibilidade, havendo no máximo indecisões quanto ao ingresso. Estas são todas provenientes de mulheres transexuais, mostrando, uma vez mais, as diferenças entre estas duas populações, com os homens mais próximos dos espaços medicalizados. De entre as mulheres transexuais há quem viva há anos (algumas há décadas) identificando-se e apresentando-se no género "oposto" ao seu sexo biológico sem recurso ao acompanhamento médico trans-específico.

O acompanhamento médico formal pode ser valorizado por diferentes razões. No caso das pessoas que chegam às consultas já com a identidade de género estabilizada, a valorização prende-se instrumentalmente com a obtenção do acesso às transformações corporais e simultaneamente, ao reconhecimento legal. Quando se chega ainda sem se perceber bem o que se é, o acompanhamento psicológico é também considerado de grande utilidade. Potencia a aceitação da migração de género, não apenas ao nível da auto-aceitação, mas da aceitação dos outros, nomeadamente a família (e onde o trabalho realizado sobretudo com os pais, se revela particularmente importante), dado o poder que a medicina detém nas sociedades actuais nestas matérias, funcionando como "legitimadora" das identidades transexuais.

Entre as pessoas que frequentam o acompanhamento no âmbito do SNS, os homens avaliam-no mais positivamente e parecem ter processos menos longos e mais bem-sucedidos por relação às mulheres. É entre estas que encontramos discursos mais críticos relativamente ao serviço prestado e ao modo como se é tratado. A socialmente generalizada maior aceitação das "masculinidades femininas" está presente também ao nível dos espaços médicos trans-específicos e a literatura médica, tanto nacional como internacional, reflecte isso mesmo. Logo nos primórdios dos estudos da sexualidade, Krafft-Ebing considerou as mulheres transexuais como sendo homens falhados, em contraste com os homens transexuais que eram aparentemente mulheres inteligentes, talentosas e independentes (em Hird, 2002b: 340). No texto médico inaugural da transexualidade, no contexto nacional (Nunes, 1987: 147), pode ler-se, com base na revisão da literatura, por exemplo, que as mulheres transexuais apresentam "personalidades imaturas" e que os homens transexuais apresentam uma psique "menos perturbada psiquicamente que os transexuais masculinos" (leia-se mulheres transexuais).

A análise dos percursos clínicos aponta para que, em geral, as pessoas cuja biografia mais se afasta da "narrativa clássica da transexualidade" – de onde se destaca o não desejo de realização da cirurgia genital, as práticas de transformação corporal fora do acompanhamento trans-específico, o já ter casado, o ter filhos biológicos, ter passado por outras expressões de género – tenham percursos mais prolongados e sejam mais apertados os critérios de aferição do diagnóstico, o que penaliza as mulheres transexuais.

A excessiva duração do acompanhamento médico disponibilizado no âmbito do SNS é o aspecto negativo mais generalizadamente apontado pelas pessoas que nele se encontram (que leva mesmo a desistências formais ou informais). Os dados são reveladores de processos bastante prolongados, que chegam a atingir, em três casos, mais de nove anos, a que se juntam mais quatro que contavam já sete ou oito anos. Por exemplo, Filomena, à altura da inquirição integrava-o há mais de nove anos sem ter sequer ainda transitado para a parte cirúrgica (algum tempo depois acabaria mesmo por desistir). Na situação específica das pessoas mais velhas, o prolongar do processo terá a agravante de comprometer a realização de alguns procedimentos cirúrgicos mais delicados.

Sendo sempre valorizado, importava também perceber os motivos que afastam ou retraem as pessoas – neste caso mulheres – transexuais dos cuidados de saúde que lhes são especificamente dirigidos. As razões invocadas são variadas e passam por não se querer submeter a uma avaliação psicológica que se sabe prolongada quando se considera não ter problemas de saúde mental, ou seja, "não precisar"; não se querer submeter a uma aferição por terceiros da identidade de género; más experiências relatadas por outras mulheres trans no decurso desse processo, relacionadas com preconceito e discriminação; a consciência de que a sua narrativa de género não encaixa na "aceitável", de onde se salienta o não desejo da cirurgia de transformação dos genitais; a morosidade das consultas; a demora na evidenciação dos resultados, se comparados com os possíveis de obter fora desse acompanhamento (especialmente os endocrinológicos). Eis alguns exemplos.

> "Eu quis ir para a consulta de *transgender* no Júlio de Matos, então liguei para lá primeiro para saber o que é que era necessário para iniciar o processo. E uma das coisas que me pediram, que uma funcionária lá do Serviço me disse que era essencial para abrir o processo, era uma carta do meu médico que atestasse que eu era transexual. E eu disse 'Ó, minha senhora, mas quem melhor do que eu pode dizer que sou transexual ou não sou transexual? O que é que eu ia fazer para a vossa consulta se não fosse transexual, diga-me lá?!'. E ela disse 'Ai, não, tem que ser uma carta, e de preferência de um médico, a atestar'. E eu disse 'A atestar *o quê*?'." (Helena, 49 anos)

> "Não, não, não, não procurei médico nenhum. Eu pensei assim 'Eu vou para médicos perder tempo?' Eu, para andar a ser acompanhada, como ela me explicou [outra mulher trans], tanto tempo, porque era assim, agora não sei, mas era assim, uma pessoa estava 5, 10, 15 anos à espera de uma cirurgia. Então já não basta ter nascido com sexo diferente e levar com a discriminação dos outros, ainda vou ter que estar a passar um tormento num médico, andar ali, andar ali, para ele estar a analisar se eu realmente sou uma pessoa transexual?! Por amor a Deus! Eu disse para mim, 'Eu não sou cobaia, se eles querem cobaias que arranjem as que eles quiserem, mas eu não vou servir de cobaia'." (Daniela, 26 anos)

> "[A cirurgia de aumento de peito] É gratuita, mas se a gente fizer a operação de mudança de sexo, se a gente não fizer operação de mudança de sexo, não dão peito nenhum." (Daniela, 26 anos)

A morosidade implicada em todo o processo faz com que, mesmo pessoas integradas nas consultas específicas no SNS, optem por acelerar o processo de transição física, elegendo os serviços privados, quando os recursos económicos o permitem. Por exemplo, Pedro Miguel e Jorge, que beneficiam do regime de comparticipação à saúde reservado aos funcionários públicos, diminuíram o tempo implicado na produção de diagnóstico, recorrendo aos serviços de acompanhamento psicológico no privado[335] e, passada essa fase, para algumas cirurgias[336]. Também Bárbara, que pôde contar com o apoio da sua família de origem, realizou as cirurgias através de serviços médicos privados fora do país.

> "Não fiz as cirurgias no SNS porque tem que se esperar muito tempo. Tem que se ter 3 ou 4 anos de tratamento hormonal, eu já tinha mais, obviamente, ter 2 anos a viver na identidade de género escolhida, eu também já tinha isso tudo, depois todos os processos têm que ir para avaliação. E depois tudo o que tem de ser feito, supostamente, por lei, em 5 ou 6 anos, transforma-se em 10, quer dizer, e é impensável, pelo menos no meu caso era impensável, estar à espera. Ter 30 anos e começar a fazer as primeiras cirurgias, agora que tenho 30 anos, vou mesmo para a última cirurgia e tenho o assunto arrumado." (Bárbara, 30 anos)

Estes casos demonstram as diferentes possibilidades para a concretização das agendas de transformação corporal consoante os recursos e os capitais detidos, que sobressaem claramente em estudos similares realizados noutros países (por exemplo, Davy, 2011). No contexto nacional essas desigualdades estão, ainda assim, atenuadas pela inclusão deste tipo de serviços no SNS.

Por último, referir que a frequência dos espaços medicalizados não é sinónimo de submissão, sem reacção, às normas que neles vigoram. Se o poder médico é desafiado pela realização autónoma e auto-gerida das transformações corporais, pode ser desafiado também a partir de dentro.

> "Eu entrei logo com uma postura um bocado agressiva, portanto eu entrei logo, 'Meus senhores a transexualidade é isto, não há idade, não há orientação sexual, a transexualidade é independente disso tudo'. Entrei logo a matar, limitei-lhes logo a base de trabalho, vá lá. Que eu não sou propriamente uma pessoa inculta, que chega lá e que eles dizem o que quiserem e uma pessoa come e engole porque não sabe. Portanto, eles comigo não fizeram muita farinha..." (Hermenegilda, 50 anos)

No momento presente os cuidados de saúde dirigidos à "identidade de género" estão confrontados com inúmeros desafios. Como já referimos, a existência do novo quadro legal motivará o ingresso no processo de transição clinicamente assistido de pessoas transexuais até agora dele (auto) excluídas, num sentido instrumental de obtenção do diagnóstico para o reconhecimento legal de género[337]. A questão que se coloca é se estará a medicina em Portugal preparada para acolher a diversidade encontrada na realidade e se terá abertura a diferentes percursos, sentimentos, expressões, necessidades, vividos e manifestados por estas pessoas. Diríamos que se a resposta não for ainda

[335] Os clínicos – psicólogos e psiquiatras – que são procurados para o acompanhamento psicológico da transexualidade podem ser os mesmos (aqueles que são reconhecidos e aconselhados como tendo competência e experiência na matéria) no público e no privado. Os ritmos das consultas são, porém, bastante distintos.

[336] No caso das cirurgias os profissionais eram, ao tempo da recolha de informação, os mesmos que o faziam no SNS.

[337] No artigo "Transexualidade e outras identidades de género: Que futuro? Uma reflexão a partir das ciências sociais" (no prelo), a publicar na revista da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, reflectimos precisamente sobre os desafios que se colocam aos serviços médicos trans-específicos nacionais, nomeadamente à luz do novo enquadramento legal e das alterações nas recomendações internacionais a este respeito.

afirmativa – ou se não for generalizadamente afirmativa, dependendo de contextos e clínicos implicados – deve urgentemente passar a sê-lo. Até pelas interpelações à medicina, quer as vindas de fora, como as recomendações internacionais e do Conselho da Europa, e as reivindicações das próprias pessoas trans e dos seus representantes (agora também mais organizados e com mais força a nível nacional); quer também as vindas de dentro, de onde se destaca a recente versão dos SOC, da WPATH. Esta constitui um importantíssimo contributo para o enquadramento e cobertura de uma intervenção no campo da saúde mais aberta e inclusiva à diversidade, (re)afirmando os princípios da adequação da prática clínica e dos serviços disponibilizados às expectativas e necessidades das pessoas que os procuram (mais do que a um modelo de intervenção rígido e uniformizante), da abertura ao afastamento de parte das pessoas aos papéis de género tradicionais, etc. A prossecução de uma prática clínica cada vez mais aberta à diversidade e às diferentes necessidades, promoveria ainda um novo "património oral" ou uma nova "narrativa", mais positiva, da relação entre as pessoas trans e os serviços e profissionais de saúde.

"Hierarquias da autenticidade": Marcar o espaço da transexualidade

A transexualidade é a mais regulada das categorias de (trans)género por ser a mais estabilizada e a mais valorizada (digamos que está no topo da hierarquia do trans-género no sistema dominante de sexo/género em vigor). Para se ser oficialmente transexual, tem que fazer prova disso, e isso é, em certa medida, reproduzido pelas próprias pessoas que assim se reconhecem.

Marcar o espaço da transexualidade é algo sempre presente no discurso das pessoas transexuais, tanto as que o fazem com as referências da medicina, como as que se apoiam em referências que vigoram amplamente nos espaços trans, mesmo os mais informais e (só) aparentemente não regulados (Davis, 2009). Cada uma das pessoas que se auto-reconhece transexual parece assim constituir-se individualmente como *gatekeeper* desse "espaço social de género". Já Bolin (1988: 78) lembrava, tendo em conta o seu trabalho etnográfico com mulheres transexuais, que estas raramente perdem a oportunidade de explicar a um observador *naïf* a distinção entre transexuais e *drag queens*. No Reino Unido, Hines (2007a: 75-77) encontrou igualmente uma demarcação hierárquica das pessoas transexuais face às que consideravam "*transvestite*". Na realidade portuguesa, a distinção faz-se sobretudo entre transexuais e travestis, tal como encontrado por Bento (2006a e 2006b) entre pessoas transexuais no Brasil. Por detrás da eleição do "travesti" como o "outro" da transexualidade, estará a redução, ao nível do senso comum, na cultura portuguesa, de todas as feminilidades trans ao "travesti"; a maior proximidade entre os dois modos de trans-género que potencia a "confusão"; e a maior visibilidade (real ou apenas simbólica) do travesti por relação a outras categorias de género da feminilidade trans, por exemplo o *cross-dressing*.

É claro que à distinção identitária se junta igualmente o facto de "travesti" ser comummente utilizado não como uma categoria de identidade de género, mas como um insulto.

> "Eu não tenho qualquer tipo de animosidade [entre as várias identidades e expressões de género trans]. Agora, é assim, não gosto que me chamem travesti, por exemplo. Por exemplo, quando saem aquelas coisas do género, 'olha o travesti' ou não sei quê, obviamente que eu não gosto. Eu não tenho nada contra os travestis, mas eu não sou travesti. Portanto, não me agrada. Além de que também é dito num tom jocoso, num tom de gozo e pejorativo, portanto não me agrada minimamente. E portanto não gosto de ser confundida com travesti, porque não sou um travesti. Sou transexual, portanto, nesse sentido, não gosto." (Vanessa, 37 anos)

A distinção entre transexual e principalmente travesti – que vigora sobretudo para o caso das mulheres transexuais, mas que está igualmente presente no discurso dos homens – parece ser feita, *emicamente*, medindo as distâncias em várias dimensões que remetem para o regime de género: a permanência numa das suas duas categorias (o género é uma categoria "fixa", não admite flutuações entre expressões de género); a estética corporal (a relação entre sexo/género); a sexualidade (a relação sexo/género/desejo); e até o estilo de vida.

Nas representações das pessoas transexuais, a permanência no papel e expressão do género desejado é, *emicamente*, o traço consensual – e diríamos, mínimo – de definição da transexualidade e de demarcação de travesti.

> "O travestismo não é uma coisa permanente. Não se vive como travesti, não se vive, isso praticamente está-se uma hora, duas, três, quatro, ou os da 'rua', que foi o meu caso no início, nos anos 80, quando era travesti, não é? De noite é uma máscara que se usa, ou então num espectáculo, que não deixa de ser outra máscara. Portanto, a diferença é viver 24 horas no outro lado, que não acontece com os travestis, não é? Os travestis não vivem 24 horas do outro lado. Ao passo que nós, para o bem e para o mal, vivemos 24 horas na outra pele, que é a nossa pele, ao fim e ao cabo. Os outros é que nos vêem a nós como usando uma outra pele." (Helena, 49 anos)

> "As pessoas têm o vulgar termo travesti, eu não gosto de travesti, porque se procurarmos bem, travesti é uma pessoa que se transforma durante um certo tempo, aquela não é a figura delas, é a aparência delas. Eu não, eu sou a Sandra 24 horas por dia, 365 dias por ano, já há um bom tempo." (Sandra, 22 anos)

Os espaços do trabalho sexual especificamente trans-género concentram uma grande diversidade de expressões da feminilidade trans e por isso, entre as mulheres transexuais que os frequentam, as diferenças identitárias são muito vincadas, indicando que o (trans)género é altamente vigiado e regulado também nesses contextos (Davis, 2009). Nestes espaços específicos, as distinções parecem intersectar "modo de expressão de género" com "nacionalidade", havendo frequentemente uma demarcação relativamente às mulheres trans brasileiras. Na concepção de Mónica, que encontrou no trabalho sexual a forma de se manter em Lisboa para assim poder permanecer no processo de transição clinicamente assistido[338], uma pessoa transexual, experienciando-se mulher, não retira prazer da utilização dos seus órgãos sexuais de macho na modalidade "activa". Esta representa, aliás, uma das suas principais angústias, constituindo o abandono do trabalho sexual (que é tolerado se os clientes

[338] A sua família emigrou da Ilha da Madeira para a Venezuela, tendo regressado à Ilha quando Mónica estava no final da adolescência. Quando a segurança social lhe cortou o financiamento para as frequentes deslocações a Lisboa, necessárias ao acompanhamento médico no âmbito do SNS, não disponibilizado na Ilha, Mónica recorreu ao trabalho sexual para não abandonar as consultas. Ao contrário da impressão de outras trabalhadoras sexuais que participaram neste estudo e que não valorizavam negativamente o exercício dessa actividade, ainda mais se comparada com aquilo que seriam as alternativas no caso de pessoas pouco qualificadas, Mónica narra um enorme desgosto e sofrimento, mostrando como também neste aspecto a realidade não pode ser lida a preto ou branco.

respeitarem a sua "natureza de mulher" e assim agirem no decurso da transacção sexual), um dos grandes objectivos da sua vida. Para Mónica, a diferença entre mulher transexual e as outras mulheres trans não é a aparência de mulher (essa era, como tivemos ocasião de constatar, em algumas pessoas que assim não se reconheciam e/ou não eram reconhecidas, bastante bem sucedida e dificilmente Mónica o poderia ignorar), mas a relação com os genitais e o uso que deles se faz.

> "Porque, desgraçadamente, o que se diz de transexuais cá em Portugal, não sei se são transexuais ou se são travestis de peito[339], porque para mim uma transexual é aquela que nasce, em vez de nascer com uma vagina, nasce aqui dentro. Porque elas são muito bonitas, muito coisas, mas elas gostam de ser activas também, desgraçadamente. Há quem lhes chame *ladyboys*, e eu não sou nenhuma *ladyboy*, eu sou uma transexual. Claro, é evidente que não tenho ainda aquilo que a mulher tem, que tem que se, de alguma forma, pôr no lugar, que é o peito, a vagina, quero ter umas curvas, quero tirar os meus traços masculinos, quero que o meu cabelo cresça, aquelas coisas todas. Para mim, uma pessoa que tem uma imagem de mulher, mas diz que gosta de ser activo, para mim, não é transexual, não passa de um *ladyboy* ou de uma travesti de peito, para mim não é transexual. É, como se diz, transgénero[340], mais nada." (Mónica, 29 anos)

Este discurso de Mónica aponta para as "hierarquias de autenticidade", que Hines (2007a: 74-78) relaciona com as apresentações e performances de género. Mas o discurso dos nossos participantes complexifica esses esquemas de hierarquia, parecendo haver uma distinção entre "hierarquia da autenticidade" – que se relaciona com corpo e subjectividades de género e onde as pessoas transexuais com narrativas próximas da "clássica" estão no topo – e "hierarquia da feminilidade" –, que é medida pela estética corporal "aparente". Esta última, porém, não dá acesso "automático" à categoria de transexual, ou seja, de "mulher autêntica".

Não basta "vestir-se" de mulher, nem sequer ter algumas das transformações encarnadas, se não pretender modificar o corpo "completamente" não pode ser considerada uma mulher "autêntica". Ser transexual não é uma performance. Mónica, que frequenta simultaneamente os contextos medicalizados, constitui-se como a guardiã da transexualidade "verdadeira" ou "autêntica", no meio de tantas outras formas de feminilidade trans, que podem confundir um observador menos informado.

> " (…) a maior parte delas nem sequer são transexuais, são travestis e não têm nada a ver comigo. Porque travesti é aquele que só se veste de mulher ou de homem, não pretende modificar, nem mudar de sexo, simplesmente é um fato, uma imagem, uma máscara e eu não sou nenhuma máscara. Eu sou uma mulher no dia-a-dia, sou uma mulher 24 horas. (…) Homem é o meu namorado, não é? Homem é o meu pai, é o meu irmão, eu sou mulher, posso não ter nascido, mas o estado comportamental**,** o estado do ser, é feminino, é mulher. Por isso, não comparem com travesti, com transformista ou com homossexual,

[339] "Travesti de peito" é uma das expressões que vigoram nos espaços geográficos, sociais e linguísticos trans, adoptadas da realidade brasileira. O acrescento de "peito" ao termo travesti tem precisamente a intenção de demonstrar que a presença de algumas transformações corporais inscritas no corpo não constitui, por si só, o marcador da transexualidade, podendo ser encaradas como uma "apropriação" (por vezes tomada como indevida, porque não autêntica) por parte de outras expressões trans. Ou seja, não se passa a transexual apenas por via dos investimentos na estética corporal feminina "aparente". "Parecer" não é "ser". A prova de que se é está localizada, para algumas pessoas transexuais, num elemento específico: os genitais. Estas considerações, tal como algumas que nos foram feitas apontando casos concretos, mostram que algumas das pessoas que estamos a posicionar e que se auto-posicionam como transexuais – neste caso mulheres transexuais – não são reconhecidas por outros como tal.

[340] O "transgénero" está aqui a ser utilizado como sinónimo de todas as expressões de género fora da transexualidade. No entanto, o "mais nada" que Mónica acrescenta, aponta para que não se trata de uma mera distinção, mas tem por detrás uma hierarquização de autenticidades identitárias.

> porque o transexual não tem nada a ver com essas outras coisas, homossexuais e nada disso. Que a transexualidade é isto, é estar num corpo que não é nosso. Eu sinto que sou mulher, mas estou num corpo de homem, estou num corpo que não é meu e vou fazer modificações, o travesti já não, o travesti só se veste de mulher 24 horas, mas não pretende modificar o corpo nem… Há a palavra transformista, que é relativo, porque vem dos palcos, vem do teatro, não é? É a transformação de uma personagem para a outra. Travesti tem muito a ver com o tipo homossexual, mas só se veste de roupas de mulher ou de homem mas não pretende modificar o seu corpo. Nem a mudança de sexo." (Mónica, 29 anos)

Também Natália remete o travesti para o "homem homossexual" e que, como tal, não prescinde dos genitais, ao contrário de uma mulher transexual. Na "hierarquia da autenticidade", o topo é ocupado por quem realiza a cirurgia genital, completando assim a transição de sexo/género. A cirurgia de reatribuição de sexo é a "prova de fogo" do desejo e da determinação de se ser mulher, correndo mesmo o risco de se perder o desejo sexual.

> "Eu estou muito feliz (…) tenho uma cara muito mais feminina, já não tenho aquele problema de ir na rua e "Ó travesti". Isso acontecia, poucas vezes, muito poucas, mas acontecia, e quando acontecia era o mesmo que darem-me uma punhalada no coração. Porque não tenho nada a ver com isso, *eu sou mulher*. O travestismo ou transformismo é totalmente diferente disso, não tem nada a ver. O travestismo é um homossexual, que tem o fetiche de vestir roupas de mulher. Não tem nada a ver, um travesti ou um transformista é um homem, na maioria dos casos homossexual, que tem o fetiche de se vestir de mulher, de vestir roupas de mulher. Mas não é mulher, muitos chegam a colocar peito, silicone no peito, mas os travestis nunca abdicam do sexo que têm, sentem-se bem com o sexo de homem que têm, não o querem alterar. A diferença é essa. E a diferença é muito grande, a diferença, isto também, não sei se estará incluída na pergunta, mas a diferença entre, no meu caso, antes da cirurgia [de reatribuição de sexo] e depois da cirurgia, a diferença é muito grande, muito grande. E por vezes há pessoas, talvez pessoas mais fracas de cabeça, que não consigam ultrapassar isso." (Natália, 37 anos)

A transexualidade é também definida como o oposto do "querer dar nas vistas" ou chocar, procurando-se uma estética de género o mais "natural" possível, em consonância com o querer "ser igual" mais do que querer "ser diferente". E parece ser também uma questão de detenção de "capital de género" (Davy, 2011).

> "Não me identifico com travestis, mas se conhecer, lido bem, simplesmente, não me identifico. Não vou dizer 'nós', vou dizer 'vocês', pronto. (…) há os travestis completamente pintados que parecem pinturas abstractas, ah, cubistas, cubistas. E conheço essas pessoas todas e dou-me lindamente com todas. Só que não me identifico, não me identifico, porque sei que à partida essas pessoas estão à procura de uma reacção da parte das outras pessoas. Não estão como nós, os transexuais, que não esperam reacção por ser diferente, por ser isto ou por ser aquilo. Se houver uma reacção, que seja uma reacção normal, como teria com outra pessoa qualquer, 'Esta rapariga é gira' ou 'Este rapazinho tão querido', pronto." (Patrícia, 22 anos)
>
> "Não gosto de andar também escandalosa, não gosto de usar assim coisas escandalosas, não gosto. Gosto de me parecer mais com uma mulher, para que as pessoas não se apercebam." (Filomena, 53 anos)
>
> "Nós [as transexuais portuguesas[341]] sabemo-nos vestir, sabemo-nos vestir e sabemo-nos comportar de acordo com a situação e o lugar onde estamos." (Sandra, 22 anos)

Embora não se confundam, em termos de apresentação de género, com travestis, os homens transexuais também se ressentem dessa generalização do trans-género ao travesti, que ainda vigora culturalmente na sociedade portuguesa. Se forem percebidos e/ou se assumirem como transexuais, e

[341] Sandra frisa aqui a distinção entre as transexuais portuguesas e as brasileiras que, segunda ela, não cumprem os padrões do feminino aceitável.

dada a confusão entre os dois termos, não escaparão imunes à associação de senso-comum. A grande preocupação é a possível associação a um estilo de vida excêntrico e pouco convencional.

> "Não creio que a maioria dos portugueses saiba dizer o que é transexual, vai sempre confundir com travestismo. Não me parece que a maioria consiga ainda definir o que é a transexualidade e portanto vêem com uma imagem negativa, de opção, de estilo de vida, de *show-off*, exibicionismo, associado à cultura da noite, das festas, dos espectáculos." (José, 28 anos)

> "Acho que se mistura muita coisa, acho que somos todos metidos no mesmo saco. Eu não tenho nada contra ninguém, absolutamente, não tenho nada contra a homossexualidade, contra o travestismo, agora acho que, principalmente com o travestismo e *cross-dressers*, penso que nos confundem, e às vezes é complicado, para nós, transexuais. Eu cheguei muitas vezes a dizer que era um caso de hermafroditismo, porque realmente as pessoas associam logo ao mundo da noite, vais para ali, vais dançar... Eu sei lá, eu ouvi coisas que não queria acreditar no que estava a ouvir. A minha vida é o mais normal possível, o mais pacato possível, e têm tendência a misturar tudo." (Nuno, 28 anos)

> "Acho que tem conotações muito esquisitas, e eu não… aquilo que aparece, pronto aquilo que eu via na televisão daqueles todos cheios de plumas e com aqueles comportamentos muito esquisitos." (Jorge, 46 anos)

Ser travesti é ter e querer um certo "estilo de vida", ou seja, é uma "opção". Para separar a descoincidência entre sexo e género que não foi objecto de escolha, algumas pessoas transexuais – no caso da nossa amostra, homens – explicam a sua situação de género em termos de intersexo ou, como é mais tradicionalmente designado e compreensível, de hermafroditismo, como já tínhamos visto em Nuno, e encontramos também em Jorge. A evidência biológica de que os elementos "desalinhados" em termos do sistema convencional de sexo/género estão inscritos originalmente no corpo e não tiveram a interferência do próprio (em conformidade com o que sentem frequentemente as pessoas transexuais, embora no seu caso essa evidência biológica original não seja localizável e por isso a compreensão esteja sempre, de certo modo, dependente da boa vontade dos outros) facilita a aceitação, no sentido em que "desculpabiliza" e "desresponsabiliza" a própria pessoa.

> "Tive uma conversa com os meus alunos, disse-lhe que tinha os dois sexos e que tinha feito uma operação e que nessa operação as características masculinas estavam-se a desenvolver mais. E que me sentia homem, e que sempre me senti homem. E, a partir deste momento, eu passava a ser à vista das pessoas aquilo que já era por dentro." (Jorge, 46 anos)

Estas hierarquias, que vigoram largamente, no contexto nacional, nos espaços sociais trans, e que continuam a colocar o modelo mais próximo do sistema binário de sexo/género no topo do trans-género (diferentemente do que vai sendo encontrado noutros estudos em outros contextos, como o de Hines, 2007a), podem colocar problemas à constituição de um movimento associativo inclusivo de todas as identidades e expressões de (trans)género.

Orientação sexual

À excepção de um único caso, seja qual for o sentido da orientação sexual, as pessoas que vivem permanentemente no género "oposto" ao sexo que lhes foi atribuído à nascença, referenciam a sua orientação sexual com base no género expressado, independentemente da fase do processo de transição ou das transformações corporais presentes no corpo. As "experiências subjectivas" (Schrock

e Reid, 2006) ou "o corpo fenomenológico" (Davy, 2011) são assim mais importantes do que o "corpo material" na determinação da orientação sexual, à semelhança do que acontece com a própria identidade de género.

> "Eu assumo-me como hetero, eu sou uma mulher que gosta de homens, independentemente daquilo com que nasci." (Sandra, 22 anos)

A grande maioria assume-se como "heterossexual" porque os homens transexuais são atraídos por mulheres e vice-versa, revelando que a população transexual, tal como a cissexual é maioritariamente – mas não totalmente – heterossexual, e confirmando "identidade de género" e "orientação sexual" como duas dimensões da identidade distintas e sem relação de sentido fixo. Isto apesar da atracção por pessoas de género "oposto" àquele que sentem ser fazer frequentemente parte dos elementos que são convocados como indicadores da identidade de género, porque a heterossexualidade é parte constituinte do que é ser homem ou mulher no modelo heterossexista dominante.

Os quatro posicionamentos fora da heterossexualidade estão concentrados nas mulheres transexuais, e repartem-se entre a homo e a bissexualidade. Um deles, a que nos referíamos no início, é a excepção, em que a atracção é por homens (cis) e a orientação assumida é a de homossexual. Noutro, dado que a atracção é por mulheres (cis e trans), a orientação assumida é a de homossexual. As duas pessoas que se posicionam como bissexuais correspondem também a situações distintas. Numa delas, a bissexualidade é eleita por ser a que traduz maior diversidade entre as categorias de orientação sexual convencionais, uma vez que a atracção é por todas as categorias de género[342]. Na outra porque, apesar da atracção ser por homens, já se ter tido uma experiência, mesmo de conjugalidade, com uma mulher.

Não se verificaram, senão excepcionalmente, neste último caso mencionado, os percursos de "mudança" de preferência relativamente ao sexo dos parceiros que coincidem com as mudanças físicas (relatados em Devor, 1993, para as transições FtM e em Daskalos, 1998 e Schrock e Reid, 2006, para as MtF), que têm servido como exemplo não só da fluidez da identidade de género, mas da identidade sexual. Descontando as tentativas de corresponder ao que era esperado socialmente, quando se é jovem, que são experiências narradas como tendo servido sobretudo para se perceber que não seria esse o sentido da atracção sexual, encontrámos apenas o caso de Filomena, e que não foi linear, pois terá iniciado a sua vida sexual e conjugal com um homem. Neste caso, a modalidade cissexual heterossexual terá sido mais um "acidente de percurso", uma tentativa de corresponder àquilo que socialmente era suposto ser, até à assunção permanente da identidade de (trans)género.

Numa fase anterior à consciência de uma identidade transexual, as atracções sexuais por pessoas "do mesmo sexo" são frequentemente tomadas e assumidas como homossexuais. Parte da população da nossa amostra, sobretudo as mulheres transexuais, relata períodos pré-transição em que terão assumido uma orientação, e mesmo identidade, homossexual. Por vezes essa "fase" pré-

[342] Desenvolveremos no ponto seguinte (cap. 5.2), as limitações da "bissexualidade" para abarcar as atracções por expressões de género trans, porque no *cross-dressing* surgem mais generalizadamente.

transição, em que a identidade assumida é a de "*gay*", parece constituir o ponto de partida para a assunção de uma identidade de género fora da cis, funcionando o "*gay*" simultaneamente como categoria de orientação sexual e de identidade de género.

A frequência das geografias *gay*, e as próprias experiências sexuais constituídas na base de que se trata de uma relação entre "pessoas do mesmo sexo, logo, género" contribui para a descoberta de que "não se era isso" e que se tratava de uma questão de identidade de género e não de orientação sexual, uma vez que o "desconforto identitário" não cessava, antes, por vezes, se intensificava. Contribui assim para a descolagem da identidade de "*gay*" e para a transição para a identidade de "mulher transexual heterossexual". Os relatos mostram que não basta, para a satisfação sexual, o estabelecimento de relações com pessoas objecto da atracção, é necessário que a relação seja mantida e funcione em consonância com a identidade de género e a identidade sexual dos protagonistas.

> "Eu, quanto falo com os meus amigos, costumo dizer que o meu período de homossexual foi das fases mais tristes da minha vida, por incrível que pareça. Porque também não era aquilo... Eu ia diariamente para as discotecas, e trabalhava aqui numa discoteca, porque, ainda por cima, eu morava num bairro onde vieram a abrir todas as discotecas *gays* de Lisboa, tinha tudo à mão de semear, para mal dos pecados do meu pai, mas foi o período mais difícil da minha vida porque eu ia para as discotecas e via, por exemplo, dois homens a dançarem e a beijarem-se e aquilo para mim era… não me dizia nada, não era aquilo que eu queria. Não, não, tanto que eu nunca fui muito daquelas pessoas de muito sexo, não era uma pessoa que me sentisse bem no meio *gay*. Suportava o meio *gay* porque era o meio onde eu podia estar mais à vontade, se me apetecesse fazer uma bichice, fazia uma bichice, pronto, não me sentia reprimida aí. Ou reprimido, na altura. Mas eu sentia-me triste, muito triste, porque isso não era a minha opção de vida, mesmo, não era." (Helena, 49 anos)

> " (…) e a primeira vez que eu tive relações sexuais foi aos 19 anos e foi muito estranho para mim. Para ter uma ideia, eu estava de gola alta e não tirei a gola alta o tempo inteiro, portanto eu não conseguia estar nua, e foi a primeira vez que tive uma experiência sexual com alguém. E foi muito estranho para mim, sinceramente, foi muito estranho, porque eu não me sentia à vontade minimamente, não consegui tirar a camisola. Ele estava mais constrangido do que eu, porque não sabia o que havia de fazer, apesar de ele já ter experiências sexuais anteriores com homens (…) E depois eu tive mais dois ou três relacionamentos, namoros com outros homens *gays* e nunca funcionavam, principalmente quando chegava a parte sexual, nunca funcionavam. Por exemplo, quando havia sexo, havia sexo só uma vez e depois disso, ou eu acabava, ou a outra pessoa acabava, ou acabávamos por mútuo acordo, porque aquilo não funcionava. E eu não nunca percebia porquê. Curiosamente foi aos 24 anos que eu finalmente tive consciência que era transexual, ou seja, 10 anos depois de me assumir como *gay*." (Vanessa, 37 anos)

A relação entre orientação sexual e identidade de género, ou a heterossexualidade como constitutiva do que é ser homem ou mulher, é bem evidente no percurso de Hermenegilda, cuja atracção sexual por mulheres a mantinha na "normalidade" – tendo inclusivamente casado e tido uma filha – e terá dificultado ou, pelo menos, prolongado, o caminho percorrido até à localização e enquadramento do "problema" à luz da identidade de género.

> "Ao mesmo tempo que para a sociedade estava tudo bem [sentir-se atraída sexualmente por mulheres], também foi uma coisa que complicou mais, porque provavelmente se eu fosse uma transexual, como a maioria, heterossexual, e gostasse de homens, provavelmente tinha-me descoberto muito mais cedo, tinha-me assumido muito mais cedo, provavelmente tinha tido uma vida completamente diferente, tinha-me inserido nos meios *gays* muito mais cedo. Não teria casado, não teria uma filha, portanto a minha vida teria tomado um rumo completamente diferente. Se calhar eu era uma pessoa completamente diferente do que sou hoje. Mas isso, pronto, é no campo das hipóteses." (Hermenegilda, 50 anos)

A atracção por mulheres, posicionando-a na heterossexualidade, não terá levado Hermenegilda a explorar espaços de formação e vivência de identidades sexuais, e também de identidades de género, minoritárias. Foi a estes que outras mulheres trans da sua geração haveriam de recorrer (Luísa, Helena), no Portugal dos anos 1980, e acabado por encontrar "outros semelhantes" (e também "outros não semelhantes" ao perceber que não eram homens homossexuais) e encontrado assim um sentido para si.

Se, no caso das mulheres transexuais – em particular das mais velhas por serem os únicos existentes, mas também das mais novas, como Sandra e Daniela –, os espaços habitados por pessoas com identidades sexuais não normativas – concretamente *gays* – se constituíram também como espaços de formação e vivência de identidades transexuais, para os homens transexuais esse percurso não é evidente, provavelmente dada a maior invisibilidade social da homossexualidade feminina. Apenas num caso, e recente, nos foi relatada uma aproximação à comunidade lésbica em busca de um sentido para si.

> "Eu fui a Lisboa conhecer um grupo de lésbicas, porque na internet consegui marcar um encontro, e depois foi um choque terrível também para mim porque... sobretudo para perceber as diferenças, aí é que eu percebi a diferença entre transexual e homossexual, dentro das nuances e das variáveis que pode haver dentro destas categorizações, porque eu vi que elas gostavam do seu corpo, que se assumiam como tal, e que tinham prazer em lidar com o outro corpo biologicamente igual ao seu, enquanto que eu repudiava o meu e queria à viva força sentir o meu corpo masculino, e na intimidade usar também todo o corpo, para além dos afectos, mas não com esta configuração. Para mim foi claríssimo, tivemos imensas conversas, depois cheguei a aperceber-me que, na opinião de algumas dessas raparigas lésbicas, a transexualidade é uma incapacidade de se assumir socialmente como lésbica, e eu dizia que não tem a ver com isso, não é por constrangimento, não é por aí, é como me sinto confortável... foi uma conversa interessante, até a esse nível." (Pedro Miguel, 38 anos)

Não encontramos pois tão intensamente como relatado noutros contextos, o reconhecimento dos homens transexuais como lésbicas e até um comprometimento militante enquanto tal, numa fase que precede a assunção da transexualidade (Califia 2003 [1997]), o que tem mesmo dado origem a discussões bastante polémicas, mas também frutuosas, entre as duas identidades – a de lésbica com expressão de género masculina (a "sapatona" ou "camionista") e a de homem transexual (veja-se Rubin, 1992; Nataf, 1996; Devor, 1997; Jeffrey, 1997; Halberstam, 2006 [1998]), a que não será alheio também o carácter recente do movimento associativo LGBT em Portugal. Aqui, embora mantidas relações com pessoas "do mesmo sexo" não temos, ao contrário do que parece comum nas mulheres transexuais heterossexuais, cuja primeira ancoragem identitária foi a de *gay*, identidades sexuais de lésbica.

> "Pronto, eu assumi isso [que era lésbica], porque eu tive que assumir, porque eu tive que dizer aos meus pais que ia viver com uma mulher." (Jorge, 45 anos)

> " (…) as pessoas achavam que eu era lésbica, porque me relacionava com raparigas, havia meia dúzia de pessoas que sabiam, mas acho que nem essas pessoas percebiam bem o assunto, eu nunca tive entre o meu grupo de amigos e amigas *gays*, lésbicas ou transexuais, nunca, ou pelo menos... eu também nunca me revelei como tal... a única coisa é que eu era uma criatura bizarra ao nível dos afectos (…)" (Pedro Miguel, 38 anos)

Os homens transexuais apresentam generalizadamente biografias à margem dos espaços e da sexualidade lésbica. Esta ausência de espaços de formação de identidade de género prévios ou alternativos aos medicalizados, que servem de ancoragem a parte das mulheres transexuais, contribuirá para explicar as diferenças encontradas entre as duas categorias da transexualidade, com os homens a apresentam narrativas mais homogéneas e em conformidade com o discurso psico-médico.

A relação que se tem com o corpo é um elemento chave na sexualidade, sendo esta a dimensão em que os genitais realmente importam, para si e para aqueles com quem se estabelece uma interacção desse tipo. O "corpo fenomenológico" condiciona o "corpo sexual" (Davy, 2011), no sentido em que quando há uma rejeição do corpo, ou de partes específicas do corpo que simbolizam sexo/género, inevitavelmente isso condiciona a relação e o prazer. E os relatos neste sentido são muito frequentes, na medida em que são comuns, na nossa amostra, as pessoas transexuais que rejeitam, ou pelo menos não se identificam, com o seu corpo. Tal como apontado por Davy (2011: 8), os sentimentos persistem, mesmo quando o "corpo sexual" é aceite pela pessoa com quem se mantém uma relação ao nível afectivo e sexual na base da identidade de género experienciada. Embora a aceitação dos parceiros sexuais afecte a imagem de si e a relação com o seu próprio corpo, não se revela, em muitos casos, suficiente para a auto-aceitação.

> "[As minhas ex-namoradas] são pessoas esclarecidas e compreenderam completamente. Portanto, eu aí não tenho dores, há quem tenha muitas dores nesse aspecto, eu nunca fui rejeitado. Cheguei a ter uma, que considero até hoje como se fosse a minha cara-metade, é daqueles amores que vão mesmo para além de amiga, e ela dizia-me 'se quiseres não mudar, não mudes, porque para mim não é preciso, eu não quero que sofras, fisicamente'. Porque é complicado a todos os níveis. Portanto, não havia necessidade, eu é que preciso, como é óbvio, por uma questão de auto-estima." (Afonso, 38 anos)

> "Isto não é dito, mas é a realidade, vou falar assim de uma coisa bastante pessoal, do campo sexual. Eu e a minha esposa, vivíamos há quase 3 anos quando ela me despiu pela primeira vez da cintura para cima... até então não... e isso só aconteceu porque eu estava bêbado... isto só para ter uma pequena noção do que é a relação que temos connosco mesmos." (Henrique, 30 anos)

Mas também é possível que a aceitação do corpo (trans)sexual por parte do parceiro acabe por ter reflexo numa maior aceitação íntima do corpo, como vimos anteriormente em Daniela e em Sandra, que confirmaram que podiam ser "mulher", e ser aceites e tratadas como mulher também a nível sexual, sem os genitais alterados e até ter vantagens nessa particularidade (aliás, a valorização sexual da "feminilidade com pénis" vamos encontrá-la nos espaços de trabalho sexual das feminilidades trans).

> "Até é uma coisa que as pessoas pensam assim, 'Ai, ela, ela nasceu homem, então ela gosta de um homem que gosta de homens'. Não é bem assim, todos os meus relacionamentos foram com homens que, para mim, são héteros, porque eles gostam de uma mulher. Pura e simplesmente é uma mulher diferente. Eu já tive namorados que me disseram 'eu não consigo estar com mulheres porque a mulher abre as pernas, grita e finge e vocês não. A gente vê se está ou não com vontade'." (Sandra, 22 anos)

> "Eu posso-lhe jurar por tudo, que eu nunca tive um namorado, um companheiro, homossexual, nem sequer com tendências homossexuais. O meu marido, nunca na vida, mas nunca na vida, mesmo, ele era capaz de estar com um homem na cama e eu posso-lhe afirmar aqui que o meu marido na cama comigo faz tudo. Sem tabu, sem complexo, sem nada, zero! Eu dou-lhe muito mais prazer, ele já me disse, e olhe que ele teve algumas mulheres, com 45 anos, também mal seria, 'Tu dás-me o triplo do prazer do que qualquer mulher já me deu, não sei como, mas que dás, dás'. E todas as pessoas que estiveram comigo

> disseram o mesmo. Portanto, logo aí, nessa situação, eu já me sinto muito mais aliviada, não é? Porque também quero que a pessoa esteja bem, não quero eu estar bem e a outra pessoa não estar bem." (Daniela, 26 anos)

No geral, o que sobressai é que a atribuição de uma orientação sexual em consonância aos parceiros sexuais constitui uma forma de legitimação ou confirmação da orientação sexual própria mas, talvez mais ainda, da identidade de género. Mesmo na ausência de alteração corporal, se a relação sexual for, ao nível íntimo, constituída na base da identidade sexual da pessoa transexual (recorrendo, por exemplo, à utilização de próteses no caso dos homens transexuais e à "anulação" do pénis no caso das mulheres) é um elemento de reforço da identidade de género.

A sexualidade trans, e mesmo a transexual, revela a existência de várias possibilidades para a sexualidade fora das modalidades convencionais e os papéis sexuais que podem ser assumidos sem relação directa com os genitais e com o que geralmente implicam como órgão sexual e sexuado por excelência. O corpo, apresentando indubitavelmente os seus constrangimentos materiais, pode ser mais ou menos "moldável" e ressignificado à identidade de género e à identidade sexual. Como refere Hines, assim como o género tem sido teorizado como um processo activo que vai sendo construído através da interacção com os outros (Connell, 1998 [1987]; West e Zimmerman, 1987), também a sexualidade pode ser vista como um processo relacional pelo qual os entendimentos subjectivos do desejo são continuamente negociados no contexto da relação íntima com os outros (2007a: 113).

A possibilidade de relações heterossexuais entre duas pessoas com o mesmo tipo de características biológicas ("sexo") ou de relações homossexuais entre pessoas com características biológicas distintas, leva-nos à proposta de redefinição do conteúdo das categorias de orientação sexual "convencionais", no sentido de se tornarem mais inclusivas da população trans(exual). Isso far-se-á a partir de uma referência ao "género" e não ao "sexo". Ou seja, por exemplo, a heterossexualidade (mas igualmente as restantes) definida como uma "atracção sexual por pessoas de *género* diferente". Passando a referenciar-se no modo como as pessoas se reconhecem e querem ser reconhecidas, e menos na biologia.

Transexualidade: uma história cada vez mais diversa

Não partilhamos totalmente a visão expressa por alguns autores (inclusivamente *insiders*, como Miquel Missé, 2010) de que o sentimento de "corpo errado" expressado por algumas pessoas trans (muitas, no caso da nossa amostra), e a consequente "correcção" desse corpo, tendo um *locus* social, no sentido em que é motivado pela não colocação no espaço dos possíveis e do aceitável essa "não correspondência", é ultrapassável com transformações no sistema de sexo/género (ou com a sua extinção). Numa lógica de que a transexualidade, com disforia de género, é como que uma etapa societal, uma geração das identidades trans que se extinguirá com a evolução da sociedade. Embora concordemos com a ideia de que a disforia (por mais autêntica que seja experienciada a nível íntimo) seja provocada pelo sentimento de "estranheza" e pela "não-normalidade" relativamente ao

socialmente expectável e que, numa sociedade mais plural desse ponto de vista, o sentimento não seria tão generalizado entre as pessoas trans, e a aceitação dessa "incongruência" aumentaria (como começou a acontecer, desde pelo menos os anos 1990 em algumas vanguardas), não nos parece verosímil que o mesmo seja como que "erradicado" (muito menos que se deva fazer dessa "erradicação" uma causa), continuando provavelmente sempre a existir pessoas que se identificam com o género "oposto" ao sexo que lhes foi atribuído à nascença e optam legitimamente pela alteração corporal para conseguir uma imagem de si com a maior conformidade possível ao modelo (socialmente construído) desejado. O que certamente acontecerá (e o que esperamos que aconteça) é o alargamento do campo dos possíveis para as identidades e expressões de género habitáveis e reconhecidas legal e socialmente, constituindo a transexualidade "clássica", não a única viável, a expectável ou a privilegiada, mas uma entre as muitas possíveis.

No vaticínio que faz sobre o "futuro do género e do transgenderismo", Califia considera que "provavelmente continuará a existir um conflito entre transexuais que vêem o processo de reatribuição de sexo como confirmação do seu género verdadeiro e as pessoas transgénero que acreditam que a única esperança para a libertação reside na própria desmontagem do sexo biológico" (2003 [1997]: 274-275). Julgamos que a luta pelos direitos e o direito a ser trans-género pode ser feita legitimamente por estas duas frentes, como aliás é evidenciado pelas orientações recentes do movimento associativo, que se faz tanto pela contestação da epistemologia hegemónica do trans-género pela medicina, como pelo direito aos cuidados médicos acessíveis (incluindo os conducentes à cirurgia de reatribuição de sexo) e com a maior qualidade possível. Essa desmontagem sobre o sistema de sexo/género, como bem têm demonstrado os estudos feministas e *gay* e lésbicos, para além dos transgénero, não tem que ser feita contra ninguém e é susceptível de beneficiar todos (seja qual for a identidade de género e a orientação sexual). Não há assim que tomar como uma contradição o empenhamento pelas mudanças ao nível do sistema de sexo/género, no sentido de o flexibilizar e de o tornar mais inclusivo à diversidade, e, simultaneamente, a inscrição e reivindicação para si de um projecto corporal em conformidade com o género desejado (como encontramos em alguns autores e activistas trans(exuais), neste último caso também na realidade nacional). Em suma, não parece pois que a transexualidade faça ou deva fazer parte das "história em extinção", de que falam Ekins e King (2006), embora seja uma história em reelaboração e em redefinição, reflectindo e espelhando, cada vez mais, a diversidade contida na realidade e onde se intersectam vários discursos, não apenas o da medicina. E uma história que se vai, ela própria, tornando menos hegemónica dentro das "histórias do trans-género".

5.2. Cross-dressing: Entre "sapos" e "princesas"

Desta categoria de (trans)género recolhemos formalmente informação de onze pessoas. Todas responderam ao inquérito por questionário e oito foram entrevistadas. Das três pessoas não entrevistadas obtivemos informação adicional, através de contactos posteriores via *mail* e de pequenas

biografias enviadas. Num dos casos ainda através de contacto presencial no decurso das "saídas" organizadas colectivamente por pessoas desta expressão de género. No âmbito das "saídas", que começámos a frequentar a partir de Março de 2009, tivemos ainda oportunidade de conversar, por vezes prolongadamente, quase numa lógica de entrevista informal, com um reduzido número de outras pessoas (o diário de terreno contabiliza cerca de meia dúzia) e de interagir pontualmente com um número um pouco superior de outras.

Este é um modo de (trans)género a que não é fácil aceder, dada a sua larga invisibilidade no contexto nacional[343]. Para esta categoria de género não existem estruturas organizadas, na lógica de associações, nem a integração nas LGBT existentes, nem espaços físicos de frequência regular, não fazendo também parte dos espaços médicos. É uma expressão de género que frequentemente não sai da esfera privada, passando, quando muito, para as redes sociais na internet. Enquanto as "saídas" registam presenças ao nível da dezena, uma base de dados (2008-2011), constituída por uma das participantes com competências técnicas na área da informática, a partir de contactos com outras pessoas que se auto-reconhecem e que frequentam as redes sociais como *cross-dresser*, contabiliza 364 sujeitos. Este será pois, aproximadamente, o número de pessoas que fizeram o seu *coming out* virtual como *cross-dresser*.

Oscilação de género

Todas as pessoas inquiridas se auto-identificaram como *cross-dresser* e apenas três não elegeram essa como a sua identidade de género principal, não surgindo grandes dúvidas ou hesitações no seu reconhecimento nem sequer diferentes conteúdos para a categoria. Esta definição partilhada do *cross-dressing* pode ser efeito da homogeneidade da amostra, uma vez que a maioria das pessoas entrevistadas faz parte do mesmo círculo e circuitos de vivência *cross-dressing*[344]. Para além desta partilha a um nível mais micro, esta convergência dever-se-á à história colectiva desta categoria de trans-género, contemporânea da transexualidade (cf. cap. 1.1), mas em que, ao contrário desta, o desenvolvimento se tem feito à margem da medicina, pelos próprios "membros" (Ekins e King, 2006), através de estruturas associativas, já desde o tempo da pioneira Virginia Prince[345] (cf. cap. 1.1). Em Portugal, apesar de não ter uma existência ou representação a nível formal e institucional, nem

[343] O acesso a pessoas desta categoria de (trans)género foi conseguido através do fornecimento de um primeiro contacto por uma pessoa com outro modo de vivência de género, mas que se cruza com as "geografias", físicas e virtuais, do *cross-dressing.*

[344] O secretismo que envolve esta expressão de género complica o acesso aos provavelmente existentes variados "flocos de neve" a partir dos quais se poderia constituir a amostra. Sabemos da existência de pelo menos mais um "grupo", constituído pelas pessoas que fizeram o seu *coming out* há mais tempo, nomeadamente o que vem do extinto Crossdressing Clube de Portugal. Apesar das tentativas empreendidas, que passaram pelo contacto via endereços de e-mail constantes na página do Clube, conseguimos apenas auscultar formalmente uma dessas pessoas e, no decurso de uma das "saídas", conversar prolongadamente com uma e interagir com outra.

[345] Contrastando com a ausência, até ao presente, de qualquer estrutura formal dirigida a esta categoria de género em Portugal, Prince fundou nos EUA, em 1962, a Foundation for Full Personality Expression, que evoluiria, em 1976, para a ainda hoje existente Tri-Ess (Society for the Second Self).

autonomamente, nem, segundo foi possível perceber, integrada no T do LGBT[346], tem uma existência colectiva e partilhada ao nível das redes sociais na internet (iniciada, mesmo no final dos anos 1990, pelo Crossdressing Clube de Portugal e prosseguida sobretudo em "fóruns" dirigidos especificamente a esta expressão de género). Aliás, talvez não seja exagero considerar que essa existência colectiva se inicia precisamente a partir das possibilidades oferecidas por uma partilha que não implica a presença física, especialmente complicada neste modo de vivência trans. No *cross-dressing*, no contexto português, o papel da internet é especialmente relevante, dada a já referida ausência de outro tipo de estruturas. Todas as pessoas entrevistadas reconhecem a importância da internet na vivência da sua expressão de (trans)género (uma chega mesmo a considerar essa descoberta como "*um dos dias mais felizes da minha vida*") ou, pelo menos, para uma vivência fora do estritamente individual.

A principal característica deste modo de trans-género é a "oscilação" entre a expressão da masculinidade e a expressão da feminilidade ou, mais comummente, a expressão da masculinidade com incursões mais ou menos prolongadas, mais ou menos frequentes, pela feminilidade. Outra das características é que essas incursões na feminilidade não afectam ou transparecem na expressão da masculinidade. Todas as pessoas aqui incluídas são socialmente reconhecidas como homens, identidade com que, em geral, se identificam ou, no mínimo, não rejeitam para si. O sentimento de expressão do "outro" género não surge com a omnipresença com que é narrado noutras formas trans, sendo concretizado numa base não permanente. Esta oscilação entre a masculinidade e a feminilidade coloca-nos problemas relativamente ao género gramatical utilizado para referir estas pessoas. A nossa posição – aquela que consideramos dever ser a das ciências sociais – é a de respeitar o modo como as pessoas se narram, já que não é seu ofício produzir algum tipo de diagnóstico ou de avaliação sobre qual a identidade ou a expressão que se sobrepõe ou é a mais "autêntica". Contudo, isso não nos ajuda em casos em que a auto-narração varia consoante se expressa um ou outro género. Por um lado, temos as entrevistas que decorreram na totalidade na expressão masculina, que posicionou e condicionou a narração de si. Por outro, temos todos os outros contactos com estas pessoas, extra-entrevista – no decurso das "saídas", na troca de mails, etc. – que decorreu sempre na expressão feminina, e em que era este o género gramatical escolhido para se narrarem. Na impossibilidade de chegar a uma formulação que traduza, de uma vez, o "todo" em termos de género das pessoas "oscilantes" de género, decidimo-nos pela utilização do género gramatical feminino por ser a expressão da feminilidade que as coloca no trans-género – trata-se, numa primeira grande distinção, de mulheres trans ou de expressões da feminilidade trans – e é isso que as elege como sujeitos empíricos nesta

[346] De facto, o *cross-dressing*, enquanto categoria de identidade de género, não parece estar representado no movimento LGBT em Portugal, pelo menos de forma directa, como concluímos, quer das entrevistas realizadas aos seus representantes, quer, por exemplo, do conteúdo dos diversos manifestos para as Marchas anuais. Este afastamento é recíproco, pois apenas uma das pessoas desta categoria participa como associada numa associação LGBT e outra já participou descomprometidamente em iniciativas/eventos do movimento. Todas as restantes nunca tinham participado nem sequer nesta última modalidade. A pessoa mais informada sobre o movimento escreveu no espaço aberto do inquérito, "Julgo que as associações LGBT nacionais esqueceram completamente o T, e mesmo quando se lembram, apenas se recordam do T enquanto Transexual (mas nunca enquanto transgénero)".

pesquisa. Este constitui, de qualquer modo, um problema extra interação pessoal, porque nesta a opção é bastante clara, porque também claro o género expressado. Esta opção não deve ser lida como a atribuição primordial de uma identidade de género de mulher ou sequer exclusivamente feminina às pessoas aqui incluídas, desadequada, tendo em conta as auto-identificações.

> "Eu identifico-me como aquilo que, de há uns anos para cá, se costuma chamar um *cross-dresser*, o que é, para mim, distinto de outras designações, classificações aparentadas como travesti, transexual, e para mim isso é bem claro. Portanto, sou um *cross-dresser*, no sentido de que sou uma pessoa que, vivendo a minha vida normal como homem, perante a sociedade sou um homem, mas que tenho uma necessidade que satisfaço, grande parte das vezes em privado, mas não necessariamente só em privado de, eu não diria só de vestir, porque *cross-dresser* para mim é um bocado redutor. Porque, de facto, para mim, vai bastante para além do vestir, é o vestir e é o poder comportar-me como uma mulher e ser visto como tal. Em traços muito largos é isto." (Elisa, 46 anos)

> "[Identifico-me como] *Cross-dresser*, é isso. Nós todos começamos logo em pequeninos a vestir as roupas das mães, depois, mais tarde, é as roupas das mulheres, normalmente é assim que nos identificamos... se calhar distinguimo-nos um bocado dos travestis, somos da família dos travestis, e às vezes para evitar certas confusões... normalmente um travesti é logo visto como uma pessoa que se prostitui, uma pessoa que faz vida disso todos os dias, e nós não, nós só fazemos de vez em quando, e no dia-a-dia somos homens normais como os outros e quase que podemos dizer que temos duas personalidades, quando não estamos normais, digamos assim, que estamos vestidos de mulher, tentamos fazer esse papel o melhor possível." (Andrea Costa[347], 44 anos)

> "Sou um híbrido, vivo como um masculino, mas sou um híbrido em termos de conjunto. Se me perguntar se eu me identifico com alguma categoria, então vou dizer obrigatoriamente que é masculino. Mas se houver uma palavra que se refira àquilo que realmente sinto, então direi que sou um *cross-dresser*." (Luana, 29 anos)

A "hibridez" surge se somadas as duas expressões de género, pois não existe aqui (ao contrário do que acontece nas travestilidades) uma hibridez em cada uma, sendo a masculinidade e a feminilidade expressadas alternadamente, em tempos diferenciados. Uma diferença do *cross-dressing* em relação a outras feminilidades trans é então que essas outras – nomeadamente, mulheres transexuais e travestis –, mostram permanentemente sinais socialmente associados à feminilidade, o que não acontece nas pessoas *cross-dresser* quando no papel masculino em que não existe uma interferência da feminilidade nem ao nível da *hexis* corporal. Isso mesmo foi possível constatar na única ocasião em que o contacto foi estabelecido nessa modalidade – o do momento da entrevista[348]. Contrastando com o que acontece

[347] Curiosa esta escolha de um apelido para a expressão feminina, bastante frequente nas pessoas que se reconhecem como *cross-dresser* e que é aparentemente desnecessária porque não tem existência legal. Isso poderá ser explicado, pragmaticamente, por haver uma necessidade de distinguir entre pessoas que escolhem o mesmo nome próprio, sobretudo ao nível da comunicação na internet. Outra explicação pode ser a do universo do transformismo em que geralmente são escolhidos um nome e um apelido, embora, sobretudo este último, de língua estrangeira, e aqui predominem os tradicionais portugueses – Silva, Santos, Lopes, etc. Outra ainda é a transposição da masculinidade "oficial" para o universo das feminilidades trans.

[348] Nas primeiras entrevistas com pessoas desta expressão de género, quando ainda não tínhamos começado a frequentar as "saídas" e portanto não tínhamos tido contacto com a expressão da feminilidade, era-nos até difícil imaginá-la e as perguntas que tínhamos para colocar pareciam-nos estranhas tendo em conta o interlocutor. A exibição das fotografias na "versão feminina" foi assim facilitadora, não só para a pessoa entrevistada como até, neste caso, para a entrevistadora, no sentido de introduzir algum sentido de realidade e materialidade na conversa.

com as pessoas incluídas nas travestilidades, que também entrevistámos na versão "não montada[349]", não estamos aqui perante qualquer expressão identificável de "feminilidade masculina".

Nunca surge o discurso de se pensar que se pertencia ao sexo feminino na infância, ou sequer "querer ser mulher". Ao contrário das "narrativas clássicas da transexualidade" de que faz parte uma infância já povoada pelo sentimento de não pertença ao género socialmente atribuído, as "narrativas clássicas CD" relatam uma infância "normal". As pessoas *cross-dresser* tiveram uma socialização bem-sucedida na masculinidade, foram "rapazes normais". Eis um exemplo constante numa "biografia CD" que nos foi enviada por Verónica:

> "Sempre fui uma criança igual às outras, não tinha motivos para me considerar diferente. Tive uma infância normal, à semelhança de todos os outros rapazes da minha idade, tinha as mesmas brincadeiras que eles (…)" ("Como me tornei *crossdresser*", Verónica, 36 anos)

Passa mais pelo desejo e prazer de "*apropriação*" *dos artefactos* usados pelas mulheres, sobretudo, pelo menos numa fase inicial, a roupa interior – *collants*, ligas, cuecas –, do que propriamente pelo desejo de *ser* mulher. Embora o *cross-dressing* não se limite ou se esgote no desejo/prática de usar roupa socialmente associada ao "outro" género, o termo traduz bem aquele que parece ser invariavelmente o acto desencadeador desta expressão de género – o "vestir". Gilbert (2000) descreve a cronologia comum no *cross-dressing* – "usar roupa de mulher", seguido de "sentir-se mulher" –, invertendo o sentido narrativo encontrado na transexualidade, em que apresentar-se socialmente como membro de um determinado género (o que implica vestuário em consonância) é consequência do sentimento de pertença a esse género.

> "Eu comecei primeiro a usar roupas de mulher e só aí comecei a explorar essa parte da minha natureza que assim o compeliu. É como resultado do meu *cross-dressing*, e da minha necessidade de fazer sentido disso, que eu explorei essa parte da minha alma e não o inverso." (Gilbert, 2000: s. p.)

O sentimento ou desejo inicial passa por usar, no corpo, e sentir, na pele, as peças de vestuário socialmente reservadas às mulheres. E não se trata indiferenciadamente de "roupas de mulher", trata-se de roupa interior, roupa íntima e sensual. Daí a relação que encontramos entre este modo de transgénero e a sexualidade, o erotismo ou a sedução, mesmo que desemboquem mais em "histórias de género" e menos em "histórias sexuais". Foi recorrentemente invocada a motivação sexual, mais especificamente o *cross-dressing*, sobretudo numa fase inicial, como uma prática de excitação sexual que precede a masturbação (também encontrado por Gagné, Tewksbury e McGaughey, 1997: 489). Mas, embora a excitação sexual seja "frequentemente muito importante no início de uma experiência *cross-dressing*; não é, contudo, a história completa" (Docter, 1990 [1988]: 6).

> "Começa sempre com *lingerie*, depois é que passa para o nível seguinte. Eu comecei com 21 [anos], mas conheço casos que começaram aos 18 e aos 17." (Luana, 29 anos)

[349] "Montada", é um termo amplamente utilizado na terminologia não apenas do *cross-dressing*, mas de outras feminilidades trans, para designar o resultado da composição estética da expressão feminina. O verbo "montar" traduz bem a componente performativa contida em alguns modos de vivência de (trans)género.

> "Uma coisa que existe muito em comum entre nós CD's é que grande parte de nós começa só pela fantasia das *lingeries*, das roupinhas, gostamos de um adereço qualquer, na intimidade, em segredo, sem ninguém saber." (Verónica, 36 anos)

> "Há uma fixação, de um modo geral, não quer dizer que seja igual para todas, mas há uma peça de vestuário que desperta mais a atenção, no meu caso sempre foram as meias. [Qual é a sua relação com essa peça?] Ao princípio seria sexual. Durante a puberdade associei as meias ao sexo, e como é normal num jovem de 11, 12, 13 anos, sempre que vestia meias tinha que me masturbar, e pela vida fora, até que passou a ser normal, hoje visto-as, dispo-as e não... no entanto, sinto uma grande satisfação." (Rafaela, 47 anos)

O *cross-dressing* não é uma "viagem" na lógica da "migração", mas do "turismo" (Ekins e King, 2006). A personagem feminina é o meio utilizado para expressar o feminino interdito a uma identidade de género formalmente assumida e bem-sucedida da masculinidade. Se a "migração" envolve uma mudança de vida total, o "turismo" implica um afastamento temporário da vida quotidiana (idem: 98), sendo por isso associado a lazer e a experiências prazenteiras de fuga à rotina. Não é tanto algo que se é, mas algo de que se gosta e se deseja fazer. Nas "histórias de oscilação" existe menos discurso acerca de "ser" e mais acerca de "fazer", ou seja, são, relativamente às de migração, menos "histórias de identidade" (idem: 109). Isto não significa que a expressão da feminilidade seja "descartável", ou apenas um passatempo, antes contribui, ou é mesmo imprescindível, para o equilíbrio e o bem-estar.

> "É um prazer que a pessoa tem, aqueles pequeninos prazeres que a pessoa tem, um gosto pessoal." (Joana, 41 anos)

> "Seria impossível ser apenas a Verónica, mas também seria impossível ser apenas o Paulo, porque senão começava a sentir-me frustrado. Lá está, volta e meia é imperativo tornar-me a outra pessoa, não só pelo desejo que temos cá dentro, mas porque, ao fim e ao cabo, também acaba por ser um escape. [Um escape de quê?] Da nossa vida do dia-a-dia, da nossa vida diária. [Mas então é mais um *hobby*?] Não, não considero que seja um *hobby*. É mais do que isso. Está sempre cá dentro." (Verónica, 36 anos)

> "Não acho que seja um *hobby*, faz parte de mim, de vez em quando é um escape, isto vai acumulando, acumulando, e a Rafaela tem de sair para a rua de qualquer maneira…Sinto essa necessidade. E às vezes... geralmente é à sexta-feira que saio, e às vezes não me apetece, apetece-me é ir para casa, sentar-me e estar sossegado, mas começo a transformar-me e o cansaço desaparece todo, é uma nova pessoa que emerge." (Rafaela, 47 anos)

> "Não tenho a certezas em relação a isso, mas no meu ponto de vista tem que ver com o coexistir em mim, o lado masculino normal, e um lado feminino, que sente a necessidade de existir, de se exprimir, de ter um certo tempo de antena, para ter direito a viver, manifestar-se e ser feliz. E eu reconheço em mim, desde há muito tempo, a existência de um lado feminino, e este é o escape de existência desse lado feminino." (Elisa, 46 anos)

Como está bem patente nos discursos, o *cross-dressing* é visto como um "escape" à vida de todos os dias, mais especificamente à vivência quotidiana no modo da masculinidade. Para usufruir dos prazeres da feminilidade, sem perda dos privilégios que uma expressão cis confere, e especificamente a expressão da masculinidade, há como que um "desdobramento do *self*". Há mudança de guarda-roupa, de cenário e de papel social desempenhado – tempos, modos, espaços, redes de socialização e sociabilidade distintos. Encontramos aqui exemplos de *fluidez* e *performatividade* das identidades de género, tão exploradas nos quadros teóricos pós-modernistas e pós-estruturalistas, que são efectivamente uma realidade para alguns indivíduos. Aliás, não será por acaso que o *cross-dressing* é precisamente a forma icónica nesses quadros teóricos (Butler, 1990; Garber, 1997 [1992]). Se esta

fluidez deve ser compreendida à luz dos constrangimentos sociais (desde logo o da feminilidade estar socialmente reservada às fêmeas e interdita, pelo menos na maioria das suas dimensões, aos machos[350]), não parece também, contudo, adequada uma interpretação linear do *cross-dressing* como consequência ou resultado da impossibilidade ou dos problemas colocados à assunção permanente da feminilidade, pois a migração de género não é, em geral, desejada. O que se pretende é, diríamos, uma maior exposição, visibilidade e partilha da expressão da feminilidade, não fossem os constrangimentos sociais que a complicam ou fazem com que seja avaliada como inviável.

> "Gosto de ser aquilo que sou, esta vida quase que dupla. Para mim, ao contrário de muitas pessoas, é uma felicidade, é um orgulho, é uma vaidade, não devia ser assim, mas é. Se eu vivesse num outro mundo, diferente, se eu pudesse contar a toda a gente, eu contava, e sentia muito orgulho e vaidade nisso (…) Lá está, é a tal transformação que eu acho maravilhosa, é ser uma coisa de dia e à noite ser outra, é isso que eu acho bonito. Embora tenha um bocado de barriga, por exemplo, tenho um corpo que depois à noite se torna o menos masculino possível... depois é a maneira de andar, é a maneira de mexer... não posso estar de pernas abertas, digamos assim, temos que tentar ver como é que as mulheres... a postura das mulheres, isso para mim é que é bonito... nós achamos bonito..." (Andrea Costa, 44 anos)

> "É mais *uma* condição, não é *a* condição. As coisas que eu faço, faço com gosto. Porque aquilo dá-me gosto, dá-me gozo e dá-me gosto." (Luana, 29 anos)

Diferentemente do que sucede sobretudo com as mulheres transexuais, no *cross-dressing* não há o desejo de transferência para a categoria de "mulher" (cis), antes o de experienciar ser uma mulher episodicamente e em dimensões delimitadas.

> "[Alguma vez considerou a passagem para uma expressão mais permanente da feminilidade?] Eu pensar, pensei, mas sinceramente não sei se gostava de chegar a esse ponto, depois acaba por ser mulher todos os dias, depois perdia um bocado o interesse, o interesse está em uma pessoa se poder transformar de homem para mulher. Não, já tenho pensado, mas, sinceramente, não estou a ver. É nisto que eu sinto orgulho, e se fosse transexual já não aconteceria, seria mulher todos os dias. É isso que eu acho maravilhoso, é essa transformação, é agora estar aqui consigo como homem e logo à noite[351] ser outra pessoa, completamente diferente, isso é que eu acho engraçado." (Andrea Costa, 44 anos)

> "*Eu não quero ser mulher*. Eu quero poder *sentir-me como* uma, quero *poder ser uma se quiser*, mas *não quero transformar-me numa*." (Guida, 35 anos)

"Passar" por mulher, confundir-se com uma mulher biológica, é gratificante na medida em que é prova de um trabalho de construção da feminilidade bem conseguido, não porque se é visto pelos outros como aquilo que se sente ser.

> "Se eu gostaria de ser confundida com uma mulher biológica? Gostaria. No fundo, acaba por ser um elogio, significava que a minha transformação estava perfeita." (Verónica, 36 anos)

Apesar de, como dito anteriormente, o *cross-dressing* não dever ser tomado como o lugar de género de "recurso" de uma migração desejada e não concretizada, dado que a situação mais comum passa pelo usufruto da "oscilação" de género, esta categoria alberga também pessoas que, sendo praticantes da

[350] O "masculino" é tomado como o "referente universal e o "feminino" como o "particular", e como tal deve permanecer circunscrito a quem tenha sido atribuído o sexo feminino. Analisando as concepções sobre os modos de ser apropriados às categorias masculina e feminina, Amâncio (1994: 137-178) conclui que o modelo feminino socialmente valorizado só se aplica às próprias mulheres.

[351] A consideração das diferentes temporalidades e espacialidades das identidades trans está aqui bem evidente, existindo um corpo diurno e um corpo nocturno, até porque a noite se revela mais amiga das (dis)simulações de género.

oscilação, desejam a migração e não a concretizam pela ponderação das implicações que tal decisão teria nas suas vidas. Rafaela e Marta incluem-se potencialmente nos casos já identificados na literatura médica (veja-se, por exemplo, Docter, 1990 [1988]: 19-21) e também nas das ciências sociais (Gagné, Tewksbury e McGaughey, 1997; Ekins e King, 2006: 98) de uma intensificação da prática da feminilidade, que, embora não constituindo um desejo ou um objectivo traçado à partida, acaba por resultar na migração de género (tal como terá acontecido com a própria Virginia Prince).Tais situações inspiraram mesmo a piada que, segundo Marta, circula na internet: "Qual a diferença entre um *cross-dresser* e um transexual? 5 anos". Pese embora o desejo de migrar, nenhuma das pessoas entrevistadas se auto-identifica como transexual ou reivindica a transexualidade, sendo antes "*cross-dressers* resignados".

> "Gosto de me pensar umas vezes como homem, outras vezes como uma mulher, no fundo sou *cross-dresser*. Ou exprimo a minha feminilidade através do *cross dresser* (…) Sinto-me bem assim. Quer dizer, no fundo eu gostava de ser mulher a tempo inteiro, gostava de ter nascido mulher, pronto, mas nasci assim, agora também é tarde para mudar, tinha outras implicações. Depois, ponderando bem as coisas, também não me quero sujeitar ao que outras pessoas que o fazem depois se sujeitam. A maior parte acaba na prostituição. Ninguém lhes dá emprego, não se impõem no mundo do trabalho, os anos vão passando e depois não têm nada." (Rafaela, 47 anos)

> "Eu penso que essas pessoas [transexuais] estão numa barreira muito mais… do que a minha, que é o sofrimento de viver dentro de um corpo masculino, que é atroz e incapacitante. No meu caso, não é assim… nem de perto, nem de longe… não me causa sofrimento… vamos lá a ver… há uma recusa natural que tenho com todas as coisas masculinas, contra o meu corpo também, mas é uma repulsa, não é de fazer cortes para não me ver ou enfaixar-me." (Marta, 41 anos)

Pese embora as semelhanças com a auto-identidade transexual, parece, contudo, afastar-se dos moldes em que foi constituída a "narrativa clássica da transexualidade", ao não se reivindicar ter-se nascido mulher ou ter nascido no corpo errado. O acto de apropriação do vestuário socialmente reservado ao feminino (o *cross-dressing*, no sentido literal), parece aqui ser tão importante que Rafaela considera que satisfaz, pelo menos em parte, esse desejo de viver permanentemente no feminino, através da utilização de peças interiores desse tipo. Ou seja, aquilo que no "vocabulário CD" se denomina de "*under-dressing*": utilização de roupa interior feminina por debaixo de roupa masculina.

> "[E desde quando é que tem esse sentimento ou essa consciência de que gostava de ter nascido mulher?] Talvez aí desde os 30, mas tenho antecedentes, eu desde que me lembro já vestia roupa de mulher, desde os 4, 5 anos. Mais concretamente meias, foi aí que tudo começou... Foi por volta dos 30 anos que eu tive um espaço meu, era um armazém, mas só eu é que tinha a chave e aí pude dar um bocado de azo, porque em casa não o podia fazer, pude começar a vestir-me, escondido, por instantes, e depois despia-me e ia para casa satisfeito. (…) Se formos ver bem as coisas, eu neste momento vivo permanentemente com roupa de mulher. Roupa interior. E digamos que isso... satisfaz-me..." (Rafaela, 47 anos)

Marta assenta o seu desejo de migração no desempenho social de um papel associado às mulheres. É a reivindicação do género, independentemente do sexo, ao modo Virginia Prince que, apesar de migrante de género, nunca se incluiria, ou reivindicaria, a transexualidade. É mais uma questão de "afinidade" ou "identificação" com o feminino e de poder ter direito a vivê-lo e a ocupá-lo. Na "migração *cross-dresser*" o "problema" é localizado no exterior, na organização da sociedade, e não no *self*, o ter "nascido em corpo errado", como acontece na narrativa da transexualidade.

> "[Como é que se identifica em termos de género?] Essa é sempre a pergunta mais complicada… eu quando sou honesto para comigo próprio, geralmente vejo-me como alguém que tem que desempenhar um papel nesta sociedade por uma questão de conveniência para com os outros. Vamos lá a ver… o problema é quando as pessoas encaram isso como uma limitação terrível e opressiva, e então aí sim, têm problemas. Outra coisa é o olhar tudo o que existe à nossa volta… quer dizer, eu não tenho controlo sobre o mundo, portanto das duas, uma: ou rejeito o mundo e vivo infeliz porque não gosto do mundo como é, ou então digo 'ok, o mundo é assim e vou ter que jogar com essas regras'. Portanto, quando digo que me identifico com o género feminino… era assim, se tivesse essa possibilidade, sem constrangimentos sociais… acho o género masculino francamente pouco interessante… acho realmente que não tem interesse nenhum… também devido a estes constrangimentos da sociedade, criou, empurrou o género masculino para papéis que não têm interesse nenhum (…). Nesse sentido, o género com que sinto afinidade, vou dizer assim, não vou só dizer identificação, a afinidade, é com o género feminino, acho que tem mais interesse. Por uma questão social, adopto este papel, como adopto muitos outros. [Mas é uma coisa que lhe custa?] É assim, é injusto, mas também não posso fazer nada contra isso. É um papel perfeitamente resignado.[352]" (Marta, 41 anos)

Estes casos demonstram nitidamente que aquilo que se é ou se pode ser está dependente dos outros e quando a transposição é a fronteira fixa, rígida e naturalizada do género, dificilmente não se ponderam as consequências dos actos na própria vida e na daqueles com os quais se mantém relações afectivas. A tomada de decisão dependerá da intensidade com que o sentimento é experienciado, mas igualmente do conhecimento das possibilidades existentes para a expressão de (trans)género, os espaços (virtuais ou físicos) que se frequentam, aqueles com quem se partilham as histórias de género. Estará também dependente das condições de partida, sobretudo quando a manifestação ou intensificação do desejo de migrar de género acontece mais tardiamente na vida e se tem mais a perder. Como vemos nas pessoas onde esse desejo é mais intenso, mas também nas restantes pessoas incluídas nesta categoria de género, o espaço de expressão da feminilidade é circunscrito de modo a não afectar a condição de cisgénero e de homem, preservando aquilo que eventualmente se perderia com a deserção ou a dissidência: um certo lugar na estrutura social e um certo estilo de vida. Ou seja, os recursos materiais e emocionais – Rafaela é empresária de sucesso numa área profissional bastante masculinizada, Marta é trabalhadora liberal com altas qualificações; ambas têm uma companheira com uma relação constituída na base da heterossexualidade, Rafaela tem uma filha. O (trans)género está assim longe de ser simplesmente algo que cada um escolhe performar, dependente apenas de uma vontade individual.

> "Se não houvesse constrangimento nenhum, eu saía para a rua de saia e andava assim todos os dias. De manhã à noite (…) Só haveria uma coisa que eventualmente me levaria a mudar [de género], era sair-me o euromilhões ou herdar uma grande fortuna, que não tivesse que dar contas a ninguém, ficar com a subsistência garantida." (Rafaela, 47 anos)

> "Eu costumo dizer que se não fosse a minha mulher, se não fossem os meus pais, que não entenderiam isso, entravam numa depressão horrível, são muito velhotes… e mesmo alguma família, alguns amigos

[352] O processo de se narrar em termos de género proporcionado pela técnica da entrevista aprofundada, que nunca é uma simples narração de factos mas a sua reconstituição e interpretação, é simultaneamente um exercício de auto-reflexão e de construção de identidades, como têm sublinhado os autores que se dedicam a esta matéria (Giddens, 1997 [1991]; Dubar, 2000). Este inusual exercício de reflexão, intensificou as dúvidas de Marta sobre o seu enquadramento e a sua identidade de *cross-dresser* que, aparentemente, se encontravam em estado latente antes da entrevista. À medida que se narrava, Marta foi consciencializando e reforçando o seu desejo de assunção permanente de uma identidade feminina. Após a realização da entrevista viria mesmo a solicitar-nos o contacto de profissionais no acompanhamento psicológico por questões ligadas à identidade de género, parecendo preparar-se assim para abandonar o estado de "resignação".

> mais chegados, e penso até que ponto são importantes para a minha felicidade pessoal, se não fosse isso, eu não hesitava!" (Marta, 41 anos)

O modo de "oscilação" pode não ser, também ele, constante e permanente ao longo da vida. Quase todas as pessoas têm (tiveram) períodos em que a oscilação é suspensa, em que há uma tentativa de abandonar a prática através da "purga" (Girshick, 2008: 91-92) do guarda-roupa feminino: "deitar tudo fora", "livrar-se de". A "purga" é assim a purga de uma colocação fora da "normalidade" de género, ou seja, do trans-género e resulta em períodos de posicionamento exclusivo na cissexualidade. Há também ponderações de uma cessação definitiva do *cross-dressing*, dependente de factores como a eventual perda do prazer na velhice ou a alteração das condições que permitem a prática (mudança de casa, de trabalho, maior fragilidade económica, etc.). Este é pois um "lugar de género" que alberga, tanto ponderações de uma colocação definitiva na cissexualidade, como de uma deslocação definitiva para a transexualidade.

Se no caso da transexualidade não está praticamente em causa que a identidade de género se mantenha até ao final da vida, e no caso das travestilidades, as alterações são tendencialmente no sentido de uma cada vez mais intensa expressão da feminilidade, a resposta modal no *cross-dressing* acerca de se a expressão da feminilidade se irá manter ao longo da vida é "depende". E depende de factores não necessariamente introspectivos, mas de condições objectivas, como as logísticas para concretizar a "montagem" ou as económicas para a "sustentar. Pode pois cessar, ou pelo menos isso é colocado no "campo dos possíveis", na lógica de uma prática e menos de uma identidade, mesmo para as pessoas que já atingiram a fase de auto-aceitação do *cross-dressing*, ou nos termos de Gilbert (2000), "*cross-dressers* empenhados".

> "Ah, tudo depende. Tudo depende de, sei lá, de várias situações, por exemplo, as coisas que eu tenho posso ter no sítio onde estão, se uma pessoa de hoje para amanhã muda de casa e muda para outra que não tem essas condições… Tem a ver com as condições também. Não vou pôr aquilo dentro do meu guarda-fato, ao lado da roupa da minha esposa, não posso. Se ela tivesse abertura para aceitar, ainda podia ser. Agora assim, não sei, não posso dizer que vai existir até aos 70, 80 anos. A essa altura também já não devo ter pachorra para estar a vestir e parecer a avozinha quando é nos anos dela, que se quer maquilhar e vestir e pôr batom. Mas com 85 anos, já não fica como quando tinha 45 anos, não é? Por isso, lá está, acho que há idades para tudo." (Joana, 41 anos)

> "Acho que pode vir a deixar de existir. Acho, não estou a dizer isto com certeza absoluta, mas acho que há possibilidade. Eu não disse esquecer, disse acabar, ó pá, mas não sei, porque é assim, eu estou a ver isso como um futuro distante, muito distante, e que já se aproxima um bocadinho da morte. Pá, e como muitas outras coisas, convém puxarmos pela cabeça, e pararmos enquanto é tempo. Poderá ser eventualmente o que irá acontecer à menina também, não sei, ela para mim não constitui grande problema. O problema que ela constitui é só para os outros, o problema que eu tenho com a menina, é o problema dos outros." (Guida, 35 anos)

> "Ponho essa possibilidade, agora se vai acontecer ou não, não sei... sinceramente... mas ponho essa possibilidade, sim... Por o resultado já não ser o mesmo e talvez o interesse também... mas não sei, o futuro logo o dirá..." (Andrea Costa, 44 anos)

A análise do discurso *cross-dresser* revela mais nitidamente do que outros o carácter contingente das identidades de (trans)género (Butler, 1990). Há a ideia quase generalizada de que a prática do *cross-dressing* pode não resistir à idade, não só porque o resultado pode não ser já satisfatório (sobretudo

quando o "estilo de mulher" assenta mais fortemente na sensualidade), como daquilo que requer em termos de autonomia e de agilidade. Ora, assim sendo, revela igualmente bem que essa contingência é também dependente de condicionamentos sociais.

Relação com o corpo e transformações corporais

Na situação mais comum de ausência de uma des-identificação com a identidade masculina, não existe, nesta categoria de (trans)género uma rejeição do corpo de macho.

> "Para mim não é possível viver só como Verónica porque me sinto bem como Paulo. Neste sentido não tem nada a ver com a transexualidade porque na transexualidade a pessoa sente-se no corpo errado, eu sinto-me bem com o meu corpo. Eu sinto-me bem como Paulo, à semelhança de outros casos que eu conheço, nós mantemos a nossa personalidade masculina." (Verónica, 36 anos)

> "Eu gosto muito de ser quem sou, gosto de me olhar ao espelho mesmo com um pneuzinho a mais, gosto de ver o gajo ali cheio de... Da mesma forma que gosto de ver tudo limpinho, sem pelinhos, nem nada, e se for preciso tudo cintadinho e ver a gaja perfeita, ou quase perfeita, pronto. Ah, mas nada disso me leva a querer fazer a operação, ou a querer meter hormonas. Isso não me interessa mesmo nada." (Guida, 35 anos)

A excepção encontramo-la, como seria de esperar, nas pessoas que desejam a migração de género, que também aqui implica o desejo de transformações corporais encarnadas para obtenção de uma estética corporal mais próxima da feminina.

> "Penso mesmo muito nas transformações corporais … penso mesmo muito nisso… por exemplo, começar pelo mais simples, o tratamento hormonal, que não tem um efeito imediato, é gradual. (…) Há aqui um dilema, por um lado é pouco, mas por outro, é muito visível. Portanto, fazer terapia hormonal para continuar a minha vida tal e qual como a tenho neste momento, parece-me que será difícil, haverá uma altura em que as pessoas vão ver e desconfiar e perguntar o que se passa. E então nessa altura teria que revelar, que explicar. (…) Onde tenho mais interesse é na cirurgia, nomeadamente a feminização facial, isso era uma coisa que gostava muito de fazer. Tirar estes traços horríveis, hoje em dia pode-se fazer tanta coisa maravilhosa! [Mas isso é um plano ou um sonho?] Digamos que é 90% sonho e 10% plano… primeiro, tem custos muito elevados, e também é visível, totalmente visível! Não seria disfarçável… portanto, eu acho que para chegar a esse ponto tem que ser com a assunção clara de que vou deixar de ser homem de uma vez por todas …" (Marta, 41 anos)

De qualquer modo, independentemente do desejo, as transformações operadas no corpo não podem ser de molde a colocar em causa a expressão da masculinidade, como relata Andrea, que, com a toma esporádica de hormonas, é o caso mais extremo que encontramos entre esta população específica.

> "Não posso fazer nada que dê muito nas vistas... a única coisa que faço, mas que não é uma coisa de todos os dias, é periodicamente, tomo umas pílulas, que é o Diane 35, que tem pequenas substâncias de hormonas femininas. Embora as transformações não se notem, para já pela idade, ainda por cima é uma coisa que só com muito tempo e tomando dois por dia é que isso daria algum resultado, mas dizem que o cabelo fica com mais brilho, a pele mais suave, faz crescer um bocadinho o peito, mas não é coisa que se note muito... Tomo cerca de três caixas por ano." (Andrea Costa, 44 anos)

As transformações que vão sendo cada vez mais realizadas são as que se têm vindo a estender progressivamente aos homens cissexuais, como por exemplo a depilação definitiva ou os cuidados com a pele.

> "Os pêlos... tiro com cera, vou à esteticista, mas já vou fazendo em casa com máquina, nas pernas depilo com máquina, no peito, na barriga... é a forma de eu poupar algum dinheiro... mas dói.. Antes das saídas tenho sempre que fazer, principalmente nas pernas... o meu estilo provocante, as mini saias que eu gosto

> de usar... Fora isso, também vou fazendo, se calhar não tão intensamente como é antes de sair, mas também vou fazendo. Eu, como faço ginásio e uso bermudas, gosto de me ver sem os pêlos na parte de baixo." (Andrea Costa, 44 anos)

As transformações corporais ocorrem assim sobretudo na modalidade de "estratégias de (dis)simulação", ou nas palavras de Elisa, "truques de produção"[353]. Implica sempre substituição daquilo que se pode pôr e tirar, não por algo permanente ou definitivo. A alteração dos genitais não é aqui desejada, nem sequer ponderada, à excepção das pessoas que desejam migrar, as únicas para as quais o tema merece alguma consideração. Aliás, as questões sobre essa matéria contidas no inquérito por questionário não foram sequer preenchidas, numa lógica de "não se aplica", mostrando, se preciso fosse, a independência entre trans-género e "mudança de sexo". Os símbolos corporais da feminilidade são simulados (por exemplo, com recurso a enchimentos e próteses), assim como são dissimulados ou ocultados os da masculinidade (por exemplo, os pêlos).

> "De certo modo essa é uma das características que marca a distinção entre *cross-dressers* e, por exemplo, travestis, os *cross-dressers* não fazem transformações tremendas. Quando fazem, alguns casos que eu conheci que fizeram, são pessoas que estão numa evolução para algo que já é mais do que *cross-dresser* e que a partir de certa altura de facto podem já ser considerados como tendo migrado para outra. Mas pronto, evidente que *cross-dresser* não faz transformações permanentes no seu corpo. Portanto, tem o corpo de homem. (…) Não quer dizer que muitos não gostassem de ter, ou pelo menos certamente gostavam de ter, se pudessem ter um botão onde carregar e aquilo voltava ao normal (risos). Assim, então, quereriam todos. (…) Faz-se com o que se pode, e portanto uma coisa é ter acesso às transformações que permitiriam ter um corpo mais feminino, mas não tendo isso, então é tudo truques de produção. É truques de produção, é *soutiens* com apetrechos, coisas para aumentar a anca e coisas do género." (Elisa, 46 anos)

O tipo de operações exercidas sobre o corpo é também aqui tomado como definidor da identidade ou, pelo menos, da expressão de (trans)género. A "autenticidade" não é, no *cross-dressing*, aferida pelas transformações corporais encarnadas, que apenas existem leve e excepcionalmente, mas pelo investimento nas estratégias de (dis)simulação de género. Os pêlos parecem ser tomados como um marcador ou indicador especialmente relevante do empenho e investimento na feminilidade. Mesmo quando a depilação não é possível (o que acontece sobretudo quando o *cross-dressing* não é do conhecimento das pessoas com quem se mantém relações íntimas), pode recorrer-se a estratégias de ocultação, como, por exemplo, a utilização de *collants* opacos por debaixo de uns mais finos.

> "Para mim, *cross-dresser* é alguém que se veste ocasionalmente como eu faço, não faço todos os dias, que se veste ocasionalmente de mulher, mas que tem um visual completo. Portanto, que se preocupa em aparentar ao máximo ser uma mulher. E isso envolve cabeleira, calçado, maquilhagem, depilação – obrigatório! Não se vê uma mulher peluda, não é?" (Verónica, 36 anos)

> "Há uns em que a motivação é sexual. Mais no tipo de pessoas que não saem de casa... são os tais que estão escondidos, eu não os considero *cross-dresser*, considero que têm um fetiche por *lingerie* feminina, e pelo lado sexual. São pessoas que nem se maquilham muitas vezes, e fazem-no com o fim do sexo, põem uma *lingerie*... gostam mesmo é da *lingerie*, eu considero isso um fetiche e não... *cross-dresser* é

[353] Existe actualmente uma verdadeira indústria ao serviço do "turismo de género", disponível através da internet, onde entre oferta de corpetes, calçado de número elevado, cabeleiras, seios de silicone, próteses de ancas, nádegas e até vaginas de silicone, se promete o "*Look Real. Feel Real*". No mercado nacional, recorre-se, por exemplo a marcas de venda de próteses (sobretudo mamárias), que não sendo especificamente dirigidas a este segmento de mercado estão também aptas a servi-lo.

> mais do que isso, é uma vivência fora disso, é um grande investimento que nós fazemos em nós, desde compras, tentarmos melhorar o nosso visual feminino, a depilação, a depilação custa muito dinheiro... pronto, é um investimento. Essas pessoas fazem-me confusão, nem sequer se depilam, mostram fotografias em *lingerie* cheios de pêlos... acho isso horrível, mesmo... acho que isso não tem nada de feminino." (Andrea Costa, 44 anos)

Os processos de demarcação identitária ("identização") operam sobretudo pelo distanciamento face aos "homens que usam roupa de mulher", geralmente roupa interior, sem qualquer preocupação em tentar parecer uma mulher, não chegando a compor "um visual completo". Nestes, a motivação para o *cross-dressing* passa apenas por expor a sua sexualidade (numa lógica de "exibicionismo"), e/ou por angariar parceiros sexuais (tomando as redes sociais *cross-dresser* como *sites* de "encontros" sexuais). Contudo, a demarcação não assenta tanto nos comportamentos sexuais, ou seja, não parece ressentir-se da motivação sexual ou de algum tipo específico de sexualidade (numa lógica mais "moralista", como encontramos nas organizações *cross-dresser* mais estabelecidas, como a Tri-Ess), mas sobretudo no desinvestimento na apresentação da feminilidade. "Ser *cross-dresser*" implica investimento e empenho: quem não cumpre, não merece ser reconhecido como tal. Não havendo uma categoria de trans-género para onde transferir, em termos de representações, aqueles que não são reconhecidos como tal, são remetidos para fora deste campo e recolocados no da sexualidade. Há "*cross-dressers"* e há "fetichistas". E parece ser destes últimos, que os primeiros se desejam demarcar e demarcar mesmo a categoria de "*cross-dresser*", resgatando e preservando a história colectiva do *cross-dressing*, que teve na sua génese, em consonância com a sua inclusão no "transgénero", a primazia do género sobre a sexualidade.

> "A esmagadora maioria dos estrangeiros tinha uma expressão do seu *cross-dressing* muito mais próxima da minha, pelo menos as que publicavam online. Cá em Portugal muito depressa apareceram as outras da hipersexualidade fetichista… Vamos lá a ver, estas classificações estão fora de moda, mas, pelo menos da minha perspectiva de leigo, fazem algum sentido, pelo menos dá uma ideia do perfil que a pessoa é. Há de facto algumas que se preocupam mais com a sua auto-imagem feminina e menos com a sexualidade, há outras que só se preocupam com sexo, e há o grupo de transição, para terem uma experiência sexual mais intensa, mais forte, preocupa-se com a sua imagem feminina. No caso português, a esmagadora maioria dos que se encontram, que serão mais de 50%, só pensam em sexo, e o facto de serem *cross-dressers* ou não é um pouco irrelevante. E os dois grupos têm alguma fricção." (Marta, 41 anos)

Dada a excepcionalidade da interacção pessoal, a regulação interna da categoria de *cross-dresser*, esta revelação das expectativas e das representações do que significa ser, neste caso, *cross-dresser*, acontece, no contexto nacional, sobretudo através da internet, especialmente nos sítios especificamente dirigidos a, e por, esta população. Eis um exemplo óbvio desta regulação interna de (trans)género, através da "negociação de códigos situacionais de aceitabilidade que estruturam as negociações individuais da autenticidade de género" (Davis, 2009: 109), protagonizado por Verónica, e relatado enquanto percorríamos o fórum que administra.

> "Este também foi um tópico que eu lancei: 'Basta vestir uma tanga e umas meias para se ser *cross-dresser*?'. Isto também deu uma bela discussão. Eu tinha lançado isto inicialmente no *site* "*Crossdressers* em Portugal", que não era meu, e houve quem saísse de lá porque não gostou do meu ponto de vista. Mas foram precisamente esses que vestiam umas meias e umas cuecas. Eu devo ter sido provavelmente a primeira pessoa que levantou um tema à volta dessa questão nesse fórum porque aquilo metia-me um

> bocado de confusão, as pessoas que só vestem uma cueca dizerem que são *cross-dressers*, só porque veste uma cueca de mulher e um corpo super peludo, aquilo para mim não era nada, para mim *cross-dresser* não era ser aquilo. (…) Eu quando olho para pessoas que só vestem umas cuecas e umas meias, eu não as considero *cross-dressers*, eu considero que elas estão ainda no início de um processo de evolução, mas que não são *cross-dressers*, ainda." (Verónica, 36 anos)

As variadas concepções e motivações para o *cross-dressing* colocam problemas na administração dos "fóruns CD". Por exemplo, naquele que administra, Verónica exige uma candidatura, onde conste uma justificação para a participação e assim se possa fazer alguma triagem. E, numa tentativa inclusiva de conciliação dos diversos interesses e sensibilidades, criou uma divisão entre uma parte comum, mais dedicada à prática do *cross-dressing* e outra mais restrita, reservada às questões da sexualidade (onde são permitidas fotografias e comentários explícitos). Os "perfis" colocados on-line traduzem geralmente logo o "perfil de CD". Eis um desses perfis, retirado da netloge, de uma das pessoas que inquirimos e conhecemos no decurso das "saídas".

> "Sobre mim: Sou uma CDzinha casada e hétero. Não gosto nem adiciono homens. Adoro a minha mulher, que é a minha SO[354] muito querida. Gosto de me sentir muito feminina e adoro roupa bem sexy. Adoro saltos altos (…) Estou neste site para me ajudarem a viver a minha feminilidade. São bem vindas todas as dicas e conhecimentos de pessoas que já se aventuraram neste mundo tão fascinante e maravilhoso."

A regulação não é apenas (ou sobretudo) baseada no discurso, é-o também nas imagens, porque aferida pela apresentação do corpo. As fotografias desempenham neste modo de (trans)género um papel fundamental, uma vez que funcionam frequentemente como a única modalidade de existência possível para os outros e de apresentação daquilo que se é[355]. As fotografias traduzem as motivações e as intenções por detrás do *cross-dressing*. A exposição das fotografias pode ter uma intenção de natureza sexual ou ser um modo de apresentação da expressão feminina, para partilha, mas também, para aprovação. Neste último caso, quando exibidas espera-se comentários elogiosos à estética de género e a intensidade aumenta na modalidade presencial – neste caso, praticamente reduzida às "saídas" organizadas colectivamente. Estas, embora constituam potencialmente momentos privilegiados de formação e regulação da identidade *cross-dresser*, abrangem apenas um muito reduzido número de pessoas, mas parecem assegurar a quem as frequenta regularmente um posicionamento e reconhecimento enquanto *cross-dresser* e a ocupação de um lugar privilegiado dentro dessa "comunidade", até porque transpostas e comentadas mais alargadamente no espaço virtual.

354 SO, que significa "*significant other*", é o termo utilizado internacionalmente no cross-dressing para referir a pessoa com quem se partilha a conjugalidade.

355 Embora o recurso às fotografias não tenha sido exclusivo desta categoria, esteve nela muito mais presente, revelando como é um meio crucial para este modo de vivência de (trans)género. Para além das que nos foram mostradas no decurso da entrevista – gravadas no telemóvel ou através do acesso a sítios na internet –, foram-nos enviadas fotos via e-mail, mesmo por pessoas que não auscultámos formalmente.

Tempos, espaços e redes de partilha da feminilidade

Os tempos e a frequência de expressão da feminilidade variam não apenas ao sabor do desejo da própria pessoa, mas também (e sobretudo) das condições para a sua concretização. Como já notaram Ekins e King (2006), as oportunidades de *cross-dressing* estão dependentes da organização de vida do "oscilador", a situação conjugal e a existência ou não de filhos, a relação com a pessoa ou pessoas com quem vive, o tipo de habitação, o tipo de trabalho, as condições económicas, a região onde reside, etc. Estes factores podem, obviamente, variar durante a vida das pessoas, provocando alterações, por vezes drásticas, nos tempos, espaços e partilhas da feminilidade.

Os tempos requeridos também são diferentes consoante a "amplitude" (Ekins e King (2006: 97) do *cross-dressing*, desde vestir apenas uma ou outra peça de vestuário, até à "montagem a rigor", para a qual há relatos de que sejam necessárias horas.

A expressão do *cross-dressing* pode ocorrer em várias "modalidades", relacionadas com o espaço e a partilha. Eis algumas das que nos foram relatadas: no espaço privado, em isolamento; no espaço privado, mas partilhado com outros habitantes do espaço doméstico; no espaço privado, mas partilhado através da internet; fora do espaço privado, em isolamento; fora do espaço privado com pessoas não *cross-dresser*; fora do espaço privado em saídas organizadas colectivamente por/para pessoas *cross-dresser*; fora do espaço privado em ocasiões não relacionadas especificamente com o *cross-dressing*, onde podem variar os actores da partilha (nomeadamente, por ocasião do carnaval).

Embora a elencagem possa dar a impressão de variedade, as ocasiões para o *cross-dressing* são bastante restritas, não havendo uma apropriação livre do espaço público e decorrendo, como já dissemos, na maioria das vezes, e para a maioria das pessoas, no espaço privado e sendo partilhado (quando o é) também bastante restritamente. Se ocorre sobretudo (quando não mesmo exclusivamente) no espaço privado, as pessoas com que se partilha a vida e a intimidade desempenham aqui um papel central (até quando desconhecem a prática). O conhecimento ou desconhecimento, a aceitação ou não da SO, nestes casos sempre uma mulher[356], uma vez que as pessoas auscultadas apresentam modelos de conjugalidade em conformidade com o convencional, constituídos na base de uma relação entre pessoas cis heterossexuais, revela-se decisivo. As oportunidades para o *cross-dressing* crescem na presença de atitudes empáticas, ou pelo menos tolerantes, por parte das pessoas com quem se estabelecem relações de conjugalidade.

A avaliação de uma expectável não-aceitação leva frequentemente[357] à opção pela ocultação das incursões na feminilidade, o que implica grandes restrições no espaço, no tempo e na modalidade em que se expressa. Em casa torna-se praticamente uma impossibilidade e requer uma considerável

[356] Tivemos, no decurso de uma das saídas, conhecimento de um caso de uma pessoa *cross-dresser* que se apresentava acompanhada com o homem com quem mantinha já há algum tempo uma relação de namoro. Num das saídas, uma das participantes mantinha uma relação conjugal actual com uma mulher, mas já tinha tido outras, no passado, com homens.

[357] No caso das pessoas entrevistadas, ao momento da entrevista, apenas Joana se encontrava nessa situação, mas o número amplia-se se remetido ao passado, quer no tempo anterior à revelação, quer a relações já terminadas.

capacidade criativa para sustentar e justificar as "saídas", bem como a logística nelas implicada. Quando a revelação é feita, as reações relatadas são de vários tipos: "choque e rejeição", que acontece sobretudo em relações duradouras e pode levar mesmo à tomada de decisão de terminar a relação[358]; uma "tolerância" que pode ter várias gradações, que vai do "desde que eu não veja" até a recriminações constantes, havendo espaços e tempos negociados, onde o poder negocial parece depender do tempo, da formalidade da relação e da existência de filhos. Quando esta é mais duradoura, oficializada e existem filhos, a recriminação está mais presente e a negociação é mais "dura".

Mas existem igualmente casos de aceitação, que são relatados como excepcionais no contexto nacional, ao contrário de outros em que as esposas ou companheiras são participantes activas nesta vivência de (trans)género[359]. Apesar da impressão generalizada do carácter excepcional da aceitação, encontrámos essa partilha, em modalidades variadas, e em tipos de relações também diversas, chegando a incluir os filhos. Uma das pessoas que participou numa das "saídas" contava às presentes a vantagem de ter uma companheira (já tinha tido relações anteriores com homens), pois deste modo podia haver uma partilha de acessórios (vestuário é mais difícil, dadas as diferentes estaturas), de competências (beneficiando de uma socialização na feminilidade que não se teve) e até uma maior facilidade na compra de roupa (por exemplo, partilhando os provadores ou confundindo-se os destinatários dos bens adquiridos). Outra pessoa que conhecemos no decurso das "saídas" relatou-nos como se expressa no feminino, em casa, com a esposa e os dois filhos menores e como isso é acolhido na interacção familiar. Uma das pessoas entrevistadas conheceu a sua actual namorada na expressão feminina e a relação teve que ser trabalhada no sentido da introdução de um "homem" na conjugalidade.

> "Eu e a minha namorada temos uma relação diferente, nesse aspecto não temos problemas nenhuns porque ela conheceu-me logo como *cross-dresser*. O problema foi depois, porque quando ela me viu como Paulo estranhou, uma coisa não tem nada a ver com a outra, não é? Ao início fez-lhe um bocado de confusão, comigo passou-se o contrário do habitual (risos). Mas foi uma questão de hábito, depois adaptou-se à ideia, porque aquilo ao início fazia-lhe um bocado de confusão, porque ela estava mais preparada para a Verónica, não estava preparada para o Paulo. Mas depois adaptou-se à ideia e actualmente temos uma boa relação." (Verónica, 36 anos)

Estes casos de aceitação e de partilha da expressão da feminilidade do elemento masculino do casal mostram como, apesar de não se poder generalizar, mesmo em relações convencionais (e em parte delas estabelecidas nessa base, ou seja, na da cis e heterossexualidade), a conjugalidade constituir uma das arenas onde, pese embora invisíveis socialmente, as mudanças no sistema binário de género e de sexualidade estarão a acontecer (Sanger, 2008, 2010).

---

[358] Nestes casos frequentemente procura-se, em posteriores relações, companheiras que demonstrem maior abertura à situação e também que a revelação ocorra na fase inicial da relação.

[359] Existem inclusivamente estruturas organizados por/para SO. Por exemplo, o *site* da Tri-Ess inclui uma "Wives' and Crossdressers' Bill of Rights" (pode ser consultada em http://www.tri-ess.org/Wives_CDs_BofR.html).

É consensual o desejo de partilha da feminilidade com outros, e especificamente com "outros semelhantes", o que se cumpre sobretudo através das possibilidades oferecidas pela internet. Mas, para além da partilha nessa modalidade, a "saída" para o espaço exterior, para o espaço público, é igualmente desejada, embora abundem os relatos de que a esmagadora maioria não o fará (situação em que se encontram duas pessoas inquiridas). Esta é uma categoria de (trans)género praticamente invisível no espaço público e não tanto porque não seja notada enquanto tal, mas porque este é efectivamente escassamente frequentado. Mesmo para quem faze parte do reduzido núcleo duro de frequentadores das "saídas", a periodicidade dificilmente ultrapassa, em média, uma por mês.

As incursões na expressão feminina no espaço público são encaradas como um desafio e parecem constituir um patamar, um "outro nível" no modo de vivência *cross-dresser*. Daí que abundem, nos fóruns específicos na internet, tópicos de conselhos e partilhas de experiência sobre essas "saídas *en femme*"[360], em rúbricas como "*cross-dressers outdoors*". Eis um exemplo do relato de uma dessas experiências, que encontrámos na *homepage* de uma das "veteranas" CD no contexto nacional.

> "A Susana sempre sonhou em sair um dia à rua, mas era um sonho bastante longínquo que se concretizou. A sensação … bem … fiquei um pouco nervosa à saída de casa. Sempre existe o perigo de alguém nos ver e reconhecer. Mas depois foi o máximo, uma sensação fantástica saber que estamos a ser observadas e apreciadas como mulheres e verificar que alguns olhares marotos masculinos são capazes de nos confundir com uma verdadeira garota. Eu ia vestida com uma blusa branca um pouco transparente, mini saia preta, meias de lycra branca brilhante, sapatos pretos de salto alto, brincos e colar de pérolas e um casaco curto de cor preta porque a noite estava fria. É impossível transmitir a emoção sentida, a adrenalina a percorrer o corpo, indescritível." (*homepage* de Susana Marques)

Neste modo de transgénero, a habitabilidade do espaço público apresenta um risco duplo. Acresce ao risco comum a todas as formas de género trans do reconhecimento de que se trata disso mesmo (Doan, 2010), uma especificidade do *cross-dressing* do reconhecimento de que se trata daquela pessoa ("daquele homem") em concreto. Quando concretizada a tomada do espaço público, esta é auto (e hétero, pelos pares) avaliada como um "acto de coragem" e um indicador que reforça a identidade de *cross-dresser*. O risco é avaliado como mais reduzido quando a saída ocorre em grupo, e geralmente, dado o secretismo que envolve esta expressão de género, os companheiros de "saída" serão outras pessoas *cross-dresser*, com quem já se partilham outros "sítios", os da internet. Elisa dá conta daquela que parece constituir a cronologia mais comum de "exposição CD".

> "Eu, antes de ter uma saída como *cross-dresser*, em feminino, antes de estar em lugares públicos dessa forma, passaram bastantes anos em que os meus contactos só se limitaram a conhecimentos da internet. Falar com pessoas pela internet, num caso ou noutro conheci pessoalmente pessoas também *cross-dressers*, mas o sair "*en femme*", como nós dizemos, a primeira vez foi recente e só surgiu por existir já um grupo de pessoas que começou a organizar saídas desse género." (Elisa, 46 anos)

As "saídas" organizadas colectivamente constituem a modalidade mais viável e segura da exibição pública da feminilidade. Apenas uma pessoa relata experiências de saídas fora das organizadas em

[360] "*En femme*" é a expressão de língua francesa utilizada no *cross-dressing* para referir "no modo de expressão feminino".

ambiente protegido com outras pessoas *cross-dresser*, nomeadamente com a namorada. As "saídas" do espaço privado, as "saídas para o exterior", que são também (pelo menos episodicamente) uma "saída do armário", são, como todas, difíceis. São recorrentes manifestações de interesse de participação que não chegam (nunca) a concretizar-se. Eis o relato de uma dessas "saídas", em que não participámos, enviado pela sua organizadora:

> "A festa correu muito bem, embora muitas das estreantes que estavam inscritas tenham acabado por não aparecer. Mas estiveram, entre cd's e travestis, cerca de 16, mais perto de 10 amigos de ambos os sexos (incluindo cd's que foram "à homem"[361]). Visto de fora pode parecer que não é nada, mas neste meio é um recorde." (05/07/2010).

No período etnográfico, as "saídas" não atingiram as duas dezenas de participações de pessoas desta expressão de género, havendo relatos de que aumentam na época do carnaval, onde a prática pode ser justificada fora do enquadramento do transgénero. Num *mail* de convite para uma das "saídas", informava-me com satisfação a organizadora que "devemos bater o record de presenças – tenho 17 cd's inscritas" (19/01/2011). Quando aumentou a cadência com que eram realizadas, começaram mesmo a ter uma designação específica, na lógica de evento regular – "*Tranny*[362] *Nights*" – e a contar com uma "*mailing list*" de potenciais participantes – as próprias pessoas desta expressão de género e "*friends*". Esta *mailing list* espelha a rede de relações e partilha desta expressão de género na sua modalidade presencial.

Os "outros" com quem se partilha o (trans)género são bastante restritos, em número e em variedade. À excepção de outras pessoas *cross-dresser* e alguns profissionais (cabeleireiros, maquilhadores, vendedores de "próteses", empregados dos poucos locais frequentados), nunca abarca ninguém da esfera profissional e apenas em dois casos envolve um ou outro amigo. Os amigos – que poderiam constituir os protagonistas privilegiados da "*ponte entre os dois mundos*", como refere uma das pessoas nesta situação – não desempenham, nesta categoria de (trans)género o papel de suporte desempenhado noutras (como na transexualidade e nas travestilidades). Em termos familiares, pode incluir a companheira e, muito excepcionalmente, outros membros da família como filhos, irmãos, cunhados e sogra. Aos pais, a prática parece não ser nunca revelada (é considerado, provavelmente à semelhança do que aconteceria com uma prática sexual, "desnecessário"), embora no caso de partilha do espaço doméstico se suspeite que estes saibam, ou pelo menos desconfiem, vigorando a política do "*dont't ask, dont't tell*"[363].

Relativamente às "geografias CD", é privilegiada a zona do Príncipe Real, em Lisboa, por ser avaliada como única zona "trans *friendly*" do país, alargada a alguns espaços da margem sul (mais especificamente um bar, cuja proprietária é também CD, e uma discoteca). Na ausência de espaços

[361] A ida "à homem" é uma modalidade de participação possível e é a eleita quer para sondar antes da inauguração de uma deslocação "*en femme*", quer quando, numa determinada ocasião, não se conseguem reunir as condições logísticas para a participação na expressão da feminilidade.
[362] "*Tranny*", inicialmente um termo pejorativo, que na gíria se refere a formas de expressões de género trans.
[363] O silencia permanece mesmo quando um dia se chega a casa e "desapareceu" todo o guarda-roupa feminino, como relata uma das pessoas entrevistadas.

especificamente trans (fora os do trabalho sexual) no contexto nacional, aproveita-se as características dos *gay* ou "*gay friendly*". A inauguração da frequência de cada novo espaço é precedida de uma auscultação prévia, "à civil"[364], o que evidencia as restrições colocadas à ocupação do espaço público (neste caso, semi-público) pelas pessoas trans (Doan, 2010). Tivemos, durante a pesquisa, oportunidade de assistir a tentativas de criação de espaços "trans *friendly*" ou, mais especificamente, "CD *friendly*", umas bem e outras mal sucedidas[365].

Na ausência, no contexto nacional, de estabelecimentos nocturnos de lazer, especificamente concebidos para este "nicho de mercado"[366], começam agora a existir alguns que disponibilizam o espaço para a "montagem"[367] e que ocasionalmente, ou mais regularmente, têm noites temáticas. Nesta expressão de género a logística é um factor crucial porque a "montagem" muitas vezes não pode ser feita em casa e a ausência de condições pode constituir um factor impeditivo para as "saídas". Apesar dos progressos, sobressai deste estudo a necessidade de alargamento de geografias habitáveis por pessoas que se expressam minoritariamente em termos de género. Os espaços "amigáveis" existentes, para além de reduzidos, estão concentrados na região da Grande Lisboa, impossibilitando ou dificultando a participação de habitantes de outras regiões.

Os espaços da transformação de "sapos[368] em princesas", para além do próprio local de destino da "saída", quando oferece as condições necessárias, vão desde os quartos de pensão que se alugam propositadamente para o efeito, à residência, à garagem da residência ou do trabalho, ao escritório ao fim do dia. Os "armários" constituem um problema neste modo de trans-género, mesmo na sua literalidade, e por vezes requerem soluções imaginativas.

> "Eu tenho um armário… Eu tenho uma garagem, a minha casa é térrea, com uma garagem à parte, onde tenho carro, tenho mota e tenho um armário, onde tenho ferramentas, aquilo que qualquer pessoa tem e pode precisar, que tem um fundo falso. Estão dois armários, num estão as ferramentas, no outro tenho as minhas coisas, que eu sei que estou à vontade, ninguém lá mexe, quando é preciso limpar ou lavar alguma coisa sou eu que faço isso. A minha esposa quando vai lá é para pôr ou tirar o carro da garagem. Há que ter 100% de cuidado em não deixar uma liga caída no chão, ou…" (Joana, 41 anos)

> "Comecei a comprar, antes de contar à minha mulher comecei a juntar as coisas todas numas malas no sótão da casa dos meus pais. Eles vivem aqui em Sintra e a casa está vazia lá, de maneira que ia lá pondo, só depois é que levei para a minha casa, quando contei." (Andrea Costa, 44 anos)

---

[364] "À civil" é uma expressão utilizada para referir a expressão masculina, a ausência de "traje".

[365] Na primeira "saída" em que participámos, o local inicialmente eleito teve que ser alterado para aquele que já na altura era o habitualmente frequentado, dada a má vontade demonstrada pelo responsável do primeiro aquando da prévia auscultação.

[366] Ao contrário do que acontece por exemplo nos EUA e no Reino Unido, onde existem espaços, na lógica de clubes, especificamente dirigidos a esta população, que oferecem serviços como conselho de imagem, cabeleireiro, maquilhagem e mesmo fotografia.

[367] Eis algumas mensagens recebidas por incluirmos a *mailing list* das "*Tranny Nighs*": "Se algum@ menin@ necessitar de apoio para se produzir, é só dizer. E pode sempre "trazer a mochila" e produzir-se no local, com toda a comodidade, sem qualquer problema."; "Para quem necessitar de se produzir no local, não há problema, os lavabos proporcionam boas condições para o efeito."; "O T. [proprietário do espaço, um clube privado] prefere, por razões de vizinhança, que as crossdressers se 'produzam' no local, havendo camarins adequados para o efeito".

[368] "Sapo" é utilizado no *cross-dressing* para referir o indivíduo na expressão da masculinidade, certamente numa referência ao que representam nas histórias de encantar, ao "parecerem uma coisa mas serem outra", ao esconderem a verdadeira identidade e ao representarem um processo de transformação corporal e estética.

Para além de outros factores, o espaçamento das "saídas" tem também que ver com a logística e os recursos materiais nelas implicados.

> "Eu saio entre mês e meio, dois meses. Agora aquelas coisas praticamente seguidas, como estava a começar de fazer ao princípio, não é que canse, mas preciso de tempo para ir arranjando as coisas. À segunda-feira vou começando a arranjar as botas e arrumando botas e a guardar as botas no saco, e a camisola, os *collants* e o corpete e mais aquilo tudo. Os seios em silicone, que eu também tenho, que vieram do Brasil, feito mesmo em silicone, são macios, que eu gosto de pôr no corpete antes de o esticar. Pronto, tudo isso guardadinho num saco que eu já sei que… mais a mala de senhora, que foi 30 e tal euros. Bolas, é um luxo caro! Por isso, é mais a mala e certas coisas, depois são as capas para as botas, que as ruas que nós temos também de vez em quando fica assim esfolado em baixo, como é um salto fininho… Uma pessoa com um sapato de homem não vai cá estar preocupado se está esfolado, se aquilo esfola, se aquilo não esfola." (Joana, 41 anos)

Na ausência de transformações encarnadas, o investimento é canalizado para o guarda-roupa, o "parecer bem". Como dissemos, uma das vias de legitimação da identidade *cross-dresser* é a demonstração de que esta prática "é levada a sério", que não se trata apenas e obviamente de "um homem vestido de mulher", uma brincadeira ou algo de grotesco. Por isso, apesar do humor e da boa disposição, nota-se o investimento e por vezes, em algumas pessoas, até um certo nervosismo chegado o momento de se submeterem à apreciação dos outros (sobretudo os pares) e o orgulho e a satisfação perante os elogios. São comuns as opiniões sobre se se gosta mais de ver esta ou aquela pessoa com este ou aquele penteado, esta ou aquela cor de cabelo, tipo de maquilhagem, etc.

O "estilo de mulher" é, pelo menos para as pessoas auscultadas, criteriosamente pensado e planeado, podendo contar com a ajuda de outros, mas personificando a estética corporal feminina preferida. Apesar da aposta comum no visual "sensual", também existem, neste modo de trans-género, visuais mais próximos dos de "mulher comum". Eis exemplos desses dois diferentes estilos.

> "É um guarda-roupa um bocadinho diferente do resto das pessoas do meu género, porque eles gostam muito das sedas, do toque da seda e do toque do cetim, da *lingerie*, eu sou um bocado diferente, sou de um estilo mais moderno, mais jovem, se calhar um bocado provocante demais, é o que a minha mulher diz 'Tu pareces que vais para a recta'... é como eu gosto de ver uma mulher, é como o meu lado masculino gosta de ver uma mulher, e é esse o papel que eu faço." (Andrea Costa, 44 anos)

> "O meu estilo foi criado a conselho da madrinha[369], mas também se eu andar de mini-saia... eu gosto muito de mostrar as pernas... mas uma senhora de 47 anos de mini-saia acho que fica assim um bocadinho... desajustado para a idade. A Rafaela veste-se em conformidade com a idade que tem e também com a maneira como gosto de ver uma senhora vestida... Mais ou menos como me viu da outra vez, às vezes posso trazer uma saia pelo joelho, mini-saia nunca, mais ou menos dentro daquele género..." (Rafaela, 47 anos)

Uma das evidências etnográficas, sobretudo notórias nos casos em que os encontros organizados de pessoas *cross-dresser* tiveram uma participação mais alargada, não tanto no núcleo duro das mais experientes nas "saídas", e deste modo, na expressão social da feminilidade, foi, nem tanto a escassez de "capital de género" no sentido de Davy (2011), que remete para o domínio do conhecimento[370], mas mais de "práticas da feminilidade" exibida por algumas das participantes. As "iniciantes", o que tem

[369] Rafaela refere-se aqui à mulher trans que a ajudou quando, ainda antes da generalização da internet, se deslocou ao "Conde" em busca de "outros semelhantes" e de um sentido para o seu desejo de expressão da feminilidade.
[370] É abundante a informação disponibilizada nos fóruns especificamente dirigidos ao *cross-dressing*.

que ver não apenas com a antiguidade do *cross-dressing*, mas igualmente com o espaço e o tempo disponíveis para o seu exercício, expressam uma "feminilidade atrapalhada ou trapalhona" (roupas desalinhadas, andar desajeitado devido à altura dos saltos, gestos e posturas estranhados na feminilidade como a colocação das pernas). Estes "encontros" constituem ocasiões privilegiadas de assistir à (re)produção de género, enquanto construção social reiterada ao nível individual, e de todo o esforço envolvido no domínio dos seus códigos e das suas práticas.

Ekins e King (2006: 99-100) chamam a atenção para o duplo sentido do "passar" neste modo de trans-género. Quando "fora" do "território natural de género" pretende-se "passar", ou seja, "ser tomado por mulher", "não ser lido como um homem". Isso cabe bem no uso do termo "*passing*" por Goffman (1988 [1963]) para se referir aos processos de gestão da informação, em especial para evitar a revelação ("*disclosure*") da informação estigmatizante que pode desacreditar o actor. Embora, neste caso, estas pessoas desejem passar pelo prazer que isso lhes dá, mesmo que não haja um perigo real envolvido na revelação. Mas, quando "regressam" têm que manter oculto o facto de terem "estado fora", porque têm que se apresentar não apenas como homem, mas também como masculino, não-trans e, frequentemente, heterossexual. Assim, as pessoas envolvidas em processos de oscilação de género também têm que "passar" no sentido em que a informação potencialmente estigmatizante de que estiveram numas "férias de género" tem que ser mantida em segredo. Este "passar" no segundo sentido é merecedor de maiores cuidados, é mais importante que seja bem-sucedido, não podendo haver indícios das "excursões". Esses indícios são revelados e partilhados online[371].

Cross-dressing e orientação sexual

Uma das principais componentes daquilo a que podemos chamar a "narrativa clássica do *cross-dressing*", que tem vindo a ser desenvolvida desde os anos 1950 pelos seus "membros", proclama que os "verdadeiros *cross-dressers*" são exclusivamente heterossexuais (ver Prince, 1957) e as ciências médicas também assim definem os "transvestistas fetichistas" (veja-se, a esse respeito, Docter, 1990 [1988]: 6).

Quando se acede à experiência vivida dos indivíduos, contrastando com a existência de uma orientação sexual "oficial", que tem servido para legitimar a categoria, demarcando-a da (homo)sexualidade, encontramos uma realidade bem mais diversa. Em primeiro lugar, não chegou a metade das pessoas inquiridas formalmente (5 de 11), as que se assumiram como heterossexuais. Em segundo, a própria "heterossexualidade" pode assumir, no contexto deste modo de vivência de (trans)género, algumas particularidades. Há efectivamente casos em que a identidade sexual como "heterossexual" se constitui no sentido convencional de uma atracção exclusiva por mulheres cis (3 dos 5 casos).

[371] As "saídas" são fotografadas e colocadas nos fóruns específicos, mediante autorização de cada participante (também nós recebemos esses pedidos de autorização). Aconteceu, por exemplo, pessoas que não participaram nos retratos de grupo destinados aos fóruns, mas registam essa participação apenas na sua própria máquina, não deixando assim "vestígios" não controlados da sua presença.

> "Sou heterossexual, até ligeiramente homofóbico, o que é um bocado estranho, mas sei que é frequente em algumas *cross-dressers*… tenho tanta aversão ao sexo masculino, que mesmo sem ter relações… vai do género ao sexo… e portanto, não vou ter parceiros masculinos… parceiros masculinos, *cross-dressers*, não tenho interesse nenhum." (Marta, 41 anos)

No entanto, a análise da relação entre as variáveis "orientação sexual assumida" e "expressão(ões) de género objecto de atracção sexual", revela que a identificação como "heterossexual" pode estender-se, para além da atracção por mulheres cis, a outras expressões da feminilidade trans (2 casos). Esta permanência na heterossexualidade, pese embora o reconhecimento de atracção por pessoas trans, poderia ser interpretada como extensão do valor de "mulher" a outras feminilidades, mas parece-nos que no caso desta categoria de género acontece sobretudo porque as atracções, e até as práticas sexuais com pessoas fora da cissexualidade ou, talvez mais ainda, quando fora da cissexualidade, não serão de molde a afectar a identidade sexual "oficial", aquela em que se reconhecem, e na qual são reconhecidos, de "heterossexual".

As restantes pessoas inquiridas (6) assumiram-se como "bissexuais". A bissexualidade também não se restringe aqui ao sentido convencional de uma atracção por homens e por mulheres (3 casos), mas inclui as modalidades de atracção pelas duas categorias cis mais as expressões trans (2) e apenas as trans (1). Aliás, é no *cross-dressing* que vamos encontrar mais intensamente a atracção por pessoas trans, não apenas ao nível de um discurso ideologicamente orientado de inclusão (que encontramos nas formas politizadas de trans-género), ou especificamente de inclusão de homens e mulheres transexuais como homens e mulheres, que encontramos sobretudo nas próprias pessoas transexuais, mas ao nível das práticas sexuais, ou seja, das pessoas com quem se relacionam sexualmente. O que sobressai é pois, como tantas outras vezes temos encontrado nesta pesquisa, "diversidade", contrastando fortemente com a homogeneidade da sua definição, não podendo deduzir-se do *cross-dressing* orientações ou atracções sexuais.

Como outros autores já notaram, as identidades ou expressões de género trans complicam ou perturbam a integração nos valores convencionais da orientação sexual, uma vez que esta está referenciada no sistema de sexo/género dominante (Devor, 1989; Nataf, 1996; Monro, 2005; Valentine, 2007; Hines, 2007a; Sanger, 2010; Davy, 2011). No caso específico deste modo de trans-género há quem se posicione nas categorias da orientação sexual consoante o género expressado.

> "Eu só posso falar por mim, pelas outras não. O Rafael é heterossexual. A Rafaela também gosta de homens. O Rafael se olhar para um homem é um ser humano como outro. A Rafaela tem a fantasia de um homem, como qualquer mulher tem a fantasia de um homem." (Rafaela, 47 anos)

> "Considero-me bissexual porque... mas não como homem, como homem não, porque eu tenho um bocado de repulsa só de pensar numa relação com outro homem... [Como homem considera-se heterossexual?] Exactamente, e lá está, não é uma coisa... bissexual porque já tive um caso ou outro, mas como Andrea, porque faz-me sentir mais mulher, o meu lado feminino... é o tal perfeccionismo a que eu tento chegar... mas são casos esporádicos... [Mas a Andrea sente-se atraída por homens ou sente-se atraída por outras expressões de género, por exemplo por outras pessoas *cross-dresser*?] Também. Por homens é relativo, se eu fosse mulher era muito esquisita... aconteceu duas ou três vezes, não sei ao certo... mas enquanto mulher... eu sou muito selectivo enquanto tal... como homem, não me atrai minimamente. (…) Para mim, acima de tudo, mais do que propriamente o acto, o acto acontece esporadicamente, e não é um fim em si, o essencial é mesmo a sedução." (Andrea Costa, 44 anos)

A atracção por um homem cis, que não surge nunca quando na expressão da masculinidade (talvez daí a ausência de identificação com homossexual), parece contudo fazer parte do "pacote" de "mulher" e/ou da "sensualidade feminina".

> "Porque depois, em conversas, o que eu vejo é que ok, têm fantasias e essas fantasias pode-lhes custar a aceitar, mas todos, quase todos, na minha opinião, têm fantasias envolvendo seduzirem um homem ou terem relações com um homem que está fascinado por eles como mulher. Isso no meu caso também é verdade, nunca tive nenhuma relação dessas, mas reconheço perfeitamente para mim mesmo, que me atrai imenso que haja homens que gostem de mim. E que um homem interessante, que me tratasse como mulher, e me tratasse com toda a atenção, era algo a que eu poderia sucumbir nas condições adequadas." (Elisa, 46 anos).

Experimentar e testar o que é ser mulher, tendo relações com homens, desempenhando o papel de mulher, mas não sendo ocultado, e fazendo mesmo parte das regras da interacção erótica, que não se é mulher, constitui uma das componentes de excitação valorizadas na relação. Isto distingue esta relação do modo como é vista e experienciada a relação de uma mulher transexual heterossexual com um homem e aproxima-a das transações no âmbito do trabalho sexual de expressão trans, porque aí as regras são estabelecidas pelo próprio funcionamento desse "campo do trabalho sexual das feminilidades trans" em que o pressuposto básico é que se trata de uma mulher não biológica. Contudo, a categoria *cross-dresser* não faz parte das que habitam os espaços do trabalho sexual de expressão da feminilidade trans, acontecendo mais na modalidade de "encontros" para fins sexuais, não pagos.

> "Uma coisa que é muito comum em todos nós, não sei se já terá chegado a essa conclusão através das outras entrevistas e inquéritos que fez, é que, não digo todos, mas uma grande parte de nós tem a fantasia de estar com outro homem. E sentimos aquele desejo de, no fundo, nos sentirmos mulheres mesmo a 100%, sentir tudo aquilo que a mulher sente… neste caso, no campo sexual, pronto, e portanto uma coisa que todos procuram ao início é os encontros, para sexo." (Verónica, 36 anos)

Como dissemos, sobressai desta categoria de trans-género a pluralidade das atracções e práticas sexuais, sobretudo (mas não exclusivamente) quando também aí situadas, por outras pessoas trans.

> "Por exemplo, eu vou na rua, eu olho para homens bonitos, não me dizem nada, mulheres bonitas, atraem-me, eu viro a cara e vejo. Se vier um travesti, fico vidrado. Mesmo que não seja um príncipe, não é? Mesmo que não seja bonito, não é? A priori já há algo de bonito só pelo facto de um homem se vestir de mulher, vem um bocado da deformação, ok? E isto que se passa comigo, passa-se com muitos." (Elisa, 46 anos)

As categorias e os termos relativos às orientações sexuais referenciam-se num paradigma cisgénero e por isso podem não ser apropriados e não ter um potencial de tradução das realidades das pessoas trans (Cromwell, 1999a: 130). Prova disso é que são criados e vigoram, nos espaços trans, termos autóctones para referir essas realidades não abrangidas pelas concepções e designações dominantes. Um desses termos é o de "lesbianismo *cross-dresser*" para designar a atracção por expressões trans (não necessariamente apenas *cross-dressers* mas da feminilidade trans), enquanto *cross-dresser*.

> "Há essa atracção e muitos deles têm ou dizem ter atracção desse tipo, que até os costumamos chamar como '*cross-dresser* lésbico', que tem atracção por outra *cross-dresser*, como se fossem duas mulheres. É habitual chamar-lhe isso, o lesbianismo, entre aspas, *cross-dresser*. A maior parte, dos que eu conheço, são desse tipo e afirmam que não têm qualquer espécie de atracção pelo masculino e que nunca teriam

> relações sexuais com machos, ok poderiam ter com outros *cross-dressers*, com travestis, com transexuais. Mas, pronto, a par disso também têm atracção por mulheres, e a maior parte são casados ou têm namoradas e têm sexo normal com essas mulheres. Mas, isto é uma intuição que eu tenho, e no meu caso reconheço como sendo perfeitamente verdade, têm mais atracção pelo *cross-dresser* e pelo travesti do que pelo feminino em si. Têm um qualquerzinho, um bocadinho de excitante a mais." (Elisa, 46 anos)

Não tendo disponível um termo que traduza a sua realidade relativamente ao sentido da atracção sexual, opta-se por aquele que, dentro dos valores convencionais da orientação sexual, abrange maior diversidade – a bissexualidade. Mas na verdade, quando comparada a diversidade abrangida pela categoria convencional que mais a representa, com a aqui encontrada, temos bem noção do quanto é restrita na abrangência da diversidade contida na realidade. A análise dos transerotismos expõe bem a necessidade de encontrar categorias mais inclusivas e mais heurísticas para as atracções de/por pessoas trans. O termo que começa agora a ser utilizado, enquanto valor possível da variável orientação ou identidade sexual, é o de "pansexualidade", que significa precisamente diversidade, poder sentir-se atraído por diferentes tipos de homens e de mulheres (Nataf, 1996: 32) e não apenas os cissexuais. Na definição de Rice, "Pansexualidade reconhece que existe mais do que apenas dois sexos distintos. (…) Esta flexibilidade permite que as pessoas desenvolvam relações psicológicas e físicas não apenas com homens e mulheres, mas também com transexuais, andróginos e indivíduos transgénero que não se conformam às identidades de género convencionais" (2010: 593). Resumindo, pansexual pode ser utilizado para traduzir a atracção por outros, independentemente das identidades e expressões de género – a do próprio e daquele(s) com quem se relaciona.

Esta pluralidade e abertura demonstradas por uma parte das pessoas *cross-dresser* em matéria de preferências sexuais, bem como a confusão, quer corresponda mais ou menos à realidade, entre uma prática de *cross-dressing* e erotismo leva ao cruzamento (virtual e presencial) da "comunidade" *cross-dresser* com algumas "comunidades" de práticas sexuais minoritárias, como a BDSM (*bondage*, dominação, sadismo e masoquismo). Um dos espaços conquistados para as "saídas" foi mesmo um clube privado, de acesso restrito e controlado, "liberal" em termos de práticas sexuais, como dá conta este mail que nos foi enviado pela organizadora das "saídas".

> "É pena não poderes ir, depois te contarei como correu. É estreia neste espaço sim, é um espaço com características diferentes do habitual (um clube privado, "liberal", onde podemos eventualmente deparar com cenas um pouco fora dos brandos costumes... - aliás, tencionava pôr-te de sobreaviso sobre estas características, caso a priori estivesses a pensar ir)." (mail recebido em Setembro de 2011)

Parece que para algumas pessoas isso fará parte da "libertação" das normas de género e sexuais, que a assunção de uma identidade "alternativa" de algum modo também poderá desinibir e potenciar.

(Des)Medicalização

Inscrita nos catálogos de doenças mentais na forma de "fetichismo transvestista", os conteúdos médicos não parecem ter acolhimento por parte das pessoas que se reconhecem na categoria de *cross-dresser* em Portugal, contrastando com o que acontece com a transexualidade. Esta é uma categoria de

(trans)género com uma vivência à margem do discurso e da prática da medicina. Nenhuma das pessoas de quem se recolheu informação formal recorria a serviços médicos por questões relacionadas com a identidade de género – para já porque ausente a principal motivação do seu recurso, que é o acesso a transformações corporais encarnadas –, e apenas uma pessoa inquirida – que podemos incluir naquelas a quem Elisa denomina de "inexperientes" – ponderava a hipótese de aconselhamento psicológico.

> "Alguns *cross-dressers* inexperientes que nas suas primeiras abordagens se percebe que ainda não estão tranquilos consigo próprios e então não estão bem… E muitos deles se calhar vêem isto ainda como uma tara de que ainda vão conseguir libertar-se e não sei quê. Mas, na esmagadora maioria dos casos, as pessoas vivem bem com isso, são mais felizes assim, e o que quereriam é poder viver assim, sem que isso lhes trouxesse problema nenhum." (Elisa, 46 anos)

Podendo ressentir-se, numa fase inicial, e ainda pouco ou nada partilhada com pares, de uma vivência do género e da sexualidade considerada socialmente "anormal", esse sentimento e essa incompreensão acabam por ser ajustados e acomodados no *self* e na vida, à medida que se encontram histórias semelhantes.

As pessoas entrevistadas foram unânimes em rejeitar o *cross-dressing* como uma doença ou uma perturbação que necessitasse de cuidados médicos, antes, assumem-no como um prazer e promotor do seu bem-estar.

> "Eu acho que a medicalização não tem qualquer cabimento. Deixe-me dizer que eu, no ano a seguir a ter revelado à minha mulher que era *cross-dresser*, psicologicamente, passei por uma fase muito conturbada e, coisa que nunca tinha feito na vida, fui procurar ajuda psicológica e estive durante um ano a fazer psicoterapia, que me ajudou bastante. Mas, claramente, para mim, a mensagem que ficou, é que não tenho problema nenhum na cabeça, estava era muito em baixo pelos problemas que tinha passado; e, pelo contrário, o que me ajudou foi, mais do que nunca, assumir tranquilamente que não é nenhuma anomalia. Não é nenhuma doença do fórum psíquico, não é nenhum desvio. É, pronto, é uma coisa que foge às normas do que está estabelecido socialmente, mas que não é defeito nenhum psicológico, não é nenhuma falha que pudesse ser tratada por vias médicas." (Elisa, 46 anos)

> "Já tentei, mas aprendi que reprimir é a pior coisa que se pode fazer, porque o desejo está cá sempre, nós até podemos controlá-lo, mas ele vai voltar. E se nós entrarmos em negação, ele vai voltar e vai voltar muito mais forte. E depois viver em negação faz com que nós nos comecemos a sentir frustrados e irritados, que era o que acontecia muitas vezes comigo, por qualquer coisinha stressava, barafustava. Porque, no fundo, faltava ali qualquer coisa. E eu, a partir do momento em que aceitei o meu lado *cross-dresser*, comecei a estar bem comigo próprio." (Verónica, 36 anos)

> "Eu convivo bem com isso [o *cross-dressing*], nunca me arrependi, aliás, sinto orgulho nisso, acho que é uma mais-valia para mim." (Andrea Costa, 44 anos)

As experiências das pessoas *cross-dressers* auscultadas para este estudo confirmam assim a ideia já reconhecida por alguns organismos oficiais de saúde (nomeadamente os dos países do norte da Europa) da existência de um diagnóstico médico ser supérflua e contribuir para a estigmatização social de modalidades minoritárias de expressão do género e da sexualidade (cf. cap. 3.3). Ainda que algum acompanhamento psicológico possa ter um efeito positivo no sentido da auto-aceitação (obviamente, no mínimo, discutível no sentido da erradicação), não carece de diagnósticos inscritos em catálogos de perturbações no campo da sexualidade.

Vigilância e peso da masculinidade

Na oscilação de género, tal como na migração, o binarismo de género é, aparentemente, aceite (Ekins e King, 2006: 109), dado não se reivindicar um outro "lugar de género" fora do masculino e do feminino, o que faz com que possa ser tomada como uma modalidade de (trans)género que contribui para reforçar o sistema de género dominante. Esta leitura é, porém, a nosso ver, demasiado simplista. Se pensarmos que os pressupostos básicos do sistema de sexo/género dominante estipulam que os dois géneros convencionais se excluem mutuamente, e que existe uma relação fixa entre sexo biológico e género expressado, o *cross-dressing* desafia-o claramente. Como refere Gilbert (2000, s. p.), "em alguns aspectos o *cross-dresser* é o derradeiro 'fora da lei' de género (*gender outlaw*). Afinal de contas, ele/ela (*sHe*, no original) vai de um género para outro, frequentemente sem 'passar' ou mesmo preocupar-se com isso.".

Há ainda estudos que apontam para o conservadorismo de género dos seus protagonistas, como o de Gagné, Tewksbury e McGaughey, em que os autores afirmam que "A maioria das pessoas *cross-dresser* da nossa amostra apresenta opiniões muito tradicionais acerca de sexo, género e sexualidade. São homens masculinos, heterossexuais que, quando vestidos de mulher, desejam ser percebidos como mulheres femininas e heterossexuais." (1997: 484). Ora, como tivemos ocasião de ver ao longo deste ponto, a realidade apreendida é bem menos linear. Embora num plano mais individual e não político ou politizado, como encontramos noutras formas de transgénero, aquilo que observámos foi uma crítica ao binarismo de género e seus mecanismos de vigilância, sobretudo naquilo que é (ou melhor, não é) permitido aos homens. Há uma contestação do universo que está socialmente reservado aos homens, que conduz mesmo, nos casos mais extremos (como em Marta), a uma desidentificação e a um desejo de desertar da masculinidade; há, mais generalizadamente, a contestação da interdição de apropriação do feminino, numa base não permanente, pelos homens; há ainda a contestação de que machos e fêmeas sejam assim tão diferentes que tenham que se expressar de modo tão distinto como o socialmente prescrito; há ainda o desejo de um modelo de género mais andrógino e mais igualitário, onde a livre expressão do *self* se sobreponha às normas sociais e culturais de género.

> "Eu acho que o meio social em que somos criados distingue muitas coisas, os rapazes são habituados a brincar só com certas coisas, a actuarem de determinada forma, a terem determinadas reacções. As raparigas também, mas mais os rapazes. E, no fundo, somos muito mais próximos, muitas vezes nem damos por isso, mas somos muito mais próximos do que aquilo que pensamos. Algumas pessoas descobrem isso, outras, a maior parte, não descobre. Mas acho que cada vez mais se começa a notar, já se vê rapazes com determinadas peças femininas, o que não se via. Cada vez começa mais a atenuar-se esse ensinamento social dos nossos pais, da sociedade, homens e mulheres começam a aproximar-se mais." (Andrea Costa, 44 anos)

> "Nós não convivemos só com homens, nós convivemos com homens e com mulheres, porque é que havemos de assumir só um determinado tipo de postura? Se me apetece cruzar a perna de uma determinada forma, porque é que eu tenho que fazer de outra forma? Da mesma forma que uma mulher, pronto, de calças, não pode estar sentada de perna aberta, porquê? As pessoas não foram propriamente criadas como *robots*, isso é giro no *Metropolis*, que Fritz Lang, um visionário na altura, se lembrou de fazer, as pessoas quase que autómatos, fazem aquilo e acabou. Felizmente nós estamos um bocadinho à frente, somos autómatos noutras coisas, ó pá, mas quando podemos ser nós próprios, somos (…) Eu não sou homem nem sou mulher, sou uma pessoa. E as pessoas são diferentes, ponto. Acho que mesmo os

> gémeos siameses têm diferenças, não é? Eu, uma das coisas que quero, é a liberdade de escolha, não interessa se eu sou mais isto ou mais aquilo. Eu não tenho que controlar. Aí é que está, eu não tenho que controlar, porque é assim, sou eu! Eu não estou a trabalhar, nem para ser o gajo, nem para ser a gaja, eu sou eu. Ou seja, vestir mini-saia ou vestir calças, são coisas diferentes mas da mesma pessoa." (Guida, 35 anos)

Estes discursos remetem-nos para as "políticas de justiça de género" (Connell, 1998 [1987]), que assentam na democratização dos privilégios que ainda hoje permanecem bastante concentrados na masculinidade e reservados a quem aí se situa, mas que podem e devem também passar por uma universalização do modelo e das práticas estéticas do feminino, também ainda exclusivamente reservado às fêmeas. Regressemos à pioneira Virginia Prince, pese embora o seu provável exagerado optimismo no papel previsto para o *cross-dressing* nas transformações sociais estruturais de género:

> "A adopção de modos, roupas, atitudes e ocupações masculinas pelas mulheres foi uma das principais manifestações do Movimento de Libertação das Mulheres nos passados trinta anos, e já nos acostumámos a isso. Mas a libertação dos homens, ou a retirada do molde do estereótipo masculino está apenas a começar – com o cabelo comprido, os colares, os brincos e o vestuário mais colorido. Mas acredito que se desenvolverá muito mais, dado que acredito que os *cross-dressers* estão na vanguarda da libertação dos homens. Por isso sugiro que se olhe para o fenómeno como uma espécie de revolução cultural pessoal que decorrerá em paralelo com as transformações nos papéis das mulheres, em vez de como uma espécie de perturbação psicológica com a qual se tem que lidar. As mulheres não perderam a sua feminilidade só porque usam calças. Do mesmo modo, os homens não perdem a sua masculinidade básica só porque usam saias e saltos altos. Eles simplesmente acrescentaram uma nova dimensão à sua personalidade total." (Virginia Prince, 1997: 476)

E efectivamente, embora os direitos adquiridos pelas mulheres não se cinjam ao vestuário, este pode traduzir ou simbolizar essas mudanças (lembremo-nos até da queima de sutiãs pelo movimento feminista). O *cross-dressing* revela que a apropriação da estética feminina por machos, não implica necessariamente o desejo de prescindir do estatuto de homem ou a rejeição do universo da masculinidade, muito mais difícil de ser socialmente aceite do que a situação "oposta". Ou seja, que masculino e feminino não se excluem mutuamente, complexificando uma lógica linear de tipo "quanto mais se é feminino, menos se é masculino" ou vice-versa, dando razão a Girshick que considera que o género não é convenientemente captado na lógica de um *continuum*, mas antes através de *continuuns* paralelos. Por exemplo para a "expressão de género", cujas variáveis são "masculino" e "feminino", cada indivíduo posicionar-se-ia tanto no *continuum* que liga o "menos" ao "mais masculino", assim como no *continuum* que liga o "menos feminino" ao "mais feminino", não pressupondo pois que o "mais masculino" implique o "menos feminino" (2008: 180-183).

Também não encontramos apenas, ou sobretudo, representações conservadoras acerca da sexualidade. Há, em algumas pessoas, uma sexualidade plural, inclusiva de várias identidades e expressões de género e moldável ao próprio género expressado e ao género dos parceiros. Neste sentido, o *cross-dressing* não perturba apenas a relação sexo/género, mas o trio sexo/género/desejo.

5.3. Travestilidades: "Um outro feminino"

Da categoria "travesti" contamos com quatro casos, provenientes de duas pessoas entrevistadas[372] e mais duas inquiridas [373]. Os dois casos entrevistados, que constituirão a matéria central de análise, são bastante distintos, e, tendo em conta as impressões etnográficas que permitiram contactar com um número muito superior de pessoas, parecem-nos traduzir duas modalidades "típicas" dentro desta categoria de género. Um aponta para uma vivência plena e assumida deste modo "híbrido" de género, que é partilhado pelas outras duas inquiridas. O outro corresponde a um caso em que a transexualidade constitui a referência ou a meta, que, por um conjunto de razões, não se conseguiu (ainda?) "atingir" e, por isso, embora ao nível da experienciação íntima do género haja afinidades com a "narrativa da transexualidade" (tal como já encontrado no *cross-dressing*), o modo como a pessoa se posiciona em termos de género e o modo como é vista pelos outros (aqui incluídos outros com identidades de género trans) não cabe nessa categoria.

Diversidade do "travesti" ou travestilidades

A diversidade encontrada mesmo num tão reduzido número de casos mostra a pertinência da proposta de utilização do termo "travestilidades" avançado por Peres (2005). Ou seja, de que, talvez mais do que outras categorias de trans-género, cujos conteúdos estão mais "estabilizados", até pelo interesse e intersecção dos discursos científicos e associativo, esta não pode ser vista como homogénea e facilmente definível, contemplando "uma variedade de possibilidades na qual nenhuma deve ser tomada como modelo absoluto." (Peres, 2005: 26).

A análise das narrativas e situações de género que esta categoria recobre contribui para reforçar a ideia de que a transexualidade se constitui actualmente como a referência ou o "destino desejado" para pessoas que habitam outras categorias de trans-género, pelo menos as de expressão da feminilidade. O caso de Rita ilustra as travestilidades como um *lugar de passagem* até ao destino da viagem de género desejado (caso se concretize) ou de *recurso* (caso não se chegue a concretizar): a total assunção da feminilidade na lógica da transexualidade. Tal como encontrado entre as pessoas que integram a categoria *cross-dresser*, há uma auto-identidade próxima da transexualidade, mas que não está materializada (incluindo a matéria corporal) no modo como, no tempo presente, se expressa o género. No caso incluído nesta categoria, porque não se conseguiu reunir o conjunto de recursos considerados necessários para aceder ao (auto)reconhecimento como transexual. Já nos incluídos no *cross-dressing*, como vimos, o impedimento para a migração para a feminilidade relaciona-se com a

[372] Apesar de um número consideravelmente superior de entrevistas tentadas e até marcadas. Esta escassez de testemunhos formais é de certo modo compensada pelas muitas conversas informais.

[373] Inquirimos mais pessoas que se incluiriam nas travestilidades, mas de nacionalidade brasileira, cuja informação recolhida, por motivos já explicitados anteriormente, acabámos por não integrar directamente na análise. O contacto com estas pessoas permitiu, contudo, perceber como constituem uma referência, a par com outras, na formação das identidades de género trans, sobretudo nos contextos mais informais, como o "Conde", ou seja, os mais afastados dos clínicos e até dos associativos. Isso é evidente até ao nível do vocabulário em vigor nestes espaços de convivência trans.

preservação dos recursos que se possui e dos quais não se prescinde (um emprego, uma família na modalidade socialmente expectável, um determinado estatuto social, nível e estilo de vida). Percebemos aqui claramente a intercepção entre o modo de expressão de (trans)género e a posição ocupada na estrutura social. Ou seja, como sentimentos e desejos, que podem ser similares, desembocam em diferentes modalidades e tempos de expressão de (trans)género, consoante os capitais detidos – económico e cultural – e o "campo de possibilidades" que os mesmos oferecem. Aliás, mais uma vez contrastando sobretudo com a categoria "*cross-dresser*" (a transexualidade é mais plural do ponto de vista do posicionamento social), as pessoas que habitam a "travesti", apesar de jovens (nenhuma tinha ainda, à altura da inquirição, completado 30 anos), são pouco escolarizadas (apenas num caso se atingiu o ensino secundário), pouco qualificadas (exercendo uma actividade precária e desprotegida, como é a do trabalho sexual) e provenientes de famílias também com parcos recursos qualificacionais.

Mas a análise do conjunto das experiências de género contidas na categoria "travesti" mostra também que não deve ser compreendida e definida apenas como o lugar de género de uma transexualidade "frustrada" ou "ainda não atingida". Samanta, a outra pessoa entrevistada, rejeita explicitamente a transexualidade como lugar de género para si, e o mesmo acontece sobretudo com uma das inquiridas, a única a auto-identificar-se apenas como "travesti", que abraça essa "ambiguidade" ou esse posicionamento intermédio no sistema de sexo/género dominante. Na resposta a uma das questões contidas no inquérito, acrescentaria precisamente: "*Gosto de ser como sou, sou diferente, sou meio-termo*". Estes casos parecem representar a assunção e o usufruto de um lugar de género "*diferente*", à margem dos convencionais (os cis e até os trans), e em que a vivência desse modo de (trans)género acontece na modalidade "empenhada" (no sentido do termo aplicado por Gilbert, 2000, ao *cross-dressing*).

Hibridez de género

Um dos maiores contrastes entre as pessoas que integram esta categoria e as que integram a transexualidade e o *cross-dressing*, é a indefinição no (auto)posicionamento nas categorias disponíveis de (trans)género, não necessariamente no que se sente e do que se é em termos de género. Aí, quando a referência é o "sentimento", vamos encontrar um discurso próximo ao das mulheres transexuais. Ou seja, aquilo que se sente, pelo menos se referenciado no sistema dicotómico convencional de género, ao qual dificilmente se consegue "escapar" (a não ser em formas de trans-género mais politizadas, das quais o "travesti", enquanto categoria referenciada à sociedade portuguesa[374], não faz parte), é que se é "mulher". Voltamos a encontrar o sentir-se "mulher", ou pelo menos "mais mulher do que homem", "*desde sempre*", ausente no discurso de outras feminilidades trans, como o *cross-dressing*, mostrando que o essencialismo não é exclusivo das identidades transexuais, como outros estudos já revelavam

[374] Contrariamente ao que acontece com a categoria "travesti" sobretudo no Brasil, cada vez mais organizada colectivamente.

(Monro, 2005; Hines, 2007a; Davy, 2011). E como pode desembocar noutras formas, mais "desalinhadas", de expressão de género. Trata-se aqui claramente de narrativas não filtradas pela "oficial", como o "*quase* 24 horas" em que Rita se diz sentir mulher tão bem ilustra. Ou seja, como está ausente o "*editing* biográfico" (Goffman, 1988 [1963]), gerado pelo "encontro terapêutico" (Bolin, 1988: 64).

> "Ah, é assim, eu ainda não me considero bem, bem, travesti, estou ainda na fase da mudança. Mas eu intitulo-me, por dentro, mais mulher do que homem. Sim, sim, sinto-me mil vezes mais mulher do que homem. Aliás, desde criança sempre foi assim, não me considero, não gosto que me chamem *gay*. Odeio e detesto que as pessoas me vejam como *gay*, *detesto*. E, no entanto, quando eu estou transformada para trabalhar na rua, sinto-me muito mais mulher, aliás eu quase 24 horas me sinto mais mulher do que homem. Porque eu não gostava daquilo que via ao espelho, antes de tomar as hormonas não gostava, odiava, o meu corpo era extremamente magro, muito peludo e eu não estava a achar piada àquilo. E então isto já vem desde a infância, não é? Eu sempre tive muitos tiques femininos, sempre tive um olhar muito feminino, sempre fui muito feminino desde criança. E, inclusivamente, eu tive graves problemas com a minha família, a nível da minha identidade." (Rita, 29 anos)

> "[Como é que se auto-identifica em termos de género?] Para mim mesma? Como mulher. Porque adoro vestir-me de rapariga, adoro maquilhagem, adoro os conjuntinhos (risos), tudo o que é muito delicado. Sempre fui assim muito delicadinha, por acaso. Desde sempre que me sinto assim, andava em casa com a roupinha da mamã, das irmãs, vestia as coisinhas delas de vez em quando. Embora, durante o dia, tenha a minha vida completamente normal. [Quando diz completamente normal, quer dizer enquanto homem?] Exactamente." (Samanta, 23 anos)

É bem evidente no discurso das entrevistadas a distinção entre os diferentes níveis ou patamares de identidade. Para elas parece claro que uma coisa é "sentir" e outra é "expressar", "parecer" e "ser visto como". A indefinição, o não saber designar aquilo que se é, porque parece não se caber inteiramente em nenhuma categoria, seja as mais formalizadas, seja mesmo as mais *emic*, onde coexistem sentidos divergentes e concorrentes, parece mesmo constituir um traço identificativo e distintivo deste modo de trans-género. Rita nunca chega a nomear aquilo que é, talvez porque "*estou carne e peixe*", apenas aquilo que "*ainda*" não pode dizer que seja ("travesti" e "transexual") e aquilo que desejaria ser ("transexual"). No inquérito, com menos margem para relativizações, responde acrescentando aos termos nele indicados, "homossexual". Samanta vai alterando as identificações de género ao longo do discurso, primeiro, "*para mim mesma*", ressalva que Rita também faz como que a prevenir a ilegitimidade do reconhecimento por outros, como "mulher", embora também "homem", depois "travesti" e finalmente "*cross-dresser*", parecendo traçar aqui uma trajectória identitária de sentido oposto ao relatado por parte das mulheres transexuais mais velhas.

Uma das razões para as hesitações ou dificuldades nas auto-definições ou auto-posicionamentos de género, para além dos diversos e concorrentes conteúdos das próprias categorias em vigor nos espaços trans, prender-se-á com as *regulações internas da diversidade de género* (Davis, 2009), que já vimos na transexualidade (cf. cp. 5.1). Nomeadamente, ao controlo e vigilância inter-pares de quem está habilitado para se reivindicar de uma determinada categoria, que parece mesmo constituir um (o?) eixo central e estruturante da vida social nos espaços de interacção, formação e reprodução de identidades trans, como é o "Conde". Esta discussão e avaliação não ocorre obviamente a um nível mais conceptual, baseando-se sobretudo na aferição concreta de estéticas corporais,

comportamentos e práticas sexuais e não tanto nas subjectividades (que não raro são objecto de contestação, pela sua suposta não tradução "material"). Acontece aqui, ao nível não institucional, um processo de hétero-atribuição de uma identidade de género presente na produção dos diagnósticos médicos, também altamente vigiado, neste caso, pelos pares. Por exemplo, conhecemos Rita uma madrugada no "Conde" ao mesmo tempo que conhecemos Sandra (cf. cap. 5.1), que tem já as transformações corporais desejadas realizadas e se expressa permanentemente no feminino, e que, no decurso das conversas informais mantidas com ambas, utilizou precisamente o exemplo da primeira para marcar as distinções identitárias. No decurso da entrevista voltou a reafirmá-lo.

> "Vamos a ver, eu não posso considerar no mesmo patamar, ok, posso até estar lado a lado [nos espaços do trabalho sexual], mas não posso considerar no mesmo patamar, eu, que tenho figura feminina totalmente feminina, 24 horas por dia, que a minha família me chama Sandra, que os meus amigos me chamam Sandra, o meu namorado a mesma coisa, com uma pessoa que faz a barba à noite, passa uma maquilhagem, põe um salto e faz a depilação para poder ir. E durante o dia tem uma figura masculina e ninguém diz." (Sandra, 22 anos)

Rita não pode assim considerar-se "*ainda*" plenamente "travesti" porque "ser travesti", segundo as definições em vigor nos espaços trans, implica atingir um certo patamar de transformações corporais em direcção ao modelo estético feminino, no qual ainda não se encontra.

> "A diferença entre travesti e transexual, é que o travesti é o tal dito homem que se transforma e transforma o corpo todo feminino, com silicone, com tudo, só que não opera. O transexual é o tal dito mulher, é o homem que passa a ser mulher, faz a operação genital e, pronto, faz a sua vida como se fosse uma mulher 24 sobre 24 horas. Portanto, muda completamente o seu corpo e a sua identidade." (Rita, 29 anos)

Na avaliação de Rita, tal como encontrámos em parte das mulheres transexuais, se as transformações corporais não contemplarem os genitais, não se acede ao estatuto de mulher, só ao parecer sê-lo. Já quando alterado, em conformidade com a anatomia das fêmeas, o órgão que simbolicamente as representa, então sim, não muda apenas o "corpo", mas a "*identidade*" e tem direito a "*fazer a sua vida como se fosse uma mulher*". E é isso que Rita quer para si.

> "Era, era mesmo, era isso que eu queria mesmo e é isso que eu *quero* mesmo, se lá conseguir chegar. É, pelo menos por enquanto, ainda é isso que *eu quero*. É mudar a minha vida por completo, porque é assim, já que eu nasci para ser *gay*, porque é que eu não posso chegar ao limite da função de um *gay*? Por exemplo, não é? Que é, a gente é *gay*, depois de *gay* passa a transformista, de transformista a travesti, de travesti a transexual. Porque é que eu não hei-de fazer esse percurso todo pela minha vida fora? Se o meu objectivo é realmente querer fazer a operação?" (Rita, 29 anos)

Rita é bastante explícita nesta noção de que existe um *continnum* ou uma "trajectória tipo de trans-género" a seguir no caso das feminilidades trans, que nos parece vigorar em grande medida nos espaços de vivência trans à margem dos medicalizados (nestes, lembre-se, a transexualidade é o ponto de partida e não o ponto de chegada) e de outros mais institucionalizados, como o associativo. O "*nascer para ser gay*" parece ser utilizado para assinalar a ocupação de um lugar à margem da masculinidade convencional e aceite socialmente. Parece aqui ser tomado, como tínhamos já notado em algumas mulheres transexuais, mais como uma categoria de identidade de género do que de orientação sexual ou então de ambas. Ou seja, o "ser *gay*", posiciona Rita fora do "ser homem", numa

categoria que não tem necessariamente que ser "ser mulher", mas é mais "não ser homem", à semelhança do que Kulick (1997, 1998) descreve como a concepção de género e sexualidade vigente nas sociedades latinas, que junta às mulheres cis, outras expressões da feminilidade, tanto trans, como *gays*. Uma vez irremediavelmente fora da categoria de "homem", a reposição na maior "normalidade" possível só é, para Rita, alcançada pela reprodução de um modelo de género o mais possível próximo da feminilidade cis (o de transexual). Ser transexual não é algo com que se nasce ou algo que se é, é um resultado a atingir – não apenas em termos de identidade de género mas também de estilo de vida – que implica escolhas e investimentos.

> "Por isso é que eu quero virar logo transexual, porque estou farta desta história de prostituição e da 'rua' e de clientes. E depois, às vezes, aparece-nos clientes que metem uma *repugnância* total, porque uns não são asseados, outros choram-se pelo dinheiro, outros… olhe, nem vale a pena comentar, nem vale a pena comentar! É por isso que eu quero virar logo transexual, para eu conseguir ter uma vida estável, ao lado de um *homem*, não de um homem de aparência, um *homem* mesmo!" (Rita, 29 anos)

Em Rita vislumbramos o tal imaginário da "vida normal" dependente da reprodução de um corpo de "fêmea", incluindo impreterivelmente os genitais, presente em parte do universo das feminilidades trans. Essa é a condição para conseguir aquele que é considerado peça fundamental nessa vivência de "mulher" – um "homem". Voltamos a encontrar aqui a atracção por homens como constitutiva da identidade de mulher, dito de outro modo, a heterossexualidade como constitutiva da identidade de homem ou de mulher. Não um homem qualquer, um homem "*mesmo*", ou seja, cis e heterossexual. Em todo o discurso de Rita foi perceptível esta avaliação do "privilégio" de ser transexual, por contraposição à "fatalidade"[375] de ser travesti ou, melhor ainda, de qualquer outra forma de feminilidade trans fora da transexualidade.

> "(…) e é assim, fazendo o processo genital, também é bem mais fácil a gente arranjar um companheiro, mesmo tendo o nome de homem no BI. Porque a imagem, e o próprio sexo em si, conta muito. Porque é assim, um travesti nunca consegue ser feliz ao lado de um homem que seja heterossexual. Porque quem é heterossexual não procura o travesti, porque é a imagem feminina que o travesti transmite que faz com que ele goste daquilo que vê, não é? E fazendo a operação, independentemente do heterossexual gostar também de fazer a parte do passivo, porque há muitos casos assim, o que conta mesmo, para ele, é o próprio sexo. Mesmo que o heterossexual goste daquilo que vê, acaba sempre por chegar a um ponto que cansa e então os travestis vão ficando sozinhos, cada vez mais. E com a operação feita, não. O heterossexual vê um transexual à frente mas, psicologicamente, para ele, é a mulher dele e é sempre a mulher dele e 'vou lutar por ela, e ela é feminina, e ela tem a operação feita, e para mim é uma mulher'." (Rita, 29 anos)

O discurso de Rita é também bem ilustrativo da adequação da concepção da transexualidade como "migração" de género, proposta por Ekins e King (2006), no sentido de significar "mudar de vida" ou "lutar por uma vida melhor", mesmo em termos materiais. E não podemos também deixar de encontrar

[375] Esta "fatalidade" pode ter como referência a sua própria experiência de vida, nomeadamente na dimensão da conjugalidade, onde tem sido ela a cuidar dos homens da sua vida e não o contrário como é seu desejo, mas também a história de vida de mulheres trans mais velhas que habitam o "Conde". Estas, apesar do sucesso e de algum prestígio, pelo menos nos meios trans, alcançados na juventude, acabam por não conseguir manter o seu estilo de vida e os seus companheiros de afectos e por voltar ao trabalho sexual, por vezes na dependência de álcool e/ou de drogas.

aqui semelhanças na expectativa algo irrealista, ou mesmo "ilusória", que é por vezes investida no território de chegada e na vida que irá proporcionar.

> "E é bem mais fácil para a nossa vida, quem realmente quer e luta para tentar ser transexual, é bem mais fácil para a nossa vida em termos de arranjar uma vida estável. Um companheiro estável, sair da 'rua', é uma coisa totalmente diferente (…) Um travesti nunca tem uma vida segura a 100%, nunca, porque um travesti ou morre na prostituição ou então arranja um trabalho no mundo *gay*, porque no mundo hétero é quase impossível, a não ser que tenha um amigo que tenha um restaurante ou tenha um cabeleireiro. E mesmo assim é um pouco complicado porque a sociedade entra e é complicado a imagem do travesti, coisa que do transexual já não é. Mesmo que tenha uma aparência de travesti, acaba por ser um transexual, e é mais respeitado do que propriamente o travesti." (Rita, 29 anos)

Fica claro, mais uma vez, como as identidades e as expressões de género não são independentes dos recursos materiais, como não existem em abstracto ou são apenas resultado de um desejo. A avaliação que se faz sobre o lugar de género e o modo de o expressar não é destituída de avaliações objectivas das condições sociais e materiais de partida e de chegada, tal como já tínhamos percebido quando da análise das narrativas *cross-dresser*. Ser transexual implica, para Rita, um investimento, no sentido da concretização de um projecto de corporeidade de fêmea, que terá também o seu retorno – um emprego, um companheiro (não um "chulo").

A transitoriedade das identificações de género é um traço constitutivo deste modo de trans-género e está bem patente nas narrações de si. Se Rita "*ainda*" não se considera "*bem, bem*" "travesti" e já tem os olhos postos na transexualidade, Samanta afirma sê-lo "*de momento*". Embora satisfeita com a não permanência na feminilidade e assuma explicitamente que não deseja, pelo menos no presente e num futuro próximo, uma migração definitiva – *"Não, esse caminho, não"* –, afirmará, contudo, não se identificar "*ainda*" como transexual, como se estivesse subentendido ter que ser esse o destino final. Aquilo que se faz com o sentimento de "ser mulher" pode ser bastante variável. Em Samanta não é "passar" por mulher que conta, a hibridez de género que tanta angústia parece causar às mulheres transexuais, é que é aqui valorizada. É essa especificidade de "ser travesti", que passa por não ser "*nem mulher nem homem*", parecer uma mulher e ter uma estética corporal e uma atratividade sexual feminina num corpo com elementos de macho.

> "Não me identifico ainda como transexual, porque de momento eu sou um travesti. [Ser travesti] É essas coisas todas das hormonas, da gente estar assim vestidas e estar com os homens de maneira diferente, que não nos vejam com aquele ar de mulher, mas com aquele ar de homem, que saiba exactamente o que a gente é. Não é aquela coisa de passarem por nós e dizerem 'é um homem', não, não temos figura de homem, na verdade. Mas também se forem dizer que a gente é uma mulher, também não temos figura de mulher, e é isso que eu gosto, nem homem, nem mulher. É isso que me fascina no travesti." (Samanta, 23 anos)

A identidade de género "travesti" define-se por relação, ou em interação, com a sexualidade e a orientação sexual. E, nesta última, não parecem existir diferentes posicionamentos. A orientação sexual assumida por estas pessoas, a assinalada no inquérito por questionário, é a de "homossexual", sendo pois definida por relação ao sexo atribuído à nascença, porque embora se possam sentir mulheres, sabem não sê-lo. Aliás, como traduz o trecho seguinte de Samanta, e foi evidente nas inquirições e conversas informais mantidas com uma parte das habitantes do "Conde", o próprio

sentido da questão era posto em causa ou avaliado com desconfiança, quase como se, de repente, tivéssemos perdido o juízo ou deixado de falar "a sério". Afinal, não saberíamos que não eram mulheres? A frequência daquele "espaço" – que tem significados muito para além do geográfico – para o exercício daquela actividade, parecia constituir evidência suficiente da sua homossexualidade.

> "*Gay*. [A Samanta é *gay*?] Exactamente, é igual. **[**Embora se sinta mulher?] Exactamente. Eu não sou uma mulher, querida. Então qual é a minha orientação sexual? Não pode ser hétero!" (Samanta, 23 anos)

É um modo de exprimir género que tem como referência a atracção por homens e o poder de atracção sexual para os homens. Também Rita, como vimos anteriormente, colocava o ser "*gay*" como a génese da sua expressão de género e se posicionava por relação a ela. Aliás, todo o seu discurso acerca da identidade de género foi organizado em torno do desejo por um homem ou um macho, a par do desejo pelas transformações corporais, confirmando assim a dificuldade de "desenlear", nestas narrações identitárias, as causas e as consequências, e de conseguir separar as várias dimensões conceptualmente distintas da identidade, porque elas estão precisamente "enleadas".

O "corpo sexual" (Davy, 2011) tem nas travestilidades uma importância central na formação e afirmação da identidade de género. O "feminino travesti" é pois um feminino sexualizado. Como refere Duque a propósito das travestilidades no Brasil, "a construção da feminilidade travesti é marcadamente sexual, ou seja, o 'feminino travesti' é sexualizado, tem a marca do feminino como interpretado pela cultura sexista hegemônica" (Duque, 2009: 28). O modelo feminino de referência não é, para Samanta, o das "mulheres comuns". É, como encontrado por Duque, o feminino glamoroso, associado a estrelas de cinema ou da música (idem: 28).

> "Portanto, um travesti, para mim, na minha cabeça, é o *glamour*, sabes. É estar sempre '*ah*', é verdade." (Samanta, 23 anos)

Tendo sido objecto de contestação, nomeadamente pelo feminismo (sobretudo Raymond, 1994 [1979]), este modelo de feminilidade trans, se se enquadra nos tais padrões sexistas do género e da sexualidade, de que fala Duque (2009), por outro lado também pode ser visto como empoderado, no sentido de se fazer visível e notado, por contraposição ao feminino "decente" e "bem comportado". E se a sensualidade e o "corpo" estão associadas ao feminino (Vale de Almeida, 2004b), logo às mulheres, então ainda é, no caso de uma feminilidade trans, mais desafiador. Certo é que se trata, no caso de Samanta, provavelmente também em virtude da sua juventude, de um feminino algo fantasiado, em que se eliminam as dimensões menos glamorosas ou prazenteiras. Vejamos o mundo das mulheres (cis e trans), ou, talvez não por acaso, o "mundo das raparigas", segundo Samanta:

> "[O 'Conde'] É o nosso círculo de amizade, é como no seu trabalho, normalmente você sai com as suas amigas, não é verdade? Conversa, fala muito ao telemóvel, pronto, é a mesma coisa que nós. O nosso mundo é quase como o seu, nós temos conversas sobre maquilhagem, sobre homens, sobre rapazes, sobre 'o que é que fizeste com aquele' ou 'quem é que estiveste a engatar na outra noite', essas coisas de rapariga, sabes?" (Samanta, 23 anos)

Um pouco mais à frente na entrevista, Samanta, no decurso do processo reflexivo, e inusual no seu caso, de narração de género, recuperará a resposta dada no inquérito e recolocará em jogo a identificação como "*cross-dresser*". Para além da *temporalidade*, encontramos também aqui a *espacialidade* como factor condicionante e enquadrador da identidade de género – "*cross-dresser*" (outras vezes "rapazinho"[376]) durante o dia, "travesti" durante a noite, quando interessa "compor" uma personagem marcadamente feminina (até porque disso dependerá em parte o sucesso da actividade desempenhada).

> "Uma palavra que eu *adoro*, *cross-dresser*, que o travesti é aquela imagem do que está com as mamas muito grandes e não sei o quê, pronto. E o *cross-dresser* é aquele tipo, eu, estás a ver? Nada de muito silicone, nada de exageros e com as mamas como eu tenho, pequeninas, das hormonas. (…) Sim, identifico-me mais como *cross-dresser* do que como travesti, sim, sim. Desculpa por estar a dizer uma coisa diferente do que disse há bocado, mas é verdade. Neste momento, sim. Quando eu passo para a noite, passo para a Samanta, tenho que me identificar como travesti, não é verdade? Agora durante o dia…" (Samanta, 23 anos)

A definição das categorias de trans-género a partir do corpo ou de diferentes estéticas corporais é uma vez mais evidente e aparece aqui sintetizada no tamanho do peito e da tecnologia médica usada para a sua transformação, indo de encontro à afirmação de Butler (1990: 139) do género como um "estilo corporal", um "acto" intencional e performativo. Para Samanta ser *cross-dresser* é apresentar uma estética corporal feminina atenuada, não exagerada, e provavelmente mais compatível com a não colocação plena num dos dois territórios convencionais de género. O "exagero" está, por sua vez, reservado ao travesti, que é eleito como estética e expressão adequada para a noite e para o exercício da profissão. As considerações de Samanta acerca da estética corporal apontam para uma transformação que tem vindo a ser detectada, nas gerações mais novas, nos estudos acerca das travestilidades no Brasil (Duque, 2009, 2012). Esta passa por uma menor valorização de uma estética corporal hiperfeminina, que se servia de mecanismos de (re)construção corporal autóctones, nomeadamente com o recurso às "bombadeiras" para injecção (abundante) de silicone em variadas partes do corpo (cf. cap. 5.1), para uma estética mais discreta de aquisição de curvas, conseguidas pelo crescente recurso a tecnologias formais de transformação corporal, sobretudo ingestão de hormonas. Mais em conformidade, aliás, com o modelo em vigor para as mulheres cis.

Sobretudo em Samanta é notória a deambulação pelas diferentes categorias de (trans)género, as quais parecem ter, para ela, um conteúdo definido. É uma situação que poderíamos atribuir, pelo menos em parte, à sua juventude, mas contrasta profundamente com o discurso estabilizado e estruturado das pessoas transexuais igualmente jovens (como Patrícia ou Maria), cujo exercício contínuo e continuado de se contar é uma das dimensões mais presentes e relevantes da sua vida, deste dependendo significativamente o seu futuro em aspectos essenciais como as transformações corporais e o reconhecimento legal de género. No caso presente, é um tactear daquilo que se é, mas também

[376] O "rapazinho" que Samanta diz ser durante o dia parece ser a tradução integral para o português do termo "*boyzinho*" usado no Brasil para se referir a um jovem rapaz com preocupações com a sua estética corporal.

daquilo que se será no futuro, que o recurso ao discurso e prática da medicina ajudariam certamente a estabilizar (ou a sinalizar como legítimo).

"*Identificar-se como mulher*", "*pensar em si no feminino*", "*já ter nascido assim, sempre ter gostado de coisas femininas, do lado feminino",* "*sempre ter sido assim*", "*não conseguir disfarçar*" não desemboca necessariamente e sempre no desejo e/ ou tentativa de reproduzir os padrões convencionais da feminilidade cis; pode resultar na selecção e apropriação de alguns dos signos do feminino e expressar outras feminilidades especificamente trans, que podem não prescindir totalmente da masculinidade (embora nunca uma masculinidade conforme aos padrões convencionais), com expressão variável consoante o tempo e do espaço. O essencialismo e o construtivismo não são pois absolutamente contraditórios e exclusivos, podem coexistir mesmo ao nível individual, confirmando como esta dicotomização se revela demasiado simplista.

> "Eu considero-me um travesti porque assumo os dois papéis com a maior das facilidades. Tanto dou rapazinho, quanto dou Samanta e quando dou Samanta é divertida e maluca (risos) [Muda de personalidade quando muda para a Samanta?] Claro, claro, também, também. Tem mesmo que ser, não pode ser assim toda jogada, porque normalmente as raparigas não são assim, não é? Se eu estiver aqui como Samanta, pronto, vou tentar estar sempre… nunca parada, estás a ver? É fácil. Que as pessoas dão muita atenção a essas coisas, sabes? Se a gente ficar com poses masculinas, se a gente está de pernas abertas, eles dão muito valor a isso." (Samanta, 23 anos)

É um discurso identitário que cola bem com as premissas pós-modernistas da fluidez e do carácter performativo das identidades, mostrando como, apesar de muito longe de poderem ser generalizadas a toda a população trans, existem efectivamente no seu seio pessoas que flutuam por entre a expressão de uma maior masculinidade e de uma maior feminilidade (ambas pouco convencionais porque se interceptam), retirando prazer desses lugares incertos e pouco convencionais de género, apesar dos constrangimentos sociais a que nunca conseguem escapar e que têm igualmente que ser levados em consideração.

> "É muito complicado, durante a noite, a Samanta, durante o dia, eu (risos). É um bocadinho complicado, mas já estudei as coisas, eu sou como me conheceram. Consigo adaptar-me a qualquer situação, sabes, a qualquer situação. A gente acaba por aprender muita coisa, muita coisa (risos). O problema é quando temos que estar com pessoas que não são do mesmo meio, sabes? E, tipo, pessoas que nos vêem à noite e a gente vai-se encontrar durante o dia, completamente diferente, e às vezes há um choquezinho (…) Há dias que a gente esbarra com os vizinhos e dizem 'mas esta não é a que morava aqui assim?' Percebe? Pronto, até nos conhecerem bem, porque demora algum tempo, eu tenho aqui homens que ainda pensam que eu sou mulher, não é verdade? E quando me vêem assim… (risos). Só que eu sou uma pessoa que começa a brincar e não sei quê e eles aí, pronto, ok. Eu gosto de mostrar aquilo que sou, não tenho que me fazer passar pelo que não sou. Se eu sou assim, sou assim, se não quiser estar ao pé de mim, por favor, pode-se afastar." (Samanta, 23 anos)

O caso de Samanta é exemplificativo de como o trio "Essencialismo, autenticidade e fluidez" é possível. O essencialismo pode assim ser conjugado com formas híbridas de género e de experimentação e uma aparente inconstância da sua expressão. Samanta, que se sente mulher desde sempre, está satisfeita com o seu corpo e com a sua estética corporal – embora não a encare como fixa, havendo planos para a sua transformação, a ritmos e modos próprios, em direcção a uma maior

inscrição carnal da feminilidade (nunca chegando, porém, aos genitais) – e com a sua não expressão plena em regime de permanência.

Contudo, como tem sido igualmente evidente, essas duplas ou até múltiplas identidades, essa variação e hibridez na expressão de género, podem não ser procuradas e não traduzirem o modo da pessoa ser "o mais autêntica possível", antes serem consequência ou resultado de não se conseguir atingir o lugar de género que se deseja para si. Rita não "disfarça" a sua masculinidade durante o dia porque considera não valer a pena, dada a sua expressão feminina não ser credível (a noite revela-se mais generosa) e a sua identidade legal ser masculina. Este caso mostra também os limites das abordagens que não levam em consideração a materialidade do *self*, a corporalidade e os limites que impõe na vivência de uma identidade de (trans)género (Prosser, 1998; Cromwell, 1999a; Rubin, 2003; Monro, 2000, 2005, 2010) e, consequentemente, da necessidade de "trazer corporalidade" às análises pós-estruturalistas do transgénero (Hines, 2007a: 31).

> "Nas fotografias para o B.I vou de barba desfeita, normal, como eu estou. Sem a maquilhagem, sem nada, de cara lavada, completamente, completamente. Ainda com a imagem de homem, porque não vale a pensa estar a pôr maquilhagem nem nada disso porque aí está, a maquilhagem nota-se que é uma coisa muito falsa. Então não vale a pena, desfaço a barba e vou assim normal tirar as fotografias, quando é para documentos. Agora quando é fotografias de rua, isso tenho muitas montada, com namorados meus, isso tenho muitas. Tenho mais fotografias minhas travestido do que propriamente normal, não gosto da imagem normal. Não gosto, *incomoda-me* completamente a imagem normal, uiiii… Não gosto, nem quero que os meus amigos me tirem fotografias normal, com os telemóveis, não quero, não quero. Querem, tiram uma fotografia quando eu estou pronta à noite, durante o dia não me tiram porque eu não gosto, *detesto*, *detesto mesmo*." (Rita, 29 anos)

Para traduzir a relação entre espacialidade e género expressado, característica das travestilidades, Duque avança com a proposta do conceito de "montagem estratégica", para pensar um sujeito que "participa, ao mesmo tempo, de redes de sociabilidades diferenciadas" (2009: 77). Samanta e Rita mantêm durante o dia (como constatámos, aliás, no momento de realização da entrevista) uma estética de género diferenciada da nocturna (como pudemos também observar quando as conhecemos no "Conde"). Expressam-se diferentemente, consoante se ocupem das tarefas de gestão do dia-a-dia ou estejam a trabalhar, quando interagem com a família e a vizinhança ou com as colegas e os clientes. Isso implica diferente vestuário e acessórios, gestos e posturas, nomes e géneros gramaticais, pese embora, como foi notório[377], não sejam estanques nem rígidos, como no caso do *cross-dressing*. No caso das pessoas aqui incluídas, "fazer a linha de homem" (Kulick, 1998; Duque, 2009: 81), ou seja, "parecer ser homem" não implica a projecção de uma imagem de homem convencional, antes a imagem de homem com certos traços da feminilidade (por exemplo, no arranjo das sobrancelhas e das unhas, nos gestos e na postura corporal). Embora a "montagem estratégica" seja um conceito útil porque heurístico, não concordamos, porém, com Duque (2009) na consideração de que essa "montagem estratégica" ponha necessariamente em causa a noção de sujeito como sujeito unitário, podendo antes considerar-se que esses diferentes segmentos constituem a unidade do sujeito, aquilo

[377] E como será também captável pelo leitor, mesmo a partir apenas dos discursos transcritos, nas deambulações, nalguns casos aparentemente aleatórias, pelos dois géneros gramaticais, para se narrarem.

que ele é, seja por força das circunstâncias, seja porque é assim que pretende ser. Aliás, essa "duplicidade" do sujeito é bem mais aplicável, parece-nos, à modalidade *cross-dressing*. Se Rita justifica a sua deambulação por diferentes territórios de género por constrangimentos associados à credibilidade de género, em Samanta esse apresentar-se "às vezes no género masculino, às vezes no género feminino", opção que assinalou no inquérito, é parte integrante daquilo que ela é e quer ser.

A feminilidade expressada compõe assim – em parte resultado desse vai e vem em termos da sua intensidade nos diferentes contextos, em parte da não rejeição do corpo de macho ou, pelo menos, da não ocultação de que se é um macho – num feminino misturado de masculino, um "feminino diferente", "outra possibilidade de feminino" (Silva, 1993). Ou seja, o tal *feminino especificamente travesti* que "contempla em si também o masculino" (Benedetti, 2006: 18).

> "O feminino travesti não é o feminino das mulheres. É um feminino que não abdica de características masculinas, porque constitui constante fluir entre esses dois polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica desses ingredientes de género. O gênero das travestis é um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstruído, ambíguo, ressignificado, fluido, que se quer evidente, mas também confuso e borrado, às vezes, apenas esboçado. O feminino das travestis é um constante jogo de estímulos e respostas entre os contextos sociais e os sentimentos e concepções da travesti a respeito do gênero." (Benedetti, 2006: 164)

Relação com o corpo e transformações corporais

Mesmo com uma feminilidade distinta da cis, as transformações corporais estão sempre presentes na modalidade encarnada, no mínimo na toma de hormonas para alcançar uma estética corporal com características femininas (formas mais arredondadas, peito aumentado, pele mais macia, redução da pilosidade). O modo como são narradas e se processam contrasta, porém, com a "urgência" comum no discurso das pessoas transexuais, e não existe uma "agenda corporal" definida. Mesmo quando o desejo parece similar, como acontece no caso de Rita, não há uma trajectória de estética de género planeada e é incerta a sua concretização.

> "Não sei, o meu futuro está na mão de Deus, não está na minha. Ele dá o empurrão e eu faço as funções cá em baixo. O meu futuro está assim, está na mão Dele, aquilo que Ele quer que aconteça, vai acontecer com certeza. Agora eu não posso dizer que daqui a um ano vou estar operada, não posso dizer nada disso, porque nada está seguro hoje em dia. Portanto, aquilo que tiver que acontecer, acontece. Desde que não me aconteça nada de mal, de resto, para mim, olha, aquilo que tiver que ser, será." (Rita, 29 anos)

No caso de Samanta, embora exista um projecto corporal em direcção a uma cada vez maior encarnação da feminilidade, vai-se experimentando as diversas configurações, usufruindo delas, ficando ou partindo daí. Procura-se um equilíbrio entre a aquisição de uma estética corporal mais feminina e a manutenção da funcionalidade sexual proporcionada pela biologia de macho, de que não se pretende prescindir. Há assim possibilidade de usufruir de um corpo que, ainda em "construção", se apresenta como um projecto aberto, para moldar à medida dos desejos. Parece ser orientado por uma estética corporal auto-referenciada, que não cabe em modelos estéticos de género convencionais e aceites socialmente, mas que é aquela que se quer (ou se vai querendo) para si.

> "Já, pensei, claro, várias vezes, em ser a Samanta também durante o dia, mas pronto, como eu ainda não sou aquele protótipo de travesti, mesmo certo, eu prefiro só de vez em quando. Por enquanto eu sei que estou bem assim, porque é que eu hei-de fazer as coisas à pressa, não é? Quando vir que não dá, não dá, agora estou bem assim, mas se sentir que sou melhor sempre, sempre, do outro sexo, vou de cabeça, não tenho problema. Agora, tenho é que sentir que é isso que eu quero, enquanto não sentir, esqueçam, estou bem assim. Mas não vou fazer assim tudo à pressa, porque eu sempre ouvi, 'depressa e bem não há quem', não é verdade? Então eu vou fazendo as coisas aos poucos. Vou-me organizando aos poucos, não é verdade? Para não ser aquela coisa bruta, que toda a gente sabe que quem toma hormonas perde a erecção, não é verdade? E não é isso que eu quero. Vou construindo aos bocadinhos, por enquanto. Mas adoro o meu corpo!" (Samanta, 23 anos)

Embora todas desejem e realizem transformações corporais encarnadas, nenhuma das pessoas que incluímos na categoria "travesti" recorre ao acompanhamento médico específico para as questões de identidade de género, sendo Rita aquela que, em consonância com a maior proximidade com a transexualidade, manifesta o desejo (não necessariamente a intenção) de o integrar. Samanta "*por causa disto?*", "*a sério que nunca*" pensou nisso, porque largamente difundido nos espaços trans que este é reservado à transexualidade e implica literalmente "mudar de sexo". Já para quem o deseja, são, uma vez mais, os relatos vividos de más experiências relacionados com tempos implicados nas consultas de acompanhamento no âmbito do SNS, sobretudo na parte psicológica, que adiam o alcançar das etapas que verdadeiramente interessam – a endocrinológica, mas sobretudo a cirúrgica –, que desmotivam uma atitude mais proactiva no sentido do seu ingresso.

> "Eu queria [ingressar nas consultas no âmbito do SNS] só que é assim, há muita gente que eu conheço que está a tentar fazer a transformação, a operação e tudo através do médico, através do estado português, e que realmente conseguem fazer. Só que é um processo que demora cinco anos, cinco anos em consultas de psicologia, psiquiatria, para eles terem a firme certeza daquilo que uma pessoa quer. E eu acho que é um absurdo, porque assim as pessoas perdem a cabeça, enchem-se das consultas e acabam por virar travestis e não transexuais. Neste país é assim." (Rita, 29 anos)

Enquanto não reúne os recursos que lhe permitam aceder a outro tipo de transformações, e uma vez (auto) excluída dos serviços institucionais e especializados, Rita fica-se pela ingestão de hormonas, auto-prescritas e auto-administradas. Este desenquadramento médico na toma de hormonas (conseguidas a partir da compra de pílulas contraceptivas nas farmácias), que é por todas partilhada, pode ter consequências e riscos para a saúde.

> "As hormonas é por minha conta (…), eu vou à farmácia, peço aquilo que quero, compro e pronto. [Como é que sabe as doses adequadas?] Ah, portanto eu leio as instruções que vêm no folheto, eu leio qual é a dose máxima que uma pessoa deve tomar. [Toma sempre a máxima?] Não, agora não tomo, já tomei e por conta disso, ia ficando careca e tudo. A sério, caiu-me a sobrancelha, fiquei quase sem pêlo no corpo. O cabelo enfraqueceu muito, começou-me a cair muito, eu quase apanhei uma anemia à conta disso, e então diminuí as doses." (Rita, 29 anos)

No caso de Samanta, que aprecia e pretende por ora habitar os dois territórios de género, procura-se um equilíbrio estético, que sirva satisfatoriamente a apresentação de género diurna e nocturna. Não se trata aqui, como vimos no *cross-dressing*, do receio de que signos associados à feminilidade transpareçam à luz do dia, ou afectem a estética masculina mais convencional, que não é aquela que lhe serve de referência mesmo quando "rapazinho", como podemos ver pela consideração de que a cirurgia de feminização facial, já realizada, se encaixa nos propósitos do "equilíbrio" procurado.

> "Para além das hormonas, eu já fiz[378] a cara, não é? Essa foi a primeira etapa, embora ainda tenha a barba, que é para poder socializar durante o dia, não é verdade? Não posso ficar feio durante o dia, para ficar bonita durante a noite, não é verdade? Não posso. Pronto, podes fazer as comparações por ti própria! (risos)" (Samanta, 23 anos)

É apenas em Rita que encontramos o desejo da alteração genital, com um discurso semelhante ao frequentemente encontrado nas mulheres transexuais de uma espécie de agnosia do pénis e da não obtenção de prazer a partir da sua utilização. Já em Samanta e nas outras duas inquiridas, assim como parece ser a situação mais comum nas travestilidades, o prazer sexual obtido com a utilização do pénis é bastante valorizado e não se pondera dele prescindir.

> "Fazer a operação também é um pouco complicado, não é? Porque o homem precisa de gozar, deixando de gozar, o que é lhe acontece? Fica maluco. (…) Mas é uma coisa que *eu quero*, eu não gosto de mim assim. Mesmo correndo esse risco, eu *não gosto* do meu sexo à frente, *detesto*, isto não tem uso para nada, isto é só para eu fazer xixi, mais nada. Mas não gosto, não gosto disto aqui, não acho piada, não acho piada nenhuma, é uma coisa que eu quero mesmo, é fazer a operação. Também já não tenho prazer nenhum, tenho muito mais prazer em fazer a parte passiva do que activa. Com a activa não tenho prazer nenhum, nenhum mesmo, é como se isto não existisse." (Rita, 29 anos)

> "Não, é claro que não [quero realizar a cirurgia de reatribuição de sexo], isso nem pensar! Porque, normalmente, é o que eu ouço falar, elas não têm a tesão que a gente tem. Não têm prazer, não têm. E para que é que eu vou perder isso, se eu gosto, não é? Não dá para compreender. E é assim, eu não quero ser infeliz, primeiro a felicidade. A maioria das pessoas que eu conheci que fizeram a operação, o que é que adianta ter ali qualquer coisa que não sentem, não é? E eu adoro o meu corpo! Se eu chegar a esse ponto, como é que eu vou voltar para trás? Não posso! Não. Aumentar o peito é claro, isso é claro, no momento certo hei-de fazer. Mas isso é fácil." (Samanta, 23 anos)

Travesti: histórias indesejáveis

As pessoas incluídas nesta categoria de (trans)género, tal como encontrado noutros estudos e noutros contextos (por exemplo, Kulick, 1997 e 1998; Valentine, 2007: 113-124), reclamam-se ou reconhecem-se de um conjunto de diferentes identidades ("mulher", "homem", "*gay*", "homossexual", "travesti", "*cross-dresser*"), expondo uma narrativa que não cabe nos parâmetros daquilo que é considerado o pressuposto essencial e constitutivo do "transgénero" – a distinção entre orientação sexual e identidade de género –, havendo assumpções simultâneas, e sem aparente contradição, entre "*sentir-se mulher*" e "*ser gay*" ou entre "*sentir-se mulher*" e "*ser, obviamente, um homem*".

As múltiplas descrições auto e hétero identitárias encontradas para designar aparentemente o mesmo tipo de pessoas em termos de género complicam a atribuição de categorias de identidade estáveis ou fixas para os seus protagonistas. Mas a multiplicidade de designações em jogo não significa que essas pessoas não possuam "identidades estáveis", como seria a leitura "pós" deste tipo de fenómenos, mas antes, como sublinha Valentine, que mesmo a utilização de termos *emic* para as descrever não é susceptível de captar a gama de significados (por vezes contestados) que animam as

[378] A utilização do verbo "fazer" para referir as transformações corporais em direcção ao modelo estético feminino é abundante nos meios de vivência trans mais informais, tal como acontece no Brasil (veja-se o texto "Toda Feita" de Marcos Benedetti, 1997). Dada a aferição da categoria de (trans)género pela estética corporal, patente pelo menos em parte da população trans, é literalmente a tradução do "*doing gender*" de West e Zimmmerman (1987).

compreensões das pessoas acerca de si mesmas em contextos particulares (2007: 124). E, não menos importante, como o autor também nota, e tem vindo a ser sublinhado pelas teorias que defendem a necessidade de enquadrar essas identidades transgressoras do sistema de sexo/género dominante nas forças institucionais e ideológicas que estruturam o género (Monro, 2000, 2005, 2010; Hines 2006a e 2007a), a complexidade dessas identificações tem consequências concretas na vida destas pessoas, ao nível dos apoios institucionais a que poderão ou não aceder e dos direitos que podem ou não ter. No caso português, o desalinhamento com a identidade e a narrativa da transexualidade é excludente do acompanhamento medicamente assistido no SNS, da obtenção do diagnóstico e, consequentemente, do reconhecimento legal de género. Este "duplo desalinhamento identitário" – com as premissas do sistema de sexo/género dominante e até com a sua relativa flexibilização nas formas de trans-género mais convencionais –, que leva à exclusão social e institucional, produz e reproduz estilos de vida também pouco convencionais, marginalizados e precários.

Como já referimos, quanto mais a expressão de género seja percebida como híbrida menor o espaço viável para habitar e maiores as probabilidades de discriminação. Esta discriminação é agravada se o género expressado for a também socialmente vulnerável feminilidade (Whittle, 2006; Whittle, Turner e Al-Alami, 2007: 8; Stryker, 2008: 78; Rundall e Vecchietti, 2010: 134). Sendo essas características definitórias das travestilidades, as pessoas aqui incluídas encontram-se em situações especialmente fragilizadas, até porque expostas no espaço público (basta lembrar o exercício do trabalho sexual)[379]. O lugar viável na sociedade portuguesa actual (como certamente noutras) para pessoas percebidas como machos que expressam a feminilidade – para mais uma feminilidade pouco convencional, onde, pelo menos em alguns casos, nem parece transparecer o esforço de uma feminilidade que seja uma réplica (antes pode ser tomada por outros como uma paródia) da feminilidade cissexual – existirá apenas a um nível micro e sub-cultural, o mesmo que sempre existiu para este tipo de pessoas na sociedade portuguesa, antes dos ganhos que a "transexualidade oficial" tem vindo a conseguir: o da "rua", espaços delimitados de trabalho sexual de expressão trans no contexto nacional com relação a espaços idênticos além-fronteiras e alguns (poucos) espaços nocturnos de lazer.

Este modo de trans-género situa-se em sociedades (ou em franjas destas) em que a introdução do acompanhamento médico referenciado no "transexual ocidental" entra mais tardiamente (lembremos que não conta ainda sequer duas décadas em Portugal), por relação às sociedades onde a categoria foi constituída e desenvolvida, e não provoca assim tão acentuadamente, por relação a outros contextos, o fenómeno da hegemonia dessa forma e dessa categoria de trans-género. Ora, à medida que vai havendo desenvolvimentos a este nível, esta categoria de género, simultaneamente mais híbrida e desenquadrada (nomeadamente nas ciências psico-médicas) do que a transexualidade, e

[379] As quatro pessoas aqui incluídas identificaram os espaços públicos como espaços de discriminação – duas assinalaram que "basta sair à rua", outras assinalaram especificamente a "rua" no contexto do trabalho sexual, os serviços públicos e os espaços comerciais. Houve quem referisse os frequentes insultos verbais a que se sujeitam no espaço público, frequentemente o de "paneleiro".

menos politizada em relação a algumas que vão surgindo mais contemporaneamente que reclamam essa hibridez mas com uma contextualização política (expressas pelo próprio *queer*), vai ficando mais esvaziada. E será isso, pelo menos em parte, que explicará a diferença de dimensão entre a categoria "travesti" ao nível das representações e o número de pessoas que dela se reconhecem.

O que nos parece que tem vindo a acontecer – evidenciado quer pela trajectória passada de mulheres transexuais com passagens por este modo de trans-género, quer por intenções de migração de pessoas que agora aqui se posicionam – e com tendência a acentuar-se no futuro, é as travestilidades irem sendo, cada vez mais, enquadradas na transexualidade. Quer no sentido de uma "assimilação", por via do crescente acesso e inclusão das pessoas que experienciam identidades de género minoritárias nos espaços médicos e institucionais; quer porque a própria categoria de "mulher transexual" se expande de modo a comportar aquelas que dela estariam outrora excluídas (por exemplo, com a descolagem do desejo da cirurgia genital, que já iniciou o seu percurso).

No momento presente, na realidade portuguesa, as "histórias travesti" parecem ter-se tornado "histórias indesejáveis" (Ekins e King, 2010: 26) – "histórias que não devem ser contadas" (Plummer, 1995) –, a partir do momento em que o discurso sobre a transexualidade se tornou o discurso dominante e legitimador das identidades trans "aceitáveis". E, nesse sentido, ou são silenciadas ou são denegridas, servindo apenas para uma comparação para aquilo que se não é ou se não deve ser (ou seja, funcionando estrategicamente como a alteridade da transexualidade). Estas são histórias tabu e são empreendidas tentativas de silenciar os seus contadores[380]. E é bastante clara, na realidade portuguesa, a demarcação das próprias pessoas transexuais, dos clínicos e até de parte do movimento associativo, a este "mal-afamado", e/ou contra-producente politicamente, modo de trans-género.

5.4. Outros modos de (trans)género

Neste ponto percorremos, de modo necessariamente breve, os restantes modos de vivência de (trans)género que mapeámos na sociedade portuguesa. Apesar de excepcionais, interessam-nos, na medida em que contribuem para a demonstração da diversidade que pode ser encontrada no trans-género fora das categorias mais frequentadas, e também, sobretudo nalguns casos, porque são ilustrativos de "novas histórias" (Plummer, 1955), neste caso "novas histórias de transgénero" (Ekins e King, 2006), que estão no presente a ser constituídas e terão provavelmente tendência a alargar-se.

Androginia

O caso de André Kelly que, em sintonia com a sua auto-narração designámos de "andrógino", volta a evidenciar as indefinições identitárias, presentes em modos de vivência de género desenquadrados das

[380] As histórias fora da transexualidade não parecem ser do interesse dos meios de comunicação social quando pretendem tratar de modo "sério" e "respeitoso" as identidades de género minoritárias, sendo esse efeito conseguido pelo invariável recurso aos clínicos que atestam essa "condição" e excluem a sua associação à sexualidade ou a estilos ou opções de vida. Também o incómodo das pessoas que se reivindicam de transexuais com a suposta visibilidade de pessoas que associam a este modo de trans-género pode ser visto nesse sentido.

categorias de (trans)género mais estabilizadas e reconhecidas. Não estando em causa que se é, pelo menos oficialmente, um "homem", quando se trata de um posicionamento auto-identitário, como foi sendo acentuado ao longo do discurso, é bem mais "*difícil*", "*complicado*", até "*estranho*", explicar e lidar com aquilo que se é, quando se parece ser "exemplar único". Estamos aqui perante mais um modo de expressão das "feminilidades masculinas" que não é acompanhado do desejo de ser mulher ou sequer ser percebido como mulher, pese embora a dimensão do "lado feminino".

> "Oficialmente sou um homem, claro. Mas como é que eu me vejo? Pá, vejo-me como uma coisa andrógina, eu vejo-me como uma coisa andrógina, porque interiormente tenho um lado feminino grande, que não posso esconder. Eu no meu dia-a-dia, *eu sou muito eu*, sei lá, eu acho que não paro muito para pensar nisso. [Não fazes por reprimir esse lado feminino?] Não, não, não reprimo o meu lado feminino, não o faço, nem nunca o faria, *sou eu.* É a minha pessoa e quem me aceitar, aceita este meu lado também. Que é um lado feminino, é um lado que eu não retraio, não o escondo, *sou eu*." (André Kelly, 28 anos)

Tal como nas travestilidades, e ao contrário do *cross-dressing*, não há uma delimitação clara e estanque entre a expressão masculina e a feminina. A feminilidade é omnipresente na expressão de género, mesmo quando não é intencionalmente performada (o que acontece nos espectáculos de transformismo, na expressão *drag*, embora mesmo aí possa traduzir mais uma imagem "andrógina" do que a de uma "mulher"). Contudo, não se trata aqui propriamente de estarem "misturados" signos da masculinidade e da feminilidade, como nas travestilidades, mas "atenuados", como se a coexistência os anulasse mutuamente. Ou seja, se no caso das travestis podemos dizer que existe "masculino e feminino", aqui estamos mais perante uma expressão de tipo "nem masculino nem feminino", tendo semelhanças com o "modo de transgenderar" que Ekins e King denominam de "negação" de género (2006: 143-180), em que não se trata de redefinir o sistema dicotómico de sexo/género como nos modos de "transcendência" de género, mas de uma "desgenderização" ao nível individual (idem: 144). Neste caso concreto não encontramos processos activos de "apagamento" de traços de género, antes tirar partido dessa androginia que já existe "naturalmente". E, embora no inquérito por questionário tenha surgido, aquando das possibilidades múltiplas, a identificação como "travesti", tal como "*drag queen*", essas serão as adequadas para Kelly, não para André Kelly, ou seja, para a vida quotidiana.

> "Não sou travesti porque eu não ando travestido durante o dia. Travesti, para mim, é uma pessoa que se veste de mulher e que faz o dia-a-dia vestido de mulher, eu não faço isso." (André Kelly, 28 anos)

A consciência do desenquadramento nas categorias de trans-género mais reconhecidas e reconhecíveis – e André Kelly tem relações com protagonistas e frequenta espaços de todas elas, tendo sido um precioso fornecedor de contactos para a pesquisa – leva a que aumentem as dúvidas na hora de se auto-definir, que surgem aqui obviamente ampliadas pelo próprio contexto da entrevista. Temos assim um discurso pontuado de afirmações como "*eu sou muito eu*", que podemos interpretar, como propõe Valentine (2007), como uma proclamação da dificuldade em caber em alguma das categorias de identidade de género disponíveis. Mas, na verdade, a própria escolha dos termos para se narrar – "*coisa* andrógina" –, traduz bem o desconforto que tal desenquadramento identitário pode gerar. Encontramos aqui um ressentimento acerca da indefinição de género, da não colocação plena num dos

seus dois territórios convencionais, com semelhanças com o encontrado em Rita (cf. cap. 5.3), só que nesta última era claro o destino desejado – a feminilidade. Já para André Kelly é este lugar de género indefinido que é considerado *autenticamente* o seu.

A "autenticidade", que serve como a (única) explicação para aquilo que se é e o modo como se expressa em termos de género, ainda mais na ausência de outras referências identitárias, não passa pela adequação ou conformidade aos modelos de (trans)género em vigor, é uma autenticidade auto-referenciada. Essa auto-referenciação estende-se à personagem criada a nível artístico – a Kelly Dior –, que mais afastada do tradicional "transformismo travesti[381]" – que assenta na imitação de personalidades femininas reais –, e mais próxima do "transformismo *drag*" – baseado em criações de personagens fictícias e menos na recriação de personalidades reais –, transmite também ela, frequentemente, uma imagem fora da reprodução de uma feminilidade cis, mais ao estilo "*drag*". Neste tipo de performances é na incongruência entre sexo e género, ao invés de a simular, que se localiza a criatividade (Halberstam, 2006 [1998]: 236).

> "Esse meu lado feminino, ah, quando faço os meus *shows* há uma parte muito pessoal, muito pessoal. Portanto, muitas personagens que eu faço, e que eu crio, são muito próprias, *sou muito eu*, não é? Não é tanto para copiar uma outra personagem qualquer, portanto sou muito eu. E na minha pessoa existe um lado muito extravagante, não é? Daí me poder definir como uma *drag queen*, existe um lado muito extravagante, mas existe também um lado muito sensível, e muito feminino e muito reservado." (André Kelly, 28 anos)

Tal como André na vida quotidiana não transmite a imagem de um "homem", também Kelly Dior não transmite, geralmente, a imagem de uma "mulher", na lógica do *cross-dressing* quando "*en femme*". Mais uma vez corresponde e é um meio de expressar "aquilo que se é" que, quando transposto para o meio artístico, pode ganhar uma outra "exuberância". Digamos que a "androginia" é expressada em modo "atenuação" de género na vida quotidiana, e no modo "exuberância" de género no contexto artístico. Quando neste último, pode ser enquadrada na reconhecida expressão "*drag queen*", que tem precisamente como característica a exacerbação dos signos de género e a coexistência entre elementos masculinos e femininos, não havendo propriamente a preocupação de ocultar ou dissimular todos os elementos masculinos (é comum, por exemplo, a apresentação em tronco nu, sem pêlos, mas também sem a simulação de peito). Esta expressão é geralmente adoptada por homens *gay* que fizeram a sua transição de género cedo na vida e que encontraram nela um modo de vivência da sua feminilidade (Rupp, Taylor e Shapiro, 2010). Outros estudos realizados também apontam para as indefinições auto-

[381] Quando nos referimos ao "transformismo travesti" não estamos a atribuir essa identidade de género aos seus protagonistas, apenas a remeter para os espectáculos tradicionais de transformismo, conhecidos como "travestis", na lógica "Gala de travestis". Aliás, o transformismo em Portugal é um mundo à espera de ser academicamente explorado. Supomos que também nele caiba uma diversidade de identidades e expressões de género, desde composições femininas exclusivamente para fins artísticos e numa lógica de profissão, até ao seu recurso como um dos únicos meios disponíveis de expressão da feminilidade trans, tal como encontrámos em algumas mulheres transexuais – mais velhas e também mais novas –, que acabariam mesmo por migrar de género. E entre um e outro extremo existe uma quantidade de diferentes possibilidades, uma das quais esta de que agora nos ocupamos.

identitárias dos seus protagonistas e auto-posicionamentos "algures entre um homem e uma mulher" (idem: 281).

> "E nos meus *shows*, sempre foi um sonho poder fazer, um sonho, ah, nem será um sonho, será mostrar um bocadinho o meu lado. Lá está, esse meu interior, os meus *shows* canalizavam muito isso. E obtive algum sucesso, pronto, fui fazendo isso. Ah, também porque sou uma pessoa em que a imagem era atraente, era uma imagem atraente, *era uma imagem andrógina, nem masculina nem feminina* e era engraçado, as pessoas achavam piada, e com isto passaram dez anos, não é[382]?" (André Kelly, 28 anos)

A existência de Kelly, não se restringe, porém, ao espectáculo, muito menos ao momento da actuação, já que parece haver um aproveitamento da estética corporal apresentada para dela se usufruir o máximo de tempo possível, no antes e no depois[383]. Essa é também a identidade adoptada nas redes sociais, e, pelo menos em termos da utilização do nome próprio e do género gramatical correspondente, pela maior parte dos amigos.

> "No hi5, no *messenger*, eu mostro sempre o meu lado feminino e nunca o meu lado masculino. E é estranho, eu já fiz essa pergunta a mim próprio: 'Porque é que tu estás a fazer isto? Porque as pessoas vão olhar para ti e vão ver uma mulher e não vão ver um homem, não te vão ver'. Mas eu sou eu, aquilo sou eu, ó pá, é como uma mulher qualquer que meta umas extensões, aquilo sou eu, e eu não posso esconder aquela pessoa, eu não posso esconder aquilo, *sou eu*. (…) A maior parte chama-me Kelly não me chama André, portanto no meu dia-a-dia, o que é que eu me posso classificar? Isto é muito complicado, é muito complicado. Não cheguei ao ponto de pensar 'preciso de um psicólogo ou de um psiquiatra', mas é muito complicado." (André Kelly, 28 anos)

Apesar da omnipresença da feminilidade e a frequência do "modo Kelly", não há o desejo de migração para o feminino, não se deseja "ser mulher", ter o estilo de vida de uma mulher – neste caso, o de uma mulher trans –, embora, dada a não convencionalidade da masculinidade, e a frequência dos espaços de formação de identidade trans, se tenha chegado a pensar nisso. Contrariamente a outras pessoas com quem se relaciona(va) que acabaram por migrar (pelo menos uma delas inclui a nossa amostra de entrevistadas transexuais), a maturidade haveria de aclarar não ser por aí que a "autenticidade" se concretizaria.

> "Nem faço tenção, nem me passa pela cabeça. Se calhar, quando estava na minha adolescência, se calhar podia pensar assim, 'olha, vou mudar de sexo' ou 'quero ser uma mulher'. E cheguei a pensar, mas optei por não. Não por recalcamento, nem pela família, nem por nada. Porque aprendi a gostar de mim como sou e penso que alterando alguma coisa, interiormente, na minha pessoa, se eu alterasse alguma coisa, portanto tomasse hormonas, alterasse à séria, metesse um peito, ah, não iria ser totalmente eu, entende?" (André Kelly, 28 anos)

---

[382] Na altura da entrevista André Kelly tinha deixado de se dedicar ao transformismo, tendo um emprego diurno como empregado de mesa, que não lhe deixava muito tempo livre. Entretanto, a actividade já foi retomada e Kelly Dior anima frequentemente, por exemplo, as "saídas CD".

[383] Certa madrugada, numa das "saídas CD", em que Kelly Dior era artista convidada, e um bom bocado passado sobre a sua actuação, viria a insistir, certamente por referência ao papel social de André, para me acompanhar, dado o adiantado da hora e tratar-se de uma zona "pouco recomendável" (foi uma das poucas vezes em que, em Lisboa, saímos do Príncipe Real), na tomada de um táxi. Foi assim que estivemos, eu e Kelly, em toda a sua muita exuberância e pouca cobertura (pese embora o frio de Janeiro), a tentar conseguir um táxi, numa madrugada de Lisboa. E, apesar das dúvidas que me assolavam acerca da eficácia da "ajuda" que simpaticamente me estava a ser oferecida, lá acabou, volvidos vários minutos e vários táxis, por parar um deles ao sinal de Kelly. O episódio iria marcar o tom da viagem, com o motorista, brasileiro, a fazer perguntas sobre o transformismo e o transgénero em Portugal, que conhecia pouco, e a fornecer informações sobre a realidade brasileira, que conhecia melhor.

O corpo "autêntico" não é um corpo marcadamente feminino e por isso também não se desejam as transformações corporais encarnadas. Mesmo na sua forma mais "leve", a toma de hormonas, já aconteceu numa fase da juventude em que a expressão da feminilidade se queria mais acentuada, mas não no presente. O que se pretende é então manter a estética corporal que "naturalmente" se possui, um corpo andrógino e facilmente moldável "para um ou outro lado".

> "Comecei por vestir, em casa, roupa feminina, depois comecei a vestir fora de casa, comecei a sair, sem fazer *show*, vestido de mulher. Ia para sítios *gays*, e pronto e foi aí, comecei a vestir-me de mulher, a vestir-me de mulher para fazer *show* e depois comecei a vestir aquelas roupas femininas, mais apertadas, mais femininas, que era com o que eu me identificava, não é? E pronto, a partir daí, continuei. E tive a facilidade, sei lá, tive a facilidade, se calhar de ter uma cara bonita e de ter um corpo que me permitisse poder ter os meus dois lados. Porque se calhar se não tivesse, teria que fazer como os outros fazem, não é? Se houvesse algo, se houvesse assim uma coisa, mesmo de homem, que eu tivesse de homem a sério, e que não gostasse. Ah, tenho os pés, mas isso pronto, não podia cortar os pés. (risos). Mas se houvesse assim uma situação mais evidente, se calhar eu também faria como os outros, não critico, porque se calhar faria como os outros. O que eu tive foi *a vantagem de poder ser sempre o masculino e o feminino*. Foi essa a vantagem que eu sempre pude ter e que pude usufruir dela, não é?" (André Kelly, 28 anos)

A matéria corporal é, sem dúvida, um elemento a ter em conta para a vivência do trans-género, naquilo que possibilita ou restringe (Prosser, 1998; Cromwell, 1999a; Rubin, 2003; Monro, 2000; 2010; Hines, 2007a; Davy, 2010, 2011). Aqui é o corpo "naturalmente" sem marcas vincadas de "macho", e facilmente adaptável a uma imagem feminina, que leva a que se prescinda de outro tipo de transformações. Embora aquilo que se faz com o que se tem seja objecto de reflexão e de escolhas que podem ser de sentido diferente. Por exemplo, em Sandra (cf. cap. 5.1), foi a sua constatação e a dos outros das possibilidades que a matéria corporal lhe oferecia em termos de imagem de mulher que terá contribuído para a avaliação, e posterior concretização, da migração de género, e o desejo de "aperfeiçoamento" dessas características mediante intervenção cirúrgica.

> "Sei lá, é de baralhar, você vê-me assim vestida e é logo 'ai rapazinho, que rapazinho tão bonito', não é? E depois eu meto um trapo qualquer e fico muito feminino, isso já muda logo tudo, as pessoas já te vão olhar de outra forma." (André Kelly, 28 anos)

O mesmo podemos dizer da relação entre espaço e identidades. André Kelly tem um percurso com semelhanças ao de algumas mulheres transexuais e às travestis, da frequência das geografias de formação e convivência trans – os espaços *gay*, os ligados aos espectáculos de transformismo –, mas haveria de resultar num modo de vivência de (trans)género ainda diferente. Se o espaço tem influência na formação e regulação das identidades (Davis, 2009), não se estabelece, contudo, entre ambos (pelo menos com os mais informais) uma relação determinista, no sentido em que a frequência de certos espaços resulta necessariamente na adopção de um determinado modo de expressão de género ou o auto-reconhecimento numa determinada categoria de trans-género.

A assunção permanente da feminilidade – André Kelly sabe-o bem porque tem na sua rede de relações mulheres transexuais e assistiu ao processo de tomada de decisão e de concretização nesse sentido – implica uma mudança estrutural no modo como se é visto e tratado pelos outros, a

vinculação a um determinado estilo de vida, incluindo o tipo de conjugalidade, o perfil e orientação sexual dos companheiros, etc. e não é isso que quer para si, não quer ser esse "tipo de pessoa".

> "E as pessoas que lidam comigo notam que existe um lado muito feminino meu e aceitam-me de certa forma, mas nunca… sei lá, acho que se mudasse de sexo não teria a ver comigo, percebe? Porque para se mudar de sexo, o estilo de vida, depois também teria que ser diferente. A própria vida iria fazer com que eu tivesse um estilo de vida diferente, daquele que eu tenho e não, não é isso. Não é isso que eu quero, não." (André Kelly, 28 anos)

Uma das dimensões pelas quais a migração não é desejada é a da sexualidade e conjugalidade. André Kelly tem uma orientação, e podemos mesmo dizer identidade sexual como homossexual e uma conjugalidade na base da relação entre "duas pessoas do mesmo sexo", que certamente ficaria abalada pela migração de género de um dos seus elementos.

> "Agora nem na minha intimidade, nem no meu dia-a-dia, andar vestido de mulher durante o dia, não faz parte, não… Não quer dizer que eu já não tenha experimentado estar com alguém vestido de mulher, não quer dizer que não, já experimentei. Mas, sei lá, quando nós estamos na fase da adolescência tudo é muito mais confuso, não é? Agora estou com 28 anos e eu passei uma fase em que queria ser original, queria ser diferente, porque qualquer ser humano tem essa situação de querer ser diferente e original. Mas depois, fui-me aceitando e fui-me adaptando também um pouco à sociedade. (…) Depois tenho uma relação homossexual, não é? Neste caso não deixa de ser uma relação homossexual. Mas é assim, a pessoa que está ao meu lado não quer que eu mude de sexo, porque gosta de mim como eu sou." (André Kelly, 28 anos)

Embora houvesse, no presente, uma tentativa de "adaptação à sociedade", não "realçando" intencionalmente características socialmente associadas à feminilidade (nomeadamente a nível do vestuário e dos acessórios), essa feminilidade continua a ser percebida pelos outros, no mínimo no reconhecimento de uma forma de "*gay* efeminado".

> "Transmito esta imagem feminina, o que é que eu faço, não é? Não sei lidar com isto. Muitas vezes eu não sei lidar com isto. É difícil, acredite que é difícil, há uma luta interior. E quando um transexual tem uma luta, que se identifica como uma mulher, que *quer*… A luta é muito clara, a minha não, a minha é muito confusa, eu sinto isso interiormente. Pensei nisto antes da entrevista. Porque, por exemplo, a nível de colegas, colegas de trabalho, eles sabem, aliás vê-se que sou, que sou, lá está, *gay*, que é a definição *gay*, não é? Mas um *gay* não tem que ser feminino, não é? Depois eu tenho que lidar com essa parte feminina, porque não estou vestido de mulher, mas emano." (André Kelly, 28 anos)

André Kelly tem assim consciência que transmite uma imagem que, à semelhança das personagens do transformismo, remete para universos onde se intercepta identidade de género e orientação sexual, tal como, aliás, nas travestilidades.

> "Se calhar se cortasse [cirurgia genital] até era mais fácil, porque diziam assim, 'já foi um homem', não é? Agora, eu sou imagem do mundo *gay*, do mundo transexual, do mundo travesti. Porque tenho várias conotações e acabo por não ser nenhuma delas." (André Kelly, 28 anos)

E ressente-se, tal como encontrado no *cross-dressing*, dos obstáculos ou das consequências da livre expressão de género, embora aqui seja uma experiência vivida de discriminação e não apenas uma percepção, aproximando-se pois mais da situação das travestis. Mas é também distinta, porque estas últimas já têm estilos de vida à margem, nomeadamente numa dimensão marcante e que tanto pesa a André Kelly – a do trabalho. Como outros estudos têm demonstrado, o trabalho constitui-se como um

dos espaços nos quais as subjectividades e expressões de género trans são negociadas e reguladas (Hines, 2010c), condicionam a assunção e vivência de identidades de género minoritárias e constituem também, frequentemente, espaços de discriminação (Whittle, Turner, Al-Alami, 2007; Hines, 2010c; Rundall e Vecchietti, 2010).

> "Os meus colegas falam disso, às vezes dizem 'então mas tu és um homem ou és uma mulher?' E eu, na brincadeira, digo 'sou uma tosta mista'. Se calhar, uns pensam que eu sou uma aberração, outros acham que eu devia cortar, mudar de sexo, outros acharão que, sei lá… O meu chefe disse-me 'tu não podes ser como tu és'. E o que me deixa mais triste, triste e desiludido, é não aceitarem as pessoas como elas são. Sei lá, acho que é estúpido, não aceitarem as pessoas como elas são. Isto existe. Isto não é nenhum defeito." (André Kelly, 28 anos)

A saída do meio artístico, que lhe permitia expressar a sua androginia (outros estudos, como o de Hines, 2010c, mostram igualmente que os empregos na indústria cultural são os mais permissivos a expressões de género não convencionais) e a inserção no mercado de trabalho "normal" marca a entrada no "mundo convencional" na dimensão laboral que, sendo central na vida dos indivíduos, não só pelo tempo que nela se despende, como na dependência para a própria subsistência, está a fazer com que André Kelly tenha um estilo de vida que nunca teve, perdendo assim em parte, e pelo menos um pouco, da sua "autenticidade". Podemos dizer que à altura da entrevista, André Kelly passava por um processo, pelo menos tentado, embora não totalmente bem sucedido, de "cissexualização", vivendo a sua vida "como um homem".

> " 'Nunca te esqueças da pessoa que és', aí é que está, porque eu estou-me a esquecer da pessoa que sou. Estou a entrar num mundo convencional, que nunca fez parte da minha vida. Nunca me permiti isso e isso está a mexer comigo, confesso, está a mexer comigo. E eu não sei até quando é que vou conseguir[384]… Agora é que eu estou a começar a comprar mais roupas de homem do que de mulher. Eu dantes, durante o dia, usava roupa feminina. Agora estou mais a viver a vida do André e não tanto a vida da Kelly, está a perceber?" (André Kelly, 28 anos)

Estamos pois perante um modo de vivência de género que, embora nuns períodos pese mais "para um lado que para outro", nunca se posiciona clara e exclusivamente na feminilidade ou na masculinidade, apresentando, como nas travestilidades, uma reconhecida capacidade adaptativa tendo em conta o contexto. Eis a sua afirmação clara:

> "Eu não tenho uma crise de identidade, que eu ache, não sei, mas também tolero que me digas, e gosto que as pessoas sejam sinceras comigo. Ó pá, mas acho que sou muito diferente de… acho que sou conforme o ambiente, *conforme o ambiente, eu sou*." (André Kelly, 28 anos)

Há portanto uma adapção às possibilidades reais de expressão de género, uma maleabilidade identitária, que porém não flutua apenas ao sabor dos desejos, mas está enraizada material e socialmente. Quando trabalha no mundo artístico, André Kelly pode dar aso à sua feminilidade (através do vestuário, do género escolhido para se narrar), mas numa actividade profissional como a que desempenhava à altura da entrevista – empregado de balcão num ambiente até bastante masculinizado –, e tendo sido contratado no seu papel social de homem, fazendo parte das suas

[384] Como dissemos, não viria mesmo a "conseguir" durante muito tempo, tendo já regressado aos espectáculos.

funções o atendimento ao público que aumenta o "policiamento de género" (Hines, 2010c: 605), a sua postura era minuciosamente escrutinada no sentido da convencionalidade de género esperada, o que, nas suas próprias palavras, estava a condicionar toda a sua vida. A fluidez é possível e não é fictícia, a fluidez de género é uma realidade na vida de alguns indivíduos e é necessário reconhecê-lo. Porém, essa fluidez é condicionada e regulada socialmente (e duramente, como experiencia André sempre que, sobretudo no contexto laboral, se aproxima de Kelly). André Kelly ressente-se, nas várias dimensões da sua vida, como foi possível perceber pelo seu discurso, desse lugar de género ou desse "não lugar" no sistema de género. Talvez se dotado de outro tipo de capitais, pudesse encontrar um sentido para si nos movimentos identitários mais próximos da desconstrução das identidades, mas destes, ao contrário dos espaços e das histórias vividas de trans-género, não parece estar muito próximo. A sua presença é frequente em iniciativas do movimento LGBT – inclusivamente animando-as com as suas actuações – mas apenas na vertente celebrativa.

Drag Kinging

A expressão de trans(género) que denominámos de "*drag king*" – porque aqui, ao contrário do caso que acabámos de ver, a expressão da masculinidade aparece circunscrita aos momentos de performação artística –, interessa-nos sobretudo para sinalizar, também na sociedade portuguesa, a expressão das "masculinidades femininas" (Halberstam, 2006 [1998]), em geral bastante mais invisíveis do que as "feminilidades masculinas" e, ainda mais, se fora da modalidade mais tradicional do "homem transexual". As "masculinidades sem homens" (Halberstam, 2006 [1998]) só recentemente têm começado a "sair do armário" e a ser objecto de interesse, nomeadamente ao nível académico (Devor, 1989; Halberstam, 2006 [1998]; Shapiro, 2007; Rupp, Taylor e Shapiro, 2010). Mesmo noutros contextos, como os EUA, o *drag kinging* surgiu apenas nos anos 1990 (Halberstam, 2006 [1998]), ao contrário do *drag queening*, uma das formas tradicionais de transgénero, também no contexto nacional, se remetido aos espectáculos de transformismo. Apesar do interesse deste caso por corresponder a uma "história nova", não poderemos explorá-la desenvolvidamente, dadas as restrições da informação recolhida – o inquérito por questionário, a informação trocada via *mail* e consulta do blogue da personagem artística.

Trata-se de uma mulher biológica que se auto-identifica sobretudo como "mulher", o que lhe terá causado dúvidas sobre a própria inclusão no transgénero, tendo ressalvado na devolução do inquérito preenchido (que encontrou através de uma associação LGBT), "*não sou bem o objecto de estudo*". Para além de "mulher" identifica-se como "*cross-dresser*", inserindo-se no modo de (trans)género que Ekins e King apelidam de "oscilação *drag*" (2006: 131-137), ou seja, em que se oscila entre um e outro género, mas neste caso especificamente na modalidade artística. No blogue da personagem masculina encontramos a seguinte apresentação:

> "A pessoa, eu, mulher e sem dúvidas em relação ao meu género, gosto de vestir fatos de homem. Para tal criei esta personagem (…) Esta personagem aproxima-se à ideia de animação queer, cross-dresser, e drag king."

Apesar de se usufruir da masculinidade através da criação e performação de uma personagem masculina, não se pretende "passar" como homem, muito menos empreender quaisquer transformações corporais encarnadas nesse sentido. Apenas se recorre a estratégias de dis(simulação) de género para a composição da personagem. A expressão da masculinidade ocorre perante, ou tendo em vista, uma audiência, não em isolamento, como acontece frequentemente no sentido mais tradicional do *cross-dressing*.

Como parece ser o caso, em consonância com o encontrado noutros estudos em relação ao *drag kinging*, e contrastando com o que é mais comum acontecer com as *drag queen*, a performance da masculinidade não é motivada por uma questão de indefinição relativamente à identidade de género (como acontecia em André Kelly), provavelmente devido ao facto de ser consideravelmente menor a repressão exercida sobre as mulheres que expressam a masculinidade do que a situação "oposta", não necessitando pois estas de "escapes" para a expressar. Rupp, Taylor e Shapiro, no trabalho que desenvolvem sobre as expressões *drag*, chegam precisamente à conclusão que as "feminilidades masculinas" são mais estigmatizadas na sociedade americana do que as "masculinidades femininas", de modo que o mundo das *drag queens* forneceu um refúgio ou um ancoradouro para machos com o desejo de performar a feminilidade, no palco e fora dele, que não tem paralelo no caso das mulheres biológicas que desejavam expressar a masculinidade (2010: 290).

A motivação no *drag kinging* parece então ser de natureza mais política, mais como um modo de visibilização da reivindicação da "masculinidade" por parte das fêmeas, sendo proveniente de pessoas próximas dos movimentos intelectualizados e politizados (Rupp, Taylor e Shapiro, 2010). É por isso que Ekins e King (2006) colocam a expressão *drag queen* no modo "oscilação" de género – como vimos, especificamente "oscilação *drag*" –, e o *drag kinging* no modo de "transcendência" de género, em que é o funcionamento do sistema binário de género que se quer colocar em causa. No caso encontrado na sociedade portuguesa não temos evidência desse carácter activista e político da expressão da masculinidade, mas é protagonizado por alguém com vivência académica e a desempenhar cargos directivos numa associação LGBT, provavelmente enquanto "lésbica" (que assume como sua orientação sexual).

Para além da própria intencionalidade ou motivação da performance, há autores que consideram o *drag kinging* como potencialmente mais subversivo do que o *drag queening*, na medida em que a masculinidade não é socialmente tomada como sendo de natureza performativa, ao contrário da feminilidade. E porque não será suposto fazer com a masculinidade aquilo que o *drag* faz, "parodiá-la" (Halberstam, 2006 [1998]: 234), já que a masculinidade é vista como "pré-dada" (Willox, 2003: 280). Parodiar a masculinidade contribuirá para expor a natureza de construção social daquilo que é suposto ser a "origem original" (idem).

O *drag kinging* parece permanecer (ainda?) sem grande expressão ou, pelo menos, visibilidade, na realidade portuguesa e as "novas expressões das masculinidades femininas" a que temos vindo a assistir recentemente vão no sentido da reivindicação e da assunção da masculinidade

na vida quotidiana, enquadrada pelo activismo, em formas mais afastadas das tradicionais – quer a "migração", quer a "oscilação" – e mais próximas da "transgressão" (para utilizarmos a classificação de Ekins e King, 2006), mas fora do modo de expressão *drag*.

Transgénero

É na pioneira do activismo relacionado com a identidade de género em Portugal que vamos encontrar uma "história" alinhada com a contada pelas pioneiras do movimento transgénero iniciado nos anos 1990 (Bornstein, 1994; Stone, 1991, veja-se cap. 1.5). Em Romy encontramos a situação oposta à das pessoas com uma auto-identidade próxima da transexualidade, mas cujo modo de vivência de género não é esse, ou seja, em que não houve "migração". Romy, que, como vimos antes (cf. cap. 4.1), se define identitariamente como "transgénero", apresenta um modo de (trans)género em consonância com o transexual – expressa-se no feminino permanentemente, em todas as dimensões da vida e com transformações corporais encarnadas –, e assim é reconhecida pelos outros (aliás, arriscamo-nos a considerar que é talvez no contexto nacional uma – senão a – das pessoas mais identificadas com a transexualidade), não reivindica, antes optou por recusar, a transexualidade como categoria de género para si.

> "Se bem que eu poderia ser clinicamente considerada como transexual secundária, eu defino-me como pessoa transgénero porque acho que a fronteira entre a transexualidade e o transgénero é exactamente a parte em que nós passamos daquela definição ou daquele processo de passar do masculino para o feminino, ou vice-versa, para uma outra fase mais alargada, em que, se bem que há sempre uma identidade predominante, que neste caso é uma identidade psicológica predominante, existe uma outra, que é biológica, que nos lembra sempre a forma como nascemos. Digamos que aprendemos a encaixar as duas, mal ou bem, melhor ou pior, isso é outra questão, mas aprendemos a encaixar essas duas e aprendemos a conviver com essas duas identidades. Uma biológica - que é o nosso passado, que foi a forma como nós fomos educados, que é a forma como nós fomos identificados à nascença, que é a forma como a sociedade nos incutiu qual deveria ser o nosso modelo predominante -, e depois aquela que nós assumimos como nossa própria. Ah, e acho que essas são as grandes fronteiras, digamos que, não querendo ser pretensiosa, a minha definição de transgénero é uma definição para além da transexualidade, que se ultrapassou, independentemente de se ter efectuado a operação de redesignação de sexo ou não, é que se passou para uma outra identidade, que é uma identidade que é mais abstracta e que engloba todas as componentes, quer a biológica, quer a psicológica, daquilo que nós definimos como identidade ou expressão de género." (Romy, 42 anos)

Embora tenha havido uma migração de género (que não passou pela alteração dos genitais, mas que até poderia ter passado), houve uma reflexão do percurso feito à luz das novas possibilidades existentes para as expressões de género minoritárias no momento presente, que fez com que, retrospectivamente, se avaliasse como forçada ou inautêntica, artificial e desnecessária para a afirmação identitária, aquela fórmula da transexualidade que implica "apagar o passado" (Stone, 1991; Bornstein, 1994), rejeitando o lugar de partida em termos de identidade social de género e respectiva socialização, bem como da biologia. Ou seja, como vimos nas pioneiras do movimento transgénero com percursos de género semelhante, e que também poderiam ser incluídas na transexualidade, reivindica-se agora um lugar de género fora dos cis, como um lugar habitável, independentemente das transformações que se operem no corpo e até do sucesso naquilo que parece ser o objectivo último da

transexualidade – uma aparência credível no género "oposto" ao sexo biológico. Aquilo que se contesta é a ideologia de género dominante que apenas prevê para o trans-género a transferência linear de uma categoria de sexo/género para a "outra".

O caminho percorrido, que implicou a passagem por vários lugares de género, como é comum encontrarmos nas mulheres transexuais mais velhas que fizeram o seu *coming out* de género mais cedo na vida e, também como estas, pela actividade que permitia a sobrevivência de pessoas reconhecidas como machos que expressavam a feminilidade no Portugal dos anos 1980 – o trabalho sexual –, acabou por proporcionar uma "aprendizagem" acerca das várias possibilidades de ser e de se expressar o (trans)género. No caso de Romy, a impossibilidade de prescindir da utilização dos órgãos sexuais no decurso das transações sexuais, e de, ainda assim, sentir-se e expressar-se no feminino, acabou por ser reveladora da independência entre género, sexo e sexualidade e de colocar no "campo de possibilidades" a assunção dessa suposta "incongruência".

> "Houve sobretudo uma aprendizagem. Uma aprendizagem não só em termos de identificação daquilo que eram as definições sociais, como uma aprendizagem interna e uma descoberta, sobretudo uma descoberta interna dos eventuais enquadramentos em determinados grupos. E passei por vários deles, quer desde a adolescência, a não ter definição de género porque não era importante, porque essas questões não se punham, quer posteriormente no final da adolescência, em que passei por uma fase em que eventualmente poderia ser um homossexual muito efeminado, quer por uma segunda fase em que já poderia ser considerada travesti, quer por uma terceira em que me defini efectivamente como transexual, uma quarta aprendizagem que passou depois, devido à minha actividade na altura, que era a de me prostituir na rua, de ter aprendido, ou de me terem ensinado os próprios clientes, que a minha definição enquanto transexual e o meu percurso enquanto transexual, nada ter a ver com o comportamento sexual que depois tínhamos. E sobretudo porque eles estavam numa relação de poder e, como tal, poderiam exigir determinados actos sexuais. E se bem que isso pôde, no início, criar alguma confusão, sobretudo no que era a minha identidade de género, que era feminina e depois os meus comportamentos sexuais que eram masculinos porque utilizava exactamente os órgãos sexuais masculinos, os meus órgãos sexuais biológicos, digamos que isso serviu-me, de certa forma, para aprender e para evoluir para uma outra forma, que é exactamente essa forma de depois poder dissociar o que é a minha identidade psicológica, o que é a minha identidade enquanto indivíduo, e o que é depois o meu desempenho sexual e o que é a minha relação sexual com as pessoas, e como é que eu me relaciono com os meus próprios órgãos sexuais." (Romy, 42 anos)

O processo auto-reflexivo acabou por encontrar enquadramento identitário colectivo nos "movimentos transgénero vindos de dentro" que estavam a começar a constituir-se. O acesso à informação sobre as novas movimentações e teorizações em formação permitiu a Romy perceber que, apesar de indisponíveis, invisíveis ou estranhados no contexto nacional, haveria outros modos possíveis de se pensar e outros lugares de género disponíveis para habitar (ou, pelo menos, para reclamar), para além da transexualidade.

> "Eu considero que, de facto, foi uma evolução e sobretudo tem sido uma viagem extraordinária em termos de evolução interna, psicológica, de mim própria, mas há quem considere que isso é um grande retrocesso. Foi mais uma aprendizagem interna do que propriamente... Posteriormente, obviamente que eu, com a pesquisa, vim a perceber que afinal, e é nessa altura que nós começamos a enquadrar melhor as questões, vim a perceber que afinal era um movimento generalizado, que não era... porque se tem sempre aquela sensação de que 'sou homossexual, sou anormal, sou transexual, sou duplamente anormal, passo a transgénero, sou triplamente anormal'. E digamos que passei pessoalmente por essas três fases, mas ao mesmo tempo que passei por essas três fases, fui aprendendo também que à volta se ia criando esse movimento. Eu devo dizer que tive consciência desses movimentos já depois de ter a minha questão interna resolvida. Por isso, em termos de, digamos, acesso à informação, eu não tive propriamente acesso

> à informação que me permitisse desenvolver-me. Fui eu que me desenvolvi, e através do meu desenvolvimento, fui descobrindo que havia outras formas. Que eu, ainda por cima, na altura, estava em Portugal quando aconteceram esses processos, esses processos em geral aconteceram quando estava cá." (Romy, 42 anos)

A reivindicação do "transgénero" enquanto categoria de (auto)identidade, pese embora o potencial de desconstrução de um aspecto da realidade (e de um modo de pensar) naturalizado e reificado como é o sistema dicotómico dos dois sexos/géneros, não é incompatível com o essencialismo de género, na forma como se experiencia. Romy, no seu processo de reflexão auto-identitário, chegaria à conclusão de que a sua identidade de género "*não foi uma construção meramente social*", embora não negue que "*obviamente que há muito de construção social nos vários percursos da minha vida*". Voltamos a encontrar aqui a coexistência entre essencialismo e construtivismo nas identidades trans (Rubin, 1999: 191).

> "(…) aliás, eu fiz uma coisa mais engraçada ainda que foi, eu tenho um irmão gémeo e fui buscar fotografias de infância que foram tiradas com o meu irmão. E ajudou-me a perceber que, embora eu tivesse um irmão gémeo, o meu irmão tinha um comportamento completamente diferente de mim. E para perceber também que a fase da passagem da homossexualidade para o travesti, e posteriormente para o processo de transexualidade**,** *não foi uma construção meramente social*. Que não tinha sido uma construção meramente social, que não foi por eu ter saído do meio *gay*, na Suíça, e ter caído no meio trans em Lisboa, que eu depois fui encaminhada e empurrada, fui desviada, nada! Eu muitos anos mais tarde questionei-me se de facto eu não tinha sido influenciada para essa via, e fui então buscar essas fotografias que nos tinham sido tiradas na infância, para perceber se havia diferenças palpáveis. E é um estudo muito interessante, um estudo para mim, em termos pessoais verificar que, de facto, os meus comportamentos já eram muito diferenciados dos comportamentos do meu irmão. E eu tinha uma postura aos 4/5 anos, a forma como eu agarrava nas coisas, a forma como eu tinha colocados os pés, as pernas, a forma como eu estava sempre arranjadinha (na altura arranjadinho, claro), e o meu irmão sempre com as calças ao fundo do cu, e não sei que mais. E já nessa altura, em que não havia ainda nenhuma construção, ou não havia nenhuma indução social, no sentido de poder ser empurrada para uma via ou para outra, já estava lá, já existia lá. E essa, para mim, digamos, tem sido a prova, porque obviamente que há muito de construção social nos vários percursos da minha vida, mas que digamos que a questão da identidade, do questionamento da minha identidade de género, versus a minha identidade biológica, já se punha, com a idade de 2, 3, 4 anos. Eu depois mostro-te, tenho exemplos fabulosos." (Romy, 42 anos)

Romy partilha a "urgência das transformações corporais" que encontramos na transexualidade e mesmo o recurso a práticas de carácter médico paralelas, e reconhece, no passado e no presente, embora agora a informação e as possibilidades tecnológicas sejam outras, essa necessidade. Dando assim razão aos autores *insiders* que consideram que as pessoas trans(exuais) experienciam um sentido do *self* que passa pelas experiências corporais (Prosser, 1998; Cromwell, 1999a; Rubin, 2003).

> "Nada disto foi planeado, nada disto foi planeado. É assim, nós estamos a falar de uma fase em que temos 18 anos, estamos a falar de há 20 e tal anos atrás. Não havia, nós sabíamos que queríamos fazer determinada coisa, agora não tínhamos explicação para isso. Como não há explicação que haja pessoas que ainda hoje vão para Casablanca fazerem-se operar, correndo os maiores riscos de vida, mas elas sabem que têm que fazer aquilo. Isso não há explicação, isso ultrapassa aquilo que nós definimos como racional. É completamente irracional e ainda hoje acontece exactamente a mesma situação. Nós sabemos que precisamos de mudar, nós sabemos que precisamos de alterar, nós sabemos que precisamos de (…) e inclusivamente a trans ou o trans mais ignorante, que não tenha tido formação nenhuma na vida, ele pode não saber como, pode não saber porquê, nós não nos questionamos sequer porquê, nessa altura, precisamos de alterar, sabemos que há estas fórmulas... Na altura, obviamente como havia muito menos informação, íamos para aquilo que era o mais básico, e o mais básico era uma transexual pegar numa seringa, ter silicone que era traficado de Londres e do Brasil, encher uma seringa com silicone, que é uma substância como o Óleo Johnson, tem exactamente a mesma cor e a mesma consistência, e enfiarmos

> seringas aqui dentro e toca a enfiar directamente silicone. Foi isso que eu fiz, e foi isso que fizeram 80% das trans. Posteriormente, houve inclusivamente complicações, porque disso fez-se um tráfico, fez-se um comércio paralelo dessa porcaria, e houve trans e mulheres e homens, que resolveram começar a traficar aquilo e misturavam silicone com parafina. Por isso, muitas tiveram complicações, outras não tiveram complicações, mas há muita gente que tem substâncias completamente absurdas no corpo." (Romy, 42 anos)

É o corpo que permite o auto-reconhecimento e o reconhecimento dos outros acerca do que se é. Romy, que nunca frequentou o acompanhamento médico formal e várias vezes confrontou em público os clínicos nacionais acerca das suas representações e das suas práticas face à transexualidade, não prescinde das transformações corporais encarnadas, mesmo nesta sua fase de descolagem da identidade transexual. O recurso a tecnologias de transformações corporais encarnadas, mesmo nestes modos de trans-género mais afastados dos tradicionais e mais problematizadores do sistema dicotómico dos dois sexos/géneros, volta a colocar a questão se deverão ser interpretadas, no contexto do trans-género, como formas de submissão às normas prescritas de género e aos modelos clínicos. E se não será mais adequado tomá-las como um exercício de agência, o de procurar e obter aquilo que permite aceder à imagem do que se sente ser e se quer transmitir aos outros, combatendo determinismos biologistas.

> "E eu sempre fui tratada no feminino, a partir do momento que eu tinha uma postura feminina, e o mais engraçado é que eu agora é que acabei por, nesta fase já da velhice, é que comecei a iniciar um processo de masculinização (…) Comecei a ter alguns problemas, se é que se pode chamar de problemas, mas comecei a ter alguns questionamentos na altura em que tive, por força da minha saúde, que parar com os tratamentos hormonais. E aí, percebi, e de uma forma muito forte, que estava a iniciar um processo de masculinidade, a voz engrossava, como engrossou, a pilosidade começou a crescer, e mesmo a minha atitude, mesmo o meu comportamento, as minhas reacções, os meus humores, eram diferentes. E não me reconhecia neles, não me reconhecia na voz, não me reconhecia, nada, nada, e senti esse processo. Depois, contra a vontade da minha médica, resolvi começar a fazer um tratamento muito suave, continuado, muito ligeiro, outro tipo de tratamento hormonal, que não é no sentido de alterar o sistema, mas é no sentido de manter aquilo que tinha sido construído nesse sentido. E que pode eventualmente ter alguns efeitos secundários em relação à minha doença crónica, mas que também não são muito graves. E digamos que é o preço que tenho de pagar por isso, e eu estou disposta a pagar, prefiro fazer esse sacrifício, e pagar esse preço, do que iniciar um processo total de masculinização." (Romy, 42 anos)

E, dada a sua exposição mediática, no período em que foi representante de uma associação e uma das poucas pessoas no contexto português a assumir-se como trans, e a ser reconhecida como transexual, tem bem a noção de como o corpo pode trair aquilo que se sente ser e se quer transmitir, e ser utilizado como "contra-poder", como deslegitimador das identidades trans-género.

> "Houve uma coisa que, na altura em que eu me expus mais mediaticamente, era uma coisa que me irritava muito, é que em todas as entrevistas filmavam-me as mãos. E isso enervava-me, porque era uma forma que eles tinham de contestar, de contradizer, o meu discurso. E então eles iam sempre para os defeitos. Iam sempre à procura de um sinal para contrariar, e isso a mim irritou-me, irritou-me porque percebi que era maldoso. Que era maldoso, era insensível, e era desconsiderar a pessoa, e desconsiderar o discurso da pessoa, e desconsiderar aquilo que a pessoa dizia e sentia. E sobretudo porque nestas coisas mediáticas, e tu sabes isso melhor que ninguém, ia-se muito para o coitadinha, do coitadinho e mais não sei quê e ainda por cima enfatizar isso, irritava-me, irritava-me! Inclusivamente houve alturas em que eu dizia, não, não filmas mais porque eu não te deixo filmar mais. Para obrigar as pessoas a terem um bocado de noção, que as pessoas não têm noção do quão más podem ser com determinadas atitudes. E ficou-me a história das mãos." (Romy, 42 anos)

Como já referido, esta é uma "história" cuja trajectória de género tem paralelo com as encontradas na transexualidade, mas re-definida à luz das possibilidades oferecidas pelo tempo presente, onde encontra enquadramento num movimento que podemos designar de "pós-transexualidade" (Stone, 1991), que se vem a desenvolver teórica e politicamente já desde os anos 1990. É uma "história nova" no contexto nacional que, pese embora o reconhecimento da sua protagonista no universo trans, não parece estar a gerar outras "histórias novas" do mesmo género (já vimos, no capítulo 4, o afastamento das pessoas auscultadas para esta pesquisa ao "transgénero" enquanto categoria de (auto)identidade, partilhado por homens e mulher trans, pessoas mais velhas e mais novas, mais e menos qualificadas). Em Portugal as "histórias de género" permanecem ainda muito enquadradas nas categorias tradicionais de trans-género. Aguardemos o que os mais recentes desenvolvimentos, quer a nível das orientações internacionais para os cuidados de saúde trans-específicos, quer o novo enquadramento legal nacional, quer ainda as movimentações associativas nacionais e internacionais, produzirão a este respeito.

Ultra-género

Foi em Victória que encontrámos uma forma mais explicitamente politizada de colocar em causa o sistema de género convencional, próximo das políticas de desconstrução da identidade. Trata-se aqui não apenas de encontrar um lugar de género para si ou de reivindicação de direitos para as pessoas trans, mas de colocar em causa o próprio sistema de género que se considera injusto e repressivo. Esta é, como diriam Ekins e King (2006), remontando a Plummer, uma história do tempo presente, só possível de ser contada no presente. E deste tipo de histórias faz parte a recusa de uma auto-identificação de género. Se o que se pretende é a destruição ou extinção do sistema de sexo/género, então não há como compatibilizar tal objectivo com a reivindicação ou inclusão numa categoria de género. Se Romy queria "abrir a caixa" do transgénero a todas as transidentidades (cf. cap. 4.1), Victória quer acabar com as próprias "caixinhas" das categorias de género.

> "Não uso uma palavra [para me auto-identificar em termos de género]. Se tiver de usar o sistema binarista para ajudar alguém a perceber melhor, então digo que sou 'mais ou menos lésbica', sinto uma maior afinidade com mulheres do que com homens, não me identifico como mulher, mas se tiver de escolher entre mulheres e homens para me identificarem, então sim, estou muito mais perto das mulheres. Claro que dizer isto só faz sentido estereotipando a coisa. Da minha experiência empírica, as pessoas auto-identificadas como mulheres, ou que se identificam como mulheres mais vezes na sua interacção social, ou são identificadas pelos outros como mulheres, a maior parte daquelas com quem eu me dei, tinham algumas características que me agradam, com as quais sinto afinidade, que não encontro na maior parte das pessoas que eram identificadas ou que se identificam como homens. O que não significa, obviamente, que todas as mulheres ou todos os homens, ou todas as pessoas que são identificadas pelos outros como mulheres ou homens, tenham essas características, que falem sobre determinados temas, ou que tenham uma determinada postura mais ou menos agressiva quando falam, ou que tenham estes ou aqueles interesses. É sempre uma chatice quando alguém me pergunta como é que me identifico porque tenho que fazer um grande discurso, para não reforçar estereótipos e não quero que as pessoas me estereotipem, ou que me coloquem numa caixinha que não corresponda àquilo que sinto e àquilo que faço." (Victória, 31 anos)

O termo "ultra-género", que escolhemos para designar este modo de (trans)género, pareceu-nos o mais adequado na medida em que vai precisamente no sentido de "para lá do género".

> "(…) podemos jogar com as palavras e construir uma data de outras que têm significado, como ultra-género, que é a pessoa que passa para lá do género, no sentido do género tal como ele nos é oferecido, no modelo binário." (Victória, 31 anos)

Embora estas novíssimas histórias de género, que começam agora a ser contadas, possam tomar formas muito variadas, poderíamos enquadrar Victória no grupo daqueles a quem Gagné, Tewksbury e McGaughey denominam de "radicais de género", cujo "objectivo é desafiar as conceptualizações dominantes de género e criar novas possibilidades" (1997: 500). E a sua história naquelas que Ekins e King (2006) denominam de "histórias de transcendência" de género, no sentido em que não se trata apenas de transgredir o sistema binário de sexo/género (isso, por definição, todas as formas de trans-género farão, quer voluntaria ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente), mas de o abolir enquanto modo de organização das sociedades. Estas são também histórias de empenhamento e activismo político de género. Victória integra uma das estruturas associativas mais próxima dos movimentos de desconstrução da identidade, no campo do género e da sexualidade, no contexto nacional.

Um dos aspectos que diferencia estas novas narrativas das outras narrativas de trans-género é que o "problema" de género é situado num plano extra-individual.

> "Tenho episódios de desidentificação... tenho episódios de rejeição de constrangimentos, de me sentir mal com determinados constrangimentos sociais desde a [escola] primária, antes até, da pré-primária, não necessariamente relacionados com a minha pessoa, coisas como o pintar as unhas ou usar determinado penteado, tenho recordações de desgosto e de recusa da agressão social e verbal a um colega meu porque ele apareceu com as unhas pintadas ou porque ele era efeminado, se é que aos 3, 4, 5 anos isso faz muito sentido... Tenho desde essa idade, 4, 5 anos, recordações de rejeição do que seriam constrangimentos do binarismo, tenho recordações por volta dos 8, 9 anos de identificação e de fascínio e desejo por algo semelhante quando tomei contacto com o caso da Roberta Close, mas socialmente sempre fui sendo um rapaz." (Victória, 31 anos)

A desidentificação com o sexo/género atribuído à nascença veio pela consciência do lugar reservado à masculinidade no sistema dominante. Essa desidentificação com o lugar de género encontrou enquadramento ao nível teórico e político, e no conhecimento de outros casos, resultando num (também) projecto político: a Victória.

> "[A Victória é um projecto político?] Também. [Mas não é só?] Não é só, até porque a politização do género veio depois da consciencialização da desidentificação com o género esperado, foi só depois de eu reconhecer a desidentificação com o masculino, com o que era esperado de homens e rapazes, que então procurei mais informação sobre a coisa, e juntamente com a informação de casos particulares, de casos de vida, de tentativas de sistematização e teorização da coisa, que inevitavelmente o político foi também integrado neste processo de recolha e de gestão de informação." (Victória, 31 anos)

Foi a vinda para Lisboa, o ingresso na faculdade e a afinidade com grupos politizados e mesmo políticos – em termos partidários e, mais especificamente, ligados às questões do género e da orientação sexual que estavam a começar a constituir-se –, que acabaria por criar os contornos da expressão de género. Estamos aqui perante outro tipo de geografias de formação das identidades trans, as mais intelectualizadas e políticas. Este é um discurso destituído de essencialismo, há a assunção de que "*a Victória foi construída*", foi pensada para traduzir uma postura crítica relativamente ao sistema de sexo/género dominante.

> "A Victória começou a ser construída na faculdade em 95/96, a Victória enquanto Victória surgiu provavelmente em 98. O processo de escolha de um nome começou pela escolha de um nome que fosse ambíguo, e falhou redondamente, porque toda a gente assumia que era a interpretação masculina do nome, e então tive de arranjar um nome feminino, Victória não foi a primeira escolha (…) E é um nome claramente feminino, é um nome que expressa a minha maior identificação com o feminino, e é um nome que sendo expressamente feminino leva a que a esmagadora maioria das pessoas pergunte, 'então porquê'? E posso sacar da cassete militante e começar a fazer o trabalho de apresentação, da postura de crítica do género e desconstrução das normas." (Victória, 31 anos)

Em consonância com as teorizações que interpretam o género como sendo de natureza discursiva, é por essa via que se expressará e se fará notar o (trans)género. Falhada a ambiguidade de género na escolha do nome, dado o automatismo social de enquadramento de género, então essa ambiguidade pode ser concretizada pela assunção de um nome associado a um género que não é o esperado, e a transgressão vincada por esse posicionamento inesperado não ser acompanhada de uma conformidade, sequer na forma tentada, da estética de género. Essa não é sequer ambígua, é, ainda que não totalmente convencional, indubitavelmente associada à apresentação social de género dos "homens". Nessa descoincidência evidente entre o género gramatical escolhido para se narrar e a apresentação estética de género encontrou-se uma ferramenta desconstrutiva e pedagógica.

Essa maior afinidade com o socialmente associado ao feminino e a escolha do género gramatical feminino para se narrar não significa que esse seja permanentemente o modo escolhido para se expressar. Como na transexualidade antes do reconhecimento legal de género e nas travestilidades, mas aqui aparentemente sem "desgosto", há uma assunção da identidade oficial de "homem", quando se torna inviável a identidade "oficiosa". Há uma interpretação intelectualizada de que se trata apenas disso mesmo, da identidade oficial, burocrática ou da "identidade pessoal" na distinção identitária de Goffman (1993 [1959]), de algo exterior, distinto da auto-identidade.

> "Quando tenho de fazer contratos, qualquer coisa que de alguma forma remeta para o aparelho de Estado ou para a administração pública ou para os registos, assumo o elemento de identificação 'nome' como outro qualquer, como o número do BI, ou número de contribuinte, é um elemento. Ninguém me perguntou nada, eu não escolhi aquele nome, é só um elemento de identificação para o Estado. Portanto, é mais um elemento distintivo como a impressão digital." (Victória, 31 anos)

Provavelmente porque exerce uma profissão mais qualificada e partilha o local de trabalho com colegas qualificados, e talvez também pela apresentação de uma estética de género que não remete para fora do cisgénero, Victória não é vítima de discriminação activa como outras pessoas trans quando exercem profissões mais desqualificadas. De qualquer modo, mesmo quando a sua identidade de género não é respeitada, tal desrespeito é interpretado na lógica de uma "divergência política".

> "[No trabalho] Sempre que há uma situação em que temos de nos apresentar, ou queremos fazê-lo, apresento-me como Victória. Algumas pessoas fazem questão de não me tratar por Victória, expuseram-me os seus motivos, temos divergências de opinião acerca da lógica deles, não temos uma relação de conflito aberto. Outras assumem a posição de, em face disso, se solidarizarem comigo e expressarem a sua posição pessoal de respeito pelas identidades não normativas e tratam-me por Victória. Tenho uma chefia que se recusa a fazê-lo, ao mesmo tempo que tenho uma chefia, que assessora a primeira, que faz questão de o fazer. A discriminação é só essa, no sentido de insistirem na agressão que é não reconhecerem o uso social de um nome, de usarem socialmente aquilo que é apenas um elemento de identificação formal para o aparelho de Estado." (Victória, 31 anos)

Uma característica que distingue este modo de trans-género de todos os outros que já vimos, em consonância com aquilo que Gagné, Tewksbury e McGaughey encontraram nos "radicais de género", é que a preocupação em apresentar uma aparência convincente de género desejado é secundária, se é que é importante (1997: 500). Em Victória há uma ausência de transformações corporais, quer na modalidade encarnada, quer mesmo na modalidade de (dis)simulação, e uma também ausente agenda nesse sentido. No entanto, mesmo aqui não encontramos uma desvalorização de uma determinada estética corporal de género, mas uma auto-reflexão e uma consciência dos constrangimentos colocados pela materialidade do corpo. O não investimento nas transformações corporais é justificado pela avaliação da impossibilidade de chegar a um resultado satisfatório – a uma estética feminina com a qual se tem maior afinidade.

> "Considerei durante muito tempo alterar a aparência, e cheguei à conclusão que não valia o investimento de esforço, de sofrimento físico, de dinheiro, porque implica muito também, para obter um resultado que na verdade não iria ser nada do que sonhei, porque mesmo as alterações de aparência são limitadas pela estrutura de base com que se trabalha. Por outro lado, reconheço que esta aparência me traz vantagens, sobretudo em situações de conflito, socialmente, para o melhor e para o pior, nós ainda somos muito chimpanzés, funcionamos grupalmente dessa maneira, há situações em que o meu físico permite impor-me a outros, é pena que não seja pela força dos argumentos, mas às vezes é esse que funciona..." (Victória, 31 anos)

Esse "corpo de macho" que impede a concretização da estética corporal desejada acaba por ser avaliado como uma vantagem em algumas situações sociais e não é vivido com o sofrimento, a angústia ou o desgosto encontrado noutras formas de trans-género. E é também esta descoincidência – intencional ou, pelo menos, mais "despreocupada" – entre identidade de género e corpo que caracteriza esta "nova geração" das transgressões no trans-género, afrontando o sentido viável e permitido ao trans-género nas sociedades ocidentais. É a própria demonstração da distinção entre sexo, identidade de género e estética corporal, assumindo e dando visibilidade, ao invés de ocultar, aquilo que constitui uma realidade para um conjunto de pessoas (precisamente as trans-género). Na verdade, essa descolagem entre identidade de género e corpo está já reconhecida oficialmente, nomeadamente na "lei de identidade de género", que desvincula o reconhecimento enquanto homem e mulher de qualquer tipo de transformação corporal, embora reservada a pessoas atestadas como integrando uma categoria de trans-género que se define precisamente pelo desejo por essa "adequação".

Considerações finais: (Re)pensar o (trans)género

[Re]pensar o trans-género

O trabalho empreendido centrou-se nas identidades e expressões de género das pessoas transexuais e transgénero. Um dos seus principais objectivos passou por dar visibilidade à diversidade de expressões de género, condição que se evidenciou como necessária para a compreensão do fenómeno. Aceitámos assim o desafio de Ekins e King (2006) de cartografar, com as referências das ciências sociais, a diversidade de modos de (trans)género que podemos encontrar numa dada sociedade, neste caso, a portuguesa.

A partir dos dados recolhidos através de entrevistas aprofundadas e inquirição por questionário, complementados com informações obtidas por outras vias, como a observação participante e não participante, identificámos um conjunto de dimensões que se revelaram pertinentes para a definição e caracterização desses diferentes modos ou categorias de (trans)género, nomeadamente o sexo atribuído à nascença, o(s) género(s) expressado(s), as auto-identificações de género (*emic*), a relação com o sexo atribuído à nascença, a relação entre sexo e género, o tempo e o espaço em que o género "oposto" ao sexo atribuído à nascença é expressado, a existência, ou não, de acompanhamento médico, o tipo de transformações corporais, e a referência no sexo/género para a orientação sexual. Do posicionamento dos indivíduos auscultados em relação a essas dimensões resultaram oito categorias de género trans: "homem transexual", "mulher transexual", "*cross-dresser"*, "travesti" e, mais excepcionalmente, "andrógino", "*drag king*", "transgénero" e "ultra-género", com as propostas de caracterização avançadas para as últimas a serem ainda mais provisórias do que para as quatro primeiras, dado o escasso número de indivíduos a partir dos quais são construídas. No capítulo 4, especialmente 4.2, sintetizámos esse exercício (cf. quadros 4.1A e 4.1B) e avançámos com propostas de definição, o que constitui um dos principais resultados desta tese.

Este mapear de expressões de (trans)género, que parte de vastas "zonas de disponibilidade heurística" (Almeida e Pinto, 1986) tem, obviamente, margem para vir a ser alargado e aprofundado, e mesmo contestado, por futuros trabalhos que venham a ser realizados tendo como referência a sociedade portuguesa.

Na comparação com outros contextos, não encontrámos, senão excepcionalmente, no nacional algumas das expressões de género que vão emergindo noutros países com um movimento associativo mais forte e uma maior visibilidade do "fenómeno transgénero" (Ekins e King, 2006), nomeadamente as mais politizadas no sentido de contestação do sistema vigente de género. Simultaneamente, encontrámos expressões das feminilidades trans com semelhanças às descritas para outras regiões geográficas, sociais e culturais, nomeadamente as da América do Sul – como as travestis. Também constatámos a quase completa permanência "no armário", e ausência de organização formal, das expressões *cross-dresser*, ao contrário do que acontece noutros países (como o Reino Unido ou os

EUA), o que demonstra o quanto a masculinidade permanece ainda intocável para quem pretende continuar a reivindicá-la.

No contexto português, ao contrário do que tem vindo a ser evidenciado em outros estudos, realizados noutras sociedades (nomeadamente a do Reino Unido, estudada por Hines, 2007a; Monro, 2000; Davy 2010), a adesão ao discurso psico-médico parece ainda muito generalizada, mesmo entre a população mais jovem, segmento de onde nesses outros contextos começam a surgir as maiores contestações, mais ou menos politizadas. Esta constatação confirma a pertinência de enquadrar as identidades de género trans, tal como as restantes, nos contextos temporais e espaciais onde elas se formam (Hines, 2007a; Monro, 2000, 2010).

Ao tempo da recolha de dados, tinha passado pouco mais de uma década sobre a institucionalização das consultas de acompanhamento da transexualidade, que possibilitaram o contacto directo com o discurso psico-médico acerca desse fenómeno, possibilidade avaliada como um "ganho recente" e até, objectivamente, o "único ganho" para as pessoas trans-género nessa altura. Assim, a "novidade" do discurso e o facto de o mesmo, então, não ter sido ainda interceptado, significativamente, pelo discurso alternativo do movimento associativo, dado o fraco peso do T no movimento LGBT que acontecia até bem recentemente, faz com que esteja muito presente entre as pessoas trans-género, mesmo nas mais novas e nas biologicamente femininas a adesão ao discurso psico-médico (Davy, 2011 identificou igualmente os homens trans como os mais afastados do modelo médico). Aliás, curiosamente, apenas encontrámos narrativas de género mais "desalinhadas" em parte das mulheres transexuais mais velhas, que fizeram o *coming out* de (trans)género mais cedo na vida, e formaram a suas identidades de género no Portugal da década de 1980, à margem da medicina, entre pares, nos espaços de convivência de identidades sexuais e de género minoritárias. Em alguns aspectos, as suas narrativas estão até mais próximas daquilo que são as premissas e reivindicações do "movimento transgénero" surgido nos anos 1990, embora geralmente não politizadas.

Mapeada a diversidade de identidades, vivências e experiências de género que povoam o universo das expressões trans, percebeu-se, desde logo, que essa diversidade era maior nas "feminilidades masculinas" por relação às "masculinidades femininas" (Halberstam, 2006 [1998]), as quais, como foi possível confirmar através da literatura (Cromwell, 1999a e 1999b; Green, 1999, 2004; Halberstam, 2006 [1998]; Rubin, 2003; Whittle, 2006; Stryker, 2008), se encontram, mesmo a nível internacional, num processo de afirmação. Estão praticamente ausentes (à excepção do caso de *drag-kinging*) as expressões trans de origem em mulheres biológicas fora da modalidade de "homem transexual".

Surge deste trabalho a evidência, também na sociedade portuguesa, corroborando estudos realizados em outros contextos (Whittle, 2006; Whittle, Turner e Al-Alami, 2007; Browne e Lim, 2010; Rundall e Vecchietti, 2010), de uma menor aceitação, e consequentemente de uma maior discriminação, das transições para a feminilidade, tanto a nível familiar, escolar, laboral, como nos meios médicos. No panorama das dificuldades generalizadas encontradas na vivência de género

trans(exual), os homens transexuais não são tão intensa ou prolongadamente afectados, situação que se explica quer por uma maior aceitação das "masculinidades femininas" nas sociedades ocidentais, quer pelo factor "capital corporal", que lhes permite "passar" mais facilmente por membros legítimos do género que desejam expressar. Terão sido essas algumas das razões para que tenham uma história de maior invisibilidade, se comparados com as mulheres (Green, 2004; Stryker, 2008; Rupp, Taylor e Shapiro, 2010).

A situação de maior fragilidade e discriminação, sobretudo das mulheres trans em que essa "condição" é mais visível, justificaria uma atenção especial por parte do movimento associativo (incluindo aqui, para além do LGBT ou mais exclusivamente T, aquele que luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, ou seja, o feminista) e protecção na lei. Nomeadamente, uma menção especial nos documentos de orientação política que visam promover, assegurar e fiscalizar a "igualdade entre homens e mulheres". Mais, a discriminação praticamente generalizada das pessoas trans justificaria que fossem todas contempladas nas políticas de "igualdade de género(s)"[385], para possibilitar que estas possam constituir uma plataforma efectiva de inclusão de todas as expressões trans.

Seja qual for a idade ou a expressão de género, o contacto com "outros semelhantes" revela-se como um aspecto fundamental para a formação e "acomodação" de uma identidade de género que é quase sempre formada em isolamento. Como referem Gagné, Tewsbury e McGaughey, "Só quando descobrem que existem outras pessoas como elas estão aptas para fazer sentido daquilo que experienciam e daquilo que são" (1997: 504). É assim importante a existência de espaços onde possam existir essas trocas. Estes podem materializar-se na forma de grupos de terapia nos hospitais onde decorrem as consultas de acompanhamento do processo de transição (o que chegou a acontecer no Hospital Júlio de Matos) para o caso da transexualidade, em espaços do movimento associativo (como já tem acontecido, mas também ainda apenas para as pessoas transexuais, nos encontros promovidos pelo GRIT – Grupo de Reflexão e Intervenção da ILGA Portugal), em espaços virtuais mas que acabam por potenciar encontros presenciais (como o fórum da rede ex-aequo), ou em encontros informais específicos para determinadas expressões de género (como as "saídas CD"). Estes vários espaços de interacção entre pares são contudo ainda insuficientes. A constatação da necessidade da sua diversificação e multiplicação já levou ao desenvolvimento de projectos inovadores, que conciliam os objectivos de produção de ciência com o apoio directo a este tipo de população, visando precisamente a criação de lugares "livres de constrangimentos", onde as pessoas possam ser quem são e narrar as suas histórias e as suas experiências de género, que seria interessante tentar no contexto nacional (veja-se, por exemplo, o projecto SCI:dentity, que decorreu entre Março de 2006 e Março de 2007 em Londres, McNamara e Rooke, 2006; Rooke, 2010b).

[385] A expressão "igualdade de género", sobretudo se formulada no plural, é mais inclusiva de todas as expressões de género do que a formulação de tipo "homens e mulheres". No entanto, a primeira tem sido concebida e tomada apenas como uma outra forma de referir a segunda.

Num outro eixo de análise sociológica da correspondência entre as categorias de trans-género e os perfis sociais e estilos de vida, foi possível perceber, também na realidade portuguesa, uma relação entre posição social e a percepção pelos outros da expressão de género trans (Whittle, Turner e Al-Alami, 2007; Stryker, 2008). Ou seja, as pessoas que na maior parte das dimensões da vida, incluindo a profissional, e até em alguns casos a familiar, não são "afectadas" por uma percepção da existência de "desvio" ou "desconformidade" de género (caso das *cross-dresser*), apresentam posicionamentos privilegiados na estrutura social, bem como estilos de vida em conformidade com o perfil de "homem cissexual e heterossexual". Esta interpretação pode ser complexificada e até invertido o seu sentido, se pensarmos que foi igualmente evidente, em alguns casos, que a ocupação de um lugar privilegiado na estrutura social é susceptível de inibir assunções de género trans nas dimensões da vida que extravasam a experienciação individual e, portanto, outros modos mais visíveis e socialmente "comprometedores" de uma vivência trans. No extremo oposto da visibilidade enquanto trans e, consequentemente, da discriminação, encontramos as travestis e algumas mulheres transexuais, cuja evidência da pertença a uma minoria desconhecida e altamente discriminada, as remete para o desemprego e/ou empregos precários, incluindo o exercício do trabalho sexual. Os homens transexuais sofrem igualmente o peso da "diferença" em termos de género, mas isso acontece sobretudo até à mudança legal de sexo, altura em que há, pelo menos em termos do modo como são socialmente lidos, uma "fusão" na cissexualidade. Encontramos desistências escolares, dificuldades ou até retracção na obtenção de um emprego devido à desconformidade com a identificação legal, sobretudo até que o processo de transição esteja concluído. A partir daí, encontramos igualmente estilos de vida próximos dos convencionais (emprego estável, embora variável em termos de qualificação, relações heterossexuais, filhos).

Em termos de posicionamentos sociais, a transexualidade apresenta-se tão diversa quanto a cissexualidade. Por outro lado, o *cross-dressing* revela posicionamentos privilegiados o que, como dissemos, pode ser visto como causa (inibe a assunção de outros modos de trans-género) ou como consequência (não sentem o peso da discriminação de (trans)género) da invisibilidade social enquanto trans dos seus protagonistas. No extremo oposto encontram-se as travestis que partilham com algumas mulheres transexuais, a exposição pública como trans-género. Estas, sobretudo mais generalizadamente as primeiras, partem de contextos sociais desqualificados e encontram-se sujeitas ao desemprego, ao emprego precário e à consequente desprotecção social. As formas de trans-género mais políticas e intelectualizadas (embora tenham sido escassas as encontradas) encontram-se mais "protegidas", dados os capitais sociais e culturais detidos.

Uma das conclusões e reafirmações que julgamos poder retirar do estudo agora empreendido é que *não basta distinguir entre população cis e trans* em termos de género, é necessário atender à sua diversidade interna. Falar de identidades e expressões de género trans sem as distinguir na sua diversidade seria, em termos conceptuais e analíticos, o mesmo que falar da população cisgénero sem fazer a distinção entre homens e mulheres. Se a variável sexo/género, na sua concepção tradicional (ou

seja, concebida dicotomicamente) é considerada sociologicamente uma das variáveis clássicas por excelência produtoras de diferenças, qualquer que seja o objecto de estudo, essa situação é extensível aos restantes valores da variável que esse indicador contém, pese embora a partilha de se afastarem em formas e modos variados do sistema convencional de género. Quer seja nos discursos, nas práticas, nas representações, nos trajectos, etc. não bastará, para uma análise mais profunda e heurística da realidade, distinguir entre a população trans e cis. É igualmente necessário identificar a categoria ou expressão de (trans)género de que se trata (ao nível mínimo se se trata de homens ou mulheres trans, mas mesmo esta ainda insuficiente). Julgamos assim que é útil continuar o exercício de afinação dos indicadores que permitam traduzir essas diferenças (exercício empreendido neste trabalho, cf. cap. 4.2).

É nossa convicção que uma das formas de evitar o "apagamento" das "particularidades" (Hines, 2006a e 2007a) das identidades de género trans, permitindo que os próprios indivíduos se revejam nas análises que supostamente os tomam como sujeitos, bem como reconheçam as políticas que os tomam como destinatários, tal como reclamado pelos académicos e activistas trans e acolhido nas propostas contemporâneas da sociologia para a abordagem do fenómeno, é não enveredar, pelo menos a nível do discurso científico, por uma lógica reducionista e simplista, que adira ao seu tratamento na modalidade de "terceiro género", a acrescentar às categorias de homem e de mulher. Devendo, antes, a teoria social sobre o trans-género dar visibilidade à sua diversidade, contribuindo assim também para a familiarização, a nível social, e para a introdução dessas identidades e expressões de género no "espaço dos possíveis", criando um contexto habitável e viável em termos de género para todos os géneros.

Este trabalho não é, e não deve ser tomado ou descrito, como um trabalho sobre o "terceiro sexo" ou o "terceiro género". Reconheçamos que a admissão de três valores possíveis para a variável género, o que já tem vindo timidamente a acontecer mesmo a nível oficial em alguns países, deve ser celebrada, nem que seja porque (e não é pouco) simbolicamente rompe com a concepção binária de sexo[386]/género. A contemplação de tal possibilidade constitui já, incontestavelmente, um avanço no reconhecimento da diversidade de género, tal como tem sido conseguido, por exemplo, na Índia ou na Austrália, e mais recentemente na Alemanha para as crianças intersexo. Porém, do ponto de vista da análise social, esse terceiro espaço não se revela suficientemente heurístico para traduzir a realidade, pois não existem apenas homens, mulheres e os "outros", porque tal como os resultados desta pesquisa permitiram demonstrar, esses outros também contêm heterogeneidade.

A diversidade encontrada contribui ainda para revelar que os velhos manuais e modelos médicos (já) não reflectem a variedade das formas de trans-género presentes na realidade, nem sequer a transexual com a descolagem (ou a não centralidade) da "mudança de sexo" no seu sentido literal para a vivência da identidade de género. Isto, mesmo em sociedades como a nossa, e à época da

[386] Também no "sexo", mais materialmente localizável e evidenciável empiricamente, três possibilidades se revelam exíguas, como se tem dedicado a demonstrar Fausto-Sterling (1993, 2000).

recolha de dados, onde o discurso médico não era ainda fortemente interpelado ou desafiado, pelo menos formalmente, por discursos alternativos. Coexistem assim, e com tendência a alargar-se, dada a cada vez maior pluralidade de fontes de informação – de onde se destacam para além das produzidas pelo movimento associativo, as possibilidades nesse sentido oferecidas pela internet –, diferentes histórias de género e diferentes estéticas corporais que as contam e as expressam de modos não-verbais. Estas começam progressivamente a ser também reconhecidas a nível clínico (nomeadamente no documento de referência dos cuidados de saúde trans-específios, os Standards Of Care da WPATH). Partilhamos assim com outros autores (como Davy, 2011 ou Martínez-Guzmán e Montenegro, 2010) a expectativa de que as narrativas e os exemplos apresentados neste trabalho possam constituir mais um contributo, desta feita remetido à sociedade portuguesa, para desafiar a estabilidade da "grande metanarrativa psiquiátrica" (Martínez-Guzmán e Montenegro, 2010: 232).

Quanto à questão de se as expressões de género trans transgridem ou reforçam o sistema dicotómico dos dois sexos/géneros, em algumas formas de transgénero encontramos certamente transgressão, sobretudo naquelas mais politizadas, mas mesmo nas que muitas vezes têm sido vistas como reforçando esse sistema – nomeadamente as transexuais –, encontramos uma diversidade de expressões e de vivências. Aliás, seja qual for a atitude adoptada, o próprio facto de desafiar e alterar à partida a congruência sexo/género é potencialmente transgressor de uma relação considerada estática e imutável. Concordamos assim com Girshick quando afirma que,

> "As escolhas daqueles que passam pela terapia hormonal ou pela operação de reatribuição de sexo são tão radicais, dadas as estruturas do binarismo tradicional, como as escolhas daqueles que aceitam o corpo com o qual nasceram. Outras pessoas que se identificam como trans, que não são transexuais e para os quais a transição não se coloca, apresentam o seu género não claramente como homem ou mulher. Eles têm a minha mais alta admiração na medida em que constituem a prova viva de que não temos que escolher entre duas categorias. Eu vislumbro uma sociedade na qual as suas verdades pessoais não os coloquem em risco." (Girshick, 2008: 11-12).

Isto sem perder de vista e respeitando que o lugar de género desejado por parte significativa das pessoas transexuais não é um lugar à margem ou um outro lugar fora do de "homem" ou "mulher". A resposta (bem como a pergunta) carece pois de complexificação.

As vidas, experiências e estéticas corporais concretas das pessoas trans perturbam essa dicotomia de transgressão/normatividade. Através das suas interacções genderadas, os indivíduos produzem tanto acções hegemónicas como transgressivas, desse modo replicando e desafiando a ordem do género de maneiras subtis (Davis, 2009: 109). Também na realidade portuguesa encontrámos pessoas com identidades e expressões de género que desafiam, voluntaria ou involuntariamente, as normas hegemónicas de género, e mesmo a sua "excepção oficial", a "narrativa clássica da transexualidade". Encontramo-las envolvidas politicamente na desconstrução do sistema dicotómico de género, no caso de Victória ou de Romy. Mais "à flor da pele", sem grandes teorizações, no caso do André Kelly, que admite não se identificar inteiramente nem com o feminino nem com o masculino, apresentando-se e sendo percebido por vezes como um homem *gay*, outras vezes praticando as formas *drag*, e outras ainda, no seu dia-a-dia, tendo uma expressão andrógina.

Encontramo-las também em Samanta, que oscila entre o feminino e o masculino, consoante as necessidades, as ocasiões e os contextos e que explicita o prazer que isso lhe trás. Encontramo-las ainda em mulheres transexuais que assumem partes "masculinas" do seu corpo (Sandra, Daniela), ou serem, em certos contextos, percebidas como mulheres trans (Sandra, Helena) ou ao assumirem descomplexadamente o seu passado como homens (Helena, Filomena, Luísa), ou ainda naquelas, como é o caso de Luísa, que aprenderam a viver e a conviver com a corporalidade alterada, mas sem que isso fosse reconhecido legalmente, vivendo num desafio quotidiano das normas de género. Ou mesmo nos homens vistos e que se identificam como tal, mas que assumem e expressam pontualmente a sua feminidade.

Encontrámos muito mais do que sujeitos apenas "subjugados" (parafraseando Stryker, 2006a), embora muito longe de sujeitos "acima" do peso dos constrangimentos culturais e sociais de género. Também a agência trans não pode ser compreendida dicotomicamente, posicionando os sujeitos na teoria da dominação ou da resistência. É, como provavelmente sempre, uma "agência dentro de constrangimentos" (Davy, 2011: 4). Se os desafios que se colocam às pessoas trans são superiores àqueles colocados às cis porque perturbam (em vários graus, de vários modos e com variadas intencionalidades) aquilo que de mais estrutural da personalidade e mais estruturante da vida em sociedade existe, essa situação permite tanto os maiores constrangimentos (prescrições, normas, recriminações), como os maiores exercícios de agência, o principal dos quais, e que não deve ser subestimado, é a própria assunção do "desvio" ao espectável em termos de género (mesmo que muitos, quase todos, narrem o seu "sentido de género" como inato e não objecto de escolha ou opção, tanto em formas mais convencionais de trans-género como fora delas).

[Re]pensar o género

As investigações no âmbito das ciências sociais sobre identidades e expressões de género fora do sistema binário e dicotómico têm evidenciado a complexidade dos conceitos de sexo e de género, bem como a diversidade que os mesmos encerram. Se é cada vez mais evidente nas ciências naturais que não existe apenas um (aqui desde o Renascimento, Laqueur, 1990), parece estar iminente a generalização da ideia de que também não existirão apenas dois (Fausto Sterling, por exemplo, identificou cinco na espécie humana, e para os adeptos dos argumentos biologistas da natureza, Hyrd, 2004, 2006 compilou uma diversidade de formas possíveis em espécies não humanas). É que, quando tomados em conta todos os factores que podem concorrer para a atribuição de sexo em termos biológicos e não somente o aspecto exterior do órgão sexual, essa atribuição complexifica-se consideravelmente (o próprio desenvolvimento da ciência e mesmo das ciências médicas o tem comprovado, embora nem sempre se retirem as respectivas consequências em termos de novos debates, discursos e práticas médicas). No entanto, também para o "sexo", cada vez mais, vai fazendo caminho (nas ciências, como nos movimentos sociais e até em algumas medidas legislativas) a ideia da diversidade do sexo ou do corpo sexuado como parte integrante da diversidade da espécie humana,

e não como patologias a necessitar de correcção (aqui é sobretudo a questão da intersexualidade que é chamada à discussão, como o têm feito, para além do próprio movimento social, nas ciências bio-médicas Fausto-Sterling, 1993, 2000, e nas sociais Kessler, 1999, 2000). É o caminho do reconhecimento da diversidade da humanidade também no que ao corpo sexuado diz respeito. Ora, se temos que admitir a diversidade do sexo e a natureza social da sua leitura dicotómica, o que dizer do género, este já há muito reconhecidamente social e cultural? As apropriações que os indivíduos fazem do social e culturalmente disponível são amplas e estão abertas (embora não isentas de fortes constrangimentos), a novas combinações e a inovações, que podem resultar em configurações identitárias de género e em estéticas corporais mais subjectivamente referenciadas.

As pessoas trans e as suas organizações tornaram-se cada vez mais visíveis e, concomitantemente, os estudos transgénero têm vindo a chamar a atenção para a importância do reconhecimento da diversidade de género, também na ciência, que não deve continuar a operar dando por adquirido, ou mantendo como referência "natural" e intocável, o sistema binário de sexo/género. O reconhecimento da diversidade de género não deverá ficar confinado aos estudos que especificamente são realizados sobre o trans-género, permanecendo as teorizações sociais gerais sobre o género imunes e à margem destes desenvolvimentos, quando muito, tratando-os no regime de excepção (aguardamos com expectativa os impactos nas teorias de género da migração de género de um dos seus mais consagrados e influentes protagonistas, Raewyn Connell).

Concordamos com Sanger (2010) na avaliação de que, apesar dos avanços em muitas arenas conseguidos pelo feminismo, a crítica ao binarismo de género permanece em larga medida por explorar, particularmente no que respeita à consideração das narrativas daqueles que actualmente problematizam o dualismo masculino-feminino de diversos modos. Este é assim mais um trabalho que contribui para demonstrar que o desvio a esse binarismo existe, na vida real, para um conjunto de indivíduos e não apenas na teoria ou em qualquer programa ideológico. E que, mesmo quando não abundante nos discursos, existe nas práticas e nas estéticas de género adoptadas, como fomos dando conta neste trabalho.

Durante a última década, as análises respeitantes ao trans-género deslocaram-se das margens e os estudos transgénero estabeleceram-se como um dos mais criativos locais de debate nos estudos do género e da sexualidade (Hines, 2010a: 11). Isto porque os seus contributos extravasam em muito aqueles que se dirigem especificamente à compreensão do próprio "fenómeno transgénero", levantando questões acerca da formação de *todas* as identidades de género e não apenas daquelas que lhes estão associadas, particularmente na medida em que nós podemos configurar e reconfigurar as identidades individuais e colectivas (Hines, 2010a: 12).

> "Em última análise, não é apenas o fenómeno transgénero por si que é interessante, mas o modo como esse fenómeno revela as operações dos sistemas e instituições que simultaneamente produzem as várias possibilidades de pessoas viáveis e elimina outras. Assim, o campo dos estudos transgénero, longe de ser uma especialização limitada inconsequente que trata *apenas* da rara população dos indivíduos transgénero, ou com uma ecléctica colecção de práticas transgénero esotéricas, representa um contínuo

> comprometimento crítico com alguns dos mais vigorosos temas na investigação contemporânea nas humanidades, ciências sociais e biomédica." (Stryker, 2006a: 3-4)

Relativamente ao modo como os sentidos e as práticas de trans-género podem contribuir para a transformação da realidade social, outra das questões que nos propusemos explorar, diríamos que, no momento presente, a resposta é já incontestavelmente afirmativa. As expressões de género trans, incluindo as transexuais no sentido em que (mesmo que involuntariamente) desafiam a coerência "natural" entre sexo e género, e encarnam a possibilidade da descolagem do conceito de "homem" e "mulher" ou de "sexo masculino" e de "sexo feminino" dos órgãos genitais, que sempre foram vistos como os seus signos "naturalmente" correspondentes, contribuem e estão a ter consequências no alargamento das noções (para o senso-comum) e dos conceitos (para o campo científico) de "mulher" e de "homem", do "masculino" e do "feminino", que ganham (já ganharam, pelo menos ao nível legal) outras flexibilidades, extensões, plasticidades e geometrias. Estão assim aptas a albergar outras formas de ser mulher e outras formas de ser homem. Abrirão igualmente um espaço viável para ser ambos ou algo para além disso, rompendo com o binarismo de género. A quem estas afirmações soem a fantasia, ou a um futuro ainda longínquo relembremos, para além da descolagem entre os órgãos sexuados e a identidade de género já consagradas na nossa legislação, alguns outros passos nesse sentido, como o movimento, já com alguns sucessos, a favor da "despatologização" das identidades de género trans (como a pioneira lei de identidade de género na Argentina), as recomendações a nível europeu para que as pessoas trans sejam incluídas nos documentos legislativos relativos à igualdade de género, a possibilidade de em alguns países serem reconhecidos mais do que dois sexos/géneros ou serem adiadas para além do nascimento as atribuições legais de sexo (como sucede na Índia, Austrália ou Alemanha).

O trans-género interpela, igualmente, os movimentos políticos de género e de igualdade de género, como foi visível na relação, por vezes difícil, mas potencialmente frutuosa, com o feminismo. Passada a fase mais turbulenta da relação (a do "feminismo radical", cf. cap. 1.2), há margem e múltiplas pontes para a aliança entre o feminismo e o movimento trans, nomeadamente no que concerne ao princípio da autonomia de género e de corpo. A "nova geração de políticas feministas" é então cada vez mais convocada, e parece cada vez mais aberta, para a plena assunção da "questão trans":

> "Devemos estar conscientes de que permitir a patologização do trans implica legitimar o facto de que determinados sujeitos, grupos sociais e instituições (como a Associação Americana de Psiquiatria) possam definir quais das nossas formas de pensar, sentir e viver a nossa sexualidade e a nossa subjectividade entram na ordem do normal e quais devem ser mantidas sob controlo e reguladas. Deixar que se cumpra esta vergonha significa dar um passo atrás muito grande na relação com os êxitos das reivindicações feministas: o poder expressar livremente os nossos desejos e actuar em concordância com eles (…) consideramos fundamental, não que o movimento feminista se solidarize com o movimento trans contra a sua patologização, mas que assuma essa luta como própria." (Biglia e Lloret, 2010: 224)

Também no contexto nacional temos indícios dessa aliança entre feminismo e trans, nomeadamente através da atenção e participação nas reivindicações e lutas relativas ao trans-género de pelo menos

uma associação feminista, a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta. Isto para além de pragmaticamente, e como já referido, tendo em conta que reconhecidamente são as mulheres trans as mais discriminadas, caberia também ao feminismo uma chamada de atenção e inclusão desta população como sujeitos da sua luta, no sentido em que estas acumulam à discriminação por expressar uma forma de género trans, a da expressão da fragilizada feminilidade. A inclusão das mulheres trans na problemática e na programática da igualdade de género tem vindo a dar os seus primeiros passos, tanto a nível da Europa, como de acções concretas por parte de alguns países (por exemplo, em Espanha, em Novembro de 2011, a Fiscalia General del Estado, emitiu um parecer que inclui especificamente as mulheres transexuais na "Lei de Violência de Género").

Este século parece ser o das conquistas relativas à identidade de género dentro do movimento das identidades sexuais e de género, nem que seja porque até aqui estava quase tudo por alcançar. No sentido em que o "genderismo" não deve ser colocado, como muitas vezes é, como um problema que afecta ou respeita apenas uma minoria, as pessoas transgénero, Wilchins considera que este deve ser "o movimento civil dos nossos tempos, porque direitos de género são direitos humanos" (2002: 17).

Como vimos ao longo deste trabalho, o recurso aos discursos e práticas das pessoas transexuais e transgénero demonstra a necessidade de expandir não apenas a compreensão dos conceitos de "sexo" e "género" e do modo como se relacionam, mas igualmente de outros que têm sido perspetivados por relação a um modelo binário de sexo/género, como os de "identidade sexual" e "orientação sexual", pois tal como têm sido compreendidos e operacionalizados não se mostram aptos a dar conta da diversidade de género e sexual presente na realidade. As narrativas e as práticas trans convidam assim a repensar e debater os modos como as convenções hegemónicas que ligam corpos sexuados, papéis de género e experiências de género e sexuais, podem ser (e estão a ser) desafiadas, abrindo caminho à exploração de novas abordagens do género e da sexualidade.

Na arena da sexualidade, vimos como o reconhecimento da existência de pessoas diversas em termos de género evidenciou a limitação dos valores convencionais da orientação sexual, referenciados ao sistema de sexo/género dicotómico (cf. cap. 5). Tal demonstrou, quer a necessidade de expandir os seus conteúdos e os seus significados, para neles caberem todos os que se reconhecem e querem ser reconhecidos como homens ou mulheres, independentemente da sua biologia (o que nos levou à proposta de redefinição dos valores convencionais da orientação sexual substituindo "sexo" por "género"); quer ainda a necessidade de expandir as possibilidades de identificação para a atracção ou identidade sexual, tendo já sido introduzido um novo valor possível – o de "pansexualidade" – inclusivo das pessoas trans-género e querendo significar, precisamente, a atracção sexual não por dois, mas por vários géneros.

O trans-género evidencia "outras" possibilidades para a identidade de género, estéticas corporais, sexualidade e orientação sexual que colocam em jogo novos modelos, que podem, inclusivamente, ser apropriados por todos, e não apenas pelas próprias pessoas trans. E não se trata já apenas da forma de transgressão artística, versão final do século XX, na modalidade androginia que

Connell (1998 [1997]) avançava na cultura *pop* como exemplo das transformações no sentido de uma maior paridade nos papéis e estéticas de género (cf. cap. 1).

Na cultura *pop*, neste novo milénio, não é apenas a androginia, ou a feminilidade de homens biológicos ou a masculinidade de mulheres biológicas, que pode ser evocada. O que nos parece que de mais inovador surgiu, nos mais recentes anos, a este nível, é aquilo que podemos considerar como as "novas expressões da feminilidade das mulheres biológicas". Uma feminilidade vincada, não andrógina no sentido do apagamento dos símbolos da feminilidade (ao modo Grace Jones ou Annie Lennox), mas que vai buscar referências às "feminilidades masculinas", quer na apresentação de género (exuberante, um universo a evocar os espectáculos de transformismo/*drag*), quer nos papéis de género (carácter forte, empoderado, ao nível do cultural e socialmente associado ao masculino), personificada pela estrela *pop* norte-americana Lady Gaga[387] (elevando a um outro patamar o caminho encetado por Madonna). Estrelas *pop*, como a icónica Lady Gaga, recriam assim a "feminilidade" a partir do modelo das "feminilidades masculinas", e têm já um termo específico para as designar, na lógica do léxico trans, as "bio *queens*"[388]. "*Born this Way*" (do álbum com o mesmo nome, de 2011) constitui um hino à diversidade e à auto-aceitação, ao "poder ser o que se é mas também o que se sonha ser" ou o poder ser aquilo que se sonha, desvinculando a autenticidade de alguma característica mais essencialista ou "naturalmente dada". "*Don't be a drag, just be a queen*", evoca aquilo que está sempre em causa no trans-género, e mais generalizadamente nas identidades minoritárias e estigmatizadas: a autenticidade e o auto-reconhecimento como caminho para o reconhecimento mais alargado. Trata-se de uma espécie de intersecção de referências trans e feministas[389], a celebração da feminilidade exuberante nos seus símbolos estéticos e afirmativa nas atitudes. É a colocação em jogo de um "novo" modelo de mulher e de estética corporal que, afirmando a igualdade entre géneros, não o faz pelo "apagamento" dos signos da feminilidade (na lógica da androginia), mas pela sua exacerbação.

[387] Não será certamente por acaso que é uma das cantoras mais recorrentemente performadas nos espectáculos de transformismo. Aliás, as personalidades femininas que reúnem uma estética feminina forte (uma hiper-feminilidade estética) com uma personalidade igualmente marcante, partilhando algumas características com as feminilidades trans, são as eleitas deste tipo de espectáculos, casos ainda de Cher ou Madonna. No contexto nacional Simone de Oliveira é uma das cantoras mais evocadas.

[388] O termo surge no contexto das trupes de *drag kinging* que podem incluir, entre outras possibilidades, mulheres biológicas que se identificam como mulheres, que performam a feminilidade (Rupp, Taylor e Shapiro, 2010: 276). Em Portugal temos o exemplo de Wanda Stuart, cujo nome e visual apontam para uma personagem trans, assumindo-se até como "a mais trans das mulheres biológicas".

[389] Não será também por acaso que tem sido objecto de atenção pela própria comunidade de académicos trans. Halberstam, por exemplo, parte precisamente do caso Lady Gaga para reflectir sobre as transformações que têm ocorrido ao nível do género, da sexualidade, das identidades e das formas de intervenção política. Na sua obra *Gaga Feminism: Sex, Gender and the End of Normal* (2012), Halberstam toma Gaga como ícone e símbolo de (para) uma nova forma de feminismo. Nessa nova forma de feminismo, o género feminino para as mulheres não é um dado adquirido, antes uma opção e uma assunção consciente e não automática. Trata-se, para Halberstam, fazendo um paralelo com outro movimento, de "*Ocuppy Gender*". Gaga personifica o romper com a visão essencialista de género que tem dominado muito do pensamento feminista e, mesmo quando não haveria necessidade, dada a matriz biológica de partida, a incorporação e a encarnação do artificial, da imitação, da introdução do artefacto feminino nas fêmeas. É a expressão *drag queen* performada por uma mulher biológica, o que constitui uma contradição dos próprios termos da definição tradicional de *drag*, ou seja, as "*bio queens*".

O reconhecimento ou até valorização de estéticas trans é visível também na moda, que frequentemente se afasta dos modelos do feminino e masculino tradicionais[390], e, mais recentemente, também nos "modelos" escolhidos para os encarnar. A moda tem sido palco, e dado palco, a estas formas trans ou ambíguas, com recurso a modelos com expressões de género trans, como o demonstra o recente interesse deste campo, e consequentemente da imprensa internacionais, com a modelo transexual brasileira Lea T ou o modelo andrógino bósnio Andej Pejic, escolhido pelos mais prestigiados estilistas da actualidade para passar tanto nas colecções femininas como masculinas (tornando-se o primeiro modelo a fazê-lo). A nível nacional, temos também exemplos semelhantes, no primeiro caso com a modelo transexual Filipa Gonçalves e no segundo, a remontar já aos idos anos 1980, José Castelo Branco (Tatiana Romanova) quando passava roupa feminina nas passarelas nacionais. O exemplo da moda é especialmente significativo porque lança "modelos", e precisamente os modelos para a estética e os corpos da feminilidade e masculinidade em cada época. Representa assim o reconhecimento do modelo, neste caso ainda centrado na feminilidade, poder ser encarnado por pessoas com corpos originais de machos (entretanto transformados ou até não transformados).

Já as "masculinidades femininas", tradicionalmente mais invisíveis, estão igualmente a passar por um processo de afirmação, tanto na sua modalidade mais convencional, a de homem transexual, como de outras possibilidades fora da migração de género e de estética corporal. Começa agora a ser visível um novo tipo de homem, não apenas um homem que só se diferencia dos restantes por não ter na sua origem um corpo de macho, mas um homem (que pode ser legalmente reconhecido como tal) que engravida[391], o que coloca desafios não apenas às teorias e noções correntes sobre o género, e neste caso, o que é ser um homem e as diversas possibilidades de ser homem, mas igualmente às políticas sociais (neste caso, mais obviamente, por exemplo, com as relacionadas com licença de parto ou amamentação). Mas também um novo homem ou novas masculinidades em relação à sexualidade, ao erotismo e à sensualidade. As mulheres trans há muito que têm essa dimensão visível se não mesmo sobrerrepresentada, chegando a reduzir-se a sua identidade de género à sexualidade, como as "*she-male"* (no contexto oriental) ou as "*lady boys"* (mais utilizado a oriente) e de que se ressente também a categoria nacional de "travesti". Pese embora essa ausência de conotação à sexualidade da expressão

[390] Por exemplo, Ricardo Dourado, em entrevista a propósito da sua participação na Moda Lisboa 2012, afirma "Esta colecção nasce da vontade de trabalhar a androginia sem criar estereótipos, chama-se "A girl like a boy like a girl". (http://dailymodalisboa.blogspot.com).

[391] O primeiro caso que encontramos relatado data de Outubro de 1999, quando Matt Rice deu à luz um menino, tendo para isso interrompido a terapia hormonal e recorrido à doação de esperma de três amigos, durante a sua relação com o autor transgénero Patrick Califia (2003 [1997]). A experiência é contada por este último num artigo datado de Junho de 2000, "Two Dads With a Difference - Neither of Us Was Born Male" (http://www.villagevoice.com). Depois do caso mais mediático de Beatie, em 2008, foi-se tendo conhecimento de outras gravidezes e nascimentos de crianças de homens trans (em outras partes do mundo, como Israel, Argentina ou Reino Unido), já sem o mesmo impacto na comunicação social o que, para além da possível menor abertura dos próprios protagonistas à exposição pública, pode ainda querer significar que a "novidade" foi já ultrapassada, embora se esteja certamente ainda muito longe de ter entrado na "normalidade". Estamos pois já longe da cena ridicularizada (por supostamente não ter qualquer cabimento) pelos Monty Phyton em " A vida de Brian" (1977), na qual um dos personagens exige que "qualquer homem tenha o direito de ter um bebé se assim o desejar".

das masculinidades por parte de pessoas biologicamente fêmeas, começam já a surgir sinais de que tal possa estar a mudar, como a existência de uma reconhecida estrela porno – Buck Angel, "*a real man with a real vagina*"[392] – ou a sensualidade que transborda da obra fotográfica de Del LaGrace Volcano[393]. Diríamos que os homens trans (e mesmo com vagina) estão a assumir-se e a ser vistos como seres sexuais (que aparentemente a ausência de um pénis ou de um pénis funcional impediria) e a revelar a sua sensualidade e a possibilidade de uma vivência plena da sexualidade.

Balanços e futuros

Os estudos acerca do trans-género têm vindo a ocupar, cada vez de forma mais consolidada, um lugar nas ciências sociais, que pode ser constatado pelo número de obras e de artigos publicados sobre a temática nos últimos anos (como um mesmo que breve passar de olhos pela bibliografia permitirá confirmar), pelos números especiais de revistas científicas que lhes têm sido dedicados, bem como pelos vários encontros científicos exclusivamente dirigidos ao tema e as linhas abertas sobre a temática em encontros mais generalistas[394]. O panorama descrito comprova que os fenómenos relacionados com a expressão de género de modos socialmente não expectáveis tendo em conta o sistema dicotómico de sexo/género estão, definitivamente, a deixar de ser posicionados exclusivamente no campo psico-médico e são cada vez mais perspectivados como fenómenos sociais. Este caminho começa agora a ser percorrido nas ciências sociais em Portugal e o presente trabalho representa precisamente um dos seus pontos inaugurais.

Apesar da demora verificada nas ciências sociais em geral, mas mais ainda no contexto do nosso país, em tomar a "identidade de género", a "transexualidade" e o "transgénero" como legítimos e frutíferos objectos de estudo, não podemos deixar de sentir satisfação por este trabalho ter sido levado a cabo neste momento histórico e social particular de conquista dos direitos das pessoas trans, tanto ao nível internacional como nacional. Isto porque, como tivemos ocasião de verificar sobretudo no terceiro capítulo desta tese, algumas mudanças estruturais estão já concretizadas, nomeadamente, no que respeita à realidade nacional, a entrada no campo jurídico da "identidade de género". Esta

[392] Para além de consagrado e premiado actor porno, Buck Angel é um activista e defensor dos direitos de género e sexuais, dando palestras a nível internacional. As duas vertentes estão bem espelhadas no documentário catalogado na categoria de "filmes educativos para adultos" que escreveu e realizou, precisamente "Sexing the Transman", onde o próprio Buck e outros homens trans falam e expõem a sua sexualidade, incluindo a demonstração das possibilidades da sexualidade entre homens trans (http://buckangelentertainment.com/).

[393] Autor de várias obras de visibilização das masculinidades trans, entre as quais a de que é co-autor com Halberstam, *The Drag King Book* (1999). No seu *artist statement* pode ler-se: "Enquanto artista visual variante em termos de género eu acedo a "tecnologia do género" para amplificar mais do que apagar os traços hermafroditas do meu corpo. Eu denomino-me um abolicionista de género, um terrorista de género a tempo parcial. Um mutacionista intencional e intersexo por *design* (em oposição a por diagnóstico), para distinguir a minha viagem da viagem de milhares de indivíduos intersexo que têm o seu corpo "ambíguo" mutilado e desfigurado numa tentativa equivocada de "normalização". Eu acredito em atravessar a linha as vezes que forem necessárias para construir uma ponte que nós todos possamos atravessar." (http://www.dellagracevolcano.com/statement.html).

[394] Logo em 2009, o congresso da Associação Europeia de Sociologia, decorrido em Lisboa, incluía uma linha dedicada a "Vidas e Experiências Transgénero".

mudança é susceptível de provocar alterações que se reflectirão até ao nível das auto-identidades e que será desafiante acompanhar[395], por exemplo, realizando uma pesquisa longitudinal, em que possamos "recuperar" os participantes deste estudo e perceber as consequências da existência de uma regulamentação jurídica de enquadramento da sua situação, nas suas vidas e experiências de género.

Tornou-se agora possível, na sociedade portuguesa, que as pessoas transexuais mais jovens vivam plenamente a sua vida adulta com o reconhecimento legal, o que anteriormente não acontecia nem que fosse pelo facto de as intervenções "encarnadas", condição necessária para a mudança legal de nome e menção ao sexo, não se poderem antecipar à maioridade. Para qualquer que seja a faixa etária, encurta-se de forma substancial o período temporal que medeia entre a assunção da transexualidade e o reconhecimento legal do género desejado, cortando com um passado em que tal decisão acarretava fatalmente, e na melhor das hipóteses, cerca de meia dúzia de anos de identidade "clandestina" e muito frequentemente a "suspensão" da vida em termos escolares, profissionais, conjugais e outros. Estará ainda a possibilitar o reconhecimento legal de género a pessoas que poderão (por desejo ou alguma condicionante) não realizar a cirurgia de reatribuição de sexo, o que seria bastante improvável que acontecesse anteriormente, tendo em conta o histórico da relação entre as pessoas transexuais e a justiça. A própria experiência de "migração de género" em Portugal pode vir a assumir novos contornos e configurações, uma vez que o reconhecimento legal do género desejado se antecipa agora à "conformidade" corporal, provocando potencialmente novas dinâmicas a nível das relações e aceitação familiares, amicais e íntimas, da relação com o corpo, da relação com as instituições, da discriminação, etc. A possibilidade de se expressar socialmente no género desejado sem qualquer transformação corporal (o que sempre aconteceu, sendo mesmo uma exigência do "processo de transição clinicamente assistido"), mas agora com documentos que comprovam a pertença a esse género, pode potenciar diferentes "pontos de chegada" em termos de transição física, havendo assim uma maior maleabilidade para a experimentação de outras estéticas corporais, antes interditas a quem desejasse o reconhecimento legal.

Como conclui Davy (2010: 124), a propósito da realidade do Reino Unido, a abertura da lei em relação à morfologia corporal cria relações socio-legais que possibilitam que as pessoas trans compreendam a *autenticidade* fora das noções essencializadas do "genuíno" corporal. Representa toda uma outra afirmação ontológica, possibilitadora de maior autonomia e agência nas relações vividas, incluindo na relação com o *establishment* médico. Mesmo no caso português, embora a certificação médica seja necessária, há uma outra margem para a vivência de género e do corpo, sobretudo passada a fase do diagnóstico. Embora ainda não devidamente refectido (talvez mesmo conscencializado), a estética corporal trans-género contemporânea, como também sublinha a autora, marca uma viragem cultural, política e legal no modo como os corpos, e acrescentaríamos, as identidades de género, são

[395] À semelhança do que foi feito, por exemplo, no Reino Unido, com o projecto *"Gender Diversity, Recognition and Citizenship"* (2008-2010), financiado pelo ESRC, coordenado por Sally Hines e que explorou o impacto e o significado do Gender Recognition Act (2004) nos indivíduos e nas comunidades trans. Alguns resultados desta pesquisa podem ser encontrados em Hines, 2010b; Davy, 2010; e Hines e Davy, 2011.

constituídos na relação com o Estado (Davy, 2011: 13), interpelando as diversas ciências, médicas e sociais, entre as quais a sociologia e, não menos importante, as próprias políticas sociais e de cidadania. Desde logo interpelará, uma vez aberto o precedente da descolagem entre "corpo" e "identidade de género", a extensão dessa abertura a cada vez maior número de pessoas e sem necessidade do *gatekeeping* médico (como estará já a acontecer numa "nova geração de leis de reconhecimento de género", de que é pioneira a Argentina).

A visibilização e reivindicação do reconhecimento de outras identidades e expressões de género para além da que podemos considerar a convencional no contexto do trans-género – a "transexual oficial" –, ganha impulso com a aquisição de direitos mesmo que ainda apenas para esta última, como foi notório em países como o Reino Unido (a pesquisa de Hines 2007a, por exemplo, revelou uma maioria de participantes com narrativas de género fora da convencional e uma contestação, quer em termos políticos, quer mais individualizados, dessa "convencionalidade") e a Espanha (como é demonstrativo o forte movimento a favor da despatologização das identidades trans). Parece ser esse um primeiro patamar que, após conseguido, abre precedente para uma nova geração de lutas e reivindicações. É assim espectável que tal venha a acontecer também no contexto nacional, uma vez que no momento da auscultação das pessoas trans, quando ainda nem esse direito basilar estava garantido, as formas mais convencionais ou mais tradicionais de trans-género pareciam ser as mais generalizadas (ou, pelo menos, seriam as mais visíveis).

Outra mudança em processo de consolidação é o fortalecimento do T dentro do movimento associativo LGBT (neste caso, parece-nos, mais pela atenção conferida ao T da sigla, do que pela adesão das próprias pessoas T), o que se constituirá igualmente como um factor susceptível de fazer balançar a "relação de forças" com o campo clínico (cf. Hines, 2007a) que, aliás, começou já a ser notada no nosso país. Um movimento associativo mais forte, e também ele mais visível, fará entrar em campo um ou vários discursos alternativos ao da medicina para o trans-género, até para pessoas que desejam a migração de género, potenciando assim as diversas sensibilidades.

Procedendo agora a uma meta-reflexão, e num balanço final, podemos considerar que este projecto e este trabalho são também eles fruto deste contexto propício ao "contar histórias" de que nos fala Plummer (1995), neste caso "histórias de trans-género". Ou seja, não se assistiu apenas à reunião de um conjunto de condições que permitem que as pessoas estejam dispostas e sintam necessidade de contar a sua história e as suas vidas, como com elas se cruzam as que estão dispostas e sentem necessidade de as ouvir e de as compreender (no sentido weberiano do termo), nomeadamente ao nível da academia e, neste caso, das ciências sociais. Afigura-se-nos agora, no fim de uma das metas de um longo percurso, que o desenvolvimento do projecto de investigação que sustenta esta tese talvez justifique uma entrada na cronologia da transexualidade e do transgénero em Portugal, que apresentámos em anexo. Dizemo-lo não por falta de modéstia mas porque num olhar retrospectivo, e embora não estivéssemos conscientes quando o começámos a conceber, ele se insere nesse movimento

mais geral – ao nível científico, bem como, mais amplamente, ao nível social e político – em direcção à visibilidade desta temática e destas pessoas.

Bibliografia

Allen Gomes, Francisco; Afonso de Albuquerque e J. Silveira Nunes (coords.) (1987), *A Sexologia em Portugal. A Sexologia Clínica*, Lisboa, Texto Editora.

Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1986), "Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais", em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 55-78.

Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1990 [1976]), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

Amâncio, Lígia (1993), "Género: representações e identidades. Análise das representações do masculino e do feminino e sua articulação com as identidades", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, pp. 127-140.

Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino – A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento/ICS.

Amâncio, Lígia (2004), "A(s) masculinidades em que-estão", em Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser Homem. Construindo Masculinidades*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 13-27.

American Psychiatric Association (2002), DSM-IV-TR - *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, Lisboa, CLIMEPSI Editores (tradução de José Nunes de Almeida; edição de João Cabral Fernandes).

Archer, Margaret S. (1982 [1985]), "Structuration versus morphogenesis", em S. N. Eisenstadt e H. J. Helle (orgs.), *Macro-Sociological Theory. Perspectives on Social Theory*, Vol. I, Beverly Hills, Sage, pp. 58-88.

Balzer, Carsten (2010), "«Eu acho transexual é aquele que disse: 'Eu sou transexual!'». Reflexiones etnológicas sobre la medicalización globalizada de las identidades trans a través del ejemplo de Brasil", em Miquel Missé e Gerard Coll-Planas (edits.), *El Género Desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, Barcelona, Egales Editorial, pp. 81-96.

Baudrillard, Jean (1993 [1990]), *The Transparency of Evil. Essays on Extreme Phenomena*, New York, Verso.

Beauvoir, Simone de (2009 [1949]), *O Segundo Sexo*, Local, Quetzal Editores.

Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage.

Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (2000), *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.

Beck, Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim (2002), *Individualization*, London, Sage.

Benedetti, Marcos Renato (1997), *"Toda feita": Género e Identidade no Corpo Travesti*, Série Textos de Divulgação, 008/97, disponível em pt.scribd.com/doc/122336132/Artigo-Toda-Feita-Marcos-Benedetti.

Benedetti, Marcos (2000), *Toda Feita: Corpo e o gênero das travestis*, Rio de Janeiro, Garamond.

Benedetti, Marcos (2004), "A batalha e o corpo: breves reflexões sobre traveti e prostituição", *Boletín Ciudadania Sexual*, 11, pp. 5-8 (também disponível em http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao.pdf.

Benedetti, Marcos (2006), "(Trans)formação do corpo e feitura do gênero entre travestis de Porto Alegre, Brasil", em Carlos F. Cáceres e outros (edits.), *Sexualidad, Estigma Y Derechos Humanos: Desafíos para el acesso a la salud en América Latina*, pp. 145-166.

Benjamin, Harry (1966), *The Transsexual Phenomenon*, New York, Julian Press.

Bento, Berenice (2006a), A Reinvenção do Corpo. Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual, Rio de Janeiro, Garamond.

Bento, Berenice (2006b), "O dispositivo da transexualidade no contexto hospitalar", em Carlos F. Cáceres e outros (edits.), *Sexualidad, Estigma Y Derechos Humanos: Desafíos para el acesso a la salud en América Latina*, pp. 177-205.

Berthelot, Jean-Michel (2000), "Épistémologie et sociologie de la connaissance scientifique", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 109, pp. 221-234.

Biglia, Barbara e Imma Lloret (2010), "Generando géneros y patologizando sujetos", em Miquel Missé e Gerard Coll-Planas (edits.), *El Género Desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, Barcelona, Egales Editorial, pp. 211-227.

Billings, Dwight B. e Thomas Urban (1996 [1982]), "The socio-medical construction of transsexualism. An interpretation and critique", em Richard Ekins e Dave King (edits.), *Blending Gender. Social Aspects of Cross-dressing and Sex-changing*, London, Routledge, pp. 99-117.

Bolin, Anne (1988), *In Search of Eve. Transsexual Rites of Passage*, Westport, Bergin & Garvey.

Bolin, Anne (1998 [1994]), "Transcending and transgendering", em Dallas Denny (edit.), *Current Concepts in Transgender Identity*, New York, Garland Publishing, pp. 63-96.

Bolin, Anne (1997), "Transforming transvestism and transsexualism: Polarity, politics and gender", em Bonnie Bullough, Vernon Bullough e James Elis (edits.), *Gender Blending*, New York, Prometheus Books, pp. 25-32.

Bornstein, Kate (1994), *Gender Outlaw: On Men, Women and the Rest of Us*, New York, Routledge.

Boswell, Holly (1998), "The transgender paradigm shift toward free expression", em Dallas Denny (edit.), *Current Concepts in Transgender Identity*, New York, Garland Publishing, pp. 55-61.

Bourdieu, Pierre (1976), "Le champ scientifique", Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 2-3, pp. 88-104.

Bourdieu, Pierre (1977), "Remarques provisoires sur la perception sociale du corps", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 14, pp. 51-54.

Bourdieu, Pierre (1998a), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (1998b), "Quelques questions sur la question gay et lesbienne", em Didier Eribon e outros, *Les Études Gay et Lesbiennes*, Paris, Édition du Centre Georges Pompidou, pp. 45-50.

Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2001), *Science de la Science et Réfléctivité*, Paris, Raisons d'Agir, pp. 1-67.

Bourdieu, Pierre (dir.) (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil

Bourdieu, Pierre e Loic Wacquant (2007 [1992]), *An Invitation to Reflexive Sociology*, Cambridge, Polity Press.

Brante, Thomas (2001), "Consequências do realismo na construção da teoria sociológica", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, pp. 9-38.

Broad, K. L. (2002), "GLB+T?: Gender/sexuality movements and transgender collective identity (de)constructions", *International Journal of Sexuality and Gender Studies*, 7 (4), pp. 241-264.

Browne, Kath (2004), "Genderism and the bathroom problem: (re)materializing sexed sites, (re)creating sexed bodies", *Gender, Place & Culture*, 11 (3), pp. 331-346.

Browne, Kath; Catherine J. Nash e Sally Hines (2010), "Introduction: towards trans geographies", *Gender, Place & Culture*, 17 (5), pp. 573-577.

Browne, Kath e Jason Lim (2010), "Trans lives in the 'gay capital' of the UK", *Gender, Place & Culture*, 17 (5), pp. 615-633.

Bullough, Vern L. (1975), "Transsexualism in History", *Archives of Sexual Behavior*, 4 (5), pp. 561-571.

Bullough, Vern L. (2000), "Transgenderism and the concept of gender", *The International Journal of Transgenderism*, 4 (3), http://www.wpath.org/journal/.

Bullough, Bonnie; Vern L. Bullough e James Elias (edits.) (1997), *Gender Blending*, New York, Prometheus Books.

Burns, Tom R. (1986), "Actors transactions and social structure", em Ulf Himmelstrand (org.), *The Social Reproduction of Organization and Culture*, Vol. 2, Londres, pp. 8-37.

Butler, Judith (1990), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York and London, Routledge.

Butler, Judith (1999 [1990]), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York and London, Routledge.

Butler, Judith (1993), *Bodies that Matter*, New York and London, Routledge.

Butler, Judith (2004), *Undoing Gender*, New York and London, Routledge.

Califia, Patrick (2003 [1997]), *Sex Changes. Transgender Politics*, San Francisco, Cleis Press.

Casares, Aurelia Martín (2006), *Antropología del Género. Culturas, Mitos y Estereotipos Sexuales*, Madrid, Ediciones Cátedra.

Cascais, António Fernando (2004a) (org.), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, *s.l*, Fenda.

Cascais, António Fernando (2004b), "Apresentação", em António Fernando Cascais (org.), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, *s.l*, Fenda, pp. 9-20.

Cascais, António Fernando (2004c), "Um nome que seja seu: dos estudos *gays* e lésbicos à teoria *queer*", em António Fernando Cascais (org.), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, *s.l*, Fenda, pp. 21-89.

Cascais, António Fernando (2006), "Diferentes como só nós. O associativismo GLBT em três andamentos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 109-126.

Cauldwell, David O. (2001 [1950]), "Questions and answers on the sex life and sexual problems of trans-sexuals: Trans-sexuals are individuals of one sex and apparently psychologically of the opposite sex. Trans-sexuals include heterosexuals, homosexuals, bisexuals and others. A large element of transvestites have trans-sexual leanings", *The International Journal of Transgenderism*, 5 (2), http://www.wpath.org/journal/.

Clare, Dorothy e Bryan Tully (1989 [1984]), "Transhomosexuality or the Dissociation of sexual orientation and sex object choice", *Archives of Sexual Behavior*, 18 (6), pp. 531-536.

Cohen-Kettenis, Peggy T. e Friedmann Pfäfflin (2009), "The DSM diagnostic criteria for gender identity disorder in adolescents and adults", *Archives of Sexual Behavior*, http://www.dsm5.org/Documents/Sex%20and%20GID%20Lit%20Reviews/GID/COHEN-KETTENIS.DSM.pdf.

Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa (2009), *Human Rights and Gender Identity. Issue Paper*, Conselho da Europa, https://wcd.coe.int/wcd/ViewDoc.jsp?id=1476365.

Connell, R. W. (1998 [1987]), *Gender & Power*, Stanford, Stanford University Press.

Connell, Raewyn (2010a), "Two cans of paint: a transsexual life story, with reflections on gender change and History", *Sexualities*, 13 (1), pp. 3-19.

Connell, Raewyn (2010b), "Transition and the Gender Order", *Polare*, 83, pp. 14-16.

Conselho da Europa (2011), *Discrimination on grounds of Sexual Orientation and gender Identity in Europe*, Publicações do Conselho da Europa, http://www.coe.int/t/Commissioner/Source/LGBT/LGBTStudy2011_en.pdf.

Costa, António Firmino da (1986), "A pesquisa de terreno em sociologia", em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 129-148.

Costa, António Firmino da (2008 [1999]), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.

Costa, Carlos Gonçalves e outros (2010), "Imagens Sociais das pessoas LGBT", em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 93-148.

Costa, Carlos Gonçalves; João Manuel Oliveira e Conceição Nogueira (2010), "Os discursos das pessoas LGBT", em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 211-241.

Cromwell, Jason (1998), "Fearful Others. Medical-psychological constructions of female-to-male transgenderism", em Dallas Denny (edit.), *Current Concepts in Transgender Identity*, New York, Garland Publishing, pp. 117-144.

Cromwell, Jason (1999a), *Transmen and FTMs Identities, Bodies, Genders, and Sexuality*, Urbana & Chicago, University of Illinois Press.

Cromwell, Jason (1999b), "Passing women and female-bodied men: (Re)claiming FTM History", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, New York, Cassell, pp. 34-61.

Daskalos, Christopher T. (1998), "Changes in sexual orientation of six heterosexual male-to-female transsexuals", *Archives of Sexual Behavior*, 27 (6), pp. 605- 614.

Davidmann, Sara (2003), *Crossing the Line*, Dewi Lewis Publishing.

Davidmann, Sara (2004), "Trans agenda: transsexual portraits", *Source*, 39, 2004.

Davidmann, Sara (2006), "Border Trouble: Photography, Stratagies, and Transsexual Identities", *SCAN*: *Journal of Media, Arts, Culture*, 3 (3) (http://scan.net.au/scan/journal/display.php?journal_id=85).

Davidmann, Sara (2010), "Beyond borders: lived experiences of atypically gendered transsexual people", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 186-203.

Davis, Erin Calhoun (2002), *Overcoming gender? Transsexualism and the gender* paradigm, Thesis (Ph. D.), University of Virginia.

Davis, Erin Calhoun (2009), "Situating 'Fluidity' (Trans) Gender Identification and the Regulation of Gender Diversity", *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 15 (1), pp. 97-130.

Davy, Zowie (2010), "Transsexual agents. Negotiating authenticity and embodiment within the UK's medicolegal system", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 106-126.

Davy, Zowie (2011), *Recognizing Transsexuals: Personal, Political and Medicolegal Embodiment*, Surrey, Ashgate Publishing Limited.

Denny, Dallas (edit.) (1998), *Current Concepts in Transgender Identity*, New York, Garland Publishing.

Derrida, Jacques (1978 [1967]), "Structure, Sign and Play in the Discourse of Human Science", em Jacques Derrida, *Writing and Difference*, Chicago, University of Chicago Press.

Devor, Holly (1989), *Gender Blending. Confronting the Limits of Duality*, Bloomington, Indiana University Press.

Devor, Holly (1993), "Sexual orientations identities, attraction and practices of female-to-male transsexuals", *The Journal of Sex Research*, 30, pp. 303-315.

Devor, Holly (1997), More than manly women: How to female-to-male transsexuals reject lesbian identities", em Bonnie Bullough, Vern L. Bullough e James Elias (edits.), *Gender Blending*, New York, Prometheus Books, pp. 87-102.

Digneffe, Françoise (1997), "Do individual ao social: a abordagem biográfica", em Luc Albarello e outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 203-245.

Doan, Petra L. (2006), "Violence and transgendered people", *Progressive Planning*, 167, pp. 28-30, http://www.plannersnetwork.org/publications/pdfs/2006/ 2006_167_ spring_p.pdf.

Doan, Petra L. (2010), "The tyranny of gendered spaces – reflections from beyond the gender dichotomy", *Gender, Place & Culture*, Vol. 17 (5), pp. 635-654.

Docter, Richard F. (1990 [1988]), *Transvestites and Transsexuals. Towards a Theory of Cross-Gender Behavior*", New York & London, Plenum Press.

Dubar, Claude (2000), *La Crise des Identités. L'Interprétation d'une Mutation*, Paris, PUF.

Dubet, François e Henri Lustiger Thaler (2004), "Introduction: The sociology of collective action reconsidered", *Current Sociology*, 52 (4), pp. 557-573.

Duque, Tiago (2009), *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*, Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.

Duque, Tiago (2012), "Da *finada* à *europeia*: experiências de ser, não permanecer e estar travesti na adolescência", *Bagoas*, 7, pp. 173-198.

Eisenstadt, S. N. (2001), "Modernidades múltiplas", *Sociologia. Problemas e Práticas*, 35, pp. 139-163.

Ekins, Richard (1997), *Male Femaling. A grounded Theory Approach to Cross-dressing and Sex-change*, New York, Routledge.

Ekins, Richard (2005), "Science, politics and clinical intervention: Harry Benjamin, transexualism and the problem of heteronormativity", *Sexualities*, 8 (3), pp. 306-328.

Ekins, Richard e Dave King (edits.) (1996), *Blending Genders: Social Aspects of Cross-Dressing and Sex-Changing*, London and New York, Routledge.

Ekins, Richard e Dave King (1997), "Blending genders: Contributions to the emerging field of transgender studies", *The International Journal of Transgenderism*, 1 (1), http://www.wpath.org/journal/.

Ekins, Richard e Dave King (1999), "Towards a sociology of transgendered bodies", *The Sociological Review*, 47 (3), pp. 580-602.

Ekins, Richard e Dave King (2001a) "Pioneers of Transgendering: The Popular Sexology of David O. Cauldwell", *The International Journal of Transgenderism*, 5 (2), http://www.wpath.org/journal/.

Ekins, Richard e Dave King (2001b), "Transgendering, migration and love oneself as a woman: a contribution to a sociology of autogynephilia", *The International Journal of Transgenderism*, 5 (3), http://www.wpath.org/journal/.

Ekins, Richard e Dave King (2006), *The Transgender Phenomenon*, London, Sage.

Ekins, Richard e Dave King (2010), "The emergence of new transgendering identities in the age of the internet", em Sally Hines e Tam Sanger (edits), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 25-42.

Elder-Vass, Dave (2012), "Towards a realist social constructionism", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, pp. 2-24.

Elliot, Patricia (2009), "Engaging trans debates on gender variance: a feminist analysis", *Sexualities*, 12 (1), pp. 5-32.

Ellis, Havelock (1928), *Studies in the Psychology of Sex*, Vol. 7, New York, Davis & Co.

Epstein, Steven (2006), "A queer encounter: Sociology and the study of sexuality", em Steven Seidman (edit.), *Queer Theory/Sociology*, Oxford, Blackwell, pp. 145-167.

Fausto-Sterling, Anne (1992 [1985]), *Myths of Gender: Biological Theories About Women and Men*, New York, Basic Books.

Fausto-Sterling, Anne (1993), "The Five Sexes: Why male and female are not enough", *The Sciences*, 33 (2), pp. 20-24.

Fausto-Sterling, Anne (2000), "The Five Sexes Revisited", *Sciences*, 40 (4), pp. 18-23.

Fausto-Sterling, Anne (2006 [2000]), *Sexing the Body*, New York, Basic Books.

Fee, Angie (2010), "Who put the 'hetero' in sexuality?, em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 207- 223.

Feinberg, Leslie (1992), *TransGender Liberation: A Movement Whose Time Has Come*, New York, World View Forum. Também publicado em Susan Stryker e Stephen Whittle (2006), *The Transgender Studies Reader*, New York, Routledge, pp. 205-220.

Feinberg, Leslie (1993), *Stone Butch Blues*, Ithaca e New York, Firebrand Books.

Feinberg, Leslie (1996), *Transgender Warriors. Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman*, Boston, Beacon Press.

Feinberg, Leslie (1998), *Trans Liberation. Beyond Pink or Blue*, Boston, Beacon Press.

Felski, Rita (2006 [1996]), "Fin de siècle, fin du sexe. Transsexuality, postmodernism, and the death of history", em Susan Stryker e Stephen Whittle, *The Transgender Studies Reader*, New York, Routledge, pp. 565-573.

Ferreira, José António (2005), "Notas a propósito do enquadramento jurídico da transsexualidade", em *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, Série III, 10 (6), pp. 341-343.

Ferreira, Virgínia do Carmo (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Ferreira, Vítor Sérgio (2007), "Política do corpo e política da vida: a tatuagem e o *body piercing* como expressão corporal de uma ética da dissidência", *Etnográfica*, 11 (2), pp. 291-326.

Ferreira, Vítor Sérgio (2008), *Marcas que Demarcam. Tatuagem*, body piercing *e culturas juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Fisk, Norman M. (1974), "Gender dysphoria syndrome – The conceptualization that liberalizes indications for total gender reorientation and implies a broadly based multi-dimensional rehabilitative regimen*", Western Journal Medicine*, 120, pp. 386-391.

Fonseca, Lígia; Catarina Soares e Júlio Machado Vaz (coords.) (2003), *A Sexologia, Perspectiva Multidiscipinar I*, Coimbra, Quarteto Editora.

Foucault, Michel (1999 [1975]), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Editora Vozes.

Foucault, Michel, (1984 [1976]), *História da Sexualidade. A Vontade de Saber*, Relógio D'Água.

Gagné, Patricia, Richard Tewksbury e Deanna McGaughey (1997), "Coming out and crossing over: identity formation and proclamation in a transgender community", *Gender and Society*, 11 (4), pp. 478-508.

Gagné, Patricia e Richard Tewksbury (1998), "Conformity pressures and gender resistance among transgendered individuals", *Social Problems*, 45 (1), pp. 81-101.

Garber, Marjorie (1997 [1992]), *Vested Interests: Cross-Dressing and Cultural Anxiety*, New York, Routledge.

Garcia, Marcos Roberto Vieira (2009), "Identity as a 'patchwork' aspects of identity among low-income Brazilian travestis", *Culture, Health and Sexuality*, 11 (6), pp. 611-623.

Garfinkel, Harold (1963), "A Conception of, and experiment with 'trust' as a condition of stable concerted actions", em O. J. Harvey (org.), *Motivation and Social Interaction*, New York, Ronald Press, pp. 187-238.

Garfinkel, Harold (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

GATE (2011), *It´s time for reform. Trans health issues in the International Classification of Diseases. A Report for the GATE experts meeting*, The Hague, GATE (http://globaltransaction.files.wordpress.com/2012/05/its-time-for-reform.pdf).

Ghiglione, Rodolphe e Benjamim Matalon (1997), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, Anthony (1995a [1990]), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, Anthony (1995b [1992]), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, Anthony (1997 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

Giddens, Anthony (2000 [1984]), *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.

Gijs, Luk e Richard A. Carroll (2010), "Should transvestic fetishism be classified in DSM 5? Recommendations from the WPATH consensus process for revision of the diagnosis of transvestic fetishism", *International Journal of Transgenderism*, 12 (2), pp. 189-197, http://www.tandfonline.com/toc/wijt20.

Gilbert, Michael 'Miqqi Alicia' (2000), "The Transgendered Philosopher", *The International Journal of Transgenderism*, 4 (3), http://www.wpath.org/journal/.

Girshick, Lori B. (2008), *Transgender Voices. Beyond Women and Men*, Hanover and London, University Press of New England.

Goffman, Erving (1977), "La ritualisation de la féminité", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 14, pp. 34-50.

Goffman, Erving (1977), The arrangement between the sexes, *Theory and Society*, 4, pp. 301-331.

Goffman, Erving (1979), *Gender Advertisements*, Harvard, Harvard University Press.
Goffman, Erving (1988 [1963]), *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, LTC Editora.
Goffman, Erving (1993 [1959]), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio de Água.
Gonçalves, Filipa e Maria Carvalho Costa (2010), *Obviamente Mulher*, Lisboa, Âncora Editora.
Green, Adam Isaiah (2007), "Queer Theory and Sociology: Locating the Subject and the Self in Sexuality Studies", *Social Theory*, 25 (1), pp. 26-45.
Green, Jamison (1999 [1996]), "Look! No, don't! The visibility dilemma for transsexual men", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, New York, Cassell, pp. 117- 131.
Green, Jamison (1998), "FTM. An emerging voice", em Dallas Denny (edit.), *Current Concepts in Transgender Identity*, New York, Garland Publishing, pp. 145-161.
Green, Jamison (2004), *Becoming a Visible Man*, Nashville, Vanderbilt University Press.
Green, Jamison (2011), "Recommendations from the WPATH consensus process for revision of the DSM diagnosis of Gender Identity Disorders: Implications for Human Rights", *International Journal of Transgenderism*, 13, pp. 1-4, http://www.tandfonline.com/toc/wijt20.
Green, Richard e John Money (edits.) (1969), *Transsexualism and Sex Reassignment*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
Gregory, Katherine (2010), "Transgendering in an urban Dutch streetwalking zone", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 169-185.
Halberstam, Judith (2000), "Book Review of 'Second Skins: The Body Narratives of Transsexuality', Jay Prosser, 'Trans Liberation: Beyond Pink or Blue', Leslie Feinberg, 'FTM: Female-to-Male Transsexuals in Society', Holly Devor", *Signs*, 26 (1), pp. 313-318.
Halberstam, Judith (2005), *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*, New York, New York University Press.
Halberstam, Judith (2006 [1998]), *Female Masculinity*, Durham and London, Duke University Press.
Halberstam, J. Jack (2012), *Gaga Feminism: Sex, Gender and the End of Normal*, Boston, Beacon Press.
Hale, Jacob (1997), "Suggested rules for non-transsexuals writing about transsexuals, transsexuality, transsexualism and trans", http://sandystone.com/hale.rules.html.
Haraway, Donna (2002 [1985]), "O manifesto ciborgue: a ciência, a tecnologia e o feminismo socialista nos finais do século XX", em Ana Gabriela Macedo, *Género, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Livros Cotovia, pp. 221-250.
Harper, Douglas (2002), "Talking about pictures: a case for photo elicitation", *Visual Studies*, 17 (1), pp. 13-26.
Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA) (2001), *Standards Of Care For Gender Identity Disorders*, Sixth Version, disponível em http://www.wpath.org/documents2/socv6.pdf.
Hausman, Bernice L. (1995), *Changing Sex: Transsexualism, Technology and the Idea of Gender*, Durham, Duke University Press.
Hausman, Bernice L. (2001), "Recent Transgender Theory", *Feminist Studies*, 27(2), pp. 465–490.

Hiernaux, Jean Pierre (1997), "Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos", em Luc Albarello e outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 156-202.

Hill, Darryl B. e Brian Willoughby (2005), "The development and the validation of the genderism and transphobia scale", *Sex Roles*, 53 (7-8), pp. 531-544.

Hines, Sally (2006a), "What's the difference? Bringing particularity to queer studies of transgender", *Journal of Gender Studies*, 15 (1), pp. 49-66.

Hines, Sally (2007a), *TransForming Gender. Transgender Practices of Identity, Intimacy and Care*, Bristol, The Policy Press.

Hines, Sally (2007b), "Trans(Forming) Gender: social change and transgender citizenship", *Sociological Research Online*, 12 (1), http://www.socresonline.org.uk/12/1/hines.html.

Hines, Sally (2008), "Feminist Theory. Transgender Studies", em Diane Richardson e Victoria Robinson (edits), *Introducing Gender and Woman's Studies*, New York, Palgrave Macmillan, pp. 28-34.

Hines, Sally (2010a), "Introduction", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 1-22.

Hines, Sally (2010b), "Recognising diversity? The Gender Recognition Act and transgender citizenship", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 87-105.

Hines, Sally (2010c), "Queerly situated? Exploring negotiation of trans queer subjectivities at work and within community spaces in UK", *Gender, Place & Culture*, 17 (5), pp. 597-613.

Hines, Sally (2010d), "Sexing gender; gendering sex: Towards a intersectional analysis of transgender", em Ivette Taylor, Sally Hines e Mark E. Casey", *Theorizing Intersectionality and Sexuality*, Palgrave, pp. 140-162.

Hines, Sally e Tam Sanger (edits.) (2010), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge.

Hines, Sally e Zowie Davy (2011), *Gender Diversity, Recognition and Citizenship: Exploring the significance and experiences of the UK Gender Recognition Act (GRA 2004)*, University of Leeds (relatório de pesquisa).

Hird, Myra J. (2000), "Gender's nature: intersexuals, transsexuals and the 'sex'/'gender' binary", *Feminist Theory*, 1(3), pp. 347-364.

Hird, Myra J. (2002a), "For a sociology of transsexualism", *Sociology*, 36 (3), pp. 577-595.

Hird, Myra J. (2002b), "Out/performing our selves: Invitation for dialogue", *Sexualities*, 5 (3), pp. 337-356.

Hird, Myra J. (2004), *Sex, Gender and Science*, New York, Palgrave.

Hird, Myra J. (2006), "Animal transex", *Australian Feminist Studies*, 21 (49), pp. 35-50.

Hirschfeld, Magnus (1910), *Die Transvestiten*, Berlin, Pulvermacher.

ILGA Portugal (2008), *Transexualidade*, Associação ILGA Portugal (http://ilga-portugal.pt/noticias/Noticias/Transexualidade-ILGA-Portugal-net.pdf).

Jagger, Gill (2008), *Judith Butler. Sexual Politics, Social Change and the Power of Performative*, New York and London, Routledge.

Jagose, Annamarie (1996), *Queer Theory. An Introduction*, Routledge, New York & Melbourne University Press.

Jayme, Juliana Gonzaga (2001), *Travestis, Transformistas, Drag-queens, Transexuais: Personagens e Máscaras no Cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*, Dissertação de Doutoramento, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Jeffrey, Sheila (1997), "Transgender activism: A feminist perspective", *Journal of Lesbian Studies*, 1 (3-4), pp. 55-74.

Kessler, Suzanne J. (1990), "The medical construction of gender: case management of intersexed infants", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 16 (1), pp. 3-26.

Kessler, Suzanne J. (2000), *Lessons from Intersexed*, New Brunswick, Rutgers University Press.

Kessler, Suzanne J. e Wendy McKenna (1985 [1978]), *Gender: An Etnomethodological Approach*, Chicago, University of Chicago Press.

Kessler, Suzanne J. e Wendy McKenna (2000), "Who put the 'trans' in transgender? Gender theory and everyday life", *The International Journal of Transgenderism*, 4 (3), http://www.wpath.org/journal/.

King, Dave (1996), "Gender blending. Medical perspectives and technology", em Richard Ekins e Dave King (edits.), *Blending Gender. Social Aspects of Cross-dressing and Sex-changing*, London, Routledge, pp. 79-98.

Koyama, Emi (2001), "The Transfeminist Manifesto", http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf.

Kulick, Don (1997), "The gender of Brazilian transgendered prostitutes", *American Anthropologist*, 99 (3), pp. 574-585.

Kulick, Don (1998), *Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes, Chicago*, University of Chicago Press.

Lahire, Bernard (2002), *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.

Laqueur, Thomas W. (1990), *Making Sex: Body and Gender from Greeks to Freud*, Cambridge, Harvard University Press.

Lauretis, Teresa de (1991), "Queer theory: Lesbian and gay sexualities. An introduction", *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 3(2), pp. iii-xviii.

Le Breton, David (2000), "Figures du corps accessoire: masques corporelles, culturisme, transsexualisme", em Claude Fritz (coord.), *Les Imaginaires du Corps – Arts, Sociologie, Anthropologie. Pour une Approche Interdisciplinaire du Corps*, Paris, L'Harmattan, pp. 207-231.

Lim, Jason e Kath Browne (2009), "Senses of gender", *Sociological Research Online*, 14 (1), http://www.socresonline.org.uk/14/1/6.html.

Lombardi, Emilia L. e outros (2001), "Gender violence: transgender experiences with violence and discrimination", *Journal of Homosexuality*, 42 (1), pp. 89-101.

Lombardi, Emilia (2010), "Varieties of transgender/transsexual lives and their relationship with transphobia", *Journal of Homosexuality*, 56 (8), pp. 977-992.

Lorber, Judith (1993), "Believing is seeing: Biology as ideology", *Gender & Society*, 7 (4), pp. 568-581.

Lyotard, Jean-François (1989 [1979]), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva.

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

Machado e outros (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

MacKenzie, Gordene Olga (1994), *Transgender Nation*, Bowling Green, State University Popular Press.

Maroy, Christian (1997), "A análise qualitativa das entrevistas", em Luc Albarello e outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 117-155.

Martínez-Guzmán, Antar e Marisela Montenegro (2010), "Producciones narrativas: transitando conocimientos encarnados", em Miquel Missé e Gerard Coll-Planas (edits.), *El Género Desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, Barcelona, Egales Editorial, pp. 229-244.

Mason-Schrock (1996), "Transsexual's narrative construction of the 'true self'", *Social Psychology Quartely*, 59 (3), pp. 176-192.

Mauritti, Rosário (2011), *Viver Só. Mudança Social e Estilos de Vida*, Lisboa, Mundos Sociais.

May, Kathryn (2002), "Becoming woman: transgendered identities, psychosexual therapy and the challenge of metamorphosis", *Sexualities*, 5 (4), pp. 449-464.

McCreery, Patrick e Kitty Krupat (2001), "Conversations with a GenderQueer: Talking with Ricky Anne Wilchins", em Kitty Krupat e Patrick McCreery (edits.), *Out at Work. Building a Lay Labor Alliance*, pp. 92-110.

McDonald, Kevin (2004), "Oneself as another: from social movement to experience movement", *Current Sociology*, 52(4), pp. 575-593.

McNamara, Catherine e Alison Rooke (2006), *Creative Encounters*, London, Wellcome Trust Publications.

McNay, Lois (1999), "Gender, Habitus and the Field: Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity", *Theory, Culture and Society*, 16 (1), pp. 95-117.

McNay, Lois (2000), *Gender and Agency*, Cambridge, Polity Press.

McNay, Lois (2004), "Agency and Experience: Gender as a Lived Relation', em Lisa Adkins e Beverley Skeggs (edits.), *Feminism after Bourdieu*, Oxford, Blackwell, pp. 175-190.

Mead, George Herbert (1934), *Mind, Self, and Society*, Chicago, University of Chicago Press.

Mejía, Norma (2006), *Transgenerismos. Una Experiencia Transexual desde la Perspectiva Antropológica*, Edicion Bellaterra.

Merleau-Ponty, Maurice (1994 [1945]), *Fenomenologia da Percepção*, São Paulo, Martins Fontes.

Merton, Robert K. (1972), "Insiders and outsiders: a chapter in the sociology of knowledge", *American Journal of Sociology*, 78 (1), pp. 9-47.

Meyerowitz, Joanne (2002), *How Sex Changed: A History of Transsexuality in the United States*, Harvard, Harvard University Press.

Missé, Miquel (2010), "Epílogo", em Miquel Missé e Gerard Coll-Planas (edits.), *El Género Desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, Barcelona, Egales Editorial, pp. 265-275.

Missé, Miquel e Gerard Coll-Planas (edits.) (2010), *El Género Desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, Barcelona, Egales Editorial.

Moita, Gabriela (2001), *Discursos sobre a Homossexualidade no Contexto Clínico*, Dissertação de Doutoramento, Porto, Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto.

Monro, Surya (2000), "Theorizing transgender diversity: towards a social model of health", *Sexual and Relationship Therapy*, 15 (1), pp. 33-45.

Monro, Surya (2003), "Transgender politics in the UK", *Critical Social Policy*, 23 (4), pp. 433-452.

Monro, Surya (2005), "Beyond male and female: Poststructuralism and the spectrum of gender", *International Journal of Transgenderism*, 8 (1), pp. 3-22.

Monro, Surya (2007), "Transmuting gender binaries: the theoretical challenge", *Sociological Research Online*, 12 (1), http://www.socresonline.org.uk/12/1/monro.html.

Monro, Surya (2010), "Towards a sociology of gender diversity", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 242-258.

Monro, Surya e Lorna Warren (2004), "Transgendering citizenship", *Sexualities*, 7 (3), pp. 345-362.

Monro, Surya e Dianne Richardson (2010), "Intersectionality and Sexuality: The case of sexuality and transgender equalities work in UK local government", em Ivette Taylor, Sally Hines e Mark E. Casey", *Theorizing Intersectionality and Sexuality*, Basingstock, Palgrave, pp. 99-118.

More, Kate (1999), "Never Mind the Bollocks: 1. Trans Theory in the UK", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders. Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, New York, Cassell, pp. 240-284.

More, Kate e Stephen Whittle (edits.) (1999), *Reclaiming Genders. Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, New York, Cassell.

Namaste, ki (1996a), "The politics of inside/out: queer theory, poststructuralism, and a sociological approach to sexuality", em Steven Seidman (edit.), *Queer Theory/Sociology*, Blackwell Publishers, pp. 194-212.

Namaste, ki (1996b), "Genderbashing: sexuality, gender and the regulation of public space*", Environment and Planning D: Society and Space*, 14, pp. 221-240.

Namaste, Viviane K. (2000), *Invisible Lives: The Erasure of Transsexual and Transgender People*, Chicago, The Chicago University Press.

Namaste, Viviane K. (2005), *Sex Change, Social Change. Reflections on Identity, Institutions, and Imperialism*, Toronto, Women's Press.

Nanda, Serena (2000), *Gender Diversity: Crosscultural Variations*, Illinois, Waveland Press.

Nash, Catherine J. (2010), "Trans geographies, embodiment and experience", *Gender, Place & Culture*, 17 (5), pp. 579-595.

Nataf, Zachary I. (1996), *Lesbian Talk Transgender*, London, Scarlet Press.

Nogueira, Conceição e João Manuel Oliveira (orgs.) (2010), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG.

Nunes, Júlio Silveira (1987), "Alterações da identidade sexual (transsexualismo)", em Francisco Allen Gomes, Afonso de Albuquerque e J. Silveira Nunes, *A Sexologia em Portugal. A Sexologia Clínica, s.l*, Texto Editora, pp. 135-158.

Nunes, Júlio Silveira (2003),"Perturbações da identidade de género", em Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz (coords.) *A Sexologia, Perspectiva Multidiscipinar I*, Coimbra, Quarteto Editora.

O'Flaherty, Michael e Fisher, John (2008), "Sexual orientation, gender identity and international human rights law: Contextualizing the Yogyakarta Principles", *Human Rights Law Review*, 8 (2), pp. 207-248.

O'Hartigan, Margaret Deirdre (1993), "Changing sex is not changing gender", *Sound Out*, 20.

Oliveira, João Manuel de e outros (2010), "Pessoas LGBT – identidades e discriminação", em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 149-210.

Pais, José Machado e Manuel Villaverde Cabral (coords.) (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo. Resultados de Um Inquérito aos Jovens Portugueses*, Oeiras, Celta Editora.

Parker, John (2000), *Structuration*, Buckingham, Open University Press.

Parsons, Talcott (1968 [1937]), La Estrutura de la Accion Social, Madrid, Guadarrama, Vol. II, pp. 849-938.

Pauly Ira (1965), "Male psychosexual inversion: Transsexualism: A review of 100 cases", *Archives of General Psychiatry*, 13, pp. 72-81.

Pechorro, Pedro e Rui M. X. Vieira (2004), "Avaliação psicológica de um grupo de transexuais com indicação para cirurgia de reatribuição de sexo. Estudo preliminar", *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, 9 (2), pp. 145-152.

Pelúcio, Larissa (2007), *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*, Tese de Doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

Peres, Wiliam Siqueira (2005), *Subjectividade das Travestis Brasileiras: Da Vulnerabilidade da Estigmatização à Construção da Cidadania*, Tese de Doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Perlongher, Néstor (1987), *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*, São Paulo, Brasiliense.

Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção da identidade", R*evista Crítica de Ciências Sociais*, 32, pp. 217-231.

Pinto, José Madureira (2001), "Ciências e progresso: convicções de um sociólogo", *Cadernos de Ciências Sociais*, 21-22, pp. 33-69.

Pinto, Nuno e Carla Moleiro (2012), "As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspectivas de profissionais de saúde e de utentes", *Psicologia*, XXVI (1), pp. 129-151.

Plummer, Ken (1995), *Telling Sexual Stories. Power, Change and Social Worlds*, London e New York, Routledge.

Preciado, Beatriz (2004), "Multitudes queer. Notas para una política de los 'anormales'", *Multitudes*, 12, http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer,1465.

Prince, Charles V. (1957), "Homosexuality and Transsexualism", *American Journal of Psychotherapy*, 11, pp. 80-85.

Prince, Virginia (1976), *Understanding Cross Dressing*, Los Angeles, Chevalier.

Prince, Virginia (1997), "Seventhy years in the trenches of the gender wars", em Bonnie Bullough, Vern L. Bullough e James Elias (edits.), *Gender Blending*, New York, Prometheus Books, pp. 469-476.

Princípios de Yogyakarta (2007), *The Yogyakarta Principles on the Application of International Human Rights Law in relation to Sexual Orientation and Gender Identity*, http://www.yogyakartaprinciples.org/principles_en.htm.

Prosser, Jay (1998), *Second Skins: The Body Narratives of Sexuality*, New York, Columbia University Press.

Prosser, Jay (1999), "Exceptional Locations: Transsexual Travelogues", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders. Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, New York, Cassell, pp. 83-114.

Raymond, Janice (1994 [1979]), *The Transsexual Empire: The Making of She-Male*, New York, Teachers College Press.

Red por la Despatologización de las Identidades Trans del Estado Español (2010), *Guía de Buenas Prácticas para la Atención Sanitaria a Personas Trans en el Marco del Sistema de Salud*, Red por la Despatologización de las Identidades Trans del Estado Español (http://stp2012.info/guia/STP-propuesta-sanidad.pdf).

Rice, Kim (2010), "Pansexuality", em Marshall Cavendish Corporation (edit.), *Sex and Society*, Vol 2, Marshall Cavendish Corporation.

Riddell, Carol (1996 [1980]), "Divided sisterhood. A critical review of Janice Raymond's *The Transsexual Empire*", em Richard Ekins e Dave King (edits.), *Blending Genders: Social Aspects of Cross-Dressing and Sex-Changing*, London and New York, Routledge, pp. 171-189.

Roen, Katrina (2001), "Transgender theory and embodiment: the risk of racial marginalisation", *Journal of Gender Studies*, 10 (3), pp. 253-263.

Rooke, Alison (2010a), "Telling trans stories: (un)doing the science of sex", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 64-83.

Rooke, Alison (2010b), "Trans youth, science and art: Creating (trans) gendered space", *Gender, Place & Culture*, 17 (5), pp. 655-672.

Roseneil, Sasha (2000), "Queer frameworks and queer tendencies: Towards an understanding of postmodern transformations of sexuality", *Sociological Research Online*, 5 (3), http://www.socresonline.org.uk.

Rubin, Gayle (1993 [1975]), "The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex", em Jeffrey Prager e Michael Rushn (edits.), *Psychoanalytic Sociology*, Vol. I, Eduard Elgar Publishing, pp. 157-210.

Rubin, Gayle (1984), "Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality" em Carol S. Vance (edit.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, London, Routledge, pp. 267-319.

Rubin, Gayle (1992), "Of calamities and kings: Reflections on butch, gender and boundaries, em Joan Nestle (edit.), *The Persistent Desire. A femme-Butch Reader*, Boston, Alyson Publications, pp. 466-482.

Rubin, Gayle e Judith Butler (1994), "Interview: Sexual Traffic", *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, 6 (2-3), pp. 62-99.

Rubin, Henry (1999), "Trans Studies: Between a metaphysics of presence and absence", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, New York, Cassell, pp. 173- 192.

Rubin, Henry (2003), *Self-made Men: Identity and Embodiment among Transsexual Men*, Nashville, Vanderbilt University Press.

Rundall, Em e Vicent Vecchietti (2010), "(In) Visibility in the workplace: The experiences of trans-employees in the UK", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 127-150.

Rupp, Leila J.; Verta Taylor e Eve Ilana Shapiro (2010), "Drag queens and drag kings: The difference gender makes", *Sexualities*, 13 (3), pp. 275-294.

Ruquoy, Danielle (1997), "Situação de entrevista e estratégia do entrevistador", em Luc Albarello e outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 84-116.

Saleiro, Sandra Palma (2009a),"Transexualidade e Transgénero em Portugal: Dois 'vazios' em debate", em Manuel Carlos Silva e outros (orgs.), *Actas do X Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto*, Vol. IV - Família, Género e Sexualidades, pp. 84-90.

Saleiro, Sandra Palma (2009b), "Transexuality and Transgender: Gender Identities and Expressions of Gender", *9th Conference of European Sociological Association, Full Papers*, Lisbon, September 2009.

Saleiro, Sandra Palma (2010), *Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género*, Relatório Final, Lisboa, CIES-IUL.

Saleiro, Sandra Palma (2012) "A transexualidade e o género: Identidades e (in)visibilidades de homens e mulheres transexuais", *Atas do VII Congresso Português de Sociologia, Sexualidade e Género*, 1ª edição, pp. 1-14.

Saleiro, Sandra Palma (no prelo), "Transexualidade e outras identidades de género: Que futuro? Uma reflexão a partir das ciências sociais", *Revista da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica*.

Sanger, Tam (2008), "Trans governmentality: the production and regulation of gendered subjectivities", *Journal of Gender Studies*, 17 (1), pp. 41-53.

Sanger, Tam (2010), "Beyond gender and sexuality binaries in sociological theory: the case of transgender inclusion", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 259- 276.

Santos, Ana Cristina (2003), "Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação", em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para Libertar: Os caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Colecção Reinventar a Emancipação Social, vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Record, pp. 335-379.

Santos, Ana Cristina (2004), "Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal: o jurídico ao serviço de um novo movimento social", em António Fernando Cascais (org.), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, *s.l*, Fenda, pp. 143-182.

Santos, Ana Cristina (2005), *A Lei do Desejo. Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*, Porto, Afrontamento.

Santos, Ana Cristina (2006a), "Estudos *queer*: Identidades, contextos e acção colectiva", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 3-15.

Santos, Ana Cristina (2006b), "Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos *queer* e movimento LGBT em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 91-108.

Schilt, Kristen e Matthew Wiswall (2008), "Before and After: Gender Transitions, Human Capital, and Workplace Experiences", *The BE Journal of Economic Analysis and Policy*, 8 (1), pp. 1-26.

Schrock, Douglas e Lori Reid (2006), "Transsexuals' sexual stories", *Archives of Sexual Behavior*, 35 (1), pp. 75-86.

Sedgwick, Eve Kosofsky (2008 [1990]), *Epistemology of the Closet*, Berkeley, University of California Press.

Seidman, Steven (edit.) (1996a), *Queer Theory/Sociology*, Oxford, Blackwell.

Seidman, Steven (1996b), "Introduction", em Steven Seidman (edit.), *Queer Theory/Sociology*, Oxford, Blackwell, pp. 1-29.

Serano, Julia (2007), *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Feminity*, Emeryville, Seal Press.

Shapiro, Eve (2007), "Drag kinging and the transformation of gender identities", *Gender & Society*, 21 (2), pp. 250-271.

Shapiro, Eve (2010), "The impact of race on gender transformation in a drag troupe", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 153-168.

Silva, Hélio (1993), *Travesti: A Invenção do Feminino*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

Silva, Hélio (1996), *Certas Cariocas. Travestis e vida de rua no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Relume, Dumará.

Silva, Joseli Maria (2009), "A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade", em Joseli Maria Silva (org.), *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*, Ponta Grossa, Todapalavra Editora, pp. 135-149.

Sousa Santos, Boaventura de (1985), "Estado e sociedade na periferia do sistema mundial: o caso português", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 87- 89, pp. 869-901.

Suess, Aimar (2010), "Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales", em Miquel Missé e Gerard Coll-Planas (edits.), *El Género Desordenado. Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, Barcelona, Egales Editorial, pp. 29-54.

Stoller, Robert J. (1964), "A contribution to the study of gender identity", *The International Journal of Psycho-Analysis*, 45, pp. 220-226.

Stoller, Robert J. (1968), *Sex and Gender: On the Development of Masculinity and Femininity*, Science House, New York City.

Stone, Amy L. (2009), "More than adding a T: American lesbian and gay activists' attitudes towards transgender inclusion", *Sexualities*, 12 (3), pp. 334-354.

Stone, Sandy (1991), "The 'Empire' Strikes Back: a Posttranssexual Manifesto", em Julia Epstein e Kristina Straub (edits.), *Body Guards: The Cultural Politics of Sexual Ambiguity*, New York, Routledge, pp. 281-304. Também disponível em http://www.qrd.org/qrd/trans/1995/empire-strikes-back-11.19.95.

Stryker, Susan (1995), "Transsexuality: the postmodern body and/as technology", *Exposure*, 30 (1-2), pp. 28-50.

Stryker, Susan (1999), "Portrait of a transfag drag hag as a young man: The activist career of Louis G. Sullivan", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders: Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, London & New York, Cassell, pp. 62-82.

Stryker, Susan (2004), "Transgender Studies. Queer Theory's Evil Twin", *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 10 (2), pp. 212-215.

Stryker Susan (2006a), "(De)Subjugated knowledges: An introduction to transgender studies", em Susan Stryker e Stephen Whittle (edits.), *The Transgender Studies Reader*, New York, Routledge, pp. 1-17.

Styker, Susan (2006b [1994]), "My words to Victor Frankenstein above the village of Chamounix: Performing transgender rage", em Susan Stryker e Stephen Whittle (edits.), *The Transgender Studies Reader*, New York, Routledge, pp. 244-256.

Stryker, Susan (2008), *Transgender History*, Berkeley, Seal Press.

Stryker, Susan e Stephen Whittle (2006), *The Transgender Studies Reader*, New York, Routledge.

Torres, Anália (1992), Fatalidade, culpa, desencontro. Formas de ruptura conjugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 11, pp. 43-63.

Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.

Turner, Lewis; Stephen Whittle e Ryan Combs (2009), *Transphobic Hate Crime in the European Union*, London, Press For Change, www.pfc.org.uk/files/Transphobic_Hate_Crime_in_EU.pdf.

Vale de Almeida, Miguel (2000 [1995]), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.

Vale de Almeida, Miguel (2004a), "Teoria *queer* e a contestação da categoria 'género'", em António Fernando Cascais (org.), *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, *s.l*, Fenda, pp. 91-98.

Vale de Almeida, Miguel (2004b), "O Manifesto do corpo", *Manifesto*, 5, pp. 17-35.

Vale de Almeida, Miguel (2006), "O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre 'gentes remotas e estranhas' numa 'sociedade decente'", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 17-31.

Vale de Almeida, Miguel (2009), *A Chave do Armário. Homossexualidade, Casamento, Família*, Lisboa, ICS- Imprensa de Ciências Sociais.

Vale de Almeida, Miguel (2010), "O contexto LGBT em Portugal", em Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira (orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, CIG, pp. 45-92.

Valentine, David (2003), "«The calculus of pain». Violence, anthropological ethics, and the category transgender", *Ethnos*, 68, pp. 27-48.

Valentine, David (2007), *Imagining Transgender. An Ethnography of a Category*, Durham and London, Duke University Press.

Vance, Carole S. (1984), "Pleasure and danger: Towards a politics of sexuality", em Carole S. Vance (edit.), *Pleasure and Danger. Exploring Female Sexuality*, London, Routledge, pp. 1-28.

Volcano, Del LaGrace e Judith "Jack" Halberstam (1999), *The Drag King Book*, London, Serpent's Tale.

Weeks, Jeffrey (1977), Coming Out: Homos*exual Politics in Britain from the Nineteenth Century to the Present*, London, Quartet.

Weeks, Jeffrey (2003 [1996]), "The construction of homosexuality", em Steven Seidman (edit.), *Queer Theory/Sociology*, Oxford, Blackwell, pp. 41-63.

West, Candance e Don H. Zimmerman (1987), "Doing gender", *Gender & Society*, 1 (2), pp. 125-151.

Westbrook, Laurel (2010), "Becaming knowably gendered", em Sally Hines e Tam Sanger (edits.), *Transgender Identities. Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, New York, Routledge, pp. 43- 63.

Whittle, Stephen (1996), "Gender fucking or fucking gender? Current cultural contributions to theories of gender blending" em Richard Ekins e Dave King (edits.), *Blending Genders: Social Aspects of Cross-Dressing and Sex-Changing*, London, Routledge, pp. 196-214.

Whittle, Stephen (1998), "The Trans-Cyberian mail way", *Journal of Social and Legal Studies*, 7 (3), pp. 398-408.

Whittle, Stephen (1999a), "Introduction 2", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders. Transsexual Grammars at* the Fin de Siècle, New York, Cassell, pp. 6-11.

Whittle, Stephen (1999b), "The becoming man: The law's ass brays", em Kate More e Stephen Whittle (edits.), *Reclaiming Genders. Transsexual Grammars at the* Fin de Siècle, New York, Cassell, pp. 15-33.

Whittle, Stephen (2000), *The Transgender Debate. The Crisis Surrounding Gender Identities*, Reading, South Street Press.

Whittle, Stephen (2006), "Foreword", em Susan Stryker e Stephen Whittle (edits.), *The Transgender Studies Reader*, New York, Routledge, pp. xi-xvi.

Whittle, Stephen; Lewis Turner e Maryam Al-Alami (2007), *Engendered Penalties: Transgender and Transsexual Peoples' Experiences of Inequality and Discrimination*, Press For Change/Manchester Metropolitan University.

Whittle, Stephen e outros (2008), *Transgender Eurostudy: Legal Survey and Focus on the Transgender Experience of Health Care*, ILGA Europe, http://www.pfc.org.uk/files/ILGA_report.pdf.

Wilchins, Ricky Anne (1997), *Read my Lips. Sexual Subversion and the End of Gender*, Firebrand Books.

Wilchins, Riki (2002), "A certain kind of freedom: Power and truth of bodies – Four essays on gender", em Joan Nestle, Clare Howell e Riki Wilchins (edits.), *GenderQueer. Voices from Beyond the Sexual Binary*, Los Angeles/New York, Alyson Books, pp. 23- 63.

Wilchins, Ricky Anne (2006), "What does it cost to tell the truth?", em Susan Stryker e Stephen Whittle (edits.), *The Transgender Studies Reader*, New York, Routledge, pp. 547-551.

Willox, Annabelle (2003a), Whose drag is it anyway? Drag kings and monarchy in the UK, *Journal of Homosexuality*, 43 (3-4), pp. 263-284.

Wilson, Mandy (2002), "´I am the prince of pain, for I am a princess in the brain': Liminal transgender identities, narratives and the elimination of ambiguities", *Sexualities*, 5 (4), pp. 425-448.

Wilton, Tamsin (2000), "Out/performing our selves: Sex, gender and the Cartesian dualism", *Sexualities*, 3 (2), pp. 237-254.

Winters, Kelly (2008), *Gender Madness in American Psychiatry. Essays from the Struggle for Dignity*, GID Reforms Advocates, Dillon, Colorado.

WPATH- World Professional Association for Transgender Health (2012), *Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender Nonconforming People*, 7th version, disponível em http://www.wpath.org/documents/SOC%20V7%2003-17-12.pdf.

ANEXOS

Anexo A. Cronologia da transexualidade e do transgénero em Portugal (1984 - 2012)

A cronologia que a seguir se apresenta representa um esforço de identificação de acontecimentos públicos com alguma relevância para a questão da identidade de género no panorama nacional, que fomos compilando sobretudo ao longo do desenvolvimento da investigação. Este exercício pareceu-nos pertinente porque partíamos praticamente de uma folha em branco, no que à identidade de género a nível público e político (no seu sentido lato) respeitava. Queríamos ter a possibilidade de chegar ao final da pesquisa e percorrer a cronologia para poder verificar em que medida os acontecimentos se sucediam em crescendo quantitativo e qualitativo. Esta cronologia serviu-nos também para ilustrar, em comunicações que fomos produzindo em vários contextos, sobretudo numa fase mais inicial do projecto, o "vazio" social que esta questão representava na sociedade portuguesa. Olhando agora para a listagem de acontecimentos não podemos deixar de considerar que, apesar de permanecer com pouca visibilidade para o público em geral, a identidade de género, sobretudo a transexualidade, teve avanços consideráveis, que culminam na aprovação da regulamentação da mudança legal de sexo.

É necessário, porém, ressalvar não podermos assegurar a exaustividade na elencagem dos acontecimentos, sendo de admitir que alguns que possam ser considerados de alguma importância, e por isso merecedores de nela constarem, estarem ausentes. Isto deve-se a contingências, tanto de tempo como de lugar. Começámos a estar mais atentos a partir de 2005 e por isso as (poucas) entradas que surgem anteriores a esse ano são apenas as mais significativas. Para além do tempo, o facto de nos encontrarmos geograficamente localizados em Lisboa pode fazer com que tenhamos conseguido identificar mais exaustivamente os eventos mais próximos (nos quais estivemos frequentemente presentes) e nos tenham "escapado" alguns que decorreram noutras zonas do país.

Alguns marcos no panorama da transexualidade e do transgénero em Portugal

1984 – Primeira mudança legal de nome e de sexo no assento de nascimento em Portugal.

1987 – Na obra inaugural da Sexologia em Portugal é incluído um capítulo sobre "alterações da identidade sexual (transsexualismo), da autoria do psiquiatra Júlio Silveira Nunes.

1993 – Realização da primeira "Gala dos Travestis" no Teatro São Luiz em Lisboa", organizada pela associação Abraço, com vista à angariação de fundos para a luta contra a sida.

1995 – Permissão da Ordem dos Médicos para a realização de cirurgias de reatribuição de sexo.

1996 – Constituição formal da associação ILGA Portugal.

1998 – Realização da primeira cirurgia de reatribuição de sexo. Só foi conseguida alteração legal da menção ao sexo em 2002.

1998 – Lançamento de um inquérito de caracterização da "comunidade transgénero" da responsabilidade da ILGA Portugal e da Associação Abraço.

1999 – Abertura da livraria "A Esquina Cor-de-Rosa", primeira livraria especificamente dedicada à temática LGBT, em que a proprietária, Jó Bernardo, é transexual assumida.

1999 – Morte de Ruth Bryden, considerada um dos mais famosos "transformistas" nacionais. Inspirou duas obras literárias.

2000 – Lançamento do livro de Carlos Castro "Ruth Bryden - Rainha da Noite", sobre a história de uma das mais conhecidas transformistas portuguesas.

2001 – Lançamento do livro de António Lobo Antunes "Que Farei Quando Tudo Arde", cujo principal personagem é o filho de uma mulher de expressão trans.

2002 – Constituição da primeira associação especificamente dirigida à temática da identidade de género: a ªt. - Associação para o Estudo e Defesa do Direito à Identidade de Género. É membro da *European Transgender Network* (actual *TransGender Europe*).

2003 – Fundação da rede ex-aequeo - Associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e simpatizantes, especialmente vocacionada para os jovens e para as questões educativas que incorpora as questões da identidade de género nas suas actividades.

2005 – Participação da modelo Filipa Gonçalves no concurso Quinta das Celebridades na TVI, em que a sua condição de transexual não foi ocultada.

2005 – É publicado, no âmbito do Projecto educação da rede ex-aequo, o Guia "Perguntas e Respostas sobre Orientação Sexual e Identidade de Género" e de "Educar para a Diversidade: Um Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Género". É também publicada a brochura educativa "Sermos Nós Própri@s", com um capítulo dedicado ao "Transgenerismo".

Fevereiro de 2006 – Assassínio de Gisberta Salce Junior, transexual brasileira a viver há décadas em Portugal, por um grupo de menores, com grande impacto na comunicação social e que tem suscitado diversas iniciativas de protesto do movimento LGBT português e internacional.

Fevereiro de 2006 – Vigília em memória de Gisberta no Porto, junto ao local onde foi assassinada.

Fevereiro/Março de 2006 – São produzidos doze comunicados de imprensa – de indignação pelo sucedido, de repulsa pelo modo como o caso foi tratado pela comunicação social e de reivindicação de direitos – por parte de praticamente a totalidade das associações do movimento LGBT, individualmente ou em conjunto.

Março de 2006 – Vigília por Gisberta em Lisboa, promovida por várias associações/grupos LGBT.

Maio de 2006 – É exibido o documentário europeu "Gisberta-Liberdade" sobre a morte de Gisberta, da autoria de Jó Bernardo e Jo Schedlbauer. Foi exibido pela primeira vez em Maio na televisão austríaca e posteriormente em várias televisões da Europa, incluindo Portugal.

Junho de 2006 – O caso da "tortura e o homicídio hediondos" de Gisberta é citado numa resolução de condenação e apelo aos estados-membros à luta contra a impunidade dos crimes de ódio racista ou homofóbico do Parlamento Europeu.

Junho de 2006 – Sobretudo durante o mês de Junho contaram-se diversas exibições do documentário "Gisberta-Liberdade", frequentemente seguidas de debate, promovidas por associações LGBT.

Junho de 2006 – Na "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa é feito um minuto de silêncio por Gisberta. Conta com uma faixa, assinada pelas Panteras Rosa, questionando, "E a igualdade de género no artigo 13º?"

Julho de 2006 – A "Marcha do Orgulho LGBT" do Porto tem uma representação da ªt., com uma faixa de memória a Gisberta (continha uma foto) e reivindicando a "Identidade de género, nas leis e na constituição!".

2007 – Durante as comemorações do "Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos", a identidade de género não constava nas categorias iniciais de discriminação. No entanto, foi notória a preocupação de essa problemática ir sendo incluída nos documentos, nas conferências, etc.

Janeiro de 2007 – Realização do primeiro debate especificamente sobre transexualidade na associação ILGA Portugal, com a participação da equipa do Hospital de Santa Maria (psiquiatra, endocrinologista e cirurgião plástico).

Janeiro de 2007 – Audiência entre a ILGA Portugal e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, no sentido de demonstrar à Comissão a necessidade de uma lei de identidade de género em Portugal.

Fevereiro de 2007 – Lançamento pela ªt. da campanha "Não temos vergonha de sermos transgéneros, transexuais, amig@s, companheir@s ou simpatizantes!" http://naotemosvergonha.blogspot.com/ .

Abril de 2007 – Realização do segundo debate especificamente sobre transexualidade na associação ILGA Portugal, com a participação da equipa do Hospital Júlio de Matos (psiquiatra e psicóloga) e de um representante dos Médicos pela Escolha.

Abril de 2007 – Criação de um "Grupo de Interesse" dentro da associação ILGA Portugal sobre Transexualidade, o GRIT – Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade.

Junho de 2007 – Realização, no Porto, do workshop "TransFormação", da responsabilidade do GRIT e do GRIP - Grupo de Intervenção e Reflexão do Porto da ILGA Portugal, que abordou a temática do desconhecimento duplo da transexualidade – por parte do público, e por parte das associações LGBT.

Junho de 2007 – O álbum "Luz" de Pedro Abrunhosa inclui um tema "Balada de Gisberta", de homenagem a Gisberta Salce Júnior. No final de 2009, Maria Bethânia inclui o tema na digressão "Amor, Festa e Devoção".

Outubro de 2007 – Estreia do filme "A outra Margem" de Luís Filipe Rocha, cuja personagem principal é uma pessoa de expressão trans. Foi visto por mais de 13.000 espectadores.

Novembro de 2007 – Realização de um colóquio sobre "Transexualidade em Portugal", organizado pela Opus Gay no âmbito do encerramento do "Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos", com a participação da equipa do Hospital de Santa Maria (Psiquiatra e sexólogo).

Dezembro de 2007 – Extinção da ªt. - Associação para o Estudo e Defesa do Direito à Identidade de Género "em virtude da sua actual inactividade".

Fevereiro de 2008 – Audição parlamentar, promovida pelo Bloco de Esquerda, sobre a realidade das pessoas transexuais em Portugal com a participação de pessoas transexuais.

Fevereiro de 2008 – Assassínio de Luna, transexual brasileira a viver há anos em Portugal.

Março de 2008 – Vigília de homenagem a Luna, em Portugal e noutros países.

Março de 2008 – No segundo aniversário da morte de Gisberta, a rede ex aequo relembra a situação precária das pessoas transexuais em Portugal através do envio simbólico do postal "Direito à Identidade de Género - Direito a ser quem sou". Este postal encontra-se inserido na campanha digital contra o preconceito que foi criada para unir todas as pessoas que não concordam com a discriminação e o preconceito contra *gays*, lésbicas, bissexuais e transgénero.

Junho de 2008 – Mesa-redonda sobre transexualidade e transgenderismo, inserida no "Fórum Sem Medos – Jornadas contra a homofobia", promovido pelo Bloco de Esquerda.

Junho de 2008 – Acção anti-psiquiatrização em Lisboa: "Doença é o binarismo de género", convocada pelas Panteras Rosa.

Junho de 2008 – O Manifesto da "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa contém um parágrafo dedicado exclusivamente ao T, onde pode ler-se "Exigimos ainda que a identidade de género seja contemplada no Principio da Igualdade constitucional, que se tomem iniciativas legais que reconheçam a autodeterminação das pessoas transsexuais e transgénero, que facilitem os processos de adaptação do nome e do sexo nos documentos de identificação, que agilizem os procedimentos médicos de adaptação do corpo".

Julho de 2008 – A Moção Global de Estratégia "Agir por + Igualdade" da Juventude Socialista integra o compromisso de a JS promover a apresentação de um projecto de lei sobre identidade de género. É a primeira vez que a problemática é mencionada em documentos político-partidários.

Novembro de 2008 – Reunião de activistas LGBT com o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa para debater as discriminações e os direitos das pessoas transexuais na Europa, onde esteve presente um representante do GRIT da ILGA-Portugal.

2009 – Tem início o projecto TRANSformation, da responsabilidade da ILGA Portugal com o apoio da ILGA-Europe no âmbito do seu *Human Rights Violations Documentation Fund*, que visa produzir um retrato pormenorizado da situação das pessoas transexuais em Portugal. O primeiro resultado do projecto é o folheto informativo sobre identidade de género "eu? Sou uma pessoa. Pelo direito à identidade de género", da responsabilidade do GRIT e da ILGA.

Março de 2009 – Lançamento, pela Associação Médicos pela Escolha, do "Observatório de Homofobia/Transfobia na Saúde".

Março de 2009 – Conferência internacional "Políticas Integradas contra a Discriminação das Pessoas LGBT", organizada pela ILGA Portugal, que contou com uma mesa dedicada a "Identidade de Género e Discriminação", com a participação de oradores nacionais e estrangeiros.

Maio de 2009 – O "Centro Comunitário Gay e Lésbico", cedido desde 1997 pela Câmara Municipal de Lisboa à Associação ILGA Portugal, passa a designar-se "Centro LGBT".

Junho de 2009 – A "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa conta com uma representação do GRIT, com uma faixa alusiva à identidade de género: "Precisamos de uma lei de identidade de género para ontem!". Os *slogans* da Marcha incluem reivindicações relativas à identidade de género.

Julho de 2009 – O programa eleitoral do Bloco de Esquerda para as eleições legislativas de 2009 contém medidas dirigidas a pessoas transexuais e transgénero.

Agosto de 2009 – O programa eleitoral do PS inclui a identidade de género no capítulo das igualdades, embora sem referência a qualquer medida de carácter prático.

Outubro de 2009 – Realiza-se em Lisboa o Lançamento Público da Campanha Internacional "Stop Patologização Trans 2012", no sentido de reivindicar a retirada da transexualidade da próxima edição do Manual das Doença Mentais – DSM, da Associação Americana de Psiquiatria, a ocorrer em 2012. É subscrita por sete associações/grupos nacionais.

Outubro de 2009 – Estreia do filme "Morrer como um Homem" de João Pedro Rodrigues, que gira em torno de uma mulher transexual e conta no seu elenco com várias pessoas de expressão trans. Teve quase 6000 espectadores em Portugal no ano de estreia. Foi o representante português aos Óscares dos filmes de língua não-inglesa.

Novembro de 2009 – No decurso da sua visita a Lisboa o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa reúne com a ILGA – Portugal, tendo esta alertado para a desprotecção jurídica das pessoas transexuais em Portugal.

Novembro de 2009 – O Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa envia uma carta ao Secretário de Estado da Justiça, explicitando as suas preocupações relativas à ausência de procedimentos uniformes e expeditos em Portugal para a mudança de nome e de sexo das pessoas transgénero na certidão de nascimento e nos documentos de identificação.

Fevereiro de 2010 – Lançamento do livro autobiográfico "Obviamente Mulher", de Filipa Gonçalves.

Março de 2010 – Conferência "Mudança de sexo: na clínica, no bloco, na pessoa", na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, organizada pela respectiva Associação de Estudantes, com a presença de várias profissionais incluídos no processo de transição clínico e de um representante do GRIT.

Abril de 2010 – É criada formalmente a AMPLOSIG – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género.

Maio de 2010 – É apresentado, na conferência "Contra a Homofobia e a Transfobia: Identificar e Combater a Discriminação das Pessoas LGBT em Portugal", o "Estudo sobre a População LGBT em Portugal", encomendado pela CIG à Universidade do Minho.

Maio de 2010 – É notória uma preocupação por parte de associações LGBT em associar as comemorações do dia 17 de Maio, também à luta contra a transfobia. A rede ex aequo organiza um "Free Hug" (Abraço Grátis) contra a discriminação, em Lisboa; a não te prives organiza uma "Marcha para assinalar o Dia Mundial da Luta Contra a Homofobia e Transfobia", em Coimbra.

Junho de 2010 – É apresentado pelo Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, um projecto de lei para permitir "a pessoas transexuais a mudança do registo do sexo no assento de nascimento".

Julho de 2010 – Na "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa são exibidas várias faixas alusivas à questão da identidade de género. Uma idêntica à do ano anterior, da responsabilidade do GRIT, reivindicando uma lei de identidade de género; duas das Panteras Rosa, "Trans em luta. O vosso sexo fora do meu BI" e "Stop Patologização Trans 2012. Luta Transexual,

Transgénero e Intersexo"; e uma do Bloco de Esquerda, que colocava a menção à lei de identidade de género na faixa generalista de "direitos Iguais" a par da parentalidade e da PMA (Procriação Medicamente Assistida).

Julho de 2010 – A "Marcha do Orgulho LGBT" do Porto, para além das faixas do Bloco de Esquerda e das Panteras Rosa conta com uma assinada pela UMAR, onde consta, "Esta medicina põe-me doente. Despatologização trans".

Setembro de 2010 – A Presidência do Conselho de Ministros comunica a apresentação de uma "Proposta de Lei que regula o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à alteração do Código do Registo Civil", a ser enviada à Assembleia da República.

Setembro 2010 – A associação ILGA Portugal é recebida por todos os grupos parlamentares para ser ouvida, entre outros assuntos, sobre as propostas legislativas acerca da identidade de género. No âmbito destes encontros foi entregue aos deputados documentação sobre a necessidade de uma lei de identidade de género.

Setembro de 2010 – Aprovação, pela Assembleia da República, na generalidade, do projecto de lei do BE e da proposta de lei da Presidência do Conselho de Ministros que visam a regulamentação da mudança de nome e de menção ao sexo nos documentos de identificação de pessoas transexuais.

Outubro de 2010 – É assinalada em Portugal a "Jornada Internacional de Luta pela Despatologização das Identidades Trans". O Manifesto da campanha é subscrito por sete estruturas organizativas nacionais: Panteras Rosa, UMAR, não te prives, Poly Portugal, Opus Gay, GAT e PortugalGay.

Outubro de 2010 – O Grupo de Trabalho sobre **"**Mudança do registo de sexo no assento de nascimento [PPL 37/XI/1.ª GOV e PJL 319/XI/1.ª (BE)]", da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República promove audições parlamentares com profissionais, investigadores e activistas na área da transexualidade, no âmbito da preparação da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 37/XI (GOV), que "Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à 18.ª alteração ao Código do Registo Civil" e do Projecto de Lei n.º 319/XI (BE), que "Altera o Código do Registo Civil, permitindo a pessoas transexuais a mudança do registo do sexo no assento de nascimento".

25 de Novembro de 2010 – É aprovada, com votos a favor da esquerda parlamentar (excepto duas deputadas do PS) e 12 votos do PSD a lei que "regula o procedimento de mudança de sexo no registo civil e correspondente alteração de nome próprio".

Dezembro de 2010 – O GRIT da ILGA Portugal promove, no Centro LGBT, um debate que pretende "Reflectir a Lei de Identidade de Género", com a participação de elementos do GRIT, socióloga e deputados do BE e PS.

Dezembro de 2010 - A AMPLOS publica o folheto "Respostas a perguntas dos pais sobre transexualidade de um filho ou filha".

2010 – Decorre o projecto internacional "Tod@s somos precis@s", cuja ILGA Portugal é o parceiro nacional, que pretende eliminar a discriminação, homofobia e transfobia nas escolas, trabalhando com três públicos-alvo: ONG LGBT e outras organizações da sociedade civil interessadas, professores e jovens.

2011 – A ILGA Portugal lança em Portugal o projecto europeu "Vamos parar os crimes de ódio contra as pessoas LGBT", desenvolvido pelo Instituto Dinamarquês para os Direitos Humanos com o apoio de nove parceiros europeus (entre os quais a ILGA). Das várias actividades previstas, é

logo lançado um folheto que informa e incentiva à denúncia dos incidentes e crimes de que as pessoas LGBT são vítima junto das forças e serviços de segurança.

Janeiro de 2011 – O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, não promulga o diploma que cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil (Decreto nº 68/XI da Assembleia da República), sustentando que este "apresenta graves insuficiências de natureza técnico-jurídica assim como procede a um enquadramento controverso das situações de perturbação de identidade de género, segundo a opinião colhida junto de especialistas nesta matéria".

Janeiro de 2011 – É publicado, em Diário da República, o "IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação 2011-2013", da responsabilidade da Secretaria de Estado da Igualdade que inclui, pela primeira vez, uma Área Estratégia dirigida à "Orientação Sexual e Igualdade de Género".

Janeiro de 2011 – É constituída a PATH – Plataforma Anti-Transfobia e Homofobia, constituída por pessoas singulares e vários organismos – entre eles a Associação não te prives e a rede ex-aequo –, sediada em Coimbra. Para além de iniciativas próprias de combate à transfobia e à homofobia pretende "juntar-se e apoiar outras iniciativas em prol da igualdade, mudança de mentalidades e pelo fim de qualquer tipo de discriminação".

Janeiro de 2011 – O GRIT - Grupo de Reflexão e Intervenção sobre Transexualidade da ILGA Portugal, desassocia-se da ILGA Portugal, dentro da qual se integrava formalmente enquanto Grupo de Interesse desde Abril de 2007, constituindo-se como uma estrutura associativa autónoma. No comunicado produzido esta decisão é justificada, pois "Apenas uma plataforma autónoma e independente dará a possibilidade aos movimentos transexuais de alcançarem a maturidade, e permitirá um novo fôlego no caminho até à igualdade.".

Janeiro de 2011 – O Dr. João Décio Ferreiro, único cirurgião plástico a realizar as cirurgias necessárias para a mudança de sexo em Portugal deixa o SNS, do qual está reformado desde meados de 2009. Ainda assegura alguns procedimentos durante os meses de Janeiro e Fevereiro, mas anuncia a cessação completa da actividade no serviço de saúde público a partir dessa data.

Janeiro de 2011 – Filipa Gonçalves é uma das galardoadas com o prémio "Arco-Íris 2010" da ILGA Portugal, pela publicação do livro auto-biográfico "Obviamente Mulher", o qual constitui um "testemunho pessoal que contribui para aumentar a visibilidade não só da transexualidade mas sobretudo das dificuldades que a ignorância e o preconceito continuam a causar."

17 de Fevereiro de 2011 – A lei que "regula o procedimento de mudança de sexo no registo civil e correspondente alteração de nome próprio" é reaprovada sem alterações na Assembleia da República.

Fevereiro de 2011 – A Direcção e o GRIT da ILGA Portugal emitem um comunicado conjunto de congratulação pela reaprovação da lei, evidenciando o retorno institucional do GRIT à sua sede de origem.

Fevereiro de 2011 – O blogue do GRIT dá conta da sua continuação na modalidade "desassociada". Coincide neste período um GRIT na modalidade de "Grupo de Interesse" da ILGA Portugal e um GRIT independente da mesma associação.

Fevereiro de 2011 – É anunciada a criação da Associação pela Identidade – Intervenção Transexual & Intersexo (API). No texto fundacional da associação pode ler-se que esta descende do GRIT, mas também da extinta ªt, incluindo ainda e genericamente "todos os que lutaram, à sua maneira, pela melhoria de vida das populações transexuais e intersexo".

Fevereiro de 2011 – O GRIT (desassociado da ILGA) e a UMAR organizam um debate no Clube Literário do Porto evocativo dos cinco anos passados sobre o assassinato da transexual Gilberta: "Lembrando Gisberta 2: No limiar da Lei de Identidade de Género".

Fevereiro de 2011 – O GRIT da ILGA Portugal, em parceria com a rede ex-aequo e a recém-criada Associação pela Identidade (API) organizam uma tertúlia no Centro LGBT em Lisboa evocativa dos cinco anos passados sobre o assassinato da transexual Gisberta: "Reflectir a Memória de Gisberta".

Fevereiro de 2011 – As Panteras Rosa assinalam o 5º aniversário da morte de Gisberta, através da proposta de um memorial contra a transfobia no Porto. A acção passou pela colocação de uma faixa no local do acontecimento "Cidade contra violência transfóbica. Gisberta 2006. Não esquecemos!", uma concentração no local e a interpelação ao município do Porto no sentido de que "a cidade do Porto assinale no espaço público a memória de Gisberta e da sua morte trágica", através da criação de "Um monumento (…) permanente que possa representar que a transfobia não seja mais possível na nossa cidade".

Fevereiro de 2011 – A propósito da acção promovida pelas Pantera Rosa, a agência Lusa retoma o caso de Gisberta tratando-a no masculino e referindo-se ao seu nome de baptismo. No parágrafo inaugural da notícia a acção é imputada à "luta contra a discriminação por causa da orientação sexual".

Fevereiro de 2011 – As activistas transexuais independentes Eduarda Santos e Lara Crespo redigem um comunicado de imprensa de reacção à notícia da Lusa "Ignorância ou transfobia? O (des)tratamento jornalístico da transexualidade", pedindo "que cesse de imediato esse tratamento lamentável e degradante para com as pessoas transexuais e que de futuro se passe efectivamente a respeitar a Identidade de Género das pessoas em causa tratando-as com o respeito e a dignidade que elas merecem como seres humanos e como vítimas tanto da sociedade como da transfobia". O documento é subscrito por Jó Bernardo, Caleidoscópio LGBT, API, Portugal *Gay* e Sérgio Vitorino.

1 de Março de 2011 – O Presidente da República promulga "por imperativos constitucionais" o diploma que "regula o procedimento de mudança de sexo no registo civil e correspondente alteração de nome próprio".

Março de 2011 – A APF, a não te prives e a UMAR organizam, nas instalações da APF, uma sessão de apresentação e debate sobre o projecto "Transrespect versus Transphobia Worldwide" (www.transrespect-transphobia.org), com a presença do investigador Jon Simon Hutta.

Março de 2011 – No âmbito do projecto "Vamos parar os crimes de ódio contra as pessoas LGBT", a ILGA Portugal promove durante dois dias a acção de formação destinada a juristas "O direito e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género", no centro de formação da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Março de 2011 – O "Diário das Beiras" noticia que os Hospitais da Universidade de Coimbra se preparam para, nos próximos meses, darem início às cirurgias de mudança de sexo, formando para tal, no estrangeiro, um dos seus cirurgiões plásticos.

Março de 2011 – Na sequência do anúncio de cessação das actividades no SNS a API produz um comunicado de imprensa questionando "Que solução para as cirurgias de reatribuição sexual em Portugal?". Nele se anuncia o envio de uma carta à Ministra da Saúde a solicitar uma reunião "no sentido de indagar e encontrar possíveis soluções para o retomar das intervenções cirúrgicas de Reatribuição Sexual, garantido a mesma qualidade de procedimentos até aqui postos em prática".

15 de Março de 2011 – É publicada, em Diário da República, a Lei nº 7/2011 de 15 de Março, que "Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil".

Abril de 2011 – É noticiada a criação de uma unidade pluridisciplinar nos Hospitais da Universidade de Coimbra, incluindo, para além da psiquiatria e da endocrinologia, que vinha sendo asseguradas neste estabelecimento hospitalar, a ginecologia, a urologia e a cirurgia plástica. Prevê-se que a realização das primeiras cirurgias para Setembro do mesmo ano.

Maio de 2011 – No decurso do "Ciclo de Cinema Queer LGBT", organizado pela PATH, são exibidos filmes alusivos à temática trans.

Maio de 2011 – Debate "os T's do LGBT", no âmbito do ciclo "Debates 2011", organizado pela PATH, com a participação de dois representantes da Associação pela Identidade e de um representante do Bloco de Esquerda.

Maio de 2011 – Para assinalar o Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia e a Transfobia, a PATH organiza em Coimbra a "2ª Marcha da Luta Contra a Homofobia e a Transfobia", com o mote "transForma-te" de luta por mais direitos e liberdades.

Maio de 2011 – Para assinalar o Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia e a Transfobia, a CIG organiza em Lisboa o Seminário "Boas Práticas na Luta Contra a Homofobia e a Transfobia em Portugal".

Maio de 2011 – Para assinalar o Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia e a Transfobia, a ILGA promove, no centro LGBT, o "Debate legislativas 2011", centrado nas propostas dos partidos com assento parlamentar no âmbito da luta contra a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de género.

Maio de 2011 – É anunciada, pelas activistas independentes Eduarda Santos e Lara Crespo, a criação do "Grupo Transexual Portugal", "Por se ter considerado haver necessidade de uma voz transexual própria, independente dos lobbies clínicos e LG [lésbicas e *gay*]". Da lista de reivindicações consta a luta contra a patologização da transexualidade, a luta contra a associação da transexualidade com as cirurgias de redesignação de sexo e outras cirurgias, a luta pela ingerência da Ordem dos Médicos nos processos de transexualidade, entre outras.

Junho de 2011 – A APF – Associação para o Planeamento da Família do Centro inclui no encontro anual que realiza para os profissionais de Saúde uma mesa redonda "À volta das identidades de género", com a participação de especialistas da saúde e das ciências sociais e artísticas de transformismo.

Junho de 2011 – O Núcleo de Estudantes de Psicologia da Universidade do Algarve organiza o debate "Novos Desafios na identidade sexual", com a participação de uma professora da faculdade e dois representantes da API – Associação para a Identidade.

Junho de 2011 – O GRIT da Ilga Portugal e o Centro LGBT, com o apoio da API, da rede ex-aequo e da AMPLOS, organizam no Centro LGBT uma festa com o lema "Eu? Já sou cidadã/o!" comemorativa da aprovação da "mais avançada lei para permitir alterar o nome e o sexo no registo de nascimento de acordo com a identidade de género de cada um, e a primeira sem qualquer exigência atentatória aos Direitos Humanos". O valor da entrada reverte para os custos de formalização da API.

Junho de 2011 – A AMPLOS dedica um dos encontros que promove regularmente, especificamente à temática da transexualidade, com a participação de uma psicóloga e sexóloga com experiência no acompanhamento de pessoas transexuais.

Junho de 2011 – Na "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa é exibida uma faixa da plataforma "Stop Patologização Trans 2012. Luta Transexual, Transgénero e Intersexo" e uma outra do Bloco de Esquerda que, entre as diversas reivindicações de apelo aos "Direitos Iguais", contém uma explicitamente dirigida à população trans "Cirurgias no SNS". Um dos *flyers* dá conta da

reivindicação central para esta problemática do manifesto deste ano: "Pela inclusão da categoria 'identidade de género' em todas as provisões legais anti-discriminação.

Julho de 2011 – O manifesto da "Marcha do Orgulho LGBT" do Porto integra explicitamente a recusa da catalogação de doença que a lei de identidade de género pressupõe e ainda a obrigatoriedade da autorização da Ordem dos Médicos para a realização da cirurgia de reatribuição de sexo.

Agosto de 2011 – O Grupo Transexual Portugal emite um comunicado de resposta a um artigo de opinião do vice-presidente da Confederação Nacional das Associações de Família, intitulado "Igualdade de género ou falsa identidade", onde se compara a possibilidade de mudança legal de sexo à mudança de espécie.

Setembro de 2011 – Entra em funcionamento a Unidade de Reconstrução Génito-Urinária e Sexual (URGUS) dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2011 - É assinalada em Portugal, através de uma acção em Lisboa e noutros pontos do país, a "Jornada Internacional de Luta pela Despatologização das Identidades Trans". O Manifesto da campanha é subscrito por nove estruturas organizativas nacionais: Caleidoscópio LGBT, GAT, Médicos pela Escolha, não te prives, Opus Gay, Panteras Rosa, PortugalGay, SOS Racismo e UMAR.

Novembro de 2011- As VI Jornadas de Sexologia da Universidade Lusófona incluem um simpósio da responsabilidade da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica com o tema "Que futuro para os transexuais em Portugal", com a participação de vários médicos.

Novembro de 2011 – É publicada pela ILGA Portugal, no âmbito do trabalho desenvolvido pela equipa de projeto TRANSformation em colaboração com o GRIT, a brochura "Sabemos o que somos. Pessoas.", cujo lema é "por cuidados de saúde adequados, competentes e sensíveis à diversidade de identidades e expressões de género".

Novembro de 2011 – O GRIT em colaboração com a rede ex-aequo, assinala o *International Transgender Day of Remembrance*, com o ciclo "Dias da Memória Trans", no qual são exibidos dois filmes e é realizada uma tertúlia "Sim, somos pessoas!" (experiências e testemunhos de vida).

Novembro de 2011 – Pela primeira vez na sua história, a associação ILGA Portugal elege uma mulher transexual para a sua Direcção.

Dezembro de 2011 – Os Hospitais da Universidade de Coimbra realizam, com recurso a um cirurgião estrangeiro, as primeiras cirurgias de reatribuição de sexo.

Janeiro de 2012 – Na cerimónia de entrega dos Prémios Arco-Íris, atribuídos pela ILGA Portugal, o jornalista do Jornal de Notícias Nuno Miguel Ropio, distinguido pela "cobertura atenta da situação das pessoas transexuais a nível legal e clínico", apela a que a "lei de identidade de género" seja supervisionada pelo parlamento e que as pessoas transexuais se empenhem na luta pela despatologização.

Janeiro de 2012 – A PATH organiza, em Coimbra, uma das suas festas "Fora do Armário", dedicada à transfobia, enquadrada num conjunto de actividades de preparação da 3ª Marcha da luta contra a homofobia, transfobia, lesbofobia, bifobia, intersexofobia e polifobia.

Janeiro de 2012 – A Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde Primários de Língua Portuguesa e a PATH organizam, em Coimbra, uma tertúlia-debate para o público em geral sobre "Despatologização da Transexualidade", com a presença de profissionais de saúde.

Janeiro de 2012 – O 13º Congresso da Associação Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo, inclui um painel sobre "A Transexualidade. Uma Visão Multidisciplinar",

realçando "a necessidade da multidisciplinaridade no apoio a estes utentes e a necessidade de registos nacionais para ser possível programar um atendimento especializado".

Fevereiro de 2012 – A Direcção e o GRIT da Associação ILGA Portugal emitem um comunicado a propósito do 6º aniversário da morte de Gisberta Salce Junior, no qual se reclama o direito à identidade, à não-discriminação e à saúde das pessoas transexuais.

Fevereiro de 2012 – O Grupo Transexual Portugal organiza, em Lisboa, um jantar-tertúlia sobre "Policiamento do género e a luta transexual".

Fevereiro de 2012 – O GRIT da ILGA Portugal promove no Centro LGBT um Encontro sobre o "Processo de Transição", com a participação do médico sexologista Pedro Freitas e da psicóloga clínica Íris Monteiro.

Março de 2012 – O GRIT da ILGA Portugal promove, no Centro LGBT, um Encontro sobre "Cirurgias de Reatribuição Sexual", com a participação do cirurgião plástico João Décio Ferreira.

Março de 2012 – A Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, em colaboração com o Serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar de São João, organiza, no Porto, o simpósio "Identidade de género e transexualidade", com a presença de legisladores, clínicos, investigadores e activistas.

Março de 2012 – Os estudantes do Bloco de Esquerda de Lisboa organizam, na sede do Bloco de Esquerda em Lisboa, o debate "(Trans)Feminismos e igualdade de género".

Março de 2012 – É lançada a petição "Defender o Futuro" onde se pede "uma adequada avaliação dos resultados, da alteração ou revogação, no todo ou em parte" de um conjunto leis, entre as quais, a lei 7/2011, conhecida como "lei de identidade de género".

31 de Março de 2012 – O GRIT da ILGA Portugal celebra, no Centro LGBT, com um espectáculo de transformismo, o "Dia da Visibilidade Trans".

Maio de 2012 – O GRIT da ILGA Portugal promove, no Centro LGBT, um Encontro sobre a "Lei de Identidade de Género", com a participação da jurista Marta Ramos.

Maio de 2012 – A PATH assinala, em Coimbra, o Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia e a Transfobia com a realização da "3ª Marcha contra a Bifobia, Homofobia, Intersexofobia, Lesbofobia, Polifobia e Transfobia" e de uma "Festa Fora do armário" com show de transformismo.

Maio de 2012 – O Grupo Transexual Portugal emite um comunicado sobre a aprovação da "lei de identidade de género na Argentina". Nele estranha a indiferença dos media LGBT nacionais acerca desta questão.

Maio de 2012 – O GRIT da ILGA Portugal realiza, no Jardim da Estrela em Lisboa, um "Encontro de Verão para pessoas transexuais" na forma de um pic-nic.

Junho de 2012 – O manifesto da "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa contém uma secção especificamente "Em defesa da comunidade trans".

Junho de 2012 – Apesar de não haver qualquer faixa especificamente de uma associação/grupo trans, o tema é invocado em praticamente todas as existentes na "Marcha do Orgulho LGBT" de Lisboa – BE, Panteras Rosa, ex-aequo, não te prives, UMAR, Associação de Estudantes do ISCTE, AMPLOS.

Julho de 2012 – O GRIT da ILGA Portugal promove, no centro LGBT, a tertúlia "Políticas Trans: Qual o futuro", com a participação da activista e deputada espanhola Carla Antonelli, do ex-deputado do BE José Soeiro e da presidente do GRIT, Júlia Pereira.

Julho de 2012 – A "Marcha do Orgulho LGBT" do Porto alia-se ao movimento pela despatologização trans STP 2012.

Setembro de 2012 – O Bloco de Esquerda inclui uma mesa redonda dedicada à "Despatologização Trans" na 6ª edição do Fórum "Novas Ideias para a Esquerda", Socialismo 2012, realizado em Santa Maria da Feira.

Setembro de 2012 – O GRIT da ILGA Portugal realiza, no Jardim José Gomes Ferreira em Lisboa, um "Encontro de Verão para pessoas transexuais" na forma de um pic-nic.

Outubro de 2012 – É assinalado em Portugal, com uma concentração em Lisboa, o "Dia Internacional pela Despatologização Trans". O Manifesto da campanha é subscrito por dez estruturas organizativas nacionais: Grupo Transexual Portugal, Panteras Rosa, GAT, PortugalGay, Opus Gay, SOS Racismo, UMAR, Poly Portugal, não te prives e Caleidoscópio LGBT.

Novembro de 2012 – A rede ex-aequo organiza, nas delegações do Instituto Português da Juventude, em Lisboa, o "1º Encontro Nacional de Jovens Transgéneros".

Novembro de 2010 – O Grupo Transexual Portugal emite um comunicado a propósito do "Transgender Day of Remembrance", lembrando os crimes motivados pela transfobia.

Novembro de 2012 – O GRIT da Associação ILGA Portugal realiza, no Centro LGBT, uma vigília em memória das pessoas trans assassinadas por motivação transfóbica ao longo de 2012.

Novembro de 2012 – A AMPLOS dedica o seu primeiro "Encontro de Acolhimento" à transexualidade, constituindo igualmente uma forma de a associação celebrar o dia em memória das vítimas de transfobia.

Anexo B. Guião de Entrevista a responsáveis de associações LGBT

Caracterização da associação / d@ entrevistad@

Associação:

Ano de fundação da associação:

Nº de associados:

Nº de associados T:

Entrevistad@:

Cargo na associação:

Tempo de desempenho no cargo:

Tempo de activismo LGBT:

Características dos associados T (FtM, MtF, expressões de género, idades, qualificações, profissões):

Sentido conferido ao T da sigla

O que é que significa o T da sigla LGBT? Que expressões de género inclui? Um único T chega ou são necessários vários?

Para que problemática remete o T? Para a mesma do LGB?

Qual a sua opinião acerca da junção da problemática da identidade de género com a da orientação sexual? Acha que faz mais sentido que as problemáticas estejam juntas ou separadas?

Acha que existe um movimento T no nosso país? Porquê? O que pensa da capacidade das pessoas T reivindicarem os seus direitos autonomamente?

Importância conferida pela associação à problemática da identidade de género

Qual a importância que na associação é conferida ao T?

Acha que a associação representa as pessoas T? De que modo?

Como está isso reflectido em termos organizativos? Se existe uma estrutura específica para o T, qual a razão? E existe para o L, para o G, para o B? Qual a importância dessa estrutura na associação? Que tipo de trabalho faz? Quantas pessoas trabalham especificamente nessa estrutura? Qual o apoio que lhe é dado pela associação?

Se não existe na estrutura específica para as questões T na associação, qual a razão? Está planeada? Acha que faz sentido que haja?

E em termos programáticos? E em termos de reivindicações políticas? (mencionar a questão da despsiquiatrização)

Que iniciativas têm sido desenvolvidas pela associação tendo em conta a temática T?

Quais considera serem os principais motivos de reivindicação para a questão da identidade de género?

Participação de pessoas trans na associação

Quantas pessoas T estão envolvidas na associação? Que cargos possuem (alguma vez uma pessoa T ocupou o cargo de principal responsável da associação)? Estão confinados à (possível) estrutura específica para o T ou desempenham algum cargo/papel na associação em geral?

Quais as características dessas pessoas (expressões de género, idade, qualificações…)?

Avaliação do trabalho da associação em relação às questões de identidade de género

Como é que acha que tem sido o percurso da associação em relação às questões T? Tem-lhe vindo a ser dada maior importância? Desde quando? E como acha que vai ser o futuro da associação a esse respeito?

Como é que avalia o desempenho da associação em relação à questão T? Como é que acha que as pessoas T avaliam o trabalho da associação?

É prestado algum tipo de apoio directo às pessoas T? Se sim, qual(is)?

Lei de Identidade de Género

Elaboraram alguma proposta de lei de identidade de género? Se sim, quem foi @ responsável pela sua elaboração? De quem partiu a iniciativa? Quais os principais conteúdos? Como é que avalia a aceitação dessa proposta? Concretizaram ou têm planeada alguma iniciativa nesse sentido?

Qual a sua posição sobre a ausência de menção à identidade de género na revisão do novo Código penal? Qual a posição da associação acerca dessa questão?

Qual a posição da associação acerca da consideração da transexualidade como doença? E em relação à questão da despsiquiatrização?

Percepção das pessoas homossexuais acerca das pessoas trans

Qual é a percepção que considera que, em geral, as pessoas homossexuais têm das pessoas T? Existe transfobia? Acha que as pessoas homossexuais se mobilizam para a reivindicação das questões T? São aliados? Porquê?

Pedir documentação da associação sobre as questões T

Pedir divulgação/contacto de pessoas trans para preenchimento do inquérito e realização de entrevista

Anexo C. Inquérito por questionário a pessoas transexuais e transgénero

Inquérito
"Identidades e expressões de género"

Este inquérito integra o estudo "Transexualidade e transgénero: Identidades e expressões de género", e pretende constituir uma primeira caracterização social das pessoas transexuais e transgénero no nosso país. O estudo é desenvolvido no âmbito do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e coordenação do Prof. Doutor Miguel Vale de Almeida.

Pretende-se com esta pesquisa contribuir para um melhor conhecimento da realidade destas pessoas em Portugal. Se se identificar como uma pessoa transexual, transgénero, *cross-dresser*, *drag*, andrógino ou qualquer outra identificação que não implique linearidade com o sexo/género atribuído à nascença (quer recorra ou não a tratamentos ou procedimentos médicos), não deixe de preencher este inquérito. Ele contribuirá para a visibilidade de uma realidade até agora desconhecida e pouco estudada na sociedade portuguesa.

Se tiver amig@s na mesma situação, por favor informe-@s sobre a existência deste inquérito.

Tentaremos chegar às pessoas transexuais e transgénero por muitas vias, por isso é possível que se cruze com este inquérito em mais do que uma ocasião. Por favor preencha-o uma única vez.

O anonimato e a confidencialidade dos dados estão absolutamente garantidos.

Se quiser saber mais sobre este estudo, estiver interessad@ em dar alguma sugestão ou informação ou ainda disponibilizar-se para uma entrevista em profundidade, por favor contacte Sandra Palma Saleiro ou Joana Santos para o CIES-ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, através do nº de telefone 217903077, de telemóvel 964217240 ou utilizando o endereço electrónico projectotrans.cies@iscte.pt.

Muito obrigado pela sua colaboração!

cies iscte centro de investigação e estudos de sociologia
centre for research and studies in sociology

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género

(PTDC/SDE/68912/2006)

Inquérito por Questionário Anónimo

CIES-ISCTE | Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas | 1649-026 Lisboa
tel: +351 217 903 077 ou +351 217 941 404 | fax: +351 217 940 074 | e-mail: cies@iscte.pt

(Por favor assinale com um x na opção respectiva ou coloque o nº ou as palavras no espaço respectivo)

Caracterização social d@ própri@

Começamos por lhe colocar algumas questões relacionadas com a sua situação.

1. Qual o sexo que lhe foi atribuído à nascença (sexo com que foi registado)?

Feminino		(1)	Masculino		(2)

2. Identifica-se como: (*Por favor <u>assinale todas as hipóteses que correspondam àquelas com as quais se identifica</u>*)

Mulher		(a)	Travesti		(h)
Homem		(b)	*Drag-Queen*		(j)
Mulher transexual		(c)	*Drag-King*		(l)
Homem transexual		(d)	Andrógino		(k)
Transgender/transgénero		(e)	Intersexo		(l)
Queer		(f)	Hermafrodita		(m)
Cross-dresser		(g)	Outra(s).Qual(is)?		(n)

3. Caso tenha assinalado mais do que uma resposta na questão anterior, qual o termo com que mais se identifica? (*Por favor, <u>escolha apenas uma hipótese</u>*)

Mulher		(1)	Travesti		(8)
Homem		(2)	*Drag-Queen*		(9)
Mulher transexual		(3)	*Drag-King*		(10)
Homem transexual		(4)	Andrógino		(11)
Transgender/transgénero		(5)	Intersexo		(12)
Queer		(6)	Hermafrodita		(13)
Cross-dresser		(7)	Outra(s).Qual(is)?		(14)

4. Qual a sua Idade?

	anos

5. Qual o nível de escolaridade mais elevado que concluiu?

Não possui grau de ensino		(1)
1º ciclo do ensino básico (4º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4ª classe)		(2)
2º ciclo do ensino básico (6º ano de escolaridade, antigo ciclo preparatório)		(3)
3º ciclo do ensino básico (9º ano de escolaridade, antigo 5º ano do liceu)		(4)
Ensino secundário (12º ano, antigo 7º ano do liceu)		(5)
Bacharelato		(6)
Licenciatura		(7)
Mestrado		(8)
Doutoramento		(9)

6. Qual a sua situação conjugal?

Solteir@		(1)
Casad@		(2)
Unid@ de facto		(3)
Relação conjugal sem coabitação ou com coabitação pontual		(4)
Divorciad@		(5)
Separad@		(6)
Viúv@		(7)

7. Com quem vive habitualmente? (*Por favor assinale todas as respostas que correspondem à sua situação*)

Sozinh@		(a)	Com filh@(s)		(g)
Com a mãe		(b)	Com ti@(s)		(h)
Com o pai		(c)	Com avós		(i)
Com irmã(s)		(d)	Com amig@s/colegas		(j)
Com irmão(s)		(e)	Com outro@(s) familiares		(k)
Com @ cônjuge /companheir@/ namorad@		(f)	Com outro@/s) não familiares		(l)

8. Qual(is) o(s) seu(s) meio(s) de vida (fontes de rendimento)? (*Por favor assinale todas as respostas que correspondam à sua situação*)

Trabalho		(a)
Subsídio de desemprego		(b)
Outros subsídios temporários (acidentes de trabalho, baixa por doença, etc.)		(c)
Pensão de reforma		(d)
Pensão social de invalidez/velhice		(e)
Bolsa de estudo/formação		(f)
Rendimento Social de Inserção (RSI)		(g)
A cargo da família		(h)
Rendimentos de propriedades, negócios, etc		(i)
Outro(s) meio(s). Qual(is)?		(j)

9. Qual a sua condição perante o trabalho? (*Por favor assinale todas as respostas que correspondem à sua situação*)

Exerce uma actividade profissional		(a)
Ocupa-se exclusivamente das tarefas do lar		(b)
Estudante		(c)
Incapacitad@ permanente para o trabalho		(d)
Desempregad@ à procura do 1º emprego		(e)
Desempregad@ à procura de novo emprego		(f)
Reformad@		(g)
Outra(s) condição(ões). Qual(is)?		(h)

10. Se é estudante, qual o ano que frequenta? _____

11. Alguma vez exerceu uma actividade profissional?

Sim		(1)
Não		(2)

(passe para a pergunta 17)

12. Qual a sua actividade profissional principal actual ou última que exerceu, caso actualmente não se encontre a trabalhar? *(Por favor descreva-a o mais pormenorizadamente possível)*

13. E a sua situação na actividade profissional (principal):

Patrão/oa com empregados a serviço		(1)	**(passe para a p. 15)**
Trabalhador/a por conta própria/independente		(2)	**(passe para a p. 15)**
Trabalhador/a por conta de outrem		(3)	
Trabalhador/a em empreendimento familiar com ou sem remuneração		(4)	**(passe para a p.15)**
Outra situação. Qual?		(5)	**(passe para a p. 15)**

14. Se é/era trabalhador/a por conta de outrem, em que tipo de organização exerce/exercia a sua actividade profissional principal?

Administração pública		(1)
Empresa pública		(2)
Empresa privada		(3)
Instituição sem fins lucrativos		(4)
Serviços domésticos		(5)
Outra. Qual?		(6)

15. E qual o tipo de vínculo contratual que possui/possuía na actividade profissional principal?

Permanente		(1)
Prazo		(2)
Recibos verdes ou acto isolado, com ou sem contrato de prestação de serviços		(3)
Não tenho contrato de trabalho nem passo recibos verdes		(4)

16. Se exerce mais do que uma actividade profissional, qual a segunda actividade profissional que exerce? *(Por favor descreva-a o mais pormenorizadamente possível)*

17. Qual a sua naturalidade?

Se nasceu no país, indique o concelho:

Se nasceu no estrangeiro, indique o país:

18. Indique, por favor qual(is) o(s) concelho(s) de residência na infância:

Se viveu no estrangeiro, indique o(s) país(es):

19. Indique, agora, o(s) concelho(s) de residência na adolescência:

Se viveu no estrangeiro, indique o(s) país(es):

20. E o(s) concelho(s) de residência na idade adulta:

Se viveu no estrangeiro, indique o(s) país(es):

21. E qual o concelho onde reside actualmente?

Se vive no estrangeiro a maior parte do tempo, indique o país:

22. Qual é, em média, o seu escalão de rendimento mensal?

Não tenho rendimento próprio		(1)
Até 300 euros		(2)
301-500 euros		(3)
501-700 euros		(4)
701-1000 euros		(5)
1001-1500 euros		(6)
1501-2000 euros		(7)
2001-2500 euros		(8)
2501-3000 euros		(9)
Mais de 3000 euros		(10)

23. E o rendimento mensal médio do seu agregado familiar (caso viva em economia comum com alguém, por exemplo, pais ou cônjuge, companheir@, namorad@)?

O mesmo, não vivo em economia comum		(1)
Até 300 euros		(2)
301-500 euros		(3)
501-700 euros		(4)
701-1000 euros		(5)
1001-1500 euros		(6)
1501-2000 euros		(7)
2001-2500 euros		(8)
2501-3000 euros		(9)
3000-4000 euros		(10)
4001-5000 euros		(11)
Mais de 5000 euros		(12)

Caracterização da família de origem

Gostaríamos agora de lhe colocar algumas questões relacionadas com a sua família de origem. A resposta a estas questões é muito importante pois só assim poderemos perceber as suas origens sociais e a trajectória que teve ao longo da vida. No caso de não ter tido pai e/ou mãe, por favor refira-se à(s) pessoa(s) que desempenhou(aram) esse papel.

24. Indique, por favor, qual o grau de escolaridade mais elevado que a sua mãe e o seu pai [ou pessoa(s) que exerce(m) ou exerceram a parentalidade] concluíram:

		(a) **Mãe** (ou substitut@)	(b) **Pai** (ou substitu@)
(1)	Não possui grau de ensino		
(2)	1º ciclo do ensino básico ou equivalente (4º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4ª classe)		
(3)	2º ciclo do ensino básico ou equivalente (6º ano de escolaridade, antigo ciclo preparatório)		
(4)	3º ciclo básico do ensino básico ou equivalente (9º ano de escolaridade, antigo 5º ano do liceu)		
(5)	Ensino secundário (12º ano, antigo 7º ano do liceu)		
(6)	Bacharelato		
(7)	Licenciatura		
(8)	Mestrado		
(9)	Doutoramento		

25. Qual a actividade profissional principal (actual ou última que exerceu) da sua mãe (ou substitut@)? *(Por favor descreva-a o mais pormenorizadamente possível)*

26. E qual a actividade profissional principal (actual ou última que exerceu) do seu pai (ou substitut@)? *(Por favor descreva-a o mais pormenorizadamente possível)*

27. Indique agora, por favor, qual a situação na actividade profissional principal (actual ou última que exerceu) da sua mãe e do seu pai [ou pessoa(s) que exerce(m) ou exerceram a parentalidade]:

		(a) **Mãe** (ou substitut@)	(b) **Pai** (ou substitut@)
(1)	Patrão/ao com empregados ao serviço		
(2)	Trabalhador/a por conta própria/independente		
(3)	Trabalhador/a por conta de outrem		
(4)	Trabalhador/a em empreendimento familiar (com o sem remuneração)		
(5)	Outra situação. Qual?		

Caracterização d@ cônjuge / companheir@ / namorad@

Gostaríamos agora de lhe colocar as mesmas questões para @ cônjuge, companheir@ ou namorad@.

28. Neste momento mantém um relacionamento amoroso com alguém?

Sim		(1)
Não		(2) **(passe para a p. 35)**

29. Se tem cônjuge, companheir@ ou namorad@, vivem em economia comum?

Sim		(1)
Não		(2)

30. Se tem cônjuge / companheir@ / namorad@, qual o nível de escolaridade mais elevado que el@ concluiu?

Não possui grau de ensino		(1)
1º ciclo do ensino básico (4º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4ª classe)		(2)
2º ciclo do ensino básico (6º ano de escolaridade, antigo ciclo preparatório		(3)
3º ciclo do ensino básico (9º ano de escolaridade, antigo 5º ano do liceu)		(4)
Ensino secundário (12º ano, antigo 7º ano do liceu)		(5)
Bacharelato		(6)
Licenciatura		(7)
Mestrado		(8)
Doutoramento		(9)

31. Qual a condição perante o trabalho d@ cônjuge / companheir@ / namorad@? *(<u>Pode assinalar mais do que uma resposta</u>)*

Exerce uma actividade profissional		(a)
Ocupa-se exclusivamente das tarefas do lar		(b)
Estudante		(c)
Incapacitad@ permanente para o trabalho		(d)
Desempregad@ à procura do 1º emprego		(e)
Desempregad@ à procura de novo emprego		(f)
Reformad@		(g)
Outra(s) condição(ões). Qual(is)?		(h)

32. Se @ cônjuge / companheir@ / namorad@ é estudante, qual o ano que frequenta?

33. Se tem cônjuge / companheir@ / namorad@, qual a sua actividade profissional principal (actual ou última que exerceu)?
(Por favor descreva-a o mais pormenorizadamente possível)

34. E a situação na actividade profissional principal d@ cônjuge / companheir@ / namorad@?

Patrão/oa com empregados a serviço		(1)
Trabalhador/a por conta própria/independente		(2)
Trabalhador/a por conta de outrem		(3)
Trabalhador/a em empreendimento familiar com ou sem remuneração		(4)
Outra situação. Qual?		(5)

Caracterização d@s amig@s

Finalmente, as mesmas questões relativas aos seus/suas dois/duas melhores amigos ou amigas.

35. Qual o nível de escolaridade mais elevado que @s seus/suas dois/duas melhores amigos ou amigas concluíram (amig@1 e amig@2)?

		(a) Amig@1	**(b) Amig@2**
(1)	Não possui grau de ensino		
(2)	1º ciclo do ensino básico ou equivalente (4º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4ª classe)		
(3)	2º ciclo do ensino básico ou equivalente (6º ano de escolaridade, antigo ciclo preparatório)		
(4)	3º ciclo básico do ensino básico ou equivalente (9º ano de escolaridade, antigo 5º ano do liceu)		
(5)	Ensino secundário (12º ano, antigo 7º ano do liceu)		
(6)	Bacharelato		
(7)	Licenciatura		
(8)	Mestrado		
(9)	Doutoramento		

36. E qual a condição perante o trabalho d@s amig@s? *(Por favor <u>assinale todas as respostas que correspondam à situação deles</u>)*

		(a) Amig@1	**(b) Amig@2**
(a)	Exerce uma actividade profissional		
(b)	Ocupa-se exclusivamente das tarefas do lar		
(c)	Estudante		
(d)	Incapacitad@ permanente para o trabalho		
(e)	Desempregad@ à procura do 1º emprego		
(f)	Desempregad@ à procura de novo emprego		
(g)	Reformad@		
(h)	Outra(s) condição(ões). Qual(is)?		

37. Se @ amig@1 é estudante, indique o ano que frequenta: ____

38. Se @ amig@2 é estudante, indique o ano que frequenta: ____

39. Qual a actividade profissional principal d@ melhor amig@1 (actual ou última que exerceu)? *(Por favor descreva-a o mais pormenorizadamente possível)*

40. E qual a actividade profissional principal d@ melhor amig@2 (actual ou última que exerceu)? *(Por favor descreva-a o mais pormenorizadamente possível)*

41. E qual a situação na actividade profissional principal d@s seus amig@s (actual ou última que exerceu)?

		(a) Amig@1	**(b) Amig@2**
(1)	Patrão/ao com empregados ao serviço		
(2)	Trabalhador/a por conta própria/independente		
(3)	Trabalhador/a por conta de outrem		
(4)	Trabalhador/a em empreendimento familiar (com o sem remuneração)		
(5)	Outra situação. Qual?		

Identidades / expressões de género

Vamos agora avançar para uma série de questões que se relacionam com as identidades e expressões de género.

42. Como se classifica em termos de género? *(Por favor <u>assinale apenas uma resposta</u>, a que considera corresponder melhor à sua situação)*

Feminino		(1)
Masculino		(2)
Em transição do feminino para a masculino		(3)
Em transição do masculino para o feminino		(4)
Indiferenciado		(5)
Às vezes do género masculino, às vezes do género feminino		(6)
Um pouco masculino e um pouco feminino		(7)
Nem masculino nem feminino		(8)
Outra. Qual?		(9)

43. A sociedade divide-nos entre homens e mulheres. Numa escala de 0 a 10, em que 0 representa o mais feminino possível e 10 o mais masculino possível, por favor assinale onde sente que se situa:

Feminino **Masculino**

0	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**

44. Actualmente vive a sua vida no género com que se identifica?

Sempre		(1)	
A maior parte do tempo (em público e em privado)		(2)	**(passe para a p. 46)**
Só em certas ocasiões (públicas) específicas		(3)	**(passe para a p. 46)**
Só em privado		(4)	**(passe para a p. 46)**
Só para exercer a minha profissão		(5)	**(passe para a p. 46)**
Só quando estou sozinh@		(6)	**(passe para a p. 46)**
Não tenho um género exclusivo		(7)	**(passe para a p. 46)**
Outra resposta. Qual?		(8)	**(passe para a p. 46)**

45. Se vive permanentemente no género com que se identifica, desde há quanto tempo?

	anos

(se for há menos de 1 ano, por favor coloque 1) (**passe para a p. 48)**

46. Se não vive permanentemente no género com que se identifica, tenciona fazê-lo no futuro?

Sim		(1)
Não		(2)
Não sei		(3)

47. Se não vive permanentemente no género com que se identifica, quais as principais razões? *(Assinale as respostas que considera mais significativas no seu caso)*

A aceitação no meu trabalho		(a)
A aceitação da minha família de origem		(b)
A aceitação d@ cônjuge/companheir@		(c)
A aceitação do(s) meu(s) filho(s)		(d)
A aceitação dos meus amigos		(e)
A aceitação da minha vizinhança ou vida social		(f)
Não desejo viver permanentemente no género com que me identifico		(g)
Não tenho um género exclusivo		(h)
Só pretendo fazê-lo em certas ocasiões		(i)
Outra(s) razão(ões).Qual(is)?		(j)

Relações amorosas / afectivas

Gostaríamos agora de lhe colocar algumas questões que se relacionam com os relacionamentos amorosos/afectivos.

48. Que tipo de relacionamento amoroso mantém actualmente?

Nunca tive nenhum relacionamento amoroso		(1)	(**passe para a p. 51)**
De momento não tenho relação com ninguém		(2)	(**passe para a p. 51)**
Tenho uma relação estável e vivo com uma pessoa		(3)	
Tenho uma relação estável, embora não viva com essa pessoa		(4)	
Tenho relação(ões) ocasional(is)/passageira(s)		(5)	
Outra situação. Qual?		(6)	

49. Se mantém um relacionamento amoroso com alguém, por favor indique o sexo atribuído à nascença dessa pessoa:

Feminino		(1)	Masculino		(2)

50. E como é que essa pessoa se identifica? *(Pode assinalar mais do que uma resposta)*

Mulher		(a)	Travesti		(h)
Homem		(b)	*Drag-Queen*.		(j)
Mulher transexual.		(c)	*Drag-King*.		(l)
Homem transexual		(d)	Andrógino		(k)
Transgender/transgénero		(e)	Intersexo		(l)
Queer		(f)	Hermafrodit		(m)
Cross-dresser		(g)	Outra(s).Qual(is)?		(n)

51. É ou já foi casad@?

Sim, e ainda sou		(1)
Sim, mas já não sou		(2)
Não		(3)

52. Tem filh@s?

Sim, tenho filh@(s) biológic@s		(1)
Sim, tenho filh@(s) adoptad@s ou por afinidade (d@ cônjuge, companheir@)		(2)
Não tenho filh@s		(3)

53. Sente-se atraíd@ por: *(Assinale todas as respostas que correspondam à sua situação)*

Mulheres		(a)
Homens		(b)
Mulheres transexuais		(c)
Homens transexuais		(d)
Pessoas transgéneros		(e)
Ninguém		(f)
Outra(s) resposta(s). Qual(is)?		(g)

54. Como se posiciona relativamente à sua orientação sexual?

Heterossexual		(1)
Homossexual		(2)
Bissexual.		(3)
Outra. Qual?		(4)

55. Tem amig@s transexuais ou transgéneros?

Sim		(1)
Não		(2)

(passe para a p. 57)

56. Se sim, quais as suas identidades/expressões de género? *(Assinale todas as respostas que correspondam à situação dess@s amig@s)*

Mulher		(a)	Travesti		(h)
Homem		(b)	*Drag-Queen*		(j)
Mulher transexual		(c)	*Drag-King*		(l)
Homem transexual		(d)	Andrógino		(k)
Transgender/transgénero		(e)	Intersexo		(l)
Queer		(f)	Hermafrodita		(m)
Cross-dresser		(g)	Outra(s).Qual(is)?		(n)

57. Costuma partilhar sentimentos, experiências ou informações com outras pessoas transexuais ou transgéneros? *(Pode assinalar mais do que uma resposta)*

Não		(a)
Sim, tenho relações pessoais/de amizade com pessoas transexuais ou transgéneros		(b)
Sim, no âmbito de associações ou grupos de apoio de que faço parte/em que participo		(c)
Sim, através da Internet (*sites*, *blogues*, *mail*, *chats*, etc.) de pessoas e/ou organizações transexuais ou transgéneros.		(d)
Sim, através de outro(s) meio(s). Qual(is)?		(e)

58. Assinale, por favor, em que medida sente compreensão das seguintes pessoas relativamente à sua situação de género:

		(1) Total	(2) Alguma	(3) Pouca	(4) Nenhuma	(5) Não tenho/ já faleceu
(a)	Mãe					
(b)	Pai					
(c)	Irmã(s)					
(d)	Irmão(s)					
(e)	Avó(s)					
(f)	Avô(s)					
(g)	Filha(s)					
(h)	Filho(s)					
(i)	Amigas					
(j)	Amigos					
(k)	Vizinhas					
(l)	Vizinhos					
(m)	Colegas de trabalho do sexo feminino					
(n)	Colegas de trabalho do sexo masculino					
(o)	Restante família em geral					
(p)	Outra. Qual?					
(q)	Outra. Qual?					

59. Qual considera ser a pessoa ou pessoas que mais @ apoiam no processo de viver a sua vida no género com que se identifica? *(Por favor indique a relação de parentesco ou afinidade)*

Procedimentos médicos

Vamos agora colocar-lhe algumas questões relativas aos procedimentos médicos.

60. Neste momento está a ter acompanhamento médico por questões ligadas à sua identidade/expressão de género?

Sim		(1)	
Não, mas já tive		(2)	**(passe para a p. 63)**
Não e nunca tive		(3)	**(passe para a p. 65)**

61. Neste momento encontra-se no processo de transição no Serviço Nacional de Saúde?

Sim		(1)	
Não, mas já estive		(2)	**(passe para a p. 63)**
Não, e nunca estive		(3)	**(passe para a p. 63)**

62. Se se encontra no processo de transição no Serviço Nacional de Saúde (SNS), há quantos anos está nesse processo?

	anos

(Se tiver iniciado há menos do que 1 ano, por favor indique 1)

63. Se está a ter acompanhamento médico ou já teve (público ou privado) com que idade o iniciou?

	anos

64. Se está a ter ou já teve acompanhamento médico por questões relacionadas com a identidade/expressão de género (público ou privado), qual(is) a(s) especialidade(s)? *(<u>Assinale todas as respostas que correspondam à sua situação</u>)*

		(1) Está a ter	(2) Já teve
(a)	Clínica geral		
(b)	Psiquiatria		
(c)	Sexologia		
(d)	Psicologia		
(e)	Endocrinologia		
(f)	Ginecologia		
(g)	Urologia		
(h)	Cirurgia plástica		
(i)	Outra. Qual?		
(j)	Outra. Qual?		
(k)	Outra. Qual?		

65. Se neste momento não está a ter acompanhamento médico, planeia vir a ter?

Sim		(1)
Não		(2)

66. Da seguinte lista de procedimentos, quais aqueles a que já se submeteu? *(<u>Assinale todas as respostas que correspondam à sua situação</u>)*

Hormonas feminizantes		(a)
Hormonas masculinizantes		(b)
Mastectomia (eliminação do peito)		(c)
Mamoplastia de aumento do peito.		(d)
Electrólise ou outras formas de eliminação de pilosidade		(e)
Esterilização		(f)
Remoção ou redução da Maçã de Adão		(g)
Feminização facial		(h)
Masculinização facial		(i)
Outro(s). Qual(is)?		(j)

67. Se toma hormonas, actualmente fá-lo sob acompanhamento médico?

Sempre (1)	A maioria das vezes (2)	Algumas vezes (3)	Raramente (4)	Nunca (5)	Não tomo hormonas actualmente (6)

68. Realizou uma cirurgia genital (designada, na medicina, como cirurgia de reatribuição de sexo)?

Sim		(1)
Não		(2)

(passe para a p. 74)

69. Se sim, foi realizada em Portugal ou no estrangeiro?

Em Portugal		(1)
No estrangeiro. Em que país?		(2)

70. Se sim, há quantos anos realizou a cirurgia genital?

	anos

(se foi há menos de um ano, por favor coloque 1)

71. Se sim, quanto tempo decorreu entre o início do processo de transição e a realização da cirurgia?

	anos

72. Se sim, alterou o sexo nos documentos legais?

Sim		(1)
Não, mas estou nesse processo		(2)
Não, mas vou iniciar esse processo		(3)
Não, nem tenciono iniciar esse processo		(4)
Não, porque me foi recusado judicialmente		(5)

73. Quais as principais razões pelas quais realizou a cirurgia? *(<u>Assinale as respostas que considera mais significativas no seu caso</u>)*

Para corrigir aquilo que considero ser um erro no meu corpo		(a)	**(passe para a p. 79)**
Para ajustar o meu corpo à imagem que tenho de mim		(b)	**(passe para a p. 79)**
Para conseguir viver a minha sexualidade de acordo com o género com que me identifico		(c)	**(passe para a p. 79)**
Para conseguir ser aceite socialmente		(d)	**(passe para a p. 79)**
Para conseguir a alteração de sexo nos documentos legais		(e)	**(passe para a p. 79)**
Para poder viver uma vida "normal"		(f)	**(passe para a p. 79)**
Para não ser discriminad@		(g)	**(passe para a p. 79)**

74. Se não realizou cirurgia genital, gostaria de realizá-la?

Sim		(1)	
Não		(2)	**(passe para a p. 78)**
Ainda não decidi		(3)	**(passe para a p. 79)**

75. Se gostaria de realizar a cirurgia e não a realizou, qual a razão? *(Por favor, <u>assinale apenas uma razão</u>, a que considera ser a principal)*

Ainda não iniciei o processo de transição		(1)
Ainda não estou nessa fase do processo de transição		(2)
Estou em lista de espera para realizar a cirurgia		(3)
Não consegui as autorizações médicas necessárias para a realização da cirurgia.		(4)
Não me quero submeter ao processo que envolve a sua realização no Serviço Nacional de Saúde		(5)
Não tenho capacidade financeira para suportar os custos inerentes à realização da cirurgia		(6)
Não tenho expectativas de conseguir viver a minha vida no género com que me identifico		(7)
Por razões de saúde		(8)
Não considero o resultado satisfatório		(9)
Outra razão. Qual?		(10)

76. Tem planos de vir a realizar a cirurgia genital?

Sim		(1)	
Não		(2)	**(passe para a p. 78)**
Ainda não decidi		(3)	**(passe para a p. 79)**

77. Se tem planos de realização da cirurgia genital, daqui a quanto tempo espera efectivá-la?

	anos

(Se for menos de um ano, por favor indique 1) **(passe para a p. 79)**

78. Se rejeita a cirurgia genital, qual(is) a(s) razão(ões)? *(Pode assinalar mais do que uma resposta)*

Ainda tenho dúvidas quanto à minha identidade de género		(a)
Não pretendo optar por um dos géneros		(b)
Consigo viver a minha identidade de género e a minha sexualidade sem a cirurgia genital		(c)
Não quero contribuir para a perpetuação do sistema dos dois sexos/géneros		(d)
Outra(s) razão(ões). Qual(is)?		(e)

79. Em que medida concorda com cada uma das afirmações relativas à cirurgia genital?

		(1) Concordo totalmente	(2) Concordo em parte	(3) Não concordo nem discordo	(4) Discordo em parte	(5) Discordo totalmente
(a)	É essencial para corrigir aquilo que considero ser um erro da natureza no meu caso					
(b)	É essencial para ajustar o meu corpo à imagem que tenho de mim					
(c)	É condição para que eu possa ser aceite socialmente					
(d)	É o que permite expressar a minha sexualidade de acordo com o género com que me identifico					
(e)	É irrelevante para o modo como me sinto, vivo e expresso o meu género e a minha sexualidade					
(f)	É uma forma de ajustar as características das pessoas ao que é delas esperado socialmente					
(g)	É uma forma de o sistema acomodar as pessoas a dois sexos/géneros únicos e dicotómicos					

Discriminação

Gostaríamos agora de colocar algumas questões relacionadas com a discriminação que podem sentir as pessoas transexuais ou transgéneros.

80. Já se sentiu discriminad@ por razões ligadas à sua identidade/expressão de género?

Sim		(1)
Não		(2)

81. Actualmente com que frequência se sente discriminad@ por razões ligadas à sua identidade/expressão de género?

Sempre (1)	Frequentemente (2)	Algumas vezes (3)	Raramente (4)	Nunca (5) **(passe para a p. 84)**

82. Em que contextos sente essa discriminação? *(Assinale todas as respostas que correspondam à sua situação)*

Em todos os contextos (familiar e fora dele)		(a)
Basta sair à rua		(b)
Na família		(c)
No grupo de amig@s		(d)
Na vizinhança		(e)
Na escola		(f)
No trabalho		(g)
Nos serviços públicos (conservatórias, tribunais, finanças, etc.)		(h)
Nos transportes públicos		(i)
Em estabelecimentos de saúde		(j)
Em espaços comerciais		(k)
Nas forças policiais/de segurança		(l)
Na utilização dos balneários e/ou sanitários públicos (incluindo espaços comerciais e de lazer, etc.)		(m)
Noutro(s) contexto(s). Qual(is)?		(n)

83. Por favor descreva aquela que considera ser, no seu caso, a situação concreta mais problemática em termos de discriminação:

Participação associativa / associativismo

Importa também obter informação sobre a sua relação e opinião acerca do movimento associativo LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros.

84. Participa em iniciativas/eventos do movimento LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros em Portugal?

Não participo nem nunca participei		(1)	**(passe para a p. 86)**
Não participo, mas no passado já participei		(2)	**(passe para a p. 86)**
Sim, participo mas não sou associad@ a nenhuma		(3)	
Sim, participo na qualidade de associad@		(4)	
Sim, e faço parte da direcção ou de alguma outra estrutura dessa(s) associação(ões)		(5)	

85. Se participa em iniciativas/eventos do movimento LGBT, qual a regularidade?

Cerca de uma vez por ano		(1)
Duas ou três vezes por ano		(2)
Entre duas ou três vezes por ano e menos do que uma vez por mês		(3)
Cerca de uma vez por mês		(4)
Mais do que uma vez por mês		(5)

86. Em geral, qual a sua opinião sobre as associações LGBT? *(Por favor <u>assinale apenas uma resposta</u>, a que considera corresponder melhor à sua opinião)*

Não defendem os direitos das pessoas transexuais ou transgéneros/Ignoram o T da sigla		(1)
Ainda não defendem eficazmente os direitos das pessoas transexuais ou transgéneros mas têm-se verificado evoluções nesse sentido		(2)
Algumas já defendem eficazmente os direitos das pessoas transexuais ou transgéneros mas outras ainda não o fazem		(3)
Defendem eficazmente os direitos de apenas parte das pessoas transexuais ou transgéneros		(4)
Defendem eficazmente os direitos das pessoas transexuais ou transgéneros		(5)
Não tenho opinião formada sobre as associações LGBT		(6)

Ocupação do tempo

Vamos agora centrar-nos no modo como ocupa o seu tempo.

87. Costuma utilizar a Internet?

Sim		(1)
Não		(2)

(passe para a p. 90)

88. Qual o número médio de horas semanais que passa na Internet?

Até 5 horas		(1)
De 5,1 a 10 horas		(2)
De 10,1 a 20 horas		(3)
De 20,1 a 30 horas		(4)
De 30,1 a 40 horas		(5)
De 40,1 a 50 horas		(6)
Mais de 50 horas		(7)

89. Para que é que utiliza a Internet? *(<u>Assinale todas as opções que correspondem às que utiliza</u>)*

Utilizar o correio electrónico		(a)
Consultar blogues de pessoas transexuais ou transgéneros.		(b)
Consultar outros blogues		(c)
Produzir conteúdos para blogues		(d)
Produzir comentários para blogues		(e)
Contactar com amigos quando está desanimad@		(f)
Pesquisar informação sobre questões relacionadas com a identidade/expressão de género		(g)
Pesquisar informação sobre a sua saúde		(h)
Pesquisar informação sobre serviços públicos		(i)
Pesquisar informação sobre actividades de lazer (cinemas, teatros, concertos, etc.)		(j)
Comprar produtos relacionados com a sua identidade/expressão de género		(k)
Comprar outros produtos		(l)
Realizar operações com o seu banco		(m)
Inteirar-se de notícias de imprensa		(n)
Procurar trabalho		(o)
Participar em cursos online		(p)
Trabalhar a partir de casa		(q)
Participar em chats, fóruns ou "newsgroups" (por ex. IRC; hi5, Messenger, skype)		(r)
Consultar sites de associações LGBT		(s)
Consultar sites de associações especificamente relacionadas com a sua identidade/expressão de género		(t)
Participar em jogos de realidade virtual (por ex. second life)		(u)

90. Com que frequência sai para actividades de lazer?

Todos os dias da semana		(1)
A maioria dos dias da semana		(2)
Duas ou três vezes por semana		(3)
Ao fim-de-semana		(4)
Menos do que uma vez por semana		(5)
Entre uma vez por semana e uma vez por mês		(6)
Menos do que uma vez por mês		(7)
Nunca ou quase nunca		(8)

(passe para a p. 92)

91. Quando sai para actividades de lazer, que locais costuma frequentar e qual a frequência? *(Por favor, responda a cada uma das opções)*

		(1) Diária ou quase diariamente	(2) Pelo menos 1 vez por semana	(3) Pelo menos 1 vez por mês	(4) Raramente	(5) Nunca
(a)	Casa de familiares					
(b)	Casa de amigos					
(c)	Locais de comércio					
(d)	Restaurantes					
(e)	Associações culturais, recreativas, etc.					
(f)	Teatros					
(g)	Cinemas					
(h)	Discotecas					
(i)	Bares e clubes exclusivamente gay					
(j)	Bares e clubes "gay friendly"					
(k)	Bares e clubes não gay nem "gay friendly"					
(l)	Bares e clubes trans ou "trans friendly"					
(m)	Outro local. Qual?					
(n)	Outro local. Qual?					
(o)	Outro local. Qual?					

Atitudes

Finalmente, gostaríamos ainda de saber a sua posição sobre algumas atitudes perante a vida.

92. Das seguintes frases que descrevem sentimentos, diga-me por favor a frequência com que sente cada um deles.

		(1) Muitas vezes	(2) Algumas vezes	(3) Poucas Vezes	(4) Nunca
(a)	Ando satisfeit@ comigo mesm@				
(b)	Gostava de ser uma pessoa diferente daquela que sou				
(c)	Sinto que sou uma pessoa com valor				
(d)	Sinto que a minha vida é um aborrecimento				
(e)	Não gosto do meu corpo tal como é				
(f)	No futuro vou ser mais feliz do que sou no presente				

93. Algumas pessoas sentem ter liberdade completa de escolha em relação à sua vida enquanto outras acham que não têm essa liberdade. Numa escala de 0 a 10 assinale, por favor, qual o grau de liberdade que sente ter em relação à sua vida:

Nenhuma liberdade **Muita liberdade**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

94. O que é que gostaria que acontecesse para tornar a sua vida mais fácil?

95. Neste espaço pode escrever tudo aquilo que julgar importante:

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

Anexo D. Grelhas de Observação e Guião de Entrevista a pessoas transexuais e transgénero

Ficha de caracterização social d@ entrevistad@

(Para preencher no decurso ou final da entrevista)

Sexo atribuído à nascença:

Auto-identificação face ao género:

Auto-tratamento linguístico (no masculino ou no feminino):

Idade:

Naturalidade:

Local de residência actual:

Estado civil:

Situação conjugal:

Com quem vive:

Nível de escolaridade:

Meio de vida:

Condição perante o trabalho:

Profissão:

Classe actual:

Classe de origem:

Expressões de Género: grelha de observação

(Para preencher no decurso ou final da entrevista)

Aparência geral (masculina, feminina ou andrógina):

Cabelo:

Sobrancelhas:

Maquilhagem:

Vestuário:

Calçado:

Acessórios:

Observações relativas ao contacto/marcação da entrevista

Obtenção do contacto:

Processo de marcação da entrevista:

Negociação da realização da entrevista:

Data do 1º contacto com @ entrevistad@:

Data de realização da entrevista:

Local de realização da entrevista:

Duração da entrevista:

Observações de outros relativamente a/ao entrevistad@ (fazendo referência a quem as proferiu):

GUIÃO DE ENTREVISTA

"Transexualidade e Transgénero: Identidades e Expressões de Género"

A. Identidades e Expressões de género

Vamos começar por falar da sua identidade de género e da forma de a expressar

1. Auto-posicionamento face à expressão de género/Sentido atribuído à expressão de género

Como se identifica relativamente à sua identidade/expressão de género (homem, mulher, transexual, transgénero, etc.)? E o que é, para si, ser isso? Porque é que acha que essa é a designação mais adequada para a sua identidade/expressão de género?

Essa auto-designação está relacionada com o estádio actual em que se encontra ou é uma identificação permanente?

E como é que acha que os outros @ identificam? Como encara/sente isso?

2. Opiniões/representações face às outras expressões de género (reconhecimento, definições, proximidades e distâncias)

O que é que distingue a designação com que se identifica das restantes?

Como definiria as restantes?

Quais as proximidades e as distâncias?

Como se posiciona face ao termo transexual?

E face ao termo transgénero?

3. Reconstituição do percurso face ao sentido atribuído ao género e ao modo de o expressar

Quando é que começou a experimentar a não linearidade com o sexo/género que lhe foi atribuído? Como interpretou isso?

Onde arranjou informação sobre a existência de pessoas que não vivem a sua vida em conformidade com o sexo atribuído à nascença? (media, biografias, internet, filmes, etc.)

Qual a sua principal fonte de informação relacionada com a sua expressão de género? Qual o papel dos media, das (auto)biografias, dos romances, da música, do cinema, dos especialistas de saúde consultados, das associações LGBT, das associações T, da internet, dos estudos científicos? Foram também evoluindo ao longo do tempo?

Já recorreu a algum profissional de saúde por motivos relacionados com a sua identidade/expressão de género? Se sim, quando é que consultou, pela primeira vez, um profissional de saúde por questões relacionadas com a identidade de género? Qual a especialidade do profissional de saúde?

Como correu a consulta? Foi-lhe feito algum diagnóstico? Foi encaminhado para outro(s) profissionais de saúde?

Como expressava o seu género nessa altura?

E como evoluiu a expressão de género ao longo dos anos? Teve fases? Auto-identificações diferentes? Expressões diferentes?

4. Sentido atribuído ao sexo

O que, para si, o sexo? Como se define? Quais os elementos que o identificam (órgãos genitais, cromossomas...)? Está inscrito no corpo ou na mente?

Sentido atribuído ao sexo (algo que não se escolhe, imposição da natureza, algo manipulável ou susceptível de interpretações não essencialistas)

5. Sentido atribuído ao género

O que é, para si, o género? Como se define? (algo que pode ou não ser objecto de escolha, relação directa ou não com o sexo, algo estável ou mutável)

Estabilidade ou alternância no modo de expressar o género

Como se posiciona em relação ao masculino/feminino?

6. Práticas de manipulação do corpo

Acha que as transformações corporais são essenciais para a vivência do género com que se identifica?

Já procedeu a algum tipo de transformações físicas? Como foi tomada essa decisão? Com quem o fez? Alguém @ ajudou?

Que tipo de tratamentos/procedimentos de alteração corporal já realizou ao longo da sua vida? Com que idade? Em que fase da vida? Onde foram realizados? Com que custos? Os resultados foram os esperados? Voltaria a realizá-los?

Que tipo de tratamentos/procedimentos de alteração corporal realiza neste momento? Toma hormonas? Se sim, fá-lo sob prescrição e/ou vigilância médica? Onde e como as adquire? Se não, já tomou, em que condições? Com que periodicidade?

Já realização algum tipo de cirurgia? Se sim, qual(is)? Decorreram na sequência do processo de transição clinicamente assistido ou realizou-as por conta própria? Onde? Quando? Em que condições?

Quais os planos para o futuro?

Opinião sobre os diversos profissionais de saúde envolvidos no processo *(se for o caso)*

Opinião sobre o atendimento prestado no SNS *(se houver contacto com o mesmo por questões relacionadas com a identidade de género)*

7. Cirurgia de reatribuição de sexo

Qual a sua opinião sobre a cirurgia de reatribuição de sexo?

Se a realizou, descrição do processo de realização (onde a realizou, qualidade do atendimento/tratamento), satisfação com os resultados, o que mudou na sua vida pelo facto de a ter realizado?

Se ainda não a realizou, pretende realizar essa cirurgia? Quais as razões?

Se pretende realizar a cirurgia, daqui a quanto tempo espera realizá-la? Onde espera realizá-la? Quais as suas expectativas?

Se não pretende realizar a cirurgia, quais as razões?

8. Alterações para além das físicas (mudança de nome, mudança de sexo no registo civil)

Procedeu à alteração legal de nome? Como decorreu o processo?

Procedeu à alteração da menção ao sexo nos documentos? Como decorreu o processo?

9. Representações face ao feminino e ao masculino, ao homem e à mulher

O que é, para si, um homem? Quais as suas principais características? Acha que há características universais masculinas? Qual o papel que este deve desempenhar na família e na sociedade?

O que é, para si, uma mulher? Quais as suas principais características? Acha que há características universais femininas? Qual o papel que esta deve desempenhar na família e na sociedade?

Acha que homens e mulheres são essencialmente diferentes? Se sim, o que os distingue?

10. Atitudes e representações face ao corpo (satisfação com o corpo, representações do corpo ideal)

Satisfação com o corpo

O que é, para si, o corpo ideal?

O que gostaria de alterar no seu corpo?

O que mais gosta no seu corpo?

11. Imagem

Que cuidados tem com a sua aparência? Quais os cuidados quotidianos? E os relacionados especificamente com a expressão de género?

Onde compra a sua roupa e os seus acessórios? A que aspectos dá mais importância na compra de roupa?

Qual a importância que a imagem/aparência tem para si?

12. Opiniões/representações face ao panorama trans em Portugal

Como avalia a sua experiência de ser trans face ao contexto trans nacional: é um caso típico ou muito diferente dos restantes? Quais as diferenças?

Como descreveria o panorama trans em Portugal?

Acha que fora de Portugal a realidade é muito diferente? Quais as principais diferenças que julga existirem?

E como é que acha que a sociedade portuguesa em geral percepciona as pessoas trans? E a transexualidade e o transgénero em geral?

13. Participação associativa LGBT

É membro de alguma associação do movimento LGBT? Se sim, qual? Com que estatuto?

Costuma participar em iniciativas de alguma associação LGBT? Se sim qual? Qual o tipo de participação?

Participa em iniciativas/eventos ligados à transexualidade ou transgénero (por exemplo a Marcha LGBT, debates públicos sobre o assunto, etc.) Se não, porquê?

Costuma visitar sites ou blogues de pessoas ou associações trans? Quais?

Identifica-se com a posição de alguma associação LGBT? Qual(is)? Porquê?

Qual a sua opinião sobre as associações LGBT?

E qual a sua opinião sobre o desempenho dessas associações na defesa dos direitos das pessoas trans?

E concretamente na defesa dos direitos da(s) expressão(ões) de género com a(s) qual(is) se identifica?

O que é que acha que essas associações poderiam fazer concretamente no que concerne às pessoas trans? E especificamente às pessoas com identidade(s) de género com a(s) qual(is) se identifica?

14. Lei de identidade de género

Opinião sobre a necessidade de uma lei de identidade de género. Conhecimento ou não da existência de propostas nesse sentido

Opinião sobre o que deveria ser essa lei. Principais reivindicações que deveriam ser contempladas.

Opinião sobre o papel e a prática das associações LGBT no caso dessa lei

Expectativas relativas à viabilização de uma lei de identidade de género em Portugal

15. Discriminação

Actualmente sente-se discriminado? Com que frequência? Em que situações? Quais os principais contextos de discriminação?

E ao longo da sua vida? Houve alturas em que se sentiu menos ou mais discriminado? Tem sentido alguma evolução a esse nível? A que atribui as mudanças?

Discriminação na família de origem e actual, na família alargada, nos amigos, na vizinhança, na escola, no trabalho, nos estabelecimentos de saúde (quando a eles se dirige por razões directamente relacionadas ou não com a identidade de género), nos serviços públicos, nos espaços comerciais e de lazer, nos sanitários públicos?

Há alguma situação que considere particularmente delicada em termos de discriminação? Algo que evite fazer com receio de ser discriminad@?

Como reage quando sente que está a ser discriminado? E como tem reagido a essas situações ao longo da sua vida? E como reagem as pessoas que estão consigo? Já tomou alguma medida a nível institucional/formal?

16. Trajectória geográfica

Local de nascimento

Percurso geográfico na infância

Percurso geográfico na adolescência

Percurso geográfico na idade adulta

Local de residência nos últimos anos e actualmente

As deslocações foram motivadas pela expressão de género?

Onde se sentiu melhor e porquê?

17. Família de origem

Composição da família de origem

Origem geográfica da família

Local de residência da família

Tipo de família (tradicional, liberal, etc.)

Relacionamento entre os membros da família na infância

Relacionamento entre os membros da família na adolescência

Relacionamento entre os membros da família na idade adulta

Relacionamento entre os membros da família actualmente

Escolaridade dos pais

Profissão dos pais

Escolaridade dos avós

Profissão dos avós

18. Relações familiares (compreensão da família face ao sentimento e à expressão de género)

Qual o papel da família de origem na assumpção da identidade/expressão de género?

Relação com a família de origem (proximidade/distância). Com que frequência fala e está junto do pai, mãe e irmãos?

Compreensão da família de origem relativamente à identidade de género? Alguma relação com o género dos familiares? Maior proximidade/compreensão com homens, mulheres?

Relação com a família alargada (proximidade/distância). Com que frequência fala e está junto de avós, tios, primos?

Compreensão da família alargada relativamente à identidade de género. Alguma relação com o género dos familiares? Maior proximidade/compreensão com homens, mulheres?

Valorização das relações familiares. Valorização da proximidade com a família

19. Percurso escolar

Grau de escolaridade

Sucesso/insucesso escolar

A identidade/expressão de género influenciou o percurso escolar? De que modo?

Amizades na escola nos vários graus de ensino

Compreensão por parte dos agentes escolares (professores, auxiliares, administrativos) nos váriuos graus de ensino

Discriminação na escola nos vários graus de ensino

Valorização da escola

Satisfação com a escola

Tem planos para voltar à escola? *(se fizer sentido)*

20. Percurso profissional

Já exerceu alguma actividade profissional? Qual(is)? Com que idade começou a trabalhar?

Qual a profissão que exerce actualmente e as que já exerceu? Onde exerce a sua actividade profissional? Como conseguiu obter esse emprego? Qual o vínculo contratual? Qual o regime de ocupação na profissão?

Qual a satisfação que tem com a profissão (realização profissional)?

Acha que a situação profissional em que se encontra é de algum modo condicionada pela expressão de género (abriu ou fechou portas?)

Se se encontra em situação de desemprego, há quanto tempo? A que razões atribui o desemprego?

Profissões exercidas antes e após a transição (se for caso disso)

Rendimentos auferidos

Como perspectiva o futuro profissional?

Qual a profissão que mais gostaria de exercer? Tem expectativas de que o venha a conseguir? Acha que a sua identidade/expressão de género condiciona o alcançar desse objectivo?

21. Relações amorosas (expressões de género dos indivíduos com quem se relaciona)

Estado civil e situação conjugal

Existência de relações amorosas actualmente. Tempo de duração da relação. Sexo d@ parceir@. Expectativa de futuro dessa relação.

Facilidade/dificuldade em iniciar/manter relações amorosas. Razões da dificuldade (mais devidas ao próprio ou aos outros; mais por aspectos físicos ou psicológicos)

Aceitação d@s parceir@ relativamente à identidade de género

Aceitação d@s parceir@ relativamente à expressão de género

Costuma ter relações estáveis ou mais passageiras? Qual a satisfação relativamente a essa situação?

Quais as expressões de género dos indivíduos com quem se relaciona?

Qual o papel da(s) pessoa(s) com quem se relaciona na assumpção e vivência da identidade/expressão de género?

22. Agregado familiar actual

Com quem vive

Idade dos membros do agregado

Escolaridade dos membros do agregado

Profissão dos membros do agregado

Relação com os familiares ou "colegas de casa"

Tipo de residência

Valorização da residência

Divisão das tarefas domésticas entre os membros do agregado

23. Filhos

Tem filhos? Biológicos ou por afinidade?

Gostaria de ter filhos ou de ter mais filhos?

Como encara a impossibilidade de ter filhos *(se for caso disso)*? É algo em que pensa? Tem importância na sua vida?

Os filhos nasceram que fase da sua vida? Qual a identidade de género assumida? Em que fase do processo de transição/assumpção da identidade de género?

Como encaram os filhos a identidade de género? Como lhe chamam? Qual o parentesco (mãe, pai, outra designação, evitam designar)?

Qual a proximidade/relacionamento com os filhos? Costumam estar juntos? Sair juntos publicamente? Como é que os filhos @ apresentam aos amigos?

24. Situação económica

Como descreve a situação económica actual (desafogada, apertada)? A que atribui essa situação?

E como tem sido a sua situação económica desde a autonomização da família de origem? *(se for caso disso)*

Com quem pode contar em momentos de dificuldade a esse nível (família, amigos, colegas)?

Tipos de despesas. Tipos de consumos. A expressão de género condiciona os consumos? E condiciona a situação económica?

25. Relações afectivas

Significado da amizade

Expressões de género dos amigos

Contexto de origem/recrutamento dos amigos (infância, escola e de que graus, trabalho, espaços de lazer, associações, etc)

Quantidade de amigos

Facilidade/dificuldade em fazer amizades

Durabilidade das amizades

Compreensão/suporte dos amigos face à identidade de género. Alguma relação com o género dos amigos? Maior proximidade/compreensão com homens, mulheres?

26. Sexualidade

Sente atracção sexual por pessoas de que sexo(s)/género(s)?

Como se auto-posiciona quanto à orientação sexual?

Acha que essa orientação sexual tem influência no modo de expressar o género?

Como vive a sua sexualidade? Sente constrangimentos relacionados com o seu corpo (por exemplo se se encontra no processo de transição)? Utiliza estratégias para os ultrapassar ou minimizar?

Qual o nível de satisfação com a sua sexualidade?

Qual o perfil social dos seus parceiros sexuais (sexo, expressão de género, escolaridade, profissão)?

Qua(is) a(s) orientação(ões) sexual(is) dos seus parceiros?

27. Tempos-livres

Ocupação de tempos livres

Frequência de saídas de lazer

Com quem sai

Espaços/locais frequentados

Espaços/locais preferidos

Utilização da internet. Importância da internet nas sociabilidades

28. Hábitos e referências culturais

Tipos de consumos culturais

Valorização dos consumos culturais

Géneros musicais preferidos/grupo ou cantores preferidos

Géneros de cinema preferidos/filmes, cineasta preferidos

29. Participação cívica e associativa. Posições e representações

Interessa-se pela política? Tem posicionamento político? O que pensa da política?

Costuma votar? É recensead@?

É membro de alguma associação? De que tipo? Com que estatuto?

30. Satisfação com a vida

O que mais gosta em si?

O que menos gosta em si?

O que mais gosta na sua vida?

O que menos gosta na sua vida?

O que gostaria que acontecesse para tornar a sua vida melhor?

31. Vivência do quotidiano (descrição de um dia comum)

Descreva um dia comum da sua vida

32. Futuro

Como acha que vai ser o seu futuro (em termos físicos, psicológicos, situação económica, relações amorosas e familiares, etc.)?

E como gostaria que fosse?

Pedir um nome para ser identificad@ no estudo

Confirmar se já preencheu o inquérito, se não deixar um exemplar e combinar processo de recolha

Pedir divulgação/contacto de outras pessoas trans

Anexo E. Caracterização dos entrevistados

Entrevistad@	Sexo atribuído à nascença	Sexo legal	Categoria de género	Idade	Escolaridade	Situação conjugal	Meio de vida/Situação profissional	Concelho de residência	Acompanhamento médico relacionado com a identidade de género
Afonso	Feminino	Feminino	Homem transexual	38	Frequência universitária	Solteiro	Agente comercial	Porto	Sim
André	Feminino	Feminino	Homem transexual	32	Frequência universitária	Solteiro	Técnico na área da electrónica	Lisboa	Sim
Gabriel	Feminino	Masculino	Homem transexual	63	Curso superior	Solteiro	Técnico superior	Lisboa	Sim
Gil	Feminino	Feminino	Homem transexual	28	6º ano	Vive em casal	Operador de máquinas	Leiria	Sim
Henrique	Feminino	Masculino	Homem transexual	30	6º ano	Casado	Chefe de secção num hipermercado	Loures	Sim
Jorge	Feminino	Feminino	Homem transexual	46	Curso superior	Solteiro	Professor do 2º ciclo	Aveiro	Sim
José	Feminino	Feminino	Homem transexual	28	Curso superior	Solteira	Animador	Lisboa	Sim
Miguel	Feminino	Masculino	Homem transexual	26	12º ano	Solteiro	Mecânico	Paredes	Sim
Nuno	Feminino	Masculino	Homem transexual	28	Curso superior	Casado	Desempregado	Vila do Conde	Sim
Pedro Miguel	Feminino	Feminino	Homem transexual	38	Curso superior	Solteiro	Professor do ensino politécnico	Setúbal	Sim
Ricardo	Feminino	Feminino	Homem transexual	18	Frequência de curso profissional (12º ano)	Solteiro	Estudante	Figueira da Foz	Sim
Rodrigo	Feminino	Feminino	Homem transexual	23	12º ano	Solteiro	Empregado de armazém	Paredes	Sim
Bárbara	Masculino	Masculino	Mulher transexual	30	Curso superior	Vive em casal	Empresária	Lisboa	Sim
Daniela	Masculino	Masculino	Mulher transexual	25	9º ano	Vive em casal	Cabeleireira	Vila Franca de Xira	Não
Filomena	Masculino	Masculino	Mulher transexual	53	4º ano (em adulta)	Divorciada	Oficial de limpeza	Amadora	Sim
Helena	Masculino	Masculino	Mulher transexual	49	Frequência universitária	Solteira	RSI*, Limpezas	Lisboa	Não
Hermenegilda	Masculino	Masculino	Mulher transexual	50	Antigo 7º ano do Liceu	Divorciada	DLD** (ex-segurança)	Almada	Sim
Luísa	Masculino	Masculino	Mulher transexual	48	4º ano	Solteira	DLD, RSI	Lisboa	Não
Maria	Masculino	Masculino	Mulher transexual	19	Frequenta o 12º ano	Solteira	Estudante	Sesimbra	Sim
Mónica	Masculino	Masculino	Mulher transexual	28	9º ano	Solteira	Trabalhadora sexual	Loures	Sim
Natália	Masculino	Masculino	Mulher transexual	37	6º ano	Solteira	DLD, RSI	Lisboa	Sim
Patrícia	Masculino	Masculino	Mulher transexual	22	12º ano	Solteira	Operadora de *call-center*	Lisboa	Sim
Sandra	Masculino	Masculino	Mulher transexual	22	9º ano	Solteira	Trabalhadora sexual	Lisboa	Não
Vanessa	Masculino	Masculino	Mulher transexual	37	Curso superior	Solteira	DLD (ex-*web designer*)	Almada	Sim

Entrevistad@	Sexo atribuído à nascença	Sexo legal	Categoria de género	Idade	Escolaridade	Situação conjugal	Meio de vida/Situação profissional	Concelho de residência	Acompanhamento médico relacionado com a identidade de género
Andrea Costa	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	44	Curso superior	Casada	Técnica superior	Évora	Não
Elisa	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	46	Curso Superior	Divorciada	Engenheira	Cascais	Não
Guida	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	35	9º ano	Solteira	Auxiliar de topografia	Odivelas	Não
Joana	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	41	12º ano	Casada	Técnica de contabilidade	Caldas da Rainha	Não
Luana	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	29	Curso superior	Solteira	Engenheira	Lisboa	Não
Marta	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	41	Curso superior	Vive em casal	Engenheira	Cascais	Não
Rafaela	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	47	9º ano	Vive em casal	Empresária	Sintra	Não
Verónica	Masculino	Masculino	*Cross-dresser*	36	12º ano	Solteira	Operária industrial	Barreiro	Não
Rita	Masculino	Masculino	Travesti	29	6º ano	Solteira	Trabalhadora sexual	Lisboa	Não
Samanta	Masculino	Masculino	Travesti	23	9º ano	Solteira	Trabalhadora sexual	Lisboa	Não
André Kelly	Masculino	Masculino	Andrógino	27	9º ano	Vive em casal	Empregado de mesa	Lisboa	Não
Romy	Masculino	Masculino	Transgénero	42	9º ano	Vive em casal	Empregada de bar	Lisboa/Paris	Não
Victória	Masculino	Masculino	Ultra-género	31	Frequenta o ensino superior	Solteira	Empregada de escritório	Lisboa	Não

*RSI – Rendimento Social de Inserção.
**DLD – Desempregado de Longa Duração.

Anexo F. Reivindicações T nas Marchas do Orgulho LGBT de Lisboa e Porto, 2006-2012

Quadro A3.1. Reivindicações T nas Marchas do Orgulho LGBT de Lisboa e Porto, 2006-2012

	Marcha de Lisboa	Marcha do Porto
2006	- necessidade urgente de políticas sérias de educação contra a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género; - formação sobre orientação sexual e identidade de género para contribuir para o fim da exclusão social das pessoas LGBT, nas escolas, junto da juventude, mas também em sectores-chave da sociedade como a Polícia, a Justiça, a Saúde, a Segurança Social ou as Forças Armadas; - incluir a identidade de género no Princípio da Igualdade (artigo 13º da Constituição) - **lei única para agilizar todo o processo médico e de reconhecimento jurídico da identidade de género d@s transexuais.**	- inclusão explícita da "identidade de género" em legislação anti-discriminação e protecção na legislação penal face a crimes de ódio motivados pela transfobia; - promover o conhecimento das pessoas transgénero e o trabalho contra atitudes transfóbicas, homofóbicas e bifóbicas na escola, no local de trabalho, nas forças policiais, em locais de lazer e na população em geral; - o direito de escolher livremente os primeiros nomes e uma lei de "reconhecimento de género" semelhante à "Gender Recognition Act" britânica.
2007	- preencher a lacuna legal no reconhecimento da identidade de género; - introdução explícita da categoria "identidade de género" nas provisões de não-discriminação da Constituição, do Código do Trabalho e do Código Penal.	- preencher a lacuna legal no reconhecimento da identidade de género; - introdução explícita da categoria "identidade de género" nas provisões de não-discriminação da Constituição, do Código do Trabalho e do Código Penal.
2008	- identidade de género no Princípio da Igualdade constitucional; - iniciativas legais que reconheçam a autodeterminação das pessoas transexuais e transgénero, que facilitem os processos de adaptação do nome e do sexo nos documentos de identificação, que agilizem os procedimentos médicos de adaptação do corpo.	- o artigo 13º da Constituição Portuguesa bem como o Código do Trabalho renegam a identidade de género. Também o Código Penal se mantém omisso quanto a crimes de transfobia; - exigimos uma lei de identidade de género que permita a mudança de nome e género legal sem que esteja finalizada a reassignação de sexo. Todo o processo jurídico, médico e legal a que são submetidas as pessoas transexuais terá que ser mais célere e humano; - não aceitamos a imposição de "licenças oficiais" por parte da Ordem dos Médicos. Não aceitamos burocracias nem visões distorcidas da transexualidade e do transgenderismo.
2009	- lei de identidade de género que permita responder célere às pessoas transgénero e transexuais .	- inclusão da identidade de género no artigo 13º da Constituição; - Lei de identidade de género.
2010	- lei de identidade de género que proteja pessoas transgénero e transexuais.	- identidade de género contemplada no Princípio da Igualdade Constitucional; - medidas legais que reconheçam a autodeterminação das pessoas transexuais e transgénero, sem a tutela psiquiátrica que as menoriza e que lhes retira decisão sobre as suas vidas; - medidas urgentes que facilitem os processos de adaptação do nome e género nos documentos de identificação, que agilizem os procedimentos médicos de adaptação ao corpo.
2011	- a lei de identidade de género constituiu um passo muito importante no reconhecimento das pessoas transexuais e das suas identidades; - inclusão da categoria "identidade de género" em todas as provisões legais anti-discriminação, da Constituição ao Código Penal, passando pelo Código do Trabalho; - formação em áreas como a saúde, a justiça ou a social; - capacidade para as pessoas transexuais, transgénero e intersexuais decidirem sobre as suas vidas e os seus corpos e condenação das tentativas de limitação da sua autonomia.	- não aceitamos uma lei que, apesar de nos permitir apresentar a nossa verdadeira identidade num documento, simultaneamente nos cataloga como doentes; - não aceitamos que uma desejada cirurgia de reassignação de sexo continue dependente do aval feudal da Ordem dos Médicos.

	Marcha de Lisboa	Marcha do Porto
2012	- exigimos que a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Psicólogos deliberem para que os critérios de avaliação seguidos por todos os profissionais sejam os da Associação Mundial Profissional da Saúde Transgénero, evitando assim casos em que não é avaliada a identidade de género da pessoa em causa mas sim a sua vontade de se submeter à Cirurgia de Reatribuição de Sexo; - exigimos a disponibilidade imediata de toda a informação pertinente referente a técnicas, médicos e experiência sobre as cirurgias efetuadas em Coimbra, para que seja possível a qualquer pessoa transexual avaliar e decidir se deseja submeter-se às mesmas, considerando que, de acordo com a informação disponível até ao momento, tais cirurgias representam uma enorme perda de qualidade comparando com as que se faziam em Lisboa. A ser este o caso, exigimos a manutenção das técnicas usadas em Lisboa pois qualquer perda de qualidade nestas cirurgias é inaceitável; - exigimos o fim da influência da Ordem dos Médicos na apreciação dos processos de transexualidade e que seja respeitada a autonomia das equipas multidisciplinares tal como está definido pela lei 7/2011; - juntamo-nos à Transgender Europe e à Ilga Europa que já em 2009 afirmavam, na Declaração da Conferência Sobre Direitos Trans anterior à Conferência Anual de 2009 da Ilga Europa, em Malta: «Queremos uma Europa onde assistência médica hormonal e cirúrgica adequada e subvencionada esteja disponível de maneira não patologizante a todas as pessoas trans que a procurem, e onde a nenhuma pessoa trans seja exigido que se submeta a qualquer tratamento médico compulsivo (como a esterilização ou as cirurgias de reatribuição sexual) ou a um diagnóstico de doença mental de forma a mudar o seu género e ou nome legal.».	- aliamo-nos a uma luta internacional contra a transfobia, sob o lema STP 2012; - Este ano a classificação de "transtorno de identidade sexual" vai ser revista e há a possibilidade de que seja suprimida esta forma de discriminação, reconhecendo que ser transgénero não é doença: a doença está na sociedade que não reconhece a alguns dos seus membros o direito a ser quem são.